

# **A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE LUSÓFONA A PARTIR DO ANTIGO CENTRO.**

**MICRO-COMUNIDADES E PRÁTICAS DA LUSOFONIA**

**Cármén Liliana Ferreira Maciel**

---

**Dissertação de Doutoramento em Sociologia**

**ABRIL 2010**



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora M. Margarida Marques, Professora Associada do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Apoio financeiro da FCT

Bolsa de investigação com a referência SFRH / BD / 13194 / 2003 financiada pelo POCI 2010 – Formação avançada para a Ciência – Medida IV.3



Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

---

Lisboa, .... de ..... de .....

## AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de doutoramento surgiu no seguimento do trabalho desenvolvido para a tese de licenciatura “Lusotropicalismo e Lusofonia: duas versões poéticas da identidade nacional?” sob a coorientação científica dos Professores Doutores Jorge Pedreira e Miguel Jerónimo – a quem agradeço por me terem acompanhado nos primeiros passos dados na investigação e por me terem incentivado a explorar as questões ligadas à *lusofonia* partindo para um doutoramento. Agradeço a confiança depositada e o desafio que, em especial, o Professor Miguel Jerónimo me lançou.

A Professora Doutora M. Margarida Marques, convidada a arguir a tese acima referida, convidou-me, posteriormente, a integrar a equipa do SociNova Migrações e incentivou-me a desenvolver um projecto de doutoramento que girasse em torno da temática, explorando novas possibilidades de análise. Sob a sua orientação académica, o projecto que deu origem a esta dissertação foi aprovado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – instituições a que agradeço o acolhimento e o apoio financeiro.

À Professora Margarida Marques – orientadora não só desta dissertação, mas também referência académica e científica para a socióloga que pretendo ser – agradeço o olhar lúcido, rigoroso, exigente e de questionamento atento que me levou a procurar continuamente possíveis caminhos de inteligibilidade. O seu sentido crítico construtivo, o estímulo à excelência e ao rigor, o seu acompanhamento, disponibilidade e incansável apoio e dedicação foram indubitavelmente factores que me motivaram mesmo nos momentos mais difíceis da caminhada. Agradeço em especial o facto de ter acreditado que esta dissertação veria a luz do dia, mesmo depois de um interregno de treze meses, em que, por razões de ordem familiar suspendi os trabalhos de investigação. Os resultados alcançados não seriam os mesmos sem a sua orientação e amizade. Obrigada!

Agradeço, também, aos colegas do SociNova Migrações pelas contribuições e opiniões; pela amizade e constante apoio e motivação. Uma palavra em especial à Joana Lopes Martins, companheira de jornada no longo processo de investigação e escrita, e ombro amigo nos momentos de desabafos, desânimos, mas também nos momentos de pequenas vitórias e alegrias; ao Francisco Lima da Costa, por sempre ter acreditado nas minhas capacidades, por me encorajar e aconselhar; ao Francisco Avelino Carvalho pelo apoio concedido em algumas entrevistas e na sondagem de opinião, e sobretudo pelo incansável companheirismo aquando do trabalho de terreno em Santiago (Cabo Verde); e ao Allan Nascimento, pelo apoio na divulgação da sondagem entre alguns dos seus

conterrâneos brasileiros, e pelo facto de se ter disposto (juntamente com os seus dois irmãos) a verificar algumas informações em dicionários de língua portuguesa editados no Brasil.

Um obrigada a todos os entrevistados e outros informantes privilegiados pela disponibilidade em me receberem, pelas opiniões, informações, referências e dicas. Também aos que gentilmente colaboraram na sondagem de opinião dissiminada por via electrónica; tanto aos que se limitaram a responder, como aos que me apoiaram na difícil tarefa de fazer chegar a mensagem a 911 indivíduos dos vários espaços e países de língua portuguesa. E, aqui, gostaria de destacar a inexcelável colaboração da Professora Doutora Isabel Lousada; do Sociólogo Paulo de Carvalho; do colega Francisco Carvalho; do amigo Miguel Sabino; e, a um outro nível – mais institucional – a inestimável colaboração da CPLP, em especial do Sr. Secretário-Executivo, Dr. Domingos Pereira, do Sr. Director-Geral, Dr. Hélder Vaz, e do Assessor de Comunicação, Dr. António Ilharco.

Agradeço ainda ao meu amigo João Carlos Martins, Director Executivo da ADRA Portugal (onde realizei um estágio profissional de 13 meses após o término da Bolsa da FCT), pela compreensão, incentivo e apoio em todos os momentos do final de percurso.

Um agradecimento também à rede IMISCOE que me concedeu uma bolsa para a realização de um curso de verão na Universidade de Amesterdão; à rede Metropolis, que me apoiou na deslocação a vários encontros internacionais onde pude apresentar algumas das minhas ideias a colegas de outros países; à Nancy Lima que me ajudou na tradução do resumo deste trabalho; à Sara Rabiais que me apoiou na revisão dos dados estatísticos; e a todos os que, de forma pontual, contribuíram para que este trabalho tomasse os contornos que tomou.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu marido António, pela constante compreensão, incentivo, apoio e amizade. À minha filhinha Ana Beatriz, por pacientemente prescindir da minha presença e atenção em momentos que o volume de trabalho a isso obrigou; à minha mãe Gorete, por sempre me encorajar a atingir patamares elevados, por ser uma presença constante e amiga, que, juntamente com o João e o Rúben me acompanharam nesta jornada, facilitando-me a gestão do dia-a-dia nos momentos de maior aperto. As minhas palavras jamais poderão expressar o quanto vos devo. Obrigada!

A todos vós dedico esta dissertação.

## RESUMO

**A construção da Comunidade Lusófona a partir do antigo centro.**

**Micro-comunidades e práticas da lusofonia**

**Cármem Liliana Ferreira Maciel**

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade lusófona, Lusofonia, Língua portuguesa, Globalização, Micro-comunidades, Práticas da lusofonia, Produção cultural.

A presente dissertação tem por objectivo discutir a construção da *comunidade lusófona* a partir do antigo centro português. Escrutinando os rumos da história desde o século XV até à actualidade pós-colonial da sociedade portuguesa, pretende-se traçar o enquadramento histórico que terá estado na base de concepção e idealização de tal *comunidade*.

Pretende-se ainda acompanhar as dinâmicas simbólicas, mas também políticas, institucionais e culturais do projecto de *comunidade* que, a 17 de Julho de 1996, adquire um rosto formal através da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em simultâneo com a análise das iniciativas realizadas ‘de cima para baixo’, presta-se particular atenção à actuação dos agentes ao nível micro, focalizando a atenção na exploração das práticas da *lusofonia* que se dão sobretudo na esfera cultural.

Defende-se, neste trabalho, que *comunidade lusófona* é um colectivo em formação e que, apesar da forte conotação ideológica, que a situa ao nível do resgate de um passado agora reinventado à luz do ‘encontro de culturas’, esta é uma realidade prática que vemos funcionar em expressões diversas, quer em iniciativas informais, quer em transacções comerciais ou em actividades sócio-culturais – para além das acções político-institucionais.

## **ABSTRACT**

**The building of a Portuguese-speaking community from the old imperial center.  
Micro-communities and Lusophone practices.**

**Cármén Liliana Ferreira Maciel**

**KEYWORDS:** Portuguese-speaking community, Lusophonia, Portuguese language, Globalization, Micro-communities, Practices of Lusophonia, Cultural Production.

We intend in this dissertation to discuss the building of the Portuguese-speaking community from the old imperial centre. Scrutinizing the course of History since the fifteenth century up to the present post-colonial society will allow tracing the historical background that has been the basis of conception and idealization of such a community.

We also intend to follow the symbolic dynamics of the community project that, on July 17<sup>th</sup> 1996, is formalized through the constitution of the Community of Portuguese-Speaking Countries, as well as the political, institutional and cultural processes running parallel to them. Together with the analysis of the initiatives implemented from the top, particular attention is paid to the agents at the micro level, focusing the analysis on the practices of Lusophonia that take place in the cultural sphere.

It is argued that a Portuguese-speaking community is in process, and that, despite its heavy ideological connotation with a past now being reinvented as an ‘encounter of cultures’, this is a practical reality, operating in diverse expressions, whether in informal initiatives, or in trade or socio-cultural activities – beyond political and institutional actions.



## ÍNDICE

Agradecimentos .....	V
Resumo .....	VII
Abstract .....	VIII
Índice geral .....	IX
Índice de Ilustrações: Esquemas, Quadros, Tabelas e Gráficos.....	XIII
Lista de acrónimos e abreviaturas .....	XVI
 <b>I. Introdução</b> .....	 1
I.I. Enquadramento histórico:	
I.I.I. Da lusotopia à lusofonia .....	8
I.I.II. Da globalização à comunidade lusófona: bases ideológicas e oportunidades estratégicas .....	23
I.II. Problematização e hipóteses .....	32
I.III. Clarificação de conceitos .....	43
IV. Metodologia .....	47
 <b>II. Parte I</b> .....	 52
Capítulo 1. Discorrendo sobre a lusofonia .....	53
1.1. Percurso do termo nos dicionários de língua portuguesa .....	57
1.1.1. O dicionário como “objecto histórico-discursivo” .....	60
1.1.2. Metodologia .....	63
1.1.3. Análise de conteúdo	
1.1.3.1. Percurso do termo entre 1900 e 1974 .....	67
1.1.3.2. Percurso do termo entre 1975 e 2009 .....	76
1.2. Lusofonia – entre a ideologia pós-colonial e o projecto de comunidade	
1.2.1. Pós-colonialidade na sociedade portuguesa .....	89
1.2.2. Em torno de um ‘imaginário comunitário’: a problemática emergência da lusofonia .....	95
 Capítulo 2. A comunidade lusófona .....	 106
2.1. Comunidade lusófona, comunidade imaginada? .....	107

2.2. Ensaio sobre o significado de comunidade lusófona .....	116
2.2.1. A construção do carácter social da comunidade lusófona .....	119
2.2.2. A dimensão narrativa da comunidade lusófona .....	122
2.2.3. A existência da comunidade lusófona num contexto relacional entre o ‘eu’ e o(s) ‘outro(s)’ .....	124
2.2.3.1. Leituras da História comum: as comemorações do V Centenário da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil .....	125
2.2.4. A natureza múltipla da comunidade lusófona .....	128
2.2.4.1. Manifestações multifacetadas ao nível da sociedade civil .....	132
 Capítulo 3. Evolução da ideia de comunidade lusófona: dos primeiros passos à institucionalização das práticas da lusofonia .....	137
3.1. A abordagem institucional .....	139
3.2. Contextualização histórica: a marca-de-água dos conflitos ideológicos e das necessidades político-económicas para a criação de uma comunidade .....	141
3.3. Os impulsionadores e precursores da comunidade lusófona e das primeiras organizações multinacionais de língua portuguesa .....	151
3.3. A emergência e a institucionalização da CPLP .....	156
 Capítulo 4. A produção cultural como pilar estruturante da comunidade. O investimento na língua e na(s) literatura(s) em português .....	162
4.1. A língua portuguesa .....	168
4.2. Língua e Literatura: a formação de múltiplas ‘pátrias’ a partir da “chama plural” .....	182
4.3. A formação de uma ‘comunidade interpretativa’? O caso particular das literaturas africanas em língua portuguesa .....	188
4.4. O IPLB e o IILP: dois estudos de caso sobre a criação de estruturas de oportunidades para o investimento na língua e nas literaturas .....	197

4.4.1. O Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Rede Bibliográfica da Lusofonia .....	197
4.4.2. O Instituto Internacional de Língua Portuguesa ..	202
Capítulo 5. Migrações, produção cultural e práticas da lusofonia .....	206
5.1. Migrações lusófonas no antigo centro. Breve contextualização histórica dos fluxos migratórios em Portugal .....	209
5.2. As migrações lusófonas no antigo centro: ‘eu’, o ‘outro’ e ‘nós’	213
5.2.1. A difícil inserção no antigo centro .....	214
5.2.2. “Maio, Mês de África em Lisboa”: um estudo de caso sobre a ‘activação’ de estruturas e recursos .....	216
5.2.3. O racismo em ‘confronto’ com as expressões de ‘miscigenação’ .....	228
5.2.4. Entre a Europa e as ‘afinidades’ com o espaço lusófono. A circulação de pessoas e de bens culturais ...	235
<b>III. Parte II</b> .....	243
Capítulo 6. Os “mundos da lusofonia” .....	244
6.1. Agentes culturais da lusofonia ligados à esfera literária .....	247
6.1.1. Língua portuguesa: engajamento e ‘espaço de oportunidades’ .....	252
6.1.2. A relação com as sociedades de origem/de referência....	255
6.1.3. A diversidade (linguística) nas literaturas africanas em língua portuguesa .....	258
6.1.4. A relação com o antigo centro .....	260
6.1.5. A literatura em língua portuguesa, a lusofonia e a construção da comunidade lusófona .....	262
6.2. Sondagem de opinião .....	265
6.2.1. Discussão das vantagens e desvantagens da metodologia escolhida .....	269
6.2.2. Caracterização dos inquiridos .....	275
6.2.3. Processo de categorização para trabalhar as respostas abertas .....	281

6.2.4. Discussão dos resultados obtidos .....	285
6.2.5. Considerações finais sobre os resultados obtidos .....	300
6.3. Conclusões .....	303
Capítulo 7. Considerações finais .....	306
7.1. A confusão de conceitos .....	307
7.2. A inconsistência de processos de concretização .....	308
7.3. O desconhecimento de práticas do quotidiano que sustentam a lusofonia como força motriz de um colectivo .....	309
7.4. Pistas de análises futuras .....	313
Fontes e Referências bibliográficas .....	315
Anexos .....	363
Anexo I. Percurso do termo Lusofonia e de outros relacionados em dicionários/enciclopédias .....	364
Anexo II. Lista dos Responsáveis pelas iniciativas do “Maio, Mês de África em Lisboa”, em 2004 .....	382
Anexo III. Lista de artistas intervenientes no “Maio, Mês de África em Lisboa”, em 2004 .....	383
Anexo IV. Lista de personalidades intervenientes no “Maio, Mês de África em Lisboa”, em 2004 .....	384
Anexo V. Guião temático utilizado na entrevista aos produtores culturais .....	385
Anexo VI. Listagem das Entrevistas realizadas .....	387
Anexo VII. Síntese das opiniões dos escritores entrevistados .....	389
Anexo VIII. Texto modelo de apelo à participação na sondagem de opinião .....	392
Anexo IX. Grafismo da plataforma que a CPLP disponibilizou para apelo à participação na sondagem de opinião .....	393
Anexo X. Notícia avançada pela Agência de Notícias Lusa .....	394

# ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES:

## Esquemas, Quadros, Tabelas e Gráficos

### Esquemas:

#### **Introdução:**

<b>Esquema 1</b> – Visão esquemática do posicionamento de Portugal no contexto global .....	5
<b>Esquema 2</b> – Modelo explicativo sobre a <i>Comunidade Lusófona</i> .....	42

### Quadros:

#### **Introdução:**

<b>Quadro 1</b> – Momentos marcantes da Expansão Portuguesa, em comparação com outros movimentos expansionistas europeus, nos séculos XV e XVI .....	12
--	----

#### **Capítulo 3:**

<b>Quadro 2</b> – Síntese de alguns acontecimentos de relevância ocorridos até à formalização da CPLP .....	159
---	-----

#### **Capítulo 4:**

<b>Quadro 3</b> – (Re)criação de palavras portuguesas por Mia Couto .....	183
<b>Quadro 4</b> – Denominações usuais para designar as literaturas africanas escritas em português (1970-2000) .....	189

### Tabelas:

#### **Capítulo 1:**

<b>Tabela 1</b> – Síntese das obras de referência consultadas .....	5
<b>Tabela 2</b> – Modelo da grelha de registo de informação retirada das obras de referência .....	64
<b>Tabela 3</b> – Registo de ocorrências, em termos de inclusão dos vocábulos na nomenclatura das 25 obras de referência consultadas entre 1900 e 1974 .....	67
<b>Tabela 4</b> – Registo de ocorrências, dos significados para Luso entre 1900 e 1974, nas 25 obras de referência consultadas nesse período.....	69
<b>Tabela 5</b> – Registo de ocorrências, em termos de inclusão dos vocábulos na nomenclatura das 26 obras de referência consultadas entre 1975 e 2009 .....	76
<b>Tabela 6</b> – Registo de ocorrências, dos significados para Luso entre 1900 e 1974 e entre 1975 e 2009.....	77
<b>Tabela 7</b> – Registo de ocorrências, dos significados para Luso entre 1975 e 2009, nas 13 obras de referência que contêm o vocábulo .....	78

#### Capítulo 4:

<b>Tabela 8</b> – Motivações para aprender o Português .....	178
<b>Tabela 9</b> – Usos presentes e futuros da Língua Portuguesa .....	178

#### Capítulo 6, ponto 6.2.:

<b>Tabela 10</b> – Comparação da participação, por nacionalidade, com base nos dados recebidos por e-mail e os recebidos através da plataforma da CPLP .....	270
<b>Tabela 11</b> – Participação por sexo .....	275
<b>Tabela 12</b> – Caracterização dos inquiridos segundo o sexo e a idade (por grupos etários) .....	275
<b>Tabela 13</b> – Caracterização dos inquiridos segundo o sexo e a nacionalidade ...	276
<b>Tabela 14</b> – Caracterização dos inquiridos segundo o sexo e a profissão (por grupos profissionais e ocupacionais) .....	276
<b>Tabela 15</b> – Participação por grupo etário .....	277
<b>Tabela 16</b> – Participação por nacionalidade .....	278
<b>Tabela 17</b> – Participação por grupo profissional e ocupacional .....	279
<b>Tabela 18</b> – Participação dos especialistas das profissões intelectuais e científicas .....	280
<b>Tabela 19</b> – Participação dos “Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” .....	280
<b>Tabela 20</b> – Resumo das opiniões sobre o que é ser lusófono segundo o sexo dos inquiridos .....	285
<b>Tabela 21</b> – Resumo das opiniões sobre o que é ser lusófono segundo os grupos etários dos inquiridos .....	287
<b>Tabela 22</b> – Resumo das opiniões sobre o que é ser lusófono segundo as nacionalidades dos inquiridos .....	288
<b>Tabela 23</b> – Resumo das opiniões sobre o que é ser lusófono segundo os grupos profissionais dos inquiridos .....	289
<b>Tabela 24</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> .....	290
<b>Tabela 25</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo as respostas positivas .....	291
<b>Tabela 26</b> – Reservas quanto à familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> (ordem decrescente) .....	292
<b>Tabela 27</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo o sexo dos inquiridos .....	293
<b>Tabela 28</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo a idade dos inquiridos (por grupos etários) .....	293
<b>Tabela 29</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo a nacionalidade dos inquiridos .....	294
<b>Tabela 30</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo a profissão dos inquiridos (por grupos profissionais e ocupacionais) .....	294
<b>Tabela 31</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> .....	295
<b>Tabela 32</b> – Sentimento de pertença à <i>comunidade lusófona</i> segundo o sexo dos inquiridos .....	295
<b>Tabela 33</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo a idade dos inquiridos (por grupos etários) .....	296

<b>Tabela 34</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo a nacionalidade dos inquiridos .....	296
<b>Tabela 35</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo a profissão dos inquiridos (por grupos profissionais e ocupacionais) .....	298
<b>Tabela 36</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo as respostas positivas .....	299
<b>Tabela 37</b> – Reservas quanto ao sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> (ordem decrescente) .....	299

### **Gráficos:**

#### **Capítulo 6, ponto 6.2.:**

<b>Gráfico 1</b> – Participação por sexo .....	275
<b>Gráfico 2</b> – Participação por grupo etário .....	277
<b>Gráfico 3</b> – Participação por nacionalidade .....	278
<b>Gráfico 4</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> .....	290
<b>Gráfico 5</b> – Sentimento de pertença à <i>comunidade lusófona</i> .....	295

## LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACL	Academia das Ciências de Lisboa
ACIME	Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
ACOLOP	Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa
AEJ	Associação Espaço Jovem
AJIM	Associação de Jovens de Intervenção Multicultural
AULP	Associação das Universidades de Língua Portuguesa
BN-CV	Biblioteca Nacional de Cabo Verde
CCP	Comité de Concertação Permanente
CEL	Comunidade do Escotismo Lusófono
CHAM	Centro de História de Além-Mar
CMP	Câmara Municipal de Praia
CODESRIA	Council for the Development of Social Science Research in Africa
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DES-HUM	Programa Interdisciplinar de Desenvolvimento Global em Ciências Humanas
DN	Diário de Notícias
EUA	Estados Unidos da América
FASCP	Fundo de Apoio Social de Caboverdeanos em Portugal
FLAD	Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia
FLAD	Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
IC	Instituto das Comunidades
IICT	Instituto de Investigação Científica Tropical
IILP	Instituto Internacional de Língua Portuguesa
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPLB	Instituto Português do Livro e das Bibliotecas
ISCTE	Instituto Superior de Ciência do Trabalho e Empresa
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
OAC	Observatório das Actividades Culturais
OIF	Organização Internacional da Francofonia
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSD	Partido Social Democrata
ME	Ministério da Educação
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NEA-UC	Núcleo de Estudantes Africanos da Universidade Católica
NEA-ULHT	Núcleo de Estudantes Africanos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
RBL	Rede Bibliográfica da Lusofonia
RDP	Rádiodifusão Portuguesa
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UCCLA	União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas
UL	União Latina
UNL	Universidade Nova de Lisboa
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
UNITAR	Instituto das Nações Unidas para a Formação e a Investigação
UP	Universidade do Porto



## 1. Informação pessoal

**Nome completo:** Cármen Liliana Ferreira Maciel

**Morada:** R. General Humberto Delgado, n.51, 1ºdtº Fogueteiro 2845-160 Amora

**Contacto:** 93 644 64 05

**E-mail:** carmenmaciel@fesh.unl.pt

**Data de nascimento:** 30.05.1979

**Nacionalidade:** Portuguesa

**Cartão de Cidadão – Nº ID Civil:** 11529919

**Nº Contribuinte:** 222052457

**Nº Segurança Social:** 11076469758

## 2. Habilitações Académicas

**2002** Licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com classificação final de 16 valores – qualificação de Bom com distinção.

## 3. Formação complementar

**8-15.04.2008** Formação “Avaliação de Programas e Projectos” com Paulo Teixeira (LogFrame), no Núcleo Distrital de Lisboa da REAPN, com classificação final de 18 valores.

**Temas:** conceitos de avaliação e monitorização; critérios universais de avaliação; técnicas e instrumentos.

**18-20.06.2007** II IMISCOE PhD Conference, IMES, Universiteit van Amsterdam.

**Temas:** relação entre investigação e política; estratégias e normas de publicação científica; oportunidades de trabalho. Workshop de Formação: “Giving an Audience Focused Presentation” com Karin Herrebout (Greep). Sessão plenária com Levent Soysal (Kadir Has University). **Financiamento:** IMISCOE

**12-30.06.2005** Escola de Verão ‘International Migration, Ethnic Diversity and Cities’, International School for Humanities and Social Sciences, Universiteit van Amsterdam.

**Módulos:** Theories and Concepts of Migration and Integration, com Jeffery Reitz (University of Toronto) e Patrick Simon (INED); International Migration: Causes and Consequences, com Thomas Faist (Universität Bielefeld) e Zeynep Kadirbeyoglu (McGill University); Immigrant Integration in Cosmopolitan Cities, com Marco Martiniello

(Université de Liège) e Alex Stepick (University of California); Research Seminar, com Joroen Doornik (Universiteit van Amsterdam). **Financiamento:** IMISCOE.

**7-18.03.2005** Formação de Língua e Cultura Swahili com Sauda Barwani (University of Hamburg) e Ridder H. Samsom (Humboldt University of Berlin), organização da Professora Doutora Ana Maria Martinho Mão-de-Ferro, na FCSH – UNL.

**19-31.07.2004** Curso “Estudos Interculturais Lusófonos” ministrado pela IX Universidade Lusófona de Verão – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

**Módulos:** Literatura e Cinema no Brasil, com Selma Calasans Rodrigues; Literatura e Cinema na Cultura dos Povos Lusófonos: África, com Luís M. Sousa; Lusofonia e Lusotopia no Oriente, com Teotónio R. de Souza.

### **3.1. Formação complementar - Seminários Pós-graduados**

#### **3.1.1. Frequência de Seminários de Pós-graduação e Mestrado**

##### **Março a Julho 2005:**

Seminário “Direitos Humanos e Direitos Culturais” do Curso de Mestrado e Pós-Graduação em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo da FCSH – UNL.

Seminário “Culturas dos Países de Língua Portuguesa” do Mestrado em Estudos Africanos da FCSH-UNL;

Seminário “Literaturas dos Países de Língua Portuguesa” do Mestrado em Estudos Africanos da FCSH-UNL;

##### **Março a Julho 2004:**

Frequência do seminário “Diásporas: religiões transnacionais e identidade” do Curso de Pós-Graduação em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo da FCSH-UNL;

Frequência do seminário “Identidade e cultura Expressiva” do Curso de Pós-Graduação em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo da FCSH-UNL;

##### **Outubro 2003 a Fevereiro 2004:**

Frequência do seminário “Teorias e Demografia evolutiva das migrações transcontinentais” do Curso de Pós-Graduação em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo da FCSH-UNL;

Frequência do seminário "Entre «nós» e os «outros»: etnicidade, transnacionalismo e estratégias identitárias" do Curso de Pós-Graduação em Migrações, Minorias Étnicas e Transnacionalismo da FCSH-UNL.

### **3.1.2. Participação em Seminários para Doutorandos**

**01.04.2009** com Miguel Bandeira Jerónimo (European University Institute), tema: "A questão colonial na cena internacional", organização e realização ICS, Lisboa.

**12-15.06.2007** com Alejandro Portes (Princeton University) e Patrícia Fernandez-Helly (Princeton University), tema: "Imigração e Integração: a experiência norte-americana", organização do Socinova Migrações na FLAD e na FCSH-UNL.

**21.05.2007** com Evangelia Tastsoglou (Saint Mary's University), tema: "Gender, Migration and Citizenship: Conceptual and Theoretical Issues", organização do Socinova Migrações na FCSH-UNL.

**30.06.2005** com Leo Lucassen (Leiden University), tema: "Migration Processes and Immigrant Integration: long-term perspectives", organizado pelo IMES na International School for Humanities and Social Sciences – Universiteit van Amsterdam.

**29.06.2005** com Boris Slijper (Universiteit van Amsterdam), tema: "Comparative research in Ethnic and Migration Studies", organizado pelo IMES na International School for Humanities and Social Sciences – Universiteit van Amsterdam.

**28.06.2005** com Anja van Heelsum (Universiteit van Amsterdam), tema: "Network Analysis", organizado pelo IMES na International School for Humanities and Social Sciences – Universiteit van Amsterdam.

**02.05.2005** com Alejandro Portes (Princeton University), tema: pistas de análise no trabalho empírico, organização do Socinova Migrações na FCSH-UNL.

**10.03.2005** com Stephen Castles (University of Oxford), tema: "Globalização e Migrações", organização do Socinova Migrações na FCSH-UNL.

**25.10.2004** com Jan Rath (Universiteit van Amsterdam), tema: "O Papel dos Jovens de Origem Imigrante na Negociação das Novas Culturas Urbanas", organizado pelo SociNova Migrações na FCSH-UNL.

**27.02.2004** com Alejandro Portes (Princeton University), tema: "A investigação em matéria de Migrações, Etnicidades e Transnacionalismo", organizado por SociNova Migrações, na Fundação Luso-Americana.

## 4. Publicações

### 4.1. Entradas em Enciclopédias

**(no prelo)** Maciel, Cármén, "Portuguese return migrants from the colonies (*Retornados*) since the 1970's" in K. Bade, P. Emmer, L. Lucassen and J. Oltmer (ed.), *Migration, Integration and Minorities since the 17<sup>th</sup> Century: a European Encyclopaedia*, London: Cambridge Univ. Press.

**(no prelo)** Maciel, Cármén "Immigrants from Angola and Mozambique in Portugal since the 1970's" in K. Bade, P. Emmer, L. Lucassen and J. Oltmer (ed.), *Migration, Integration and Minorities since the 17<sup>th</sup> Century: a European Encyclopaedia*, London: Cambridge Univ. Press.

**(2007)** Maciel, Cármén, ">Retornados< aus den ehemaligen Kolonien in Portugal seit den 1970er Jahren" in K. Bade, P. Emmer, L. Lucassen und J. Oltmer (ed.), *Migration, Integration und Minoritäten seit dem 17. Jahrhundert: eine europäische Enzyklopädie*, Munich und Paderborn: Ferdinand-Schöningh-Verlag und the Wilhelm-Fink-Verlag, pp.898-900.

**(2007)** Maciel, Cármén, "Angolanische und mosambikanische Arbeitswanderer in Portugal seit den 1970er Jahren" in K. Bade, P. Emmer, L. Lucassen und J. Oltmer (ed.), *Migration, Integration und Minoritäten seit dem 17. Jahrhundert: eine europäische Enzyklopädie*, Munich und Paderborn: Ferdinand-Schöningh-Verlag und the Wilhelm-Fink-Verlag, pp.377-380.

### 4.2. Artigos em livros

**(2006)** Maciel, Cármén, "Imaginários da novela" in AAVV (org. Diogo Ramada Curto), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no século XX*, Lisboa: Ed. Gulbenkian – Coleção de Textos Universitários, pp.551-573.

### 4.3. Publicações em Actas

**(2008)** Maciel, Cármén, "Percursos de pintores subsarianos do espaço lusófono e o mercado de produção cultural na Europa" in *Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa*. Socinova Migrações: Cd-Rom.

- (2008) Maciel, Cármen, "Produção e Mediação Cultural – um estudo de caso sobre o papel das associações ligadas aos PALOP em Lisboa", in *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa*. Socinova Migrações: Cd-Rom.
- (2007/2008) Coordenadora da Edição das *Actas do I e II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa*. Socinova Migrações: Cd-Rom.
- (2007) Maciel, Cármen, "Introdução ao grupo de trabalho Identidade, Diversidade, Hospitalidade e Xenofobia" in *Actas do II Congresso Nacional Portugal e o futuro da Europa*, Lisboa: IEEI.
- (2000) Maciel, Cármen, "As aventuras dos descobrimentos numa perspectiva sociológica" in Colóquio "Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa", Lisboa, Ed. Escola Naval, pp.294-298.

#### 4.4. Working papers

- (2005) "African immigrants as cultural mediators in Lisbon: the European Center of African Cultures for a month ", SociNova Working Papers, FCSH-UNL, 20 pp.  
<http://www.toronto.ca/metropolis/metropolistoronto2005/pdf/Presentation2.pdf>.
- (2004) "*Língua Portuguesa: diversidades literárias – o caso das literaturas africanas*", SociNova Working Papers, FCSH-UNL. 18 pp.  
[www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=302](http://www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=302).
- (2002) "*O peso da Língua, do Livro e das instituições enquanto afluentes do grande rio: a Lusofonia*", SociNova Working Papers, FCSH-UNL, 25 pp.

#### 4.5. Relatórios

- (2005) "*Maio 2004, Mês de África em Lisboa*", SociNova Working Papers, FCSH-UNL, 78 pp.  
[www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=646](http://www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=646).

### 5. Participação em Encontros Científicos

#### 5.1. Moderação

- 25-26.06.2007 Coordenação e moderação do grupo de trabalho *Identidade, Diversidade, Hospitalidade e Xenofobia* no âmbito do II Congresso Nacional sobre o Futuro da Europa.

Organização do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IEEI) em parceria com outras entidades, na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa.

**27.03.2007** Moderação da sessão “Os migrantes como símbolo da diversidade na Europa” no âmbito da Conferência A Europa dos Valores, organizada pelo IEEI, Socinova e CICDR, no Hotel Tivoli em Lisboa.

## **5.2. Participação em Grupos de Trabalho**

**26.11.2009** Participação no I Workshop Doutoral promovido pela e na Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com o Instituto Francês de Relações Internacionais (IFRI). Apresentação do artigo “The Lusophone project. Enhancing African Portuguese-speaking immigrant’s integration in Portugal through Lusophony?”

**18-20.06.2007** Cluster “Linguistic, cultural and religious diversity and related policies” no âmbito da II IMISCOE PhD Conference, IMES, Universiteit van Amsterdam.

**05.06.2006** Workshop “Migração e Desenvolvimento num contexto regional: o caso da CPLP”, organizado pela DIM na Fundação Cidade Lisboa.

**05-06.12.2005** Sessão temática “África e Cooperação” no âmbito da Conferência “Portugal na Europa e no Mundo: 25 anos de política externa e de segurança” organizada pelo IEEI no Centro de Congressos de Lisboa.

**5.12.2004** Cluster “Linguistic, cultural and religious diversity and related policies” no âmbito da I Conferência Anual do IMISCOE, na Universidade de Coimbra;

**28.09.2004** Workshop “Pluralisme, plurilinguisme, nation et État” no âmbito da 9<sup>th</sup> International Metropolis Conference, Genève – Suíça.

## **5.3. Apresentação de comunicações**

**31.10.2008** Conferencista convidada para a Mesa Redonda “Migrações e Interculturalidade, contributos dos imigrantes para o desenvolvimento dos territórios, organizada pelo Instituto de Acção Social de Ponta Delgada, no Auditório da Escola Básica Roberto Ivens – Ponta Delgada.

**25.05.2007** Conferencista convidada para apresentação dos resultados da investigação de doutoramento numa sessão do Curso de Verão "Imigração e Políticas Públicas de Integração" organizado pelo Socinova Migrações na FCSH-UNL.

**25.05.2007** Comunicação "Percursos de pintores subsarianos do espaço lusófono e o mercado de produção cultural na Europa", no âmbito do II Encontro Internacional 'Migrantes Subsarianos na Europa', organizado pelo Socinova Migrações na Quinta da Memória em Odivelas.

**23.06.2006** Comunicação "Produção e Mediação Cultural – um estudo de caso sobre as Associações de Imigrantes dos PALOP em Lisboa", no âmbito do I Encontro Internacional 'Migrantes Subsarianos na Europa', organizado pelo Socinova Migrações no Tagus Park em Oeiras.

**17-21.10.2005** Comunicação "African immigrants as cultural mediators in Lisbon: the European Centre of Africans Cultures for a month" no âmbito do X Congresso Internacional Metropolis "Our diverse cities" em Toronto.

**16-18.09.2004** Comunicação "Língua Portuguesa: diversidades literárias – o caso das literaturas africanas" no âmbito do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais na Universidade de Coimbra.

**20-24.11.2000** Comunicação no Colóquio 'Dos Mares de Cabral ao Oceano da Língua Portuguesa', na Escola Naval do Alfeite, no âmbito das Jornadas do Mar 2000.

#### **5.4. Sem Apresentação (selecção)**

**16.12.2009** Seminário "O que é a pós-colonialidade portuguesa? Ou o regresso do império na emergente literatura dos 'retornados'". Proferido por Sheila Khan no Auditório Afonso de Barros no ISCTE, Lisboa.

**27.05.2009** III Congresso da África Lusófona "Paradigma Global: contributos africanos", organizado e realizado na Universidade Lusófonia de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

**19.05.2009** Conferência "Novas tendências das literaturas dos PALOP", organizada e realizada no IICT, Lisboa.

**07.05.2009** Colóquio "Cidadania no Espaço da CPLP: estado da questão", organizado e realizado na Universidade Lusófonia de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.

- 16.02.2009** Palestra "Realidades Sócio-Económicas, Políticas e Culturais: Cabo Verde", organizada pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica, no âmbito do Ciclo de Conferências CPLP, na Universidade Católica.
- 07.05.2007** Palestra 'O fenómeno da recriação da língua portuguesa na narrativa africana' pela Professora Simone Caputo Gomes, na sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) na cidade da Praia – Cabo Verde.
- 15.05.2006** Seminário "Descendentes de Imigrantes: um lugar na sociedade portuguesa" ACIME, Auditório da Assembleia da República, Lisboa.
- 15.05.2006** Conferência "Política linguística da Comissão Europeia desde os anos 90 e as futuras accções para as línguas" proferida pelo Doutor Pedro Chaves, organizado pelo Mestrado de Estudos Africanos na FCSH – UNL.
- 07.03.2006** Colóquio "Imigração e Desenvolvimento" organizado pelo Ministério da Administração Interna no Pavilhão do Conhecimento em Lisboa.
- 09-10.02.2006** Ciclo de Conferências "Perspectivas Críticas sobre a Lusofonia", organizado pela Fundação ProJustitiae na Universidade de Évora.
- 13.12.2005** Conferência "Educação e Desenvolvimento em África", organizada pelo CEA/ISCTE na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa.
- 10-11.11.2005** Conferência "Portugal e África: interesses nacionais, concertação e competição europeia", organizada pela FLAD e o IPRI na FLAD em Lisboa.
- 02.11.2005** Conferência "Perspectivas de desenvolvimento de Moçambique" proferida por Armando Emilio Guebuza, organizada pelo IEEI na Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa.
- 06.05.2005** Conferência "Língua Portuguesa e Diversidade Cultural; Encontro com escritores e jornalistas" na Universidade Católica de Lisboa.
- 6-7.12.2004** Congresso "A Língua Portuguesa, presente e futuro", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- 5.12.2004** I Conferência Anual do IMISCOE, organização do IMISCOE, Universidade de Coimbra;
- 08.07.2004** Conferência "A Presença Cultural Portuguesa no Mundo" organização da Sociedade de Geografia de Lisboa.



**03.06.2004** Seminário "Migration and Modernity" por Roger Ballard, organizado pelo GEMME da Universidade Nova de Lisboa;

**26-29.05.2004** Congresso Internacional "Culturas, Metáforas e Mestiçagens" organizado pelo CIDEHUS – Universidade de Évora;

**18/19.12.2003** I Congresso "Imigração em Portugal: Diversidade, Cidadania e Integração" organizado pelo ACIME, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian.

**17-19.04.2000** IV Congresso Português de Sociologia, sob o tema Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos, organização do CES na Universidade de Coimbra.

## **6. Organização de Encontros Científicos**

**06.2006-06.2007** Membro da Comissão Organizadora do II Congresso Nacional sobre o Futuro da Europa – iniciativa do IEEI em parceria com ACIME, AIP, APDE, CNC, Euronatura, IICT, IPRI, UAL, UC, UGT, UM/EEG, UNL/Socinova e UP/FEP.

**07.2006-05.2007** Coordenadora da Comissão Organizadora do II Encontro Internacional 'Migrantes Subsarianos na Europa', iniciativa do Socinova Migrações da FCSH – UNL.

**11.2005-06.2006** Organização do workshop 'Produção Cultural' integrado no I Encontro Internacional 'Migrantes Subsarianos na Europa', promovido pelo SociNova Migrações da FCSH – UNL. Membro da Comissão Organizadora do Encontro.

**04.2002** Membro da Equipa Coordenadora, reunida pela APSIOT (Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho), para o planeamento e organização da intervenção de estudantes do ensino superior no II Encontro Nacional de Estudantes em SIOT.

## **7. Participação em Equipas de Investigação**

**2001-2003** Investigadora no âmbito do projecto "Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCTI/SOC/34719/1999), coordenado pelo Professor Doutor Diogo Ramada Curto e desenvolvido no SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa.

**10.2001-03.2002** Colaborou com o CEOS (Centro de Investigação Sociológica) da FCSH – Universidade Nova de Lisboa, na codificação de inquéritos no Âmbito do Projecto de

Avaliação dos Cursos de Ensino Superior, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e coordenado pelo Professor Doutor Casimiro Balsa.

## 8. Trabalho de campo no estrangeiro

**27.04-11.05.2007** Deslocação a Cabo Verde (Santiago) para realização de entrevistas, observação, visita a Institutos ligados à língua portuguesa e à comunidade lusófona, recolha bibliográfica e de dados estatísticos. **Financiamento:** FCT

**12.06-01.07.2005** Deslocação a Amesterdão para exploração do acervo bibliográfico da biblioteca de Ciências Sociais e Humanas da Universiteit van Amsterdam e discussão do projecto de doutoramento com diversos investigadores. **Financiamento:** FCT

## 9. Filiação Institucional

**2001-** Investigadora em Sociologia no SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa. Actual CESNOVA.

### 8.1. Filiação em Redes Internacionais

**2004-2009** Membro da Rede Europeia de Excelência IMISCOE – International Migration, Integration and Social Cohesion, financiada pela União Europeia ao abrigo da prioridade 7 (*Citizens and Governance in a Knowledge Based Society*), do Sexto programa Quadro.

**2003-** Membro da rede METROPOLIS – International forum for research and policy on migration, diversity and changing cities, financiada pela Fundação Luso-Americana.

## 10. Bolsas

**(2003-2007)** Bolsa de investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, referência: SFRH / BD / 13194 / 2003, financiada pelo POCTI 2010 – Formação Avançada para a Ciência – Medida IV.3.

## 11. Domínio de línguas

	Leitura	Escrita	Conversação
Inglês	Bom	Médio	Médio
Francês	Bom	Médio	Médio
Espanhol	Bom	Elementar	Elementar

13 de Abril de 2010

## I. Introdução

«A cultura ocidental, em razão da sua hegemonia política e económica sobre o mundo, nos últimos séculos, tornou-se o único paradigma da civilização, e a medida absoluta da civilidade.»

Rezk (1998)

Abel Cabral Couto, General na reserva e referência da reflexão estratégica em Portugal, discorrendo sobre a marcha do mundo<sup>1</sup>, o lugar que Portugal ocupa na mesma e como se posiciona face aos espaços onde pretende actuar, refere-se à actualidade como uma era marcada por cinco aspectos: a ocorrência de uma viragem civilizacional; fortes assimetrias demográficas e de desenvolvimento; a passagem de um mundo bipolar para um multipolar; as reivindicações cada vez mais audíveis do controle da globalização; e a afirmação do eu no quadro dos direitos humanos.

De acordo ainda com Cabral Couto, o que ainda resta do ‘Euromundo’<sup>2</sup>, em que boa parte dos portugueses (e restantes europeus) foram educados e socializados, está a ruir. Seguindo o seu raciocínio, a constatação de Eduardo Lourenço, quando afirmou que aquilo que o «Tratado de Tordesilhas assinalou ou confirmou, há meio milénio atrás [...] que a Europa é o único continente com uma vocação e presença planetária até aos dias de hoje» (Lourenço, 1999:56), careceria, hoje, de verificação.

Para o especialista em estratégia, a ascensão da China, da Índia, do Brasil e de vários países da África Austral, bem como a consolidação de uns Estados Unidos cada vez mais fortes em comparação com a Europa, forçar-nos-iam a admitir que o modelo civilizacional europeu<sup>3</sup> de outrora não se encaixaria na realidade de hoje. Dizia Cabral Couto que, tal como há ajustes tectónicos quando as placas continentais se movem e emergem, assim se passa com estas novas potências, que obrigam a um ajuste mundial e, sobretudo, a uma mudança paradigmática de um mundo eurocêntrico para um mundo globalizado e multipolar.

---

<sup>1</sup> No âmbito do “III Congresso Internacional da África Lusófona. Paradigma Global: Contributos Africanos”, a 27 de Maio de 2009, na Universidade Lusófona de Lisboa. Organizado pela Linha de investigação em Africanologia e Lusofonia da UEICTS/ULHT. Programa em: [www.grupolusofona.pt/portal/page?\\_pageid=135,1631160&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://www.grupolusofona.pt/portal/page?_pageid=135,1631160&_dad=portal&_schema=PORTAL).

<sup>2</sup> CF: «Os novos governantes do mundo, sejam lá quem forem, herdaram uma posição que foi construída pela Europa e somente pela Europa. São técnicas europeias, exemplos europeus, ideias europeias que arrancaram o mundo não-europeu de seu passado – alijando-o da barbárie da África, e das antigas, majestáticas e vagarosas civilizações da Ásia. A história do mundo nos últimos cinco séculos, se tem algum significado, é a história europeia. Não acho que temos de nos desculpar se nosso estudo da história estiver centrado na Europa.» (Trevor-Roper, 1996 [1966]:11).

<sup>3</sup> Que eleger, na mesma linha de raciocínio que Delanty (1995), a Europa como “sistema de valores civilizacionais”.

Este é de resto, o argumento de Jack Goody, que tem procurado, ao longo das últimas décadas, reflectir sobre a Eurásia e a importância – no seu entender, excessiva – que tem sido atribuída ao Ocidente por oposição ao Oriente (Goody, 2000).

Segundo Goody, temas tão diversos como *capitalismo*, *democracia*, *individualismo*, *amor* e *universidade* são tratados como invenções ocidentais, quando, na sua opinião, devem em muito ao Oriente. Considerar, por exemplo, que a democracia terá nascido em Atenas, seria sustentar uma ideia, ocidentalizada e etnocêntrica, que carece de verificação. Como afirma: «Atenas pode ter desenvolvido uma forma particular de democracia com a votação por escrito, mas a democracia existia em Cartago, em algumas cidades da Mesopotâmia, na Índia, na China e em muitas sociedades "tribais"» (Goody em entrevista, 2008). Trata-se portanto, do seu ponto de vista, de uma ilusão fundamentada num modo distorcido de ver a História, como explica na recente obra *O roubo da história. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente* (2008).

José Manuel Sobral, ao discorrer sobre o contributo de Goody na compreensão do mundo actual, enfatiza que as suas obras evidenciam que «para lá das diferenças – nomeadamente as introduzidas pela revolução industrial iniciada em Inglaterra –, existe um percurso feito de afinidades. Percurso em que, se alguns – no Ocidente – tiveram um papel em determinado momento do desenvolvimento económico –, outros – no Oriente, a China, a Índia, o Japão, os novos ‘tigres asiáticos’ –, que no passado já tiveram um lugar cimeiro, aprestam-se a disputar a primazia.» (Sobral, 2005: 765).

Pode parecer descabido começar um texto sobre a construção da *comunidade lusófona* a partir do antigo centro, invocando tão abrangente contexto; contudo, pelo peso que o paradigma eurocêntrico assumiu durante séculos e pelas reservas que parece ter criado nos países em vias de desenvolvimento (na sua esmagadora maioria antigas colónias europeias), em especial no mundo de língua portuguesa, pareceu-nos que seria uma boa porta de entrada para a discussão que ensaiamos nesta tese.

Tal como referem Lopes e Santos (2008), co-autores da obra *Do Império à CPLP*, sustentamos que para entendermos a concepção da ideia de *comunidade lusófona* e a sua operacionalização, inicialmente idealizada como luso-brasileira, e, mais tarde alargada aos novos países africanos e a Timor-Leste, devemos proceder ao seu enquadramento na evolução do sistema internacional, «porque só assim será possível compreender a sua evolução à luz de fenómenos como a eclosão das independências e a

pressão dos países do “Terceiro Mundo”, a descolonização, os interesses permanentes das grandes potências políticas e económicas em determinadas regiões (como, por exemplo, a África Austral), a constituição de blocos económicos regionais ou ainda a redução das barreiras comerciais promovida pela Organização Mundial de Comércio.» (Lopes e Santos, 2008:8).

Também Bela Feldman-Bianco, investigadora brasileira, reconhece que «[a] sobreposição entre nação e antigo império português na atual conjuntura do capitalismo, marcada por crescentes interpenetrações globais e formação de blocos regionais, envolveu esforços e embates para a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).» (Feldman-Bianco, 2002:408).

Sustentamos que reflectir sobre a criação de um espaço comunitário *lusófono* implica reflectir sobre questões conexas como globalização, identidade, diversidade e interculturalidade. Admitimos ainda que, neste contexto ideológica e afectivamente marcado, tal tarefa obriga a situar o ponto de partida da análise, daí o optarmos por nos concentrar na ‘construção da *comunidade lusófona* a partir do antigo centro’.

No entanto, pensar a construção da dita *comunidade*, treze anos volvidos sobre a formalização da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – que lhe deu um ‘rostro’ e um ‘corpo’ institucional – e no actual cenário de ‘mundo reticular’ em que Portugal, Brasil, Timor e cada um dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) voluntariamente se associam numa rede comum, mas se integram simultaneamente noutras redes internacionais (potencialmente concorrentes), é uma tarefa desafiante. Se pensarmos na conotação étnica, assente acima de tudo na radicação lusocêntrica que muitos lhe atribuem, e que pode eventualmente remeter para a ideia de que Portugal pretende uma nova hegemonia, o desafio torna-se ainda maior.

Sem querer avançar desde já uma definição final, adiantamos, no entanto, que em nosso entender essa *comunidade lusófona* deverá ser entendida como uma forma de representação, física e simbólica, de um colectivo com traços singulares (no caso, o uso da língua portuguesa e a história comum), e de demarcação de fronteiras com outros colectivos significativos, de afiliação linguística, experiência histórica, ou outro atributo. A *comunidade lusófona* como produto da democracia deverá ser encarada como uma comunidade assente no pensamento e acção dos cidadãos dos espaços e países de língua portuguesa. Tanto se realiza pelos seus empreendimentos e feitos

económicos ou pela acção das associações cívicas, como pela criação artística e literária, pela investigação científica ou pela reflexão filosófica.

Mas, procurar a essência de tal *comunidade*, ou de um ‘modo de ser lusófono’, quando ainda uma boa parte dos cidadãos recorda a retórica da singularidade, marca de água do Estado Novo, e os traumatismos da época colonial (lembrados nos discursos políticos veiculados pelos chefes de estado africanos na Cimeira União Europeia-África de 2007<sup>4</sup>), constitui missão arriscada. Contudo, pensar o tempo presente também requer o reconhecimento das actuais circunstâncias de Portugal partilhar com o Brasil, os PALOP, Timor e outros espaços a língua portuguesa como veículo oficial de comunicação, e de existirem, actualmente, centenas de milhares de cidadãos de ascendência não Europeia, com origem ancestral nesses países, radicados no antigo centro imperial. Importa, pois, reflectir sobre o modo de equacionar cientificamente a questão neste dealbar do século XXI.

Partimos da reflexão de Cabral Couto sobre o estado do mundo para esboçarmos o travejamento problemático dessa missão arriscada e desafiante que nos propomos com a presente dissertação. Do mesmo modo que estamos a assistir no plano internacional a um “ajuste de placas” com novas formas hegemónicas de poder emergentes; sustentamos que o que hoje se convencionou designar de “comunidade dos países de língua portuguesa” enfrenta, há já algumas décadas (pelo menos desde o fim da Segunda Grande Guerra), dinâmicas complexas, ajustes de poder e uma crise de paradigmas, polvilhadas, aqui e acolá, por indefinições várias e por um medir de forças, que ora comprometem a construção coerente da possível *comunidade*, ora a impulsionam em moldes sólidos e sustentáveis.

Na opinião do sociólogo José Filipe Pinto, essa complexidade «resulta não apenas da substituição do paradigma eurocêntrico, que vigora aproximadamente há cinco séculos, por um outro, mas sobretudo, das dificuldades de aplicação ou de generalização deste novo paradigma [...] resultante da globalização e marcado pela desterritorialização cultural, pelo alargamento das fronteiras e pelo multiculturalismo.»<sup>5</sup>

---

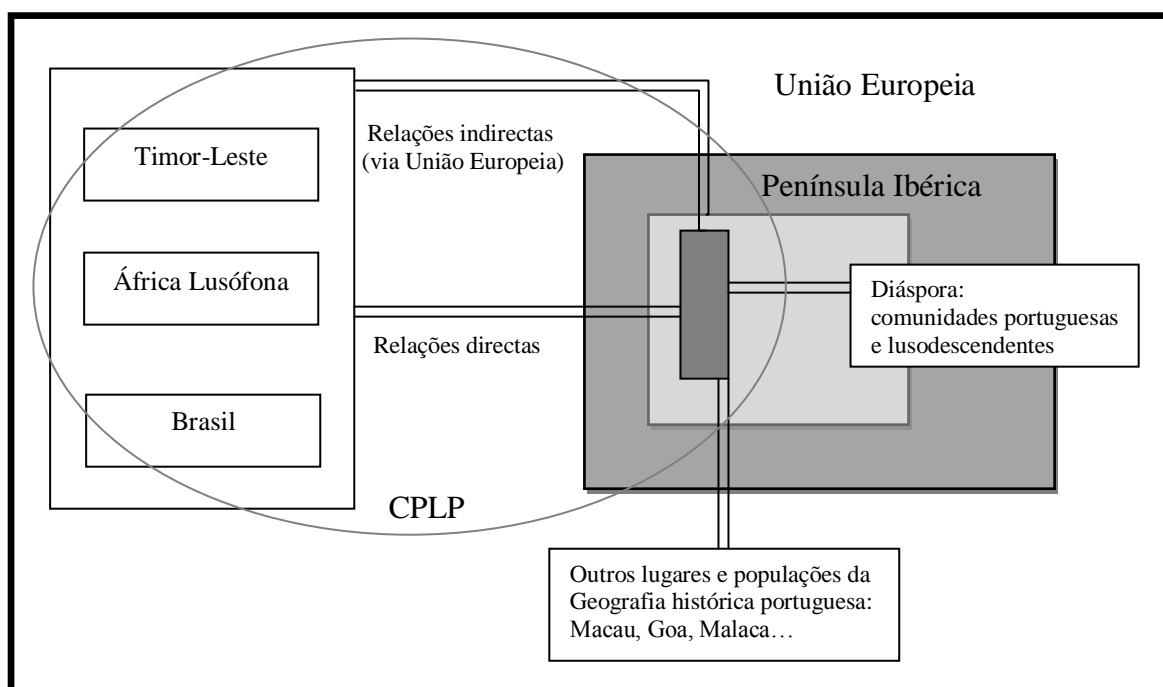
<sup>4</sup> A Cimeira UE-África, envolvendo diversas reuniões entre Chefes de Estado e de Governo, realizou-se em Lisboa de 7 a 9 de Dezembro de 2007, no âmbito da Presidência portuguesa da União Europeia. Programa: [http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Reunioes\\_Eventos/ChefesEstado/UE\\_Africa.htm](http://www.eu2007.pt/UE/vPT/Reunioes_Eventos/ChefesEstado/UE_Africa.htm).

<sup>5</sup> Esta visão de Pinto, enquadra-se nas leituras que Giddens (1992), Harvey (1993) e Laclau (1990), três estudiosos da natureza da mudança no mundo pós-moderno, tecem sobre a mesma: uma mudança sujeita a fenómenos como a descontinuidade, a fragmentação, a ruptura e o deslocamento. Conceitos que consideram chave na discussão das problemáticas associadas à globalização.

(Pinto, 2004: 21). Acrescentaríamos, numa visão ‘de baixo para cima’, que o intenso vai-e-vem de pessoas e de símbolos, que circulam entre os espaços da ‘lusotopia’<sup>6</sup>, dando origem a redes mais ou menos densas de tipo transnacional, também se constitui como contexto e factor importante para a compreensão dessas dinâmicas. Entendemos que expandir a análise dessa complexidade ao nível dos agentes individuais que constroem a *comunidade lusófona* permite ir para além da análise das estratégias dos Estados – que a maioria dos estudos privilegia. E esse será precisamente o objectivo desta dissertação.

A transição paradigmática a que Pinto alude é, indubitavelmente, vivida de forma diferente por Portugal e pelos restantes países de língua portuguesa. Para o antigo centro, a mudança, ou a necessidade dessa mudança (porventura agudizada com a adesão de Portugal à CEE e actualmente impulsionada pela existência no seu seio de um segmento crescentemente diferenciado de ascendência não europeia), passa por se reencontrar como país euro-atlântico<sup>7</sup>; e, necessariamente, por repensar as suas relações com os espaços da outrora periferia colonial.

Esquema 1: Visão esquemática do posicionamento de Portugal no contexto global: esferas verticais de influências e relações horizontais mais importantes.



Fonte: Fernandes, 2008:15.

<sup>6</sup> Segundo o *Dicionário Temático da Lusofonia*, a lusotopia refere-se aos lugares onde efectivamente se fala português (Cristovão, 2005:652).

<sup>7</sup> Vd.: Fernandes (1999); Soares (2000); Neves (2000).

Nas palavras da filósofa da cultura, Maria Manuel Baptista, trata-se de aprender «[c]omo coordenar [um] discurso de particularidade e especificidade cultural, com um outro que clama por ‘mais Europa’ e ‘mais cultura Europeia’ [...]» (Baptista, 2000: 2). Nesta perspectiva, o esquema 1, de João Fernandes (2008), sintetiza o que seria o actual posicionamento de Portugal no contexto global.

Realçando as relações com o Atlântico, a União Europeia e demais lugares e populações da lusotopia que não coincidem necessariamente com nenhum desses dois eixos, a representação gráfica permite perceber como, nesta perspectiva, se encontraria estruturado o campo em que decorrem as dinâmicas de identificação e interrelação do antigo centro português com os espaços com que, privilegiadamente, interage.

Numa reflexão marcadamente política, sobre as ‘fronteiras portuguesas’, Adriano Moreira (1996) propugna que a globalização, mais do que vulnerabilizá-las, as transformou – num sentido de mudança e renovação. De acordo com o autor, em Portugal, tal como aconteceu noutros países, os espaços de afirmação deixaram de coincidir com as respectivas fronteiras políticas; até porque, para além destas, há ainda a considerar as fronteiras de segurança, as económicas e as culturais – que podem não ser concordantes entre si.

Será que o pequeno Portugal que viveu cinco séculos de atlantismo; algumas décadas, após o 25 de Abril de 1974, de europeísmo; é actualmente um país euro-atlântico, simultânea e equilibradamente europeu e *lusófono*? O que podemos esperar na relação com as ex-cólonias africanas, com o Brasil, com Timor e com os demais espaços ainda associados à passagem e à permanência portuguesas? Como tece Portugal laços com todos estes espaços? Que posição assumem os actores individuais e as suas acções na construção da pretensa *comunidade lusófona*? Como é encarado este empreendimento pelos restantes países de língua portuguesa? E que papel desempenham os cidadãos desses países neste empreendimento?

Como referia José Filipe Pinto<sup>8</sup>, quando falamos, na Europa, da construção de África ou quando pensamos na relação de Portugal com os restantes espaços de língua portuguesa, corremos sempre o risco de a fala soar a paternalismo ou neocolonialismo. (No decorrer do trabalho citaremos exemplos de autores que seguem este argumento crítico.) Não pode, no entanto, este ser um receio dissuasor da indagação científica,

---

<sup>8</sup> Ainda no contexto do referido Congresso.



mormente quando se verifica hoje o envolvimento de largos segmentos da população portuguesa na discussão de África, das relações luso-africanas e da *lusofonia*<sup>9</sup> de uma forma geral.

Cientes de que, do ponto de vista do antigo centro imperial, a construção da *comunidade lusófona* é um processo com implicações ao nível da redefinição da identidade nacional e na afirmação de um paradigma pós-colonial assente na cooperação e no respeito pela Humanidade, admitimos que seria útil recuarmos ao período da expansão marítima e daí trilharmos, pelas sendas da História, o caminho de uma análise sobre o paradigma eurocêntrico (ou ocidental) – que durante vários séculos conferiu à Europa o estatuto de «sede de governo do Mundo.» (Moreira, 2004: 53).

---

<sup>9</sup> De acordo com a definição esboçada na página 44, a *lusofonia* pode ser entendida como a difusão da língua portuguesa pelo mundo, estruturada por séculos de convívio com um conjunto de matrizes linguístico-culturais diversas e pelas permanentes transformações daí decorrentes; manifestando-se de forma difusa nos mais multifacetados contextos das sociedades.

## I.I. Enquadramento histórico

«Não poderemos responder às interrogações do futuro sem reflectir nos percursos do passado – a fim de bem formularmos as problemáticas a desafiar-nos e ensaiar hipóteses de respostas pertinentes.»

Godinho (2004: XII)

Considerando a advertência de Vitorino Magalhães Godinho, faremos uma viagem ao passado na tentativa de melhor compreender o tempo presente e as interrogações que se nos colocam sobre o futuro da pretensa *comunidade lusófona*. Embarcaremos no ‘mundo que o Português criou’ e desembarcaremos no actual *mundo de língua portuguesa*. Nessa caminhada pela máquina do tempo, procuraremos, naturalmente de forma sintética (porque outra opção não cabe na economia deste trabalho), passar em revista vários factores que condicionam a transição de paradigma a que se referem os estudiosos da globalização atrás citados.

Esta reflexão servirá dois propósitos: como forma de enquadramento e compreensão das mudanças epistemológicas e sociais vividas no antigo centro, e como contextualização dos impactos da construção da chamada *comunidade lusófona* nas antigas periferias imperiais.

### I.I.I. Da lusotopia à lusofonia

Os ‘tempos modernos’, do Renascimento e da Reforma (séculos XV e XVI), em resposta à «profunda crise económica e social do século XIV, com os seus repetidos surtos de pestes, a desorganização e os conflitos sociais, as deslocações da população em busca de lugares onde matar a fome, a alteração dos sistemas interpretativos do mundo resultantes da crise escolástica, [e] os conflitos entre religiosos» (Mattoso, 1998: 25), ficaram conhecidos não só como um período de guerras e alianças sucessivas que alteram progressivamente as fronteiras da Europa, mas ainda como uma época de grande instabilidade a nível espiritual, que quebra a unidade dos católicos e desemboca em tensões e conflitos religiosos. Acima de tudo, para os propósitos desta investigação, consideramos que esses tempos são recordados pelos portugueses como a era de consubstanciação da expansão marítima, a era da grande epopeia portuguesa que viria a marcar decisivamente a construção de uma identidade como nação que se projecta para além do continente europeu (Godinho, 2004).

Perante os múltiplos cenários disruptivos e face aos conflitos e problemas despoletados, países rivais também tentam expandir-se além-mar. Logo, começam a construir-se os primeiros impérios mercantis na Índia, «onde se supõe existirem todas as riquezas e onde tudo [seria] abundante» (Mattoso, *ibidem*), e na América, considerada, na carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei D. Manuel, como o paraíso na terra, tal o deslumbramento dos europeus ante o ‘novo mundo’ (Cf. Leite, 1962; Holanda, 1992).

Segundo Adriano Moreira, é neste período que se lançam as raízes para a construção da ideia de Euromundo – a «sede do governo do mundo assumido pela etnia branca» (Moreira, 1979: 407).

Durante a vigência desse paradigma, em que várias coligações hegemónicas entre Estados se ergueram, terá surgido aquela que alguns autores designam de primeira globalização (Elias, 1975; Wallerstein, 2000) – também apelidada de “sistema-mundial moderno” ou “economia-mundo europeia”, por Immanuel Wallerstein (1979), ou de “capitalismo moderno” por Fernand Braudel (1985).

Alguns estudos apontam Portugal como pioneiro deste primeiro movimento globalizador. Rodrigues e Devezas, co-autores da obra *Portugal – O pioneiro da globalização*, referem que «Portugal foi a primeira potência no Mundo a desencadear o processo hoje conhecido por *Globalização*, (...) o pioneirismo português de Quinhentos não é um mito criado por alguns entusiastas dos Descobrimentos.» (Rodrigues e Devezas, 2007: 18). No entanto, o historiador António Farinha chama a atenção para a necessidade de uma leitura crítica desse facto, explicando que «os Portugueses de então não podiam saber que seriam os arautos dos Novos Mundos e da Idade Moderna e que, ao embarcar para Ceuta, seriam os actores de uma das conquistas que maiores repercursões históricas viria a obter. Pode mesmo enunciar-se a problemática de outro modo: sendo a Reconquista do chão ibérico e norte-africano o desiterato prosseguido pelos reinos peninsulares e pela Igreja nos séculos finais da Idade Média, os portugueses de 1415 podiam mais facilmente representar-se como os agentes da recristianização africana do que como os descobridores dos mares e das terras ainda incógnitas» (Farinha, 1998: 120).

De acordo com Farinha (*ibidem*), a conquista de Ceuta inscreve-se numa dinâmica expansionista geral e global dos reinos europeus e cristãos de então, e ainda num contexto concreto da realidade portuguesa e ibérica, no alvor do século XV.

Quatro séculos mais tarde, Karl Marx e Frederick Engels, com a publicação do *Manifesto do Partido Comunista* em 1848, observariam com atenção os resultados dessa primeira ‘globalização’: «a descoberta da América, a dobragem do Cabo da Boa Esperança, criaram um novo campo de acção para a burguesia em ascensão. O mercado das Índias Orientais e da China, a colonização da América, a troca com as colónias, a multiplicação dos meios de permuta e das mercadorias deram em geral ao comércio, à navegação e à indústria um impulso nunca até então conhecido. [...] A necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos lança a burguesia por todo o globo terrestre [...]. Os produtos das nações individuais tornam-se mercadoria comum.» (Marx e Engels, 1975: 61, 64).

Não só as trocas materiais e os interesses económicos importavam. Sob o imperativo da pregação do evangelho, mas também à mercê de motivações políticas, e ainda pelas necessidades e desígnios da civilização, verifica-se uma expansão geográfica para todo o globo, apoiada pelos rápidos avanços científicos alcançados pelos europeus na época. «Foram os Europeus que começaram a estabelecer um sistema unificado de conhecimento e, por isso, foram eles que partiram à descoberta do Mundo.» (Rémond, 1994:22). É também essa a tese de Lynn White: «a Europa que se elevou a um predomínio geral por volta de 1500 tinha uma capacidade e saber industriais largamente superiores aos de qualquer cultura da Ásia – para não falar da África ou da América – com quem se confrontava.» (White, 1972: 250).

No entanto, diz José Mattoso que «[a] civilização europeia é uma civilização isolada até ao final do século XIV». Como tal, refere que a Europa não tinha qualquer relevância internacional antes do século XV: «em termos globais, certamente muito simplificadores de uma realidade complexa (...), a Europa estava, em 1400, francamente isolada do resto do mundo. Alguns anos mais tarde rompe o seu isolamento e torna-se o principal e mais precoce motor da expansão europeia. (...)» (Mattoso, 1998: 12). No mesmo sentido, Carlo Cipolla sustenta que «[n]ão há dúvida que, desde a queda do Império Romano até ao começo do século XIII, a Europa era uma região subdesenvolvida relativamente aos mais importantes centros civilizacionais da época, (...) a China das dinastias T’ang ou Sung, (...) o Império Bizantino da dinastia macedónia, (...) o Império Árabe dos Omíadas ou dos Abássidas. (...) A Europa tinha pouco a oferecer à curiosidade de alguém.» (Cipolla, 1974: 248).

Através de uma análise minuciosa das trocas comerciais, Cipolla identifica a alta Idade Média como o período de viragem: «a composição do comércio internacional entre Leste e Oeste parece apontar para os séculos XIII e XIV como sendo o período em que a Europa afirmou a sua superioridade.» (Cipolla, *idem: ibidem*). Outros autores confirmam esta datação (Ashtor, 1983; Rémond, 1994). É por isso relevante que se inicie uma análise sobre a ‘construção do mundo’ protagonizada pela actuação central da Europa a partir do século XV.

Num contexto em que o âmago da formação histórica se centra na expansão do cristianismo, do capitalismo europeu e do avanço científico, Portugal e Espanha, sucedendo à prosperidade dos mares fechados que beneficiou os portos italianos e os do Báltico, aproveitam para «edificarem impérios coloniais que, à escala de então e tendo em conta a distância relativa, possuem uma prodigiosa extensão» (Rémond, *idem*: 23).

António Farinha, historiador que se tem dedicado aos estudos árabes e islâmicos, sublinha que, apesar das questões controversas acima apontadas quanto ao empreendimento português em Ceuta, «não subsistem dúvidas quanto à importância [dessa] conquista: no ano de 1415 principia a expansão portuguesa e desenvolve-se a actividade marítima, militar e comercial que redundaria no povoamento das ilhas atlânticas [e] no reconhecimento da costa ocidental africana.» (Farinha, 1998: 120). Por outro lado, essa conquista assume-se ainda como uma forma de fortalecimento face à ameaça castelhana, uma vez que Castela pretendia absorver o pequeno reino ocidental.

Do ponto de vista das explorações marítimas portuguesas, o século XV aparece, de uma forma geral, sobretudo marcado pela intensa actividade exploratória, de desbravadorismo, reconhecimento, colonização e ainda pela realização de feitos como a passagem do Cabo Bojador e do da Boa Esperança – que permitem avanços na progressão para Sul e para Ocidente (ver Quadro 1). Razões pelas quais alguns historiadores o tenham identificado como o século em que se inicia o período “da formação do império português” (Bethencourt e Chaudhuri, 1998; Boxer, 1969).

Portugal traça então os primeiros esboços de centro e metrópole imperial (como viria mais tarde a ser reconhecido e designado pelas respectivas periferias).

Quadro 1: Momentos marcantes da Expansão Portuguesa, em comparação com outros movimentos expansionistas europeus, nos séculos XV e XVI.

1400															1500															1600																																																																																																																							
															15	21	34	46	56	80	88	98																10	20	35	70																																																																																																												
Expansionismo Português															Conquista de Ceuta															Exploração costa ocid. Africana. Cabo Bojador															Coloniz. de Cabo Verde															Cabo da Boa Esperança															Chegada ao Brasil															Embaixada portuguesa na Etiópia (20-26)															Estabelecimento em Nagasáqui																																												
																														Colonização das ilhas atlânticas															Expedições Golfo da Guiné															Explor. do Rio Zaire Congo (82/83)															Chegada à Índia															Conquista de Goa																																																											
Conflitos luso-castelhanos pela posse das Canárias															Tratado de paz que regulamenta a navegação															Portugal reafirma os direitos às terras descobertas																																																																																																																							
Tratado de paz com Castela (1411-1420)																														Tratado de Alcáçovas (1479)															Tratado de Tordesilhas (1494)																																																																																																								
Expansionismo Espanhol															Barcos mercantes navegam para Ocidente															Pirataria na Costa e no Golfo da Guiné																														Cristóvão Colombo chega às Antilhas (1492)																														México															Peru Chile															Filipinas																													
																																																																																										Circum-navegação de Fernão Magalhães																																																											
Outros Expansionismos															pirataria aos navios portugueses e espanhóis																														Expedição inglesa a Nova Escócia e Terra Nova e Labrador (1497)																														Franceses: Expedição ao Canadá (1535)															Avanço para Índia: Ingleses e holandeses																																																											
																																																																											Fixação no Brasil (1555-75)															Companhia das Terras longínquas (1594)																																																											

Fontes: Bethencourt e Chaudhuri, 1998 (vols.1e 2); Mattoso, 1994 (vol.8); Boxer, 1969; Pinto *et alii*, 1993.

No contexto das últimas expedições marítimas empreendidas pelo infante D. Henrique, ocorre o “descobrimento” das ilhas de Cabo Verde e dos rios da Guiné – que viriam a funcionar como uma espécie de plataforma atlântica, de escala estratégica, para o comércio estabelecido pelo expansionismo português (Godinho, 1981-83, IV; Matos, 1988). De acordo com Carlos Riley (1998:159), os dividendos comerciais do empreendimento começam a evidenciar uma necessidade de condução e centralização

política do mesmo, por isso, é nesta altura que a emergência da dimensão política na expansão ultramarina portuguesa para a África negra se acentua consideravelmente.

A rede comercial e económica que se consolida em torno do Golfo da Guiné leva a Coroa portuguesa a expandir-se para abaixo da linha do Equador, em direcção à África Austral – que «tardará muito em adquirir identidade própria, permanecendo agregada à Guiné onde convergem os interesses da soberania portuguesa na costa ocidental africana – a partir desta zona atlântica todos os caminhos vão basicamente dar ao oceano Índico.» (Riley, *idem*: 161).

Kirti Chaudhuri refere que «a chegada dos portugueses à Ásia, em 1498, significou que o comércio marítimo existente e as relações internacionais iriam sofrer uma profunda recomposição, conduzindo à criação de uma nova dimensão historiográfica. A expansão portuguesa era um processo altamente consciente [...] os portugueses eram também um povo marítimo activo no Atlântico-Mediterrâneo, com conhecimento da importância dos mercados para as economias-nacionais e dos lucros que os governantes obtinham.» (Chaudhuri, 1998: 167).

Depois de um século marcado por sucessivas descobertas e conquistas, surge «o século XVI dominado pela importância da grande rota transoceânica que liga Lisboa à Índia, e que, a partir daí, se torna o eixo da diáspora que levará os primeiros europeus a bordejar as costas do Japão em 1543; num sentido inverso, em larga medida, far-se-á depois a abertura do Pacífico à navegação, mas por navegadores de outras nacionalidades.» (Domingues, 1998: 62).

Macau, Manila e o porto japonês de Nagasáqui constituem os limites geográficos da expansão portuguesa no Oceano Índico. Espaço a que Farinha (1998) e Chaudhuri (1998) apelidam de “teatro de acção portuguesa” – «que tinha o incitamento de altos proventos financeiros, riscos políticos e sucesso espiritual conseguido pelos missionários cristãos.» (Chaudhuri, *idem*: 182).

De acordo com Joaquim Romero de Magalhães (1998b), nesse extremo oriental, o estabelecimento português em Macau, desde cerca de 1557, assume particular relevância, na medida em que abre portas para os espaços económicos da China e do Japão.

Esse “teatro de acção portuguesa” era um espaço altamente cobiçado pelos holandeses, que, em 1594 criam a “Companhia das Terras Longínquas” com vista a

ameaçar a presença portuguesa no Oriente. De acordo com Braudel, a acção holandesa passaria mesmo por arruinar o comércio português antes de substituí-lo (Braudel, 1979, 3: 181).

Cronistas portugueses como João de Barros, Gaspar Correia ou Tomé Pires – que analisaram o sistema comercial do Oceano Índico na viragem do século XV – evidenciam o sucesso dos portugueses ao chegarem à Índia Ocidental e aí criarem uma presença marítima permanente. «Uma das razões porque a chegada dos Portugueses ao oceano Índico fez tão forte impressão na Europa e na Ásia encontra-se no facto de que, ao fim de uma década e meia, os Portugueses tinham conseguido levantar toda uma estrutura institucional de governo, povoamento e comércio, que viria a ser conhecida como Estado da Índia» (Chaudhuri, 1998: 165).

Mas o século XVI não haveria de ser apenas uma era de sucessos na Índia; o “império português na Ásia” confrontar-se-ia, também, com algumas dificuldades – de que a competição comercial dos mercadores guzarates, a captura de Malaca, em 1511, ou as tentativas para capturar Diu, são alguns exemplos (Chaudhuri, 1998: 178). Nesse contexto, assiste-se a uma progressiva transferência do império para o Atlântico e ao arranque da economia do Brasil (Bethencourt e Chaudhuri, 1998: 9) – país que se haveria de tornar um dos principais impulsionadores da *comunidade lusófona*.

A descoberta de ouro no Brasil «que vem romper definitivamente a relação de forças entre as diversas regiões do império» (Bethencourt e Chaudhuri, *ibidem*) tem um papel decisivo nessa transferência e, também, no olhar cobiçador de expansionistas de outras nacionalidades. De acordo com Joaquim Romero de Magalhães, o facto de os castelhanos terem prosseguido uma “política territorial devastadora” na América, atrai a atenção dos restantes europeus para “os tesouros existentes no novo continente” – o desejo partilhado em obtê-los despoleta ‘guerrilhas’ entre eles, nomeadamente entre os portugueses e os castelhanos (Magalhães, 1998: 215).

No entanto, «[a] impossibilidade de medir as longitudes facilita a tarefa de distorção da cartografia portuguesa em que o Brasil surge empurrado para o interior do hemisfério português.» (Magalhães, *idem*: 216).

Ao longo do tempo diferentes historiadores como Jaime Cortesão (1969), Luís de Albuquerque (1987) e Joaquim Romero de Magalhães (1998) explicam que a atracção pelo Brasil não residia nas “fabulosas somas”, nem nos “incríveis lucros” que



facilmente se conseguiam obter no Oriente, mas sim numa expectativa assente na “solidez agrícola” que poderia alimentar a produção exportada para o continente europeu. É esta, em particular, a expectativa dos portugueses que, assim que se vêem desembarçados das ameaças francesas de fixação, desenvolvem uma colonização de base agrária, patriarcal e capitalista – a que se juntam os Jesuítas, que se lhes aliam para promoverem a sua própria colonização.

«Com as expedições prospectoras e depredadoras vai-se conhecendo o Brasil. Terras e gentes. Saber da terra e das gentes que se transmite pelas comunidades que o usam. Os primeiros escritores que registaram a realidade de uma observação esforçaram-se por dar a conhecer» diversos pormenores do “novo mundo” (Magalhães, 1998b: 35-36). Pêro de Magalhães Gândavo publica, em 1570, o *Tratado da terra do Brasil*, e em 1576, a *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*; Fernão Cadim dá à estampa, em 1583 os *Tratados da terra e da gente do Brasil*; e Gabriel Soares de Sousa, edita, em 1587, o *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Circulam, então, já em meados do século XVI, textos de grande alcance, em língua portuguesa. Daí que Miguel Jerónimo, proponha que é precisamente na emergente vontade de saber e conhecer, decorrente do período da expansão marítima, continuada pela nova *ordem da informação e da comunicação*, que encontramos os dados arqueológicos de uma *lusofonia* (Jerónimo, 2006: 30-31).

Vários escritores da época proclamaram os feitos dos nobres lusitanos e sublinharam o divórcio entre a pequenez do reino e a pobreza do seu povo, por um lado, e a grandeza da nação e a expansão marítima, por outro. Camões, “o imortal cantor das glórias de que se ufana Portugal” (Ramos, 1975), ficou conhecido como o maior proclamador dessa mensagem com a sua célebre obra *Os Lusíadas*<sup>10</sup> – que muito contribuiu para a fixação de uma visão dominante, que havia de perdurar por muito tempo, sobre Portugal e os portugueses: «Eis aqui quase cume da cabeça/ De Europa toda, o Reino Lusitano/ Onde a Terra se acaba, e o Mar começa» (*Os Lusíadas*, Canto III: 20).

---

<sup>10</sup> Diogo Ramada Curto, refere que «[o] estabelecimento público de uma hierarquia de heróis e de feitos guerreiros, iniciados pelas crónicas de meados de Quinhentos, começará [efectivamente] n’*Os Lusíadas* (1572) uma das suas mais completas expressões. [...] Trata-se de temas a partir dos quais Camões participa nos debates políticos e sociais do seu tempo.» (Ramada Curto, 1998b: 454).

Depois de Portugal e Espanha, surgem novos centros hegemónicos: as Províncias Unidas<sup>11</sup>, a Grã-Bretanha e a França. Muito mais tarde, viriam a juntar-se ao rol das potências coloniais a Alemanha e a Itália (Remond, 1994). Todos «abandonaram os velhos parapeitos europeus evocados em *Bateau Ivre* para se lançarem noutros continentes, em nome do comércio, da sede de poder, da curiosidade científica, do proselitismo religioso, da exploração da riqueza e do trabalho alheio, uma vez que tudo isso estava incluído na saga da expansão da Europa fora de si mesma.» (Lourenço, 1999: 56).

Dougherty e Pfaltzgraff (2003), sublinham o peso desigual que têm, nesse sistema-mundo e no contexto desses sucessivos pólos de poder de predomínio mundial europeu, os centros e as periferias, destacando os seus efeitos em termos de uma divisão mundial do trabalho, numa História marcada pela ascensão e a queda de potências hegemónicas, a expansão territorial dos Estados e o seu declínio inevitável. É na gestão de todos estes factores de concorrência, competição e luta pelo poder, agudizada pelas rivalidades entre católicos e protestantes, que emerge a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

A ideia de ‘equilíbrio europeu’ surge com o século XVII, constituída em torno dos Tratados de Vestefália de 1648. As negociações de paz abrem «caminho à transformação de Inglaterra num poder global durante três séculos e [criam] as condições para a aceitação da independência portuguesa depois da guerra da restauração» (Telo, 1999:74). Mesmo que a paz não tenha sido implementada simultaneamente por todo o continente europeu, Rousseau, decorridos 112 anos (concretamente, em 1760), defende que esses mesmos tratados deveriam permanecer como base de todo o sistema internacional, se possível, para sempre, numa Europa que se considerava o berço da civilização cultural e intelectual, distinta do resto do mundo, que se destacava pela sua cultura e o seu respeito pelo indivíduo.

Foi ainda nesse século, de importância capital na história do pensamento europeu, que se fundou a ciência moderna – que muito contribuiu para a evolução das próprias condições de trabalho científico na Europa. Carpentier e Lebrun (1993) afirmam que os reis passam a disputar entre si os sábios e a tomar a iniciativa de grandes empreendimentos científicos.

---

<sup>11</sup> Antigo nome das sete províncias setentrionais dos Países Baixos.

No contexto das expansões marítimas, intensifica-se a construção do império atlântico. Pela maior proximidade de Lisboa e pela relativa facilidade de transportes, o reino português vê-se dispensado de montar no Brasil um dispositivo de governo delegado, como existira no Oriente (Magalhães, 1998c). Paulatinamente se vai apostando, ao longo do século XVII, na definição do espaço administrativo brasileiro; bem como, a um outro nível, no recrutamento de mão-de-obra escrava oriunda do continente africano (mormente da Guiné e de Angola) – factor que viria a alterar definitivamente os dados étnicos da ocupação do Brasil em particular, e do império ultramarino português, em geral (Russell-Wood, 1998b), e, mais tarde, a alimentar as teses lusotropicalistas de Gilberto Freyre (1933).

Joaquim Romero de Magalhães refere que por esta altura se encontrava, no essencial, «montada a rede de ligações internacionais que estrutura o império atlântico. Escravos africanos, produtos agrícolas brasileiros e metais da América castelhana. E com isso a liberdade de circulação de pessoas que enervam esta construção» (Magalhães, *idem*: 41). Estariam lançados os dados para os primeiros pilares comunitários entre os futuros países de língua portuguesa?

João Lúcio de Azevedo, historiador português que aos 18 anos embarcou para Belém do Pará, refere que a relação que Portugal estabelecera entre Angola e o Brasil era sentida como essencial para a sobrevivência do império português: «sem aquele entreposto [em Luanda] o Brasil não lograria, e tampouco Portugal sem o Brasil.» (Azevedo, 1918: I).

Para além das suas análises sobre as relações entre o centro e as periferias, o historiador organizou também uma edição das cartas do padre António Vieira e estudou em profundidade a sua vida, publicando em 1918, a *História de António Vieira* – apresentado-o como um dos mais influentes personagens do século XVII em termos políticos, destacando-o como missionário em terras brasileiras e como um dos maiores oradores da língua portuguesa.

De acordo com um texto da jornalista Nicole Guardiola, publicado pela CPLP, o padre António Vieira, pressuposto preconizador da ideia de “Nova Lusitânia”, terá defendido não só a liberdade dos índios e dos escravos negros, como a missão portuguesa de converter e reformar o mundo (Guardiola, 2006a: 31). O seu contributo para a idealização de uma convivência harmoniosa entre colonizadores e colonizados, bem como o papel de ‘advogado de defesa’ que desempenhou a favor da coroa

portuguesa, aquando das ameaças holandesa e inglesa que pretendiam ocupar o Brasil (Magalhães, 1998c), tê-lo-á colocado no conjunto de homens tidos como precursores da *comunidade lusófona*. Esta é de resto a ideia sustentada pelo especialista na área do pensamento filosófico contemporâneo português, Pedro Calafate, que defende que Vieira, como homem moderno, se assume nos acesos debates da época para justificar a sua tese do *Quinto Império* (Calafate, 1988)<sup>12</sup>.

A um nível macro, o século XVIII surge marcado pelo “movimento das luzes”, que vem intensificar a curiosidade científica, dar azo ao progresso e ao aperfeiçoamento das técnicas, à crescente industrialização e ao acentuar de expedições de todo o género «que se esforçam por arrancar os segredos que a Terra ainda esconde» (Rémond, 1994: 25). A humanidade volta-se para o racionalismo e elege-o como meio para resolver os problemas da vida, da ciência e do homem. É ainda neste período que se aprofunda, após o que Hazard (1948) classificou de “crise de consciência europeia”, o paradigma do eurocentrismo e se apela a um modelo de responsabilização do Estado «diante da sociedade civil, pela manutenção da segurança, da legalidade e das condições de prosperidade» (Mushakoji, 2000: 197).

De acordo com os dados avançados por Russell-Wood (1998c: 210), nesse século, o império ultramarino português incluía possessões na Ásia (Goa, Damão, Macau, Timor, Chaul, Baçaim e Diu), na África Oriental (Moçambique) e Ocidental (Angola), nos arquipélagos atlânticos (Madeira, Açores e Cabo Verde), nas ilhas de São Tomé e Príncipe, no Golfo de Benin e no Brasil. No entanto, assiste-se à queda irreversível do império da Índia<sup>13</sup> e à pujança crescente da economia atlântica acompanhada por um significativo investimento político e administrativo – que se acentuará, como veremos adiante, com a transferência da corte para o Brasil em 1808.

Ricardo de Oliveira, historiador brasileiro, refere que «apesar de toda a fragilidade política de Portugal no cenário Europeu, foi possível sustentar a integridade do seu território no Velho Mundo e ainda ampliar e consolidar sobre os da América.

---

<sup>12</sup> Castro Leal adverte que qualquer que seja a classificação atribuída a António Vieira é fundamental ter em linha de conta que a sua historiografia «ora está inserida numa construção de literatura historiográfica, seguindo mais ou menos as regras metodológicas do ofício de historiador, disponíveis nos vários momentos históricos, ora serve para uma argumentação ideológica produtora de literaturas de justificação ao serviço, por vezes, de programações políticas.» (Leal, 2009: 20).

<sup>13</sup> Como refere Chaudhuri, os portugueses, apesar do sucesso militar e comercial na Índia, foram incapazes de estabelecer um verdadeiro império territorial como os Ingleses ou os Holandeses haviam de criar mais tarde. «Nenhuma potência asiática forte da época, fosse ela na Índia, no Médio Oriente, no Sudeste asiático, ou no Extremo Oriente, considerou os Portugueses como uma ameaça séria ao existente equilíbrio de poder.» (Chaudhuri, 1998: 191).

Além de todas as concessões econômicas que mantinham a tutela inglesa como salvaguarda da política lusitana, a atuação de estadistas como José da Cunha Brochado, D. Luís da Cunha, Alexandre de Gusmão, o Conde da Tarouca e Sebastião José de Carvalho e Mello tornou possível para o Reino atravessar o século como monarquia soberana.» (Oliveira, 2002: 251).

Importa trazer, uma vez mais, para este enquadramento histórico, o papel dos escritores, da escrita e da literatura – como instrumentos de comunicação determinados pela língua portuguesa e veículos da sua difusão. Diogo Ramada Curto (1998c), analisando precisamente a produção de relatos de viagem, histórias e traduções na “Europa das luzes”, identifica uma série de manuscritos que se “revestem da máxima importância”. São exemplo as seguintes obras: *Frutas do Brasil: numa nova, e ascetica monarchia* (1702), de António do Rosário; *Fenix Angrence* (1711), de Manuel Luís Maldonado; *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeytas no Oceano Occidental* (1717), de António Cordeiro; *Jornada* (1732), de João Velez Guerreiro; *Ásia Sínica e Japónica* (1744-45), de José de Jesus Maria; *História de Angola* (1782), de Elias Alexandre; ou, *Planta da Praça de Bissau e suas adjacentes* (1796), de António Álvares Andrade.

Da análise empreendida por Ramanada Curto, importa salientar a hipótese levantada pelo autor de que as obras publicadas ao longo do século XVIII, relativas ao Oriente e ao Atlântico – temas de centralidade histórica –, terão dado «lugar a outras configurações, onde a ciência e a economia política adquirem uma maior importância. Estas duas configurações discursivas correspondem à criação em 1719 da Academia de História, e à instituição da Academia das Ciências, cuja primeira sessão se realiza em 1780» (Ramanada Curto, idem: 461).

Ainda segundo o autor, David Lopes, especialista em literatura portuguesa e árabe, terá procurado demonstrar, com a obra *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente durante os séculos XVI, XVII e XVIII* (1936), a vitalidade da língua portuguesa e dos seus usos além das fronteiras institucionais do império português. Razão pela qual Lopes merecerá especial destaque na página oficial do Instituto de Camões – que realça, entre a sua vasta bibliografia, a mais atinente à língua<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Vd: Biografia de David de Melo Lopes em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biografias/dlopes.html>.

Tal como acontecera com Portugal, que perdera o domínio em terras orientais, o restante mapa da Europa também se altera pouco a pouco. Londres, tendo então treze colónias americanas, depara-se com uma das grandes transformações políticas que abalaria sem precedentes a sua autoridade: a independência dos Estados-Unidos, a 4 de Julho de 1776. O paradigma eurocêntrico mantém-se, apesar desse acontecimento, visto que se regista apenas uma translação geográfica do governo do mundo, sem que o domínio do Ocidente fique comprometido ou diminuído.

Por essa altura, o continente europeu respirava ao ritmo da França e assistia à disputa, entre as suas potências, pela hegemonia do mundo. No início do século XIX, dá-se uma luta civilizacional que é, de acordo com Boaventura Sousa Santos, uma luta epistemológica e psicológica e uma luta por padrões alternativos de sociabilidade e de transformação social, mas também e acima de tudo uma luta de paradigmas de poder e de política (Santos, 1994: 294; Santos, 1996).

De acordo com o sociólogo, tratou-se de uma luta que não poderia ser vista como mera repetição do passado, antes como movimento orientador para o futuro. Estiveram na sua base, a revolução, o progresso e a evolução. «Como o desfecho da luta não estava predeterminado, a revolução pôde ser burguesa e operária, o progresso pôde ser visto como consagração do capitalismo ou como sua superação, o evolucionismo pôde ser reivindicado tanto por Herbert Spencer como por Marx. Comum às diferentes teorias da história foi a desvalorização do passado e o hipostasiar do futuro. O passado foi visto como passado, e, portanto, como incapaz de fazer a sua aparição, de irromper no presente. Pelo contrário, o poder de revelação e de fulguração foi todo transposto para o futuro». (Santos, 1996:6).

Santos propugna que foi nesse contexto, e com a crise da ideia de revolução, que se reforçou o “reformismo como modelo de transformação social e de emancipação” – um modelo cuja forma política mais acabada desembocaria naquilo que veio a ser o Estado-Providência (*ibidem*).

Na esfera nacional, e de acordo com Alfredo Margarido, os portugueses encontram-se «profundamente traumatizados pela independência do Brasil, ocorrida em 1822, [e] procuram reafirmar com paixão os seus direitos singulares aos territórios e às populações» (Margarido, 2000: 17), vendo-se obrigados a estruturar o seu discurso

colonial. Tarefa indispensável face à orientação nativista<sup>15</sup> introduzida pelos brasileiros e que interfere na vida política colonial portuguesa – que mais tarde viria a ser novamente ameaçada pelo *Ultimatum Inglês*<sup>16</sup> (1890).

É por esta altura que, por exemplo, na *Revista de Portugal*<sup>17</sup>, circulam mensagens que exaltam a acção colonial dos portugueses em comparação com a dos restantes europeus. A título de exemplo, citemos a opinião de Jayme Reis: «o inglês coloniza transportando para os países novamente ocupados as formas elevadas da sua civilização, dominando absolutamente os indígenas, substituindo-se a eles, exterminando-os ou afastando-os, conservando-se sempre isolado deles, desprezando-os. O português coloniza unindo-se aos indígenas, formando família com eles, criando uma raça mista, constituindo povoações, que se vão lentamente civilizando, mas os povos, que se encontraram nos países dominados, não estão sistematicamente classificados à parte.» (Reis, 1890: 365).

Apesar da suposta consistência do império português e da alegada fraternidade dos seus colonizadores, Valentim Alexandre lembra que o mesmo correu «várias vezes o risco de se desmembrar, em particular em 1898, com o acordo secreto anglo-alemão, e de novo em 1912-1913, quando Londres e Berlim tentaram mais uma vez chegar a um compromisso que envolveria a partilha dos territórios de Angola e Moçambique.» (Alexandre, 1993: 1118).

Isto porque, após a independência do Brasil, os portugueses se terão voltado de novo para África – de onde emergiria o último pedaço do império ultramarino português (Alexandre, 2000; Pedreira, 1998b).

---

<sup>15</sup> «Discurso mítico-nacionalista, com o qual os brasileiros procuraram reforçar os seus direitos ao território e à sua própria independência. Muitos incidentes entre brasileiros e portugueses foram provocados pela generalização das ideias “nativistas”, às quais se opunham os colonos portugueses, que como já tinham feito face à Inconfidência de 1789, recusavam todo e qualquer direito à independência dos brasileiros.» (Margarido, 2000: 17).

<sup>16</sup> Este foi o nome que a história portuguesa atribuiu à nota enviada pelo governo inglês, em 11 de Janeiro de 1890, exigindo a retirada das forças militares do major Serpa Pinto, que procuravam garantir a soberania portuguesa em vastas zonas de África sobre a qual a Inglaterra pretendia ter direitos. A cedência de Portugal às exigências inglesas, se bem que inevitável, provocou uma onda de indignação que contribuiria para o descrédito da monarquia e a uma crescente afirmação do movimento republicano. (Vd. Marques, 1986).

<sup>17</sup> A *Revista de Portugal* surge em 1889, sob direcção de Eça de Queirós com a seguinte justificação: «Portugal é actualmente na Europa o único país que não possui uma REVISTA – uma publicação onde, além de se apresentarem criações da imaginação no Romance e na Poesia, resultados da investigação na Ciência e na História, trabalhos de Crítica Literária e de Crítica artística, se estudem, com desenvolvimento e adequada competência, os assuntos que genericamente se prendem com a Política, com a Economia, com as Instituições, com os Costumes, com todas as manifestações dum organismo social.» in [http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/pp24853v\\_v1\\_rosto/pp24853v\\_v1\\_rosto.html](http://purl.pt/93/1/iconografia/imagens/pp24853v_v1_rosto/pp24853v_v1_rosto.html). [01.04.2009].

A par e passo com essas lutas internacionais pelo poder, desenvolvem-se, um pouco por toda a Europa, novas dinâmicas nacionalistas que, segundo Tengarrinha (1999), emergem de movimentos a partir de baixo que não existiam até então (casos dos bascos e dos catalães na Espanha; dos flamengos na Bélgica ou dos irlandeses na Grã-Bretanha), que continuam a colocar em causa a relação entre Estado e Nação. «O tempo dos Estados multinacionais cujo único princípio de coerência é o soberano que reúne, pelo jogo das heranças, territórios múltiplos sob a sua coroa, parece ter chegado ao fim.» (Laneyrie-Dagen, 2000:403).

Entretanto, o capitalismo, outrora mercantil e agora financeiro, industrial e colonial, mantido ao longo do tempo como substrato do sistema-mundo, acaba por acentuar assimetrias regionais e agudizar desigualdades sociais, conduzindo (juntamente com as crispações de ordem social e política anteriormente mencionadas), em meados do século XX, ao enfraquecimento do paradigma eurocêntrico<sup>18</sup> e do que Moreira designou de “hegemonia branca” (Moreira, 1979: 391), que representava o *outro* como incapaz de se representar a si próprio.

Frantz Fanon, psiquiatra de ascendência africana ao serviço da administração francesa na Argélia, ensaísta e pensador dos temas da descolonização, é uma das vozes que se ergue na denúncia desse tipo de representação – que classifica de racista. Autor de *Pele Negra, Máscara Brancas* (1952); *Os condenados da Terra* (1959); e *Pela revolução Africana* (1964), Fanon traz a lume «a divisão dos homens entre opressores e oprimidos, a desumanização indígena e o condicionamento do negro pelo branco» (Mathieu, 2009) – contribuições incendiárias junto da revolucionária geração da década de 60, nomeadamente dos de ascendência africana – a quem alimenta os ideais de transformação e construção de uma sociedade mais justa.

Generaliza-se um ‘combate ao eurocentrismo’ preconizado essencialmente pelos povos colonizados, tendo como agentes dessa contestação elementos educados nos sistemas e padrões europeus<sup>19</sup>, tal como sucedera no caso de Frantz Fanon ou Albert

---

<sup>18</sup> Para o qual contribuem, decerto, inúmeros movimentos organizados como o Movimento dos Países Não-Alinhados (composto maioritariamente por ex-colónias dos países europeus); o Movimento dos *pied-noirs*; o Movimento Nacional Argelino; a organização de partidos (como o MPLA ou o PAIGC) que se erguem contra o colonialismo e outras iniciativas congêneres.

<sup>19</sup> José Pinto, refere que «a não existência de instituições de Ensino Superior em muitas das colónias portuguesas fez com que Lisboa se tornasse o destino, ainda que temporário, das elites provenientes das colónias.» (Pinto, 2004: 122). A Casa dos Estudantes do Império terá tido um papel de relevo no processo de acolhimento dos diversos estudantes oriundos dos territórios ultramarinos. Sobre esta temática,



Memmi (dois intelectuais nascidos em território colonial francês, mas educados em França). António Costa Pinto afirma que no contexto das colónias portuguesas, também «foi dentro do escasso número de africanos que vinham estudar para a metrópole que se vieram a revelar alguns dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação, caso dos cabo-verdianos Amílcar Cabral e Vasco Cabral, dos angolanos Agostinho Neto e Lúcio Lara, ou do moçambicano Marcelino dos Santos» (Pinto, 1999: 65). De acordo com as conclusões de Pinto, esses indivíduos chegavam à Metrópole, regra geral, com bolsas de estudo de organizações protestantes, e, assim que podiam, partiam, maioritariamente em condições clandestinas, para outros países europeus ou para os Estados Unidos em busca de formação na previsão de uma rápida descolonização (*ibidem*).

A Europa, reduzida e dividida em virtude dos conflitos mundiais, vê-se pois confrontada com a realidade e a necessidade de descolonização e o consequente encerramento do ciclo imperial. Uma análise comparativa dos processos de descolonização revela que apenas Portugal tenta protelar a situação mantendo as suas colónias até muito tarde. Facto que Charles Boxer atribui ao “nacionalismo exaltado”, de duração e firmeza excepcionais, vivido pelos lusitanos (Boxer, 1969: 416) – entre os quais perpassava a ideia que o seu país seria o «alpendre original da Europa, intransigente em suas tradições e em sua língua e arte; pois quis ser só, pôr sua casa independente, e pôr um selo pelo mundo fora em toda a parte.» (Cruz, 1935: 11). Terá esse “selo” reunido condições para balizar «aquela esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula.»? (Lourenço, 1999:174).

### **I.I.II. Da globalização à *comunidade lusófona*: bases ideológicas e oportunidades estratégicas**

O Acto Colonial<sup>20</sup>, aprovado em 1930, referia no seu Artigo 2º que pertencia ao âmago da Nação portuguesa «a função histórica e essencial de possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos» (Rosas, 1994a: 284). Seria inútil tentar alterar esse

---

Alfredo Margarido (2000) argumenta que o regime salazarista deu pouca margem de manobra no que toca ao acesso ao ensino superior e à institucionalização de universidades nas colónias portuguesas.

<sup>20</sup> O Acto Colonial, lei constitucional que definiu as formas de relacionamento entre a metrópole e as colónias portuguesas, foi aprovado a 8 de Julho de 1930 pelo decreto de lei n.18570. Com esse Acto, o conjunto dos territórios sob o domínio português passaram a denominar-se “Império Colonial Português”. Vd. Rosas, 1994: 283-287. Cf. Fortuna, 1987: 81-87.

desígnio, porque Salazar fazia questão de lembrar que a Pátria, a Nação, e a sua vocação histórica «não se discutem». Além disso, nessa altura, era ainda importante relembrar que a presença em África era fundamental para a perpetuação das comunidades multirraciais, o singular contributo dos portugueses para o mundo. Como afirmara nos anos de maior contestação internacional à política colonial portuguesa o então Ministro dos Negócios Estrangeiro, Franco Nogueira, «fomos nós, e só nós, que trouxemos à África antes de mais ninguém a noção de direitos humanos e igualdade racial; e somos nós, e só nós, que praticamos o multirracialismo, havido por todos como expressão mais perfeita e mais ousada da fraternidade humana e progresso sociológico» (Nogueira, 1967: 154-155).

É nesta lógica que a ideologia lusotropicalista, teorizada e difundida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre<sup>21</sup> – que, segundo Almeida (2002:31) apresentou um discurso pós-colonial *avant la lettre* –, é apropriada em território lusitano e propaga a mensagem de que o «povo português seria capaz de se adaptar a ambientes adversos e formar uma nova civilização, cimentada pela língua, [a] religião e [as] instituições da metrópole» (Mata e Gomes, 2001: 111).

Fazendo a apologia da mestiçagem, o lusotropicalismo emerge na arena nacional para invocar uma realidade multirracial e pluricultural, como apanágio espontâneo e exclusivo do “bom povo português” – cuja maneira de estar o distinguiria e individualizaria no conjunto da humanidade, por enaltecer a tolerância, a plasticidade, a fraternidade, a solidariedade e o cristianismo (Castelo, 1999).

Para além de ter servido interesses político-ideológicos conjunturais do Estado Novo, o lusotropicalismo ajudou, ainda, a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, da raça e da mestiçagem, concedendo-lhe a autoridade científica de que até aí não dispunha. Foi neste contexto que, segundo Cláudia Castelo (*idem*), o lusotropicalismo se terá alargado, progressivamente, do campo cultural e académico para o campo político, e deste para o das mentalidades, viajando e concorrendo num

---

<sup>21</sup> «[D]iscípulo do Prof. Franz Boas, da Universidade de Colúmbia. Toda a sua compenetração da história é de tendência antropológica. Na formação de uma unidade social vê as coisas por um ângulo cujo vértice é o encontro do homem com a terra. [Existe uma] identidade fundamental que subsiste, no pensamento histórico de Gilberto Freyre, entre o agente europeu e o reagente sul-americano na formação do Brasil. [O sociólogo] vai tão longe nessa linha geral da sua visão do Brasil, que a integra num arco amplíssimo, “transnacional”, o que ele chama um “bloco de sentimento e de cultura”, uma “pátria maior”, que é a unidade cultural formada pelas várias expressões humanas de esforço português espalhadas sobre o mundo moderno e a tão grandes distâncias umas das outras» (Nemésio, 1938: 128-129).

mercado de ideias e imagens míticas sobre a identidade colectiva de Portugal – espelhadas e vangloriadas aquando da I Exposição do Mundo Português em 1940.

«Esta exposição, organizada entre 23 de Junho e 2 de Dezembro de 1940, iria marcar o apogeu não somente desta ‘mística imperial’, mas também do processo de integração da ideia colonial na ideologia nacionalista.» (Léonard, 1999a: 28).

Quando, a partir de 1961, se inicia a guerra em Angola<sup>22</sup>, Salazar lança a ideia de que Portugal trava, em África, um combate nevrálgico para a defesa do Ocidente e da Civilização Cristã, ameaçados que estariam pelo comunismo internacional. «É com base neste novo dogma que a nossa política externa se movimenta junto dos aliados tradicionais. Estes, por seu turno, condenam inequivocamente a política ultramarina portuguesa, criando-se, assim, uma contradição que o nosso governo decide soberanamente ignorar» (Martelo, 1998: 38). A mentalidade dos governantes, alicerçada na proclamação de um pretenso direito histórico, comandava o destino de um povo que, preparando o futuro, se acorrentava ao passado.

Segundo Braga da Cruz (1999), a irredutibilidade da política ultramarina, quanto a uma eventual e progressiva autodeterminação dos territórios coloniais, provoca o crescente agastamento contra Portugal na comunidade internacional – onde ganha cada vez mais ancoragem a ideia de que o modelo eurocêntrico deve ser combatido e abandonado, sendo responsável pela dominação e a exploração de outros continentes.

É já em meados da década de 1960 – quando, graças ao desenvolvimento de uma economia decididamente voltada para a Europa, a ideia da sobrevivência sem Império começa a parecer não só possível como preferível – que a “indiscutível verdade” começa a ser posta em dúvida. Urge, então, quebrar com o passado – tarefa que de resto, já vinha sendo reclamada desde a promoção das Conferências do Casino<sup>23</sup>.

O filósofo e investigador Renato Epifânio (2006), alega que a ideia de constituição de uma comunidade entre os países que partilham a língua camoniana terá nascido por esta altura (quatro décadas antes da institucionalização da CPLP) através do

---

<sup>22</sup> Para se conhecer de forma sucinta o início desta guerra consultar, por exemplo: Soares, 1974: 427-428.

<sup>23</sup> Pretendendo apurar as causas da decadência dos povos peninsulares, Antero de Quental afirmara: «Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens andam cheios dessa epopeia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio. Que é pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? É necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado.» (Quental, 1926: 27).

pensador Agostinho da Silva – filósofo que, em 1959, defendia um abraço entre os povos portugueses, africano e brasileiro através da criação de uma comunidade luso-afro-brasileira<sup>24</sup>.

Sucedem-se os processos de descolonização por toda a Europa, e Portugal – “o último império colonial europeu” (Pinto, 1999: 98) – acaba por ceder à independência das suas colónias africanas. O processo inicia-se em 1973, com a declaração unilateral da República da Guiné Bissau, a 24 de Setembro, sendo que a independência foi reconhecida pela comunidade internacional, mas não pela potência colonizadora. Esta só a reconheceu em 1974, na sequência da Revolução dos Cravos e da consequente mudança de regime político. As restantes colónias portuguesas em África ascenderam à independência em 1975.

Como consequência das sucessivas descolonizações, o velho continente imperial confronta-se com múltiplos cenários de repatriamento. No caso Português assiste-se a uma verdadeira viragem: o fenómeno dos *retornados* – assim ficariam conhecidos os indivíduos que integravam o grupo de cerca de meio milhão de pessoas que entrou em Portugal após as independências das colónias africanas (Pires, 1987; Maciel, 2007) – que vem dar um formidável novo fôlego demográfico a um país que a ‘debandada’ emigratória da década anterior havia deixado exangue, e ‘pluralizar’ uma sociedade que, segundo Hermínio Martins (1998), se destacava no contexto europeu pela ausência de diversidade interna.

Neste vai-e-vem em que Portugal resistia à descolonização (entre uma obsessão com as colónias africanas e uma ‘ternura’ por uma suposta vocação marítimo-fraterna), já a restante Europa Ocidental, reduzida à sua ‘nova’ condição pós-imperial e regressada ao ‘velho’ modelo pré-colonial, se confrontava com os novos detentores do poder – os dois grandes blocos liderados pela URSS e pelos EUA; vendo-se forçada a aceitar o apoio norte-americano para a sua reconstrução, através do Plano *Marshall*.

António Costa Pinto refere que, «embora Portugal tenha acompanhado marginalmente o processo de reconstrução da Europa ocidental após a Segunda Guerra Mundial, a viragem europeísta foi uma consequência da descolonização e da institucionalização da democracia. O caso português ilustra bem a tese segundo a qual a Comunidade Europeia, enquanto referência da Europa desenvolvida, foi um “símbolo

---

<sup>24</sup> Ideia apresentada no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, na universidade da Baía, conforme fonte: [www.tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=717243](http://www.tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=717243) [22.04.2009].

disponível” para as elites democráticas legitimarem uma nova ordem interna, após uma transição por ruptura bastante conflitual e o fim do império colonial, que tinha sido o argumento final do Estado Novo.» (Pinto, 1999b: 414).

Ao longo da bipolarização mundial, sucedem-se vários cenários de conflito (de que a Guerra-Fria; a crise de Berlim, a construção do muro; e a Guerra do Vietname são exemplos). Na arena internacional assiste-se ao confronto directo das duas superpotências e às tentativas de identificação ideológica dos restantes países a um dos modelos, e a nível europeu consolida-se a Comunidade Económica Europeia (CEE), com a finalidade de estabelecer um mercado comum europeu.

No contexto internacional, é já na última década do século XX, com a queda do muro de Berlim e o desmoronar do bloco de Leste (após o fracasso das medidas adoptadas por Gorbatchev), que o poder hegemónico global se começa a transferir para os EUA – que, «com o apoio da Europa e do Japão, procuram criar um paradigma baseado em valores liberais, ocidentais, universais e modernos, vistos de uma perspectiva formal e aplicados de acordo com a visão hegemónica, que poderemos designar por paradigma da globalização.» (Pinto, 2005: 25).

Esse paradigma emerge na esteira da ideia de *aldeia global*, desenvolvida pelo filósofo canadiano Marshall McLuhan (1967), no contexto da transnacionalização da economia e do célere e vertiginoso desenvolvimentos dos meios de comunicação (social e tecnológica), colocando em causa concepções do mundo até então vigentes e enfraquecendo o Estado-Nação enquanto ‘agente’ de regulação (Châtelet, 1985).

Na realidade, o mundo assiste a uma mudança do sistema intervencionista *keynesiano* e de recuo do *welfare state*, para um sistema assente nos princípios do neoliberalismo. A “mão invisível” (termo cunhado no século XVIII por Adam Smith (2006 [1776]) substituiria os controles do Estado e as restrições ao livre fluxo de capitais, mercadorias e pessoas, criando assim uma economia globalmente liberalizada que pudesse garantir a alocação dos recursos com a “eficiência de Pareto” (eficiência nas trocas, na produção e na combinação de produtos).

No entanto, os economistas Joseph Stiglitz, vencedor do Prémio Nobel da Economia em 2001, e Bruce Greenwald (2004), apontam para o facto de que, na aplicação dessa economia globalmente liberalizada, houve fracassos comprometedores que privilegiaram os novos centros e acentuaram a situação de ‘marginalidade’ das

periferias, acabando a globalização por não estar a responder à necessidade de fazer chegar os seus prometidos benefícios aos que mais necessitam deles. Em conformidade com o que havia desde cedo sido mostrado pelos sociólogos, defendem que a “mão invisível” seria um tipo ideal que só funcionaria sob certas condições. As constatações de Stiglitz e Greenwald acabariam por evidenciar as contradições do novo paradigma que pretendia garantir «o mercado livre, [...] a democracia, os direitos humanos formais, o desenvolvimento sustentável [...] a paz e a segurança internacional», mas acabaria por combinar «crescimento económico e crescentes desigualdades entre ricos e pobres, sofisticação tecnológica e destruição ecológica, segurança e fabricação de armamento de destruição em massa» (Mushakoji, 2000: 199-201).

Em linha com este pensamento, Alexandre Melo defende que «a globalização não é um processo de supressão das diferenças – segmentação, hierarquização – mas sim de reprodução, reestruturação e sobredeterminação dessas mesmas diferenças. É um processo dúplice de simultânea revelação/anulação de diferenças, diferenciação/homogeneização e democratização/hegemonização.» (Melo, 2002:5).

Se é verdade que esta ‘nova’ realidade traz benefícios incontornáveis, não é menos verdade que produz efeitos colaterais e cíclicos menos positivos ou mesmo perversos, podendo desembocar naquilo que alguns autores têm designado de “imperialismo contemporâneo” (Panitch e Gindin, 2004; Hardt e Negri, 2005; Layne e Thayer, 2007), seja ele económico, político e/ou cultural.

A institucionalização formal da comunidade luso-afro-brasileira até então defendida por homens influentes como Agostinho da Silva, José Aparecido de Oliveira ou Mário Soares, em 17 de Julho de 1996 sob o nome de Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa, não escapa a essas conotações associadas ao renovado imperialismo (como veremos mais adiante).

Tal como Braudel (1985) anunciara no que toca ao processo da “economia capitalista” (que parte de, e se submete a, um centro [cidade dominante] e se divide em zonas sucessivas em torno do mesmo [coração, zonas intermédias e margens vastíssimas]); também os analistas contemporâneos tendem a descrever a globalização<sup>25</sup> como um processo de cima para baixo, através de camadas. Barry Smart (1994), por exemplo, refere a camada dominante (encabeçada pelos Estados industrializados e

---

<sup>25</sup> Como fenómeno espontâneo decorrente da evolução do mercado capitalista.

companhias transnacionais); a camada dependente (países semi-periféricos e pequenas empresas industriais e agrícolas) e a camada explorada (países e/ou sectores explorados, discriminados ou excluídos dos benefícios da globalização).

A discussão dessa estrutura global estratificada tem desembocado, não raras vezes, nos conhecidos e polémicos debates sobre o Norte e o Sul e no problemático encaixe dos países nas respectivas categorizações (Carvalho, 1974; Santos, 2001). Como notou Moreira (2002), parece consensual que um dos grandes objectivos do desenvolvimento é proporcionar a todos os indivíduos as mesmas oportunidades e alargar o seu leque de opções em todos os campos; no entanto, o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica anualmente notícias que ilustram uma divisão que se aprofunda entre admitidos e excluídos, entre um Norte consumista e um Sul em que os recursos se fixam abaixo dos níveis de pobreza.

Samuel Huntington (1999) chama a atenção para o facto de o Ocidente tender a considerar, frequentemente, que toda e qualquer sociedade moderna se deve aproximar de um tipo único: o ocidental. Tendência que tem gerado inúmeras críticas sobre a falta de adaptabilidade e aplicação de medidas viáveis e exequíveis na cooperação com os países menos desenvolvidos, não se levando em conta alegadas singularidades das realidades concretas do Sul.

Em nosso entender, essas dicotomias têm afectado a afirmação de um paradigma pós-colonial assente numa relação de paridade (entre a Europa e as ex-colónias), de cooperação e de respeito pela Humanidade. Daí termos invocado, no início deste texto, o debate que ocorreu no III Congresso Internacional da África Lusófona, como ponto de partida para pensarmos o papel que o Portugal europeu e atlântico tem na cooperação e acção concertada em, com e para África; e ainda para equacionarmos a sua relação com o Brasil, Timor e os demais espaços de língua portuguesa.

Sendo certo que as leituras que podemos tecer sobre o colonialismo jamais nos deixarão esquecer que a realidade colonial foi e é, em todo o lado, opressiva e baseada em hierarquias sancionadas pelo poder metropolitano, assente numa relação de exploração; o que o paradigma da globalização parece vir favorecer, na tónica dos actuais relacionamentos entre ex-metrópoles e antigas periferias, é a aproximação de países geograficamente dispersos e económica, política, social e culturalmente

diferentes<sup>26</sup>. As actuais aproximações transnacionais (CPLP, Francofonia, Hispanofonia ou *Commonwealth*) parecem produzir-se partindo da elaboração em torno de um suposto elo histórico-cultural ou de laços privilegiados que restam da convivência colonial. Nos três primeiros exemplos, poderemos falar da língua, como factor de reunião; e no quarto exemplo, para além da língua, há ainda os laços políticos que alguns dos territórios independentes mantêm com a antiga potência colonial britânica.

Como refere João Fernandes, as dinâmicas de uniformização a que cada um dos países envolvidos nessas organizações transnacionais se envolvem, gravitam em torno de certos eixos de coesão. «Um dos mais importantes é a língua: pelo seu papel na comunicação e na interconectividade, por ser um veículo de transmissão de ideias e de inovações tecnológicas, mas também de dados culturais como a herança e a consanguinidade, os laços de familiaridade e os sistemas de coesão social sedimentados ao longo do passado histórico.» (Fernandes, 2008: 6).

Cientes de que, no estudo da *construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro* seria impossível tratar, num só trabalho de dissertação, todas as dimensões envolvidas nas actuais relações entre a ex-metrópole e respectivas ex-colónias; considerámos abordar o assunto estudando de forma aprofundada o relacionamento cultural, especificamente consubstanciado nas trocas no domínio da escrita literária.

Parafraseando Carlos Lopes, estudioso da História e das questões do desenvolvimento, que tem acompanhado a evolução da *comunidade lusófona*, esta «sente-se quando um grupo de cidadãos de países lusófonos encontram pontos de referência comuns. Não quando se organiza uma reunião formal de concertação político-diplomática. [...] [S]ão sobretudo na área cultural e nas indústrias creativas que se abrem novas potencialidades. Sem essa alavanca a Comunidade não será muito diferente de outros agrupamentos que nos lembramos apenas ‘quando dá jeito’» (Lopes, 2006: 141).

Analisar, pois, a construção da *comunidade lusófona* no contexto actual da globalização é, como diria Stephen Castles, olhar para um fenómeno que «sob a forma de fluxos de capital, de bens e de serviços, não pode ocorrer sem que existam fluxos

---

<sup>26</sup> «É verdade que nesse processo de alargamento muita exploração, muitas injustiças foram cometidas, quase sempre por motivação económica, o que não chega contudo para invalidar o processo que tem, de resto, o seu quê de irreversível.» (Lopes, 2002: 8).



paralelos de ideias, de produtos culturais e de pessoas» (Castles, 2005: 46) – que, como veremos mais adiante, permitem uma operacionalização mais rápida e eficaz (através do diálogo intercultural e da fusão em áreas artísticas, por exemplo) de projectos e ideias que se traçam a nível político, económico ou de cooperação<sup>27</sup>.

O campo literário, convocando e reunindo sistematicamente não só os criadores e os produtores, mas também aqueles que garantem a sustentabilidade dessa produção (editores, livreiros, leitores, críticos literários entre outros), tem vindo ao longo das últimas décadas, talvez a par e passo com a área musical, a emitir claros sinais de ‘comunitarismo’ no espaço *lusófono*. Iniciativas como as “Correntes d’Escrita” ou os “Encontros de Escritores de Língua Portuguesa”, em Portugal; os “Congressos Internacionais de Literatura de Língua Portuguesa” ou a “Bienal de Escritores de Língua Portuguesa”, no Brasil; ou ainda a realização anual de Feiras do Livro, com *workshops* paralelos, um pouco por todos os espaços e países de língua portuguesa e também fora destes<sup>28</sup>; ou mesmo a constituição de diversos Prémios literários (como o “Prémio Camões”, o “Prémio Vergílio Ferreira”, o “Grande Prémio Sophia de Mello Breyner Andresen” ou o “Prémio Portugal Telecom de Literatura em Língua Portuguesa”) espelham a efervescência e as dinâmicas tecidas no campo da produção cultural literária no espaço da *comunidade lusófona*.

---

<sup>27</sup> Vd. Capítulos 4 e 5 sobre a produção cultural.

<sup>28</sup> Exemplos: 1) o Brasil e Portugal foram, respectivamente em 1994 e em 1997, o tema central da Feira do Livro em Frankfurt. 2) O Salão do Livro de Paris dedicou este ano (2009) um espaço à literatura de língua portuguesa e à divulgação de 21 obras de autores do espaço *lusófono*, traduzidas para francês.

## I.II. Problemática e hipóteses

«We all write and speak from a particular place and time, from a history and a culture which is specific. What we say is always ‘in context’, *positioned*.»

Hall (1990: 222)

Nesta dissertação sobre *a construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro*, procuramos ligar a análise da construção da dita *comunidade* ao processo de globalização. Interessa-nos, em especial, explorar o modo como o *mundo de língua portuguesa* enfrenta a passagem do paradigma eurocêntrico (e da perspectiva lusocêntrica associada), para o paradigma emergente da globalização, marcado pela desterritorialização cultural, pelo alargamento das fronteiras e pela interculturalidade.

Estudos recentes na área da geografia têm explorado essa desterritorialização cultural e o alargamento de fronteiras (Jameson, 1996; Shiva, 1998; Corbridge, 1999; Haesbaet, 2004), introduzindo modelos alternativos de representação gráfica do poder resultante das novas configurações proporcionadas pela globalização. Stuart Corbridge (*idem*) refere-se a um ‘complexo pluriterritorial descontínuo’, que abarca unidades espaciais (cidades, eixos ou regiões) estruturadas em redes hierarquizadas, confirmando a opinião de Fredric Jameson (*idem*) que classifica de difícil representação cartográfica as espacialidades contemporâneas.

Como aponta Vandana Shiva (*idem*), existem, para além das super-estruturas económicas, políticas e culturais visíveis, realidades paralelas que nos dão conta de um mundo fragmentado que deve ser analisado de acordo com diferentes ângulos.

É nessa transição (de paradigmas e de configurações relacionais) que, sustentamos, se inscreve o processo de construção da *comunidade lusófona*; e é nos afloramentos que subsistem do eurocentrismo que se acolhe a dificuldade de distanciamento da ideia de centralidade, superioridade ou comando associada a Portugal, outrora capital do império.

Num conjunto de ensaios, sugestivamente intitulado *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Eduardo Lourenço (1999) reflecte sobre as relações contemporâneas entre o antigo centro e as ex-periferias imperiais, nomeadamente o Brasil. Não condenando à partida a ideia subjacente à construção de uma *comunidade lusófona*, adverte os pensadores e decisores do país que, em virtude de reciclar

constantemente os restos imperiais, Portugal tende a projectar o futuro vivendo mais o passado do que o tempo presente. Em seu entender, isso pode tornar-se de facto um perigo na busca de um imaginário *lusófono*, se se insistir numa «nostalgia imperial, [numa espécie] de exigência de unidade, ou melhor, de universalidade simbólica, susceptível de nos inventar, em termos novos, aquela Atlântida submersa, ou mesmo perdida, que imaginávamos possuir e habitar nos tempos em que lhe chamávamos “o mundo português”.» (Lourenço, 1999: 112).

Apesar do esboroamento do paradigma eurocêntrico ou, nas palavras de Miguel Vale de Almeida (2002), do “desfazer [d]o eurocentrismo”, vários autores elegem os resquícios desse paradigma como objecto de eleição da crítica pós-colonial. A construção de uma *comunidade lusófona* e o cimento de uma pretensa *lusofonia* contribuiriam, nessa perspectiva, para uma visão sobre Portugal como novo centro hegemónico. Para Alfredo Margarido (2007), por exemplo, o actual discurso *lusófono* não seria mais do que uma espécie de colonialismo moderno encapotado, pouco diferindo da noção lusotropicalista defendida por Gilberto Freyre no passado. Esta é também a posição de autores como Cláudia Castelo (1999); Oppenheimer (1997); Souza (1997, 1999); e Thomaz (2001, 2002).

Reflectindo sobre o pós-colonialismo e o caso *lusófono*, Almeida (2002:24) argumenta que a análise das enunciações de discursos de dominação que lhes estão associadas, não se localiza nem dentro nem fora da história da dominação europeia, mas antes numa relação tangencial com ela. O autor refere mesmo que o projecto *lusófono* refaz, supostamente pela positiva e ao nível simbólico-linguístico, as comunidades coloniais e a sua hierarquia simbólica (Almeida, 2004:10). Sustenta ainda o argumento de que «o processo é lusocêntrico e aí se esgota. [Constatando que] o principal sinal disso mesmo é o alheamento indesmentível do Brasil. [...] Para os africanos, a experiência portuguesa é mais recente, dolorosa e ambígua. O próprio bom senso dita que, perante projectos lusófonos oriundos em Lisboa, a desconfiança do espectro neo-colonial se instale.» (Almeida, 2003: 3).

Na mesma linha de pensamento, Alfredo Margarido, no ensaio *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*, traz a lume as fragilidades do relacionamento histórico com o Brasil e com os agora países africanos de língua oficial portuguesa, e assume uma posição marcadamente crítica e amarga quanto às possibilidades de sucesso do empreendimento *lusófono* – que, mais não seria do que a procura «com algum

desespero [de nos] devolver [...] uma parte desse espaço [imperial]», com o qual se cortaram os laços após as independências africanas (Margarido, 2000: 6).

Do contexto brasileiro, chegam-nos inquietações semelhantes. Omar Ribeiro Thomaz argumenta que a partir da segunda metade do século vinte, se engendrou uma “operação luso-tropical” que deu origem ao actual projecto de uma *comunidade dos países de língua portuguesa* – que considera um “bloco político e cultural de eficácia duvidosa”, uma espécie de “tigre”, mas de papel; porque «o [seu] rugido, ao longe, pode causar uma certa impressão; [mas] de perto, percebemos [a] sua fragilidade.» (Thomaz, 2002: 59).

Defendemos que, para além desta incontornável componente ideológica, os efeitos performativos<sup>29</sup> que decorrem não apenas da retórica, mas do que poderíamos designar como as próprias práticas da *lusofonia*, têm enraizamentos específicos (a que regressaremos) que a investigação científica não deve descurar. Dito por outras palavras, sustentamos que vários factores concorrem para a construção de uma *comunidade lusófona*, que não se esgotam na actuação das instituições, nem são independentes das práticas dos agentes individuais. Quer a nível da vontade política entre as instituições de topo dos países e espaços de língua portuguesa, quer a nível da prática cultural de base, a multiplicação de situações em que o termo *lusófono* surge para definir o desejo de convergência e de traçar metas de acção (nos mais variados campos) é uma realidade que tem vindo, nestas últimas décadas, a ganhar relevância. O percurso tem sido por vezes sinuoso, mas o contexto actual mostra que há um número crescente de iniciativas, nem sempre convergentes, mas que concorrem para a mobilização em torno de uma ideia: a consolidação de uma comunidade que reúna os indivíduos, as instituições, os espaços e países de língua portuguesa – sem que estes, apesar dos laços que os unem, percam as suas características nacionais e a sua personalidade própria.

Essa é de resto, a ideia sustentada por Eduardo Lourenço (1999:112), quando o autor chama a atenção para o facto de que o imaginário *lusófono* se tornou, definitivamente, um espaço cultural fragmentado e intrinsecamente descentrado,

---

<sup>29</sup> No entender de John L. Austin, filósofo da linguagem do século XX, a noção de *performativo* traduz a ideia de que “dizer é fazer”. De acordo com o autor, cada acto da fala deveria ser relacionado com as circunstâncias em que é proferido, permitindo, desse modo, uma profunda análise da linguagem; esta, não apenas esclareceria o significado de palavras ou expressões mas possibilitaria, ainda, a compreensão da experiência. Um bom procedimento analítico deveria, por isso, considerar em todos os momentos o contexto dos usos da linguagem (Austin, 1962).

caracterizado pela pluralidade e a diferença. No seu entender, se se pretende atribuir sentido à “galáxia lusófona”, não se pode deixar de a encarar como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, caboverdeana, guineense, moçambicana, são-tomense ou timorense.

Os estatutos da CPLP<sup>30</sup> (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), do IILP<sup>31</sup> (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) e de outros organismos ligados à *comunidade lusófona*, sustentam que a motivação que deverá impelir os cidadãos de vários cantos do mundo à união deverá ter como núcleo central o desejo de viver um futuro comum, concertado e proveitoso a todos, afastando definitivamente o espectro colonial do passado e defendendo a construção salutar da *comunidade*, no respeito de cada identidade nacional.

No que respeita a esta intervenção a partir do ‘topo’, Portugal participa nesta construção, bem como os demais países e espaços de língua portuguesa – sendo certo que a participação de cada um deles se pode distinguir das restantes. Em certas circunstâncias uns são mais receptores do que participantes activos. No entanto, apercebemo-nos, através do acervo de notícias de imprensa que compilámos e pelas entrevistas realizadas, que, até à data, há patamares distintos de envolvimento. O lugar de charneira parece pertencer ora a Portugal, ora ao Brasil; Cabo Verde, procura estar sempre atento e envolvido<sup>32</sup>, tal como Angola; Moçambique, São Tomé, Guiné e Timor-Leste têm um papel sempre muito discreto, às vezes até imperceptível. Adiante regressaremos, de forma mais sistemática, a esta análise.

Paralelamente ao objectivo central desta dissertação (estudar a construção da *comunidade lusófona* através da observação das práticas quotidianas de diversos agentes sociais) tentaremos fazer um balanço das relações estabelecidas entre a antiga metrópole e as ex-colónias, tendo como pano de fundo o período que vai desde as independências africanas até à actualidade. Abordaremos com maior profundidade as décadas que se seguiram à institucionalização da CPLP – organização que, em nosso entender, corporizou oficialmente a ideia de *comunidade lusófona* e lhe deu alguma da visibilidade de que hoje goza.

---

<sup>30</sup> Disponíveis em [www.cplp.org/Estatutos.aspx?ID=49](http://www.cplp.org/Estatutos.aspx?ID=49).

<sup>31</sup> Disponíveis em [www.iilp-plp.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=20&Itemid=46](http://www.iilp-plp.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=46)

<sup>32</sup> Tendo-se inclusive antecipado na discussão e criação do estatuto de cidadão lusófono. Vd: Leitão, (2002, 2009).

No entanto, dada a importância que a CPLP tem vindo a assumir, quer no quadro de acção do espaço *lusófono*, a nível europeu ou à escala internacional, verificamos que se tem dado uma maior ênfase a esta organização do que às restantes<sup>33</sup>.

Isto pode significar, ou significou até à data, que se menospreza toda a actividade realizada pelos agentes não estatais – quer individuais, quer as restantes organizações de base criadas com o objectivo de unir os *lusófonos*; ou ainda, que se confunde a *comunidade lusófona* com a CPLP. Defendemos neste trabalho que a *comunidade lusófona* não é apenas a CPLP, nem a soma das várias organizações intergovernamentais do mundo de língua portuguesa; embora também o seja, ela é muito mais. Tentaremos demonstrar que são duas realidades autónomas e que a *comunidade lusófona*, como processo e configuração relacional, pré-existe em relação a esse(s) organismo(s), sendo, no entanto, a sua modelação também produto da emergência e actuação do(s) mesmo(s). O que nos impele, por isso mesmo, a problematizar a questão.

A hipótese de pré-existência que aqui tentaremos explorar, é frequentemente veiculada nos discursos dos agentes políticos, visando ‘criar a realidade que enuncia’ – a dimensão ‘performativa’ atrás mencionada. Manuela Aguiar, ex-deputada social democrata, enfatiza num discurso proferido em Agosto 1996 (um mês após a constituição da CPLP) que a comunidade dos povos que falam a língua portuguesa – “uma realidade de ordem cultural e social” – é muito anterior a essa organização e está aquém da sua evolução, embora possa ser por ela potenciada (Aguiar, 1998: 99)<sup>34</sup>.

Esta posição de Manuela Aguiar – semelhante, de resto, à de Mário Soares (1987) e de alguns segmentos do Partido Socialista –, quando analisada, por exemplo, por académicos brasileiros esbarra com a rejeição liminar da dimensão ‘afectiva’ propugnada. Bela Feldman-Bianco, analisando os “laços afectivos da ‘irmandade’ luso-brasileira” através dos conflitos diplomáticos que tiveram lugar em inícios de 1993 entre o Brasil e Portugal, chama a atenção para a necessidade de esmiuçar os discursos políticos à luz de práticas e situações concretas ocorridas. Da sua análise sobressai que, nas relações entre os dois países, a propalada ‘irmandade’ é construída sobre «contínuas

---

<sup>33</sup> Instituições como a UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas) ou o IILP (Instituto Internacional de Língua Portuguesa) são, praticamente, inaudíveis.

<sup>34</sup> Nos capítulos 3, 4 e 5 argumentamos que, decorrente dos processos de institucionalização no ‘espaço lusófono’ foram criadas estruturas de oportunidades e recursos que diversos agentes aproveitam como impulso para a concretização das suas iniciativas.

redefinições das antigas relações coloniais enquanto vínculos de parentesco horizontal» (Feldman-Bianco, 2002:388) – que, ainda assim, não conseguem impedir a construção, em território português, da imagem do «brasileiro» enquanto «estrangeiro».

A partir do artigo desta e de outros investigadores brasileiros, verificamos que o questionamento das ‘raízes históricas’ comumente invocadas parece ir definitivamente ao arrepio da *comunidade* que se anuncia nos discursos políticos<sup>35</sup>. Até que ponto as fronteiras simbólicas do antigo centro se deixam, ou não, amolecer ou até sobrepor pelas discursos ideológicos da ‘comunidade de pares’?

Uma outra forma de problematização desta suposta existência pré-institucional (quase ‘natural’) da *comunidade lusófona*, foi equacionada por M. Margarida Marques e Joana Lopes Martins (2006), ao analisarem o uso da língua portuguesa nas escolas nacionais. A dificuldade de aceitação da diversidade da norma linguística portuguesa em contexto escolar no antigo centro – confrontado ao longo das últimas décadas com a presença de um número significativo de estudantes de origem ou nacionalidade de alguns dos países de língua portuguesa (mormente dos PALOP e do Brasil) – revela, no entender das autoras, o poder institucional da norma linguística.

Questionando se a origem dos estudantes (ou dos seus ascendentes) num país de língua portuguesa e o facto de dominarem o português poderia ser uma vantagem, em relação aos restantes filhos de imigrantes ou estrangeiros, em matéria de integração e sucesso escolar, as autoras chegam à conclusão de que as orientações de pendor inclusivo no trato com os imigrantes, sustentado por exemplo nos discursos da *lusofonia*, chocam com os complexos processos de integração ou de formação de identidades e comunidades, da mesma forma que conflituam com os usos e consensos em torno da língua portuguesa.

Marques e Martins demonstram que a diversidade de experiências linguísticas (resultantes não só da proveniência dos estudantes, mas também do facto de a língua portuguesa ser, ou não a sua língua materna) «runs against the simplistic and frequently used argument that populations coming from Portuguese speaking countries have an advantage in the integration process, when compared to non-Portuguese speaking populations. One may even hypothesise that the lack of recognition of such diversity is

---

<sup>35</sup> Bianco refere-se às «ambíguas fronteiras culturais (recorrentemente produzidas a partir de reconstruções da história colonial em termos de irmandade, cultura e língua similiar, isto é, da ancestralidade compartilhada)» (Feldman-Bianco, *idem*: 398).

an impediment for the success of integration at large, and particularly in school in school.» (Marques e Martins, *idem*: 8).

Na esteira das conclusões das autoras, será realmente pertinente equacionar até que ponto a *comunidade lusófona*, idealizada a partir da língua comum e dos laços históricos partilhados, pode efectivamente ter sido estruturada ao longo dos tempos sob a realidade da diversidade linguística implícita<sup>36</sup>.

Consideramos que a possibilidade de construção de uma *comunidade lusófona* não se cria a partir de um decreto-lei ou por mera vontade política ou económica – embora suponha uma espécie de ‘voluntarismo’ dos que, por qualquer razão ou de qualquer forma, estão ligados ao seu imaginário. Diríamos, portanto, que a *comunidade* é como que uma ‘vida’ imaginária partilhada, que se corporiza pelo e no caminho construído em comum, pelos indivíduos (enquanto instituições, Estados ou agentes da sociedade civil) que encontram razões válidas para a assumir como opção.

Na medida em que o colectivo é mais do que a soma das partes que o constituem, como diria Durkheim (1989 [1895]), pretendemos equacionar como é que os actos dos indivíduos e os desempenhos das instituições e dos Estados dão origem a estruturas colectivas (mentais e outras), não obstante as agendas e os interesses particulares de cada um, coalescendo numa orientação comum.

Sendo surpreendente constatar a importância que é atribuída ao termo *lusófono*, não só em certos segmentos da sociedade portuguesa, mas também em Cabo Verde, em Angola ou noutros espaços do *mundo de língua portuguesa*, argumentamos que a *comunidade lusófona* não é um mero sucedâneo moderno do lusotropicalismo<sup>37</sup>, mas também uma realidade prática que vemos funcionar em expressões diversas, quer em iniciativas informais, quer em acções político-institucionais, em transacções comerciais ou em actividades sócio-culturais.

Como adverte Eduardo Lourenço, se actualmente vários indivíduos se sentem convocados pela *lusofonia*, «é porque essa senhora deve ter outros mistérios e outros encantos ou perplexidades, além dos científicos. Ou que nós lhos atribuímos para que, de objecto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural, se tenha transformado em tema onde investimos paixão e interesses que têm a ver não só com

---

<sup>36</sup> Voltaremos a este assunto no ponto 4.1. do capítulo 4: “A língua portuguesa”, pp. 168-182.

<sup>37</sup> Veja-se a este propósito, o ponto 1.2. do capítulo 1: “O percurso do termo nos dicionários de língua portuguesa”, pp. 57-88.



aquilo que somos como língua e cultura no *passado*, mas como presente e o destino desse continente imaterial que é, ou queremos que mais nitidamente o venha a ser, o *mundo da lusofonia*» (Lourenço, 1999: 174) – ou, por outras palavras, a esfera da *comunidade lusófona*.

Entendemos pois que há, pelo menos, dois sentidos possíveis de *comunidade lusófona* que nos parecem consensuais. Um deles, marcadamente institucional, «que está ligado à política e à governação, invocado no sentido de dinamizar todo um conjunto de possíveis afinidades em proveito de um projecto comum e eventualmente diferenciado de um espaço construído pela globalização» (Venâncio, 2008); e um outro sentido, mais vivencial, aquele que faz com os indivíduos se possam assumir como *lusófonos*, na medida em que se expressam através do elo comum, a língua portuguesa, e que sentem fazer parte de uma *comunidade* de pares com os quais se revêm ou se complementam em termos identitários<sup>38</sup>.

Apesar das duras críticas que surgem tanto no campo científico como político-social às bases ideológicas da construção de tal projecto, aos motivos que levaram à sua criação ou ao seu *modus operandi*, a *comunidade lusófona* parece invocar, mais do que um espaço que traga recorrentemente à memória relacionamentos de indiferença ou de conflito, dinâmicas “fundadas em especiais laços de solidariedade” (Leitão, 2009), o estabelecimento de alianças e o aproveitamento de sinergias que a globalização possibilita, sejam elas no campo cultural, político-institucional e/ou económico.

No entender de Fernando Cristóvão (2005), coordenador do *Dicionário Temático da Lusofonia*, há um facto indiscutível que só por preconceito se pode ignorar: oito países adoptaram a língua portuguesa como sua língua materna ou oficial e, por isso, a comunicação e o diálogo na língua comum – que aproximam as pessoas e as instituições – tornam cada vez mais tangível a realidade expressa no conceito *lusófono* (que é, em relação ao seu uso, mais amplo e denso do que o simples conceito linguístico deixa antever).

Os resultados da investigação preliminar revelaram que, não só há uma perspectiva institucional, ou usos estratégicos que são dados ao conceito de *comunidade lusófona* numa lógica *top-down*, mas que, não menos importante, existe um pragmatismo que determinados agentes culturais, como os escritores, os músicos ou os

---

<sup>38</sup> Cf: resultados da sondagem de opinião, ponto 6.2. do capítulo 6, pp.265-304.

jovens de origem imigrante revelam, numa lógica de acção *bottom-up*. Pragmatismo muito na linha daquilo que Bourdieu designa de “sentido prático” ou *habitus* – como a capacidade de incorporação pelos agentes de determinada estrutura social, por meio de disposições para sentir, pensar e agir; ou ainda, como categoria mediadora que nos permite captar a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade de uma determinada realidade social (Bourdieu, 2002).

De acordo com o autor francês, «não podemos apreender a lógica mais profunda do mundo social a não ser mergulhando na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, mas para a construir como “caso particular do possível”» (Bourdieu, 1997: 4); na mesma linha de pensamento, também aqui defenderemos a ideia de que para compreendermos as possíveis configurações do conceito de *comunidade lusófona* e a(s) lógica(s) subjacente(s), teremos de analisar realidades empíricas concretas, na medida em que são estas que sustentam a ideia e o projecto de construção da dita *comunidade*.

Será precisamente no confronto entre a “coisa dita” e a “coisa vivida”, na observação do “como” e “quando” é pronunciada, em que circunstâncias e por quem, que investiremos os nossos esforços de análise sobre a *construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro*. Cremos que este empreendimento nos permitirá analisar as condições do seu manifesto aparecimento; dos contextos em que é usada e das transformações que essa realidade tem proporcionado.

Daqui resultam as seguintes **hipóteses** de trabalho:

1. A ideia de construção de uma *comunidade lusófona* deriva, ou tem algum paralelo, com as teses lusotropicalistas defendidas pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre; mas a sua concretização e a sua manifestação vão além dos princípios ideológicos da doutrina freyriana;

2. A dificuldade em “enterrar” marcas ou resquícios imperiais, associada à ideia de “hegemonia branca” ou à perpetuação das teses lusotropicalistas, contribui para as discontinuidades no relacionamento entre o antigo centro e as ex-colónias, desde o período que se seguiu às independências até à actualidade; e constitui-se como um entrave à adopção de um termo que expresse, imparcialmente, a *comunidade lusófona*, os *lusófonos* e a *lusofonia*.

3. A *comunidade lusófona* e a *lusofonia* não são uma e a mesma coisa. Esta última, assentando em práticas quotidianas que contribuem para a difusão da língua portuguesa pelo mundo, constitui-se como força motriz da primeira;

4. A *comunidade lusófona*, sendo constituída por um conjunto de micro-comunidades com agentes, interesses, valores, normas, objectivos e actividades determinadas<sup>39</sup>, é fortalecida pelas instituições intergovernamentais do *mundo de língua portuguesa*; mas a sua génese precede-as, e o seu funcionamento prático dá-se independentemente da existência das mesmas;

5. A construção da *comunidade lusófona* passa pela congregação de um conjunto variado e diferenciado de iniciativas da sociedade cívil, que, à parte das instituições formalizadas, tem vindo a ganhar terreno no tecido social de cada um dos países de língua portuguesa (embora tenha uma expressão mais acentuada nuns do que noutros);

6. O estudo do elemento cultural, como pilar estruturante da prática *lusófona* e eixo explicativo da reflexividade que a sustenta, permite-nos captar a dinâmica e os mecanismos de existência da *comunidade lusófona*;

7. Do elemento cultural, não estão dissociadas a componente económica, as lógicas de poder político estatais ou os interesses académicos e/ou institucionais. No entanto, a acção dos produtores culturais em cooperação com os diversos agentes que cativam e mobilizam, deixa antever que há dinâmicas sociais a ferver no ‘mundo’ da cultura que dão lugar ao estabelecimento de laços de solidariedade, de alianças e ao aproveitamento de sinergias que a globalização possibilita;

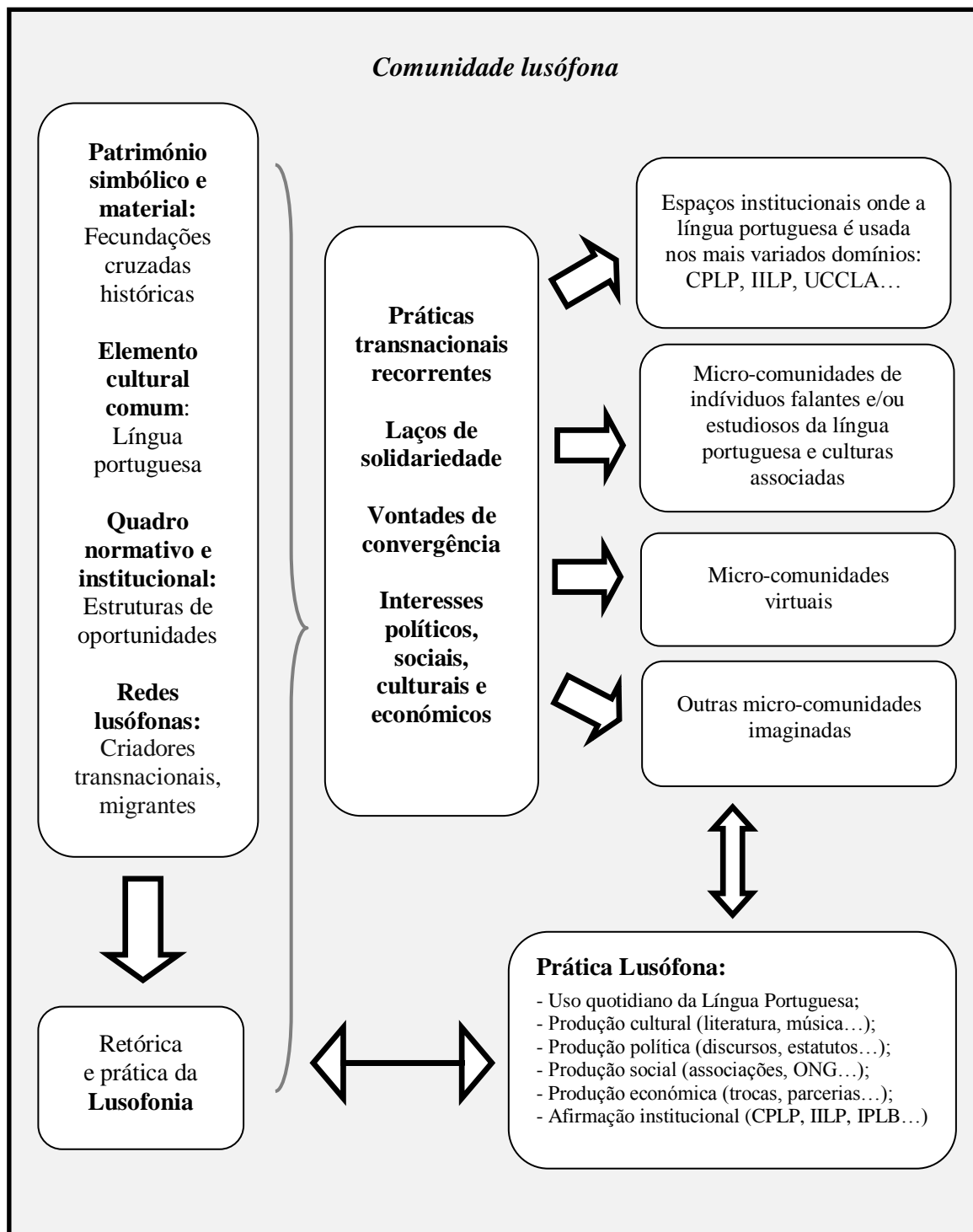
8. Apesar do crescente interesse na *comunidade lusófona*, há ainda um número significativo de cidadãos dos países de língua oficial portuguesa que desconhecem o que possa ser e representar essa *comunidade*, bem como o significado de ser *lusófono*.

---

<sup>39</sup> Exemplos: CEL – Comunidade do Escotismo/Escutismo lusófono; Associação Cena Lusófona; Musidanças – Festival de Artes do Mundo Lusófono; ACOLOP – Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa.

Em traços gerais, a discussão das hipóteses far-se-á em torno do seguinte esquema de pensamento:

Esquema 2: Proposta de modelo explicativo sobre a *Comunidade Lusófona*.



### I.III. Clarificação de conceitos e plano de trabalho

«Tudo, na verdade, se passa como se o real que nos envolve e do qual nós mesmos fazemos parte, fosse para nós *um texto* que não podemos deixar de constantemente *ler* – e, portanto, de “saber” *ler* –, sob pena de a nossa vida quotidiana se nos tornar inviável.»

Nunes (1977: 35)

Só conseguiremos entender a expressão *comunidade lusófona*, para a colocar ao serviço da exegese sociológica, se a enquadrarmos entre os termos que lhe estão directamente associados e lhe conferem significação: *lusofonia*, *lusófono*, *língua portuguesa* e *CPLP*. Termos que, incorrectamente, têm sido usados na academia, na esfera política, em notícias de jornais e noutros meios, de forma indiferenciada, como se fossem todos sinónimos e tivessem o mesmo significado.

Como refere Ana Isabel Madeira, o facto de que cada uma das expressões se projectar para fora do texto, em imagens que são conteúdos e continentes abertos à recriação, forçando-nos à limitação de fronteiras; unindo falantes em tudo dissemelhantes; e revelando constantes confrontos (Madeira, 2003: 13-15), pode conduzir a essas imprecisões.

Ernâni Lopes, chama, no entanto, a atenção para o facto de que embora os termos estejam intrinsecamente ligados, «designam realidades diferentes, na sua génese, na sua estruturação e na sua manifestação» (Lopes, 2008: 48).

Com este trabalho gostaríamos de contribuir para um ‘arrumar’ de ideias soltas, que, a nosso ver, se têm constituído como entraves não só ao diálogo científico; como também ao projecto político de construção da *comunidade lusófona*. Interessa-nos aqui, naturalmente, discutir unicamente a primeira questão.

Propomos, portanto, que cada uma dessas expressões tem uma definição possível e singular que não deve ser usada como sinónimo das demais, sob pena de incorrerem em imprecisões e leituras desviantes da realidade em estudo. A sua clarificação será, assim, de importância fundamental; pelo que, introduzimos neste texto introdutório algumas definições requeridas pelo que se segue.

As hipóteses de trabalho e o corpo de análise desta dissertação partem do princípio de que a *lusofonia* é, em linhas gerais (e apenas em linhas gerais), o termo

com que se convencionou designar a difusão da língua portuguesa após a descolonização. Tal como a palavra indica, o termo traduz o som dessa mesma língua abarcando em si o percurso que tem vindo a percorrer desde o contacto dos portugueses com ‘novos mundos’. Conforme aponta Miguel Jerónimo, é precisamente na emergente vontade de saber e conhecer, decorrente do período da expansão marítima, continuada pela nova *ordem da informação e da comunicação*, que encontramos os dados arqueológicos de uma *lusofonia* (Jerónimo, 2006: 30-31).

Como diria Eduardo Lourenço (1999), a *lusofonia* é «aquela esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial disperso pelos vários continentes onde a língua dos cancioneiros [...] se perpetuou essencialmente a mesma, para lhe chamarmos ainda *portuguesa*, e *outra* na modulação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos.» (Lourenço, 1999:174).

Em suma, diríamos que a *lusofonia* pode ser entendida como a difusão da língua portuguesa pelo mundo, estruturada por séculos de convívio com um conjunto de matrizes linguístico-culturais diversas e pelas permanentes transformações daí decorrentes. A *lusofonia*, através das suas práticas, manifesta-se «no contexto multifacetado e difuso das referências e dos conteúdos culturais das sociedades.» (Lopes, 2008: 48).

Entendemos a ***comunidade lusófona*** como a reunião, física ou simbólica, não só dos falantes, difusores e estudiosos da língua portuguesa (e das culturas que lhe estão associadas), mas também como a convergência de interesses comuns, de vontades coordenadas, cooperações variadas e/ou de projectos partilhados<sup>40</sup>. É constituída por um conjunto de **micro-comunidades** de índole vária que emergem da arena cultural, social, política, geográfica, religiosa e/ou económica.

As **micro-comunidades** representam os ‘núcleos’ independentes que compõem a *comunidade lusófona* e são compostas pelos mais diversos agentes sociais. Geradoras

---

<sup>40</sup> Como veremos adiante, dessa convergência não estão excluídas as situações de conflito – das quais podem resultar mais coerência do que numa situação de ignorância mútua. Vd. Geertz, 1973.

de múltiplas interações e práticas, as micro-comunidades podem, ou não, estar ligadas entre si por redes de comunicação; assim como podem ter uma actuação efémera ou rotineira.

Os *lusófonos* serão todos aqueles indivíduos, espaços (físicos ou simbólicos), circunstâncias ou actividades que giram em torno da língua portuguesa, da sua partilha e perpetuação. Uma língua que, ao ser falada, estudada e partilhada por gentes, países e iniciativas tão diversas como as conchas do mar, comporta em si culturas, saberes, tradições, valores e normas que, obrigatoriamente, convivem num ambiente de pluricontinentalidade, globalidade e interculturalidade.

A **língua portuguesa**, como principal elo comunitário, deverá ser encarada como a engrenagem que faz mover a *comunidade lusófona*, lhe confere sentido e lhe dá consistência. Uma língua que desafia e esbate a antiga hegemonia da ex-metrópole (não sem encontrar resistência, é certo), na medida em que a maioria dos seus falantes se encontra fora do antigo centro, e usa normas diversas.

A **CPLP**, entidade de direito público que congrega os povos e Estados-Nações de oito países em quatro continentes que por livre vontade se uniram, é encarada neste trabalho como uma das organizações políticas intergovernamentais que dão corpo institucional à *comunidade lusófona* e que alimentam a *lusofonia*. Defendemos que tanto a ideia de *comunidade lusófona* como a de *lusofonia* antecederem a existência da CPLP.

No que respeita à abordagem sobre ‘**produção cultural**’, assumiremos que esta é uma actividade profissional ou amadora que consiste na criação, reprodução e difusão de bens culturais ou na organização de eventos de cariz cultural ligados à consolidação ou invenção de elementos pertencentes à *comunidade lusófona*.

Estas definições, conquanto possam parecer básicas, permitem-nos construir pontos de partida para a análise, sabendo de antemão ao que nos estamos a referir quando utilizamos cada um dos conceitos. Ressalvamos, no entanto, que existem pelo

dois alguns obstáculos que poderão comprometer o uso dos mesmos: 1) o facto de estarmos a lidar com noções em construção e muito carregadas ideologicamente; 2) o facto de estas surgirem associadas a outros conceitos e suscitarem por isso múltiplas leituras.

Todos estes conceitos e hipóteses serão desenvolvidos ao longo dos vários capítulos desta dissertação.

Tendo em mente que à expressão *comunidade lusófona* está associada alguma controvérsia resultante do facto de não existir uma conceptualização esclarecedora acerca do que é a *lusofonia*, no primeiro capítulo procederemos a uma análise sobre esse conceito. Iniciaremos tentando captar a génese da ideia e o percurso do termo, através de uma análise de conteúdo em dicionários e enciclopédias de língua portuguesa; faremos uma revisão bibliográfica sobre o que se tem escrito sobre o mesmo e finalizaremos com uma reflexão que analisará a passagem da *lusofonia* de ideologia pós-colonial a projecto de *comunidade*.

No segundo capítulo procede-se a uma análise sobre a *comunidade lusófona*. Certos de que, quando se pensa ou se utiliza essa expressão surgem algumas interrogações derivadas dos diversos entendimentos e conceptualizações que se podem tecer de cada um dos termos utilizados, mas também da relação entre eles, iniciamos a reflexão com uma análise sobre as noções de *comunidade* e *lusófona(o)*; para finalmente as relacionarmos entre si.

No terceiro capítulo, reflectimos sobre a evolução da ideia de construção da *comunidade lusófona*. Exploramos a emergência do esteio institucional decorrente da evolução da mesma, através da formalização de organismos supranacionais como a Comunidade dos Países de Língua, com o intuito de abrir ‘janelas’ para equacionarmos, nos capítulos seguintes, como é que o arcaboço institucional e normativo que daí resultou se constitui como força propulsora na criação de ‘estruturas de oportunidades’ para os falantes da língua portuguesa, quer ao nível local e nacional, quer à escala transnacional.

No quarto capítulo procede-se a uma análise sobre a produção cultural como pilar estruturante da *comunidade*. Reflectimos sobre o peso da língua portuguesa e a sua situação no mundo globalizado de hoje, e sobre a literatura como instrumento cultural de primeira linha na divulgação e partilha da língua portuguesa e das culturas que lhe



estão associadas. Terminamos o capítulo com a apresentação de dois estudos de caso (um sobre o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, e outro, sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa) que nos permitem pensar sobre o investimento na língua e nas literaturas em português.

Partindo do pressuposto de que a produção cultural produzida no espaço comunitário *lusófono*, pode promover a integração político-social e sentimentos de pertença, gerar interconhecimentos e intercâmbio sócio-cultural; o quinto capítulo é dedicado à questão das migrações, da produção cultural e das práticas quotidianas da *lusofonia*. O objectivo do capítulo consiste em discutir a construção da *comunidade lusófona* a partir da situação actual em Portugal, país de acolhimento de centenas de milhares de cidadãos pós-coloniais e dos seus descendentes. No desenvolvimento deste quinto capítulo, que nos transmite a ideia de comunidade em formação, assumem particular relevância algumas questões relacionadas com: a difícil inserção dos imigrantes (mormente os de origem africana) no antigo centro; as dinâmicas de activação de estruturas e recursos (apresentamos aqui um estudo de caso sobre o “Maio, Mês de África em Lisboa); o racismo em ‘confronto’ com as expressões de ‘miscigenação’; e, a circulação de pessoas e de bens culturais no espaço *lusófono*.

O sexto capítulo, intitulado os ‘mundos da *lusofonia*’, é dedicado à análise empírica. Pretende-se, a partir dos resultados das entrevistas e da sondagem de opinião, relacionar as reservas quanto ao pendor político, ideológico e/ou institucional da *comunidade lusófona*, com os efeitos performativos que decorrem não apenas da retórica, mas do que designámos como as práticas da *lusofonia* (aquelas que fazem a transição do imaginado ao operativo).

#### **I.IV. Metodologia**

Para a verificação das hipóteses anteriormente referidas, recorreu-se a uma metodologia assente nas seguintes estratégias de investigação:

- Pesquisa bibliográfica;
- Técnica documental: análise de conteúdo de dicionários e enciclopédias de língua portuguesa;
- Análise do tipo intensiva: entrevistas semi-estruturadas / observação *in loco*;
- Análise do tipo extensiva: formulação e aplicação de um inquérito por questionário.

A pesquisa bibliográfica empreendida passou por criar um quadro de análise que permitisse uma exploração sistemática das fontes.

Como referimos atrás, um dos objectivos do primeiro capítulo passava por tentar captar o momento de surgimento do termo *lusofonia*, acompanhar a sua evolução e variações, a fim de traçar uma espécie de ‘genealogia’ do mesmo. Para tal, empreendemos uma análise de conteúdo de dicionários e enciclopédias de língua portuguesa. Partindo do princípio de que seria possível estabelecer uma relação entre as estruturas formais da língua, expressa nos textos que produz, e os dados situacionais ou os indicadores do contexto extralinguístico – numa directa conexão com dados históricos e sócio-políticos, a exploração dos documentos que fixam os significados da língua, assemelhou-se como uma útil técnica de recolha de informação.

Optámos por conduzir a análise num percurso que vai do significante (autor, contexto sócio-histórico e veículo de transmissão) para o significado – como processo de construção social que lhe poderá conferir um sentido real; e, partimos do pressuposto de que o surgimento do vocábulo *lusofonia* estaria intrinsecamente condicionado pela História e por momentos conjunturais específicos de cada um dos países de língua portuguesa. No decorrer desse capítulo explicamos as opções metodológicas, cronológicas e analíticas empreendidas<sup>41</sup>.

No que toca à análise do tipo intensiva, tratou-se de observar casos de estudo particulares e inquirir os agentes a eles associados. Referimo-nos sobretudo a agentes do ‘espaço *lusófono*’ ligados à esfera cultural, que incluem desde funcionários de organismos públicos (como, por exemplo do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas ou do Instituto Internacional da Língua Portuguesa)<sup>42</sup>, a jornalistas e outros divulgadores (da esfera cultural), e líderes de associações de imigrantes *lusófonos* (incluindo os principais protagonistas da iniciativa “Maio, Mês de África em Lisboa”)<sup>43</sup>. Também foram considerados, naturalmente, os próprios criadores culturais (vd. infra).

---

<sup>41</sup> Vd. Ponto 1.1. “Percurso do termo nos dicionários de língua portuguesa”, pp.57-88.

<sup>42</sup> Sobre a análise do papel do IPLB e do IILP, consultar o capítulo 4: “A produção cultural como pilar estruturante da *comunidade*. O investimento na língua e na(s) literatura(s) em português”, pp.197-205.

<sup>43</sup> Sobre a análise do papel das associações de imigrantes e a celebração do “Maio, Mês de África em Lisboa”, consultar o capítulo 5 sobre “Migrações, produção cultural e práticas da *lusofonia*”, pp.216-228.

As entrevistas realizadas seguiram o modelo de “entrevista semi-estruturada” que, de acordo com Ghiglione e Matalon descreve aquelas situações em que «o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista.» (Ghiglione e Matalon, 1993: 70).

No cômputo geral foram realizadas cinquenta e duas entrevistas<sup>44</sup>: 32 foram efectuadas na região metropolitana de Lisboa (62%), 13 em Santiago – Cabo Verde (25%), e 7 foram realizadas via *internet* (13%) a indivíduos não residentes em Portugal ou a outros com os quais não foi possível agendar um encontro pessoal. Para além das entrevistas, foram mantidos contactos com informantes privilegiados, que, ao longo da investigação, puderam dar as suas opiniões, transmitir informações úteis, e indicar potenciais entrevistados. Em todo o caso, pretendeu-se sempre contemplar, não os agentes confinados aos espaços nacionais (Portugal e os demais países de língua oficial portuguesa), mas aqueles que elegeram o campo transnacional da *lusofonia* como um dos seus espaços privilegiados de actuação.

Com a diversidade de entrevistas (e conversas informais) estabelecidas, pretendeu-se abranger as várias dimensões em análise neste trabalho (a *lusofonia*, a *comunidade lusófona*, a língua portuguesa, a produção cultural e as migrações), tendo em conta as visões de agentes diferencialmente posicionados sobre o fenómeno em estudo.

Embora se tenha traçado o objectivo de estudar a construção da *comunidade lusófona* a partir do antigo centro, considerou-se que seria pertinente recolher informações num outro país de língua portuguesa e junto de pessoas de diversas nacionalidades *lusófonas*. Procurou-se, desta forma, perceber os constrangimentos que se colocam à participação na esfera transnacional. Optou-se por Cabo Verde, tendo sido efectuado trabalho de terreno na ilha de Santiago entre 27 de Abril e 11 de Maio de 2007. A escolha teve por base não só o índice de desenvolvimento humano que o país apresenta, mormente em matéria de literacia em língua portuguesa (muito superior aos restantes PALOP), mas também o facto de este ser sede de um significativo número de instituições e arquivos junto dos quais se poderiam obter informações relevantes num

---

<sup>44</sup> Vd: Anexo VI: “Listagem das entrevistas realizadas”, p.387.

estudo sobre a construção da *comunidade lusófona*<sup>45</sup>. Com essa deslocação, pretendeu-se também abordar temas tão pertinentes como: a situação da língua portuguesa em Cabo Verde, os usos do português nas manifestações culturais, a cooperação com Portugal e outros países do ‘espaço *lusófono*’, a importância atribuída à CPLP nos diferentes institutos visitados e para os diversos agentes entrevistados, e a importância das migrações (de vários tipos) entre Cabo Verde e Portugal.

De modo a facilitar a análise, os 52 entrevistados foram agrupados em seis categorias: 11 agentes ligados a instituições dos Estados do espaço *lusófono* (AIE) com especial incidência na área cultural; 12 representantes de associações da sociedade civil (RASC); 19 produtores culturais (PC): escritores, pintores, cantores, músicos, coreógrafos, promotores de eventos culturais e empresários do ramo; 4 jornalistas (J); e, 6 indivíduos sem vínculo institucional (ASVI), como estudantes e imigrantes.

Uma vez que cada agente pode acumular diversas ocupações<sup>46</sup>, é preciso esclarecer que os entrevistados foram classificados nas categorias atrás referidas de acordo com a ocupação através da qual foram identificados, num primeiro contacto, pela investigadora. Seguindo um guião semi-estruturado de acordo com a ocupação de cada grupo de agentes, procurámos investigar a percepção de cada um em relação ao universo da *lusofonia* e ao da construção da *comunidade lusófona*, bem como a sua acção nesse espaço e nesse processo<sup>47</sup>.

Para a análise das entrevistas recorremos à análise de conteúdo numa perspectiva compreensiva que, segundo Jean-Claude Kaufmann (1996) permite abordar, de modo privilegiado, as representações e os significados que os agentes sociais atribuem ao mundo que os rodeia e aos acontecimentos, iniciativas e marcos que relatam como fazendo parte do seu percurso e da sua história. No caso específico da análise de entrevistas a escritores (tema a desenvolver no ponto 6.1.), utilizou-se a metodologia do

---

<sup>45</sup> De acordo com o plano de deslocação foi possível visitar o IILP, o Centro Cultural Português do Instituto Camões, a Biblioteca Nacional, o INE, o Arquivo Histórico Nacional, o Instituto das Comunidades, a Embaixada de Portugal, a Comissão Nacional para a Instalação da Universidade Pública de Cabo Verde, a Associação de Escritores de Cabo Verde, o Pelouro da Cooperação, Formação, Cultura e Cidadania da Câmara Municipal de Praia, a Câmara Municipal do Tarrafal, o ex-campo de concentração do Tarrafal, uma Fundação de Artistas/Pintores, o Palácio da Cultura Ildo Lobo, o Museu Etnográfico da Praia, o Núcleo Museológico da Praia – Instituto da Investigação e do Património Culturais, e algumas escolas públicas. A fim de registar algumas informações pertinentes, criou-se o blog <http://viagem-a-santiago.blogspot.com/>.

<sup>46</sup> Um produtor cultural (escritor ou pintor, por exemplo) pode simultaneamente ser um representante de uma associação da sociedade civil ou um empresário ligado à produção cultural, por exemplo.

<sup>47</sup> Vd. Anexo V: “Guião temático utilizado na entrevista aos produtores culturais”, p.385.

que se convencionou chamar de “análise dos casos negativos” – uma forma de inferência analítica que visa a indução de uma teoria, em vez do teste de hipóteses formuladas *a priori* (Kidder e Judd, 1986). No início desse capítulo explicamos a opção e a forma como desenvolvemos esta metodologia.

No caso da análise do tipo extensiva, tentando abranger uma população mais vasta e heterogénea, do que no caso das entrevistas, investiu-se na realização de uma sondagem de opinião, lançada via *Internet*, entre Maio e Julho de 2009. Os principais objectivos deste empreendimento visaram apurar o que diferentes indivíduos da sociedade civil dos países e espaços de língua portuguesa, entendem por *lusófono(a)*; a sua familiaridade com o conceito e o seu sentimento de pertença à chamada *comunidade lusófona*. No tratamento dos dados obtidos privilegiou-se, não só o método quantitativo (apuramento da frequência de ocorrência dos termos), como uma abordagem qualitativa, assente numa análise categorial que nos permitisse construir conhecimento a partir dos discursos, da posição e dos termos utilizados pelos diversos respondentes. No ponto 6.2 do sexto capítulo detalhamos as opções, as vantagens e desvantagens da metodologia escolhida.

# Parte I

## Capítulo 1 – Discorrendo sobre a Lusofonia

«A lusofonia é, em suma, um conceito-força estruturante da comunidade lusófona.»

Marchueta (2003: 122)

Parece pacífico, diria mesmo quase um lugar comum, iniciar-se uma reflexão sobre a *lusofonia* enfatizando que ninguém sabe ao certo o que é que o termo quer dizer e sublinhando a ideia de que estamos perante um conceito vago, impreciso e de difíceis contornos, que «vive, paredes-meias, com um misto de desafio que a todos envolve e uma nebulosa que o tempo não tem conseguido até hoje desfazer, apesar dos passos importantes que já foram dados no sentido de [lhe] dar conteúdo e uma estrutura sustentável.» (Fernandes, 2004: 119).

No mesmo sentido, a investigadora Paula Medeiros sustenta que o termo tem vindo ao longo das últimas décadas a oscilar entre uma pluralidade de significados que, afirma, podem combinar «ideologias políticas, relações interestatais, interesses económicos, questões linguísticas e identitárias, entre outras, resultando daí uma grande dificuldade em se delimitar conceptualmente o que se designa por lusofonia e espaço lusófono.» (Medeiros, 2006: 1).

No entanto, sendo o termo frequentemente apropriado e utilizado no senso comum, invocado nos discursos políticos, citado em documentos oficiais, escolhido como mote para o encontro de artistas, músicos ou escritores do chamado ‘espaço lusófono’, ou ainda, usado como *spot* publicitário para uma campanha comercial entre os países de língua portuguesa, essa discussão teórica, pelo menos aparentemente, parece ir ao arrepio da prática quotidiana. Em qualquer uma dessas ocasiões, parece exactamente que todos sabem do que falam, quem ouve ou lê entende a que realidade os interlocutores se referem, e o sentido que é atribuído à palavra *lusofonia* parece não problemático.

Nesta mesma ordem de pensamento, Yves Léonard, historiador francês, sustenta que o termo *lusofonia* é permeável a tantas interpretações, quantos os campos de aplicação; ou seja, a polissemia do termo suscita tantas e tão diversas derivações, que cada um tenderá a encontrar nele o que aí procura (Léonard, 1999: 438).

Citemos, a título de exemplo, um excerto retirado da nota de apresentação do Ciclo de Conferências “Perspectivas Críticas sobre a Lusofonia”, promovido pela

Fundação ProJustitiae, e realizado entre 9 e 10 de Fevereiro de 2006, na Universidade de Évora, com a presença de antropólogos, sociólogos e historiadores de vários países lusófonos:

«Elegemos o conceito “lusofonia” para encetar este Ciclo por ser o conceito-chave que, no contexto português, suporta quase todos os eventos de carácter público ou privado relacionados com as ex-colónias ou ex-colonos, intervindo sobretudo nas áreas da cultura, educação e ajuda humanitária, independentemente das orientações ideológico-políticas.»<sup>48</sup>

Um filósofo da linguagem norte-americano, Donald Davidson (2001), chamou de “caridade interpretativa” ao facto de a maioria dos utilizadores (activos ou passivos) de um termo, ainda que não o aceite e/ou não concorde com as acepções do mesmo, estar predisposta a ser condescendente com a sua utilização (ou até mesmo tentar ‘incorporá-lo’, adaptando-o), por acreditar, à partida, que a realidade que invoca pode fazer sentido para uma maioria. Será esta a situação perante o termo *lusofonia*?

Segundo o antropólogo João de Pina Cabral (2002a, *inter alia*), quando assim acontece, os indivíduos aprendem dialecticamente a interpretar o que é dito acerca do mundo que os rodeia, numa atitude ética capaz de criar “afinidades electivas” (Goethe, 1980 [1809]) que exprimem um certo e possível consenso sobre essa mesma realidade. Ainda segundo Cabral, os indivíduos «procuram, assim, ajustar as [suas] categorias [assentes em percursos de vida e referenciais semânticos próprios] aos contextos referenciais em que os outros usam as categorias linguísticas com que pretendem comunicar [com eles].» (*idem*: 7). Na sua opinião, será o ‘mundo’ que se partilha (e aqui poderemos porventura aludir ao ‘mundo’ da língua portuguesa) que disporá os indivíduos a perceber os sentidos daquilo que os demais dizem, apesar de não ser fácil identificar rapidamente todo esse ‘mundo’ partilhado – na medida em «que se trata de um conjunto disperso e tendencialmente infinito de itens, resultante de um longo contacto histórico. Integra coisas, ideais, formas e pessoas que não têm nada de específico entre si.» (*idem*: 7-8).

Embora repouse sobre o significado dos dois elementos que formam a palavra que o exprime – *luso* (português) e *fonia* (fala ou língua) –, não é um termo de fácil definição, nem tão-pouco de compreensão imediata. Razão pela qual, ao longo destes últimos tempos, a noção surja associada, numa espécie de cadeia de inferências, a uma

---

<sup>48</sup> Disponível em <http://www.oi.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=837>. [02.05.2006].



constelação de outros conceitos, tais como: nação, identidade, cultura, povo ou comunidade; ou ainda, que seja frequentemente utilizada como sinónimo de ‘portugalidade’, ‘quinto império’ ou CPLP.

Importa ainda referir que a primeira componente da palavra, *luso*, sendo a expressão dos falantes de português, e sinónimo de “lusitano”, “português” ou de algo “relativo a Portugal”<sup>49</sup>, tem suscitado acesos debates pela conotação étnica que o termo *lusofonia* carrega. Convém também salientar que essa conotação é tida como argumento de peso por parte dos interessados em rejeitar a institucionalização do termo e o seu enraizamento no ‘espaço lusófono’.

Reagindo a essa mescla de combinações e indefinições, a *lusofonia* tem vindo a ser problematizada, no actual contexto português, por um conjunto de académicos que rejeitam uma noção «difusa que ainda ninguém sabe concretamente o que poderá ser, para além de uma ideia linguisticamente sustentada, historicamente sedimentada numa herança comum de memórias diversas, politicamente interessante e europeia e socialmente reconfortante e até tonificante.» (Ribeiro & Ferreira, 2003: 16).

O facto de se tratar de uma noção difusa, não tem impedido, porém, que a academia se debruce sobre ela. Na realidade podemos distinguir, pelo menos, três grandes entendimentos que vêm surgindo da parte da academia: a ‘lusofonia como casa comum’, também defendida por responsáveis políticos e algumas elites (Lourenço, 1999; Rocha-Trindade, 1998; Pires, 1997; Leitão, 2002, *inter alia*); a ideia de ‘lusofonia como mito’, e nesse entendimento rejeitada por alguns investigadores de inspiração neo-marxista (Margarido, 2000; Jerónimo e Domingos, 2007); e a ideia de ‘lusofonia no quotidiano’, defendida por quem estuda as expressões de cultura popular dos descendentes de imigrantes em Portugal e o lugar de Lisboa nas redes transnacionais de criadores culturais (Marques, 2008, 2009, *inter alia*).

No primeiro caso, pretende-se, acima de tudo, realçar três aspectos: a comunhão que existe, particularmente ao nível cultural, entre os falantes e os países de língua portuguesa; a ideia de que antes de surgir a CPLP já existiam comunidades de ordem cultural e social; e, ainda a hipótese de que, deixando para trás o vínculo histórico colonial, a *lusofonia* pode tornar-se uma oportunidade no contexto da globalização e não uma atitude de oportunismo.

---

<sup>49</sup> Ver Anexo I: “Percurso do termo Lusofonia e de outros relacionados em dicionários/enciclopédias”, pp.363-380.

Na segunda perspectiva, veiculada pelos que entendem que a aposta na *lusofonia* e na construção de uma comunidade lusófona é um mito estruturado em torno da ‘tradição’ colonial dos portugueses, existe um claro empreendimento em combater as tentativas de negação ou esquecimento do passado colonial e das relações assimétricas de poder daí herdadas; desconstruir a ideia de que existe uma comunidade lusófona homogénea e ainda contestar o carácter essencialmente político da comunidade.

No terceiro caso, pretende-se analisar as práticas da *lusofonia* no quotidiano, através das expressões de cultura popular dos imigrantes em Portugal e dos vínculos transnacionais que podem alimentar e reproduzir formas diversas de comunidades.

Entendemos que estas visões, embora possam parecer à partida antagónicas, não se auto-excluem. Como refere Eduardo Lourenço, é possível que a *lusofonia* que, terá sido criada como uma ideia inocente de comunhão cultural entre os falantes e países de língua portuguesa, possa veicular uma espécie de neocolonialismo inconsciente. Admitimos que nenhuma das perspectivas escapa aos paradoxos e ambiguidades gerados pela realidade social que liga indivíduos e países que partilham uma língua comum, factos históricos e práticas quotidianas; todavia, nesta dissertação, aproximamo-nos mais da terceira orientação acima enunciada, e propomo-nos reflectir sobre o termo, tomando em consideração não só as reservas formuladas relativamente ao teor do conceito – vago, impreciso ou alter-definido –, mas privilegiando a sua análise a partir das práticas (incluindo as reflexivas) que a ele se referem no quotidiano dos agentes da cultura e que nos remetem para um campo específico das suas possíveis definições.

Antes porém, procuraremos explorar a institucionalização do termo através da análise das fontes que captam o interface entre o uso quotidiano e a elaboração erudita da língua. Para tal, iniciaremos este sub-capítulo tentando captar a génese da ideia e o percurso do termo nos dicionários e outras obras de referência da língua portuguesa; e, de seguida, faremos uma revisão bibliográfica sobre o que se tem escrito sobre o tema e, paralelamente, uma reflexão que analisará a passagem da *lusofonia* de ideologia pós-colonial a projecto de *comunidade*.

## 1.1. Percurso do termo nos dicionários de língua portuguesa

«Dado o papel do dicionário em relação à norma social, por registrar a linguagem aceita e valorizada na comunidade de falantes e também por ser depositário do acervo lexical da cultura, ele é referência básica para uma comunidade.»

Biderman (2002: 75)

Pesquisar o vocábulo *lusofonia* nos dicionários de língua portuguesa tentando captar o momento em que aparece, acompanhar a sua evolução e variações, a fim de traçar uma espécie de ‘genealogia’ do termo, através de uma exploração dos documentos que fixam os significados da língua (tendo presentes os contributos disciplinares da Linguística e da História), é o propósito central do presente sub-capítulo.

Telmo Verdelho, professor catedrático da Universidade de Aveiro, realça que os dicionários têm servido, desde o seu aparecimento, não só como instrumentos passivos (utilizados na armazenagem do conhecimento, na descodificação e aprendizagem), mas também como «instrumentos da estratégia activa da comunicação, apoiando a produção retórica e literária» (Verdelho, s/dt: 28). Em sua opinião, os dicionários são, por isso, documentos preciosos e instrumentos indispensáveis no estudo da história das mentalidades e das ideologias (Verdelho, 2003: 489).

Na mesma linha de pensamento, José Horta Nunes e Margarida Petter, linguístas brasileiros que se têm dedicado à história do saber lexical, defendem que «a produção de idéias lingüísticas é remetida à sociedade e à história, de maneira que o saber lingüístico não é considerado independentemente das formações sociais e das instituições a ele relacionadas». (Nunes e Petter, 2002: 8).

Diríamos portanto, que, de um ponto de vista sociolinguístico, é possível estabelecer uma relação entre as estruturas formais de uma língua, expressa nos textos que produz, e os dados situacionais ou os indicadores do contexto extralinguístico – numa directa conexão com dados históricos e sócio-políticos (Gardin *et alii*, 1980). Como refere José Madureira Pinto, «as ciências da linguagem têm vindo a obter elementos que nos permitem progredir no conhecimento do processo de produção social de sentido, isto é, na delimitação do que constitui a especificidade da prática ideológica.» (Pinto, 1977: 100).

Para além do suporte na linguística – como veremos adiante –, vale a pena reter ainda o contributo do historiador francês, vinculado à história do livro, da edição e da cultura, Roger Chartier (1988, 1993), segundo o qual é impossível dissociar as ideias das práticas dos agentes que as produzem, das formas impressas ou manifestações artísticas que as põem em circulação e que possibilitam a sua apropriação pelo público. Nesse sentido, quando nos propomos traçar a ‘genealogia’ de um dado objecto de estudo, neste caso da *lusofonia*, torna-se impossível a sua separação dos textos que têm função central na institucionalização da norma linguística, e das ideias que estes transmitem. Neste âmbito, debruçar-nos-emos sobre dicionários e enciclopédias da língua portuguesa.

Trata-se de pensar a *lusofonia* como um conjunto de significados partilhados e construídos por especialistas ligados ao estudo da língua para explicar como e em que circunstâncias terá surgido o vocábulo, e como terão evoluído os respectivos significados. Como adverte Ana Madeira, «seria ingénuo supor que o processo de produção de noções e categorias de conhecimento é independente das estratégias ideológicas e de poder dos grupos sociais que detêm os meios de produção de significados e de sentidos para as práticas do colectivo.» (Madeira, 2004: 2). Argumento igualmente defendido por Rosalind Gill que, convicta «da importância central do discurso na construção da vida social», defende que a linguagem não é «um meio neutro de reflectir, ou descrever o mundo» (Gill, 2002: 244).

A análise de “discursos” envolve algo mais do que saber do que se fala, envolve saber quem fala, para quem, como e para quê, o que permite ao investigador identificar diferentes significados e funções dos mesmos.

Importa, pois, que conduzamos a análise num percurso que vai do significante (autor, contexto sócio-histórico e veículo de transmissão) para o significado – como processo de construção social que lhe poderá conferir um sentido real. Voltaremos a este assunto mais adiante.

É neste contexto teórico que, propondo o aprofundamento da pesquisa levada a cabo por Ana Madeira, no estudo *Sons, sentidos e silêncios da lusofonia* (2003)<sup>50</sup>, a presente investigação pretende apresentar os resultados de um trabalho de incursão em

---

<sup>50</sup> Consultar especificamente a secção sobre “Os objectos do discurso: nomes, coisas e regimes de existência”, pp.11-16; em que a autora apresenta os resultados de uma pesquisa em 13 Dicionários de Língua Portuguesa, editados entre 1954 e 2001.

51 Dicionários de Língua Portuguesa e 3 Enciclopédias Luso-Brasileiras<sup>51</sup>, editados em Portugal e no Brasil desde o início do século XX até à actualidade<sup>52</sup>.

Partindo do pressuposto de que o surgimento do vocábulo *lusofonia* esteve intrinsecamente condicionado pela História e por momentos conjunturais específicos de cada um dos países de língua portuguesa, é importante que situemos a análise lexical em períodos históricos distintos. Assim sendo, obtámos por iniciar a pesquisa em 1900, altura em que, de acordo com Verdelho [2002], se dão as grandes tentativas portuguesas de elaboração de dicionários universais o mais abrangentes possível, e conduzi-la até ao final de 2009.

Nesse percurso, considerámos importante demarcar dois períodos distintos de análise: um, de 1900 a 1974, e outro, de 1975 até 2009. A divisão foi feita entre 74 e 75, naturalmente pelo peso que a revolução de 25 de Abril de 1974, e as consequentes queda do regime ditatorial português e as independências africanas, tiveram na esfera nacional, no ‘espaço lusófono’ e no modo como o antigo centro foi estabelecendo relacionamento com os demais países de língua portuguesa. Como vimos no enquadramento histórico deste trabalho, a ideia de *lusofonia* ganha novos contornos a partir dessa época – em que, de acordo com Lourenço do Rosário, professor moçambicano especialista em Línguas e Literaturas Modernas, Portugal terá sentido «a necessidade premente de redefinição dos conceitos que lhe permitissem a utilização supostamente mais adequada de instrumentos de identificação das realidades emergentes nos diversos quadrantes da vida dos espaços geográficos [envolvidos]» (Rosário, 1996: 36).

Breves incursões no contexto dos PALOP, antes e após as independências, e visitas ao cenário brasileiro, sobretudo a partir de meados dos anos de 1930 (década em que, segundo nos diz Nunes [2008], aparecem os primeiros dicionários brasileiros de língua portuguesa, e que, curiosamente, coincide com a década em que Gilberto Freyre propaga os seus ideias lusotropicalistas), ajudar-nos-ão nesse empreendimento.

---

<sup>51</sup> Para mais informações sobre as obras consultadas, ver Anexo I. pp.363-380.

<sup>52</sup> Na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa, foi possível consultar a maioria dos Dicionários editados em Portugal e no Brasil; e procurou-se intensivamente por Dicionários editados noutros países de língua portuguesa (recorrendo-se, naturalmente, a outras Bibliotecas do país); não se tendo encontrado nenhum exemplar. Na Biblioteca Nacional da Praia, em Cabo Verde, procurámos Dicionários de Língua Portuguesa editados nesse país, mas não encontrámos nenhum; a um escritor angolano solicitámos que nos enviasse alguma referência dada à estampa em Angola, mas sem êxito; através do contacto com informantes privilegiados dos restantes países de língua oficial portuguesa foi feito o mesmo pedido e os resultados foram iguais, ou seja, não obtivemos notícia de nenhum Dicionário de Língua Portuguesa editado nesses países.

### 1.1.1. O dicionário como “objecto histórico-discursivo”

A língua, tida essencialmente como um sistema de comunicação entre emissores e receptores, comporta em si a capacidade de *ser* e a do *fazer*. Como diria Ana Madeira, «[a]cordamos para uma língua sem saber ainda como articulá-la. A língua antecipa-se-nos, construindo o nosso referencial. Não são as nações nem os povos que criam as línguas» (Madeira, 2003: 9); contudo, na sua permeabilidade e flexibilidade, a língua permite que se criem permanentemente, sobre a sua materialidade e realidades objectivas, um conjunto de regras, códigos e mensagens – que, pela sua natureza e funcionalidade, os dicionários se encarregam de registar e definir.

Nas suas dimensões – falada e escrita – a língua «transforma esse acto de comunicação numa matéria-prima susceptível de abrir às [...] ciências sociais um campo de análise, não apenas sobre a linguagem mas, como diria Foucault, “daquilo que se pode fazer com a linguagem”, ou seja, a análise das produções discursivas.» (Madeira, *idem*: 10).

Assim sendo, «[r]eivindicar a necessidade de uma análise semântica ajustada à natureza transfrásica dos enunciados, por um lado, e negar a possibilidade de se divorciar o funcionamento dos fenómenos linguísticos de dimensão superior à frase das respectivas condições de produção, por outro, implicam, que a nossa atenção passe a incidir sobre manifestações linguísticas entendidas como *discursos*.» (Pinto, 1977: 106).

Importa que desde já esclareçamos o sentido de “discurso”. Para tal, as propostas teóricas de Louis Guespin (1971) dão-nos uma preciosa ajuda. De acordo com o especialista, um «enunciado é a sequência de frases emitidas entre dois vazios semânticos, duas paragens de comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, um olhar lançado sobre um texto, do ponto de vista da sua estruturação como ‘língua’, faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção deste texto fará dele um discurso.» (Guespin, 1971: 10).

É sobretudo desta última dimensão que se ocupam André Collinot e Francine Mazière (1997), Diana Barros (1988), Eni Orlandi (1999) e José Horta Nunes e Margarida Petter (2002) – académicos da área da linguística que se têm ocupado com a “análise de discurso” e a “história das ideias linguísticas”, visando sobretudo apurar as construções ideológicas presentes num determinado “objecto discursivo”.

E aqui, a instância do ideológico deve ser entendida na perspectiva do sociólogo Eliseo Verón. No artigo “Remarques sur l'idéologique comme production de sens” (1973), o autor explica que as construções ideológicas resultam de diversos fenómenos pertencentes a todos os ‘lugares’ do social empírico (comportamentos, textos e mesmo espaços socialmente organizados), produzem determinados significados, e, podem por isso, ser entendidas como “processos observáveis da acção social”. Do seu ponto de vista, «quand on étudie l'idéologique on a affaire à des règles d'investissement d'une matière significative donnée et non pas au “contenu” des messages, car les règles de production de sens d'un système idéologique *peuvent investir n'importe quel “contenu”*».» (Véron, *idem*: 53).

Admitimos que empreender, sob uma perspectiva sociológica, uma análise de conteúdo a partir de obras de referência, como os dicionários e as enciclopédias (tidos como “objectos histórico-discursivos”), ajudar-nos-á a entender o trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história; neste contexto particular, a história dos *lusófonos*, da *lusofonia* e, de uma forma geral, a da *comunidade lusófona*.

Os autores que propõem o “discurso” extraído dos dicionários como objecto de análise sustentam-se teoricamente nos trabalhos de Michel Pêcheux, filósofo francês que, na sua tese *Analyse Automatique du Discours* (1969), sugeriu que as Ciências Sociais e Humanas se deveriam confrontar com a história, a linguística e a psicanálise no estudo da realidade.

Para Pêcheux (1997), a linguagem é um fenómeno que deve ser estudado sob duas perspectivas: a interior, que a analisa como forma linguística; e, a exterior, como forma material de uma ideologia. Como tal, a linguagem não pode ser compreendida como um sistema significativo fechado, sem relação com o exterior, mas sim a partir do contexto histórico-ideológico dos sujeitos e das circunstâncias que a produzem e que a interpretam.

Adoptando pois a perspectiva teórica da escola francesa, os autores citados, estabelecem relações entre a língua, o sujeito e a história na observação sobre a constituição de discursos lexicográficos.

Orlandi, por exemplo, explica que a «lexicografia discursiva vê, nos dicionários, discursos. Desse modo, na abordagem própria à análise de discurso podemos ler os

dicionários como textos produzidos em certas condições, tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua» (Orlandi, 2002:13). Dito por outras palavras, a definição lexicográfica permite subentender o modo sócio-histórico e ideológico de concepção de uma língua e dos seus vocábulos – embora não sejam estes, em última instância, os que mais interessam à análise discursiva. Como refere Orlandi, esta «não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela [a análise do discurso] trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim a palavra em movimento, prática da linguagem [...que] não trabalha com a língua enquanto sistema abstracto, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar.» (*idem*: 15-16).

Na mesma ordem de pensamento, Nunes e Seligman argumentam que «a análise discursiva visa relacionar a superfície textual do dicionário (as sequências textuais lingüísticamente realizadas) com sua exterioridade, isto é, com suas condições de produção, incluindo-se aí o contexto enunciativo e o contexto mais amplo, ou seja, a conjuntura sócio-histórica de um período.» (Nunes e Seligman, 2003).

Em suma, o que estes estudiosos parecem querer deixar claro é que as obras de referência são materiais pertinentes para se conhecer os sentidos e significações que circulam em determinada época, constituindo-se a análise discursiva como mais-valia enquanto instrumento capaz de descortinar os possíveis posicionamentos histórico-ideológicos no contexto da “história das ideias linguísticas”.

Será pois, na vontade de ultrapassar os limites – porventura um pouco estreitos – da linguística descritiva, a fim de constituir como objecto de estudo a própria linguagem (materializada em palavras, textos, definições – a que os autores chamam de “discurso”) que se realizará uma convergência entre as preocupações da linguística e da sociologia neste trabalho. Para tal, centrar-nos-emos na perspectiva de que as obras de referência, como instrumentos linguísticos e veículos de transmissão de significados, conceitos, modos de ver e entender a realidade que subjaz a cada vocábulo, fazem parte da sociedade, e são uma prática social; sendo, simultânea e consequentemente, parte dos mecanismos pelos quais a sociedade se reproduz e auto-regula.



### 1.1.2. Metodologia

Na selecção das obras de referência<sup>53</sup> a consultar tomaram-se em consideração cinco critérios: 1) centrar a pesquisa em dicionários, que nos facilitam uma consulta e um conhecimento rápido, conciso e sintético, e complementá-la com o recurso a enciclopédias, que nos oferecem informação e dados mais extensos e pormenorizados sobre um mesmo tema; 2) começar a consulta em 1900 e levá-la até à actualidade, abarcando assim todo o século XX e primícias do XXI, na tentativa de acompanhar o surgimento e a evolução dos termos; 3) tentar incluir na consulta o máximo possível de publicações resultantes da edição em cada um dos países de língua oficial portuguesa<sup>54</sup>; 4) pesquisar obras de referência de instituições e de editoras consagradas na área, tais como: a Academia das Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras, a Verbo, a Temas & Debates ou a Nova Fronteira; 5) incluir na pesquisa todas as obras de referência que façam parte das mais citadas<sup>55</sup>.

Tabela 1 - Síntese das obras de referência consultadas

	Dicionários		Enciclopédias		Totais
	1900-1974	1975-2009	1900-1974	1975-2009	
Edição portuguesa	15	16	1	0	32
Edição brasileira	7	9	1	0	17
Edição mista	0	1	1	0	2
Totais	22	26	3	0	51
	48		3		

No cômputo geral (tabela 1), foram consultadas 51 obras de referência, das quais 48 dicionários de língua portuguesa e 3 enciclopédias luso-brasileiras. Do total de dicionários, 22 dizem respeito ao período de 1900-1974 (sendo 15 de edição portuguesa e 7 de edição brasileira), e 26 são relativos ao período de 1975-2009 (sendo que 16 são de edição portuguesa, 9 de edição brasileira e 1 de edição mista); no que toca às enciclopédias, todas elas pertencem ao primeiro período, sendo uma de edição portuguesa, outra de edição brasileira e uma terceira de edição mista.

<sup>53</sup> De modo a tentarmos captar o surgimento das palavras, privilegiámos a consulta das primeiras edições de cada dicionário; nos casos em que isso não foi possível, pelas obras estarem indisponíveis (nas várias bibliotecas visitadas), consultámos as edições ao dispor. Noutros casos, e porque os respectivos prefácios assim o indicavam, foram incluídas na análise não as primeiras edições, mas aquelas que representam marcos de viragem no campo da produção dicionarística.

<sup>54</sup> Como explicámos na nota de rodapé n.53, na pág.59, só conseguimos encontrar obras de referência editadas em Portugal e no Brasil.

<sup>55</sup> Para tal foi feita uma pesquisa na *Internet*, através do motor de busca do Google, obtendo-se uma listagem dos dicionários de língua portuguesa e das enciclopédias luso-brasileiras mais citadas em obras, artigos e outros trabalhos.

De modo a tentar captar o momento de surgimento do termo *lusofonia*, e sabendo de antemão que por vezes os vocábulos surgem por neologia (ou seja, pela necessidade de se transmitir ideias, objectos ou conceitos a partir de palavras já existentes), considerou-se fundamental consultar, para além desse vocábulo, outros três que, admitimos, nos poderiam auxiliar na tarefa de compreender a sua formação: *Luso-*, *Lusófono* e *Lusotropicalismo*<sup>56</sup>.

Como hipótese de partida, alegámos que o termo apareceria após 1974, como solução de continuidade ideológica após a mudança de regime e na sequência das descolonizações africanas, sendo sucedâneo do lusotropicalismo; ganhando força na segunda metade da década de noventa com a estabilização do regime democrático português e o acentuar dos discursos políticos em prol da constituição de uma comunidade de ‘povos’ e países de língua portuguesa.

Foi construída uma primeira grelha de registo de informação, conforme o modelo abaixo, ordenada de forma cronológica (a partir da data de edição) e contendo as seguintes informações: título, local de edição e editora; autor(es); e uma coluna para cada uma das quatro entradas a consultar<sup>57</sup>.

Tabela 2 – Modelo da grelha de registo de informação retirada das obras de referência

Data	Título, Local e Editora	Autor(es)	Luso-	Lusofonia	Lusófono/a	Lusotropicalismo

Após consulta das várias obras, do preenchimento da grelha e da verificação da informação, constituímos um *corpus* de análise para cada período:

**Corpus de análise 1900-1974:** *Diccionario completo (històrico-etimológico) da Língua Portuguesa* (1900); *Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil* (1909); *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1913); *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1913); *Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa* (1917); *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* (1925); *Diccionario Contemporâneo da Lingua Portuegeza* (1925); *Diccionario Etimológico, Prosódico e Orthogrâphico da Lingua Portuegeza* (1928); *Diccionario Etimológico da Língua Portuguesa* (1932); *Diccionario Elementar da Língua*

<sup>56</sup> Como exposto, no ponto I.II: “Problematização e hipóteses”, pp.31-42, sustenta-se, neste trabalho, que a *lusofonia* é um termo sucedâneo do *lusotropicalismo* e tem com ele uma certa continuidade histórico-ideológica.

<sup>57</sup> O resultado final pode ser consultado no Anexo I. pp.364-381.

*Portuguesa* (1934); *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1938); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1939); *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa* (1948); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1949-59); *Dicionário de Português* (1952); *Dicionário Brasileiro Contemporâneo* (1953); *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1956-59); *Lello Popular. Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa* (1956); *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* (1958); *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1960); *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1963-67); *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa* (1963-67); *Dicionário Etimológico Resumido* (1966); *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1970-?); *Grande Enciclopédia Delta Larousse* (1972).

**Corpus de análise 1975-2009:** *Novo dicionário da Língua Portuguesa* (1975); *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1975); *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (1977); *Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1979); *Lello Universal. Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro* (1980); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1981-86); *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (1982); *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa* (1984); *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa* (1985); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa – Lisa* (1985); *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986); *Lello Universal. Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro* (1986); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1989); *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1991); *Lexilello. Novo dicionário de Língua Portuguesa* (1992); *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube* (1996); *MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa* (1998); *Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa* (1999); *Dicionário Universal de Língua Portuguesa* (2001); *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (2001); *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001-03); *Dicionário de usos do Português do Brasil* (2002); *Dicionário da Língua Portuguesa* (2006); *Dicionário Verbo. Língua Portuguesa* (2006); *Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico* (2007); *Dicionário da Língua Portuguesa 2009 - Acordo Ortográfico* (2009).

Uma pequena nota servirá para referir que, inevitavelmente, a construção do *corpus* e da análise caminharam juntas. Conforme ressalva Orlandi, «a constituição do

*corpus* já é a análise, pois é pelos procedimentos analíticos que podemos dizer o que faz parte e o que não faz parte do *corpus*.» (Orlandi, 1998: 15).

Estabelecido o *corpus*, elaborámos uma ‘moldura analítica’ em torno dos conceitos de “nomenclatura”, “condições de produção” e “processos evolutivos”, tendo por base as orientações teóricas de Pêcheux (1997), Collinot e Mazière (1997), Nunes (2002) e Orlandi (2002).

Antes de qualquer outro procedimento analítico, Collinot e Mazière (1997) propõem que se trabalhe a noção de “nomenclatura”. Como referem, a primeira tarefa de um lexicógrafo é inventariar a lista de entradas que constituirá a sua obra, cujo conjunto forma a designada “nomenclatura”. Esta, é, inevitavelmente, o resultado de um recorte finito de palavras no vastíssimo contexto de uma língua – que tanto permite que os vocábulos sejam «colhidos, uns em obras de escritores exemplares, e recebidos outros da linguagem falada [neste caso particular] de diferentes regiões de Portugal e do Brasil» (Figueiredo, 1925: s/p).

Pesquisando a partir de que momento as obras de referência consultadas incluem nas suas “nomenclaturas” cada uma das quatro entradas ou todas em simultâneo, e registando os seus significados, procurámos reflectir em torno das seguintes questões: a) será que as edições portuguesas e as brasileiras apresentam a mesma “nomenclatura”?; b) será que os vocábulos têm a mesma designação e o mesmo sentido nas duas versões editoriais?; c) em que medida os acontecimentos sócio-históricos que marcam os países de língua portuguesa afectam a inserção dos vocábulos e as suas designações?

Complementarmente e de acordo com Nunes (2002), para compreender os discursos de obras de referência é ainda necessário perceber as “condições de produção” que lhes estão subjacentes – que, tanto nos revelam as “circunstâncias de enunciação”, como o “contexto sócio-histórico e ideológico” em que surgem. As “circunstâncias de enunciação” referem-se especificamente a quatro dimensões: 1) quem fala? (posição do lexicógrafo); 2) o que fala? (a imagem da obra); 3) para quem? (a imagem do público-alvo); e 4) em que circunstâncias? (contexto em que foi produzida ou é utilizada). Na medida em que as obras de referência não são atemporais, mas sim localizadas no tempo e no espaço, esta quarta dimensão abre caminho para uma contextualização sócio-histórica e ideológica. De acordo com Pêcheux (1997), integrar estes elementos na análise permite ainda trabalhar a noção de “formações imaginárias”. Para o autor, todo o processo discursivo pressupõe a existência de “formações imaginárias” que

designam o lugar que os locutores atribuem a si mesmos e ao ‘outro’, e a imagem que fazem do seu lugar e do lugar do ‘outro’.

De modo a enriquecer a análise, considerámos ainda prudente reflectir sobre os indícios de “paráfrases” e “polissemias”. Conforme ressalva Orlandi (2002), o estudo destes dois processos permite-nos, ao pensar discursivamente a linguagem, traçar os limites entre o “mesmo” e o “diferente”; ou seja, permite-nos compreender que o funcionamento da linguagem está assente numa tensão entre processos “parafrásicos” e “polissémicos”. A partir dos primeiros, é possível acompanhar a estabilização de significados e de registar, por isso, aquilo que se mantém; através dos segundos, é possível captar um certo deslocamento de significados – que acontece, na maior parte das vezes, numa relação com a história e a evolução da língua. Passemos aos resultados da análise de conteúdo.

### 1.1.3. Análise de conteúdo

#### 1.1.3.1. Percurso do termo entre 1900 e 1974

Tabela 3 – Registo de ocorrências, em termos de inclusão dos vocábulos na nomenclatura das 25 obras de referência consultadas entre 1900 e 1974

1900-1974	Edição Portuguesa		Edição Brasileira		Edição Mista	
	15 Dicion.	1 Enciclop.	7 Dicion.	1 Enciclop.	0 Dicion.	1 Enciclop.
	Ocorrências		Ocorrências		Ocorrências	
<i>Luso</i>	14	0	7	0	0	1
<i>Lusofonia</i>	0	0	0	0	0	0
<i>Lusófono</i>	0	0	0	1	0	0
<i>Lusotropicalismo</i>	0	1	0	0	0	0
<i>As 4 em simultâneo</i>	0	0	0	0	0	0

Observando a tabela 3, concluímos que o primeiro período de análise é pouco representativo no que toca à produção de significados dos vocábulos consultados. De acordo com o registo de ocorrências, verificamos que apenas a palavra *luso* constava da maioria de nomenclaturas. No que toca aos restantes vocábulos, e à excepção do termo *lusofonia* (para o qual não se encontra nenhuma definição nesse período, apenas uma referência textual, como veremos adiante), estes aparecem de forma isolada, curiosamente, não nos dicionários, mas sim nas enciclopédias – que, pela sua natureza,

têm um carácter mais abrangente (*lusófono* aparece numa enciclopédia de edição brasileira e *lusotropicalismo* numa de edição portuguesa).

Entre os autores, tanto no cenário português como no brasileiro, figuram com elevada frequência os filólogos e cronistas. Embora não se verifique um predomínio de nenhum especialista em detrimento dos restantes (tal como acontecera no século XIX, com a figura dominante de António de Morais Silva), destacam-se os nomes dos portugueses Cândido Figueiredo, filólogo e escritor, e Caldas Aulete, professor, lexicógrafo e político, que surgem como autores de mais de uma obra, neste caso de dicionários<sup>58</sup>. Do contexto brasileiro, surgem nomes como o de Antenor Nascentes, filólogo, etnólogo e lexicógrafo, Hildebrando Lima, filólogo, Gustavo Barroso, advogado, professor e escritor, e Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, crítico literário, lexicógrafo, filólogo, professor e ensaísta.

As obras de referência deste período, apresentadas nos respectivos prefácios sempre como obras que trariam um valioso contributo à esfera do conhecimento, foram publicadas, umas para um público mais letrado e erudito e outras para um público mais amplo; regra geral, e no caso dos dicionários, a diferença residia no facto de se tratar de uma “grande” ou “pequena” obra (Nunes, 2008). No entanto, todas elas se destinavam de igual modo, e em particular, aos estudantes da língua portuguesa (Carvalho e Deus, 1909: s/p), surgindo a fim de «sugerir a palavra que se desconhece[ria], evocar a que não se lembra[ria] ou a que se nega[ria]» (Machado, 1948: s/p). *Grosso modo*, foram editadas num contexto científico marcado pela intensificação da actividade dicionarística em Portugal (Verdelho, 2002) e pelo desabrochar da mesma no Brasil – onde as obras de referência passam a ser pautadas por uma das «grandes transformações históricas que, [no início do século XX,] afectou a formulação dos dicionários e a sua relação com a sociedade e a língua nacional [...]: a atenção dispensada à diversidade social em suas distintas formas de manifestação.» (Nunes, *idem*: 359).<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> o primeiro surge associado a 3 dicionários editados em Portugal e o segundo ligado a 2 dicionários, um de edição portuguesa e outro de edição brasileira.

<sup>59</sup> a) Em 1938, sob a organização de um grupo de filólogos, é editado no Brasil o *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. De acordo com os dados avançados no sítio “Conhecendo Dicionários” (CDIC), o «*Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* é considerado o primeiro dicionário brasileiro da língua portuguesa. Sendo um pequeno dicionário, figura ao lado do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Laudelino Freire (1939-1944), como um precursor dos monolíngües no Brasil. [...] Com 11 edições até o ano de 1967, [...] teve grande circulação e aceitação, para o que contribuiu muito seu formato portátil, a caracterização de primeiro dicionário brasileiro, e o uso escolar. Mencione-se também o papel da Editora Civilização Brasileira, que promoveu a publicação de títulos brasileiros no movimento cultural nacionalista do período. A participação de Ferreira nas

Em traços gerais, o período em análise abarca diferentes lapsos de tempo, marcados essencial e cronologicamente pela expansão e colonização portuguesa em África; pelo cenário internacional contra os imperialismos coloniais, pelas propostas e tentativas brasileiras de constituição de uma comunidade de países de língua portuguesa; terminando com a queda do regime ditatorial português, que proporcionou as independências das colónias africanas.

Complementando estas informações de carácter geral, sobre “nomenclatura” e “condições de produção”, detalhemos, a partir de então, os resultados obtidos – que nos permitirão reflectir, a par e passo, sobre os “processos evolutivos” dos vocábulos em estudo.

Tabela 4 - Registo de ocorrências, dos significados para Luso entre 1900 e 1974, nas 25 obras de referência consultadas nesse período

<b>Significados para Luso entre 1900-1974:</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
<b>Lusitano</b>	23	92%
<b>Da Lusitânia</b>	5	20%
<b>Português</b>	6	24%
<b>Relativo a Portugal</b>	8	32%
<b>Elemento de composição de palavras</b>	13	52%
<b>Luso-Africano</b>	8	32%
<b>Luso-Africanismo</b>	1	4%
<b>Luso-Brasileiro</b>	9	36%
<b>Luso-Brasilidade</b>	1	4%
<b>Luso-Cultura</b>	4	16%

O *Diccionario completo (històrico-etymológico) da Língua Portuguesa*, dirigido pelo filólogo António Augusto Cortesão, obra de referência em 1900, não tem nenhuma das entradas em consulta, contendo apenas uma referência a “Lúsico”, no sentido de “Luso” ou “Lusitano”.

Será no *Diccionario Prosódico de Portugal e do Brazil* de 1909, editado por António José de Carvalho e João de Deus, ambos filólogos portugueses, que encontraremos a primeira referência a *luso*, como sendo o mesmo que “lusitano” –

---

contínuas edições indica uma certa continuidade em relação ao Novo Dicionário da Língua Portuguesa, o Aurélio, publicado em 1975.» in [www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/verbete%20pequeno%20dicionario%20brasileiro%20da%20lingua%20portuguesa%20barroso%20e%20lima.htm](http://www.ibilce.unesp.br/~horta/dicionario/verbete%20pequeno%20dicionario%20brasileiro%20da%20lingua%20portuguesa%20barroso%20e%20lima.htm). [13.07.2008].

b) Na “Nota dos editôres” do *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, dirigido por Caldas Aulete, lemos que, antes da década de 1950, «o concurso brasileiro tinha carácter suplementar, sem nêdepor, paralelamente à vasta contribuição portuguesa, todo o seu riquíssimo subsídio» (1958: s/p). De acordo ainda com os editores, será a partir de então, e graças ao especial contributo de Aulete, que o Brasil passará a dar um valioso contributo para a «informação e [a] ciência, [...] do todo luso-brasileiro [...] no comum acervo de duas pátrias» (*ibidem*).

alguém ou algo que pertencia à Lusitânia (Carvalho e Deus, 1909: 563). Esta definição (ver tabela 4) será a mais recorrente até 1974.

Quatro anos depois, em 1913, *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, dirigido por Cândido Figueiredo, na altura correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL), vai um pouco mais longe na possibilidade de dar significação a *luso*, definindo-o como «elemento que entra na composição de várias palavras, com a designação de *lusitano* ou *relativo a Portugal*» (Figueiredo, 1913, vol.2: 76). Explicação que exemplica com as expressões “luso-africano” e “luso-brasileiro”, como termos que se referem simultaneamente a duas realidades: à portuguesa e a uma outra, neste caso, africana ou brasileira. Essa definição permanecerá praticamente idêntica, através de processos parafrásicos (com pequenas alterações pontuais e acrescentos), até à actualidade, dando origem ao vocábulo *lusófono*.

Tanto na obra supracitada de Cândido Figueiredo, como nas demais que foram consultadas dentro da mesma época e nas seguintes, verifica-se uma ausência relativa aos restantes termos em consulta (como observámos anteriormente na tabela 3). Esperávamos encontrar, em especial nas edições dadas à estampa a partir de 1930 e particularmente nos dicionários editados no Brasil, uma vez que terá sido, de acordo com Cláudia Castelo (1999), a partir de então que o termo *lusotropicalismo* começou a ser divulgado no contexto brasileiro, uma entrada para esta palavra. O que não aconteceu.

Facto que poderá ser explicado a partir da controvérsia que as ideias de Gilberto Freyre provocaram no Brasil. De acordo com alguns autores (Quintas, 2007; Silva, 2008), quando o sociólogo apresentou à sociedade brasileira o que havia escrito sobre “lusotropicalismo” e “miscigenação”, houve grande polémica em torno dos seus argumentos, sobretudo nos círculos mais conservadores, pois vigoravam até então, as teorias do determinismo geográfico e as do determinismo racial, teses totalmente contrárias ao ‘inovador’ pensamento de Freyre. Vera Mata e Artur Gomes, investigadores brasileiros, comentam que, com Freyre, «a miscigenação muda de figura. Em vez de degenadora, ela propiciar[ia] a adaptabilidade do homem aos trópicos. No lugar de se constituir num entrave ao processo civilizatório, passa[ria] a dar conta do sucesso da vocacional colonização portuguesa nos trópicos. Enfim, Gilberto Freyre coloca[va] uma marca positiva naquele processo histórico até então visto como um impedimento ao desenvolvimento das sociedades.» (Mata e Gomes, 2001: 99).



Fátima Quintas, antropóloga brasileira, comenta que a obra de Gilberto Freyre terá chocado a sociedade brasileira: «[o]s ataques expandiram-se. Da linguagem coloquial e sensual, instigante, à ousadia da ‘técnica inovadora’. O texto era indecente, bradavam uns. O método era questionável reforçavam os adeptos do quantitativismo. A linguagem era superlativamente literária, reclamavam os cientificistas. Trabalho inconcluso, sem arremates, finalizações. Os ecos soavam de toda a parte. E a intolerância sugeriu queimar a obra, em repúdio às idéias, ao estilo, lírico em algumas passagens, aguerrido em outras, um estilo que se respaldava em vivas metáforas, de ordem poética de crueza ostensiva traçado não-linear de estrutura narrativa.» (Quintas, 2007: 38).

Apesar das contestações e controvérsias geradas, Maiko Silva, professor brasileiro, especialista em Política e Sociedade no Brasil Contemporâneo, refere a coexistência de uma parcela de pensadores e estudiosos da época que apreciaram o trabalho de Freyre – apoiando as suas ideias, a tradução das obras e atribuindo prémios e homenagens ao autor (Silva, 2008).

Em Portugal, e de acordo com Cláudia Castelo (*idem*), os ideais lusotropicalistas terão ganho terreno no início da década de 50 – o que não é de estranhar, na medida em que em 1951 o país reviu a Constituição Nacional, enfatizando a relação humana e fraterna com as colónias africanas de modo «a acautelar algumas hipóteses a que a experiência e preocupações da última guerra davam um certo vulto» (Ferreira, 2009: 483), e recebeu a visita do sociólogo brasileiro que vinha defendendo as especiais capacidades dos portugueses no trato com os povos dos trópicos. Como propugnava Freyre, estes possuiriam «qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia, [...] e formariam o conjunto] mais cristão dos colonizadores modernos nas suas relações com as gentes consideradas inferiores; [seriam] os mais transbordantes de simpatia.» (Freyre, 1940: 39).

Jaime do Inso, Capitão-Tenente português, avançava ao *Diário de Notícias* de 30 de Janeiro de 1951, que nós, os portugueses, «nunca criámos nem conhecemos abismos de raças; estendemos a caridade a estranhos [...]; somos sistemática e naturalmente democratas no convívio com outras raças.» (p.1).

Explicações e testemunhos como os de Freyre e de Inso pareciam vir única e exclusivamente das linhas académicas que corroboravam as proposições lusotropicalistas, dos discursos políticos que enfatizavam a “natural capacidade dos

portugueses” e de alguns artigos de imprensa, de jornais porventura mais ligados ao regime<sup>60</sup>. Isto, porque o termo permanece ausente dos dicionários e do saber enciclopédico até ao início da década de 70. Nem mesmo na 10ª edição do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva<sup>61</sup>, elaborada entre 1949-1959 segundo o acordo ortográfico de 8 de Dezembro de 1945, e considerada por especialistas, «a mais importante realização da dicionarística portuguesa» (Verdelho, 2002: 46), pudemos encontrar o vocábulo.

Em 1958, é publicada a 4ª edição do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa* da autoria de Caldas Aulete. Numa espécie de prefácio à obra, Antenor Nascentes afirma que a «língua portuguesa [teria] dois dicionários: o de Moraes e o de Caldas Aulete» (Nascentes, 1958: s/p). Sendo uma obra a que se atribuía o estatuto de “representante da língua portuguesa”, também nela buscámos, expectantes, uma entrada para *lusotropicalismo*; bem como para *lusófono* e *lusofonia*, mas, igualmente em vão.

De facto, só em 1971 foi possível encontrar a primeira entrada para *lusotropicalismo*. Trata-se de uma novidade da *Enciclopédia luso-brasileira de Cultura*, editada em Lisboa pela Verbo:

Lusotropicalismo: «teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, segundo a qual a expansão portuguesa nas regiões tropicais se traduziu num processo social específico, misto de aventura e rotina, em que não faltou uma vocacional tendência para a miscigenação propiciadora da radicação lusíada naquelas paragens. Ao contrário de outros colonizadores, o português integrou-se facilmente nos trópicos, onde promoveu a criação de sociedades multirraciais tendo por substrato biológico principal gentes luso-afro-ásio-brasileiras. Deste modo, portugueses, africanos, asiáticos e brasileiros, mediante o que aquele sociólogo chamou também “sistema luso-cristão de convivência”, ter-se-iam encaminhado naturalmente para uma “espécie de federação espontânea”, que, mais do que uma simples “construção verbal”, como querem os seus detractores,

---

<sup>60</sup> a) O lusotropicalismo, abordado em Portugal como “o modo português de estar no mundo”, terá sido introduzido no discurso académico nacional, nos anos 50, por Adriano Moreira (1956), rapidamente apropriado pelo discurso político e reproduzido no ‘discurso comum’. Em termos de divulgação na imprensa, consultar, por exemplo: o *Diário de Notícias*, n.26.454 ou o n.26.556 de 3 e 14 de Janeiro de 1940, respectivamente (primeiras páginas). Como refere Cláudia Castelo, a influência do lusotropicalismo ter-se-á alargado, progressivamente, do campo cultural e académico para o campo político, e deste para o das mentalidades viajando e concorrendo num mercado de ideias e imagens ‘míticas’ sobre a identidade colectiva de Portugal. (Castelo, 1999).

b) O *Diário de Notícias*, por exemplo, «foi [considerado como] o órgão oficioso do regime salazarista» in <http://www.presseurop.eu/pt/content/source-information/5501-diario-de-noticias> [21.12.2009].

<sup>61</sup> Trata-se da primeira reedição desde 1900 – que esgotou e não voltou a ser reeditada. De acordo com Verdelho, «o Dicionário de Moraes [... fez um longo] percurso de actualizações [desde a sua primeira edição em 1789], mas o seu lugar, neste segundo percurso editorial, perderia uma certa centralidade até à grande metamorfose da 10ª edição (1949-1959) que o tornaria de novo obra referencial da lexicografia portuguesa.» (Verdelho, 2003: 493).

seria “um complexo novo de civilização: o luso-tropical”, verdadeira “simbiose sócio-cultural ou étnico-cultural” (AAVV, 1971, vol.XII: 778).

Recorde-se que, nessa altura (década de 70), Portugal se encontrava numa situação periclitante, num contexto internacional favorável à descolonização, tentando provar ao mundo as suas ‘boas’ intenções no relacionamento com África. Apostava-se, portanto, na divulgação e defesa da tal “simbiose sócio-cultural ou étnico-cultural” promovida pelo *lusotropicalismo* – teoria defendida, ainda que de forma subtil, no prefácio da obra:

«[A *Enciclopédia luso-brasileira de Cultura*] situa-se perante o mundo cultural lusíada, encarando a trajectória e o sentido desta Comunidade histórica com a consciência dos valores essenciais que a geraram e em que floresce a sua cultura: os do Humanismo Cristão. Esta realidade revela-se em todo o processo histórico luso-brasileiro e assinala vivamente a sua presença no mundo contemporâneo.» (*idem*, 1963, vol.I: VII).

Interessante notar a ênfase dada à “formação imaginária” (Pêcheux, 1997): a da construção de uma «Comunidade histórica» fundada a partir do «Humanismo Cristão» que terá contribuído para a conexão do «mundo cultural lusíada». Nesta atribuição de significação sócio-histórica, poder-se-á ler nas entrelinhas uma visão particular e, porventura, política e ideologicamente marcada, do *lusotropicalismo* e daquilo que mais tarde viria a ser apontado como a pedra-angular e o desígnio da *lusofonia* e da *comunidade lusófona* (abordaremos este assunto no ponto seguinte deste capítulo).

José Hermano Saraiva, ex-ministro do Estado Novo e então Embaixador no Brasil, sustentava, em 1973, que «durante século e meio [havia permanecido] viva no coração dos portugueses e dos brasileiros a aspiração de uma grande comunidade transnacional e transcontinental, constituída pelos povos de língua portuguesa que [viviam] sob os céus da Europa, da América, da África e da Ásia.» (Saraiva, 1973: 293).

Verificamos, assim, uma certa correspondência entre os significados produzidos e a realidade idealizada. Roger Fowler, Robert Hodge, Gunter Kress e Tony Trew, tidos como fundadores da linguística crítica, preocuparam-se fundamentalmente em estabelecer correlações entre a “estrutura linguística” e a “estrutura social”, pretendendo demonstrar como o processo de detectar mensagens ideológicas e constitutivas de uma certa realidade se processa. Explicam que a sintaxe, por exemplo, pode codificar – ainda que simbolicamente – uma visão particular de dada realidade sem uma escolha consciente por parte dos seus falantes. Por outro lado, uma vez que esses falantes

estabelecem relações com as estruturas sócio-económica e institucional das sociedades de que fazem parte, tal visão é-lhes disponibilizada e confirmada pelo cunho ideológico das respectivas sociedades (Fowler *et alii*, 1979; Kress e Hodge, 1979).

Também datadas do início da década de 70, são as primeiras referências encontradas para *lusófono* e *lusofonia* (ainda que para este último termo não se ensaie uma definição). Estas surgem em simultâneo e interligadas numa edição brasileira da *Grande Enciclopédia Delta Larousse*:

Lusófono: «Diz-se de um indivíduo ou povo que, não tendo a língua portuguesa como seu vernáculo, a adotam ou a adotaram como língua de cultura, ou base de língua franca ou de crioulos portugueses. (A lusofonia ocorre em vários países de colonização portuguesa, na África, na Oceânia e na Ásia.) Em sentido genérico, usa-se também para designar todos os que falam português, o que inclui, além daqueles povos, os portugueses, brasileiros e quantos usem a língua portuguesa, ainda que aloglotas. V. Anglófono e Francófono.» (Houaiss, 1972, Vol.9: 4130). [sublinhado não incluído no original]

Esta definição, anterior ao desmembramento do império colonial português em África e elaborada por filólogos brasileiros (que tinham a língua portuguesa como língua oficial), parecia enfatizar que o termo *lusófono* definiria, primordialmente, aqueles que, não tendo o português como língua materna, a haviam adoptado como língua de cultura, língua franca ou como base para a criação de crioulos linguísticos. Só em sentido genérico, o vocábulo poderia designar, igualmente, os portugueses, os brasileiros ou outros que a usassem, ainda que “aloglotas”, ou seja, ainda que falassem o português de forma simplificada e sem o dominarem completamente. Em paralelo, também a *lusofonia*, é descrita como algo que ocorreria em vários países de colonização portuguesa, isto é, na África, na Oceânia e na Ásia. Seria a *lusofonia* aqui estritamente encarada como a difusão da língua portuguesa, excluindo-se por isso da definição não ‘genérica’ Portugal e Brasil?

Na opinião de Lourenço do Rosário, quando o vocábulo *lusófono* começou a ser utilizado tinha um sentido muito restrito e restritivo: «[n]ormalmente, quando se utiliza a expressão “Países Lusófonos” a referência imediata são os países africanos que têm o português como língua oficial e que por circunstâncias históricas foram colónias de Portugal, tendo ascendido à independência na década de 70 do Século XX. E por extensão, já mais tarde, Timor-Leste. Normalmente é senso comum que o Brasil e os brasileiros não são incluídos neste conjunto, muito menos Portugal.» (Rosário, 1996: 36).

Interessante é ainda que a *Grande Enciclopédia Delta Larousse* para lá da preocupação com a definição semântica da palavra *lusófono*, ofereça ainda uma explicação mais vasta do termo, aplicando-o ao campo da literatura, em especial daquela que se produzia nas colónias africanas, “de expressão portuguesa”<sup>62</sup>:

«Excluídos os portugueses e brasileiros, que têm o português como instrumento normal de sua expressão falada e literária, há que considerar o fato de que na África se desenvolve uma literatura de expressão portuguesa. O surto literário contemporâneo surgiu em Cabo Verde, através da revista *Clareza* (1936). As fontes remotas dessa literatura estão definidas: vêm do movimento coimbrão da revista *Presença*, bem como da literatura contemporânea brasileira. Na Guiné Portuguesa, onde as manifestações culturais são mais raras, não houve movimento igual. Também é importante a acção desenvolvida, depois de 1960, pela Publicações Imbondeiro (Sá da Bandeira, Angola) e pelas coleções de poetas e prosadores de Moçambique (cidade da Beira), a par de outras tentativas editoriais, que demonstram nascentes literaturas angolana e moçambicana» (Houaiss, 1972, Vol.9: 4130).

Juntam-se, assim, à ‘discursividade’ quotidiana, expressa na definição de *lusófono* como adjectivo, algumas referências do campo literário, demonstrando que a literatura estaria contemplada no saber enciclopédico, e por isso existiria um reconhecimento das produções culturais de cada um dos países de língua portuguesa.

Não obstante, Aldónio Gomes, especialista em língua e literaturas portuguesas, refere que a «Conferência de Luanda da década de 70 levou os países africanos, ex-colónias portuguesas, a rejeitarem liminarmente a designação de “países lusófonos” ou de “lusofonia”, por ser entendido que isso era um sinal demasiado sensível do passado histórico e do presente económico.» (Gomes, 1994: 161).

Uma vez que o vocábulo aparece, nas obras de referência, somente a partir de 1972 e não encontrámos a sua inclusão em nomes de revistas, jornais ou mesmo em artigos académicos, somos levados a concordar com o argumento de Lourenço do Rosário, que defende que a data de uma possível ‘certidão de nascimento’ para o termo, será posterior a 1970<sup>63</sup>:

«Até meados de 70 do Século XX e no limiar das independências das colónias africanas, jamais alguém utilizou o conceito *lusófono* ou *lusofonia* para se referir ao que quer que fosse» (Rosário, 2007).

---

<sup>62</sup> Sobre este assunto e o debate que gira em torno do uso da designação “literaturas de expressão portuguesa”, consultar os pontos 2 e 3 do capítulo 4, pp.182-196.

<sup>63</sup> o que não invalida que a concepção da ideia possa ser muito anterior, como veremos adiante.

De acordo com Margarido (2007), o “aparecimento tardio do termo” pode explicar-se pelo facto de que a *lusofonia* só poderia naturalmente aparecer após as independências e o aparecimento das novas repúblicas africanas. Entramos, assim, no segundo período da análise.

### 1.1.3.2. Percurso do termo entre 1975 e 2009

Observando a tabela 5, torna-se claro que este segundo período temporal em análise é muito mais representativo do que o primeiro no que toca à produção de significados para os vocábulos examinados. De acordo com o registo de ocorrências, verificamos que apenas a palavra *luso* se encontra contemplada na totalidade de nomenclaturas; e que apenas duas das 26 obras (um dicionário de edição portuguesa e um de edição mista) continham simultaneamente as quatro entradas. Verificou-se ainda que os restantes vocábulos, *lusotropicalismo*, *lusófono* e *lusofonia*, foram usados, em maior percentagem, nas obras de edição brasileira do que nas portuguesas.

Tabela 5 - Registo de ocorrências, em termos de inclusão dos vocábulos na nomenclatura das 26 obras de referência consultadas entre 1975 e 2009

1975-2009	Edição Portuguesa		Edição Brasileira		Edição Mista	
	16 Dicion.		9 Dicion.		1 Dicion.	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%	Ocorrências	%
<b>Luso</b>	16	100%	9	100%	1	100%
<b>Lusofonia</b>	6	38%	4	44%	1	100%
<b>Lusófono</b>	6	38%	6	66%	1	100%
<b>Lusotropicalismo</b>	4	25%	4	44%	1	100%
<b>As 4 em simultâneo</b>	1	6%	0	0%	1	100%

Entre os autores deste segundo período em análise, contam-se vários especialistas da língua portuguesa como os portugueses José Pedro Machado e Francisco Fernandes, e os brasileiros Aurélio Buarque de Holanda Ferreira ou Antônio Houaiss. Todos eles laborando num ambiente científico pautado pela busca de rigor e dando «especial ênfase [...] ao registo de novas palavras que surgiram com o desenvolvimento das ciências e da tecnologia» (Weiszflog, 1998: VII). Em Portugal, na sua relação com as ex-colónias, referimo-nos a um período pós-colonial, marcado pelas afirmações nacionais dos PALOP; em termos gerais, referimo-nos a um período marcado pelos importantes passos dos países de língua portuguesa na constituição da CPLP e pela aceleração da globalização.

A institucionalização da CPLP, em 1996, e a demanda sócio-política por laços cada vez mais estreitos entre os países que a compõem, terão contribuído para que algumas das obras se assumissem de “vocação lusófona”, debruçando-se dessa forma sobre «dialectismos tanto brasileiros como portugueses, assim como regist[ando] e defini[ndo] na sua nomenclatura palavras e locuções dos crioulos orientais e africanos de origem portuguesa» (Villar, Tomo I: XV). Atentos   evolução da língua, como reflexo do progresso societal e do saber, os autores parecem contribuir para uma espécie de ‘ecumenizaç o’ da mesma (ainda que, por vezes, através de processos conflituosos) que lhe tem «possibilita[do] também a conquista de um novo patamar no desenvolvimeno da nossa lexicografia» (*ibidem*).

*Grosso modo*, as obras de referência continuam a ser produzidas para os estudiosos e outros interessados na língua portuguesa, enfatizando-se, em todas elas, o esforço de actualização que corresponderia às necessidades do seu presente.

Descritas as características gerais, analisemos em detalhe os resultados dos dados recolhidos.

Tabela 6 - Registo de ocorrências, dos significados para Luso entre 1900 e 1974 e entre 1975 e 2009

Significados para Luso	1900-1974		1975-2009	
	Ocorrências	%	Ocorrências	%
Lusitano	23	92%	21	81%
Da Lusitânia	5	20%	5	19%
Português	6	24%	14	54%
Relativo a Portugal	8	32%	13	50%
Elemento de composição de palavras	13	52%	15	58%
Luso-Africano	8	32%	14	54%
Luso-Africanismo	1	4%	X	X
Luso-Angolano	X	X	2	8%
Luso-Brasileiro	9	36%	20	77%
Luso-Brasilidade	1	4%	1	4%
Luso-Caboverdeano	X	X	2	8%
Luso-Cultura	4	16%	3	12%
Luso-Guineense	X	X	1	4%
Luso-Macaense	X	X	1	4%
Luso-Moçambicano	X	X	1	4%
Luso-São-Tomense	X	X	2	8%
Luso-Timorense	X	X	2	8%
Lusófono	X	X	1	4%

No que toca à entrada para *luso* verificamos (tabela 6) que o significado mais recorrente continua a ser o de *lusitano*, no entanto, a utilização dos significados *português* e *relativo a Portugal* aumentou consideravelmente em relação ao período anterior. Não encontramos, nas obras de referência, qualquer explicação para este facto, mas admitimos que possa estar relacionado com o desmembramento do império colonial, que terá contribuído para uma maior identificação dos “lusos” como os “portugueses”, de Portugal; e, conseqüentemente para uma consciencialização da conotação étnica associada ao vocábulo *luso*. Aumentam, também, os vocábulos compostos a partir do elemento *luso-*, como é o caso de *luso-brasileiro* (cujo registo de ocorrências passa de 36% para 77%) ou *luso-africano* (de 32% para 54%); aparecem ainda associadas a *luso-* as noções de *lusu-angolano*, *lusu-caboverdeano*, *lusu-são-tomense* e *lusu-timorense*, em 1986, as de *lusu-guineense*, *lusu-macaense* e *lusu-moçambicano*, em 1992, e a de *lusófono*, em 2006.

Este último termo, praticamente inexistente até 1972, ganha expressividade no segundo período em análise, passando a ser mencionado em 66% das obras de referência de edição brasileira e em 38% das de edição portuguesa (tabela 5).

De acordo com os dados da tabela 7, o significado usado de forma mais frequente para designar *lusófono*, traduz genericamente o “indivíduo ou povo que fala português” (77%), seguindo-se a descrição, mais concreta, que *lusófono* se refere apenas aos povos e países que têm a língua portuguesa como língua materna e/ou oficial (54%).

Tabela 7 - Registo de ocorrências, dos significados para *Lusófono* entre 1975 e 2009, nas 13 obras de referência que contêm o vocábulo

<b>Significados para Lusófono</b>	<b>Ocorrências</b>	<b>%</b>
Pessoa de idioma português	2	15%
Indivíduo ou povo que fala português	10	77%
País onde se fala português	1	8%
Indivíduo ou povo que, não tendo a LG PT como materna, a adoptou como LG de cultura, LG franca ou base para crioulos	3	23%
País ou povo que tem a LG PT como LG materna e/ou oficial	7	54%
País ou Comunidade onde a LG PT é a LG dominante	4	31%
Minoria	1	8%

Numa análise comparativa com o significado avançado no período anterior («Diz-se de um indivíduo ou povo que, não tendo a língua portuguesa como seu vernáculo, a adotam ou a adotaram como língua de cultura, ou base de língua franca ou



de crioulos portugueses» [AAVV, 1972, Vol.9: 4130]), observamos que o vocábulo evoluiu tanto de forma parafrásica, como de modo polissémico, sendo de realçar os novos sentidos de “língua oficial”, “língua dominante” e “comunidade” que lhe passam a estar adjacentes.

A definição de *lusófono*, definido a partir da relação com a língua falada, surge marcada por distintos entendimentos plasmados nas edições brasileiras e nas portuguesas. Enquanto as primeiras se referem primordialmente àqueles que não a tendo como vernáculo a adoptam como língua franca ou de cultura (dando o exemplo do que aconteceu e acontece nas regiões africanas e asiáticas), as segundas designam, sempre, que *lusófono* é aquele que tem a língua portuguesa como sua língua materna e/ou oficial.

A possibilidade de se atribuir o termo a uma comunidade, a *comunidade lusófona*, surge em 2001, no Brasil (em 2003, em Portugal), com o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*:

**Lusófono:** « *Adj. s.m.* 1. que ou aquele que fala português; adj. 2. Cujas línguas oficial ou dominante é o português (diz-se de comunidade)» (Houaiss *et alii*, 2003, Tomo II: 2323).

Como Antônio Houaiss viria a afirmar no prefácio da 2ª edição, em 2005, «a língua portuguesa – a nossa e da lusofonia, na qual se inserem os usos linguísticos dos brasileiros, portugueses, angolanos, moçambicanos, cabo-verdenses, bissanenses, santomenses e quantos aceitam falar à sua imagem, onde quer que estejam – [... insere-se ...] numa colectividade numerosa.» (Houaiss, 2005, Tomo I: XVI).

Se bem que o vocábulo *lusófono* fosse sendo integrado em boa parte das obras de referência, várias foram as edições dadas à estampa, em Portugal e no Brasil, desde 1975 até meados da década de 80, que não incluíram o termo *lusofonia*. Da análise de conteúdo percebemos que terá sido através de um processo de construção de neologismo (a partir do vocábulo *lusófono*), que o mesmo apareceu.

Em 1976, com a tentativa de publicação da 2ª Edição do *Dicionário da Língua Portuguesa*, da Academia das Ciências de Lisboa, ter-se-á criado grande expectativa na elaboração de uma obra de referência que pudesse preencher as necessidades até então sentidas quanto a um dicionário de língua “literária e corrente” e de um dicionário «que servisse para manter a intercomunicação com o património literário português, um

“dicionário académico” que “deveria utilizar largamente as autoridades da língua e abonar e concretizar o mais possível as acepções, os valores estilísticos e as circunstâncias contextuais do emprego”» (Verdelho, 2002: 47). No entanto, tal como acontecera na edição anterior, de 1793, a publicação ficou circunscrita à letra A, desperdiçando-se assim, uma oportunidade de aumentar o número de vocábulos e de ampliar conhecimentos.

Fernando Cristóvão, cientista social associado a várias instituições científicas do ‘espaço lusófono’, comenta que terá sido nas «últimas décadas do século passado [...]», sobretudo, com o início das negociações para um acordo ortográfico, cuja primeira proposta foi debatida no Rio de Janeiro em Maio de 1986, [que] tom[ou] lugar cada vez mais importante nos debates culturais o termo ‘Lusofonia’...» (Cristóvão, 2005: 5).

Ana Madeira argumenta no mesmo sentido, afirmando que no seu percurso até à «consagração lexical, [...] a utilização familiar [do termo *lusofonia*] vinha em crescendo [desde a década de 80], empregue em domínios tão diversos como diverso o seu uso nos vários domínios, do ensaio jornalístico à poesia, passando pela produção académica da crítica literária, da economia ou da sociologia da cultura.» (Madeira, 2003:11).

Na nossa exploração, foi exactamente no ano de 1986 que encontrámos a primeira definição para *lusofonia*, numa edição brasileira, do *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, coordenado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e editado no Rio de Janeiro pela Nova Fronteira:

Lusofonia: «[De *lusófono* + -ia] s.f. Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca por quem não a tem como vernáculo; tal como ocorre, por exemplo, em vários países de colonização portuguesa» (Ferreira, 1986: 1053).

Esta definição, elaborada em contexto brasileiro, define a *lusofonia* precisamente nos mesmos moldes que vimos acima para a significação de *lusófono* (confirmando o neologismo), reiterando a aplicação do termo exclusivamente aos casos em que há uma adopção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca - e não como língua oficial. Neste sentido, tudo indica que os especialistas brasileiros, autores deste “discurso”, se remetem a um vocábulo com aplicação externa aos portugueses, reafirmando a adopção da língua por quem não a tem como vernáculo, isto é, nativa.

Ainda que sem poder provar empiricamente que os dois factos estão relacionados, parece-nos lógico que terá sido por força de se tentar incluir nos discursos

científicos, políticos e jornalísticos, desde meados da década de 80, a noção de *lusofonia* e a ideia cada vez mais abrangente de que o termo *lusófono* incluía todos os indivíduos e países de língua portuguesa, que terão surgido, pela primeira vez, também no ano de 1986, as expressões até então sem qualquer definição: *luso-angolano*, *luso-caboverdeano*, *luso-são-tomense* e *luso-timorense* (recorde-se que até à data apenas existiam as designações de *luso-africano* e *luso-brasileiro*). Ter-se-á sentido, com as independências e os movimentos de afirmação nacional de cada um dos países africanos, a necessidade de invocá-los de forma autónoma, como países singulares e distintos do antigo centro?

Eduardo Lourenço, crítico e ensaísta português, defensor de uma abordagem multinacional, apresentava a 14 de Agosto de 1987, no “VII Encontro Nacional de Professores Universitários Brasileiros da Literatura Portuguesa, em Belo Horizonte, uma comunicação intitulada “Errância e busca num imaginário lusófono”. Nela podíamos ler as seguintes declarações:

«O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da *pluralidade* e da *diferença* e é através desta evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado [...]. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense» (Lourenço, 1999 [1987]: 112).

Nesse mesmo ano, em 1987, surge o primeiro número da *Revista Internacional da Lusofonia*, inserida na colecção *Cadernos do Povo* do Instituto de Estudos Lusogalaicos da Fundação Europeia Viqueira – com publicação simultânea em Ponte Vedra (Galiza, Espanha) e em Braga (Portugal).

José Luís Fontenla, director da revista, foi um dos participantes no “Encontro da Uniformização da Língua Portuguesa” que decorrerá em Maio de 1986 no Rio de Janeiro – acontecimento que, relembramos, terá contribuído (segundo Cristóvão, 2005) para a vulgarização do termo *lusofonia*. Não será então de surpreender que, logo no ano seguinte, tenha saído uma publicação contendo no seu título o termo *lusofonia*. Acontecimento que marcará, indelevelmente, a vontade de incluir a Galiza no ‘imaginário lusófono’.

Sensivelmente doze anos depois, em 1998, voltamos a encontrar nova referência ao termo no *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Elaborado

igualmente em contexto brasileiro, editado pela Companhia Melhoramentos, a *lusofonia* é apresentada exactamente nos mesmos moldes que em 1986.

Duas reedições de dicionários publicados em Portugal, trazem, em 1999, o vocábulo *lusofonia* para o contexto português: a 3ª edição do *Dicionário Universal de Língua Portuguesa* (da Texto Editora) e a 8ª edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* (da Porto Editora). As definições são, respectivamente:

Lusofonia: «s.f. (neol.) Adopção da língua portuguesa como língua oficial, por quem não a tem como vernáculo; o falar português» (AAVV, 1999: 949).

Lusofonia: «s.f. 1) Conjunto das identidades culturais existentes entre os sete países de língua oficial portuguesa; 2) conjunto dos falantes de português. (de *lus*-+*-fonia*). (AAVV, 1999: 1025).

Na definição da Texto Editora (a primeira), a *lusofonia* é apresentada nos mesmos moldes que nas edições brasileiras, só que com uma nova nuance: refere-se à adopção da língua como língua oficial - e não como língua de cultura, franca ou base de crioulos.

Para Maria Teresa Biderman (2002: 92), lexicóloga e dicionarista brasileira, estas subtis diferenças nas designações remetem-nos para especificidades geográficas, da antiga metrópole e suas ex-periferias, e podem querer reafirmar a divisão entre falantes do português de Portugal e ‘outros’ que falam um português não europeu. Este argumento seria suficiente para rejeitar a institucionalização do termo *lusofonia* ou da expressão *comunidade lusófona*.

Na definição da Porto Editora (a segunda), a *lusofonia* é descrita de forma original, alargando-se a concepção polissémica do termo, que passa a contemplar os significados de ‘colectividade’ e de ‘identidade cultural’ (nas expressões “conjunto de identidades culturais” e “conjunto de falantes de português”).

Ainda no mesmo ano (em 1999), sai para o mercado um novo dicionário brasileiro, da Nova Fronteira, o *Aurélio Século XXI*. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira traz agora uma nova contribuição à definição de *lusofonia*, explicando-a de forma mais inclusiva e em consonância com a definição da Porto Editora:

Lusofonia: «Comunidade formada por povos que habitualmente falam português» (Ferreira, 1999: 1241).

De acordo com Rosário, há «razões de ordem conjuntural, de ordem política e até estratégica que tornam a utilização de cada expressão um instrumento móvel, dificilmente cristalizável em definição perene de uma realidade» (Rosário, 1996: 37).

Seguindo o raciocínio do autor, é interessante notar que, até 1999, a *lusofonia* era definida apenas como a adopção da língua portuguesa como língua de cultura, franca ou oficial, mas, a partir dessa data (recorde-se que a CPLP tinha sido institucionalizada três anos antes e dava então os primeiros passos para se afirmar), as noções de “colectividade” e “comunidade” começam a estar integradas nas definições avançadas nos dicionários, tanto brasileiros como portugueses. Do nosso ponto de vista, a *lusofonia* passa então de ‘fenómeno linguístico’ (adopção de uma língua), a ‘fenómeno social’ (reunião de povos, falantes, países; formação de “identidades culturais”).

O dicionário da Texto Editora remata a sua definição com um englobante “falar português”; o da Porto Editora refere o “conjunto dos falantes de português” e o da Nova Fronteira enfatiza uma comunidade composta por aqueles que “habitualmente falam português”. Verificamos que todas as definições, não limitando quem são esses falantes, deixam em aberto a possibilidade de o leitor deduzir que o termo se estende a todos os que usem a língua portuguesa, independentemente das condições subjacentes à sua adopção, que, refira-se, podem ocorrer em condições muito diversas, eventualmente até diametralmente opostas. Por outro lado, uma vez que não se faz corresponder essa “colectividade” ou “comunidade” com a recém-criada CPLP, pode deduzir-se que a comunidade enformada pela *lusofonia* seria mais ampla que essa instituição – uma comunidade que não se resume à instituição fundada a 17 de Julho de 1996.

Ainda que se verifiquem semelhanças nas definições brasileiras e portuguesas, note-se que, à mesma data, os dicionários publicados no Brasil, para lá de divergirem na questão da adopção da língua (como vimos acima), exemplificam a *lusofonia* com a situação vivida nos países de colonização portuguesa, enquanto os de edição portuguesa, omitem qualquer relação com o passado colonial e não oferecem nenhum exemplo ou ilustração. O que estaria por detrás desta ‘necessidade’ da parte dos brasileiros de invocar a situação colonial dos portugueses como exemplo da prática da *lusofonia*? E o que estaria oculto na omissão portuguesa? Poder-se-á ver aqui o começo de uma incorporação, ainda que subtil, de uma certa estratégia retórica da *lusofonia* nos documentos que fixam os significados da língua?

Não nos podemos alhear do facto de que, nesta questão de construir e fornecer significados, ao esquecimento involuntário, há que juntar aquilo que se deseja ocultar. Como refere José Manuel Sobral (1995), na construção de uma realidade, aquilo que se invoca e o que se retém é sobretudo o que se revela pertinente em dada altura e mediante determinadas circunstâncias. Neste processo, intervêm, indissociavelmente, as publicações e os documentos escritos que conferem significação à realidade.

Em 2001, no desejado *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*<sup>64</sup>, acentua-se mais um pouco o carácter polissémico do vocábulo; a *lusofonia* passa a ser descrita como uma “qualidade”, uma “comunidade” ou um “meio de difusão” da língua:

Lusofonia: «s.f. (de *lusófono* + sufixo *-ia*), 1) qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesa; 2) comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial; 3) difusão da língua portuguesa no mundo» (AAVV, 2001, vol.2: 2310).

Podemos extrair alguns significados implícitos nesta elaboração da Academia das Ciências de Lisboa. Do ponto de vista dos seus autores, a *lusofonia*:

1. diz respeito aos que são portugueses;
2. abarca todos os que falam a língua portuguesa;
3. abarca, não só a língua, mas também a cultura que lhe está associada;
4. enforma uma comunidade linguística de países e povos que têm o português como língua materna ou oficial;
5. assenta na difusão da língua a nível internacional.

Verificamos que, com esta nova e mais alargada definição, a *lusofonia* passa a designar uma imensa totalidade de falantes de português, de expressões culturais que lhe estão associadas, de países, de povos, de formas de conceber a língua e de a difundir, espalhando-a, inclusivé, para fora do ‘espaço lusófono’.

A polissemia em que termo passa a estar envolvido conduz ao que Ana Madeira designou de “projeção [imagética] para fora de [determinado] texto” que o explica. De acordo com a investigadora, «a noção de lusofonia projecta-se para fora do texto em imagens que são conteúdos e continentes abertos à recriação do sujeito que a enuncia»

---

<sup>64</sup> Recorde-se que a Academia das Ciências de Lisboa, tinha tentado anteriormente lançar um Dicionário de Língua Portuguesa, mas as duas tentativas empreendidas (em 1763 e em 1976) ficaram circunscritas à letra A.

(Madeira, 2003: 15). Baseando-se na noção de “mitografia”, trabalhada pelo antropólogo francês Leroi-Gourhan (1981)<sup>65</sup>, a autora avança ainda que «um vocábulo [como o de lusofonia] que é capaz de nos atirar para fora de um (con)texto, para além da narrativa, em busca de outros territórios, limites, fronteiras, povoado de outros actores, cores, cheiros e sabores, é um poderoso criador de imagens simbólicas pluridimensionais.» (*ibidem*). Proposição que vai ao encontro da proposta de Michel Pechêux sobre “formações imaginárias” (1997) que referimos acima. Essas formações são possíveis a partir do momento em que a escrita permite, ou faz com que, os seus conteúdos pareçam similares a realidades visíveis.

Este é, de resto, um argumento que nos parece combinar com a hipótese avançada na introdução desta dissertação, ao admitirmos que a *lusofonia* e a *comunidade lusófona* se consubstanciam em realidades tangíveis através dos efeitos performativos que decorrem tanto da retórica como das práticas.<sup>66</sup>

Na perspectiva de Chartier, essa lógica poder-se-ia aplicar ao que o autor apelida de “esquemas intelectuais”, através dos quais é possível «cria[r] figuras [pelas] quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se intelegível e o espaço ser decifrado.» (Chartier, 2002: 17).

Para além da polissemia que os autores do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* atribuem ao vocábulo, definem-no ainda como possível sucessor da teoria lusotropicalista e da prática da miscigenação:

Lusotropicalismo: «*s.m.* (de luso+tropicalismo) Teoria sustentada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), segundo a qual o relacionamento dos portugueses com os povos e culturas dos trópicos assenta em processos de miscigenação e que alguns autores consideram como precursora do que é hoje a lusofonia» (*idem*: 2310-2311).

Em 2003 e em 2005 surgem em Portugal duas grandes obras: respectivamente, o aclamado *Dicionário de Houaiss*, anteriormente publicado no Brasil (em 2001) e visto como «o maior, mais moderno e mais completo dicionário da língua portuguesa»<sup>67</sup>, e o tão ambicionado *Dicionário Temático da Lusofonia*. O primeiro descreve a *lusofonia* em termos de colectividades:

---

<sup>65</sup> De acordo com Leroi-Gourhan o conceito de “mitografia” expressa a necessidade de se estudar as questões que dizem respeito à origem e à transmissão dos mitos, como fontes de dados úteis na compreensão de dada realidade.

<sup>66</sup> Ver ponto I.II “Problematização e hipóteses”, página 34.

<sup>67</sup> in <http://www.dicionariohouaiss.com.br/index2.asp> [01.05.2008].

Lusofonia: «1) Conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não; 1.1) Conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante (a lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau, na Ásia, e ainda a variedade de Timor, na Oceânia)» (2005, Tomo XII: 5134).

O segundo, uma vez que não se trata de um dicionário linguístico, mas sim de um dicionário temático com carácter enciclopédico, que “abrange todo o universo lusófono” e pretende dar um novo ‘fôlego’ ao conceito de *lusofonia*, avança que o termo tem de definir, não apenas o universo dos lusofalantes – seja o português a sua língua materna ou oficial –, mas, também um “património”, maioritariamente cultural:

«Porque a etimologia não é tudo, o uso semântico da palavra deu nome aos laços existentes, uns fortes, outros débeis, entre a antiga Metrópole e os novos países independentes e regiões, que falam ou falaram a língua comum, exprimindo tradições e valores que também foram comuns durante séculos. Matriz cultural essa que alguns sociólogos e etnólogos estudaram, como Gilberto Freyre, na teoria luso-tropicalista e Jorge Dias, em reflexão aprofundada sobre “áreas culturais”» (Cristóvão, 2005: 652).

A *lusofonia* é igualmente apresentada como sucedânea do *lusotropicalismo*, mas, como ressalva o seu coordenador, ela é também uma forma de ultrapassar tentativas neocolonistas de génese portuguesa:

«É este Quinto Império cultural, a que chamamos hoje *Lusofonia*, uma pátria de humanismo e diálogo, com raízes mergulhadas nas ideias de Vieira, Pessoa e outros, sem pretensões de estabelecer qualquer hegemonia de dominação» (Cristóvão, *ibidem*).

Neste excerto encontramos, numa espécie de continuidade sócio-histórica, uma relação com a expressão “Humanismo Cristão” que havia sido utilizada para descrever o mesmo tipo de relação entre portugueses e demais falantes da língua portuguesa em 1963 na *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

No *Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa – Conforme Acordo Ortográfico*, no mercado desde Março de 2008, embora a *lusofonia* continue a ser apresentada como neologismo (“acepção nova de palavra já existente na língua, doutrina ou teoria nova”), podemos encontrar praticamente a mesma definição que começou a vigorar em 1986:



Lusofonia: «s.f. 1. (neol.) adoção da língua portuguesa como língua oficial, por quem não a tem como língua vernácula. 2. o falar português» (vol.2, 1209).

No contexto desta análise dos “discursos” dicionarísticos e enciclopédicos, encarados como práticas, importa não só que destaquemos o surgimento e a inclusão de novos vocábulos, como realcemos a exclusão ou desaparecimento de outros. Assim sendo, convém sublinhar que, no início do século XXI, as obras de referência deixam de ter uma entrada para o termo *lusotropicalismo*.

Verificamos que a última referência encontrada para o termo ocorre em 2001 no *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa*, e que o mesmo não volta a surgir como entrada. Haverá ainda uma alusão ao termo, em 2003, no *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, explicado a partir do substantivo “Lusotropicalologia”.

Será que o seu uso caiu em declínio e quiçá, em esquecimento, em detrimento do novo vocábulo: *lusofonia*? Admitimos que sim.

\*\*\*

Em suma, diríamos que as obras de referência (os dicionários e as enciclopédias de língua portuguesa) são, efectivamente, fontes de produção de significados e de capitais de memória que reciclam e permanentemente actualizam a sua própria substância de modo a acompanharem a evolução da língua e das respectivas sociedades – transformando-se, assim e concomitantemente, numa espécie de suporte material e simbólico das mesmas. Material, porque produzem um conjunto de regras (fonéticas, morfológicas, sintáticas e ortográficas); simbólico, porque não se esgotam em si mesmas, e permitem, por isso, a produção e institucionalização de diversas interpretações sobre a realidade que subjaz por detrás de cada um dos vocábulos que constam nas suas nomenclaturas.

Quanto a este último aspecto, do domínio simbólico, e, como diria Chartier (1993), cada leitor, a partir das suas próprias referências, individuais ou sociais, históricas ou existenciais, poderá dar um sentido mais ou menos singular, e produzir uma interpretação mais ou menos partilhada, sobre os textos de que se apropria, criando, simbolicamente, a realidade. Isto porque, como lembra Rosário, as «expressões por si só

nada valem se não houver por detrás um conjunto de referências sólidas que justifiquem a sua utilização.» (Rosário, 1996: 38).

Em traços gerais, concluimos que o termo *lusofonia* convoca, para se definir a si própria, um vasto conjunto de outras palavras e expressões (“língua franca”; “língua vernácula”; “língua materna”; “língua oficial”; “cultura”; “identidades culturais”, “povos”; “conjunto de falantes”; “conjunto de países”; “comunidade”; “difusão” e “promoção”) com as quais será possível, aos que delas se apropriam, encenar relações entre o mesmo e o outro, e entre um nós e os outros.

De acordo com Diana de Barros, que examinou o papel das gramáticas na constituição de imagens sobre a língua, a *lusofonia* e a formação de identidades em Portugal e no Brasil, as definições que vão sendo produzidas indicam-nos que, no contexto em que foram produzidas, «têm um papel fundamental na constituição de impérios, nações e Estados, ou seja, são elementos essenciais para a construção de identidades políticas e culturais dos povos» (Barros, 2008: 20).

Notou-se que, apesar de já existirem significados estabilizados no léxico, de que os processos parafrásicos nos dão conta, há ainda uma certa permeabilidade no termo e que este, pela crescente polissemia, se encontra ainda em construção.

Ainda que assim seja, verificamos que a ‘genealogia’ traçada com base nos dicionários e enciclopédias, apresenta-nos a *lusofonia* de forma mais linear e menos problemática (como veremos no ponto seguinte) do que o percurso que possamos esboçar relativamente à elaboração a nível académico ou na esfera política.

Consideramos que as pistas por ora avançadas contribuem para um maior entendimento do universo semântico da *lusofonia*, dos *lusófonos* e, de forma genérica, da *comunidade lusófona*. De acordo com o caminho perseguido, o vocábulo *lusofonia*, que começou por ser referido em 1972 e definido em 1986 (sem que pudéssemos, no entanto, ficar a conhecer quem foi o seu criador), é-nos apresentado numa simbiose entre o plano retórico-discursivo e o plano empírico, em que a palavra tende a traduzir a realidade idealizada, a vivida e a experienciada e a operacionalizar-se em vários domínios. Sobre a tensão entre este dois planos, introduzimos o sub-capítulo que se segue.

## **1.2. Lusofonia – entre a ideologia pós-colonial e o projecto de comunidade**

«No final do regime ditatorial, depois da utopia dos pensadores lusotropicalistas, o projecto da Comunidade era a solução derradeira e quase milagrosa para Portugal.»

Lopes e Santos (2006: 17)

### **1.2.1. Pós-colonialidade na sociedade portuguesa**

Como vimos no enquadramento histórico deste trabalho, após a transição para a democracia em 1974 e a entrada de Portugal na União Europeia em 1986, o país confrontou-se com um processo de redefinição do seu papel na Comunidade Internacional e de representação de si enquanto comunidade. As profundas mudanças societárias ocorridas, a par e passo com os fenómenos de globalização, imprimem à leitura ‘tradicional’ do país novos e emergentes significados e configurações. Na opinião de Boaventura de Sousa Santos, vive-se então um tempo de transição paradigmática (Santos, 2000:16).

A nível nacional, o questionamento sobre a identidade do antigo centro, que, apesar do longo passado imperial, conservara a ideia de homogeneidade etno-cultural interna (Barreto, 1995), leva o país a uma reconversão para o discurso do ‘encontro’ e do ‘diálogo’ inter-cultural, anteriormente defendido pelas teses lusotropicalistas de Gilberto Freire. Os fluxos migratórios, que fragilizam as concepções de homogenia étnica, cultural e linguística até então propostas pelo Estado-Nação, intensificam a tendência.

Não obstante o desabrochar desse questionamento, observamos que até meados dos anos 90 do século XX, tanto no campo político como na opinião pública portugueses, apesar de alguns escritos e encontros sobre a identidade e memória colectiva – sobretudo de orientação académica<sup>68</sup> – não se regista propriamente um debate sobre o passado colonial, que, aliás, parece ter caído no esquecimento fora do círculo académico.

---

<sup>68</sup> Merece especial destaque, pelo carácter pioneiro e inovador, e pelo número de estudiosos que congregou, o projecto de prospectiva financiado em 1984, pelo Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian, subordinado ao tema “Portugal – os próximos vinte anos”, que resultaria na compilação e edição da Colecção “Temas Actuais”. Para a primeira série de estudos contribuíram: Jorge Gaspar e Ana Marin (vol.1 de 1987), Eurico Figueiredo (vol.2 de 1988), José Manuel Nazareth (vol.3 de 1988), José Medeiros Ferreira (vol.4 de 1988), Roberto Carneiro (vol.5 de 1988), Jorge Gaspar (vol.6 de 1989), Ricardo Petrella (vol.7 de 1990) e João Ferreira de Almeida (vol.8 de 1990).

A este propósito, Miguel Jerónimo e Nuno Domingos, investigadores do pós-colonialismo português, denunciam uma clara ausência de debate sobre o passado colonial do país no espaço público e mediático nacional. Nas suas palavras, as «referências ao seu legado resumem-se, quase sempre, a exercícios de instrumentalização ideológica e a exibicionismos comemorativos de uma dada matriz identitária nacionalista (dos eventos áureos ao heroísmo, dos traumas à culpabilização) ou parecem esgotar-se com a recente emergência de romances históricos que prolongam, sem questionar, a longa ficção imperial do país» (Jerónimo e Domingos, 2007).

Sheilla Khan (2009), também investigadora da temática pós-colonial, aponta no mesmo sentido. Argumenta porém que a emergência de tais romances históricos abre portas ao questionamento do passado e levanta o véu sobre inúmeros assuntos que foram ‘enterrados’ cedo demais. Num seminário intitulado “O que é a pós-colonialidade portuguesa? Ou o regresso do império na emergente literatura dos ‘retornados’”<sup>69</sup>, Khan chamou a atenção para o facto de ter havido um “longo e denso silêncio após a descolonização”, que começa agora a ser quebrado com a emergência de uma série de obras ficcionais sobre as memórias dos portugueses em África e suas percepções históricas e subjectivas sobre o espaço e o tempo do colonialismo e do pós-colonialismo portugueses.

Esta é de resto, a opinião dos jornalistas Luís Ferreira Lopes e Octávio dos Santos que alegam que, como consequência da consolidação da democracia e da (relativa) recuperação da economia, a produção cultural em língua portuguesa regista agora «uma nova dinâmica, em especial na literatura e na música. Começa-se – finalmente – a falar da guerra colonial.» (Lopes e Santos, 2006: 47).

Apesar desses ecos, Khan, na esteira das obras de Eduardo Lourenço (1978) e de José Gil (2009), argumenta que a sociedade portuguesa tem uma relação problemática, fragmentada e estilhaçada com a sua história pós-colonial, fruto de uma ausência de luto de toda uma história que não se confrontou consigo mesma.

Como explica José Manuel Sobral, a memória colectiva – que liga o presente ao passado – fornece um precedente à nossa concepção da realidade, sem que o mesmo tenha de ser objectivado como tal, ou seja, sem que se tenha de passar, necessariamente,

---

<sup>69</sup> O seminário ocorreu no dia 16 de Dezembro de 2009, no auditório Afonso de Barros no ISCTE.

por um processo reflexivo. Sendo simultaneamente *meio* e *mensagem*, a memória é construída socialmente, «porque é adquirida em determinado contexto, desenvolve-se em interacção e através de práticas, experiências e códigos simbólicos partilhados, e é parte do processo de reprodução social.» (Sobral, 1995: 292). Motivo pelo qual Bethencourt (*ibidem*) entende que a visão sobre o passado colonial tenha que ver sobretudo com uma questão de geração e de transmissão de memória vivida, sendo por isso natural, na sua opinião, que entre os ‘retornados’ e os que prestaram serviço militar no ultramar, o assunto fosse mais recorrente e as trocas de impressões fossem mais regulares do que noutros círculos.

Ainda assim, e retomando a argumentação de Sheilla Khan (2009), terá havido também entre estes (‘retornados’ e militares) um longo silêncio e uma espécie de interiorização de memórias que terão permanecido ‘adormecidas’ e “enclausuradas” devido à real necessidade de sobrevivência num país que não era o seu (ou que já não sentiam como seu). Ou seja, no caso dos ‘retornados’, o facto de necessitarem de lutar por uma casa, por um emprego, por uma escola para os filhos e por uma certa estabilidade social terá contribuído para que se fossem incorporando na sociedade portuguesa de forma silenciosa, sem questionamentos.

Yves Léonard, historiador francês, questiona-se sobre como é que, apesar de o tema da descolonização não ter passado ao lado de alguns intelectuais, escritores e cineastas<sup>70</sup>, «terá [este sido] miraculosamente poupado [a]o resto da população portuguesa?» (Léonard, 1999b: 421). Para esta “ausência de traumatismo aparente”, o autor avança a hipótese de que terá existido uma vontade de ocultação (por parte dos dirigentes políticos no governo) que concorreu para impedir o “necessário pesar”, e o risco de favorecer um “regresso recalcado”. Léonard argumenta, ainda, que o Portugal democrático do pós-25 de Abril terá sido «[u]m Portugal durante muito tempo atacado de amnésia.» (*ibidem*: 422). Tese igualmente defendida pelo historiador brasileiro António de Freixo, que afirma que, «no período que se seguiu à colonização, os portugueses passaram por uma verdadeira amnésia colectiva em relação a África, como se Portugal nunca tivesse sido uma nação imperial» (Freixo, 2004).

Do ponto de vista de Eduardo Lourenço, fenómenos tão marcantes como «o fim de um regime que parecia adaptado à realidade portuguesa como uma luva, o fim de um império de quinhentos anos, o regresso obrigatório ao nosso espaço europeu do século

---

<sup>70</sup> O autor destaca António Lobo Antunes, Lúcia Jorge e Manuel de Oliveira.

XV não deram lugar a nenhum reexame ou exame espectacular da nossa imagem, embora ela sofresse, mesmo sem eles, uma metamorfose inegável.» (Lourenço, 1988: 21). Na senda deste pensamento, o investigador José Pinto (2004) alega que não terá sido proposto aos portugueses que se pronunciassem sobre a racionalização das decisões tomadas e por tomar, ou que se envolvessem nos novos compromissos e deveres assumidos pelo país. A fase de integração europeia, conjuntura histórica que se seguiu à descolonização, poderá servir de eixo explicativo, de acordo com Bethencourt, quanto aos supostos motivos pelos quais se tenha verificado «um menor recurso ao passado na propaganda do poder, e que a própria memória colectiva [tenha reflectido] a maior pluralidade de concepções que emergiu da memória erudita» (*ibidem*: 480).

Ainda assim, José Medeiros Ferreira e Cecília Barreira (1994) alegam que terá existido, em determinados momentos, vontade de se expandir a discussão sobre a temática da descolonização e da relação pós-colonial do antigo centro com as ex-colónias, à opinião pública, e de despertar o país para uma necessária reflexão sobre o passado e os possíveis rumos de futuro. Na opinião dos autores, Eduardo Lourenço desempenhou um papel de revelo nesse domínio, trazendo a lume, nos primeiros anos da década de 80, um sério questionamento sobre a identidade nacional e alertando a sociedade portuguesa para o facto de se recorrer sistematicamente a explicações providenciais e milagrosas, ao invés de se investir num estudo de relações causa-efeito, na explicação dos fenómenos pelos quais o país passara.

Conquanto outros pensadores, intelectuais e académicos (como José Fernandes Fafe, Agostinho da Silva ou António Quadros) apostassem numa problematização da questão, o I Governo constitucional terá contribuído para a (re)produção de uma ‘velha’ visão da História. Medeiros Ferreira e Barreira argumentam que, no início da década de 80, com a candidatura, organização e consequente realização (em 1983) da XVII Exposição do Conselho da Europa<sup>71</sup>, subordinada ao tema “os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento”, e com a realização paralela de inúmeras actividades culturais (cinema, teatro, música e poesia) ter-se-á investido numa tentativa de «ultrapassar a fixação nos direitos históricos que tinham limitado os estudos e a compreensão do fenómeno [da expansão ultramarina, e apostado numa] leitura mais

---

<sup>71</sup> A XVII Exposição foi organizada pelo Governo Português, sob os auspícios do Conselho da Europa, e subordinada ao tema " Os descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento". Decorreu entre 7 de Maio e 2 de Outubro. Para mais pormenores, ver <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=regShow&searchMode=lf&ID=4169361>. [14.12.2009].

humana e ecuménica daquela época.» (Ferreira e Barreira, *idem*: 171). No entanto, o historiador e crítico de arte José-Augusto França (1991), examinando os resultados da efeméride, constata não só que a Exposição foi um notório fracasso de bilheteira, como argumenta que se terá perdido uma excelente oportunidade de dar um novo rosto à questão, regressando-se novamente ao “espírito nacionalista” que caracterizara os anos 40 do século passado e a tão afamada Exposição do Mundo Português, perdendo-se uma oportunidade de afirmação nacional no imaginário da Europa contemporânea.

Para essa situação de regresso ao “nacionalismo dos anos 40” terá certamente concorrido a recuperação da retórica lusotropicalista, que «conforta[ria] e robustece[ria] o sentimento português» (Nemésio, 1938: 129) ao defender a “especial” capacidade do povo lusitano em se relacionar com os outros povos. Como relembra Valentim Alexandre (2000), a suposta e especial capacidade dos portugueses em se relacionarem com outros povos, em particular com os dos trópicos, a sua forma de estar supostamente marcada pela ausência de preconceitos raciais e a particular apetência pela miscigenação, são ideias que estão ligadas com as imagens, que não foram desfeitas aquando e após a descolonização, de vocação para servir de ponte, de elo de ligação entre regiões e culturas diferentes.

É neste contexto, que Eduardo Lourenço (1978) caracteriza de esquizofrénico, que, na esteira dos estudos antropológicos desenvolvidos por Jorge Dias nas décadas de 1950-60 sobre a construção da nação, proliferam discursos reflectindo e especulando sobre o passado imperial de Portugal e os seus efeitos sobre a identidade, a história e a cultura nacionais, enfatizando quase que exclusivamente um percurso de abertura, mediação, fusão, hibridismo e multiculturalismo – veiculado quer por intelectuais, quer por colunistas de jornais de referência ou representantes do partido do governo (PS) e do leque político que se estendia até à extrema direita.

Segundo os autores da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (1994), o início dos anos 1990 terá representado um ‘ponto de viragem’ no que toca a esse tipo de abordagens. Investigando o passado à luz de parâmetros científicos modernos, «[n]ovas histórias de Portugal surgiram a lume, com explicações mais complexas sobre a realidade histórica e uma grande profusão de estudos apareceu em consequência da liberdade intelectual entretanto consolidada. [...] Para além do interesse pelas Ciências Sociais e pela História, começou a existir uma cada vez maior apetência pelo estudo das relações internacionais, integrando o interesse também crescente dos Portugueses pela

Europa, pelo Atlântico, pelas relações Norte-Sul, pelo Terceiro Mundo, pelo Brasil e pelos PALOP. Era todo um conjunto de problemáticas entreabrindo-se aos olhos de estudiosos que pretendiam enquadrar Portugal num universo de conjunturas e estruturas internacionais.» (Ferreira e Barreira, 1994: 173).

É ainda nessa altura que a noção de existência de uma *comunidade lusófona*, ou de uma comunidade de língua portuguesa, ganha força mobilizadora, em termos de activismo político, sendo os seus protagonistas José Aparecido de Oliveira e Mário Soares<sup>72</sup>. Convém, no entanto, não esquecer que esse activismo poderia não ter, como adverte o escritor e jornalista português, Francisco José Viegas, uma correspondência extensiva à restante sociedade:

«A verdade é que, ao iniciarem mais um ciclo europeu da sua história, depois de 1977, os portugueses, na sua generalidade, tinham um conhecimento deficiente acerca da vastidão e da diversidade [da comunidade de que Portugal assumia a paternidade], à excepção do que teria de se passar com uma elite culta, viajada, cosmopolita e politicamente comprometida.» (Viegas, 1998: 7).

Situação que exemplifica com o facto de os portugueses conhecerem muito mal os brasileiros (referia-se mormente aos escritores) e o Brasil. No seu entender, tem havido «pouca disponibilidade na *opinião pública* para compreender a existência de um Brasil que é quase totalmente desconhecido para lá do espelho televisivo [das telenovelas].» (*ibidem*: 11).

Na mesma linha de raciocínio, a escritora brasileira Nélida Piñon, afirmara, um ano antes, que os então sete países da CPLP se ignoravam mutuamente e que essa ignorância se sentia, não só ao nível dos processos históricos, mas, sobretudo, pelo desconhecimento das respectivas literaturas:

«Nós nos ignoramos profundamente [...]. Eu própria fui vítima de ostracismo. Você está diante de uma escritora que só foi publicada agora em Portugal, 13 anos depois. Outros grandes escritores portugueses talvez não tenham sido publicados no Brasil. É importante que se faça um esforço imenso de auto-descoberta, de descoberta dos escritores dos outros países.» (Piñon, 1997: 58).

---

<sup>72</sup> De acordo com a recolha de dados que levámos a cabo, estes foram os dois nomes mais citados nos jornais *Diário de Notícias* e *Público*, e na revista *Lusofonia*, durante o ano de 1996 – ano em que foi institucionalizada a CPLP.



### 1.2.2. Em torno de um ‘imaginário comunitário’: a problemática emergência da *lusofonia*

À parte dos possíveis desencontros entre activismo político e *opinião pública*, a efervescência política em torno da ideia de uma *comunidade* baseada na língua partilhada<sup>73</sup> dá azo a uma série de iniciativas tanto político-institucionais, como sócio-culturais, relativamente às quais a institucionalização da CPLP, em 1996, se ergue como corolário.

Em 1994, num tom marcadamente poético, Manuel Alegre, então deputado do partido socialista e colunista do *Jornal de Letras*<sup>74</sup>, invoca que «a nossa identidade, a nossa singularidade como povo e nação, é inseparável do Atlântico, África e Brasil. Não apenas o outro lado do mar, mas o outro lado da nossa alma.» (Alegre, 1994).

As palavras de Alegre constituem uma boa ilustração do desejo expresso entre alguns sectores das elites políticas portuguesas de que a pretensa *comunidade lusófona* expressasse uma ‘alma’. Segundo Yves Léonard, através desta linguagem enaltece-se «uma espécie de família espiritual repousando na recordação de um passado comum, sobre uma parte do esquecido e sobre a vontade de construir o futuro em conjunto» (Léonard, 1999b: 438). Esse “princípio espiritual” que supostamente traduz o sentimento de que se possui um rico e comum legado de recordações seria igualmente a mola que impulsionaria a transmissão da aspiração de viver em conjunto. Na perspectiva de Paulo Ferreira da Cunha, esta operação de regresso ao passado para projecção do futuro torna-se possível através dos “corredores da alma” portuguesa que, para «além da simples proximidade geográfica com a Europa [... sentem] uma proximidade histórica e de espírito também noutras direcções.» (Cunha, 2006). Como diria Lourenço, é aqui que o “imaginário português” entra em acção, cumprindo «a dupla função de medir o abismo que separa o povo português do seu passado glorioso e de lhe oferecer um presente que, apesar de tanta nostalgia, o torne contemporâneo de si mesmo.» (Lourenço, 1999: 86).

Helena Sousa (2000), coordenadora do projecto “Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono”, argumenta que o desenvolvimento de

---

<sup>73</sup> Vd. Capítulo 3 que trata sobre a evolução da ideia de *comunidade lusófona*, pp.137-161.

<sup>74</sup> Que se apresenta como «o jornal da língua portuguesa, que tem como objectivo aproximar todos os países *lusófonos* e ser uma ponte entre as respectivas culturas, que pretende dar uma ampla cobertura dos mais importantes e significativos acontecimentos na área cultural em todos os domínios de interesse» in [http://pub.edimpresa.pt/index.asp?revista=jornal\\_de\\_letras&zona=1&lang=pt](http://pub.edimpresa.pt/index.asp?revista=jornal_de_letras&zona=1&lang=pt) [06.04.2009].

um espaço de língua e de cultura passa então a ser uma ideia politicamente útil, tanto a nível interno como externo: internamente, corresponde ao tal “imaginário” de país que ultrapassa as suas fronteiras físicas e cujo “Messias é o seu próprio passado” (Lourenço, 1994:10), e, externamente, contribui para a afirmação de Portugal no plano internacional. A investigadora refere mesmo que, nesse período (década de 1990) parece consensual a ideia de que Portugal ultrapassa os seus limites geográficos através da cultura e da língua, pela e na (re)invenção da *lusofonia*, tanto por questões de política eleitoral, como para o reforço da posição portuguesa na arena internacional (*ibidem*). O termo, socialmente construído, surge como uma noção abstracta que serve, em traços muito gerais, para referir as relações pós-coloniais entre o antigo centro e as ex-periferias. Mas, como adverte o escritor moçambicano, Mia Couto, «os países africanos [sobretudo por questões linguísticas] não se podiam reclamar da lusofonia do mesmo modo que os portugueses e brasileiros.» (Couto, 2007b).

Segundo Eduardo Lourenço (1999), a *lusofonia* terá sido criada como uma ideia inocente de comunhão cultural entre os falantes e países de língua portuguesa. No entanto, essa imagem poderá, efectivamente, esconder a génese política da sua construção e veicular uma espécie de neocolonialismo inconsciente. Na mesma lógica, João de Pina Cabral adverte que «projectos como o da “lusofonia” deixam muitos de nós um pouco incertos, suspeitando que, em vez de uma afirmação construtiva de sinergias, se possa tratar de uma tentativa de salvamento de hegemonias ameaçadas de ruína.» (Pina Cabral, 2002a: 16).

Equacionando essas ameaças, a tese de mestrado de Maria José Ferreira, sugeria, no ano de criação da CPLP, que a ideia de (re)invenção da *lusofonia* deveria passar por exportar em primeiro lugar a “escola” (pelos institutos, leitorados e professores) e, depois, a língua, «por todos os instrumentos culturais de que o país disponha: a conferência, o livro, a revista, o teatro, o cinema, a televisão, a exposição, a rádio e os jornais» (Ferreira, 1996: 57). Sob pena desta se poder tornar num “tigre de papel” português (Thomaz, 2002).

No contexto da globalização, a *lusofonia*, enquanto construção e aprofundamento de laços entre os espaços, países e indivíduos de língua portuguesa, surge como instrumento de importância estratégica para o poder político português. Entre a afirmação da ‘inocência’ desse ‘novo’ instrumento e da inocuidade das resultantes iniciativas, e a hipótese de resgate de antigas hegemonias, começaria a

problemática ‘saga’ de uma ideia que, para se estabelecer, necessitou e necessita de vencer descoincidências interpretativas – que, de acordo com o escritor moçambicano Mia Couto (2007b), não estariam reservadas apenas à antiga potência colonizadora, seriam de parte a parte.

Questionado sobre as actuais relações entre Angola e Portugal, o escritor angolano, Pepetela, opina que, apesar dos traumas deixados pelo colonialismo, os dois países (comparativamente com outros contextos de ligações pós-coloniais entre antigos centros e ex-periferias) têm vindo a superar, de forma mais fácil do que se poderia supor, possíveis fossos:

«É um pouco arriscado falar em nome de todos os angolanos, mas aquilo que me parece é que a história criou uma série de problemas e de ressentimentos que são perfeitamente compreensíveis. Apesar disto, parece que o processo de entendimento entre angolanos e portugueses correu bastante bem e bastante rápido. [...] parece que não há grandes ressentimentos.

Tive a ocasião de assistir a relações que se estabeleceram depois da independência da Argélia entre a Argélia e a França e estas relações são muito mais complicadas ainda hoje, do que as que há entre Angola e Portugal. Acho que os nossos países superaram mais facilmente este fosso.» (Pepetela, 2005).

Transpondo esse relacionamento para o campo da literatura, o escritor moçambicano Delmar Gonçalves argumenta no mesmo sentido:

«Na relação entre a literatura moçambicana e a portuguesa sempre houve cumplicidades. Os laços históricos ultrapassam as divergências políticas.» (Gonçalves, 2010).

Das experiências vividas (tanto das positivas como das negativas), dos projectos levados a cabo (com maior ou menor êxito), dos discursos proferidos, dos livros escritos e de tantos outros canais têm ecoado, ao longo das últimas décadas, mensagens que, pelo menos aparentemente, parecem contraditórias: se, por um lado, se consegue descortinar uma imensa cumplicidade e declarada paixão pela *lusofonia*, por outro, deparamo-nos com sinais de repugnância e uma espécie de ‘ódio’. Estes últimos resultam, maioritariamente, de um juízo negativo sobre a colonização e a descolonização, e das tentativas de desmistificar as propagadas ideias de “colonialismo único e exemplar”, de “civilização lusotropical” ou de uma “suposta sintonia cultural e afectiva” de que fala Valentim Alexandre (2000).

Contrariando a ideia de que a *lusofonia* seria um projecto portador de futuro, estas outras vozes sustentam que a mesma não passaria de uma moderna e hipócrita

ideologia pós-imperial, versão reciclada dos ideais lusotropicalistas. De acordo com a investigadora Eunice Seixas (2007: 32), ter-se-á constituído uma corrente crítica pós-colonial que tem visado sobretudo alertar para o carácter essencialmente político da ideia de *lusofonia*. Na sua opinião, o que essa vertente de pensamento tende a combater são as tentativas de esquecimento, ou mesmo de negação, do passado colonial, e das relações de poder herdadas, que subsistem, eventualmente de forma dissimulada, dando abrigo à ideia de uma comunidade lusófona homogénea.

Alfredo Margarido, por assumir uma posição marcadamente crítica e amarga quanto às possibilidades de sucesso do ‘empreendimento lusófono’, é um dos nomes mais citados nessa corrente. No ensaio *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*, o autor expõe as fragilidades do relacionamento histórico com o Brasil e com os agora países africanos de língua oficial portuguesa, denunciando a *lusofonia* como um “novo mito português” e chamando a atenção para o facto de que, se «por uma parte, [a *lusofonia*] está ligada à língua portuguesa, depende, pela outra, da longa tradição “imperial” ou, mais modestamente, da tradição “colonial” dos portugueses.» (Margarido, 2007: 3). É exactamente essa dimensão que é rejeitada, uma vez que, segundo Margarido, a aposta numa *lusofonia* revela a ânsia portuguesa de resgatar uma parte desse espaço imperial com o qual se cortaram os laços após as independências africanas (Margarido, 2000: 6). Segundo o autor, o actual discurso da *lusofonia* esconde pois uma espécie de colonialismo moderno e pouco difere da noção lusotropicalista defendida por Gilberto Freyre no passado. Na mesma linha de denúncia inscrevem-se autores como Oppenheimer (1997), Souza (1997/1999), Castelo (1999), Thomaz (2001/2002), Vale de Almeida (2002) ou Jerónimo e Domingos (2007).

Nesta acepção, Vale de Almeida alega que «a redefinição identitária (de país colonial em país da Europa; de país de emigração em país de imigração; de ditadura em democracia) não parece conseguir desligar-se das formulações históricas mais profundas: o projecto da lusofonia refaz, supostamente pela positiva e ao nível simbólico-linguístico, as comunidades coloniais e sua hierarquia simbólica» (Almeida, 2004a: 10). Jerónimo e Domingos (2007) apontam no mesmo sentido quando argumentam que parece existir, na sociedade portuguesa, uma espécie de repugnância à possibilidade de encarar a *lusofonia* como um “sucedâneo pobre e dissimulado das inúmeras missões civilizadoras”. Para os autores, a *lusofonia* é efectivamente um legado colonial, expresso em “recursos ideológicos persuasivos e eficazes” que visam apagar as

marcas de violência do colonialismo português. Na mesma linha, o antropólogo Timothy Sieber (2002), investigador da Universidade de Massachussetts, sugere que a *lusofonia* (no caso, observada a partir da participação musical em eventos culturais como a Expo'98) é um atributo a que os portugueses se escusam, reservando-o para as ex-colónias e os seus naturais. Segundo o autor, esta associação da *lusofonia* aos não portugueses não seria mais é do que a revelação de velhas assimetrias herdadas do tempo colonial.

Do ponto de vista de Lourenço (1999), se se insistir numa «nostalgia imperial, [numa espécie] de exigência de unidade, ou melhor, de universalidade simbólica, susceptível de nos inventar, em termos novos, aquela Atlântida submersa, ou mesmo perdida, que imaginávamos possuir e habitar nos tempos em que lhe chamávamos “o mundo português”», o caminho em busca de um ‘imaginário lusófono’ pode tornar-se perigoso (Lourenço, 1999: 112).

Reflectindo sobre o “modo português de estar no mundo”, Cláudia Castelo conclui que «o estudo da recepção do lusotropicalismo em Portugal nos ajuda, de certa forma, a perceber porque é que as ideias de Gilberto Freyre ainda ecoam no actual discurso político e cultural. Libertas da componente colonialista que o Estado Novo lhes imprimiu, servem agora para justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa» (Castelo, 1999:140). É ainda esse esteio que, segundo Joaquim Barradas de Carvalho, serve para fundamentar a posição de Portugal como “intermediário” entre a Europa e o terceiro mundo, como pioneiro do diálogo Norte/Sul (Carvalho, 1974).

Nas leituras críticas que alguns autores brasileiros tecem sobre a passagem do ‘Portugal lusotropical’ para o ‘Portugal lusófono’, bem como sobre esse papel de intermediação, encontramos aceções muito próximas às dos críticos portugueses. A investigadora Bela Feldman-Bianco, por exemplo, reflecte sobre a inversão dos fluxos transatlânticos de populações, signos e capitais do Brasil e da África lusófona para o Portugal pós-colonial. Debruçando-se sobre os conflitos diplomáticos que eclodiram, em 1993, quando brasileiros de baixo nível económico começaram a ser barrados pelo Serviço de Fronteiras e Estrangeiros, conclui que «o foco nesses conflitos revela as contradições existentes entre, por um lado, os processos de remodelação de Portugal de metrópole imperial em nação pós-colonial submissa à política da CEE, que favorece o “direito às raízes” e dificulta a entrada de cidadãos não comunitários na “fortaleza” da

Europa, e, de outro, a sua transformação em receptor de migrantes originários das suas ex-colónias, ligados retoricamente por “raízes históricas comuns”.» (Feldman-Bianco, 2002: 18).<sup>75</sup>

Outros autores, porém, defendem que a *lusofonia* é e representa mais do que um suposto ‘novo’ império alicerçado na língua e na história comuns, ultrapassando quaisquer pretensões de hegemonia. João Camilo alega que «seria deformar grosseiramente o projecto e a questão se se pretendesse que, através do projecto da Lusofonia, Portugal est[ivesse] a tentar prolongar artificial e abusivamente uma qualquer ambição imperialista antiga. Tal ambição seria, além do mais, no contexto económico e político actual, ridícula, pois Portugal não teria sequer os meios necessários para a concretizar.» (Camilo, 2005).

Adriano Moreira (2000), Ministro do Ultramar entre 1961 e 1963, encara a continuidade histórico-cultural entre lusotropicalismo e *lusofonia* de forma natural e necessária. Do seu ponto de vista, se não fosse a “história comum”, que as teses gilbertianas defendem, não faria sentido a união sob o manto da *lusofonia*.

Na mesma linha de pensamento, Vera Mata e Artur Gomes (ainda que numa óptica muito voltada para a cooperação económica) realçam que «a ponte Brasil-Portugal, lançada pelo esquema teórico de Gilberto Freyre, vem sendo apropriada nas relações diplomáticas entre os dois países na busca de uma identidade comum e economicamente interessante. No momento em que Portugal, enquanto membro da União Europeia, também se volta para as ex-colónias africanas em busca de novos mercados e o Brasil converge os seus interesses comerciais para o Mercosul, a criação da CPLP vislumbra a possibilidade de um outro tipo de alinhamento, baseado na cooperação entre Portugal e Brasil e, de ambos, com a África lusófona.» (Mata e Gomes, 2001:116).

Também Flávio Gonçalves, jornalista brasileiro, enfatiza que a *lusofonia* surge como uma “terceira via”, uma comunidade internacional espalhada pelos continentes europeu, africano, americano e asiático que se poderá constituir como um “bloco de influência internacional” (Gonçalves, 2008).

---

<sup>75</sup> Sobre este assunto, consultar o ponto 5.2.4. “Entre a Europa e as ‘afinidades’ com o espaço lusófono. A circulação de pessoas e de bens culturais”, pp.235-242.

No entender de Francisco Lucas Pires, «do ponto de vista político geral, pode até considerar-se sintomático de uma espécie de sinergia positiva o facto de o crescimento da União Europeia e da Comunidade Lusófona ter corrido em paralelo» (Pires, 1997:34). Deixando para trás a análise do vínculo histórico colonial, Pires chama a atenção para o facto de que se deve assumir e encarar a *lusofonia* como uma oportunidade no contexto da globalização e não como uma atitude de oportunismo português no quadro das actuais relações com as outrora colónias.

Em entrevista para este trabalho, uma coordenadora de um projecto institucional ligado à *Rede Bibliográfica da Lusofonia* referia que essa oportunidade poderá e deverá beneficiar os países envolvidos não só ao nível internacional, mas também ao nível nacional. Na sua opinião, «a comunidade do espaço lusófono, se unida, tem mais força do que um país isolado. Há uma unidade, pelo menos relativa, até em termos internacionais, que faz com que cada país possa ganhar com a união; da qual se podem retirar inúmeras vantagens mútuas.» (AIE5, 2003).

Consideramos que, tanto a nível macro, analisando as iniciativas de cunho institucional, como a um nível mais micro, observando iniciativas do tipo *bottom-up*, podemos mesmo falar de práticas que têm vindo a construir a esfera da *lusofonia*.

Mais adiante mostraremos como a construção institucional e normativa, que M. Margarida Marques, Rui Santos e José Leitão (2008) designam de “estruturas de participação e de oportunidades” (a construção da CPLP, a institucionalização das associações de imigrantes, a facilitação do direito de voto para os cidadãos *lusófonos*), têm sido importantes alavancas, particularmente na esfera da cultura e do lazer, para a concretização da *lusofonia* no quotidiano (Marques e Dias, 2008; Marques, 2009).

Não esquecendo que entendemos a *lusofonia* como uma esfera de comunicação e compreensão, e como acervo de memória cultural assente na partilha da língua comum, verificamos que as práticas dela decorrentes não passam apenas pelas instituições (tanto públicas como privadas), mas também se desenvolvem a um nível mais individual. Proliferam as iniciativas que reúnem artistas, escritores, pensadores, cozinheiros, e outros indivíduos sob o mesmo ‘chapéu’: a *lusofonia* (“Bienal de Culturas Lusófonas”, “Lusofonias – Culturas em Comunidade”, “Colóquio Anual da Lusofonia”, “Encontros Lusófonos”, “Congressos Luso-Afro-Brasileiros de Ciências Sociais”, etc.). Editoras abrem um espaço específico para os autores e músicos dos países de língua portuguesa.

No início do projecto de doutoramento, em 2003, visando aprofundar algumas ideias avançadas na dissertação de licenciatura (Maciel, 2003), em que se defendia que a *lusofonia* seria uma espécie de lusotropicalismo transmutado, com vestes pseudo-democráticas, muito na linha da literatura pós-colonial, afigurava-se certo e inequívoco o rumo teórico a seguir. Considerar que as “novas roupagens” lusotropicalistas mal esconderiam aquilo que são relações históricas de 500 anos de assimetrias, de exploração e de desrespeito, parecia ser, à data, o eixo estruturante da pesquisa. Entretanto, e mercê da participação no Socinova e nos seus projectos sobre imigração em Portugal, pudemos aperceber-nos da importância que a criação do quadro institucional *lusófono* (instituições, normas, eventos, ...) teve, no sentido de tornar visível, nos espaços e tempos da esfera pública, certas formas de expressão dos imigrantes de países *lusófonos*. Ainda que não se tenha abandonado a posição crítica, admitimos que, não obstante a continuidade dos ideais lusotropicalistas nas modernas teses *lusófonas*, ou ainda a existência de marcas de tensão e de uma certa mágoa nas relações pós-coloniais entre o antigo centro e as ex-periferias, observámos, durante cinco anos de investigação, e sobretudo através do contacto com o terreno<sup>76</sup>, que há também uma dimensão muito prática e por vezes até sentida da *lusofonia*.

Consideramos que uma *comunidade* (*lusófona*, ou outra) não se cria a partir de um decreto-lei ou por mera vontade política ou económica, mas sobretudo através de uma espécie de ‘voluntarismo’ dos que, por qualquer razão ou de qualquer forma, estão ligados ao seu imaginário. Diríamos, portanto, que a *lusofonia* – enquanto força motriz dessa comunidade – é como que uma ‘vida imaginária’ partilhada, que se corporiza pelo e no caminho construído em comum, pelos indivíduos (enquanto agentes da sociedade civil) que encontram razões válidas para a assumir como opção.

Sendo surpreendente constatar a importância que é atribuída ao termo, não só em certos segmentos da sociedade portuguesa, mas também em Cabo Verde<sup>77</sup>, em Angola ou noutros espaços da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, argumentamos que a *lusofonia* não é meramente um sucedâneo moderno do lusotropicalismo, mas também uma realidade prática que vemos funcionar (com maior ou menor incidência, ora com

---

<sup>76</sup> Nomeadamente através das entrevistas a produtores culturais, a indivíduos com representação em organismos do ‘espaço lusófono’ e a dirigentes de associações de imigrantes lusófonos, em Portugal e em Cabo Verde; e na visita e participação em eventos comemorativos tanto de génese africana, brasileira ou portuguesa, como de ‘cariz lusófono’.

<sup>77</sup> O primeiro país de língua portuguesa a adoptar o “estatuto de cidadão lusófono” (Vd. Leitão, 2002).



passos lentos ora com passadas apressadas) quer em iniciativas político-institucionais, em transacções comerciais ou em actividades sócio-culturais.

Conquanto académicos, intelectuais, políticos ou outros especialistas discutam o conceito e possam ter certa relutância em usá-lo, na medida em que a sua designação pode remeter para práticas e ideais lusocêntricos, o facto é que, com maior ou menor exactidão, o termo tem vindo a ser apropriado no quotidiano, como se os seus utilizadores entendessem facilmente a que universo e a que dinâmicas a *lusofonia* diz respeito. A problemática que gira em torno da emergência e dos possíveis sentidos do conceito, não o reduz, ainda assim, à insignificância ou à inactividade.

Seja qual for a interpretação seguida, parece-nos adquirido que existem, pelo menos, dois sentidos de *lusofonia* e de *comunidade lusófona* que parecem consensuais. Um deles, marcadamente institucional, «que está ligado à política e à governação, invocado no sentido de dinamizar todo um conjunto de possíveis afinidades em proveito de um projecto comum e eventualmente diferenciado de um espaço construído pela globalização» (Venâncio, 2008); e um outro sentido, mais vivencial, aquele que faz com os indivíduos se assumam como ‘lusófonos’, na medida em que se expressam através do elo comum, a língua portuguesa, e fazem parte de uma comunidade de pares com os quais se revêem ou se complementam em termos identitários<sup>78</sup>.

Apesar das duras críticas que surgiram (nos campos científico e político-social) acerca da *lusofonia*, em relação à construção de uma pretensa comunidade, aos motivos que levaram à sua criação ou ao seu *modus operandi*, a *lusofonia* parece invocar, mais do que um espaço conflituante que traga recorrentemente à memória relacionamentos de exploração e prepotência, dinâmicas que chamam a atenção para a sua utilidade no estabelecimento de alianças e no aproveitamento de sinergias que a globalização oferece.

No colóquio intitulado “Para além da mágoa: novos diálogos pós-coloniais”<sup>79</sup>, vários escritores da língua portuguesa e especialistas que trabalham a questão da literatura pós-colonial no ‘espaço lusófono’, foram convidados para tentaram trazer a

---

<sup>78</sup> A este propósito, consultar os resultados da sondagem de opinião realizada, pp.265-302.

<sup>79</sup> Co-organizado pelas investigadoras Margarida Paredes e Sheila Khan, em colaboração com a Casa Fernando Pessoa, o seminário realizou-se no dia 22 de Janeiro de 2008, na Casa Fernando Pessoa, em Lisboa. Para mais informações sobre o programa e os oradores, consultar: <http://mundopessoa.blogs.sapo.pt/2008/01/?page=2>. [21.01.2008].

As referências a Sheila Khan, Joaquim Arena, José Eduardo Agualusa, Livia Apa, Margarida Paredes e Inocência Mata, dizem respeito a notas recolhidas neste colóquio, datado de 2008.

lume e debater exactamente essa dimensão de descoberta de novas dinâmicas que vão “para além da mágoa”. Na opinião dos organizadores, tem emergido uma nova geração de escritores na narrativa contemporânea com um discurso que procura descolonizar as mágoas, as angústias, e dores que a geração anterior trouxe de África e de Timor. Nesse sentido, argumentam que será necessário pensar e reflectir nestas novas trajectórias de vida e identidades, com um olhar completo e descomplexado – tarefa que atribuem aos escritores que procuram fazer uma leitura diferente da caminhada histórica, cultural e subjectiva do passado colonial. A esse propósito, Sheila Khan argumentava que é tempo de sair dos “caixilhos e das molduras”, “é preciso aceitar a mágoa, contextualizar a História e aprender a olhar o passado”. Joaquim Arena, escritor nascido em Cabo Verde e residente em Portugal desde a década de 1960, corroborando a ideia, rejeita a existência de “uma consciência traumática” na relação entre as antigas colónias e a ex-metrópole, e convida a explorar as actuais ligações que unem os dois países. Na sua opinião, o romance pode ser a porta de entrada para esse exercício.

O escritor frisou ainda que a razão de ser desse ‘novo olhar’ tem origem numa maior consciencialização dos indivíduos relativamente ao mundo e no respeito que há pela História. Do seu ponto de vista, terá sido a globalização a impulsionar a “explosão do tema da literatura pós-colonial” em diversos países europeus e por isso, há que ‘aproveitar a onda’ e perceber quais as reais implicações, não só na literatura, mas também na música ou no cinema.

José Eduardo Agualusa, conhecido escritor angolano, defendendo o tal “olhar descomplexado”, enfatizava o curso natural para que assim aconteça. Na sua opinião, a nova vaga de escritores da língua portuguesa não tem um contacto directo com os “traumas” que marcaram a “velha geração” – motivo pelo qual o “olhar [é] necessariamente diferente, mais preocupado com o outro” e menos vincado nos aspectos negativos. Sublinhava ainda, o facto de a África de hoje conter em si “novos países” por descobrir e, por isso, novas oportunidades de ligação com o antigo centro – cujas memórias não são, efectivamente, as mesmas de há trinta anos atrás.<sup>80</sup>

Não obstante, Margarida Paredes, questionaria esse ‘novo olhar’ e essa ‘tentativa de reconciliação’ argumentando que existe um grande obstáculo nas entrelinhas: o

---

<sup>80</sup> A professora italiana Livia Apa, referindo-se ao livro *Equador*, é de opinião que obras como a de Miguel Sousa Tavares são bons exemplos da “grande tentativa de reconciliação com a História e da redenção pós-colonial com o passado”.

racismo. Na sua opinião, a maior parte dos portugueses não sabe lidar com o passado e com as actuais reminiscências de ligação aos territórios coloniais, porque é racista. Motivo pelo qual considera que a *lusofonia* não existe para o comum dos cidadãos, apenas para as estruturas de poder de cada um dos países de língua portuguesa.

No final, Inocência Mata, professora e ensaísta santomense, concluiria enfatizando que a mágoa funciona como uma espécie de “necessidade de catarse” tanto para os antigos colonizadores, como para os ex-colonizados. Do seu ponto de vista, a actual ligação do antigo centro a África traduz um “*locus* afectivo e não imperial”; e a literatura, constitui-se como instrumento de “libertação” nessa ligação. De acordo com as suas palavras, “há um tempo histórico pejado de memórias e, escrevendo sobre ele, as pessoas libertam-se das suas angústias colectivas”, abrindo caminhos de entendimento.

Nos capítulos 4, 5 e 6, analisaremos, com base no trabalho empírico empreendido, como é que através da acção das micro-comunidades e dos agentes sociais, tem sido possível passar de uma *lusofonia* retórico-discursiva para a uma *lusofonia* prática, quotidiana e vivida.

## Capítulo 2 – A Comunidade Lusófona

«Esta língua é-nos comum, a ele, a mim, e a vários milhões de outras pessoas. Por outro lado, a minha pertença ao cristianismo [...] cria também ela um laço significativo entre mim e os vários milhões de cristãos no mundo. Muitas coisas me separam de cada cristão, como de cada árabe e de cada muçulmano, mas existe também entre mim e cada um deles um parentesco inegável, num caso, religioso e intelectual, no outro, linguístico e cultural.»

Maalouf (2002: 26)

Como se viu no capítulo anterior, os entendimentos de *lusofonia* são plurais e cambiantes. A sua associação com a noção de *comunidade* introduz novo elemento de opacidade. Quando se pensa em *comunidade lusófona* surgem algumas interrogações derivadas dos diversos entendimentos e conceptualizações que se podem fazer de cada um dos termos utilizados, mas também da relação entre eles. O que significa *comunidade*? O que significa *lusófona(o)*? E, face à multiplicidade de respostas a que cada uma destas perguntas conduz, o que pode significar *comunidade lusófona*?

Propomo-nos aqui reflectir sobre o que pode significar esta expressão, que agentes, forças e interesses lhe estão associados, e quais as dinâmicas de institucionalização em que se apoia.

Ao longo da investigação, apercebemo-nos de que, tendo como quadro de referência o entendimento comumente aceite em Portugal, que descreve a *comunidade lusófona* como sendo o conjunto de falantes de língua portuguesa, as reacções a esta visão são por vezes epidérmicas, sendo bem mais simples enunciar o modo como aquela nasceu e contar a sua história, do que defini-la de forma unívoca e consensual. Admitimos assim que a variedade de entendimentos reflecta diversas visões históricas sobre a relação entre o antigo centro e as ex-periferias.

Nesta ordem de pensamento, a mera descrição de uma cronologia não nos dá o sentido das dinâmicas, e a exploração do quadro institucional de um dado momento também não permite compreender o seu enraizamento. É preciso partir de uma abordagem sociológica ao conceito de *comunidade*, com especial atenção às dimensões histórica e antropológica do processo, colocando em evidência os factores de identificação interna e a demarcação de fronteiras em relação ao exterior.

## 2.1. *Comunidade lusófona, comunidade imaginada?*

O conceito de *comunidade* tem sido objecto de estudo desde os clássicos da sociologia até à actualidade. Ao longo do tempo, os contributos de Tönnies, Simmel, Weber ou Nöbert Elias na Alemanha; de Robert Ezra Park, Talcott Parsons ou Robert Putnam nos Estados Unidos; de Anthony Giddens no Reino Unido; de Émile Durkheim, Pierre Bourdieu, Jean-Luc Nancy ou Maurice Blanchot na França; entre outros, deixam perceber que a análise teórica do termo *comunidade*, pela sua transversalidade, se ergue como uma das questões centrais das Ciências Sociais – embora continue a desafiá-las no sentido de se encontrar uma definição que clarifique o seu entendimento nos vários domínios do saber.

Se para Tönnies (1947), o conceito de *comunidade*, como instrumento analítico, permitia equacionar os emergentes fenómenos da sociedade industrializada e a passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas; para Putnam (1996), por exemplo, serviria para pensar as “redes de engajamento cívico”, as normas e as práticas democráticas de uma região/*comunidade*.

Em termos gerais, falar de *comunidade* envolve ora falar da actuação de indivíduos (ênfase no micro), ora de características dos colectivos (ênfase no macro); de processos caldeados ao longo do tempo (ênfase na diacronia), mas também de situações de colectivos (ênfase na sincronia); e ainda de normas, orientações e acções que envolvem agentes vários (indivíduos, instituições, Estados). À semelhança do que sucede com outros conceitos das Ciências Sociais, a incorporação do termo *comunidade* implica uma focalização de interesses analíticos, e por conseguinte uma escolha, que importa aqui estudar.

Em busca de uma possível orientação consagrada de entendimento do termo, e à semelhança do que fizemos para a *lusofonia*, consultámos alguns dicionários de língua portuguesa, e deparámo-nos com o mesmo abrangente leque de aplicações. Por exemplo, no *Dicionário Houaiss*, o vocábulo tem quinze significados possíveis que variam desde as simples acepções de comunhão, concordância e harmonia; passando pela enumeração de conjuntos de indivíduos, habitantes ou agrupamentos populacionais que têm um traço comum; referindo o próprio Estado, um município, uma região ou um estádio social ou societário; até às definições jurídicas de posse, domínio, direitos e deveres comuns (Houaiss e Villar, 2002: 1014). Confrontando os documentos editados

no Brasil com os publicados em Portugal, não sobressai nem uniformidade, nem dicotomia matricial de entendimentos.

A dificuldade sentida aquando do ensaio de uma definição do conceito reside, pois, parcialmente, na diversidade de sentidos que é atribuída à palavra, nas múltiplas interpretações para as quais nos remete e para as conotações que evoca, ou pode evocar. Daí que os autores do *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* tenham optado por referir que, «como conceito analítico, *comunidade* tem pouco valor, apesar de sua permanente importância como uma realidade na vida da maioria das pessoas. Tornou-se uma palavra de ordem carregada de associações emotivas de inteireza, coesão, comunhão e interesse público. Em resultado, *comunidade* aparece como um complemento de toda uma série de instituições, sempre que está implícita uma camaradagem profunda, horizontal e natural, por mais ténues que sejam os laços.» (William e Bottomore, 1996: 116).

Na verdade, a percepção que se tece e verbaliza ao nível do senso comum e a definição vulgarizada de que *comunidade* representa um agrupamento de indivíduos que vivem juntos ou que interagem entre si num determinado espaço, poderão criar um obstáculo epistemológico na compreensão da complexa realidade que o conceito abarca. Em rigor, o facto de um conjunto de pessoas viverem em, ou partilharem um mesmo território ou legado cultural, por exemplo, não implica que formem uma *comunidade* – particularmente se não se considerarem como tal. Em contrapartida, os vínculos transnacionais podem alimentar e reproduzir formas diversas de comunidades (Portes, 1999, 2005).

Zygmunt Bauman, analisando a formação comunitária, sublinha que o eixo estruturante da mesma passa por «um sentimento recíproco e vinculante [e por uma] vontade real e própria daqueles que se unem; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os factores que as separam.» (Bauman, 2003: 15-16).

Seguindo o pensamento de Bauman diríamos que o que une uma *comunidade* não seria tanto a sua estrutura, mas sim um sentimento de pertença<sup>81</sup> que se constroí – ou ainda um “estado de espírito”, nas palavras de Yves Léonard (1999: 438).

---

<sup>81</sup> Neste domínio é de realçar a contribuição do sociólogo alemão, Ferdinand Tönnies, que definiu a comunidade (*gemeinschaft*) através de um forte sentimento de pertença e de compromisso mútuo; e que chamou a atenção para o facto de esta ser mobilizada por sentimentos de afecto, amor e devoção. Embora

Neste sentido, a *comunidade* poderá ser entendida como um grupo de indivíduos que se referem a algo em comum (um passado, uma memória, um laço afectivo), sem que vivam necessariamente num mesmo lugar – é o que acontece, por exemplo, com a *comunidade portuguesa em França*. *Comunidade* pode ser tida como um sentido de ligação entre diversas pessoas, que visam a integração e/ou identificação – como acontece, por exemplo, com a *comunidade judaica*. *Comunidade* pode, ainda, ser um grupo de pessoas que têm um interesse comum e realizam um tipo de trabalho relacionado entre si – de que é exemplo, a *comunidade académica*.

Em qualquer dos casos, perpassa a ideia de construção. Queremos com isto dizer que uma *comunidade* resulta, necessariamente, de um processo evolutivo que se inicia na planificação e vai até à sua consumação como prática vivida e experienciada, sem estar, contudo, imune a uma necessária e (re)actualizante redefinição. Recorrendo ao quadro conceptual de Tönnies (1947), diríamos mesmo que qualquer *comunidade* resulta de um processo de vontade e criação humanas.

A título de exemplo, pensemos na ideia de *comunidade portuguesa*. O que representa e caracteriza este agregado? Uma análise muito superficial permite destacar alguns aspectos: 1) a *comunidade portuguesa* representa o conjunto de cidadãos do Estado português, quer vivam no interior das suas fronteiras físicas, quer em pequenas *comunidades* no estrangeiro, irmanados por um mesmo legado histórico e cultural; 2) embora actualmente vigore um princípio misto, de direito de solo e de direito de sangue, a pertença a esta *comunidade* esteve durante muito tempo confinada ao princípio do *jus sanguinis*; 3) em qualquer dos casos, a pertença à comunidade portuguesa pode ser, ou não, o resultado de uma prática inconsciente e involuntária; 4) existe um esforço de construção de traços comuns e unificadores entre os indivíduos – tão diferentes<sup>82</sup> – que a compõem; 5) regista-se um elevado grau de desconhecimento entre a totalidade dos seus membros; 6) não obstante esse desconhecimento, existe uma partilha de memórias, ícones, símbolos, valores, mitos e aprendizagens que acabam por unificar o agregado de indivíduos que a compõem; 7) nos momentos de apoteose da exaltação nacional – como os vividos no campeonato europeu de futebol de 2004, por exemplo – sobressaem

---

tenha usado este conceito para o contrapor ao de sociedade (*gesellschaft*) – como realidade fundada na individualidade de interesses, egoísmo, laços impessoais e uma série de traços característicos da sociedade industrial moderna (Tönnies, 1947).

<sup>82</sup> Aos níveis cultural, político e/ou económico.

sentimentos de comunhão, solidariedade e envolvimento, que, noutras alturas, parecem inexistentes ou simplesmente adormecidos.

Estamos, portanto, perante uma *comunidade* não natural, mas laboriosamente homogeneizada pelo Estado português, as suas instituições, e os grupos e os indivíduos que interiorizam a orientação inerente à ideia de *comunidade*, segundo critérios de similitude (nacionalidade, herança histórica e identificação cultural), que agrega indivíduos heterógeneos, sobrepondo-se aos critérios de diferença (classe social, país de residência, género,...). A questão analítica central é pois a de saber como se constrói a similitude, com base em que atributos, em que condições?

A forma como o caso da construção da nação (‘nation building’) tem sido trabalhado pode dar indicações interessantes. Quando se traça a ideia de constituição de uma *comunidade* deste tipo, os seus ‘construtores’ definem quem e o que fará parte da mesma. A *comunidade* vai-se constituindo na reunião dos potenciais membros, na convergência de interesses comuns, em torno de um ou mais traços identitários partilhados, sobre uma aprendizagem cooperativa e processos abertos de colaboração; mesmo que tudo isto se passe num plano simbólico ou imaginado – como refere Benedict Anderson (1994). Para o autor, o agregado nacional define-se como “uma comunidade política imaginada” (Anderson, 1994: 6) em que os seus membros nunca chegarão a conhecer os demais. Subsiste, no entanto, na mente de cada indivíduo uma imagem da *comunidade* a que pertence, ou na qual participa, que o capacita a criar e imaginar os restantes membros e as fronteiras da mesma, ainda que não existam limites físicos concretos.

Do enfoque teórico de Anderson, importa reter duas ideias essenciais. A primeira, é a de que a *comunidade nacional* é concebida como uma estrutura horizontal da sociedade, em que é possível a indivíduos de diferentes classes sociais e em diferentes posições sociais, ocuparem um mesmo espaço nacional e estarem vinculados por um projecto comum. A segunda, que existem elementos culturais vitais no processo comunitário, como a História, a literatura e os jornais – que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e na representação da *comunidade*. Quanto a este último ponto – que desenvolveremos com maior profundidade adiante<sup>83</sup> – o cientista político refere que, a partir do momento em que um grande número de indivíduos passa a ter acesso aos mesmos textos, consciente de si próprio como uma *comunidade de*

---

<sup>83</sup> Vd. capítulo 4: “A produção cultural como pilar estruturante da *comunidade lusófona*”, pp.162-205.



*leitores*, se torna então possível a formação de imaginações nacionais a partir de referências culturais partilhadas.

Admitimos que este entendimento de *comunidade*, associado à formação das nações, poderá ser útil para os propósitos da indagação que aqui nos move<sup>84</sup>. Como especificaremos mais adiante, o conceito de *comunidade* (neste caso o de *comunidade lusófona*) poderá ser definido como uma construção que implica o agregar de indivíduos ou espaços, organizados num todo – geralmente de maneira consciente e desejada –, que podem partilhar, entre outras coisas, um legado (por exemplo, uma língua ou dada memória), afectos (relação com uma ‘terra’, com um escritor, ou com uma obra artística), um interesse (cultural, político, económico), uma causa (“militância linguística”<sup>85</sup>), uma actividade (como a escrita) e/ou uma vontade comum (como a de se querer criar uma universidade da CPLP<sup>86</sup>); o que não implica, necessariamente, a partilha de um espaço físico/territorial específico, nem a existência de um Estado.

Realçamos a ideia de que uma *comunidade* pode ser construída por indivíduos com interesses comuns, de forma consciente, desejada e planeada; ou pode, por outro lado, ser atribuída a um grupo de indivíduos (remetidos de forma externa para um agregado) sem que estes tenham consciência de pertencerem a dada *comunidade*. Por exemplo, é comum remeter-se todos os escritores dos países de língua portuguesa para uma ‘comunidade lusófona de escritores’, sendo possível que alguns escritores de São Tomé e Príncipe, de Timor, de Portugal ou do Brasil, por exemplo, não tenham a mínima noção de que fazem parte da mesma – não sendo aliás certo que queiram fazer parte dela.

O significado de *comunidade* implica um outro olhar quando passamos da sua enunciação como substantivo abstracto, para o seu uso como substantivo composto concreto (por exemplo: *comunidade escolástica*, *comunidade real*), uma vez que nos

---

<sup>84</sup> Apesar de todas as reservas decorrentes do facto de a construção da *comunidade lusófona* não se guiar pelo referencial nacional.

<sup>85</sup> Expressão utilizada por um escritor moçambicano, entrevistado para este trabalho, querendo significar o seu comprometimento com a difusão, perpetuação e promoção da língua portuguesa – que considera como uma das mais-valias deixadas em Moçambique pelo colonialismo português. Para mais pormenores, consulte-se a p.255.

<sup>86</sup> «O Brasil prepara a criação de uma Universidade para os Países de Língua Portuguesa. Chamada provisoriamente “Universidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – UniCPLP”, a nova instituição deverá ficar em Redenção, cidade dos arredores de Fortaleza, no Estado do Ceará e o objectivo é ter 10 mil alunos quando estiver funcionando em pleno, o que se prevê venha a acontecer já em 2010.» in <http://culturaseafectoslusofonos.blogspot.com/2010/02/brasil-prepara-criacao-de-uma.html>. [10.01.2010].

referimos aqui a colectivos que têm um estatuto legal, uma hierarquia formal, e envolvem valores, normas, crenças e/ou mitos que permitem que os indivíduos se identifiquem como membros do colectivo – ou não. Nesta especificação somos levados a recorrer a um conjunto de atributos que nos revelam um processo de institucionalização.

Antes de avançarmos para esta ideia, regressemos, por ora, ao significado de *lusófona(o)* e à sua relação com a *lusofonia* e/ou com os falantes da língua portuguesa. Sendo os dois vocábulos da mesma família de palavras, carregam na raíz comum, *luso-*, uma forte conotação étnica que os associa directamente a Portugal e aos portugueses. Como lembra o investigador Pedro Graça, «ao conceito de lusofonia parece que tem andado associado, no âmbito de uma parte substancial da elite intelectual, académica e política dos Países Africanos Lusófonos, um sentido pejorativo de neocolonialismo cultural por parte de Portugal [...] porque de algum modo, numa das interpretações possíveis, confere *à priori* a Portugal um *estatuto ascendente* numa situação de relacionamento que se pretende igual. O Brasil, por seu turno, tem utilizado frequentemente no discurso oficial o *conceito de Países de Língua Comum*, naquilo que pode ser entendido como um pressuposto de não reconhecimento de uma “vantagem competitiva” de Portugal no processo de liderança da organização formal da área lusófona.» (Graça, 2008: 8).

O autor relembra ainda que através da componente *luso-* se chega também facilmente ao conceito de lusotropicalismo e consequentemente à sua interpretação ideológica «que se pode fazer conotar com um projecto global de integração cultural da área lusófona, tendo a matriz portuguesa como referência principal; eventualmente, uma ressurgência actualizada do velho projecto da Comunidade Luso-Brasileira.» (*ibidem*).

Numa primeira análise do conceito, constatamos pois que a questão semântica tem constituído um dos grandes entraves, não só à aceitação do termo *lusófono*, mas também, e sobretudo, à sua definição. Conquanto se reconheça que existe um princípio de coesão ao que se convencionou chamar de *lusófono* – a língua portuguesa – o termo não tem sido consensual para definir o conjunto dos seus falantes; nem tão pouco o de *lusofonia* para descrever a sua realidade demográfica e geográfica; nem o de *comunidade lusófona* para invocar o projecto de organização formal dessa mesma realidade.

Num artigo que visa compreender o ‘espaço lusófono’ e as resistências que suscita (acima assinaladas), Pedro Graça, Neuza Bastos e outros investigadores brasileiros defendem que é necessário proceder-se a um distanciamento da carga semântica contida no vocábulo que remete, de imediato, ao antigo poder metropolitano. Como referem «[a] forma luso, do latim *lusu*, reenvia para lusitano, português, relativo a Portugal. Aí parece estar um complicador da questão. De fato, para os povos que foram colonizados não pode ser simples dissociar o passado histórico colonial do sentido que ensinam os dicionários: o termo lusófono aplica-se aos indivíduos que têm em comum a Língua Portuguesa e que partilham elementos culturais e históricos.» (Bastos, 2008: 2630).

Para os autores, as noções de *lusófono* e de *lusofonia* só fazem sentido quando concebidas acima das nacionalidades e para além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra. Adiantam, ainda, que os conceitos em estudo se sedimentam claramente no universo semiótico cultural do vínculo antropológico; ou seja, que se inscrevem e dão conta de um espaço de relacionamentos que «une e miscigena os culturalmente lusófonos» (*idem*: 2631), seja nas ligações Brasil-África, ou noutras entre os países de língua portuguesa.

No entender de Fernando Cristóvão, coordenador do *Dicionário Temático da Lusofonia*, a forma de ultrapassar o suposto estigma que recai sobre os conceitos de *lusofonia* e *lusófono* passaria por assumir que «usar a palavra Luso, em vez de Português, é já uma forma de ultrapassar o nacionalismo e entrar no domínio do mítico e do simbólico.» (Cristóvão, 2005: 652). Para o autor, há um facto indiscutível que só por preconceito se pode ignorar: oito países adoptaram a língua portuguesa como sua língua materna ou oficial, e, por isso, a comunicação e o diálogo na língua comum – que aproxima as pessoas e as instituições – tornam cada vez mais tangível a realidade expressa no conceito *lusófono* (que é, em relação ao seu uso, mais amplo e denso do que o simples conceito linguístico deixa antever).

À parte destas constatações tecidas num âmbito mais geral, consideramos que ao conceito *lusófono* poderão estar associadas, pelo menos, quatro dimensões de análise: o indivíduo, o espaço físico (exemplo: um país ou conjunto de países), o espaço simbólico (como *coisa mental*, por exemplo), e ainda o espaço institucional. Se nos situarmos na primeira dimensão de análise, o indivíduo, poderemos tecer, pelo menos três tipos de leituras. A primeira liga-se com o significado linguístico que acima mencionámos:

*lusófono* é aquele que fala a língua portuguesa. A segunda remete-nos para um processo de aprendizagem em que o indivíduo se reconhece e assume como *lusófono* e depois aprende a sê-lo; e a terceira remete-nos para o indivíduo(s) como agente(s) de construção e desenvolvimento da *comunidade*.

Segundo vários especialistas, conquanto o indivíduo domine a componente linguística, ou seja, fale português, isso não significa que seja *lusófono*. Mário Fernandes, na conferência de abertura do X Congresso das Ciências Desportivas dos Países de Língua Portuguesa, afirmou que «ser *lusófono* não é uma prerrogativa natural dos falantes de língua portuguesa, pois é necessário – e mesmo urgente – aprender a sê-lo.» (Fernandes, 2004: 119). Para o conferencista, ser *lusófono* passa por um processo de aprendizagem e por um modo de viver/conviver. O escritor angolano José Eduardo Agualusa, numa entrevista ao Círculo de Leitores, afina por idêntico diapasão:

«existe uma forma de sentir a vida, de se exprimir que são comuns a todo este espaço geográfico [*lusófono*]. Uma certa forma de ser e estar. (...) Mesmo quando se está longe, sentimo-nos próximos... é diferente estar na Malásia ou no Brasil. No Brasil conseguimos conversar, não apenas pela língua, mas também por uma questão de história, de referências culturais. Existem coisas de que posso falar com um brasileiro, posso rir com um brasileiro, e de que não consigo, por exemplo, rir com um japonês» (Agualusa, s/dt).

Segundo Erving Goffman (1993: 12), a expressividade de um indivíduo e a capacidade que a mesma tem de suscitar impressões permite-nos concluir que uma coisa é aquilo que um indivíduo transmite e outra, bem diferente, aquilo que emite. Pretendemos transpor para a análise do indivíduo – como *lusófono* – esta ideia. Ou seja, parece-nos claro que uma coisa é um indivíduo ser caracterizado como *lusófono* só porque fala português e/ou porque vive num país de língua portuguesa; outra coisa, que pode ser muito diferente, é esse indivíduo considerar-se e comportar-se, ou não, como tal (sendo possível ter nascido num desses países e/ou dominar a língua portuguesa e não se sentir ou considerar *lusófono*).

A título de exemplo, leiamos a opinião antagónica de dois portugueses (ambos nascidos em África) interrogados sobre o que significava, para eles, ser *lusófono*:

«Ser *lusófono* é ter uma identidade cultural, de língua, de defesa de um património construído por vários povos em todos os continentes e reconhecer a riqueza da diversidade musical, pintura, escultura, gastronomia, etc. Sinto muito a pertença a essa comunidade. Portugal no meu coração é *lusófono*, para lhe

encontrar brilho e reconhecer transcendência. Sou resultado de um pensamento aberto e profundo.» (Resposta 821. Sondagem de opinião)

«Nasci num PALOP, fui voluntário num projecto humanitário em Moçambique e tenho contacto com muitos amigos que falam a língua portuguesa, mas para mim ser lusófono, não significa nada. É a resposta mais honesta que posso dar... Não me sinto lusófono, nem parte da comunidade lusófona porque isso não existe.» (Resposta 1. Sondagem de opinião)

No sentido de Goffman, a questão de se aprender a ser *lusófono* só faz sentido se o indivíduo encarar que, para ser algo há que desejá-lo, interiorizá-lo e praticá-lo; ou seja, tem de haver uma identificação com a categorização à qual a pessoa se pretende identificar.

Na medida em que os falantes da língua portuguesa devem ser olhados na e pela sua diversidade, querer atribuir-lhes uma identidade que, por força das circunstâncias sócio-linguísticas, se categoriza como *lusófona*, pode ser entendido como um acto de ‘violentar’ as suas inserções sociais, construídas, reconstruídas, sejam elas protagonizadas em trajectórias individuais ou grupais; alimentando o paradoxo do simultaneamente idêntico e distinto que desenvolveremos adiante.

Em traços gerais, a definição de *lusófono* poderá assumir um sentido amplo e mais simbólico, quando aplicado *grosso modo* a todos os indivíduos que falam português e/ou vivem num espaço ou país de língua portuguesa; ou, um sentido restrito e mais real, quando aplicado apenas aos que se consideram como tal. Como referíamos acima, os indivíduos podem assumir um lado *lusófono*, também por se afirmarem como agente(s) de construção e desenvolvimento da *comunidade*. Adiante trataremos este assunto; mas por ora atente-se às declarações de Mário Moreira de Castro Alves, diplomata brasileiro:

«Tenho projecto de fixar-me em Lisboa a partir de Setembro [de 1999], já reformado do Serviço Público brasileiro, e dedicar o resto da minha vida a prestar colaboração em favor da amizade e da aproximação entre brasileiros e portugueses e também em prol da afirmação e presença da língua portuguesa no mundo» (Alves, 1999: 10)

Ao analisarmos o termo *lusófono* aplicado a um espaço físico, deparamo-nos com uma grande indefinição substantiva e, ao mesmo tempo, terminológica: tanto nos remete para países de língua portuguesa, como para países de língua oficial portuguesa,

para países de expressão portuguesa, países de língua comum ou ainda para países *lusófonos*.

Examinando e confrontado alguns artigos académicos, rubricas de imprensa, discursos políticos, títulos de livros ou de palestras, colóquios ou outro tipo de manifestação científico-cultural, cedo nos apercebemos da falta de consenso quanto à terminologia adequada para invocar ou classificar os países ou espaços físicos onde se fala a língua portuguesa. Francisco Portugal, numa reflexão sobre a forma de denominar as literaturas africanas de língua portuguesa, notara que «a vacilação na denominação é um facto que vai além do simples nominalismo, releva, antes de mais, a existência de uma instabilidade do sistema, assim como problemas de ordem ideológica, cultural e até de história pessoal e académica, do crítico ao estudioso, sem esquecermos que, por vezes, temos profundas lacunas de informação e preguiça intelectual de quem fica pela panorâmica e os lugares trilhados e não se aventura por caminhos que obrigariam, de certeza, a um olhar despreconceituoso e a um trabalho demorado de pesquisa.» (Portugal: 1999: 19).

No ponto seguinte trataremos da dimensão simbólica envolvida na expressão *lusófono* e, no capítulo três, da sua aplicação a realidades institucionais.

## **2.2. Ensaio sobre o significado de *comunidade lusófona***

Nestes últimos anos, nomeadamente desde os anos 90<sup>87</sup>, inúmeros aspectos relacionados com a construção da *comunidade lusófona* têm vindo a ganhar espaço de discussão e afirmação na esfera pública portuguesa. Temas como a *lusofonia*, a língua portuguesa, as ‘literaturas *lusófonas*’, a CPLP, a cooperação, a diplomacia, a estratégia e outros afins têm sido objecto de alguma pesquisa e debate. De uma forma geral, porém, ao nível científico-académico, muito pouco se tem produzido sobre a *comunidade* em si – ou seja, enquanto uma *sociedade* que extravasa o arcaboço institucional que lhe dá um ‘rosto’. Admitimos que esta situação se deva, sobretudo, ao facto de a expressão e a própria *visão* que a sustenta gozarem ainda de alguma falta de credibilidade ao nível académico nacional, pelo que a confusão recorrente com a CPLP tende a manter-se. No entanto, consideramos que, no actual contexto globalizante e globalizado, é

---

<sup>87</sup> Como vimos anteriormente (no capítulo 1), é nesta década que se desenvolvem os termos *lusófono* e *lusofonia*, e se dão passos decisivos para a institucionalização da CPLP.

incontornável reconhecer, não só o seu lado instrumental, mas também o seu lado significativo.

Admitimos que a *comunidade lusófona*, mais do que a agregação de diferentes espaços e países onde a língua portuguesa é falada, poderá ser entendida como um conceito; mais do que uma área geográfica, poderá ser uma realidade humana; mais do que um conjunto de fronteiras físicas, a mistura de limites culturais e psicológicos; mais do que uma entidade territorial, um espaço histórico, cultural, político e económico; e, mais do que um grupo de Estados, uma ideia de *comunidade*.

Neste quadro de pensamento, consideramos que a temática da construção da *comunidade lusófona* possui particular relevância no âmbito do estudo do ‘imaginário’, pelo facto de aliar a uma dimensão territorial, legal e institucional, uma evidente tónica cultural, política e simbólica. A existir enquanto “comunidade imaginada”, mais do que a um conjunto de fronteiras físicas, espera-se que os *lusófonos* se identifiquem, desde logo, com marcadores simbólicos (como a partilha da língua ou os laços históricos), destinados a dar alguma consistência e coerência a um espaço repleto de diferenças. A concepção de Benedict Anderson (1994), que invocámos no ponto 2.1., de acordo com a qual os membros de um colectivo, apesar de não se conhecerem na totalidade, se encontram unidos pela partilha de um sentido de pertença e lealdade voluntária, assim nos permite pensar.

À visão de Anderson, importa contudo acrescentar, como diria Pina Cabral (2002b:10), que qualquer que seja a “comunidade imaginada” (uma qualquer forma de intersubjectividade), esta pode dar lugar a uma “comunidade concebida” (uma qualquer consciência de si mesma, uma identidade) e consequentemente a uma “comunidade de prática”, ou seja, pode tornar-se efectiva.

O cientista social Walter Connor (1996) sublinha esse processo, alegando que a percepção de um colectivo se pode tornar operativa através de ritos, produções culturais e pelo respeito a uma ordem simbólica. Michael Billig (1995) refere igualmente que, para além de uma instância simbólica, infundida e reproduzida através de símbolos e rituais (onde as celebrações assumem um papel preponderante), há uma dimensão “sócio-psicológica” que produz e reproduz o colectivo<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Neste caso, referindo-se à nação.

Como frisámos no início deste trabalho, admitimos que este processo de transição do imaginado ao operativo, se consubstancia através daquilo que designámos de práticas da lusofonia. Ou seja, sustentamos que vários factores concorrem para a construção de uma *comunidade lusófona*, que não se esgotam na actuação das instituições, nem são independentes das práticas dos agentes individuais. Quer a nível da vontade política entre as instituições de topo dos países e espaços de língua portuguesa, quer a nível da prática cultural de base, a multiplicação de situações em que o termo *lusófono* surge para definir o desejo de convergência e de traçar metas de acção (nos mais variados campos) é uma realidade que tem vindo, nestas últimas décadas, a ganhar relevância. Sustentamos que é através desta ‘*lusofonia* no quotidiano’ que se tem vindo a corporizar a tal “comunidade de prática”.

Este é um argumento a que alguns políticos, comprometidos com o avanço da *comunidade*, recorrem com frequência. Synésio Filho, embaixador brasileiro, sustenta que entre o Brasil e Portugal há «laços que ultrapassam a esfera dos Governos. Existem muitas relações que não passam pelos canais oficiais: empresas, igrejas, visitas privadas, cidades que se irmanam, brasileiros de origem portuguesa que vêm para Portugal e vice-versa.» (Filho, 2000:66). Entendemos que esta constatação tem aplicação aos restantes espaços e países de língua portuguesa.

Nesta perspectiva, considerámos que o modelo analítico construtivista proposto por Gerard Delanty e Chris Rumford (2005), cientistas sociais e políticos, num estudo sobre a identidade europeia, seria uma mais-valia para este empreendimento. Os autores argumentam que essa concepção construtivista «gives a particular weight to the diverse ways in which the social is constructed under conditions that are not fixed or reducible to institutional structures.» (Delanty e Rumford, *idem*: 2). Ao contrário da perspectiva neo-funcionalista, admitimos que este caminho teórico não nos conduz à compreensão da *comunidade lusófona*, simplesmente, por referência aos governos nacionais que operam dentro de uma ordem internacional funcional; mas leva-nos a desbravar múltiplas formas através das quais a realidade social é continuamente (re)criada.

Reflectindo sobre se existirá, ou não, uma identidade colectiva europeia, os autores identificam quatro princípios orientadores que nos podem, igualmente, ser úteis neste ensaio sobre a *comunidade lusófona*. Segundo eles, para se compreender a formação identitária de um colectivo devem considerar-se pelo menos quatro dimensões de análise: 1) o processo de construção do seu carácter social; 2) a sua dimensão



narrativa; 3) a sua existência num contexto relacional entre o ‘eu’ e o ‘outro’; e 4) a sua natureza múltipla.

### **2.2.1. A construção do carácter social da *comunidade lusófona***

Qualquer que seja o indivíduo, a entidade ou uma qualquer organização em formação, quando nasce não tem um carácter social articulado e completo. É necessário que, em interacção e num permanente reconhecimento do ‘outro’, intervenham processos de consciencialização, essencialização e construção. Assim se passa com a *comunidade lusófona* – que, no nosso entender, surge intrinsecamente ligada à acção social e é algo processual.

Em termos sociais, admitimos que a mesma se tem vindo a fundar necessariamente sobre eixos distintos e aparentemente paradoxais como a diversidade (étnica, cultural, religiosa, nacional...) dos membros que a integram; o passado histórico necessariamente reflectindo experiências assimétricas resultantes da existência de um centro e de periferias imperiais; e a sua natureza multinível, envolvendo actores diversos, bem como processos e iniciativas *top-down* e *bottom-up*. Sendo, assim, a sua existência o resultado de um contínuo jogo entre o ‘semelhante’ e o ‘diferente’, o ‘singular’ e o ‘plural’ ou entre ‘fluxos’ e ‘contingências’ de indivíduos, bens, valores, recursos e/ou capitais.

Diríamos portanto que, na formação do carácter social da *comunidade lusófona*, quase todos os elementos que compõem a sua história, a sua memória e a sua experiência comum revelam tanto uma capacidade de consolidação, como de desmoronamento. Por exemplo, quando a língua portuguesa (a que Lourenço [1999] designa de “chama plural”) é referida como a base linguístico-cultural de todos os *lusófonos*, logo vêm à memória as tensões e disconcordâncias quanto ao uso de uma norma comum e ao estabelecimento de um acordo ortográfico. Se o passado da *comunidade* está ensombrado por memórias contraditórias e por vezes impeditivas de avanços, como poderemos encontrar a sua consistência?

Emile Durkheim (1989 [1895]), procurando responder à magna questão sociológica da formação de colectivos, teorizou o fenómeno a que viria a designar de “consciência colectiva” como forma de ultrapassar os aparentes paradoxos que giram em torno de uma *comunidade*. Em traços muito gerais, o que o pensador francês

argumenta é que formar um colectivo significa conceder e renunciar a vontades particulares em nome de um convívio. Assim, todo o grupo existiria segundo o desenvolvimento de regras comuns a partir das quais a vida social seria possível. Do mesmo modo que existiria uma consciência individual, existiria também outra, a colectiva, constituída pelos valores comuns que em média seriam defendidos pelos seus membros. Sendo o colectivo mais do que a soma das partes que o constituem, tanto os indivíduos, como as instituições ou os próprios Estados, como ‘agentes sociais’ que se empenham na construção e/ou consolidação da *comunidade*, poderão ter um papel decisivo nesses processos. Neste sentido, poderíamos argumentar que a construção do carácter social da *comunidade lusófona* tem passado, em nome da sua própria sobrevivência, pela ‘insistência’ em reunir uma espécie de consenso que visa ir além das divergências, sejam elas históricas, políticas ou culturais, exaltando atributos (como a língua ou as ‘afinidades’ históricas) através dos quais os indivíduos/espacos/países coalescem. Corre-se o risco, há que admiti-lo, de que a reificação da vontade colectiva faça submergir o significado de vontades individuais.

No fundo, diríamos que a ‘invenção’ do todo (necessária para neutralizar os riscos de desagregação) passa pela transposição de contributos atomísticos (dos indivíduos, organizações, instituições, e do Estado) para o ‘corpo’ da *comunidade*. Não sendo de todo um processo trivial (sobre o qual não temos ainda material empírico suficiente para tecer uma conclusão), parece-nos, no entanto, que uma possível transposição se dá quando os ‘átomos’, pela sua actuação, experiência e saber acumulado acrescentam algo ao ‘corpo’, compondo-o, alterando-o, renovando-o<sup>89</sup>.

Vimos atrás que, existe em qualquer colectivo, um sentimento vinculante e uma vontade real entre aqueles que se unem, gerando assim um entendimento capaz de os manter unidos (Bauman, 2003); ora, admitimos que na vivência desse sentimento e nas acções que resultam dessa vontade, os ‘átomos’ elegem elementos (simbólicos e materiais) através dos quais possam criar a “alma” (Léonard, 1999) que garanta a estrutura ao corpo. Carlos Fino, conselheiro de imprensa da Embaixada de Portugal no Brasil, frisou recentemente que, “nada se firma só com o corpo, é preciso um espírito” e esse espírito compõem-se através dos contributos dos seus membros. Ou seja, para que

---

<sup>89</sup> Por exemplo, os “Jogos da Lusofonia” começaram por ser uma actividade ‘atomística’ da Associação dos Comitês Olímpicos dos Países de Língua Oficial Portuguesa (ACOLOP), e hoje são um símbolo da *comunidade lusófona*; assim como a celebração do “Dia de África” começou por ser uma iniciativa de Associações de Imigrantes ou de Estudantes Universitários (da Lusófona, da Católica, do ISCSP) e hoje está integrado na Semana Cultural da CPLP.

a “alma” da *comunidade lusófona* se consolide há que contar com a acção e o empenho de todos os que a compõem – que, devem buscar conhecer-se mutuamente, e cada vez melhor<sup>90</sup>.

Na visão de Delanty e Rumford (2005: 52), para que exista uma colectividade e se construa um carácter social identitário da mesma, é necessária a existência de agentes sociais que criem e perpetuem a ideia de união – que, não sendo necessariamente os mesmos, são aqueles que, pela sua acção, primordialmente, direccionada para a planificação e a concretização de um projecto comum, conseguem mover o colectivo e conferir-lhe sentido de existência. A reflexão de M. Margarida Marques (2009), sobre “a produção cultural de África em Lisboa”, permite-nos compreender um pouco melhor esta ideia. De acordo com a autora, existem dois tipos de agentes que concorrem para a construção de um colectivo africano na capital portuguesa: ‘os criadores’ da ideia e os ‘perpetuadores’. Os primeiros, são os jovens descendentes de imigrantes, mormente os de origem pós-colonial que, sendo «[m]ais escolarizados que os progenitores, socializados em contexto europeu, e frequentemente confrontados com o estigma da alteridade, encontram na procura e/ou na (re)invenção das raízes o elemento unificador de um colectivo fragmentado e o reconhecimento da sociedade envolvente.» (Marques, 2009: 617). Os segundos, são agentes que, tanto do ponto de vista cultural, como politicamente, se sentem «à vontade para relativizarem as formas de expressão estética massificadas, [e, por isso,] experimentarem novas formas expressivas e questionarem as assimetrias de poder inscritas em cocepções herdadas de cultura.» (*ibidem*: 617-618). O processo de perpetuação é coadjuvado pelos mass media, os profissionais das artes performativas e por alguns mediadores entre diferentes esferas sócio-culturais.

Do nosso ponto de vista, o posicionamento tanto dos criadores, como dos perpetuadores na construção do colectivo permite, não só que contribuam para a formação do carácter social da *comunidade*, mas também para uma contextualização e clarificação de papéis no relacionamento entre o ‘eu’ e os ‘outros’, como veremos adiante.

---

<sup>90</sup> No âmbito da Conferência Internacional sobre o “Futuro da Língua Portuguesa”, realizada em Itamaraty, a 31.Março.2010. Vd. [www.mundolusiada.com.br/CPLP/cplp531\\_abr10.htm](http://www.mundolusiada.com.br/CPLP/cplp531_abr10.htm). [05.05. 2010].

### 2.2.2. A dimensão narrativa da *comunidade lusófona*

Relativamente a esta dimensão, verificamos que o primeiro e mais óbvio entrave à adopção de uma definição consensual reside na pluralidade de pontos de vista da parte dos elementos que compõem a suposta *comunidade lusófona*. Por exemplo, o linguista brasileiro Sílvio Elia (1989) propõe uma narrativa bastante abrangente sobre esta *comunidade*, alegando que farão parte da mesma todos os países da “Lusitânia”: a “Antiga” (Portugal), a “Nova” (Brasil), a “Novíssima” (PALOP e Timor-Leste), a “Perdida” (Goa, Macau e antigas possessões portuguesas em África e na Ásia) e a “Dispersa” (comunidades migrantes espalhadas pelo mundo).

Envolvendo uma superfície que, em termos especulativos, será superior a 10 milhões de km<sup>2</sup> e 240 milhões de habitantes<sup>91</sup>, a *comunidade* supõe um colectivo muito heterogéneo. No entanto, o facto de existir uma língua partilhada e uma ligação histórica longa, aliados à oficialização de organismos intergovernamentais (como a CPLP, o IILP ou a UCCLA), à invenção de marcadores simbólicos (como o “Dia da CPLP”, os “Jogos da Lusofonia” ou o “hino da Lusofonia”), tem sido possível que a ideia de *comunidade lusófona* se reflecta numa esfera alargada de práticas e agentes individuais, mas envolvendo igualmente as instituições e os Estados.

Como frisámos anteriormente, uma das hipóteses sustentada nesta dissertação é a de que a *comunidade lusófona* pré-existe em relação a esses mesmos organismos intergovernamentais, que lhe dão, mais do que um rosto visível e institucionalizado, uma plataforma de legitimação institucional. O trabalho de Anthony Smith (1997) sobre a construção da nação dá-nos pistas interessantes para analisarmos esta questão. Smith argumenta que existe uma espécie de arcaboço, sobretudo afectivo, que insta à criação de uma nação: uma ideia de povo sustentada numa temporalidade muito longa. Veremos no capítulo seguinte que a sua idealização não terá surgido *ex-nihilo* na história, respondendo directamente às aspirações de diversos homens, em diferentes contextos. Luís Ferreira Lopes e Octávio dos Santos (2006), ambos cientistas sociais e jornalistas, que acompanham o evoluir das relações entre o antigo centro e as ex-periferias, argumentam que a ideia de tal *comunidade* nasce do sonho de pensadores como

---

<sup>91</sup> Se somarmos os territórios e populações dos PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), do Brasil, Portugal e Timor-Leste obtemos 10.711.694 Km<sup>2</sup> de superfície física e 239.349 milhões de habitantes (AAVV, 2006: 1-3). Como contamos ainda com outros espaços e populações que pretendem integrar e/ou integram a *comunidade lusófona* (ex: Macau, Galiza; diásporas; emigrantes lusófonos espalhados pelo mundo), falamos em números superiores aos apontados – embora não nos seja possível avançar com uma contabilidade precisa.

Agostinho da Silva ou Gilberto Freyre e seus herdeiros culturais, para amadurecer no pensamento de homens como António de Spínola (autor de *Portugal e o Futuro*, de 1974) ou Joaquim Barradas de Carvalho (autor de *Rumo de Portugal*, também de 1974); para ganhar fôlego nos discursos de Mário Soares ou Jaime Gama – que, estando no poder, priorizaram o reforço das relações de cooperação com os PALOP e com o Brasil e alimentaram a ideia de congregação comunitária entre os ‘sete’; para ser alvo do “pragmatismo” de Cavaco Silva e de Durão Barroso – que lhe terão imprimido um “evidente impulso”, e do esforço de Aparecido de Oliveira – que se terá empenhado afincadamente na congregação dos Chefes de Estado e de Governo dos ‘sete’ para chegarem até à constituição da CPLP.

Seguindo o raciocínio de Smith (1997), argumentamos que antes de existir esta comunidade formal (CPLP), pré-existiam micro-comunidades de ordem cultural, social e política, que pressionaram de ‘baixo para cima’ a formalização institucional. Consideramos que, neste percurso, tanto as narrativas elaboradas pelas elites intelectuais e como o surgimento de diversas iniciativas, *top-down*<sup>92</sup> e *bottom-up*, têm vindo a alimentar um sentimento e uma consciência de pertença a uma *comunidade*, cuja possibilidade de existência se poderia ter diluído por altura das independências africanas<sup>93</sup>.

O processo de ‘invenção’ da *comunidade* tem vindo a realizar-se a partir de exclusões e inclusões – normativas, desde logo (as restrições à circulação e a criação do estatuto do cidadão lusófono, por exemplo), mas também culturais e simbólicas (a institucionalização do português como língua oficial, e a tentativa de uniformização de uma norma comum, por exemplo). Entendemos, pois, que da diversidade de experiências históricas envolvidas, não pode resultar uma versão narrativa unidireccional e coerente sobre o processo de construção da *comunidade lusófona*; mas sim uma pluralidade de narrativas que, como referem Delanty e Rumford (2005), são a base da memória (e dos esquecimentos) que expressam aspectos performativos e públicos da sua identidade como colectivo.

---

<sup>92</sup> Vd. **Quadro 2**: Síntese de alguns acontecimentos de relevância ocorridos até à formalização da CPLP. p. 159.

<sup>93</sup> Vd. ponto 3.2., do capítulo 3: “Contextualização histórica: a marca-de-água dos conflitos ideológicos e das necessidades político-económicas”, pp.141-150.

A este propósito, Domingos Simões Pereira (Secretário Executivo da CPLP), frisa que o passado histórico de uns não é necessariamente contado a partir da mesma perspectiva que o dos restantes. Na conferência inaugural do já mencionado “III Congresso Internacional da África Lusófona” (vd. p.1), mencionava, avisadamente, que muitos dos defensores do projecto lusófono “querem reivindicar uma identidade que não conhecem”. Sobre as narrativas que lhe foram sendo contadas, comenta:

«Quando estudei a História de Portugal foi para negar a minha História [guineense]; quando estudei a História da Libertação foi para negar a História de Portugal, e pedem-me que fale daquilo que historicamente nos une! Há ainda um longo caminho a percorrer.» (Pereira, 2009).

O facto de a dimensão narrativa (registando diferentes discursos) poder gerar alguma tensão, ou conflito, é, segundo Delanty (2006: 90), um dado revelador. Do seu ponto de vista, essa possibilidade sugere que um colectivo, como parte integrante da realidade social, pode constituir um tipo de realidade emergente que se baseia em repertórios de avaliação, modos de comunicação, conflitos e resistências políticas, imaginários e modelos culturais, reveladores de uma *comunidade* aberta à renovação e à actualização dos seus conteúdos fundadores.

A literatura crítica que explora a problemática do colectivo que se quer *lusófono* tende a enfatizar que a pretensa *comunidade* se construiu discursiva e institucionalmente mais sobre as diferenças do que sobre as semelhanças (Margarido, 2000)<sup>94</sup> numa tentativa de resgate de um passado agora reiventado à luz do ‘encontro de culturas’ (Lourenço, 1999) – argumento que nos induz à análise da *comunidade lusófona* sob o prisma do terceiro eixo: o contexto relacional entre o antigo centro – o ‘eu’<sup>95</sup> – e as ex-periferias – o(s) ‘outro(s)’.

### **2.2.3. A existência da *comunidade lusófona* num contexto relacional entre o ‘eu’ e o(s) ‘outro(s)’**

Não parecem existir quaisquer dúvidas históricas de que a *comunidade lusófona* pode ser percepcionada como ‘sobrevivente’ de séculos de colonialismo, e de relações assimétricas entre o antigo centro (colonizador) e as ex-periferias (colonizadas), que

---

<sup>94</sup> Tal como notara Philip Schlesinger, estudando o caso europeu, construir uma estrutura comunitária «torna-se especialmente problemático pelo facto de [esta] ter de emergir da longa história de identidades colectivas altamente conflituosas ao nível dos inúmeros Estados-nação» (Schlesinger, 1997: 68).

<sup>95</sup> Que também pode expressar-se através do “nós” – os portugueses.

deixaram lastros de mágoa e revolta e imprimiram marcas indeléveis nos pretensos e subsequentes projectos de unificação. No entanto, os últimos tempos, férteis em actos comemorativos (de carácter político, cultural e/ou simbólico), que ocorrem cada vez com mais intensidade, parecem tender a converter as tensões entre um ‘eu’ e os ‘outros’, entre um ‘colonizador’ e os ‘colonizados’, em memórias que possam ser comumente aceites. Para tal, concorrem aquilo que Delanty (2006: 92) apelida de “novas formas de comemoração pós-nacional baseadas no perdão e no reconhecimento das vítimas”.

Em Abril de 2000, o Brasil comemorou o V centenário da chegada de Pedro Álvares Cabral ao país. Os *mass media* encarregaram-se de trazer a lume a polémica envolvida em tais comemorações. Segundo o que apurámos, este foi um caso evidente de como diferentes discursos narrativos, que pretendem dar conta da relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’ que historicamente se intersectaram, podem causar tensões, e, ao mesmo tempo, seguir o rumo apontando por Delanty: convergir para a celebração de memórias aceites por uns e outros. Merece, pois, uma atenção narrativa e analítica especial.

#### **2.2.3.1. Leituras da História comum: as comemorações do V centenário da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil**

Um mês antes das comemorações, Synésio Filho, então Embaixador do Brasil em Portugal, enfatizava essa convergência, evidenciando o empenho e a dedicação de vários segmentos das duas sociedades:

«No Brasil, multiplicam-se as iniciativas para assinalar a data. Partem não só dos governos, mas das comunidades, das empresas, das universidades, das escolas, dos meios de comunicação... Aqui em Portugal, onde a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses está vivendo o ano de Cabral, existe uma programação muito rica e diversificada, que, estou certo, sensibilizará não só o público académico ou escolar, mas todos os portugueses.» (Filho, 2000: 66).

Para além do mais, o embaixador brasileiro pretendia igualmente mostrar que seria possível, a dois países que outrora viveram num contexto de relações imperiais, ultrapassar as divergências e descobrir, nesse percurso, novas oportunidades:

«Creio ser o ano de 2000 uma oportunidade ímpar para os dois povos se redescobrirem mutuamente. Verem-se um ao outro como são hoje, dois países adultos, modernos, diversificados, diferentes das respectivas imagens tradicionais.» (*idem, ibidem*).

Ainda na qualidade de Primeiro-Ministro, Aníbal Cavaco Silva, havia demonstrado a vontade e a disponibilidade portuguesas em “assumir as responsabilidades históricas” acumuladas em 500 anos de convivência, pretendendo «acentuar [com as comemorações e] perante o mundo o nosso contributo para o conhecimento mútuo entre povos e culturas diferentes.» (Silva, 1987: 60).

No entanto, a cobertura jornalística, portuguesa e brasileira, relativa às Comemorações no Brasil, exibia diversas manchetes que denunciavam essa ‘narrativa’ de suposta contribuição e singularidade portuguesas. No *Diário de Notícias* lia-se: «Índios ameaçam Cabral. Chefe da tribo dos Caribi Xocó afirma que, se o navegador desembarcasse de novo, o faria mudar os planos de colonização» (22/04/2000: 4); no *Folha de São Paulo*, o colunista Rui Nogueira destacava aquilo que considerava serem «500 anos de invasão e extermínio» (29/04/2000: 9).

A tónica nos discursos apresentados em diferentes meios de comunicação parecia enfatizar uma visível discordância na comemoração dos 500 anos. A pergunta que o *Diário de Notícias* exibia na folha de rosto: «Vamos comemorar o quê?» (22/04/2000: 1) era disso exemplo. No entanto, alguns políticos e *opinion makers* preocupavam-se em demonstrar o inverso. Por exemplo, Carlos Magno, colunista do *DN*, retorquiu afirmando:

«Estamos a comemorar o melhor produto ‘made in Portugal’. Ninguém tenha dúvidas. O Brasil é o maior feito dos Portugueses.» (Magno, 23/04/2000: 3).

Não alheado às divergências e tensões, bem como aos prenúncios de se ver malograr as comemorações, Jorge Sampaio (então Presidente da República), redigia todos os dias o seu parecer para um “Diário de Viagem” publicado pelo *Público*. Advertidamente, Sampaio argumentava:

«Nós somos responsáveis pelo nosso tempo. O passado herdámo-lo. Devemos entendê-lo para transformar o presente, não rejeitá-lo com tardias culpabilizações.» (Sampaio, 21/04/2000: 3).

«Parto hoje do Brasil consciente de que os dois países realizaram nestes dias um grande feito. Não tão aparatoso, como o de há 500 anos. Mas talvez, igualmente decisivo para os nossos dois povos. Há um claro acto de vontade política em manter este diálogo que entre nós não necessita de intérprete.» (Sampaio, 25/04/2000: 3).

Recorrendo à gíria de Anthony Smith diríamos que os ‘marcadores culturais’ convocados nestas alturas de tensão representam imaginariamente os aspectos mais



poderosos e duradouros para garantir a pretensa *comunidade* – são eles que «encarnam os seus conceitos básicos, tornando-os visíveis e distintos para todos os membros, transmitindo os princípios de uma ideologia abstracta em termos palpáveis e concretos.» (Smith, 1997: 101-102).

Um olhar crítico, a partir do antigo centro, poder-nos-á levar a equacionar que, «em homenagem às grandes figuras da epopeia portuguesa [como aconteceu neste caso com os 500 anos de chegada ao Brasil] e aos excelsos cultores e porta-vozes do nosso idioma, realizam-se várias celebrações. Estarão elas com os olhos postos no futuro da *comunidade lusófona*, ou alicerçadas para salientar o glorioso passado de Portugal? Será que ao invés de promoverem a união entre os espaços e países de língua portuguesa, enfatizam a separação, ao evidenciar: “fomos nós”?» (Maciel, 2003: 72). Na opinião de Lopes e Santos, o «principal erro das Comemorações tem sido o de, unicamente, lembrar o passado, e, pior ainda fê-lo de forma enfadonha, sem criatividade e nada apelativa. Lembrar o passado é importante, mas não chega: para comemorar verdadeiramente [...] é fundamental comemorar o presente... e preparar o futuro. Como? Celebrando a lusofonia, através do estabelecimento de relações especiais.» (Lopes e Santos, 2006: 62)

De acordo com Stuart Hall (1990), no estudo das questões ligadas à construção de identidades colectivas, há que reconhecer que, assim como há muitos pontos de semelhança, há igualmente pontos críticos de profunda e significativa diferença. Dessa constatação é possível aos membros de uma *comunidade* identificarem aquilo que realmente são, ou (uma vez que a história foi intervindo ao longo do tempo) aquilo em que se tornaram (Hall, *idem*: 225).

Nessa perspectiva, que enfatiza tanto o *ser* como o *tornar-se*, as ‘identidades culturais’ que enformam uma *comunidade* são tidas como produtos históricos que vão sofrendo transformações constantes, numa ligação permanente entre o passado, o presente e o futuro. «Far from being eternally fixed in some essentialised past, they are subject to the continuous ‘play’ of history, culture and power.» (*ibidem*). Entendemos que é muito nesta linha que os actuais defensores da *lusofonia* e da *comunidade lusófona* se situam. Longe de negarem o passado histórico, por vezes abrupto e repleto de desigualdades sociais, tentam, no entanto, ultrapassá-lo em virtude das mudanças históricas ocorridas após, sobretudo, as independências africanas.

Os críticos, no entanto, parecem envidar esforços no sentido de relacionarem a construção da *comunidade lusófona* com um processo de metamorfose social, cultural e política que enfatize que as transformações históricas ocorridas estarão revestidas de uma nova espécie de imperialismo e que, por isso, essa pretensa *comunidade* continua a basear-se em afinidades e códigos culturais que, ou não existem, ou estão enfraquecidos, mercê do desgaste de quinhentos anos de história paralela – mas não necessariamente comum.

#### **2.2.4. A natureza múltipla da *comunidade lusófona***

O facto de a *comunidade lusófona* passar por um processo de construção de uma matriz comum, em articulação com uma multiplicidade de potenciais relações a nível nacional, regional e local, conduz-nos à quarta dimensão apontada por Delanty e Rumford: a *comunidade* terá de se tornar exequível sobre o pano de fundo de múltiplos níveis de pertença. Na opinião dos autores, a identidade de uma colectividade «rarely exists in a zero-sum relation; the [identities] can be overlapping (as in hyphenated identities), nested, cross-cutting, mixed (or hybrid), or co-existing. Ethnic, regional, political and national identities relate to each other in different ways.» (Delanty e Rumford, 2005: 51).

Não obstante, Anthony Smith, alega que a «identidade nacional é, hoje em dia, a principal forma de identificação colectiva. [...] A atracção exercida pela nação e pelo nacionalismo é global [...]. Louvada ou insultada, a nação mostra poucos sinais de ser transcendida» (Smith, 1997: 207). Na opinião do especialista, «é a própria configuração política dos Estados em sistemas regionais mais alargados que ajuda a entrincheirar o poder da nação e a aumentar a chama do nacionalismo por todo o lado. Não é, por conseguinte, em quaisquer alinhamentos ou blocos 'supranacionais' de 'Estados-nação' que devemos procurar a causa da anulação das nações ou do nacionalismo; esses agrupamentos inter-estaduais, quer sejam Coligações, Comunidades, ou Organizações, só ajudam a perpetuar, se não mesmo a inflamar, o poder das identidades nacionais e das aspirações nacionalistas.» (*ibidem*: 206-207).

Nesta linha, uma corrente teórica forte dos estudos étnicos considera que no mundo actual a identidade nacional se sobrepõe a todas as outras identificações. Poderá este ser um argumento político-ideológico de bloqueio relativamente ao projecto de uma

*comunidade lusófona*? Em termos de reflexão académica, sabe-se que as identidades são plurais e que as pertenças são pluri-dimensionais. Será então possível conceber a coexistência de uma colectividade lusófona em articulação com os Estados-nação?

Admitimos que sim, e que vários actores, diferencialmente posicionados nas estruturas de poder, têm aqui papel importante. Entendemos que a CPLP, como o organismo intergovernamental de charneira na *comunidade lusófona*, desempenha um papel preponderante neste domínio. Sem colocar em causa o Estado-nação enquanto forma política dominante, aquilo que a CPLP pretende é viabilizar a construção da *comunidade* num ambiente de convívio entre pares - os indivíduos, as instituições e os próprios Estados.

Os estatutos da CPLP<sup>96</sup>, como de resto do IILP<sup>97</sup> e de outros organismos ligados à *comunidade lusófona*, sustentam que a motivação que deverá impelir os cidadãos de vários cantos do mundo à união deverá ter como núcleo central o desejo de viver um futuro comum, concertado e proveitoso a todos, afastando definitivamente o espectro colonial do passado e defendendo a construção salutar da *comunidade*, no respeito de cada identidade nacional. No fundo, aquilo que esse organismo propõe é que a pertença a uma Nação (numa relação de lealdade, por exemplo) e a pertença a um Estado, porventura descoincidente (numa relação pragmática), não são duas situações incompatíveis; antes, complementares e salutareis para a própria sobrevivência da *comunidade lusófona*.

O próprio Anthony Smith sublinha que qualquer que seja a comunidade *pan-nacional*<sup>98</sup> que se possa criar, capaz de forjar memórias, valores, símbolos e mitos comuns a partir de uma herança partilhada, embora abarque as nações individuais, jamais as poderá abolir (Smith, *idem*: 213). Não encarando as identidades como um “jogo de soma nula”, Smith acrescenta ainda que as identidades nacionais podem acomodar-se com outros tipos de identidade, através daquilo que designa de “círculos concêntricos de lealdade e de pertença” (Smith, *idem*: 214). Nesta lógica, os indivíduos

---

<sup>96</sup> Disponíveis em [www.cplp.org/Estatutos.aspx?ID=49](http://www.cplp.org/Estatutos.aspx?ID=49).

<sup>97</sup> Disponíveis em [www.iilp-lp.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=20&Itemid=46](http://www.iilp-lp.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=46)

<sup>98</sup> O termo *pan-nacional* assume aqui a conotação de Smith que o traduz como um elemento capaz de nos transportar para além da nação – processo que ocorre, naturalmente, pelas circunstâncias do mundo actual onde existem identidades e laços múltiplos (Smith, 1997: 212-214).

podem sentir-se parte de múltiplas pertencas: ser português e *lusófono*; ser luandense, angolano e *lusófono*; ser carioca, latino-americano e *lusófono*<sup>99</sup>.

Nesta acepção, o sucesso de uma *comunidade lusófona* residirá, pois, no reconhecimento da sua natureza múltipla, não só em termos das nações que reúne, mas também em termos da diversidade (social, cultural, religiosa) que lhe está implícita.

Essa ideia de múltipla pertença é aliás tema recorrente na academia, estando presente em vários trabalhos de cientistas sociais, como Zygmunt Bauman (2001, 2005), que aborda a questão trazendo para o debate o conceito de “identidades líquidas” – resultantes do carácter fluido e volátil da contemporaneidade – que explica a capacidade humana de multiplicar-se continuamente de acordo com as situações e as relações, mais ou menos transitórias e/ou fugazes, que se estabelecem. Na mesma linha de pensamento, Walter van Gerven (2005) frisa que sentimentos de pertença a uma comunidade transnacional, nacional ou regional não se auto-excluem mutuamente. Para este autor a identidade partilhada é uma realidade que ganha cada vez mais relevância com a emergência dos movimentos migratórios que proporcionam o cruzamento e a permanência, em territórios nacionais, de indivíduos que não possuem a respectiva nacionalidade:

«[T]here is nothing contradictory about being Scottish, British, and European, or feeling Flemish, Belgian, and European, or, transcending civilizations, feeling Muslim and European, just as there is nothing contradictory in feeling Californian and American, or Hispano-American and American.» (Gerven, 2005: 50-51).

Retomaremos este assunto mais tarde, mas, por ora, acrescentamos que, em virtude dos resultados da globalização, do cosmopolitismo, do multi ou interculturalismo, da “sociedade civil global” e de outros fenómenos concorrentes – que Castles (2002) subsume na designação genérica de “transformação social” –, as sociedades parecem tornar-se cada vez mais permeáveis ao pluralismo e à ‘interpenetração’, e cada vez menos ancoradas numa única referência cultural, estando menos aprisionadas à concepção territorial de Estado-Nação. «The result of these major shifts in culture and politics is that national identities are changing; they are becoming more decentred, liquid and reflexive in their awareness of their limits, and through societal cross-fertilization more and more mixed.» (Delanty e Rumford, 2005: 53).

---

<sup>99</sup> Ainda assim, Smith alega que, a nível colectivo, a lealdade para com a nação se sobrepõe a todos as outras formas de identificação e que assim será num futuro previsível (Smith, 1997: 212-214).

De acordo com Stuart Hall (1990), estudar as questões da identidade colectiva tem de ser um processo contextualizado à luz daquilo que são hoje as sociedades pós-modernas – sociedades de mudança constante, rápida e permanente (Cf. Giddens, 1992) que desafiam as “velhas identidades” – que por longo tempo estabilizaram o mundo social. A articulação das identidades com as “novas práticas culturais” abre, segundo o autor, a possibilidade para a “criação de novas identidades” e para a “produção de novos sujeitos”.

Mas, como adverte o sociólogo Alain Dieckhoff, se por um lado os processos de globalização evidenciam as semelhanças, por outro, porém, “aguçam as diferenças”. Na opinião do autor, «se é certo que a multiplicação das interacções arrasta consigo uma crescente semelhança – e portanto, neste sentido, uma assimilação nacional [...] ou até mesmo supranacional [...] –, ela não contraria de forma alguma as tendências paralelas para a diferenciação. Pensar o contrário equivale a confundir proximidade sócio-cultural e convergência identitária. Ora, a adopção de hábitos, de comportamentos, e de valores semelhantes não é suficiente para fazer emergir uma identidade comum.» (Dieckhoff, 2001: 27).

O caminho analítico que Hall (*idem*) propõe no estudo das “identidades culturais”, sob o prisma de “uma cultura partilhada”, conduz à ideia de que as identidades que enformam uma *comunidade* (vista como um “povo”) reflectem necessariamente experiências históricas em comum e códigos culturais partilhados que lhe fornecem quadros de referência e sentido estáveis, contínuos e imutáveis apesar das divisões e das vicissitudes da sua história real. Tal “unidade” esvaneceria, segundo Hall, todas as diferenças superficiais.

Resta saber se, desse ponto de vista, as *comunidades* que se erguem procurando e alimentando esse tipo de identidade se baseiam essencialmente na redescoberta ou também na ‘produção de identidade’.

Como frisámos anteriormente, essa concepção de identidade cultural que visa enformar *comunidades*, do género da *comunidade* que estudamos nesta dissertação, tem sido amplamente criticada na literatura pós-colonial. Segundo Franz Fanon, esta visão de *comunidade* bem próxima das práticas colonialistas, é estruturada «[b]y a kind of perverted logic, it turns to the past of oppressed people, and distorts, disfigures and destroys it.» (Fanon, 1963: 170).

Por estas razões, vemos surgir iniciativas, às várias escalas de acção, visando encontrar novos campos de discurso e de entendimento para a *comunidade lusófona*, que se estendam para além das afinidades linguísticas e históricas entre espaços que se interpenetram, capazes de conferir, igualmente, alguma coerência e sedimentação à mesma.

#### **2.2.4.1. Manifestações multifacetadas ao nível da sociedade civil**

Essa ‘descoberta’ de novos campos de discurso e entendimento passa, por exemplo, por iniciativas *bottom-up* de construção da *comunidade lusófona*, que nascem em diversos segmentos da sociedade civil e que levam a um intercâmbio entre o ‘eu’ e o ‘outro’, a uma valorização da diferença, e, por essa via, ao fortalecimento de laços<sup>100</sup>.

Entre as inúmeras oportunidades para o estreitamento de relações no ‘espaço lusófono’, fora do âmbito da CPLP, citem-se, a eito e de forma não sistemática, relacionamentos entre uma miríade de organizações culturais, sociais, religiosas, universitárias, desportivas e outras da sociedade civil que preexistem e coexistem com a *comunidade*. Admitimos que o conhecimento mútuo e as relações que daí resultam constituem substrato para a sua existência e, neste sentido, são importantes nesta análise e para perspectivas futuras quanto à manutenção do colectivo.

Como seria de todo impossível elencar de forma exaustiva neste trabalho essas inúmeras oportunidades, citamos a título de exemplo, quatro iniciativas que acompanhámos de perto nestes últimos anos e que nos parecem pertinentes (não só pela sua diversidade, mas também pelos agentes envolvidos, os públicos-alvo e pelos objectivos e acções desenvolvidas):

- *CEL – Comunidade do Escotismo/Escutismo lusófono* (plataforma informal, criada em 1995, que congrega as associações escotistas/escutistas de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique e Portugal, criando um espaço de diálogo, fortalecendo a fraternidade mundial e a aproximação entre os ‘povos’. Os seus membros trocam informações e materiais educativos, encontram-se em reuniões regulares, desenvolvem projectos, participam em eventos em conjunto e apoiam-se em encontros mundiais<sup>101</sup>);

---

<sup>100</sup> Vd. Capítulo 5, ponto 5.2.3. sobre o documentário “Lusofonia, a (Re)volução”, pp.231-234.

<sup>101</sup> Mais informações em <http://www.cel-escutismo.org/index.php>. [01.11.2009].

- *Cena Lusófona* (associação portuguesa, idealizada em 1995 e fundada em 1996 na cidade de Coimbra, com o objectivo de dinamizar a comunicação teatral entre os países de língua oficial portuguesa. Entre as suas actividades, constam: formações, co-produções, circulação de espectáculos, infra-estruturas teatrais, investigação, dramaturgias, debates e conferências, exposições, edições, programas inter-disciplinares, programas institucionais e de cooperação<sup>102</sup>);
- *Musidanças – Festival de Artes do Mundo Lusófono* (idealizado e realizado a partir de 2001 pelo cantor e compositor angolano, Firmino Pascoal, o *Musidanças* assume-se como um elo entre culturas, acreditando que o segredo e a qualidade do que se produz reside na mistura. Tendo como objectivos a divulgação das artes lusófonas e a criação de intercâmbios entre artistas, o Festival faz parte do roteiro cultural da cidade de Lisboa<sup>103</sup>);
- *ACOLOP – Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Oficial Portuguesa* (organização não-governamental, fundada a 8 de Junho de 2004 em Lisboa, com o objectivo de reforçar a união e cooperação dos seus associados, através do Desporto. Associação responsável pela realização dos Jogos da Lusofonia.<sup>104</sup>).

Convocámos estes quatro exemplos (que cobrem áreas tão diversas como a da juventude e recreação, do teatro e dos ‘mundos’ associados, da música e do espectáculo, e do desporto), para ilustrar o desenvolvimento daquilo que chamamos de práticas da *lusofonia* desenvolvidas por micro-comunidades de natureza múltipla que, por sua vez, compõem a *comunidade lusófona* – tal como a concebemos no Esquema 2 (disponível na pág. 42). Do nosso ponto de vista, este tipo de micro-comunidades, formadas pelos mais diversos agentes sociais, servem de ilustração daquilo que consideramos serem os núcleos constitutivos da *comunidade lusófona*.

Mas será que estas micro-comunidades existem, cada uma *per si*, de forma isolada? Existirá uma acção concertada que nos leve a afirmar que juntas enformam uma *comunidade* mais vasta? Que espécie de apoio recebem por parte das estruturas de topo? E como contribuem para a formação do carácter social da *comunidade lusófona*?

<sup>102</sup> Mais informações em <http://www.cenalusofona.pt/>. [01.11.2009].

<sup>103</sup> Mais informações em <http://www.musidancas.com/>. [01.11.2009].

<sup>104</sup> Mais informações em <http://www.acolop.org/>. [01.11.2009].

Apesar de se realizarem, por vezes de forma algo ‘subterrânea’ e sem o conhecimento do grande público, as várias iniciativas que têm sido levadas a cabo por estas e outras micro-comunidades (a partir do antigo centro, ou através de lógicas transnacionais em colaboração com o mesmo), revelam, numa perspectiva de solidariedade e colaboração *bottom-up*, a formação e/ou consolidação de laços entre indivíduos, entidades e organizações no ‘espaço lusófono’. E isso acontece, por partilharem um *hobby* ou um interesse (como sucede no caso da *CEL*), por assim encontrarem uma fonte de sobrevivência (como no caso da *Cena Lusófona*), por investirem numa espécie de ‘militância’, no sentido de *advocacy*<sup>105</sup> (como sucede no caso do *Musidanças*) ou por engrenarem um sector de actividade que coloca em movimento um conjunto de agentes que mobiliza largos segmentos da sociedade (como no caso da *ACOLOP* e dos já mediáticos *Jogos da Lusofonia* que ‘arrastam’ consigo profissionais do desporto reconhecidos internacionalmente, jornalistas, meios de comunicação, agências de viagem, entre outros).

Em todos os casos, além das múltiplas pertenças afectas a cada micro-comunidade (expressas, por exemplo, pela diversidade de intervenientes, membros ou públicos), ressalta igualmente a ideia de união: ora movida pelo escotismo/escutismo, pelo teatro, pela música e pelo desporto; ora pelo factor comum que os liga: a língua.

Conquanto surjam a partir desse mesmo elemento comum, nem todas as micro-comunidades do ‘espaço lusófono’ gozam, no entanto, de igual estatuto e posicionamento, sendo que algumas são afectadas por um certo isolamento e falta de apoio de topo; ainda assim, e em função dos seus próprios meios e esforços, verificámos que um grande número consegue vingar enquanto colectividade e levar a bom porto as suas iniciativas, contribuindo para o cerzir do tecido social que compõe a *comunidade* mais vasta. Essa acção é por vezes tão subtil que torna a ‘costura’ praticamente invisível. Dessa invisibilidade, surgem, admitimos nós, a maior parte das críticas dos que consideram a *comunidade lusófona* como inexistente ou inactiva. Da visibilidade, surge a razão de ser desta dissertação.

---

<sup>105</sup> *Advocacy* implica a defesa de uma causa ou pessoa, por meio da consciencialização e sensibilização da sociedade, da capacitação de indivíduos capazes de promover a mudança, da mobilização da população e do acompanhamento da actuação do poder público. Em traços gerais, a expressão traduz a ideia de defesa, protecção ou promoção de algo que é considerado como um bem comum. (Cohen *et alii*, 2001).



Cada um dos quatro exemplos é revelador da canalização dos recursos existentes em cada núcleo com vista a, por um lado, criar um sentimento de colectivo através da identificação com uma ideia de pertença e de herança; e, por outro, potenciar a projecção para o exterior, com o objectivo de dar a conhecer quem são e, de uma forma mais ampla, o que se faz e pretende fazer para que a *comunidade* passe das palavras aos actos, ou seja, da retórica à prática.

Como já referimos anteriormente, parece-nos óbvio, então, que a possibilidade de construção de uma *comunidade lusófona* não se cria a partir de um decreto-lei ou por mera vontade política ou económica, mas supõe uma espécie de ‘voluntarismo’ dos que, por qualquer razão ou de qualquer forma, estão ligados ao seu imaginário. Nesse sentido, a *comunidade* corporiza-se pelo e no caminho construído em comum, pelos diversos agentes sociais que encontram razões válidas para a assumir como opção.

Será, pois, num contexto globalizante que, académicos, empresários, activistas, líderes, membros de associações, artistas, desportistas, diplomatas e outros, actuam num sentido de dinamizar um maior conhecimento recíproco no seio da *comunidade*, de modo a melhor enquadrar e gerir expectativas de sucesso presente e futuro.

Com a experiência e empenho desses mesmos agentes, com projectos e iniciativas multifacetadas, à mercê de patrocínios, financiamentos e com apoios vários (tanto verticais como horizontais), algumas micro-comunidades têm vindo a destacar-se e a obter algum reconhecimento da sociedade envolvente, cativando alguns e, despertando, também e porventura, as críticas dos que se lhes opõem.

O «papel dos *mass media*, dos profissionais das artes performativas e, em geral, dos segmentos que, mercê de alguma marginalidade nas arenas sociais em que se movimentam, funcionam como *pivots* entre diferentes esferas sócio-culturais, é fundamental na criação e na lubrificação [deste tipo de] engrenagem.» (Marques, 2009).

A diversidade das micro-comunidades, o apego a valores e princípios comuns, a emergente convergência de vontades em fazer do espaço de língua portuguesa um ‘lugar’ de convívio e interacção entre o ‘eu’ e o ‘outro’, a consciencialização de partilha de interesses comuns e a determinação dos ‘agentes’ em constutirem uma *comunidade* (chame-se *lusófona* ou não), conferem-lhe um carácter social abrangente, originalidade e dinamismo.

Para finalizar este capítulo, sublinhamos que a aplicação e adaptação das quatro dimensões de análise sugeridas por Delanty e Rumford (carácter social, dimensão narrativa, relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’ e natureza múltipla) contribuem para um maior entendimento sobre a formação da *comunidade lusófona* como realidade social; permitindo-nos sugerir que a *comunidade*, mais do que uma ideia ou um dado cultural, é um conceito e, simultaneamente, uma realidade através da qual os agentes sociais (indivíduos, instituições, Estados) pensam, explicam e vivem as relações que estabelecem com os seus pares – usando para isso narrativas e situações em permanente (re)elaboração, resultantes do carácter processual de constituição da colectividade.

### Capítulo 3 – Evolução da ideia de *comunidade lusófona*: dos primeiros passos à institucionalização das práticas da *lusofonia*

«O relacionamento informal estabelecido, ao longo de vários séculos, entre povos que utilizam a língua portuguesa como vector comunicacional, constitui o embrião da CPLP.»

Santos (2005: 72)

Ao analisar a evolução histórica da ideia de constituição de uma *comunidade* que reunisse os países e povos de língua portuguesa, apercebemo-nos de que esta tem tantas datas de nascimento quantas as versões (escritas) sobre o seu percurso. Oficialmente, no entanto, esta foi constituída a 17 de Julho de 1996 quando, no Centro Cultural de Belém (em Lisboa), se reuniram os chefes de Estado e de Governo dos sete países independentes de língua comum: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, para formalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)<sup>106</sup>.

Para trás, ficariam várias e diferentes versões sobre a paternidade da *comunidade*. Por exemplo, de acordo com Teotónio de Souza, historiador de origem goesa, a *lusotopia*<sup>107</sup>, que abrange em seu entender todas as expressões de influência portuguesa nas culturas das regiões da expansão portuguesa, vem sendo sedimentada desde o início dos Descobrimentos (Souza, 1999 e 2007). Na mesma linha, Jean-Michel Massa (2005), investigador francês que se debruça sobre a literatura brasileira, faz remontar as raízes da *comunidade* à consagração da escrita, em língua portuguesa, como veículo transnacional de comunicação e de governo – a *lusografia*<sup>108</sup>.

O aparente alheamento em relação às versões ‘lusotópica’ e ‘lusógrafa’ da génese da *comunidade lusófona*, muito anteriores à institucionalização desse organismo intergovernamental há 13 anos em Lisboa, merece alguma atenção.

Como referimos anteriormente, alegamos que a *comunidade lusófona* e a CPLP são duas realidades distintas, e que a primeira antecede a segunda. Admitimos que a

---

<sup>106</sup> No ano de 2000, com a independência do território timorense, Timor-Leste passaria a ser o oitavo país a integrar essa *Comunidade* formal.

<sup>107</sup> Fernando Cristóvão, de forma sintética e abreviada, refere que a *lusotopia* diz respeito aos lugares onde efectivamente se fala português (Cristóvão, 2005:652).

<sup>108</sup> Massa sustenta que a *lusografia*, sendo embora uma competência apenas dos que sabem escrever, corresponde ao espaço escrito da língua portuguesa. «A *lusografia* é usada nos textos legislativos, administrativos, na imprensa, na escola, por vezes na vida religiosa» em todos os países lusófonos em que o emprego língua portuguesa é geral e necessário (Massa, 2005: 656).

existência do que designámos de micro-comunidades que se constituíram por referência à partilha da língua portuguesa, que funcionam anteriormente à institucionalização da CPLP e independentemente da mesma, verificam que a participação da sociedade civil tem permitido a consolidação de uma *comunidade* baseada na partilha de um veículo de comunicação comum e que a CPLP veio a institucionalizar.

Este entendimento tem precursores na academia portuguesa e brasileira. Assim, Victor Santos (2005) defende que o “espírito de comunidade” que inspirou a génese da CPLP ter-se-á solidificado no relacionamento informal que os falantes da língua portuguesa estabeleceram durante vários séculos. José Adelino Maltez refere-se, a este propósito, à constituição de “comunidades de significações partilhadas” (Maltez, 1991). Na opinião de Santos, a ideia de *comunidade* terá, pois, surgido da «verificação da existência partilhada de factores de ordem cultural, designadamente, a utilização comum da língua portuguesa falada e escrita.» (Santos, 2004: 123). A investigadora brasileira Ana Clarissa Maia (2009) aponta no mesmo sentido. Na sua tese de mestrado alega que a ideia de *comunidade lusófona* tem sido um tema que perpassa o imaginário do Brasil e de Portugal, levando à concretização de acções pragmáticas (no sentido de criação de realidades e identidades), anteriores à formalização da CPLP – que, afirma, terá decorrido entre 1989 e 1996. As nossas próprias observações sobre a literatura em língua portuguesa, permitem-nos concluir que o uso da mesma língua e um passado histórico comum permitem convocar uma ‘comunidade interpretativa’ distinta no mundo globalizado (Maciel, 2004).

Esta posição encontra igualmente eco na esfera política. Por exemplo, José Durão Barroso, um dos políticos que contribuiu para a institucionalização da CPLP<sup>109</sup>, tem argumentado que «por muito diversos que fossem e por mais longe que geograficamente se situassem, [os] países [de língua oficial portuguesa] sempre se sentiram como parte de uma comunidade cultural, mantendo ligações muito chegadas e cooperando em áreas de âmbito muito vasto.» (Barroso, 2006: VII). Na mesma linha de pensamento, o actual Secretário Executivo da CPLP, Domingos Simões Pereira, defende que com a língua portuguesa e com a herança histórica, ou a pretexto delas, se ergeu «ainda antes da CPLP, toda uma série de relações entre os Estados membros da

---

<sup>109</sup> Dizia o então Presidente da Comissão Europeia: «Sempre tive um grande empenho na lusofonia e nas minhas anteriores funções estive também envolvido directamente na criação da CPLP, bem como na garantia de uma cooperação estreita entre os PALOP e a Comissão Europeia. Posso mudar de funções, mas não mudo de convicções: reforçar e desenvolver a CPLP estará sempre perto do meu coração.» (Barroso, 2006: VIII).

nossa Comunidade.» (Pereira, 2008: 2). Em suma, no campo político-institucional, são as ligações e a cooperação entre os espaços e países de língua portuguesa, que precedem a CPLP, que legitimam a institucionalização da mesma.

Interessar-nos-á, neste capítulo, explorar a emergência do esteio institucional decorrente da evolução da *comunidade lusófona*, através da formalização de organismos supranacionais como a CPLP. Admitimos que este capítulo nos abrirá uma janela para equacionarmos, nos capítulos seguintes, como é que o esteio institucional e normativo que esta ergeu se constitui como força propulsora na criação de ‘estruturas de oportunidades’ para os falantes da língua portuguesa, quer ao nível local e nacional (Marques, Santos e Leitão, 2008), quer à escala transnacional.

Iniciaremos o capítulo fazendo uma breve referência à abordagem institucional, de seguida traçaremos uma contextualização histórica que nos permita compreender o processo evolutivo que esteve na base da idealização de uma *comunidade*; prosseguiremos, dando relevo aos agentes que a impulsionaram, nomeadamente através da criação das primeiras organizações de língua portuguesa; e finalizaremos reflectindo sobre a emergência e institucionalização da CPLP.

### **3.1. A abordagem institucional**

De acordo com James March e Johan Olsen (2008 [1984]), as instituições políticas e económicas tradicionais perderam o lugar central que tinham anteriormente nas teorias políticas e sociológicas. O “novo institucionalismo” tem em conta três constatações: 1) as instituições sociais, políticas e económicas tornaram-se maiores, mais complexas e possuem hoje mais recursos, sendo, por isso, mais importantes para a vida colectiva; 2) as organizações formais e as instituições da lei e da burocracia ocupam um papel predominante na vida contemporânea; 3) a organização da vida política, expressa por via do institucionalismo, tem uma influência decisiva na sociedade.

Interessados sobretudo na exploração do lugar das organizações formais na implementação de políticas públicas, numa perspectiva que as situa fora das visões tradicionais da economia, os autores desenvolvem a sua abordagem argumentando que o “novo institucionalismo”, para além de ter uma profunda importância do ponto de vista

epistemológico, representa um desafio ao pensamento teórico contemporâneo das Ciências Sociais, e um precioso instrumento para os estudiosos da vida política.

De acordo com os autores, uma organização formal geralmente é moldada e precipitada por eventos externos, e, no processo de formação, surge a dada altura uma reivindicação de autonomia necessária para que se estabeleça e afirme como instituição política. Conforme referem os especialistas, a instituição pode nascer a partir de um ‘simples’ acordo político, no contexto de uma dada legislatura, e vai-se tornando, progressivamente, dotada de um significado e de uma força, que emergem pelo facto de se architectar uma “agência” que cuide de os manter. Quando isso acontece, as instituições afectam necessariamente o curso da história. Parece-nos que a CPLP, precisamente por ser a instituição que, em dado momento histórico das relações pós-coloniais entre o antigo centro e as ex-periferias, emerge como resultado de uma espécie de simbiose entre uma série de demandas, estímulos e apoios (de indivíduos da sociedade civil e de ‘grupos de pressão’ ligados à política e aos governos brasileiro e português, como veremos adiante), se inscreve na lógica aqui descrita.

Sem negar a importância tanto do contexto social da política como das motivações dos ‘agentes’ individuais, a perspectiva neo-institucionalista de March e Olsen sublinha o papel cada vez mais autónomo das instituições políticas como instâncias habilitadas a tomar decisões – podendo estas não só serem afectadas pela sociedade, como também afectarem-na (através, sobretudo, da moldagem do comportamento dos membros individuais). Nesta visão, parece-nos claro que partes do neo-institucionalismo se cruzam com as ideias utilitaristas de John Stuart Mill (1967 [1861], *inter alia*), mormente de que a arena institucional e as “estruturas políticas”<sup>110</sup> criam e confirmam interpretações da vida; ou que, por meio da política, os indivíduos, as comunidades e o bem público se desenvolvem.

Mas, nesse processo de tomada de decisões, há, do ponto de vista dos autores, um aspecto de extrema importância que não deve ser descurado: a coerência das instituições pode variar. Por vezes, essa variação é o bastante para se criar a ideia de que a colectividade não age de forma coordenada e concertada. Sendo a CPLP uma instituição intergovernamental, regulada por critérios, interesses, preferências e recursos

---

<sup>110</sup> Seguindo a linha de raciocínio de March e Olsen (2008 [1984]), as “estruturas políticas”, representam um conjunto de instituições, regras de comportamento, normas, papéis, arranjos materiais, edificações e arquivos, relativamente invariantes face à rotatividade dos indivíduos e relativamente resilientes em relação às preferências e expectativas idiossincráticas dos mesmos.

que variam de membro para membro (de Estado para Estado), e de acordo com as respectivas conjunturas, este aspecto, da falta de coerência, tem sido objecto de análise, por parte de alguns críticos, que lhe apontam o dedo exactamente no que toca ao facto de as suas acções externas espelharem uma colectividade que não está coordenadamente orientada no mesmo sentido (Pizarro, 2003; Lopes, 2006; Costa e Varela, 2009). Esses observadores discernem anomalias, ou sintomas de algum tipo de perversidade, destacando características difíceis de serem relacionadas com uma concepção de escolha colectiva orientada para resultados satisfatórios a toda a colectividade. Numa perspectiva neo-marxista, defendem que a acção da CPLP se submete simplesmente a interesses localizados, sejam eles de classes ou de grupos de interesse (com especial incidência no antigo centro).

O interesse numa reflexão institucional, no contexto mais vasto da *comunidade lusófona*, basear-se-á precisamente em descortinar «o papel desempenhado por estruturas institucionais na imposição de elementos de ordem num mundo potencialmente imperfeito» (March e Olsen, *idem*: 132), e na possibilidade de entender como é que a institucionalização é igualmente capaz de precipitar oportunidades sociais, políticas, culturais ou económicas na sociedade.

A contextualização histórica que traçaremos de seguida ajudar-nos-á a compreender a dualidade em torno da CPLP (como instituição política): se, por um lado, apresenta contornos frágeis, revelados pelas tais anomalias ou perversidades detectadas por alguns observadores; por outro, representa ou proporciona a criação de “estruturas de oportunidade” que os seus membros podem mobilizar, tanto numa perspectiva *top-down*, como numa lógica *bottom-up*.

### **3.2. Contextualização histórica: a marca-de-água dos conflitos ideológicos e das necessidades político-económicas para a criação de uma *comunidade***

No enquadramento histórico deste trabalho abordámos a ligação entre a antiga metrópole e as ex-periferias numa perspectiva de identificação da genealogia da teia transatlântica que se teceu. Desde essa época seminal, a violência e o conflito constituíram-se como instrumentos cruciais de construção institucional. Citem-se, a eito, a escravatura, as tentativas de controle dos povos indígenas, a perseguição dos movimentos nativistas.

Com o advento da era dos Estados-nação, as antigas redes imperiais são postas em causa. Como refere Guardiola, «[c]onsumada a independência do Brasil e abolida a escravidão, ficava desfeita [ess]a teia transatlântica de interesses cruzados e Portugal te[ria] de assumir sozinho a defesa das suas possessões ultramarinas, ameaçadas pelas outras potências coloniais europeias.» (Guardiola, 2006a: 31). Seguir-se-iam sucessivos confrontos político-diplomáticos entre Portugal e o Brasil relativamente ao processo de descolonização das colónias africanas.

Conquanto não exista consenso nessa matéria, Luís Ferreira Lopes, mestre em relações internacionais, refere que o Estado brasileiro foi estabelecendo com o Estado português, uma atitude que «nunca foi coerente e [que] dependeu frequentemente da predisposição ou do grau de simpatia dos seus líderes máximos [...], mas a exigência [...] era quase sempre a mesma: Portugal teria de resolver o problema das suas províncias ultramarinas e a ideia de Comunidade deveria ser objecto de referendo democrático, o que contrariava as intenções do Estado Novo na questão colonial.» (Lopes, 2006: 9). Porém, como adverte Maia (2009: 26), as divergências não se explicariam apenas em termos da “simpatia dos líderes”, sendo necessário considerar outros factores conjunturais relativos às políticas externas de cada um dos países.

Apesar dos possíveis desencontros de opinião, o Brasil e Portugal não deixariam, contudo, de trilhar caminhos paralelos, marcados não só pelo quadro constitucional que D. Pedro IV assegurava tanto num, como no outro país, mas também por uma moldura político-institucional com pontos de convergência; ao que acresceria o cenário de ‘convivência’ criado pela maciça emigração de portugueses para o Brasil (Ramos, 1994: 17). É neste contexto de afinidades que se prozudem, num e noutro local, de forma praticamente simultânea: as campanhas republicanas apoiadas pelo trabalho maçónico; a implantação da República (no Brasil em 1889 e em Portugal em 1910); a instauração de regimes ditatoriais (o golpe militar de 1926 que derrubou a República em território português e deu lugar à Ditadura Militar e consequentemente ao “Estado Novo”; e a Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas).

Vista a partir do Brasil, a inserção nas redes que o império criou permanece como um lastro importante após a independência. De acordo com a cientista política Juliana Santos, na «fidelidade e [nas] afinidades do Brasil com Portugal e com a África, na maior parte do tempo conflitantes, perpassa[ria]m as elaborações da perspectiva brasileira e a sua evolução. O ideário predominante até meados do século XX



privilegia[ria] a matriz portuguesa das culturas envolvidas e ser[ia] coroado com o *Tratado de Amizade e Consulta* entre o Brasil e Portugal, em 1953. Ao longo do século a dimensão africana ser[ia] incorporada e [...] a forma dessa incorporação posteriormente transformada» (Santos, 2001: 2). Ana Clarissa Maia argumenta no mesmo sentido. Em sua opinião, as primeiras décadas do século XX marcam o fortalecimento da ideia de *comunidade* no pensamento brasileiro, através das «contribuições teóricas de intelectuais como Coelho Carvalho, Zófimo Consiglieri Pedroso, Escragnolle Dória e Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues, que propõem a criação de uma confederação luso-brasileira, alvo de ataques da sociedade nacionalista “Propaganda Nativista”.» (Maia, 2009: 22).

Entre 1933 e 1942 são publicadas no Brasil três obras maiores: *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior. Estas obras vão estimular a actividade crítica dos intelectuais brasileiros que, em meados da década de 1950, a partir sobretudo de reflexões acerca do papel dos africanos nas sociedades domésticas e nas relações políticas e económicas entre os três continentes, dão expressão a propostas de criação de uma *comunidade* que integrasse os países de língua portuguesa. Entre elas, ganharia destaque a voz de Agostinho da Silva, defensor do fim do colonialismo português em África e de uma irmanação entre portugueses, africanos e brasileiros, através da criação de uma “comunidade luso-afro-brasileira” (Silva, 2007). O projecto terá permanecido circunscrito a um círculo restrito de intelectuais que, em virtude da persistência do colonialismo por um dos potenciais membros (Portugal), acabariam por não insistir em demasia na concretização da ideia (Santos, *idem*: 2-3).

Finda a Segunda Grande Guerra, com as pressões internacionais para a aceleração dos processos de descolonização na Ásia e na África, e com o regresso da democracia ao Brasil na década de 1960, acentuou-se o clima de tensão entre os dois países. O Brasil coloca-se então ao lado dos países que condenam o colonialismo português, sustentando uma posição de apoio à independência das colónias portuguesas em África (Magalhães, 1997; Svartman, 2006). Como frisa o investigador Pedro Calafate, um presumível «menosprezo pela obra civilizacional dos portugueses no Brasil [ter-se-á acentuado nessa altura, tendo como] apoiantes pensadores como

António Cândido ou Manoel Bonfim, contribuindo para o acentuar das dificuldades de um diálogo que urgia estabelecer em novas bases.» (Calafate, 2000).

Afonso Arinos, autor da chamada “Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial”<sup>111</sup> e então embaixador brasileiro na ONU, desempenharia um papel importantíssimo nessa opção política ao defender, na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>112</sup>, que o seu país pretendia manter laços de amizade com Portugal, mas, simultaneamente, não abdicaria do compromisso assumido aquando da assinatura da Carta das Nações Unidas a favor de uma política anti-colonialista. António Duarte Silva, assessor do Tribunal Constitucional português, afirma que na ONU se «consolida[ria] uma maioria favorável à descolonização e mesmo os EUA e o Reino Unido modifica[ria]m a sua política, deixando de votar com Portugal.» (Silva, 1995: 7).

O então Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Alberto Franco Nogueira, assiste ao crescente isolamento internacional de Portugal e reage em defesa dos interesses do seu país denunciando presumíveis interesses imperialistas das grandes potências nas províncias ultramarinas portuguesas. Em numerosas visitas oficiais e presenças nas reuniões da NATO, procura, com algum sucesso, ganhar apoios internacionais. Como refere Fernando Rosas, «o Governo cont[ou] com o apoio da França de De Gaulle e da Alemanha de Adenauer e de Strauss à sua política colonial. Com a eleição de Lyndon Johnson para presidente dos EUA (1964) e o crescente envolvimento americano na Guerra do Vietname, também as pressões de Washington sobre a política africana de Lisboa pareciam abrandar, e era de complacência a posição da maioria dos países da NATO perante o Governo português.» (Rosas, 1994b: 541).

De acordo com o especialista em história portuguesa contemporânea, Yves Léonard (1999b), as relações entre Portugal e o Brasil (desde a independência deste até às independências das colónias africanas), poder-se-iam resumir em dois traços aparentemente opostos: a amizade formal (como testemunham o *Tratado de Amizade e Consulta* de 1953 ou o êxito da “vulgata lusotropical” de Gilberto Freyre) e a

---

<sup>111</sup> A “Lei Afonso Arinos contra a discriminação racial”, foi aprovada a 3 de Julho de 1951, em Congresso Nacional no Rio de Janeiro sob a presidência de Getúlio Vargas. Cópia do texto disponível em <http://www.soleis.adv.br/racismo.htm> [09.11.2009].

<sup>112</sup> A XVI Assembleia Geral das Nações Unidas realizou-se em várias sessões, entre 19 de Dezembro de 1961 e 30 de Janeiro de 1962. «Além de chamar a atenção de Portugal para as conclusões do relatório do *Subcomité dos Cinco*, reprov[ou] a repressão e a acção armada desencadeadas contra o povo angolano, em violação dos seus direitos e liberdades fundamentais, e reafirm[ou] o seu direito à autodeterminação e independência. Apel[ou] à libertação dos presos políticos e convid[ou] o governo português a iniciar, sem demora, vastas reformas, em particular através das instituições políticas, livremente eleitas e representativas, com vista a transferir o poder para o povo angolano.» (Silva, 1995: 15).

desconfiança marcada pelas divergências de interesses (sobretudo no que tocava à presença de ambos na África lusófona).

Dos dois lados do Atlântico, não parece então haver dúvidas sobre a necessidade de manutenção de relações privilegiadas entre os vértices do triângulo África-Brasil-Europa; apenas sobre a quem caberia o papel de preeminência na triangulação. Mário Soares sublinha que as divergências entre Portugal e Brasil assentariam sobretudo numa espécie de “concorrência territorial”, marcada pela “doutrina tradicional” que parecia vigorar no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no tempo de Salazar: «o Brasil era um país concorrente de Portugal em África. Por outro lado, a América Latina devia ser deixada aos espanhóis, para que Portugal melhor pudesse concentrar-se em África.» (Soares in Léonard, *idem*: 436). Do lado brasileiro, Eduardo Svartman, cientista político, realça que o esforço brasileiro de aproximação às colónias portuguesas em África se basearia sobretudo nas necessidades que o modelo económico adoptado pelo regime militar brasileiro criara: novos espaços de actuação, viabilização de novos mercados e parceiros, complemento ao processo de industrialização e projecção do “status internacional do Brasil” (Svartman, 2006: 9).

Na opinião de José Sombra Saraiva, professor brasileiro, o que estaria em causa não seriam os interesses económicos, mas sim a afirmação da diplomacia brasileira como «mediador[a] entre a Europa e as civilizações tropicais. Assim, o Brasil [teria] um papel a cumprir no Atlântico: o de ajudar a reforçar a língua e a cultura portuguesas na África. Daí a criação de uma comunidade atlântica compreendendo o Brasil, o Portugal metropolitano e as ‘províncias ultramarinas’ de Portugal na África.» (Saraiva, 1996: 51).

Apesar do grande número de portugueses e seus descendentes a viverem no Brasil na primeira metade do século XX (AAVV, 2000), o fosso entre os dois países, formalmente amigos e cooperantes, não pararia de crescer, «ao ponto de a imagem do Brasil em Portugal e, sobretudo, a de Portugal no Brasil se alterarem cada vez mais. O Brasil i[ria] assim conservar durante muito tempo uma imagem de Portugal um pouco fora de moda e arcaica, [a] indiferença, ou mesmo a ignorância, presidindo na maior parte das vezes à concepção que a maior parte da população brasileira fazia de Portugal.» (Léonard, 1999b: 437).

Não obstante essas representações, Saraiva (*idem*) alega que parecia permanecer viva, nalguns círculos intelectuais dos dois países, Brasil e Portugal, a “utopia” de união

fraterna. De acordo com o autor, a ideia de criação de uma “comunidade luso-brasileira” era então acolhida e alimentada por uma parte da diplomacia brasileira que estaria imbuída de uma espécie de “lusitanismo” e defenderia um “discurso culturalista”, sustentado sobretudo pela produção académica e literária de personalidades influentes tanto no contexto brasileiro como no português (tais como Agostinho da Silva, Gilberto Freyre, Sílvio Romero ou Joaquim Barradas de Carvalho).

É nesse contexto que, a 16 de Novembro de 1953, se assinaria o *Tratado de Amizade e Consulta* entre o Brasil e Portugal, como demonstração da vontade de ambos em institucionalizarem as relações já existentes, aprofundando-as com o compromisso de consultas regulares para a resolução de problemas internacionais de interesse comum (Magalhães, 1997, 2001).

Apesar das polémicas envolvidas em torno do *Tratado*, relativamente às acusações brasileiras de que Portugal revelava uma incoerência discursiva quanto ao futuro das ‘províncias ultramarinas’ em África (Sá Machado, 1973; Magalhães, *idem*), em Novembro de 1967, no editorial do *Jornal do Brasil*, podia ler-se: «[e]speremos que Portugal sacuda os seus sonhos vitorianos de domínio ultramarino e construa bases definitivas de uma associação, em pé de igualdade, entre Nações soberanas e independentes, com as suas actuais colónias. De uma comunidade desse tipo, digna das generosas tradições da alma lusíada, o Brasil estaria orgulhoso de participar.» (citado in Sá-Machado, 1973:19).

Aniceto Afonso e Carlos Gomes, co-autores das obras *Guerra Colonial e Portugal e a I Grande Guerra* (ambas de 2002), indicam que a nomeação de Marcelo Caetano para a Presidência do Conselho de Ministros, em Portugal, a 1 de Junho de 1968, gerou em todo o mundo, em especial nos círculos ligados a África, uma grande expectativa. Referem mesmo que, para a maioria dos intervenientes no processo colonial, seria a última oportunidade de dar ao problema uma solução razoável. Motivo pelo qual as Nações Unidas, os movimentos de libertação e a oposição portuguesa teriam efectuado uma pausa, “apesar de tudo carregada de cepticismo”, até se perceber o que realmente significavam as “reformas necessárias” que Marcelo Caetano prometia no seu primeiro discurso (Afonso e Gomes, 2002).

De facto, seria impensável formalizar uma *comunidade* fraterna, cooperante e solidária, como se pretendia, enquanto repousasse, sobre boa parte dos africanos, futuros membros da aliança, o “estatuto colonial”.

Marcello Caetano não conseguiu, de facto, fazer vingar alternativas no projecto colonialista português em África. Mas algumas mudanças de monta foram realizadas, com evidentes benefícios para o Brasil e Portugal. Desde logo, a sua chegada ao poder em Lisboa parece ter permitido a reaproximação, em termos empresariais, económicos e financeiros, ilustrada pela instalação, em 1971, «de alfandegados gerais luso-brasileiros em Lisboa, Luanda e Lourenço-Marques, [pela] abertura de bancos brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil, [a] entrada facilitada de produtos portugueses no Brasil, [a] revisão das tarifas de frete e ampliação das linhas de navegação entre os portos portugueses e brasileiros.» (Lopes e Santos, 2006: 14).

A década de 1970 traz consigo a Revolução dos Cravos, em Portugal, a descolonização dos territórios africanos, e o desejo brasileiro de exercer a tal posição de mediação nesse processo. Esta é, porém, desprezada pelo novo poder político e militar português (Sá-Machado, 1973; Anglarill e Kerz, 1982)<sup>113</sup> e motivo de desconfiança por parte dos países africanos que tinham presentes as repetidas vezes em que o Brasil (apesar da sua reserva em relação ao colonialismo português em África) assumira posições favoráveis a Portugal na ONU ou ao regime do *apartheid* na África-do-Sul (Svartman, 2006).

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, e a aceleração da modernização económica do país terão passado para o exterior mensagens de que o país não mais se atraído para o exercício de uma «hegemonia sobre as ex-colónias como forma de incrementar a sua importância internacional e auto-estima interna [... Assim, a ideia de *comunidade* poder-se-ia sustentar sobre a] constatação de que a democracia e a cooperação s[eriam] possíveis em, e entre, regiões até recentemente fadadas ao autoritarismo e à instabilidade.» (Santos, 2001: 11). Como vimos no primeiro capítulo, é por esta altura (segunda metade da década de 1980) que surgem algumas iniciativas que apelam à unificação (espacial, ortográfica ou de pensamento), com base, sobretudo, num ideal que gravitaria em torno da ideia de *lusofonia*. Ana Clarissa Maia afirma mesmo que terá sido por esta altura que terá surgido, em Portugal, «a chamada Geração

---

<sup>113</sup> Cf. «Em vários momentos o Brasil procurou se apresentar no cenário internacional como uma “nação adulta” que se propunha a fazer uma espécie de ponte entre o Ocidente desenvolvido, do qual se proclamava herdeiro e defensor, e os países do Sul que buscavam o desenvolvimento. Essas tentativas de se colocar como um interlocutor privilegiado no diálogo Norte-Sul tiveram pouca repercussão, no entanto faziam parte de um esforço diplomático para reverter a sua imagem negativa junto aos países de Terceiro Mundo e neutralizar eventuais sanções ou resistências por parte dos países mais engajados, obtendo, assim melhores oportunidades comerciais.» (Svartman, 2006: 19).

da Lusofonia, [...] à volta das revistas da Lusofonia e dos Congressos Lusófonos.» (Maia, 2009: 34).

Simultaneamente parecem consolidar-se alguns factores favoráveis à reaproximação do antigo centro com as ex-periferias: o Brasil, liberto do constrangimento de apoiar ou não Portugal por respeito ao *Tratado de Amizade e Consulta*, efectiva a sua presença em África; e os países africanos, elegendo como língua oficial o português, mostram-se permeáveis à potencial participação num ‘convénio comunitário’.

Este último aspecto é de extrema relevância. Se os processos de independência das colónias africanas representaram um momento de ruptura com o antigo centro, o facto de perpetuarem a língua portuguesa, como elemento instrumental na construção dos respectivos Estados, parece, à partida, algo contraditório. Mas, em rigor, o que acontece é que, progressivamente, o português deixa de ser visto como língua colonial para se tornar num símbolo nacional e oficial dos novos Estados – factor que poderia permitir, acima de tudo, que a integração das antigas colónias se fizesse por intermédio de uma língua comum e não como reflexo ou prolongamento da relação metrópole-colónia.

Essa é, no fundo, a ideia que subjaz à teorização de uma pretensa *lusofonia* capaz de unir, através da “chama plural”, os diferentes ‘povos’ e espaços de língua portuguesa. Como refere Eduardo Lourenço (1999), seria esse imaginário o principal catalizador de eventuais ‘valores lusófonos’ que possibilitariam a construção de uma identidade que se desejava colectiva. Dissolvida a “miragem imperial”, a língua permaneceria, na opinião de Lourenço (*idem*), como “elo essencial” entre os seus falantes. Não sendo propriedade de “ninguém”, a língua representaria ainda uma espécie de instrumento supranacional, contendo em si o conceito de “unidade” reunindo num “amplo manto comum” a variedade cultural de todos quantos os acasos da história aproximaram.

Decorridos cerca de 20 anos após as independências africanas e ninimamente ultrapassado o “difícil regresso português a África” (Léonard, 1999b<sup>114</sup>), e o progressivo

---

<sup>114</sup> De acordo com o autor, desde 1975, Portugal atravessou três fases na tentativa de “regresso a África”: 1) aquela em que o país teve de aprender a viver sem as ex-colónias; 2) a que, imbuído do “espírito de Bissau”, terá iniciado o processo de reaproximação (que se revelou particularmente difícil com Angola e com Moçambique, por estarem envolvidos no conflito Leste/Oeste e atravessarem uma guerra civil); e, 3)

aproximar da ‘África lusófona’ a Portugal (Marchueta, 2003: 126-127), os ‘Cinco’ mostram-se interessados na criação de uma *comunidade*, «desde que assegurada a participação em plano de igualdade com Portugal e Brasil, basicamente para ampliarem o seu grau de projecção e influência internacional e para aumentarem as possibilidades de angariação de maiores recursos financeiros dos países desenvolvidos e de investimento directo estrangeiro, público ou privado, no[s] seus[s] país[es].» (Lopes e Santos, *idem*: 25).

Entre 23 e 24 de Novembro de 1990 foi institucionalizada a fórmula “5+1”, o que, segundo Durão Barroso (então Ministro português dos Negócios Estrangeiros) ilustrava o “clima de cumplicidade e de confiança mútua” que se havia gerado entre os responsáveis políticos dos PALOP e de Portugal (Barroso, 1995: XI). À medida que se vão efectivando condições básicas de (re)ligação, e depois de décadas de impasse, a segunda metade da década de noventa constituir-se-á como a «fase de consolidação e cooperação de onde emerge, não sem dificuldade, o grande projecto de uma comunidade dos países de língua portuguesa.» (Léonard, *ibidem*). Em 1993 José Aparecido de Oliveira torna-se Embaixador do Brasil em Portugal e dedica-se à missão de concretizar a *comunidade*. Como representante de um movimento *top-down*, o Embaixador promove encontros entre intelectuais do ‘espaço lusófono’ e ‘inflama’ o tema, tanto junto da diplomacia brasileira como da portuguesa (Santos, 2001: 7) – conseguindo que o mesmo fosse objecto de inúmeros debates e reflexões que alimentavam a actualização de interesses, propósitos e alcances da pretensa *comunidade*.

Pretendendo-se dar voz a diversos agentes da sociedade civil, e alargar-se o tema de formalização das relações entre o antigo centro e as ex-periferias numa *comunidade* de pares, convocam-se escritores, académicos, intelectuais para a realização de três mesas-redondas apelidadas de “luso-afro-brasileiras”, entre 1993 e 1994 (uma no Rio de Janeiro, outra em Lisboa, e uma terceira, em Luanda). Por essa altura, vários discursos de Mário Soares, então Presidente da República em Portugal, indicam o apoio português a esse ideal comunitário – onde o papel da língua comum e das afinidades históricas pareceriam surgir como uma intencionalidade recíproca de viabilizar, pelo menos

---

aquela em que, empenhados no grande projecto de construção de uma comunidade de países de língua portuguesa, consolidam o seu regresso (Léonard, 1999b:423).

discursivamente, um espaço para a aproximação dos ‘sete’<sup>115</sup>. Assim o significava José Durão Barroso, então Ministro português dos Negócios Estrangeiros, ao propugnar que «a língua partilhada [seria] factor de coesão interna nacional de todos os países que a utilizam e também fundamento da identidade cultural específica de cada um em termos internacionais, [motivo pelo qual] aderi[am] com entusiasmo à iniciativa – impulsionada pelo Brasil – de formalizar a institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa» (Barroso, 1995: XIII). O que veio a ocorrer a 17 de Julho de 1996, no Centro Cultural de Belém (em Lisboa) – onde se reuniram os chefes de Estado e de Governo dos sete países independentes de língua portuguesa. Como refere Maria Marchueta (2003), à semelhança de outros espaços transnacionais, a emergência da CPLP inscreve-se num contexto internacional voltado tanto para processos de regionalização, como de globalização.

Da sua institucionalização, emergem narrativas sobre o presumível *corpo da comunidade*. Somam-se oito países em quatro continentes, abrangendo uma superfície superior a dez milhões de quilómetros quadrados e uma população de aproximadamente duzentos e cinquenta milhões de habitantes – números que impressionam qualquer observador e antecipam um imenso potencial a explorar e desenvolver, seja qual for o escopo de actuação.

Simultaneamente, surgem também alguns questionamentos sobre a especificidade da Comunidade – que, apesar de filiar a sua intervenção nos domínios da cooperação e da concertação multilateral, coloca a tónica na vertente cultural da língua comum, «como instrumento de capitalização de experiências, de potenciação de identidades, gerador de influências, de angariação e multiplicação de recursos, e de acesso e aproveitamento das novas áreas aplicadas ao conhecimento» (Marchueta, *idem*: 16). Yves Léonard, por exemplo, questiona se «[u]ma língua e uma história comuns [ante tão extenso universo] serão hoje suficientemente fortes para recriar uma comunidade de afectos capaz de se impor às lógicas económicas e financeiras no contexto da mundialização?» (Léonard, 1999: 422). Ou, ainda, se o «dinamismo e a irradiação do seu cunho linguístico poderão desenvolver-se noutros terrenos para além dos culturais?» (*idem*: 441).

---

<sup>115</sup> Cf. Mourão, 1994. Na opinião de Mourão, «a vertente lingüística tratada isoladamente ou simplesmente acrescida de fatores ideológicos de raiz histórica, não é suficiente, embora seja primordial, como fator do processo integrativo, sob pena, mesmo, de resvalar para o tradicional discurso retórico.» (Mourão, 1994: XII).



### 3.3. Os impulsionadores e precursores da *comunidade lusófona* e das primeiras organizações multinacionais de língua portuguesa

Diferente Homens, em diferentes datas, tiveram um papel preponderante na idealização de uma pretensa *comunidade lusófona*. Nomear entre eles o “pai” de tal projecto é tarefa arricada. No entanto, como veremos de seguida, há opiniões formadas nesta matéria.

No dia da institucionalização da CPLP, o *Diário de Notícias*, por exemplo, avançava que, já no ano de 1956, «muito antes do fim dos pesadelos do colonialismo e quando não estava [ainda] esgotada a ideia peregrina do lusotropicalismo, foi o pensador Agostinho da Silva quem, pela primeira vez teve o sonho comunitário que [...] se concretiza[va nesse dia] com as sete assinaturas dos chefes de Estado e de Governo» (Albino, 1996: 4).

Essa é de resto a posição de vários cientistas sociais (Briosa e Mota, 2004; Epifânio, 2006; Lopes e Santos, 2006) que alegam que Agostinho da Silva, por ter defendido uma irmanação entre os povos português, africano e brasileiro através da criação de uma “comunidade luso-afro-brasileira”<sup>116</sup>, ter apontado para a queda do colonialismo português e sugerido que «varrendo-se os escombros da velha ordem imperial [se deveria erigir] um núcleo de poder baseado na articulação de todos os países de língua portuguesa» (Silva, 2007: 21), poderá ser considerado como o precursor original da *comunidade lusófona*. Segundo o seu filho, Pedro Agostinho da Silva, o pensador fez esse apelo ciente de três pressupostos: 1) que os países tinham relações históricas que os uniam; 2) que a possibilidade de se entenderem pelo e no uso da língua comum e partilhada, era uma mais-valia; e, 3) que Portugal tinha um papel a cumprir na História. Posto isto, Agostinho da Silva admitia que, uma vez interligados, os territórios de língua portuguesa poderiam ser elementos e agentes, aglutinadores por excelência, dos povos e países “meridionais” – de que o Brasil assumiria a liderança. Na sua opinião, «só este reunia dimensões espaciais, potencial interno, económico, científico e demográfico, e posição internacional de peso que lhe permitisse liderar aquele aglutinador processo.» (Silva, 2007: 19-20).

A permanência de Agostinho da Silva no Brasil terá provavelmente sido decisiva para a adopção desta postura. Aí têm vindo a lume, recorrentemente, reflexões críticas

---

<sup>116</sup> Ideia apresentada no IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros, na universidade da Baía, conforme fonte: [www.tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content\\_id=717243](http://www.tsf.sapo.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=717243) [22.04.2009].

sobre esta questão, que atribuem ao lado português a intenção de manter uma ligação privilegiada com o Brasil. Juliana Santos, cientista política, recua até à acção de D. João VI<sup>117</sup>, ligando Portugal às suas possessões ultramarinas e ao Brasil recém-independente, para identificar os primeiros passos para a construção de uma “comunidade de língua portuguesa” (Santos, 2001:2). Ana Clarissa Maia afina pelo mesmo diapasão. Na sua opinião «é possível identificar, já em 1825, um espírito de aliança [intensificado pelo] *Parecer sobre um projecto de pacto federativo entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal*, publicado pelo Ministro de Negócios Estrangeiros de Portugal à época, Silvestre Pinheiro Ferreira. Esse Parecer, cuja intenção era vincular Portugal, suas Províncias Ultramarinas e um Brasil que acabara de se tornar independente, é considerado o primeiro esforço na direcção de uma institucionalização da união dos povos lusófonos.» (Maia, 2009: 21)<sup>118</sup>.

Em Portugal, o interesse pela genealogia é mais recente e aponta o Brasil como o obreiro maior do projecto de aliança. A revista *Lusofonia*, «que surge no espaço dos sete que falam português, no exacto momento em que é institucionalizada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa» (Ramos, 1996: 7), exhibe na capa (do seu primeiro número em Julho de 1996) José Aparecido de Oliveira intitulado-o como “O Senhor Comunidade” e publica uma entrevista com o mesmo enfatizando que a ideia de tal *comunidade* seria de sua autoria. Dois anos volvidos, reflectindo sobre a vitalidade do projecto, a revista volta a referi-lo de novo, mas agora como o “Senhor CPLP”.

Na página oficial da CPLP, lê-se que o primeiro passo no processo de criação da *comunidade* que viria a ser institucionalizada «foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, aquando da realização, a convite do Presidente brasileiro, José Sarney, do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe»<sup>119</sup>.

Altura em que se desenhou e acordou não a CPLP, mas o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) – o primeiro Instituto que se ocuparia das tarefas de

---

<sup>117</sup> Príncipe Regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves, a partir de 1815 e rei de Portugal entre 1816 e 1826.

<sup>118</sup> Segundo o que apurámos, a morte de D. João VI, causando problemas de sucessão nos dois países, inviabiliza essa vontade de aproximação federativa entre Portugal e Brasil. Conforme refere Jorge Pedreira (1998a), logo no ano seguinte ao falecimento do referido rei, o Brasil assina um tratado de comércio com a Grã-Bretanha (em 1827), de modo que as relações com a antiga metrópole ficam, durante muito tempo, comprometidas.

<sup>119</sup> “Como surgiu a CPLP?” in [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

promoção e difusão do idioma<sup>120</sup>. Como refere André Carvalho, especialista em diplomacia brasileira e relações internacionais, a criação deste Instituto assume-se como “momento catalizador e fortemente indetectável” no percurso de construção da *comunidade lusófona* (Carvalho, 2001: 65). Na opinião de João Domingues (especialista português em relações internacionais), o facto de esta iniciativa ter tido a chancela brasileira, deve-se não só ao «enorme peso demográfico e potencial económico do Brasil, [mas também] ao afastamento de qualquer suspeita por parte dos PALOP, de uma tentativa de neocolonialismo, por parte dos portugueses.» (Domingues, 1997).

Em 2006, aquando da celebração do décimo aniversário da CPLP, a Instituição organizou (num tom marcadamente festivo), com a colaboração de vários embaixadores, directores-executivos, secretários-gerais, assessores e de uma jornalista, um livro que se propunha não só esclarecer alguns equívocos, como pretendia ainda identificar todo um percurso de vitórias e derrotas preconizado por diferentes protagonistas em vários momentos da História.

Nicole Guardiola (2006a: 31-38), a jornalista encarregue da redacção geral do texto, apresenta através de uma enumeração de dados aparentemente solta, o contributo pioneiro de vários homens:

- 1) do Padre António Vieira, “idealista da utopia da *Nova Lusitânia*”;
- 2) do crítico-literário e político Sílvio Romero, que em 1902, teria proposto a criação de uma Federação Luso-Brasileira;
- 3) de Fernando Pessoa, ilustre escritor português que terá celebrizado a ideia de *quinto império* e do mote “a minha pátria é a língua portuguesa”;
- 4) do filósofo Agostinho da Silva, que, na esteira de Pessoa, também defendia o *quinto império* – “limpo de toda a intenção dominadora ou hegemónica”;

---

<sup>120</sup> «O Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) tem uma história que começa, oficialmente, em 1989, quando os países de expressão portuguesa se reúnem, em São Luís do Maranhão para pensar as bases de uma comunidade de língua portuguesa. Na altura, a ideia de criação de um instituto partiu do então Presidente da República do Brasil, José Sarney. Contudo, o Instituto só se tornaria realidade mais de 10 anos depois, na VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que entretanto se havia formado, reunião essa que realizada em São Tomé e Príncipe. Na reunião, foram traçadas orientações para a implementação desse organismo promotor da língua portuguesa. Esta decisão levou à aprovação dos estatutos do IILP, com a escolha do país que acolheria a sua sede, neste caso a República de Cabo Verde, e a convocação da sua primeira Assembleia-Geral. Esta viria a ser realizada em Abril de 2002, com Cabo Verde a ser escolhido para gerir os primeiros anos da existência do Instituto.» [http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=12&Itemid=54](http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=54). [25.03.2008].

5) do sociólogo Gilberto Freyre, cuja teoria do lusotropicalismo teria contribuído para chamar a atenção sobre “a gestão de antagonismos”;

6) dos fundadores do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e Brasil em 1953;

7) de Adriano Moreira, co-fundador do “Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa”;

8) de José Aparecido de Oliveira, que “sonhava com uma comunidade fraterna de países de língua portuguesa”, e que, em 1989, terá relançado junto de diversos dirigentes o interesse pela criação de uma “comunidade de países de língua portuguesa”;

9) de Jânio Quadros, presidente brasileiro que terá dotado o Brasil de uma “política de diálogo e amizade entre os povos”;

10) de Chico Buarque, que cantou “a esperança num futuro «imenso Portugal»”;

11) de Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel e de outros líderes de movimentos de libertação que, mesmo dêem pleno movimento de guerrilhas, terão sido veículos de difusão da língua portuguesa;

12) dos fundadores da *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas* (CONCP), que apostaram numa política de cooperação e solidariedade entre Portugal e as ex-colónias africanas e criaram, em 1979, o Grupo dos Cinco PALOP – “primeira organização intergovernamental de língua portuguesa”;

13) de Jaime Gama (então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal), que em 1983 apostara numa descentralização do diálogo transcontinental dos sete países de Língua portuguesa e na promoção de encontros anuais entre os seus Ministros de Negócios Estrangeiros);

14) de José Sarney, Aristides Pereira, João Bernardo Vieira, Joaquim Chissano, Mário Soares, Manuel Pinto da Costa e Lopo do Nascimento (altos-representantes dos sete países de língua portuguesa) – que, 1989, acordaram a criação do IILP e debateram a emergência de um projecto de *comunidade*;

15) dos congressistas (escritores, académicos e outras personalidades) de três mesas-redondas Afro-Luso-Brasileiras, realizadas duas em 1993 (no Rio de Janeiro e em Lisboa) e uma em 1994 (em Luanda);

16) de Aníbal Cavaco Silva, que estando no Governo, colocaria os PALOP entre as primeiras três prioridades da diplomacia portuguesa;

17) do Comité de Concertação Permanente (integrado por altos-representantes dos sete), que se encarregaria de elaborar os projectos de Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade;

18) de José Eduardo dos Santos, Fernando Henrique Cardoso, Mascarenhas Monteiro, Jorge Sampaio, António Guterres, João Bernardo Vieira, Joaquim Chissano e Miguel dos Anjos Trovoadá e Marcelino Moco – Chefes de Estado e do Governo que participaram na Cimeira Constitutiva da CPLP.

Cada um destes ‘agentes impulsionadores’, citado por Guardiola (2006), terá tido uma actuação peculiar; mas não terão sido, admitimos nós, os únicos. Fica por referir uma miríade de ‘agentes’ anónimos que, por sua conta e vontade, também terão contribuído para que, em algum momento, fizesse sentido, pensar em reunir numa *comunidade* os falantes da língua portuguesa.

Numa visão que partilhamos, Yves Léonard adverte que reduzir este processo, e as relações subjacentes, a uma «lógica financeira e à leitura – aliás indispensável – das estatísticas da ajuda pública ao desenvolvimento é correr o risco de passar ao lado do essencial, tão importante é nestas relações o que releva de afectivo, o que escapa ao quantificável.» (Léonard, 1999b: 422). Argumentamos, pois, que, à parte as conotações poéticas das relações políticas entre o antigo centro e as ex-periferias<sup>121</sup> (Maciel, 2003), a *práxis* quotidiana revela a existência de sentimentos de pertença, sentidos de solidariedade e laços afectivos que, impelindo estes e outros agentes com interesse e potencial para contribuírem para o projecto que viria a precipitar a criação da CPLP, deixam na história da construção social da realidade *lusófona* marcas de amizade, cooperação, debate e reflexão<sup>122</sup>.

Cláudio Furtado (2002), investigador caboverdeano, argumenta que, mais do que unidos pelas estruturas formais dos Estados e dos Governos, os falantes da língua

---

<sup>121</sup> Pelo que bebem, por exemplo, nos ideais lusotropicalistas.

<sup>122</sup> Pense-se, a título de exemplo, na edificação de uma miríade de Organizações Não-Governamentais, Associações, Institutos e de outras ‘micro-comunidades’, cuja razão de existência se baseia essencialmente na amizade, no respeito pelo próximo, no desenvolvimento da língua, na divulgação de ‘agentes’ e produções ou no (re)aproximar de culturas.

portuguesa, através de iniciativas da chamada sociedade civil, teceram “espaços de interacção” e “teias de relações sociais” que se foram construindo tendo como substrato a cultura e o imaginário. Furtado admite ainda que essa mesma sociedade civil, fazendo mais do que aquilo que normalmente se torna público no universo do ‘espaço lusófono’, contribuiu para que se sentisse a necessidade de um organismo como a CPLP, ajudando, por isso, a consolidá-la.

Conquanto as opiniões possam divergir quanto ao papel dos movimentos *bottom-up* na formação da *comunidade lusófona* e na emancipação da CPLP, «alguns estudiosos advogam o seu protagonismo, com base nas actividades das quais representantes e organizações civis tomaram parte, como as Mesas-Redondas Afro-Luso-Brasileiras, que marcaram o período de reflexão e de mobilização iniciado com a aprovação da proposta de criação da Comunidade.» (Maia, 2009:46).

Nos capítulos seguintes retomaremos este ponto, ligando-o àquilo que pensamos serem ‘estruturas de oportunidade’ criadas a partir da formalização da CPLP; mas, antes, façamos uma breve reflexão sobre a emergência e a institucionalização desta Instituição.

### 3.4. A emergência e a institucionalização da CPLP

Numa análise sobre a evolução histórica da CPLP, Suzano Costa e Odair Varela (2009), cientistas políticos caboverdeanos, argumentam que foi a partir da percepção, por parte das elites políticas dos países de língua portuguesa, de que a *comunidade* representava uma oportunidade histórica sem precedentes, que a instituição emergiu como figurino institucional capaz de potenciar e descentralizar o diálogo intercontinental entre os países que partilham a língua portuguesa como veículo privilegiado de comunicação. Mercê da crescente complexidade que o fenómeno político no espaço *lusófono* passou a assumir, o “modo português de estar no mundo”<sup>123</sup> torna-se objecto de interesse para a investigação académica.

Após um longo período de avanços e recuos, vitórias e derrotas, o projecto de construção de uma *comunidade* de países que consolidasse as vontades e acções

---

<sup>123</sup> Os autores usam a expressão “*modo português de estar no mundo*” baseados no conceito introduzido no discurso académico nacional por Adriano Moreira na década de 1950, que se consolidou rapidamente com a sua apropriação e reprodução pelo discurso e ideário políticos do Estado Novo (Moreira, 1956). Fenómeno que foi estudado por Cláudia Castelo (1999).

isoladas de cada um dos ‘sete’ (mesmo que à margem do que informal e internamente realizavam micro-comunidades várias), terá ganho, em Novembro de 1989, um impulso significativo sob a mão e orientação do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira (Domingues, 1997; Carvalho, 2001).

Como acima salientamos, do encontro que este organizou e levou a cabo nessa data, entre os Chefes de Estado e do Governo, não resultou a constituição de uma *comunidade*, como se pretendia, mas sim de um Instituto – o IILP. O investigador brasileiro André Carvalho sublinha a importância e o alcance da criação deste Instituto, focalizado na língua portuguesa. Na sua opinião, não restam dúvidas de que «a iniciativa resultou na confirmação de diversos interesses comuns, bem como na corroboração de objetivos importantes, sendo os principais o reforço à promoção da defesa e difusão da língua portuguesa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e cultura. Acrescent[ando]-se ainda a importância da preservação e difusão do acordo ortográfico» (Carvalho, 2001: 66).

Desde então, decorrem várias iniciativas, como a Criação do Instituto Camões, em Lisboa (1992); a proposta político-diplomática do Governo brasileiro para a criação da CPLP, em Brasília (Março de 1993) e a reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos ‘sete’ em Nova Iorque (Outubro de 1993) – de que resultou uma avaliação positiva para a formalização da CPLP.

Em Fevereiro de 1994, os mesmos Ministros reúnem-se em Brasília e decidem recomendar aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adopção do acto constitutivo da instituição. Elegeram um Grupo de Concertação Permanente, sediado em Lisboa e integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (o Director-Geral de Política Externa) e pelos seis Embaixadores dos restantes países de língua oficial portuguesa acreditados em Lisboa (por ser a única capital onde existiam Embaixadas de todos os países que viriam a integrar a CPLP).

De acordo com o relato que se encontra disponível na página oficial da CPLP, «no tocante à preparação da Cimeira, o Grupo de Concertação Permanente ocupou-se de todos os aspectos relativos à sua realização, definindo o seu formato, estabelecendo o seu programa e cuidando para que a cerimónia de adopção do acto constitutivo da Comunidade fosse revestida da solenidade desejada.

Relativamente às várias vertentes do processo de institucionalização da CPLP, o Grupo analisou em substância a cooperação já existente entre os Sete e a concertação a estabelecer futuramente. Foram abordadas, de forma aprofundada, áreas como a concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais, e a entrada em funcionamento do IILP»<sup>124</sup>.

A Declaração Constitutiva da CPLP e os Estatutos da Comunidade foram os dois documentos resultantes e a base de trabalho na Cimeira.

Em 1995, Lisboa acolheu novamente os sete Ministros que se voltam a reunir para reafirmar a importância para os seus países da constituição da CPLP, e reiterar os compromissos assumidos na reunião de Brasília. Nessa ocasião, validam o trabalho realizado pelo Grupo de Concertação Permanente, que passou a denominar-se Comité de Concertação Permanente (CCP), e acordam em recomendar a marcação da Cimeira para o final do primeiro semestre de 1996, em Lisboa, fazendo-a preceder de uma reunião ministerial em Abril do mesmo ano, em Maputo.

O CCP, reuniu-se pela primeira vez em Novembro de 1995 e, ao longo de oito reuniões, deu continuidade aos trabalhos de institucionalização da CPLP, designadamente no tocante à preparação da sua Cimeira constitutiva, abordando assuntos tais como o financiamento das suas actividades futuras, a designação do Secretário Executivo e a integração no seu âmbito de projectos e acções concretas.

Reunidos em Maputo, nos dias 17 e 18 de Abril de 1996, os sete Ministros reafirmaram os compromissos assumidos na Reunião Ministerial de Lisboa e acordaram os princípios e objectivos que norteariam a Declaração Constitutiva e os Estatutos da Comunidade.

A 17 de Julho de 1996 realizou-se, em Lisboa, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, que marcou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, constituída por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Seis anos mais tarde, em 20 de Maio de 2002, com a conquista da sua independência, Timor-Leste tornou-se o oitavo Estado Membro da CPLP.

O Quadro 1 permite visualizar de forma esquemática e sucinta a cronologia de alguns dos acontecimentos mencionados e de outros igualmente marcantes no percurso da *comunidade lusófona* até à institucionalização da CPLP.

---

<sup>124</sup> “Como surgiu a CPLP?” in [www.clpl.org](http://www.clpl.org).



**Quadro 2:** Síntese de alguns acontecimentos de relevância ocorridos até à formalização da CPLP.

<b>Data</b>	<b>Espaços implicados</b>	<b>Personalidade em destaque</b>	<b>Acontecimento</b>
<b>16 Nov. 1953</b>	Rio de Janeiro	Dirigentes políticos dos dois países	Celebração do Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal.
<b>1956</b>	Brasil / Portugal	Agostinho da Silva	Agostinho da Silva defende a tomada de medidas por parte de Portugal ou do Brasil para se formar uma comunidade com base linguístico-cultural comum.
<b>1964 / 1965</b>	Portugal / Moçambique	Adriano Moreira	Adriano Moreira cria o Movimento da União das Comunidades de Cultura Portuguesa
<b>1965</b>	Brasil	Elites políticas brasileiras	Discussão de uma comunidade semelhante à atual CPLP, rejeitada devido ao caráter ditatorial de Salazar.
<b>1974</b>	Portugal	Elites políticas portuguesas	Projecto de criação de uma comunidade Luso-Afro-Brasileira. (Abandonado devido a um vincado cunho neocolonialista).
<b>1984</b>	Praia (Cabo Verde)	Jaime Gama	Discurso de Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, propondo a formação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
<b>17 Maio 1985</b>	ONU	Altos-representantes dos 7	Convenção da ONU sobre o Direito do Mar onde os Sete países assinaram um texto diplomático único em língua portuguesa.
<b>1986</b>	Praia (Cabo Verde)		Criação da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).
<b>1 e 2 Nov. 1989</b>	São Luís do Maranhão (Brasil)	Chefes de Estado e do Governo	Criação do IILP; I Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa.
<b>1992</b>	Lisboa	Ministério Português da Educação	Criação do Instituto de Camões pelo Decreto-Lei n.135/92 sob a tutela do Ministério da Educação. Extinção do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
<b>Março 1993</b>	Brasília	Itamar Franco e José Aparecido de Oliveira	Proposta político-diplomática do Governo brasileiro para a criação da CPLP.
<b>Outubro 1993</b>	Nova Iorque	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião dos Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos sete países de língua portuguesa, resultando uma avaliação positiva para a criação da CPLP
<b>9 e 10 Fev. 1994</b>	Brasília	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Criação do Grupo de Trabalho de Concertação Permanente e preparação da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo e dos Atos Constitutivos da CPLP.
<b>27 Maio 1994</b>	Lisboa	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião para avaliação do Grupo de Concertação Permanente e aprovação de dois projetos: Declaração de Criação e Estatutos Provisórios da CPLP.
<b>Junho 1995</b>	Lisboa	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião de Ministros Constituição do CCP Agendamento da Reunião Ministerial em Maputo
<b>17 e 18 Abril 1996</b>	Maputo	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores
<b>16 Julho 1996</b>	Lisboa	Ministros dos Neg. Estrangeiros e das Rel. Exteriores	Reunião para preparar os trabalhos da Cimeira.
<b>17 Julho 1996</b>	Lisboa	Chefes de Estado e de Governo dos 7	Cimeira; Formalização da CPLP e eleição do Secretário-Executivo; Reunião de Titulares das Pastas de Cooperação.

Fontes: [www.cplp.org](http://www.cplp.org); Domingues, 1997; Carvalho, 2001; Lopes e Santos, 2006; Guardiola, 2006a.

De acordo com João Domingues (1997), autor de uma tese de mestrado sobre o empreendimento político da CPLP, a Instituição, mais não seria do que a soma de fragmentos da política interna de cada um dos seus constituintes, visando defender no global e em uníssono, interesses que individualmente dificilmente vingariam.

Na análise do seu escopo de actuação têm-se levantado diversas vozes críticas, considerando-a acima de tudo como uma realidade “virtual” ou “ficcional” (Pizarro, 2003; Lopes, 2006; Costa e Varela, 2009). Mas, não sendo nossa intenção estudar aquilo que tem sido, ou deveria ser, o desempenho intergovernamental da CPLP (porque isso nos obrigaria a uma análise bem diferente da que aqui nos ocupa), pretendemos sublinhar que o facto de esta ter atribuído um vector institucional à *comunidade lusófona* ter-lhe-á acentuado a relevância social, cultural, política e económica. Apesar de não ter sido, nem seja, um processo automático, nem tão pouco célere, admitimos que formalização da CPLP tem vindo a contribuir para uma maior operacionalidade e visibilidade da *comunidade lusófona*, pelo menos no antigo centro.

A CPLP, enquanto recurso (mas também como problema), está hoje presente em todos os domínios da *comunidade lusófona*. Basta mencionar domínios como os da educação e formação, da saúde, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável, da biodiversidade e do ambiente, da cooperação e da concertação, do desenvolvimento económico e empresarial, do trabalho e dos assuntos sociais, da investigação e do desenvolvimento, da participação democrática e do exercício da cidadania, das dinâmicas culturais e dos movimentos sociais ou ainda da mediatização de acontecimentos e iniciativas relacionadas com a língua portuguesa<sup>125</sup>.

Uma das repercussões destes processos consiste, precisamente, na criação de estruturas de oportunidade que diferentes agentes sociais, inseridos em diversas micro-comunidades, usam com proveito. Por exemplo, Júlio Santos (2001) e Hugo Augusto (2008) mostraram como Portugal é importante para os músicos caboverdeanos, não apenas no estabelecimento de redes transnacionais que facilitem a sua produção e circulação em termos de mercado, mas também para o recrutamento de colaboradores (músicos, técnicos, sócios...).

---

<sup>125</sup> A referência a todos estes domínios resultou de um acompanhamento das actividades desenvolvidas pela CPLP ao longo destes treze anos de existência. Para todas elas é possível encontrar fundamentação no arquivo de notícias e documentos disponível *on-line* na página da Instituição: [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

A globalização das relações sociais e os processos de integração supranacional, pelo seu lado, contribuem igualmente para intensificar, acelerar e realçar a importância da CPLP no seio da *comunidade lusófona*. Mas, como seria de todo impossível pensar os impactos desta criação de oportunidades nos diferentes espaços e países de língua portuguesa, e indo ao encontro do título desta dissertação, fá-lo-emos, apenas a partir do antigo centro, tendo como particular referência a esfera da cultura.

No capítulo seguinte, ensaiaremos uma análise sobre a produção cultural como pilar da *comunidade* e, no capítulo 5, reflectiremos como é que, em contexto migratório, diversos agentes, ligados sobretudo à esfera da cultura e do lazer, aproveitam as sinergias criadas a partir do elo comunitário.

## Capítulo 4 – A produção cultural como pilar estruturante da *comunidade*. O investimento na língua e na(s) literatura(s) em português.

«[É] sobretudo na área cultural e nas indústrias creativas que se abrem novas potencialidades. Sem essa alavanca a Comunidade não será muito diferente de outros agrupamentos.»

Lopes (2006: 141)

Tendo em conta que o “vasto manto comum” (Lourenço, 1999) que sustenta a ideia de *lusofonia* é a língua e que as instituições criadas para enformar e consolidar a *comunidade lusófona* apostam prioritariamente na difusão da mesma, admitimos que a «construção de pontes culturais e comunicacionais» (Mingas, 2010: 2) pode assumir particular relevância para a (re)criação da *comunidade*. O objecto deste capítulo é, assim, a cultura e o domínio da produção cultural.

A UNESCO caracteriza a cultura como «o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.»<sup>126</sup>. Nesta definição, a cultura e a sua difusão são a base de uma ‘identidade colectiva’, ideia que subjaz, de resto, à *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*<sup>127</sup> – instituição intergovernamental que ao ser criada sublinharia a ideia de que o “pluralismo cultural”, mais do que um elemento de divisão ou perturbador da unidade, paz e compreensão entre as nações, deveria ser encarado como um factor de equilíbrio. Este é também, como vimos anteriormente, o princípio que sustenta os ideais da *lusofonia* e os estatutos das instituições que corporizam a *comunidade lusófona*, como a CPLP, o IILP ou o Instituto Camões, por exemplo.

Os debates em torno das tendências da presente fase da globalização, a que aludimos na introdução desta dissertação, permitem-nos compreender a importância da dimensão cultural na nova ordem mundial. Um importante pensador como Samuel Huntington (1999), por exemplo, considera que o facto de o mundo se ter tornado multipolar e multi-civilizacional conduz a uma situação em que as grandes distinções entre os povos, mais do que ideológicas, políticas ou económicas, seriam sobretudo culturais.

<sup>126</sup> In “What is Cultural Diversity?” in [www.portal.unesco.org/culture](http://www.portal.unesco.org/culture) [01.09.2005].

<sup>127</sup> Adoptada a 16 de Novembro de 1945, em Londres, no rescaldo da Segunda Grande Guerra.

Após séculos de colonialismo e de ‘imperialismo cultural’, as antigas periferias constroem e exaltam os seus valores culturais nacionais, num permanente conflito (ou mesmo numa atitude de rejeição) face aos valores impostos pelos antigos centros colonizadores. De acordo com Huntington, as tensões do século XXI, mais do que provocadas por confrontos entre classes sociais, seriam assim desencadeadas por grupos pertencentes a entidades culturais díspares. As inúmeras e mais ou menos estridentes críticas à teoria do choque civilizacional alertam-nos contudo para a delicadeza da questão. A criação de um fórum mundial para discutir a “aliança das civilizações”<sup>128</sup>, patrocinado pela ONU, confirma a génese política do debate.

Neste contexto, em que os Estados permanecem os protagonistas centrais nas relações internacionais, continuando a sua acção a ser moldada pela busca de riqueza e de poder, fará sentido procurar diferenças ou afinidades culturais? Milton Cummings (2003) defende que a “dimensão cultural”, num contexto democrático e igualitário, assenta na troca de ideias, informações e outros aspectos culturais, entre nações e povos, com o objectivo de promover o entendimento mútuo. No entanto, se esta for aplicada num regime autoritário e em contexto assimétrico, em vez de intercâmbio e reciprocidade, pode constituir-se como uma “estrada de sentido único”, ou seja, como forma de uma nação tentar impor ao resto do mundo a sua língua, as suas políticas e pontos de vista.

A tese de Mestrado de Ana Filipa Teles sustenta que a dimensão política da cultura é incontornável. «Desde as trocas de oferendas entre reis da antiguidade até às Expo’s de hoje, a cultura sempre foi usada como uma forma de os governos e de os países mostrarem o que são, de afirmarem o seu poder e de construírem relações duradouras.» (Teles, 2009: 7). Na opinião da investigadora, a orientação hoje prevalecente deve muito à acção dos franceses da época das Luzes, que se empenharam, desde o século XVII, em divulgar a sua cultura e a sua língua no exterior. A partir daí a produção cultural passaria a assumir «a forma de comércio de ideias, obras literárias, artísticas e científicas a que as potências recorrem para se promoverem fora das fronteiras territoriais.» (*ibidem*).

O diplomata cultural Richard Arndt (2005) alega que terá sido neste quadro de produção e difusão culturais que os países perceberam a necessidade de criar organismos nacionais de acção externa, como viria, já muito mais recentemente, a

---

<sup>128</sup> Vd. [www.unaoc.org/](http://www.unaoc.org/). [22.03.2010].

acontecer em França, com a institucionalização da *Alliance Française*; em Inglaterra, com o *British Council*; na Alemanha, com o *Goethe-Institut*; em Espanha, com o *Instituto Cervantes*; na China, com o *Instituto Confúcio*; ou em Portugal, com o *Instituto Camões*.

Alguns estudiosos das relações internacionais afirmam que, investindo nos valores e recursos culturais e no relacionamento internacional através das afinidades culturais estabelecidas, por exemplo, através da actuação de institutos como os acima mencionados, a política de cultura se tem vindo a constituir como parte do novo *soft power* dos Estados (Nye, 2002). Segundo Joseph Nye, este poder ‘suave’ reside na capacidade de atracção e persuasão que um Estado exerce em relação a outros, que se pode resumir à articulação de práticas simples e recorrentes<sup>129</sup>, que, em contextos de grande complexidade, podem revelar-se como, não apenas mais inteligentes, como ainda mais eficazes (‘smart’), do que o recurso ao *hard power*. Mas, como refere Robert Walker (1990), o relacionamento entre povos e nações não é questão trivial e nem sempre é encarada pela via pacífica, e a dimensão cultural é muitas vezes sublimada, por ser considerada como frívola, idealista e utópica, em face da “dura” realidade dos interesses políticos e económicos que continuam a prevalecer nas relações interestaduais.

No entanto, o sector da cultura, outrora subalternizado, é hoje olhado pelos decisores políticos com o mesmo respeito com que as demais áreas sectoriais são vistas, e a expressão “indústria cultural” já entrou no jargão da esfera pública<sup>130</sup>. Na conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Setembro de 2004 em Coimbra, Gilberto Gil, então Ministro da Cultura do Brasil, sublinhava a necessidade de contemplar a análise da cultura em todas as áreas do desenvolvimento humano. Na sua opinião, será no estudo do património cultural que se poderão encontrar as bases da identidade dos colectivos, motivo pelo qual instiga as Ciências Sociais a um maior investimento na avaliação do papel que a cultura tem ocupado nos mais diversos domínios:

---

<sup>129</sup> É o caso, segundo Nye, de “public diplomacy, broadcasting, exchange programs, development assistance, disaster relief, military-to-military contacts.” [www.guernicamag.com/interviews/777/how\\_soft\\_is\\_smart\\_1/](http://www.guernicamag.com/interviews/777/how_soft_is_smart_1/). [22.03.2010].

<sup>130</sup> Vd. “Sector Cultural e Criativo em Portugal”, Relatório de Augusto Mateus & Associados publicado em Outubro de 2009 pelo Gpeari (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais) do Ministério da Cultura. [www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022\\_Estudo\\_Sector\\_Cultural\\_Criativo\\_Portugal.aspx](http://www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022_Estudo_Sector_Cultural_Criativo_Portugal.aspx). [22.03.2010].

«É hora de a pesquisa científica acerca da cultura conquistar novos vãos, ganhar maior consistência, rigor e autonomia.» (Gil, 2004: 4).

Cientes de que estudar a “cultura” na base da *comunidade lusófona* impõe opções operacionais claras e exequíveis, optámos, neste quarto capítulo, por centrar a nossa atenção no domínio da produção literária, tentando perceber até que ponto esta pode ser, ou não, um pilar estruturante da referida *comunidade*. Estamos, no entanto, igualmente cientes de que, na medida em que a literatura ainda é considerada por alguns como uma actividade restrita às elites, pode naturalmente questionar-se a validade heurística desta opção.

Conquanto não exista uma definição padrão daquilo que possa ser a ‘produção cultural’ ou as ‘indústrias da cultura’ (termos que usamos aqui como sinónimos), e ainda que não seja possível circunscrever um sentido unívoco para a realidade que os termos abarcam, consideramos que a opção faz sentido, e adiante discutiremos os limites a possíveis generalizações que a partir daqui possam ser feitas. Para já, bastará dizer que sustentamos esta nossa posição em três argumentos: uma questão substantiva e duas razões práticas. Relativamente à primeira, consideramos que a literatura é um veículo privilegiado de divulgação e expansão da língua, assim como um instrumento fundamental na construção de quadros de similitude e partilha na formação das identidades colectivas. Quanto às segundas: por um lado, consideramos que, na cultura como noutras esferas, muitas vezes é nas elites que se esboçam novas tendências (eventualmente através da apropriação de práticas até então marginais), que depois podem vir a ganhar enraizamentos ao nível das massas; por outro, a prática institucional faz parte do processo de legitimação pública de práticas e processos. Relativamente a esta última, é o que sugere o estudo *O Sector Cultural e Criativo em Portugal* (Mateus, 2009), que revela que este sector representará quase 3% do PIB nacional<sup>131</sup>. Aí é contemplada a produção literária como parte das ‘actividades culturais nucleares’, que pouco pesam na totalidade do sector; a edição, no entanto, tem um peso considerável, mas faz parte do subsector ‘indústrias da cultura’<sup>132</sup> e contempla outras actividades, para além da produção literária.

---

<sup>131</sup> Vd. <http://jornal.publico.pt/noticia/24-03-2010/o-ministerio-da-cultura-tem-que-ter-a-coragem-de-dimi-nuir-o-numero-de-apoios-e-apostar-na-qualidade-19051683.htm>. [24.03.2010].

<sup>132</sup> Vd. <http://jornal.publico.pt/noticia/24-03-2010/a-cultura-pode-salvar-a-economia-19053490.htm>. [24.03.2010].

No Brasil, o Ministério da Educação, que tutela um curso superior em produção cultural, esclarece que esta diz respeito à produção, organização e promoção de eventos; à idealização e concretização de projectos e produtos artísticos, culturais e desportivos; e, à divulgação científica. Qualquer um desses processos envolve: pesquisa, planeamento, *marketing*, captação de recursos, execução, controle, avaliação e promoção. Os *outputs* podem resultar em: espectáculos de teatro, música, dança; produções cinematográficas, televisivas ou radiofónicas; exposições de artes visuais; festivais; mostras e toda uma série de outras actividades afins<sup>133</sup>.

Também Amélia Mingas, Directora Executiva do IILP, se refere às actividades culturais como um sector económico com efeitos multiplicadores para além da esfera do mercado: «nas indústrias culturais, importa realçar o papel que desenvolvem os operadores culturais associativos e privados, com relevância para os operadores audiovisuais, a indústria livreira e editorial em geral e as representações culturais nacionais nos países e nas instituições internacionais.» (Mingas, 2010: 6).

Em termos de operacionalização concreta, definimos aqui a produção cultural como toda a actividade profissional ou amadora que consiste na criação, reprodução e disseminação de expressões criativas (poemas, romances, narrativas, declamações, recitais e outras), de bens materiais e simbólicos (livros, antologias, actas, revistas, jornais) ou iniciativas de redes sociais (encontro de escritores, congressos, seminários, comunidades de leitura), que permitem aos indivíduos imaginarem-se como colectivos e assim participarem na vida em *comunidade*. Seguimos, como já havíamos anunciado, a ideia de “comunidade imaginada”.

No primeiro capítulo aludimos à análise de Benedict Anderson (1991) sobre a emergência da produção literária (referindo-se sobretudo aos romances e aos jornais) e a sua importância na unificação da linguagem e na representação e no desenvolvimento de uma *comunidade*. De acordo com o autor, a partir do momento em que existe uma percepção de unidade em torno do elemento linguístico (que fortalece o sentimento de antiguidade de uma nação), e um maior número de indivíduos que passa a ter acesso e a ler os mesmos textos, conscientes de si mesmos como “comunidade de leitores”, torna-se possível a formação de imaginações culturais partilhadas.

---

<sup>133</sup> Vd: [http://catalogo.mec.gov.br/index.php?pagina=desc\\_cursos&id=100&curso=3](http://catalogo.mec.gov.br/index.php?pagina=desc_cursos&id=100&curso=3). [01.03.2010].



Anderson defende que a formação de “comunidades imaginadas” que evoluíram para se tornarem nações se deveu largamente ao investimento na área literária. Poder-se-á usar o mesmo raciocínio ao nível da formação de espaços de afiliação supranacional? Ou poderá a ausência de infra-estruturas semelhantes às dos Estados representar um bloqueio intransponível?

Inocência Mata, recorrendo sobre a produção literária no ‘espaço lusófono’, refere que a produção cultural é aquilo «que nos aproxima e não os negócios e os acordos comerciais.» (Mata, 2009). Seguindo essa mesma linha, poderemos nós sugerir que a produção literária (juntamente com os mundos que envolve e mobiliza) se constitui como esteio para o desenvolvimento de uma espécie de ‘transnação’ que seria a *comunidade lusófona*?

Iniciaremos este capítulo reflectindo sobre o peso da língua portuguesa e a sua actual situação no mundo, questionando se existirá, de facto, uma percepção de unidade em torno do elemento linguístico. De seguida, equacionaremos a ligação entre a língua portuguesa e a literatura do chamado ‘espaço lusófono’, discutindo em que medida a “chama plural” potencia a constituição de múltiplas ‘pátrias’ - convergentes, ou não, com a ‘comunidade transnacional’ da *lusofonia*. Analisando em particular o caso das literaturas africanas, tentamos perceber se, nessa diversidade de ‘pátrias’, existe, ou não, uma ‘comunidade interpretativa’ de língua portuguesa capaz de ‘ligar’ a *comunidade lusófona*. Considerando que a literatura é um dos expoentes máximos no que toca à divulgação e expansão da língua, assim como um dos “instrumentos culturais de primeira linha” na construção de quadros de similitude e partilha na formação da *comunidade lusófona* (Maciel, 2004:3), o propósito central deste capítulo passa, necessariamente, por perceber o seu papel como pilar estruturante da *comunidade*.

Esta pista de análise já havia sido proposta em tempos por Miguel Vale de Almeida que, ao relembrar que «os estudos pós-coloniais tiveram o seu principal impulso em meios académicos ligados à crítica literária e aos estudos culturais» (Almeida, 2000: 227), sugere que seria interessante analisar como é que uma crítica à chamada “literatura lusófona” nos permite pensar a pós-colonialidade no âmbito do «crescente e ambíguo domínio da “lusofonia”.» (*ibidem*).

#### 4.1. A língua portuguesa

Como notámos em escrito anterior (Maciel, 2004), os últimos tempos, férteis em eventos baseados na celebração da partilha da língua portuguesa, não podem deixar de nos surpreender, pela crescente importância atribuída à língua e ao papel que lhe é conferido como ‘massa de ligação’ do chamado ‘espaço lusófono’. Seja através da *lusofonia*, da CPLP, do IILP, da RTP África ou de outras instâncias, a língua extravasa a área da comunicação, envolvendo relações e interesses sociais, culturais, políticos e económicos.

Não se trata, contudo, de matéria simples, ou neutra – como recorda Eduardo Lourenço: «a língua nunca foi – e continua a não o ser – uma espécie de instrumento neutro que se esgota no seu uso comunicante empírico» (Lourenço, 1999: 128). «Enquanto realidade presente, é, ao mesmo tempo histórica, contingente, herdada, em permanente transformação e trans-histórica, praticamente intemporal.» (*ibidem*: 121). No mesmo sentido, Ana Isabel Madeira (2003) entende que a língua é um “capital de memória” que recicla e actualiza a sua própria substância. Também na visão de Maria Lucília Pires, a língua é, por definição, um “bem social”, «que promove e alimenta as relações entre habitantes de uma mesma comunidade, conformando o instrumento que lhe permite, simultaneamente, conceber o mundo que o cerca e sobre ele agir.» (Pires, 2005: 605).

A língua também mobiliza interesses políticos e económicos (Margarido, 2000). Na verdade, as diversas visões que se vêm tecendo sobre o papel da língua portuguesa no projecto da *lusofonia* tornam-na alvo de aceso debate entre académicos e políticos – para além dos linguistas. Se, por um lado, se entende a língua portuguesa como um veículo de cultura que reflecte a singularidade do caso português (o “encontro entre culturas” que realça o cerne da deambulação dos portugueses no mundo [Soares, 1994] e as “pontes naturais” que ligam Portugal aos restantes países lusófonos [Pires, 1997]); por outro, produzem-se reflexões críticas que denunciam o suposto engodo ideológico que sustenta a ideia de tal excepcionalismo (Feldman-Bianco, 2002; Thomaz, 2002). Segundo Vale de Almeida (2000), por exemplo, a aparente capacidade especial dos portugueses para se “misturarem” com o outro funcionaria exclusivamente num sentido: “de cá para lá”, mas não o inverso.

Apesar de tais controvérsias, num encontro realizado em 1996 na Arrábida<sup>134</sup>, um mês após a institucionalização da CPLP, que contou com o contributo de intelectuais e políticos dos países *lusófonos*, a exaltação com que foi saudada a criação de um espaço da *lusofonia* dava conta de uma sólida posição pragmática, alicerçada em razões “objectivas”, mas também em argumentos mais subjectivos sem os quais os primeiros não ganham força mobilizadora: o que nos une é incomensuravelmente mais rico que o que nos separa – bem poderia ter sido o mote do referido encontro.

Amílcar Cabral, num texto datado de 1974, sublinhara essa capacidade relacional da língua:

«O português é uma das melhores coisas que os tucas [portugueses] nos deixaram, porque a língua não é a prova de nada mais, senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo.» (Cabral, 1974: 101).

Contudo, embora do ponto de vista histórico, a língua portuguesa possa ter contribuído, ao longo dos tempos, para a concretização de um vasto sistema de trocas culturais, sociais, económicas e políticas, não se conhece hoje, de facto, qual a sua situação no mundo.

Em entrevista concedida à *Ler. Livros e Leitores*, em 2002, Mia Couto comentava:

«Em Moçambique, de facto, nem todos falam português como se pensa. [...] Por isso, quando se fala de lusofonia e se diz que somos todos iguais, dito dessa maneira não se percebe que há culturas em Moçambique que não têm nenhuma relação com a língua portuguesa e que vão ficar completamente excluídas» (Couto, 2002: 56).

Seria Moçambique, à data, uma excepção no ‘espaço lusófono’? Admitimos que não. Em Maio de 2009, numa troca de impressões com Moema Augel, professora brasileira que trabalhou durante muito tempo na Guiné-Bissau, perceberíamos, pelo seu testemunho, que, é necessária muita prudência quando se afirma que esse país é um “país de língua portuguesa”<sup>135</sup>:

«Falar da Guiné-Bissau como “país de língua portuguesa” implicaria não levar em conta que ali o português é uma língua falada por uma pequena minoria, sendo ainda mais reduzido o número dos que a falam corretamente, e ínfimo o dos que a escrevem. [...] Admitir que os guineenses, como totalidade, sejam

<sup>134</sup> Vd. Rocha-Trindade (coord.), 1998.

<sup>135</sup> Cf. Moema, 2007: 78-91.

lusófonos seria inverter a realidade, pois isso implicaria em admitir que falem habitualmente o português. Mas o português na Guiné-Bissau, embora seja o idioma oficial, não é nem a língua segunda da maior parte da população, nem mesmo a da elite instruída, que não a usa espontaneamente em situações descontraídas, no seu meio de origem. Afirmar o contrário seria querer iludir-se ou pretender distorcer politicamente a realidade. Poderia ser viável, talvez, falar que a Guiné-Bissau é um país lusógrafo, apesar dos cerca de 60 % de analfabetos do país e embora essa realidade esteja cada vez mais confrontada com o crescente emprego da língua guineense também na comunicação escrita.»<sup>136</sup>

De facto, a História e a Antropologia coloniais demonstraram a diminuta “capacidade infraestrutural do Estado” (Mann, 1993) no que respeita à difusão da língua portuguesa nas ex-periferias<sup>137</sup>. Quer no ensino, quer no apoio à cultura em geral, quer mais recentemente na concretização de uma política da língua, as lacunas são grandes. Como refere Eduardo Lourenço, o facto de um “país-continente” como Brasil ou de as recém-formalizadas nações africanas falarem o português, terá sido «mais benevolência dos deuses e obra do tempo do que o resultado de concertada política cultural.» (Lourenço, 1999: 123).

No mesmo sentido, e referindo-se ao caso de Macau, António Vitorino (2004) alega que, quando os portugueses se estabilizaram em território macaense, investiram no poder administrativo, mas confiaram o ensino do português à Igreja Católica. Na sua opinião, mais depressa os padres aprendiam as línguas indígenas para poderem evangelizar, do que ensinavam o português – o que se veio a tornar penoso em termos de uma eficaz aceitação da língua portuguesa.

O quadro mais vasto da educação revela, de facto, que este foi, quer nas então periferias, quer no antigo centro, um domínio da política sempre relegado para segundo plano (Candeias, 2001, 2004). Alfredo Margarido defende que «[a] política portuguesa sempre se mostrou pouco interessada pela difusão do conhecimento, o que explica a ausência de um vero projecto escolar, capaz de permitir uma alfabetização tão rápida como geral. E se bem que as decisões administrativas fossem redigidas e publicadas em português, a verdade é que se registava a existência de um grupo muito reduzido de leitores.» (Margarido, 2007).

Num contexto de mundialização «em que o português tem de contar com a viva concorrência [por exemplo] de numerosas línguas africanas regionais ou vernaculares,

---

<sup>136</sup> Testemunho que a professora enviou por escrito, através de um e-mail datado de 12 de Maio de 2009.

<sup>137</sup> Vd.Nóvoa, 2001; Madeira, 2003: 20-22.

crioulos, ou mesmo o inglês e o francês.» (Léonard, 1999b: 439), que futuro terá a língua portuguesa e que perspectivas podemos esperar para as respectivas literaturas na formação da *comunidade lusófona*?

De acordo com os dados avançados aquando do décimo aniversário da CPLP, em 2006, a Instituição garantia que a «língua portuguesa está de boa saúde e o número de lusófonos e de grafia portuguesa está a crescer rapidamente no espaço da CPLP e no mundo. Nos Estados-membros da Comunidade, os progressos da escolarização e do combate ao analfabetismo faz regredir a percentagem da população que não tem o português, pelo menos, como segunda língua.» (AAVV, 2006: 102).

Nicholas Ostler (2007), especialista em línguas, traçaria, um ano depois<sup>138</sup>, uma visão não tão optimista em relação à situação da língua portuguesa no mundo. Na sua opinião, por esta estar excessivamente concentrada na América do Sul, ser desequilibrada na Europa, possuir populações de falantes pouco expressivas na África e menores ainda em Timor-leste, não está bem colocada para competir como língua de comunicação global. Embora o especialista aponte a língua portuguesa como a sexta língua mais falada no mundo (sobretudo por causa da dimensão geográfica do Brasil<sup>139</sup>), e refira que, actualmente, a mesma é língua nativa de quase 180 milhões de pessoas e segunda língua para mais de 15 milhões<sup>140</sup>, o português enfrenta um futuro incerto e de difícil previsão.

De acordo com os dados avançados por Ostler (*idem*), para cada falante de português europeu (em Portugal), existem 16,7 falantes de português no Brasil. Dados que contrastam significativamente com a actual situação da língua inglesa: para cada falante de inglês europeu, há quatro americanos; ou da língua espanhola: para cada falante de espanhol europeu, existem três mexicanos. A França, será, entre todos os antigos centros, a que mais se distingue, na medida em que a antiga metrópole tem mais falantes do que toda a restante comunidade francófona.

---

<sup>138</sup> Na conferência inaugural da Reunião de Trabalho sobre a “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, realizada na FLAD a 5.11.2007. Texto disponível em [www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf](http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf), pp. 57-66.

<sup>139</sup> Ostler em *Empires of the World*, defende a ideia de que a actual situação da língua portuguesa no mundo deve mais ao desenvolvimento económico e populacional do Brasil, do que à expansão portuguesa (Ostler, 2006: 315).

<sup>140</sup> Somando os dois valores apresentados por Ostler, os falantes da língua portuguesa rondariam os 195 milhões de pessoas. Valor que fica um pouco aquém dos 240 milhões de habitantes que, hipoteticamente, enformam a CPLP (AAVV, 2006: 1-3). Os dados do *Ethnologue: languages of the world* (Lewis, 2009) apontam para 178 milhões de falantes de português espalhados por 37 países.

Num texto datado de 1981, já Adriano Moreira havia advertido para o peso do Brasil na perpetuação da língua portuguesa:

«Temos como vínculo mais geral de todos a língua [...], mas acontece que também é património do Brasil, que o usa como seu. E como a lei do número parece ter aqui um campo especial de actuação, tem de aceitar-se que quando se ensina a Língua portuguesa nos EUA ou no Japão, é porque se fala português no Brasil, e não porque se fala em Portugal. Este facto, que fica anotado, não pode ser ignorado na política de língua, nem na definição dos meios de comunicação social portugueses, nem na avaliação das perspectivas de que os nossos criadores de cultura vejam a sua obra expandir-se para além das fronteiras.» (Moreira, 1981: 48-49).

Já para David Graddol, especialista em política e diplomacia da língua<sup>141</sup>, é previsível que o português tenha um período de rápido crescimento até 2050, sendo os seus protagonistas predominantemente de nacionalidade brasileira e os seus maiores utilizadores, como segunda língua, os africanos – que o utilizarão, sobretudo por motivos de ordem política e económica decorrentes da própria história do continente. Referindo-se especificamente a Moçambique, Graddol alega que o português tem crescido e continuará a crescer a bom ritmo, devido, sobretudo, à «forte tendência a favor [dessa língua] que está a ser aceite e requerida pelas novas gerações.» (Vd. FLAD, 2007: 30)

Mia Couto, que em 2007 se volta a pronunciar sobre a situação da língua portuguesa e da *lusofonia* em Moçambique, alega que Moçambique encontra nessa mesma língua os pilares de (re)construção nacional:

«Quando a lusofonia foi proclamada como um projecto supranacional houve interrogações que foram levantadas. Eu mesmo questioneei o sentido desse projecto numa realidade plural em que parte dos seus cidadãos não fala português ou fala português como segunda língua. Evidentemente que eu me posicionava tendo, sobretudo, em conta a realidade do meu país. Não seria justo inventarmos um patamar de cidadania que excluía, à partida, mais de metade dos moçambicanos. A verdade é esta: apenas uma das nações de Moçambique já vive na lusofonia. Apenas parte dos moçambicanos já se reconhecem como falando e sendo falados pela língua portuguesa. Mas também é verdade que toda a grande nação moçambicana encontra no português a sua língua de construção, o idioma que a projecta num corpo unitário e que a torna capaz de viver na modernidade.» (Couto, 2007a).

---

<sup>141</sup> Igualmente palestrante na Reunião de Trabalho sobre “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, organizada pela FLAD a 5.11.2007. Está disponível uma síntese da sua intervenção em [www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf](http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf), pp. 28-33.

Na opinião do escritor moçambicano, a aposta no português tem sido progressivamente maior com o evoluir do tempo, e revela que tanto o governo moçambicano, como os seus cidadãos têm apostado na língua portuguesa:

«Na realidade, as autoridades moçambicanas não mudaram a sua política linguística e o português permaneceu na sua condição de língua oficial e unificadora. Fala-se hoje mais português em Moçambique que se falava na altura da Independência. O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa que séculos de colonização. Mas não o fez por causa de um projecto chamado lusofonia. Nem o fez para demonstrar nada aos outros ou para lançar culpas ao antigo colonizador. Fê-lo pelo seu próprio interesse nacional, pela defesa da coesão interna, pela construção da sua própria interioridade.» (Couto, *idem*).

Mas, como refere Benedict Anderson, se Moçambique fala português é, porque, apesar de tudo, «the Portuguese is the medium through which Mozambique is imagined (and at the same time limits its stretch into Tanzania and Zambia). Seen from this perspective the use of Portuguese in Mozambique (or the English in India) is basically no different than the use of English in Australia or Portuguese in Brazil. Language is not an instrument of exclusion [...]. On contrary, it is fundamentally inclusive.» (Anderson, 1991: 134).

Esta mesma orientação, parece ter sido entendida e defendida pelo dirigente político, Amílcar Cabral, que, defendia a continuação, após as independências, do uso da língua portuguesa, como alavanca de desenvolvimento:

«Há muita coisa que não podemos dizer na nossa língua, mas há pessoas que querem que ponhamos de lado a língua portuguesa [...]. Esses querem é avançar a sua cabeça, não é o seu povo que querem fazer avançar. Nós, Partido, se queremos levar para a frente o nosso povo, durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem de ser o português.» (Cabral, 1974: 102).

Movido, é certo, por motivações partidárias específicas, Cabral propugnava então que subjaz, à utilização da língua comum, um valor sócio-político capaz de superar divergências ideológicas entre o antigo centro e as ex-periferias. Razão pela qual acentuava, num tom apologético, o uso do português entre os caboverdeanos independentes.

Para além desse valor sócio-político, Ivo Castro (2007), especialista em linguística histórica, sublinha a existência de factores pragmáticos, ligados à demografia

e à urbanização, para explicar a manutenção e a actual expansão da língua portuguesa, especialmente em Moçambique e em Angola. De acordo com o autor, tem vindo a notar-se nesses dois países uma forte tendência para a concentração da população nas capitais – lugares de excelência para o convívio e a constituição de famílias por parte de indivíduos das mais diferentes regiões, etnias e línguas nacionais. Assim sendo, o facto de a urbanização fazer convergir para lugares comuns pessoas tão diferentes faz com que o patamar de entendimento passe pelo uso da língua portuguesa. Se, «para essas pessoas o português é uma língua segunda, dominada com maior ou menor apuro, para a geração dos seus filhos o português é a língua materna. E as gerações seguintes seguirão, provavelmente, o mesmo caminho.» (Castro, *idem*: 7).<sup>142</sup>

No que toca aos restantes países de língua portuguesa, Castro sublinha que, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, mesmo preocupados em manter os seus crioulos, continuam a atribuir ao português as funções de língua oficial, da administração e do ensino, e de língua de comunicação internacional no quadro *lusófono*. Aquando do trabalho de campo realizado em Santiago, Cabo Verde, em Abril/Maio de 2007, foi possível constatar a importância que é dada tanto ao crioulo, como ao português, nos termos expressos por Ivo Castro. Ao nível do quotidiano, verificou-se que boa parte da população comunica entre si em crioulo (isso foi notório, por exemplo, entre as crianças e os adolescentes na escola; os jovens em contexto informal e de descontração; as mulheres nos seus locais de trabalho; ou entre os idosos que frequentam a pracinha pública). A situação mudaria de cenário se uma conversa partisse do lado da investigadora, em português – nessa altura, praticamente todos os interpelados utilizaram o português como veículo de comunicação. Quando se visitaram Institutos ligados à língua portuguesa (IILP, Instituto Camões, Embaixada de Portugal), e organismos de cultura e do poder local (Biblioteca Nacional, Câmara Municipal), o cenário foi o inverso daquele que se vive informalmente no quotidiano: aí a utilização do crioulo é bem mais comedida. Apesar de se debater, a nível nacional, a

---

<sup>142</sup> A tese de Castro parece ser corroborada por uma notícia avançada recentemente no *Mundo Português*: «A língua portuguesa ganha cada vez mais espaço entre a população jovem residente nas zonas urbanas, apesar do sotaque derivado das línguas nativas. O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Moçambique indica que 90 por cento da população urbana moçambicana usa o português como principal língua de comunicação, nove por cento utiliza-a em casa e 6,5 por cento tem-na como língua materna. O país tem 21,8 milhões de habitantes, espalhados pelas 11 províncias com 23 línguas de origem bantu, mas nenhum dos idiomas autóctones cobre todo o território nacional. [...] Na cidade de Maputo, com um universo populacional de aproximadamente 960 mil habitantes, mais de 412 mil pessoas têm o português como língua materna, contra as 302 mil que usam o xichangana e 93 mil que têm o xironga.» <http://mundoportugues.org/content/1/6803/mocambique-maputo-portugues-lingua-materna-mil-pessoas/>. [06.04.2010].



institucionalização do crioulo, foi notória a presença da língua portuguesa em diversos níveis da realidade caboverdeana. Para além de ser a língua de ensino, da administração e de alguns institutos privados, é também a língua principal nos meios de comunicação da imprensa escrita. Todos os jornais diários e revistas caboverdeanas adquiridos em Santiago estavam escritos em português e notou-se inclusive uma extrema preocupação em manter um nível elevado de linguagem. O mesmo foi observado pelas investigadores brasileiras Maria Aliete Bormann e Marília Borges Silveira, que realizaram trabalho de campo em Timor-Leste entre 2004 e 2007. Das suas observações conclui-se que a língua portuguesa, nesse país, é “a língua da elite administrativa, da igreja e da autoridade” - mas que, no ensino, por exemplo, a sua expansão é “ainda muito tímida”. Referem que, na actualidade, o português «disputa espaço, nas relações de poder, com o inglês, com a língua bahasa-indonésio e com o tétum.» (Bormann e Silveira, 2008: 639-640).

Quanto a Portugal e ao Brasil, Castro propugna que estes têm vindo a prosseguir as respectivas histórias linguísticas – marcadas, desde 1911, pelas tentativas de unificação ortográfica. Estas, se numas alturas têm favorecido, de facto, “pulsões unificadoras”, noutras ocasiões têm despoletado “pulsões separatistas”. Como explica o autor, as relações entre os dois países têm girado em torno de um dilema: apostar na unidade da língua portuguesa propulsionada a partir do Brasil, ou reivindicar a preservação da sua autonomia e especificidade num quadro de desintegração do sistema linguístico? Castro admite que o conflito está “londe de uma conclusão”; no entanto, alega que outros veículos existem (para além da ortografia) que se mostram mais eficazes na perpetuação da língua partilhada: os canais de televisão em língua portuguesa; os movimentos de migração regular; e o gosto pelo desporto (especialmente pelo futebol), «que é um fortíssimo motivador de emoções colectivas.» [Castro, 2007: 10]).

Regressando à reflexão de Graddol, há também uma óptica virada para as questões de mercado e empregabilidade que é preciso não perder de vista. O português, por impulsos da própria globalização, tem vindo não só a crescer em Moçambique, mas um pouco por todo o mundo. O especialista sublinha que, à força de o inglês se ter tornado uma língua necessária (como competência básica), a tendência é para que se inicie o seu ensino cada vez mais cedo, levando a que, em alguns países, haja já um

elevado número de falantes da língua mesmo nas camadas mais jovens<sup>143</sup>, e, por isso, ironicamente, o mercado para o ensino do inglês (profissional e avançado) tende a diminuir. O outro lado da moeda é que os indivíduos que se querem distinguir ao nível da proeficiência linguística não investem mais na aprendizagem do inglês (que supostamente já falam e dominam, como tantos outros indivíduos), mas sim de outras línguas como o espanhol, o chinês ou o português.

Diz Graddol que “o considerável potencial da língua portuguesa”, e o seu crescimento, podem ser explicados a partir de três factores: 1) o crescimento orgânico dos luso-falantes; 2) o aumento do seu uso como segunda língua; e, 3) a progressão do seu uso como língua estrangeira.

Em sua opinião, o primeiro, baseado no aumento populacional, processa-se de forma lenta e pouco dependente da intervenção política. Prevendo-se que o Brasil tenha 250 milhões de habitantes em 2050, este tipo de crescimento será muito relevante no caso da língua portuguesa. No que toca ao aumento do uso como segunda língua, trata-se, segundo o especialista, de um processo menos moroso e mais sensível à acção dos governos; e terá especial importância no caso dos PALOP, nomeadamente através de políticas educativas. O terceiro tipo de crescimento, relacionado com uso da língua como língua estrangeira, revela-se como aquele que poderá ter um impacto mais imediato. Este deverá ser, na opinião de Graddol, o principal foco de preocupação do antigo centro – que deve apostar fortemente na oferta de exames, certificados e diplomas de português que possam ser promovidos e aceites internacionalmente pelo mercado de trabalho. Como refere, «as zonas de crescimento podem não ser as que esperamos. Há, por um lado, uma tendência global de regresso às origens – na China, Índia e África, pode haver grupos populacionais que queiram aprender o português por razões de herança familiar ou histórica; por outro, a economia também joga a favor da língua portuguesa. Para além da importância do Brasil, os países africanos de expressão portuguesa assumem relevância no mercado global de recursos naturais. Diversas empresas chinesas estão a apostar de forma intensa em África contribuindo para o crescimento do ensino da língua portuguesa na China.» (FLAD, 2007: 32).

---

<sup>143</sup> o autor dá o exemplo da Filândia, onde actualmente os professores de inglês, ao nível secundário, se deparam com elevados níveis de desemprego.

Este parece ser, de resto, o argumento de Anabela Saint-Maurice, autora do documentário “Além de Nós”, exibido na RTP1 a 21 de Dezembro de 2009<sup>144</sup>. De acordo com as informações avançadas, a língua portuguesa, ainda língua oficial em Macau, mas não língua de comunicação, está actualmente em expansão em território macaense, sendo promovida tanto em institutos e escolas privadas como nas escolas luso-chinesas do ensino público.

Em Dezembro de 1999, aquando da transição portuguesa de Macau para a China, alguns especialistas das áreas ligadas ao estudo da evolução linguística traçavam, segundo a autora, um prognóstico de insucesso quanto ao futuro da língua portuguesa naquele território; no entanto, dez anos volvidos, Saint-Maurice constata que a actual situação do português deixa antever o contrário. Cientes de que Macau é hoje um interface intercultural e, por isso, fonte de inúmeras possibilidades, os mais optimistas crêem que o português terá, nesse contexto, boas hipóteses de singrar.

Alan Baxter, sociolinguísta australiano que dirige o Departamento de Português da Universidade de Macau, referia, ainda no mesmo documentário que “a divulgação e perpetuação de uma língua depende em muito das forças sócio-económicas” do país onde pretender permanecer e crescer. É, na sua opinião, o que está a acontecer em Macau. A China estabeleceu relações sócio-económicas com os países de língua portuguesa e isso fez com que o português se tornasse “fonte de interesse” e se posicionasse de novo no “palco internacional”. Rui Rocha, Director do Instituto de Português no Oriente, aponta no mesmo sentido. No seu entender, a língua portuguesa atravessa um momento crucial em Macau que lhe permitirá, nos próximos 10 a 15 anos gozar de uma “grande ascensão”.

De acordo com um inquérito, efectuado em Maio de 2008 por uma equipa do ISCTE liderada por José Paulo Esperança, junto de 2.500 aprendentes da língua portuguesa em diferentes escolas e universidades de países onde existem centros de língua e leitorados apoiados pelo Instituto Camões<sup>145</sup>, 60,9% dos inquiridos refere que se interessou por estudar português porque “aprender outras línguas é importante para o futuro”. Na ordem de motivações e objectivos pessoais (Tabela 8), seguem-se “aprender

---

<sup>144</sup> Exibição disponível em [http://tv1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p\\_id=25830&e\\_id=&c\\_id=1&dif=tv](http://tv1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p_id=25830&e_id=&c_id=1&dif=tv) [04.01.2010].

<sup>145</sup> Resultados disponíveis em <http://www.instituto-camoes.pt/encarte-jl/sociabilidade-e-trabalho-motivam-aprendizagem-do-portugues/pdf.html> [01.03.2010]

mais sobre a cultura portuguesa” (39,1%); “ganhar mais cultura” (32,9%); e, “encontrar ou progredir no emprego” (29,1%).

Tabela 8. Motivações para aprender Português

<b>Razões para aprender Português:</b>	<b>(%)</b>
Aprender outras línguas (importante para o futuro)	60.9
Aprender mais sobre a cultura portuguesa	39.1
Ganhar mais cultura	32.9
Encontrar ou progredir no meu emprego	29.1
É a língua oficial do meu país	25.3
Comunicar com os meus amigos	23.6
Estudar num país de Língua Portuguesa	23.2
É a língua oficial em muitos países	22.2
A língua está a crescer	18.1
Comunicar com a minha família	14.2
É a língua oficial em muitas organizações. internacionais	8.2
Esta é a língua dos meus avós	7.9
Fazer negócios	7.3

**Fonte:** “Sociabilidade e trabalho motivam aprendizagem do português” in [www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt)

A estes resultados acresce ainda uma informação sobre os usos presentes e pressupostos usos futuros da língua portuguesa, por parte dos inquiridos. No primeiro caso 55,4% usam o português para “falar com amigos/colegas”; 48,1% para “viajar”; 34,4% “em casa”; e, 30,8% “no trabalho”. No segundo caso, “viajar” (77,6%) e usar “no trabalho” (60,6%) são as duas primeiras opções (Tabela 9).

Tabela 9. Usos presentes e futuros da Língua Portuguesa

<b>Situações em que os inquiridos falam português:</b>	<b>(%)</b>
Falar com amigos / colegas	55.4
Viajar	48.1
Em casa	34.4
No trabalho	30.8
<b>Situações futuras para usar o português:</b>	<b>(%)</b>
Viajar	77.6
No trabalho	60.6
Lazer	43.2
Nos estudos	39.7
Em acontecimentos internacionais	25.3

**Fonte:** “Sociabilidade e trabalho motivam aprendizagem do português” in [www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt)

Em suma, os dados parecem indicar que a língua portuguesa cresce e crescerá, não só por motivações pessoais para a aprendizagem de novos conteúdos, mas também por inspirações de ordem prática (falar com amigos, viajar), ou através de interesses sócio-económicos (trabalho, estudos). Contudo, para José Paulo Esperança (2008), coordenador do estudo, há ainda a destacar o peso que a dimensão reticular assume neste processo de evolução da língua. Na sua opinião, o crescente interesse que tem havido um pouco por todo o globo pelo português resulta do “valor de rede” que o idioma tem, ao ser uma das línguas mais faladas a nível mundial.

De acordo com Esperança (*idem*), quando as pessoas investem no estudo de uma língua têm de ter várias preocupações, e, uma delas é, efectivamente, a preocupação de “rede”. Na sua opinião, o fenómeno é muito semelhante com o que acontece na área das telecomunicações, onde a maioria prefere utilizar o serviço do operador com maior peso. Se houver diferenças de preços, ter-se-á toda a vantagem em estar na rede mais numerosa, porque haverá mais pessoas com quem se possa falar. Será, segundo o que argumenta, a razão pela qual tantos não falantes de português estão a aprender a língua, nomeadamente nos países vizinhos dos de língua portuguesa, como em Espanha, na Venezuela, Argentina ou no Uruguai (onde é idioma obrigatório nas escolas).

Essa dimensão reticular assume, na opinião do autor, uma dimensão especial nas chamadas «indústrias culturais, que são aquelas que utilizam mais e tiram mais partido da língua, como por exemplo, a literatura, a música, o teatro ou a televisão.» (Esperança, *idem*).

Nos últimos anos, no quadro das actividades do Socinova Migrações, tivemos a oportunidade, não só de estudar o funcionamento deste tipo de ‘redes’ na área cultural, como de accionar, através da realização de três Encontros Internacionais sobre Migrantes Subsarianos na Europa, essa espécie de mecanismos reticulares que surgem de baixo para cima. Promovendo o encontro entre as esferas académica, política (decisores), creativa (escritores, pintores, músicos, actores, realizadores), do terceiro sector (ONG, associações, organizações religiosas e outros) e dos *mass media*, foi possível constatar a importância do vector cultural nas relações que se estabelecem entre *lusófonos* (de várias proveniências) no antigo centro, e a partir deste.

A segunda edição desses Encontros<sup>146</sup> foi dedicada à análise e discussão das “redes no espaço lusófono”. Aí se discutiu de que forma as ‘práticas da lusofonia’ (partindo não só de relações espontâneas entre *lusófonos*, mas também de organismos institucionais, como a CPLP ou a UCCLA) têm vindo a alimentar todo um sistema de trocas entre intelectuais, académicos, técnicos, artistas, criadores, líderes associativos e outros actores e agentes das mais diversas origens, que se exprimem numa língua comum: o português. Verificámos, ainda, que a constituição de redes e as esferas postas em diálogo têm possibilitado a criação e o desenvolvimento de ‘estruturas de oportunidade’ não só para os falantes da língua portuguesa, como para a própria língua. Havíamos anteriormente demonstrado que no universo literário, por exemplo, as possibilidades e oportunidades criadas no mercado português, a partir do antigo centro, portanto, constituem “rampas de lançamento” para viabilizar o mercado da literatura africana em língua portuguesa (Maciel, 2003).

As redes constituem, de acordo com Castells (2002), a nova morfologia das sociedades e a difusão da sua lógica modifica consideravelmente as operações e os resultados dos processos de produção, experiência, poder e cultura. Conquanto a organização social em redes tenha existido noutros tempos, o novo cenário da tecnologia da informação fornece, de acordo com o autor, as bases materiais para a expansão da sua penetrabilidade em toda a estrutura social.

De facto, essa dimensão reticular que resulta das novas tecnologias e se estabelece no domínio virtual é igualmente importante numa análise sobre a actual situação da língua portuguesa. De acordo com os dados avançados por Ana Teles, o português representava, em Março de 2009, «o maior grupo linguístico na *internet*, com cerca de 50 milhões de utilizadores.» (Teles, 2009: 51). Na opinião de Teresa Carmo (2004), cientista social dedicada às questões da comunicação multimédia, a “explosão na *net*”, para além de evidenciar o crescimento do uso corrente do português, deve funcionar como um alerta para o Estado e as entidades organizadas para a necessidade de ocuparem um lugar estratégico na rede – com vista a disponibilizar às gerações vindouras todo um manancial de conhecimento em língua portuguesa.

Defendendo que “uma língua que não se defende, morre”, a especialista sublinha a importância de iniciativas do género do “ciberdúvidas” – um sítio na rede que regista anualmente milhares de visitas, responde a dezenas de milhares de perguntas e tem

---

<sup>146</sup> Realizada entre 25 e 26 de Maio de 2007, na Quinta da Memória em Odivelas.

vindo a acumular um “património” de respostas a dúvidas sobre o idioma. «Num mundo globalizado, de que a *internet* é o ícone mais lapidar, prefigura-se aqui o esboço de uma resistência activa à hegemonia anglo-saxónica. O espaço lusófono com os seus 200 milhões de falantes e a língua portuguesa, a sexta mais falada no mundo e a terceira europeia de comunicação internacional – como recentemente confirmou o Parlamento Europeu – não podem, naturalmente, contar apenas com os escassos dez milhões de portugueses para uma política eficaz de afirmação da língua.» (Carmo, *idem*: 2). Afirmando que a rede importa não só ao Brasil (que na sua opinião é o país que mais tem contribuído para o crescimento do português<sup>147</sup>), como a Portugal, aos PALOP, a Timor-Leste e às “comunidades lusas na diáspora”, Carmo sublinha a ideia de que a *internet* é, sem dúvida, uma das mais generosas oportunidades para a afirmação da língua portuguesa no mundo globalizado, motivo pelo qual o desafio da *lusofonia* passe por ter «a rede como aliada e não como inimiga.» (*ibidem*).

Do que precede, quer o quadro institucional e as suas iniciativas de mobilização (*top-down*), quer as acções pontuais de activação (*bottom-up*), protagonizadas por indivíduos e grupos, são balizas incontornáveis para entender este processo multiforme que designámos de construção da *comunidade lusófona*.

Assim, Amélia Mingas, falando enquanto responsável pelo IILP, afirmou recentemente que o português «constitui, hoje, um património da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. [...] Mas, pelo facto de ainda não existir] uma política comum da língua, [...] a responsabilidade, pelo seu futuro de afirmação ou crise, resultará do empenho das formulações políticas dos Estados Membros.» (Mingas, 2010: 2-3). A um nível mais micro e menos institucional, Eduardo Lourenço alega que, embora a evolução da língua portuguesa seja uma condição natural do seu uso, por parte de diversas “gentes” no passado, no presente e no futuro, esta está intrinsecamente dependente daqueles que a utilizam como “instrumento de vida e de luz”, ou seja, «dos que a trabalham ou a sonham como exploradores de um continente desconhecido: romancistas, dramaturgos, [e] sobretudo poetas, que não são apenas os que assim se chamam, mas todos os que na quotidiana vida inventam sem cessar as expressões de

---

<sup>147</sup> «Basta fazer uma pesquisa em língua portuguesa nos motores de busca internacionais para se perceber como o Brasil, com os seus 150 milhões de falantes, domina por completo o ciberespaço na língua de Camões. Há potencialmente um grande terreno de crescimento do português, portanto. Actualmente, apenas 15% dos falantes do português não são brasileiros. Pelo que só uma estratégia luso-brasileira convicta poderá projectar no mundo uma política de influência do idioma que se veja.» (Carmo, 2004: 3).

que precisam para não se perderem do tempo que passa, do mundo que se renova e transfigura.» (Lourenço, 1999: 122).

Nesta ordem de pensamento, admitimos que para estudar as formas pelas quais a expansão da língua se dá (e dará previsivelmente no futuro) importa conhecer o investimento nas áreas da educação e das políticas públicas, mas também importa explorar a aposta na área da literatura em português – que, como um dos pilares estruturantes de uma *comunidade lusófona*, tem desempenho particularmente relevante na manutenção de uma língua viva. Os pontos seguintes ajudar-nos-ão a esclarecer esta questão.

#### **4.2. Língua e Literatura: a formação de múltiplas ‘pátrias’ a partir da “chama plural”**

Embora a língua seja essencialmente a mesma, no Brasil, como na África *lusófona*, cada povo a terá recriado, integrando-a nas suas particularidades locais. Como refere o escritor português nascido em Luanda, Fernando Dacosta, expressando uma posição relativamente comum: «muitos interiorizaram [a língua portuguesa] tornando-a sua. Tão sua que a modificaram, a alteraram, a adaptaram ao universo nacional e regional de cada um. Notável, a propósito, o trabalho de “crioulagem” feito, entre outros, por Luandino Vieira e Mia Couto.» (Dacosta, 1997). No mesmo sentido, Lourenço refere que estas adaptações terão ocorrido segundo aquilo que designou de processos de “derramamento”, “expansão” e “crioulização” da língua portuguesa (Lourenço, 1999: 123); e, Patrick Chabal argumenta que o português foi fortemente influenciado pela sintaxe, a gramática e o vocabulário das línguas africanas (Chabal, 1996: 94). Dessa influência, resultante do uso do português em contextos diversos, terão igualmente surgido linguagens diferenciadas na escrita de textos (Prass, 2005: 4).

Que discursos se produzem em torno desses processos de transformação por que tem passado a língua portuguesa? Admitíamos, à partida, dois posicionamentos polares, já identificados por José Manuel Sobral (2004): evidenciar e valorizar as mais-valias resultantes do convívio e intersecção, numa apologia da ‘mestiçagem’; ou denunciar desvirtuamentos à ‘pátria’ – assim revelando a continuidade das percepções de assimetrias antigas? Da exploração que fizemos, embora não exaustiva, às posições publicamente assumidas por escritores e outros estudiosos da ‘literatura lusófona’, a



celebração da hibridação parece ser, hoje, dominante. Não sem uma atenção particular aos riscos inerentes, particularmente por parte dos linguistas brasileiros, como adiante se verá.

Num dos programas “Conversa afiada”, Maria João Avilez perguntava a Mia Couto se a reinvenção das palavras, que lhe é característica, seria uma forma de exaltar/honrar a miscigenação ou ainda de ‘arrumar’ a língua. A resposta do escritor sublinharia que o português, sozinho, não consegue transmitir a realidade africana; há que usar as potencialidades da língua portuguesa e trabalhá-las (Couto, 2002). Na sua opinião, «as alterações da língua portuguesa têm uma lógica que ultrapassa o domínio linguístico e que traduzem uma outra apreensão do mundo e da vida» (Couto, 1986: 46). É neste contexto que Mia Couto tem sido reconhecido pela sua «escrita aglutinada, justaposta, criadora e inovadora, musical, intensa, profundamente meiga e crua, poética»<sup>148</sup> em que as palavras fluem de um contínuo jogo imagético (Quadro 3).

Quadro 3: (Re)criações de palavras portuguesas por Mia Couto

Palavra (re)criada	Obra
<i>Maistravez</i>	<i>Cronicando</i> , Ed. Caminho, 1991: 13
<i>Acontecência</i>	<i>Varanda do Frangipani</i> , Ed. Caminho, 1996: 137
<i>Cancromido</i>	<i>Contos do Nascer da Terra</i> , Ed. Caminho, 1997: 93
<i>Atropilada</i>	<i>O último voo do flamingo</i> , Círculo de Leitores, 2001: 13

Fonte: Maciel, 2004

Da análise desse exercício criativo surgem algumas considerações que enfatizam não só a “crioulagem da língua” (Dacosta, 1997), mas ainda a afirmação de um “português moçambicanizado”, “angolanizado” ou mesmo “abrasileirado” (Lourenço, 1999: 145-153). Isaquiel Cori, jornalista e escritor angolano, refere mesmo que se terá criado um dilema em torno destas considerações: se «uns defendem que se deve escrever num português correcto outros advogam que já existe “um português angolano ou angolanizado” que deverá servir de base aos textos literários.» (Cori in Ondjaki, 2001).

<sup>148</sup> Comentário sobre o escritor na apresentação da obra *Raiz de Orvalho* em [www.editorial-caminho.pt](http://www.editorial-caminho.pt). [05.11.2003].

A problemática levantada por Cori remete-nos para questões como o complexo equilíbrio entre as tendências de uniformização, condição de existência de qualquer língua, por um lado, e as apostas de afirmação das diferenças num contexto de diversidade híbrida e aberta, por outro. Conquanto a afirmação das diferenças e o acentuar de traços distintivos possa ser uma via de promover a diversidade (no sentido de valorizá-la positivamente), também é certo que a aposta na distinção pode resultar em caminhos de manipulação da diferença, num sentido, porventura, adversarial, ou seja, como forma de separação e de afirmação, opondo, numa relação de poder, um ‘eu’ a um ‘outro’. Não havendo nada de natural numa ou noutra opção, a dimensão política da escolha é evidente.

Já em 1984, no seu livro *Uma Política do Idioma*, o linguista brasileiro Celso Cunha defendia que, tanto para os brasileiros, como para os caboverdeanos, angolanos, e outros lusofalantes, a língua portuguesa seria «uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses». Defendendo que, se a «luta pela pureza do idioma foi o anseio do século XIX; hoje, [esse] não pode ser mais o nosso principal objetivo», advertia que «nossa luta tem de ser para impedir a fragmentação do idioma comum.» (Cunha, 1984: 33). Também Luís Sousa, estudioso da literatura moçambicana, defende que a “fraternidade harmónica”, que resulta de um processo de recombinação, que afecta e altera muitas vezes certo número de aspectos linguísticos particulares, e acaba por transmitir uma força retórica de relevo à escrita, não deve ultrapassar o limiar em que a intercomunicação desaparece (Sousa, 1999: 378).

No mesmo sentido, escritores africanos, brasileiros e portugueses defendem o rigor na aprendizagem da língua como condição para as liberdades da criação literária – mormente as que permitem as expressões nacionais, regionais e locais. Assim, Ndalú de Almeida, escritor angolano conhecido por Ondjaki, defende que a língua portuguesa, que usa e ‘torneia’ de forma descomprometida e espontânea, é já uma língua angolana:

«...tenho uma relação “libertina” com as palavras e com a língua portuguesa em geral. Penso que devemos mexer na língua, tendo em conta os referentes gramaticais, mas dando-nos a liberdade de exercer uma certa “pressão cultural” à língua portuguesa. A língua portuguesa já é também língua angolana, brasileira, caboverdeana, etc. O “portuguesa” é já o nome, a designação desta língua.» (Almeida, 2003).

O escritor sublinha ainda a ideia de que na literatura angolana, como acontece, de resto, com a literatura brasileira ou moçambicana, não tem de haver necessariamente

uma ruptura com o padrão linguístico português (em uso no antigo centro). Na sua opinião, o facto de os escritores poderem ‘tornear’ a língua portuguesa, recriando-a, revela, antes de mais, que a conhecem profundamente:

«Não se pode fugir à regra sem conhecer a regra, isto é uma verdade desde Guimarães Rosa, Luandino, Mia Couto... É preciso conhecer para quebrar com qualidade» (Ondjaki, 2003).

Cármem Lúcia Secco, especialista brasileira em literatura africana, aponta no mesmo sentido. Na sua opinião, Luandino Vieira (e, por extensão, outros escritores africanos) tem um conhecimento tão claro e profundo da língua portuguesa que, engenhosamente, é capaz de transgredi-la, modelando-a, recriando-a.

Esse ‘tornear’, significa, na opinião de Ondjaki (2003), não tanto uma ruptura, mas sim um “entrecruzamento linguístico”, em particular, e cultural, em geral, em que a palavra tem um poder criativo e, no entender de José Craveirinha (1974: 151), fraterno:

[...]  
Amigos:  
As palavras mesmo estranhas  
Se têm música verdadeira  
Só precisam de quem as toque  
Ao mesmo ritmo para serem  
Todas irmãs.  
Eis que num espasmo  
De harmonia como todas as coisas  
Palavras *rongas* e algarvias *ganguissam*  
Neste *satanhoco* papel  
E recombina o poema.<sup>149</sup>

Num ensaio poético sobre “a língua esvoaçante”, a escritora guineense Odete Semedo (2003) propõe, igualmente, uma fecundação cruzada entre duas línguas só aparentemente antagónicas: a ‘do sentimento’ e a ‘das regras’.

«A língua nasceu solta e desenvolta. Nasceu virada para fora de si [...]. A língua, na sua fantasia, tem vestidos: vestidos requintados e com enfeites de lantejoulas; vestidos com contornos de emoção, roupa de mendigo com remendos - mas nada para botar defeito; vestidos com bordados e afrontas que para muitos são heranças que os séculos lhe foram juntando num pé-de-meia. E com todos estes vestidos chega a bifurcar-se em língua do coração, do sentir, da alma e língua de contacto com o resto do mundo. Mas como a dificuldade é um mal dividido

---

<sup>149</sup> *Ronga*: dialecto do grupo linguístico *banto tsonga*. É falado numa pequena área que inclui a cidade de Maputo. / *Ganguissam*: namoram. / *Satanhoco*: uma coisa que não presta.

pelas aldeias, as línguas não são excepções à regra, lá têm elas o seu estilo de cooperação: a língua de viagens, a do contacto, acaba pedindo emprestadas as roupas de emoção da língua do sentimento; esta por sua vez vai deixando que a língua do sentimento faça uso de suas letras - com a permissão alfabetizada, é claro, de quem dita as regras do jogo.» (Semedo, 2003).

Dacosta alega que, graças a essas interpenetrações e à diversidade linguística actual, a língua portuguesa está hoje capaz de comunicar novas coisas, aquela «língua que graças aos países africanos está, no prosseguimento da abertura que lhe deu o Brasil, a conhecer um processo de profunda revitalização» (Dacosta, 1991:7).

No mesmo sentido, Luís Carlos Patraquim, poeta e jornalista moçambicano, acrescenta:

«... ei-la [a língua] que se libertou da *canga* colonial, do estigma rácico e terrível do “pretoguês”, trocadilho aglutinado parolice e arrogância imperiais, para se *marrabentar*, solta e ágil, em sotaques vários consoante as regiões e os grupos linguísticos da grande árvore *bantu* de onde os seus falantes se alcandoram para a aventura de Caliban. Este “português” é de todos porque é nosso.» (Patraquim, 2004).

Daí Yves Léonard, transmutando a máxima de Pessoa, falar da língua como «uma pátria de muitas pátrias» (Léonard, 1999: 436).

Eduardo Lourenço alega que o Brasil personifica de forma relevante esta “tomada de posse” da língua como *pátria*:

«Da América à Ásia, cada povo que fala hoje o português a modelou, a recriou à sua imagem. Nenhum exemplo é mais relevante do que o do Brasil. É um continente escrito em português, mas num *português-outro*, adoçado pela brisa dos trópicos, a música africana, o contributo de todos os que o destino aí levou ao longo dos últimos dois séculos. [...] O Brasil, a sua língua, são ainda a nossa pátria? Sim e não, na medida em que o “brasileiro” é esse magma sonoro, colorido, dançante, onde cada criança do Brasil encontra de imediato uma *pátria* e, porventura, de uma maneira diversa da evocada por Pessoa, a *única pátria* onde não se sente exilada.» (Lourenço, 1999: 132).

Enquanto Lourenço atribui ao Brasil essa capacidade de apropriação da língua como *pátria*, Simone Caputo Gomes (2007) refere-se à expansão do português para a África *lusófona* como processo de reinvenção. Na opinião da investigadora, o facto de os escritores africanos terem apostado na “interpenetração linguística” de que fala Odete Semedo mostra que souberam tirar partido de uma situação que poderia bloquear o desenvolvimento das respectivas literaturas (a opção por escreverem em português).

Gomes sublinha que as ambiguidades e contradições, em vez de as inibirem, as impulsionaram, num desafio “brilantemente” superado pelas obras de escritores como José Luandino Vieira, “ícone do trabalho do logotécnés em língua portuguesa”.

Para Gomes, terá sido efectivamente no «alegre ludismo da língua, reinventada com todas as suas belezas e perfumes africanos, todos os criadores-griots aqui comparecem numa festa do macrossistema e comprovam que, olhando para o passado e cruzando a sua imagem com a imagem do presente, podem construir, sem melancolia, com muita acção e inovação, a história e a língua das novas nações africanas de língua portuguesa.» (Gomes, *idem*). No mesmo sentido, o ensaísta brasileiro Maurício Silva alega que a “transgressão” linguística, que liga o português às línguas nativas, é, efectivamente, uma das marcas mais sugestiva das literaturas africanas em língua portuguesa – protagonistas de «uma verdadeira *tradição da transgressão*.» (Silva, 2008: 228). Ondjaki refere que é a própria língua e a sua “estrutura multi-cultural” que permite um trabalho de intervenção plástica; do seu ponto de vista, «uma língua grávida pode parir culturas» (Ondjaki, 2004), dando, porventura, azo à criação de diversas ‘pátrias’ – que, não se auto-excluindo, complementam-se.

Parece-nos, pois, que considerar a língua comum como elemento cultural transversal que, pela sua plasticidade, permite uma contínua (re)criação poderá ser um dos possíveis eixos de aproximação a uma identidade *lusófona*. No entanto, duas questões têm de ser consideradas: ainda que possa existir o reconhecimento de um “entrecruzamento linguístico e cultural” mais ou menos “harmónico”, existirá, de facto, uma aceitação da pluralidade que daí possa resultar? Por altura da institucionalização da CPLP, Eduardo Lourenço, num tom marcadamente de desencanto, lembraria que por detrás das «barreiras invisíveis ou voluntariamente derrubadas para que a comunidade pudesse emergir, não desapareceram, nem desaparecerão, pelo efeito mágico da sua nomeação» as barreiras culturais e semânticas (Lourenço, 1999: 161). A língua como *pátria* parecia, à data, ainda não pertencer a todos em igual medida. A segunda questão que se pode então colocar é se, ao cunhar a expressão “literatura lusófona”, é realmente o traço de *comunidade* na diversidade que está a ser colocado em evidência, ou antes um reflexo defensivo em relação a outro ‘outro’? É preciso não esquecer que a presença quasi-hegemónica do inglês no mundo é justificação frequente da necessidade de actuação dos protagonistas da literatura em língua portuguesa.

### **4.3. A formação de uma ‘comunidade interpretativa’? O caso particular das literaturas africanas em língua portuguesa**

Como vimos anteriormente, para alguns estudiosos, a referência à língua comum mais não seria, na verdade, que uma encapotada tentativa de perpetuar hegemonias culturais (Margarido, 2000). A advertência de Lourenço, sobre a necessidade de derrubar barreiras, como as culturais e as semânticas, parece evidenciar que existe ainda um percurso a percorrer na *comunidade lusófona* no que toca à anulação de ‘velhas’ assimetrias de poder.

Face a este cenário, que acaba por contrastar com os “alegres ludismos da língua” e a sua, aparente, sã relação com a multi e interculturalidade, poderemos questionar-nos se relações e/ou momentos de consenso e as visões harmónicas existentes assentam numa espécie de ‘comunidade interpretativa’ resultante da partilha da língua portuguesa.

Em traços genéricos, uma ‘comunidade interpretativa’ diz respeito a um sistema ou a um contexto capaz de produzir consenso em torno de escolhas interpretativas face a uma determinada realidade. Na visão do teórico literário Stanley Fish (1980), o facto de a interpretação poder ser intersubjetivamente partilhada deve-se à existência de estratégias de leitura disponíveis, passíveis de serem partilhadas dentro de uma *comunidade*, e não ao facto de haver uma estabilidade de significados inerente à textualidade. Aquando da criação dessas estratégias, a “instituição literária” desempenha, segundo o autor, uma actividade interpretativa determinante. Nesse contexto, toda a actividade interpretativa é definida como que por um “jogo literário”, do qual participam indivíduos institucionalizados e indivíduos que partilham regras que, embora dinâmicas, determinam o que é ou não aceitável dentro da *comunidade*, num dado contexto histórico ou sócio-cultural. Fish, firme defensor de que as interpretações são culturalmente construída no seio de um *colectivo*, alega que se as ‘comunidades interpretativas’ surgem a partir de um ponto de intersecção passível de estabilizar significados entre indivíduos que comunicam entre si, que estabelecem intercâmbios e se apercebem de interpretações coincidentes.

Na visão de Roseana Figueiredo (2002), investigadora brasileira dedicada ao estudo das literaturas africanas, a literatura, sendo um espelho da sociedade, tem um poder maior que o espaço e mais forte que o tempo, na medida em que, dela e das análises que dela se tecem, resultam interpretações capazes de influenciar gerações,

movimentar massas e transformar consciências. Na perspectiva de Octávio Paz, escritor mexicano e prémio Nobel da Literatura em 1990, a literatura representa uma sociedade dentro de outra sociedade (expressa numa *comunidade* de obras, autores e públicos).

Transpondo a questão para o espaço de língua portuguesa, constituirão as diversas literaturas (angolana, brasileira, caboverdeana, portuguesa e as outras) uma *comunidade* parte do travejamento da suposta *comunidade lusófona*? Se, como referem Figueiredo e Paz, a literatura supõe a existência de uma sociedade, poderemos perguntar-nos se, entre os seus membros, se estabelecem, como em todas as sociedades, relações estruturadas de desigualdades – mormente de força ou hierarquização (de interpretações, entendimentos, símbolos...) daí decorrente; e se estas desigualdades se alinham pelas fronteiras nacionais ou se plasnam em lógicas de diferenciação diversas.

O especialista Francisco Salinas Portugal chama a atenção para o facto de uma das primeiras dificuldades com que nos confrontamos, ao estudar as literaturas em língua portuguesa, residir na existência de alguma oscilação quanto à designação das literaturas de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Basta analisarmos alguns artigos, rubricas da imprensa, títulos de livros ou de palestras, para cedo nos apercebermos da falta de consenso a esse respeito. Observem-se alguns exemplos (no quadro 4), que revelam a indeterminação que subsiste na definição terminológica das “literaturas africanas”.

Quadro 4 – Denominações usuais para designar as literaturas africanas escritas em português (1970-2000)

Autor	Denominação	Referência
Mário de Andrade	<b>“Poesia Africana de Língua Portuguesa”</b>	Thomas Mpyi-Buatu, “L’histoire littéraire selon Mário de Andrade” in <i>Notre Libraire</i> , n.115, Paris, CLEF, 1993.
Manuel Ferreira	<b>“Poesia Africana de Expressão Portuguesa”</b>	Manuel Ferreira, <i>Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa</i> , Lisboa, Plátano Editora, 1988.
Alfredo Margarido	<b>“Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa”</b>	Alfredo Margarido, <i>Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa</i> , Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
Russel Hamilton	<b>“Literaturas da África Lusófona”</b>	Russel Hamilton, <i>Voices from an Empire</i> , Minneapolis, University of Minnesota Press, 1975.
Inocência Mata	<b>“Literatura Africana em Língua Portuguesa”</b>	Inocência Mata, <i>Pelos Trilhos da Literatura Africana em Língua Portuguesa</i> , Braga, Portugal: Cadernos do Povo, 1992.
Aldónio Gomes & Fernanda Cavacas	<b>“Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”</b>	A. Gomes & F. Cavacas, <i>Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa</i> , Lisboa, Ed. Caminho, 1997.

Fonte: Maciel, 2004

Na opinião de Portugal, «a vacilação na denominação, que é um facto que vai além do simples nominalismo, releva, antes de mais, da existência de uma instabilidade do sistema, assim como de problemas de ordem ideológica, cultural e até de história pessoal e académica, do crítico ao estudioso, sem esquecermos que, por vezes, temos profundas lacunas de informação e preguiça intelectual de quem fica pela panorâmica e os lugares trilhados e não se aventura por caminhos que obrigariam, de certeza, a um olhar despreconceituoso e a um trabalho demorado de pesquisa.» (Portugal, 1999: 19).

Conceição Cristóvão, ao referir-se a esta questão, afirma que a designação “de expressão portuguesa” parece-se com um “traíçoeiro cocktail” de produção pretensiosamente académica que «não responde às demandas sócio-culturais impostas pelos respectivos povos. É, por assim dizer, uma espécie de tuti-fruti onde não é possível distinguir nem a cor nem o sabor, aliás a identidade, de cada um dos seus componentes, de cada uma das literaturas. Sabe a tudo e, simultaneamente, não sabe a nada» (Cristóvão, 2001). Por outro lado, diz ainda o autor que, esta designação dá a entender que cada uma das literaturas em causa não é ainda suficientemente adulta, carecendo de especificidade própria.

Segundo Cristóvão, esta questão tem forte implicações no plano de relações pós-coloniais entre o antigo centro e as ex-colónias africanas, traduzíveis, por exemplo, em acções tão concretas como «a introdução ou institucionalização, em Portugal, da disciplina de Literatura Africana de Expressão Portuguesa I” no plano da Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses, por via do Decreto-Lei n.º 53/78 de 31 de Maio e do n.º 75/84 de 27 de Novembro.» (*ibidem*). Será que, como adverte Alfredo Margarido, a fórmula “literaturas africanas de expressão portuguesa”, reduz automaticamente o campo de afirmação das literaturas em causa e reflecte um lastro neo-colonialista?

Na opinião de Inocência Mata, a designação “Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa”, não terá sido a mais adequada, e, apesar da “grande revolução” que a introdução dessa disciplina<sup>150</sup> possa ter causado, muitas pessoas terão continuado a encarar «as literaturas africanas como literaturas ultramarinas, como um apêndice da literatura portuguesa.» (Mata, 2009: 3).

---

<sup>150</sup> A disciplina foi introduzida em 1974, na Faculdade de Letras de Lisboa, pelo Professor Manuel Ferreira – especialista consagrado no domínio. Vd. Ferreira, 1977 (Vol. I e II).



Daí que Margarido sugira que o termo mais apto para designar cada uma das literaturas africanas seja de “expressão angolana, moçambicana, são-tomense, etc.” e não de “expressão portuguesa”, uma vez que as mesmas são escritas em português, mas com expressões autóctones que exprimem a realidade de cada um dos países em causa (Margarido, 1980).

Compreendemos a observação de Margarido, mas, se levássemos a sua lógica à risca, não deveríamos ainda distinguir literaturas de expressão luandense e benguelense? Ou de expressão paulista e bahiana? Ou ainda, portuense e algarvia? Por que razão a nacionalidade deverá então sobrepor-se à região – ou até, eventualmente, à localidade? Digamos que a estrutura linguística de base é o português, que acaba por conviver com matrizes próprias de cada um dos mosaicos etno-linguísticos que o enformam. Como lembra Luís Sousa, as literaturas africanas «procuram estar fundadas em raízes culturais de tradição oral, apesar de expressas numa língua essencialmente europeia (portuguesa) que lhe é exterior» (Sousa, 1999: 387).

A escrita ficcional de Luandino Vieira, assim o revela:

« - Este muadié tem cada pergunta!... Porquê eu ando na quionga?... Meus amores, meus azares, miondona... Minhas velhices, rambóias de quilapanga. E vosoutro? A-um-Kuta... Aprendi com senhor sô padre Vieira este truco de responder pergunta. Simpatizo-me com o muadié, sua questão não me ofende. Ao invés, xingava.» (Vieira, 2004: 31).

« - Sukuama! Já não se pode viver neste musseque? Trabalho toda a noite, não durmo de dia, e meus vizinhos ainda me chateiam? E vocês aí fora, seus lázaros, homé! Em vez de desapartarem, aí feitos burros a olhar e a rir. Xê, você seu capitão de barco de ferrugem, vai-te vestir mas é!...» (Vieira, 2003: 23).

As literaturas africanas exprimem-se em português, mas são então uma emancipação da cultura angolana, caboverdeana, santomense ou outra, como mostram os excertos escolhidos das obras de Luandino Vieira. Conforme a opinião de Francisco Portugal, «a denominação que parece menos marcada ideologicamente, menos problemática portanto, é aquela que preferem os próprios africanos (Lourenço do Rosário, Fátima Mendonça, Inocência Mata ou Fernanda Cavacas) e hoje também outros estrangeiros, portugueses e não só (Pires Laranjeira, Ana Mafalda Leite, Alfredo Margarido...) de Literaturas Africanas em/de Língua Portuguesa.» (Portugal, 1999: 20).

Embora este raciocínio esteja linguisticamente justificado, poderá conduzir-nos à ideia de que, no limite, precisaríamos de tantas línguas ou expressões quantos os contextos de produção cultural.

Tal como no plano político, as literaturas africanas têm vindo a evoluir no confronto com condicionalismos de natureza social, económica e ideológica. A produção literária pós-descolonização reflectia, ainda, características da “literatura de combate” que era usual durante a guerra colonial. Décadas depois, surge uma nova geração de escritores vítimas de guerras civis (como no caso de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) ou de outros conflitos de poder. Estes têm sido muitas vezes o pano de fundo para romances ficcionados, por vezes utópicos e/ou de cariz policial, cortando com as “tradições” temáticas do passado. A Negritude, o Mulatismo e a Africanidade são alguns dos conceitos que têm acompanhado a renovação das literaturas africanas nestas últimas décadas. A Negritude pode ser encarada segundo dois pontos de vista: como tentativa de retorno às raízes e a purificação de uma cultura adulterada pelos modelos europeus; ou como forma de fazer frente ao colonialismo ou neo-colonialismo branco, excluindo à partida tudo o que não seja de origem negra. O Mulatismo pode ser visto, no entender de Alfredo Margarido (1980), como uma tentativa de afirmar que a colonização portuguesa foi a mais doce e a menos racista, e que os portugueses preferiram colonizar com o sexo, onde outros só utilizaram a espada ou a cruz. Representa um tipo de literatura que exalta a África e o seu exotismo e onde o pano de fundo se torna a paisagem de palmeiras e as mulheres. Inábil em denunciar a realidade colonialista, enreda-se em temáticas oníricas. A Africanidade resulta da aspiração de um povo em se assumir como nação independente. Reconhecendo a particularidade sócio-cultural dos países africanos, este conceito reclama o direito à diferença e à autonomia relativamente aos modelos europeus. Recuperar a literatura de tradição oral, reavivar as tradições, (re)descobrir os contos, as lendas e os mitos, tornam-se assim o cerne desta perspectiva.

Lourenço do Rosário – um dos grandes pensadores da “questão africana” e, em especial, de Moçambique – traça, na obra *Singularidades. Estudos Africanos*, um percurso que é útil referir. Como muitas outras expressões culturais, as Literaturas Africanas em Portugal têm uma história que, em jeito de contextualização, nos cumpre considerar. Tendo entrado em Portugal pela via académica, graças à perseverança de Manuel Ferreira, desde logo, as Literaturas Africanas ficaram ligadas às circunstâncias

que definem, em cada momento, o olhar dos portugueses relativamente a África, recentemente saída de uma ligação colonial com o regime português, também ele derrubado. Esse facto histórico e ao mesmo tempo cultural estava, certamente, recheado de afectos vários deixando transparecer uma vinculação umbilical à herança colonial do ex-império recém-desaparecido fisicamente<sup>151</sup>.

Com a apresentação de estudos resultantes, em grande medida, de pesquisas de pós-graduação, a academia acabou por contribuir peremptoriamente para a alteração de atitudes relativamente a essas literaturas (Mata, 2009: 4).

«Quando o escritor Mia Couto se congratula com o facto de ter terminado a fase de uma certa promiscuidade demagógica para com as letras africanas, no fundo, mais não faz do que constatar a evidência das modificações operadas na recepção dessas literaturas, em Portugal» (Rosário, 1996: 77).

O “estatuto” de dignidade que as literaturas africanas entretanto conquistaram permite-lhes, daí em diante, serem apreciadas objectivamente, conforme os critérios comumente aceites para a apreciação de textos literários. Autores como Craveirinha ou Pepetela puderam conquistar prémios da dimensão do Prémio Camões – o maior prémio literário de Língua Portuguesa; e diversos escritores da dita “África lusófona” puderam ser alvo dos mais “rasgados elogios” sem demagogia. A sua presença é vulgarmente requisitada para os mais variados eventos, ora estão na Feira do Livro em Lisboa ou em Frankfurt a apresentarem as suas mais recentes obras, como são convidados a participar em antologias internacionais, em colóquios, congressos e palestras, assim como são alvos sistemáticos da curiosidade da imprensa nacional e internacional.

É neste contexto que Luís Sousa relembra que «não vão longe os tempos em que o estudo das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa era, entre nós, pouco menos que marginal – ou então, o que não deixa de ser significativo, um labor desenvolvido por estrangeiros no estrangeiro» (Sousa, 1995). Na medida em que se observa, actualmente, um crescente interesse pelas Literaturas Africanas, em particular, e pela

---

<sup>151</sup> «Numa primeira fase, a passagem das literaturas africanas das universidades para o exterior, isto é, do mero objecto de estudo académico, para o plano do consumo literário, por parte dos cidadãos, as escolhas eram feitas com base nas paixões que a conjuntura histórica tinha despoletado, pouco importando, no essencial, o critério de aferição literária tão desenvolvido, no leitor médio deste país, e principalmente no modo de edição». (Rosário, 1996: 75).

cultura africana em geral (fenómeno que se estende um pouco por toda a Europa<sup>152</sup>, assim como ao Norte da América<sup>153</sup>, por exemplo), poderemos aqui encontrar as bases de uma ‘comunidade interpretativa’?

Inocência Mata adverte que, apesar do caminho percorrido, e da maior visibilidade que as literaturas africanas em língua portuguesa gozam hoje em Portugal, há ainda uma tendência para se «ver África pelos olhos da ex-metrópole.» (Mata, 2009: 6). Na sua opinião, e porque a circulação de bens culturais não é ainda uma realidade bem sucedida no espaço lusófono, só se conhece os autores/as obras que são dadas à estampa em território português – o que acaba por se traduzir em situações de “dominância etnocultural”:

«Ademais, já alguém parou para conferir quais são os escritores africanos privilegiadamente publicados em Portugal? Pois convido a essa observação e talvez descubram que se trata sobretudo de escritores lusodescendentes. Será porque, devido à sua origem mestiça, podem erigir-se a representações metonímicas da dimensão transfonteira da cultura portuguesa e da vocação atlântica de Portugal? Não se trata de observação beligerante, é tão somente a amarga lucidez de uma situação de dominância etnocultural.» (Mata, *ibidem*: 7).

Para a especialista, a questão pode ser contornada com um sério investimento na investigação, na lógica de que quem procura encontra. Ou seja, a informação sobre os escritores africanos em língua portuguesa e as respectivas obras, mesmo que não editadas em Portugal, está disponível, mais que não seja através da imprensa digital de cada um dos PALOP. Há depois que contar com recursos como a *Amazon* para se conseguir um panorama geral daquilo que vai sendo produzido. Mata alega que, mesmo que não se tenha acesso aos livros, as pessoas – que procuram conhecer a *comunidade lusófona* através da literatura – têm de investigar para se manterem a par da dimensão gigantesca que é essa realidade nos dias de hoje.

Admitimos que da pluralidade de vozes que, genericamente, se incluem num mesmo sistema de ‘literaturas em língua portuguesa’, emergem visões finais nem sempre convergentes, mas entendemos que tal não é suficiente para desvalorizar os diálogos internos que se vêm estabelecendo ao longo das últimas décadas (sob a forma

---

<sup>152</sup> Através da presença de escritores africanos de Língua Portuguesa, como Pepetela, Agualusa ou mais recentemente de Ondjaki, nas Feiras do Livro de Lisboa, Paris ou Frankfurt. O crescente número de encontros, palestras, colóquios ou conferências sobre Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, a sua arte e cultura em geral.

<sup>153</sup> Saliente-se, por exemplo, a organização da revista “Portuguese Literary and Cultural Studies” pelo Center of Portuguese Studies and Culture da Universidade de Massachusetts.

de encontros, colóquios, prémios, feiras, revistas, seminários, etc.). Também aqui, é necessário investimento e vontade de explorar para compreender como surgem e se fixam os pontos de convergência e os interesses no sentido da consolidação de ‘comunidades interpretativas’ capazes de garantir alguma coerência a um conjunto repleto de diferenças.

Julia Kristeva (1979), filósofa e crítica literária que se tem debruçado sobre a “intertextualidade” na literatura, refere que qualquer que seja o texto, ele é construído como um “mosaico de citações” – que, procurando absorver o que de pertinente encontra à sua volta, se constitui pela transformação do que absorve. Nesta lógica, cada texto existe por relação a outros textos, num processo que pode acontecer de forma implícita ou explícita, consciente ou inconsciente, suposta ou efectiva. Parece-nos que a literatura em língua portuguesa se constrói igualmente como um mosaico, no qual as diversas literaturas, provenientes dos espaços e países de língua comum, se transformam reciprocamente, e que se constitui pela e na diversidade que lhe está subjacente como um dos pilares estruturantes da *comunidade lusófona*. Seria inocente pensar que essa construção é algo que terá surgido como que por forças misteriosas capazes de conceber, planejar e formar um sistema tão complexo como o das literaturas em língua portuguesa. Admitimos, por isso, que terão sido necessários agentes e mecanismos específicos, como o de criar as instituições (meios de comunicação social, escolas, bolsas de estudo, apoio aos mercados, institutos públicos, ...) susceptíveis de sustentar as ‘comunidades interpretativas’ para que, na realidade, se possam construir no ‘mosaico’ pontos de convergência.

\*\*\*

Como frisámos no início deste capítulo, a produção cultural tem vindo a assumir a forma de ‘comércio’ de ideias, obras literárias, artísticas e científicas a que as nações recorrem para se promoverem fora das respectivas fronteiras territoriais.

No início vimos, também, que a “dimensão cultural”, em contexto democrático e na lógica de *soft power*, assenta na troca de ideias, informações e outros símbolos e artefactos culturais, entre nações e povos, com o objectivo de promover o entendimento mútuo. Importa agora ver se essa dimensão representa, hoje, um instrumento de reciprocidade na chamada *comunidade lusófona*, ou, ao invés, representa ainda uma dimensão assimétrica, com alguns sentidos unívocos. Será que o antigo centro abarca no rol dos interesses nacionais a necessidade de alargar a todos os portugueses as

línguas/culturas, e respectivas produções culturais, dos restantes países de língua portuguesa? Que espécie de políticas se elaboram e se efectivam de modo a contribuir para um “diálogo entre culturas”?

Embora não tenhamos tido a pretensão de explorar sistematicamente e em profundidade estas questões, parece-nos que será pertinente ver em que medida Portugal adopta estratégias de aproximação ao Brasil, aos PALOP, a Timor-Leste, a Macau e a outros espaços de língua portuguesa, de modo a firmar a língua comum; qual a dedicação à *comunidade lusófona* e qual a que se orienta para o nível internacional mais alargado (o mesmo em relação ao Brasil e aos demais países de língua comum).

João Domingues, alega que «a língua portuguesa é indiscutivelmente importante e suficientemente viva para que a sua cotação não seja descurada como apreciável veículo cultural e político» (Domingues, 2001: 22). Não obstante todo o potencial que a língua possa ter, a sua afirmação no espaço lusófono e no mundo só poderá ser bem sucedida se houver uma articulação de vontades, interesses, políticas e acções.

Admitimos que na mesma medida em que a afirmação política de traços culturais partilhados terá precipitado a idealização de uma *comunidade*; também a produção cultural que a antecipou, e que mais tarde viria a ser impulsionada pelos próprios estímulos que advêm da constituição de um colectivo, contribuiu e contribui para que a *comunidade lusófona* possa ser uma realidade sentida e experienciada por todos quantos lhe reconheçam valor e nela participem. Mas, neste domínio, será uma *comunidade* assente em ‘leituras interpretativas’, que permitem que, no reconhecimento de diversidades (e, naturalmente, algumas divergências), seja possível falar-se em conjuntos como a “literatura lusófona” ou as “literaturas em língua portuguesa”.

Admitimos ainda que, no domínio da produção literária, um percurso rico tem vindo a ser trilhado e que há um crescente interesse no antigo centro por conhecer a produção literária em língua portuguesa nas suas mais variadas expressões; como ‘vínculo maior à língua’, a literatura poderá aliás vir a abrir ainda mais portas e janelas para a consolidação da *comunidade lusófona*. Ana Filipa Teles, no final da sua tese de mestrado, chamou a atenção para o facto de a dimensão cultural necessitar de alguma “fé” para vingar, para vir a dar os seus frutos em termos comunitários; no entanto, e mantendo a analogia com o mundo religioso, sem obras de nada vale a fé! Ou seja, se a literatura ocupa, efectivamente, «uma posição privilegiada no quadro da construção das sociedades, do (re)estabelecimento das estruturas ou supra-estruturas sociais e culturais,

bem como das relações entre elas» (Cristóvão, 2001), é necessário que os mundos que ela mobiliza produzam, em contínuo e em interacção (entre o antigo centro e as ex-periferias), acções «em busca de equilíbrios dinâmicos, assentes em rupturas no *statu quo*, criando o caos, como forma de revitalização, de renovação.» (*ibidem*).

#### **4.4. O IPLB e o IILP: dois estudos de caso sobre a criação de estruturas de oportunidades para o investimento na língua e nas literaturas**

Frisámos no capítulo anterior que, no âmbito da institucionalização da *comunidade lusófona*, ao longo das últimas décadas, têm sido criadas estruturas de participação e de oportunidade (distribuindo recursos – bolsas, financiamentos, apoio técnico –, proporcionando a interacção que sustenta as micro-comunidades *lusófonas*, e, facilitando a consolidação de redes no sistema lusófono).

No decorrer do trabalho de campo tivémos a oportunidade de acompanhar duas Instituições – uma em Portugal e outra em Cabo Verde – que têm criado esse tipo de estruturas e recursos de modo a investir na língua portuguesa e nas respectivas literaturas. São elas, o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB)<sup>154</sup> e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP).

Pretendemos com a análise de alguns projectos institucionais destes dois Institutos, que se efectivam sob o mote da *lusofonia*, perceber como é que os actores e agentes envolvidos contribuem para o reforço da língua comum e das literaturas dos espaços lusófonos.

##### **4.4.1. O Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e a Rede Bibliográfica da Lusofonia**

No seu âmbito de actuação, o IPLB tem vários projectos e programas que visam um investimento directo na língua portuguesa e nas respectivas literaturas, entre eles, e atendendo à génese da iniciativa que se cruza com a temática aqui em estudo, debruçar-nos-emos sobre a *Rede Bibliográfica da Lusofonia*.

---

<sup>154</sup> Este Instituto foi, em 2007, substituído pela DGLB (Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas) – um organismo do Ministério da Cultura, criado pelo Decreto-Lei nº92/2007, de 29 de Março, e pela Portaria nº371/2007, de 30 de Março, com o intuito de assegurar a coordenação e a execução da política integrada do livro não escolar, das bibliotecas e da leitura. <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugu%c3%aas/dglb/Paginas/dglb.aspx>. [06.03.2009]

Por despacho conjunto do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, a *Rede Bibliográfica da Lusofonia* (RBL) é um programa de intervenção, que tem vindo a ter lugar desde 1996, na área do livro e da promoção da leitura nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)<sup>155</sup>.

A RBL encontra-se integrada no sistema de cooperação português, cujo organismo fundamental de actuação é o IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento), e tem como linhas gerais de acção: a) a recuperação e a revitalização de Bibliotecas Nacionais e de Bibliotecas Públicas, bem como de Arquivos Nacionais; b) a divulgação e a promoção do livro em língua portuguesa, através da realização de feiras do livro e de outras iniciativas que visam a promoção da leitura e a divulgação literária e cultural. Estes dois eixos programáticos pretendem construir pontes e abrir portas à *lusofonia*, no sentido em que se estabelecem recorrentemente comunicações e negociações entre os técnicos portugueses e os interlocutores africanos (instituições oficiais nomeadas pelos respectivos governos) numa tentativa de coordenação de acções que visam promover a língua, o livro, a leitura e actividades afins abrangidas pela RBL. Conforme frisava (em 2003) a primeira coordenadora do projecto, prevê-se:

«Conseguir contribuir para o enriquecimento cultural de certas comunidades de países de língua oficial portuguesa. Desejamos contribuir através do ensino da língua, da expansão do livro e das bibliotecas. Temos um pouco aquela perspectiva de que é através do livro que são criadas as condições para que haja quadros de referência, que possam proporcionar o desenvolvimento.» (AIE5, 2003).

De acordo com a mesma agente, todos os anos é elaborado um relatório das relações entre Portugal e os PALOP, que traça as principais vertentes de interacção, os objectivos alcançados e as metas por alcançar. De acordo com resultados desses relatórios, a RBL tem sido avaliada, pelas instâncias de topo (como o IPAD, no caso português), como um projecto muito importante no estreitamento de laços que têm vindo a contribuir para a solidificação da *comunidade lusófona*:

«O tipo de cooperação [que tem sido levada a cabo] não é uma correlação do género: doador *versus* receptor. [Ela] tem afectado os laços entre os cinco países africanos e Portugal; e esses laços passam por um entendimento do património

---

<sup>155</sup> A partir de 2002, o projecto passou a abarcar também Timor, «uma vez que tem as mesmas carências que os países africanos contemplados. Em termos de infraestruturas, parques gráficos, livrarias e editoras a situação de Timor é muito semelhante dos restantes, apesar de cada um dos países em causa apresentar estádios diferentes de desenvolvimento.» (AIE5, 2003).

Para mais detalhes institucionais sobre a RBL, consultar [www.dglb.pt/sites/DGLB/Português/livro/cooperacao/Paginas/RedeBibliograficaLusofonia.aspx](http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Português/livro/cooperacao/Paginas/RedeBibliograficaLusofonia.aspx). [06.03.2009]



comum: a língua e a história – aquela História que se encontra nos arquivos dos PALOP relativa a 500 anos comuns. No que respeita à língua e à comunidade, é um facto que temos mais força unidos do que um país isolado. Há uma unidade, pelo menos relativa, até em termos internacionais, que faz com que cada país possa ganhar com a união; da qual se podem retirar muitas vantagens mútuas.» (AIE5, 2003).

De entre as já incontáveis iniciativas, poder-se-á mencionar, a título de enriquecimento do argumentário, os apoios prestados: ao Instituto Angolano do Livro e do Disco; à Biblioteca do Arquivo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau; à Biblioteca Nacional de Cabo Verde; à Biblioteca Nacional e diversas bibliotecas provinciais de Moçambique; e a várias bibliotecas municipais de São Tomé e Príncipe. Tem-se apostado igualmente na promoção de Feiras do Livro em todos os PALOP e na realização de acções de formação orientadas para “promotores de hábitos de leitura”, dirigidas a professores e animadores culturais.

Procurando saber se o projecto tem impacto directo junto das populações-alvo, foi-nos transmitido um cenário muito optimista:

«Há uma procura muito grande por parte das populações. Por exemplo, as bibliotecas apetrechadas têm inegavelmente uma grande procura pela camada mais jovem, sobretudo pelos estudantes, porque é um apoio didáctico à sua formação escolar [...] Também nas Feiras do Livro existe uma grande procura, porque as editoras [nacionais] são, na maior parte dos casos, fracas. Portugal garante 35% das novidades editoriais.» (AIE5, 2003).

Confrontando as suas informações com dados obtidos através de outras entrevistas, que nos indicavam que um livro pode custar tanto como um salário mínimo, questionámo-nos sobre o alcance dessas Feiras do Livro. A entrevistada sublinhou que, apesar das dificuldades, também nesse domínio, se tem tido especial atenção:

«O processo funciona do seguinte modo: enviamos os livros (as tais novidades de que lhe falava) como oferta para o Estado e depois disso é que se realizam as Feiras, fixando-se os preços de acordo com o poder de compra de cada um dos países. Assim sendo, as Feiras têm sido momentos privilegiados em que o Livro aparece a um preço acessível. As receitas obtidas são aplicadas pelos Governos dos países receptores, em diversas actividades que se relacionam com a promoção da leitura, com a difusão do livro e em alguns casos com a própria produção de livros. Em Cabo-Verde e em São Tomé e Príncipe, por exemplo, as receitas são por vezes convertidas em Prémios Literários.» (AIE5, 2003).

No entender da então coordenadora da RBL, o projecto tem-se consubstanciado na criação de estruturas de participação, no proporcionar de oportunidades e no

desenvolvimento de recursos, esbatendo a ideia de que a literatura está apenas disponível aos segmentos populacionais com maior capital humano e cultural. A iniciativa “Biblioteca Caixa” – um programa dirigido às crianças -, tem sido um exemplo de como o Instituto tenta zelar por um acesso aos livros o mais igualitário possível:

«A “Biblioteca Caixa” é móvel e funciona em qualquer ambiente envolvente; pode ser transportada independentemente de haver estradas ou não, porque tem umas pegs que permitem que duas pessoas a desloquem, mesmo que seja para debaixo de uma árvore, onde pode desenrolar-se uma sessão de leitura; ou seja, esta biblioteca não precisa de estar instalada num edifício construído, adapta-se a qualquer tipo de escola. Isto faz com que as crianças participem e tenham acesso a um maior número de livros de expressão portuguesa.» (AIE5, 2003).

Dessa estrutura e de uma outra estrutura análoga, criada em contexto português – na Biblioteca Municipal de Beja – o projecto *Palavras Andarilhas*, viria a surgir o “I Festival de Contadores da Língua Portuguesa”. Iniciativa que, apostando fortemente no intercâmbio entre escritores, narradores e outros criadores culturais associados ao ‘mundo’ da literatura em língua portuguesa, tem crescido de ano para ano<sup>156</sup>:

«A expectativa e o desejo são que continue e que todos os países ganhem com isso: que todos possam dar e receber em pé de igualdade. Promove-se o intercâmbio e a difusão dos escritores e formam-se quadros ao nível dos agentes educativos e dos bibliotecários.» (AIE5, 2003).

Conforme a coordenadora da RBL fez questão de frisar, as iniciativas que se têm vindo a desenvolver no âmbito da rede só fazem sentido por causa da Língua que os países envolvidos partilham e porque o livro de expressão portuguesa tem conseguido circular, criando dinâmicas de interacção entre os parceiros. A ênfase dada às afinidades, à criação de pontes e à abertura de portas, levou-nos mais uma vez a questionar se não haveria algum laivo de paternalismo neo-colonial nos projectos da RBL. A resposta foi esclarecedora:

«Em termos de Instituto não sinto isso. Nos encontros com os interlocutores, também não... Em termos dos agentes de cooperação, noto que há duas vertentes que parecem antagónicas, mas que acabam por se completar: uma passa por aquilo que se pode chamar o “very typical”, ou seja, quando um português vai a África e apesar da situação real do país, comenta: “ai que engraçado que isto é!” [...] Outra vertente diz respeito à forma como Portugal é

---

<sup>156</sup> A iniciativa mantém-se até à actualidade. Vd. <http://obaudasletras.blogspot.com/2010/01/palavras-andarilhas.html> ou <http://www.alentejopopular.pt/noticias.asp?id=4108> sobre duas iniciativas que decorrem no início de 2010.

olhado. [...] Por exemplo, quando se referem a nós como “os nossos queridos bibliotecários”. Essas expressões expressam nitidamente um paternalismo sentido por quem nos olha.» (AIE5, 2003).

De facto, e apesar das boas intenções dos programas de cooperação, as práticas dos seus agentes no ‘espaço *lusófono*’ parecem traduzir relações ambíguas, ora de aceitação ou assimilação de ‘lugares comuns’, ora de rejeição ou discriminação. Mas esta é uma questão ampla, que não cabe desenvolver no quadro deste trabalho.

Em suma, a RBL, como prática da *lusofonia* activada numa lógica *top-down*, tem procurado investir na língua e nas literaturas em português junto dos falantes da língua comum e abrir portas para que os mais variados agentes possam criar iniciativas do género *bottom-up* – como seja a movimentação de professores e associações locais que promovem diversas actividades (por exemplo, no âmbito das *Palavras Andarilhas*). De acordo com Teresa Taquelim, mediadora de leitura, este tipo de iniciativas constitui, sobretudo, “um grande momento de aprendizagem colectiva”<sup>157</sup>.

Seja por acção da rede, ou por outros factores, a difusão da língua portuguesa, como se viu, está em plena expansão. Segundo o investigador brasileiro Aldo Gustavo, a acção do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, seja através da RBL ou de outros programas congéneres, mostra que «o investimento português para a difusão da língua portuguesa ou do sentimento lusófono cresce a cada momento. O financiamento cultural pelas instituições difusoras (...) demonstram a dimensão desse investimento.» (Gustavo, 2002:4).

Independentemente das motivações político-institucionais e da importância atribuída a este tipo de iniciativas *top-down*, é evidente que este género de actividades tem vindo a transformar-se em importante fonte de informação e de divulgação do livro e das literaturas em língua portuguesa e, portanto, é crucial para o cimentar do “edifício” *lusófono*. Apesar da importância das lógicas de mercado que lhe estão também subjacentes, interessa-nos sobretudo olhar para a acção do Instituto na perspectiva de Howard Becker (1982), isto é, interessa-nos tentar descortinar que impacto tem a constituição de redes de interacção que se estabelecem entre diversos agentes sociais neste domínio do investimento na língua e nas literaturas. A construção da *comunidade lusófona*, coadjuvada por estas estruturas de participação e de oportunidades, pode assim ser analisada sob um ângulo particular: o da construção, a

---

<sup>157</sup> <http://obaudasletras.blogspot.com/2010/01/palavras-andarilhas.html>. [05.04.2010]

partir das práticas do quotidiano, da construção reticular feita de partilhas e medidas de cooperação que se estabelecem entre os diversos actores e agentes imbricados nestes processos.

Sendo certo que as repercussões que tais iniciativas têm nos tecidos sociais em que actuam está ainda por estudar, parece-nos, no entanto, importante sublinhar que apesar de subsistirem críticas que apontam para o perpetuar de velhas assimetrias entre centro e periferia, estas iniciativas têm permitido trazer à tona práticas que se traduzem em laços comunicantes que, numa análise desapaixonada, não devemos deixar passar em branco. Porque é que estas iniciativas se voltam para os PALOP ou para Timor, e não para o Burkina-Faso ou o Senegal? Estarão, as medidas implementadas a promover uma comunidade de pares?

#### **4.4.2. O Instituto Internacional de Língua Portuguesa**

Se no caso de estudo anterior, analisávamos a acção a partir do antigo centro em direcção às ex-periferias; no caso do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, referimo-nos a uma acção que parte da comunidade transnacional enraizada na CPLP, com sede numa antiga colónia: Cabo Verde.

De acordo com a directora executiva do Instituto, não terá sido por acaso que o local escolhido para implementar a sua sede tenha recaído na capital caboverdeana. Numa reflexão<sup>158</sup> sobre a situação da língua portuguesa e do investimento que cada Estado-membro faz na mesma, a dirigente relembra que Cabo Verde, juntamente com a Guiné-Bissau e Timor-Leste, são alvos prioritários para a acção do IILP, precisamente por serem aqueles onde existe uma maior e crescente expansão das línguas locais que, eventualmente, ‘abafam’ a importância da língua comum. O que não acontece, na sua opinião, em Angola, Moçambique ou em São Tomé e Príncipe:

«Nesses países a língua portuguesa não corre perigo porque a interacção ao nível da comunidade é feita através da língua portuguesa – a língua comum. Na medida em que as línguas locais não foram trabalhadas no sentido de... por exemplo, da existência do crioulo como aqui em Cabo Verde. Não. Lá é língua portuguesa e as [outras] são as línguas locais. É verdade que há um mínimo de intercompreensão, mas de qualquer maneira não é suficiente para se estabelecer uma comunicação real e profunda. Portanto, a utilização da língua portuguesa é praticamente obrigatória, e, claro, ela vai desenvolver-se.» (AIE9, 2007).

---

<sup>158</sup> No contexto da entrevista que nos concedeu a 10 de Maio de 2007 na sede do IILP.

O IILP, muitas vezes apontado como o ‘Instituto fantasma’ do ‘espaço lusófono’, por ter «demor[ado] quase uma década para ser efectivamente implementado e, até ao presente, permanece[r] uma entidade com uma actuação tímida na área da promoção e difusão da Língua Portuguesa, [dado depender de uma] Comunidade que é constituída por Países, cuja maioria é de fracos recursos»<sup>159</sup>, tem no entanto, elaborado e realizado programas e projectos que intentam, à escala que lhe é possível, investir na língua portuguesa e nas literaturas em português. Tivemos a oportunidade de assistir *in loco*, ao lançamento de duas dessas iniciativas: o projecto “A hora do Conto” e o concurso literário “Terminemos este Conto”.

O primeiro, sendo um projecto delineado para Cabo Verde, tem como público-alvo as crianças do pré-escolar e do ensino primário; pretendendo-se que, na hora em que visitam o Instituto, toda a interacção se processe única e exclusivamente em português. As actividades incluem a narração de histórias infantis, canções e interpretação de histórias em língua portuguesa. Pretende-se estender também esta iniciativa à Guiné e a Timor.

Na capital caboverdeana, “a hora do conto” tem também lugar na sala de leitura infantil da Biblioteca Nacional:

«Todas as semanas, há alguém do IILP que vem animar a leitura durante umas horas aqui na BN. [...] É importante levar as crianças a ler e a gostarem de o fazer, para evitar que caiam no chamado “analfabetismo de retorno”, isto é, a pessoa pode ser alfabetizada, mas como não lê, acaba por ‘desaprender’.» (AIE8, 2007).

O segundo projecto, “Terminemos este Conto”, é de âmbito internacional, e foi concebido em parceria com a CPLP e a UL (União Latina), numa adaptação do concurso internacional “Terminemos el Cuento”, criado em 1991 pela UL e destinado a estudantes da América Latina.

O projecto destina-se aos jovens (dos 14 aos 18 anos de idade) dos oito países de língua comum, a quem se lança o desafio de concluírem um conto iniciado por um escritor dos seus países. Como contrapartida, os vencedores vêem o seu conto publicado e ganham uma viagem a Portugal com o intuito de visitarem a CPLP, de participarem numa semana cultural em Lisboa, conhecerem monumentos históricos, assistirem a

---

<sup>159</sup> “O IILP” in [www.arara.fr/SemedoIILP.doc](http://www.arara.fr/SemedoIILP.doc). [05.04.2010].  
Sobre a institucionalização do IILP, vd. capítulo 3, pp.141-161.

concertos e contactarem com realidades porventura desconhecidas. O jovem português, por sua vez, ganha uma viagem a Cabo Verde, para visitar o IILP e participar no mesmo género de iniciativas promovidas em Lisboa.

A organização do projecto cabe, a nível nacional, a cada um dos países da CPLP, que constituem os respectivos júris, recebem os trabalhos e nomeiam os respectivos vencedores<sup>160</sup>.

Acompanhámos o desenrolar do projecto e observámos que, à parte da participação do Brasil, São Tomé e Príncipe e Portugal, mais nenhum dos restantes Estados-membros respondeu à primeira edição do concurso literário, lançado a 4 Maio de 2007, pelo IILP. No Brasil, o conto foi iniciado pelo escritor Luís Fernando Veríssimo. Em São Tomé e Príncipe, pelo escritor Joaquim Rafael Branco, e em Portugal pela escritora Lúcia Jorge. A cerimónia pública de anúncio dos laureados dessa primeira edição do concurso decorreu no ano seguinte, no dia 28 de Março de 2008, na sede da CPLP, em Lisboa<sup>161</sup>.

Em suma, este projecto, que investe na promoção da língua e das literaturas de língua portuguesa, procura motivar os jovens para a leitura de textos literários e para o prazer da escrita; proporciona a interacção entre um autor e um jovem, através da imaginação de cada um, para a construção de um conto escrito a dois; fomenta o intercâmbio cultural entre jovens de culturas diferentes, que se encontram na semana cultural promovida, tanto em Lisboa, como em Santiago; e anela pela abertura de novos horizontes no contexto de desenvolvimento da língua portuguesa.

Existem outras iniciativas, como o projecto “Difusores da língua e das culturas da CPLP” (que passa pela formação e capacitação de docentes); o projecto “Línguas vivas no mundo da CPLP” (que visa apoiar e dinamizar as línguas locais que convivem com o português nos diversos contextos nacionais dos Estados-Membros), ou “A viagem das plantas” (que, demonstrando como os diversos regimes alimentares de cada país estão intrinsecamente ligados à viagem das plantas e sementes, visa acentuar a importância da interacção e da mistura, seja a que nível for). Publica-se uma revista bianual e organiza-se com regularidade palestras, tertúlias, encontros com escritores, exposições de arte e actividades de cooperação entre os Estados-membros.

---

<sup>160</sup> Vd. a título de exemplo a organização promovida pela Delegação da União Latina no Rio de Janeiro, no Brasil: [http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/mapa\\_show.asp?proj=705](http://www.vivaleitura.com.br/pnll2/mapa_show.asp?proj=705). [10.12.2007].

<sup>161</sup> Vd. <http://cplp.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=179>. [05.04.2010].

Consideramos que a pertinência de analisar algumas iniciativas destes dois Institutos, um sediado em Lisboa e outro em Cabo Verde, nos permite perceber que, apesar de quem olha de fora, poder argumentar que são acções atomísticas, que acontecem num contexto muito específico e para certas populações-alvo, elas constituem as comunidades, a que nos referimos anteriormente, através das quais se desenvolvem práticas da *lusofonia* que, argumentamos, compõem a *comunidade lusófona*.

O investimento na língua, no livro, na literatura e/ou nas bibliotecas, protagonizado por estas estruturas numa lógica *top-down*, mostra que, à parte de interesses políticos, económicos, ou de motivações ideológicas, os falantes da língua comum começam a dispor de um enquadramento institucional que lhes permite interagir, trocar experiências, criar mecanismos de integração, e atesta que a língua e as literaturas em língua portuguesa são alvo privilegiado das prioridades culturais e de desenvolvimento. A *lusofonia* pode, assim, ser espelhada e explicada a partir de realidades concretas.

## Capítulo 5 – Migrações, produção cultural e práticas da *lusofonia*

«O papel sistémico das migrações nas sociedades modernas pode ser visto como uma constante, mas as suas características variam em função das mudanças económicas e sociais e da evolução da tecnologia e da cultura. Torna-se assim necessário analisar as características específicas das migrações no contexto da globalização. Não se trata apenas de um fenómeno económico: a globalização, sob a forma de fluxos de capital, de bens e de serviços, não pode ocorrer sem que existam fluxos paralelos de ideias, de produtos culturais e de pessoas.»

Castles (2005:46)

O antigo centro tem vindo a sofrer, especialmente ao longo das últimas quatro décadas, transformações profundas nas suas estruturas internas, que também se revelam quer nas formas de recepção dos que vêm do exterior, quer nas relações com o exterior de onde provêm os recém-chegados. Na opinião de António Barreto, durante muito tempo «Portugal conhece[u] um alto grau de homogeneidade etno-cultural, o que não deixa de ser paradoxal num país com longo passado colonial. As sete partidas do mundo, os descobrimentos marítimos, o império e a emigração constante não tinham criado, no continente metropolitano, uma sociedade plural. A diversidade étnica, cultural e religiosa não era visível na sociedade e na população metropolitanas. A ausência de tradições democráticas ou igualitárias reforçava o carácter fechado da sociedade.» (Barreto, 1995: 841). O cenário viria a mudar no último quartel do século passado, ‘obrigando’ Portugal a repensar-se e a converter-se, progressivamente, numa sociedade aberta, diversa e plural (Barreto, 1995).

Embora o fenómeno do ‘retorno’ das ex-colónias e das subsequentes cadeias migratórias tenha tardiamente (em termos europeus) afectado Portugal, é preciso não perder de vista, como referido por Hermínio Martins (1998), que a queda dos impérios europeus foi um momento decisivo de viragem, também para as sociedades do centro. As primeiras experiências de multiculturalidade<sup>162</sup> emergem, é bom não esquecer, largamente no contexto dessa experiência ainda recente. As formas de celebração da diversidade e a reivindicação da diferença num quadro de vivência “intercultural” parecem hoje generalizar-se nas sociedades que se querem plurais. O sociólogo Claude Fischer (1999, *inter alia*) adverte mesmo que a celebração da diversidade etnocultural, mais do que uma moda, ter-se-á tornado numa particular visão do mundo – que enforma

---

<sup>162</sup> Referimo-nos à multiculturalidade plasmada em quadros normativos e institucionais.



acções e sectores de actividades (como acontece, por exemplo, na área das “indústrias culturais”) – e que designa como a “ideologia da diversidade”.

Na opinião de M. Margarida Marques, a sociedade portuguesa também não está imune a essas tendências, verificando-se que, por um lado, «as narrativas nacionais dominantes vão cedendo o passo a perspectivas menos exclusivas.» (Marques, 2004a: 64) e, por outro, começam a surgir iniciativas de baixo para cima que tentam surpreender e resgatar as “fecundações cruzadas” que se operam em contexto pós-colonial, propondo novos entendimentos e análises do passado e do presente, tentando mostrar que a diversidade pode ser factor de enriquecimento.

No entanto, também há uma “ideologia da diversidade” herdada do período colonial. Esta persiste, cristalizada em estruturas (mentais e sociais) que dificilmente se encaixam na realidade social no antigo centro (Vd. Cabral, 1997). Vários estudos feitos recentemente (Jorge Vala, 1999) mostram que o racismo e a exclusão social são problemas centrais na sociedade portuguesa. Não obstante, Portugal tem vindo a receber reconhecimento e elogios internacionais, no que toca ao seu quadro institucional no âmbito da integração dos imigrantes<sup>163</sup>.

O objectivo deste capítulo consiste em discutir a construção da *comunidade lusófona* a partir da situação actual em Portugal, país de acolhimento de centenas de milhares de cidadãos pós-coloniais e dos seus descendentes. A indagação a que nos propomos visa aferir da tendencial inclusividade do processo de formação da referida *comunidade*. Num momento em que as particularidades culturais das populações de origem imigrante parecem assumir alguma visibilidade na agenda política e cultural nacional<sup>164</sup>, e em que, simultaneamente, a sua relação aos valores de referência da sociedade de acolhimento parece delimitar o debate sobre a sua incorporação e participação social<sup>165</sup>, impõe-se reflectir sobre a *comunidade lusófona* dentro do antigo

---

<sup>163</sup> «As medidas adoptadas por Portugal com vista à integração dos imigrantes foram premiadas pelas Nações Unidas. É o país com melhor classificação na atribuição de direitos e serviços aos estrangeiros residentes.» (Viana in *Público*, 2009). Esta referência está incompleta (incluir dia e mês sff).

<sup>164</sup> Por exemplo, nos últimos meses de 2009, a Associação de Imigrantes de Montijo promoveu a I Feira de África a fim de promover diferentes expressões culturais dos PALOP; o Cabaret Maxime em Lisboa, preparou um ciclo de concertos designado “Ritmos quentes de África no Maxime”; o Fórum Social Angolano promoveu o I Festival de Gastronomia Angolana em Sintra; a Associação Quizomba organizou diversas actividades em Rio de Mouro para homenagear Agostinho Neto; a Casa Roque Gameiro preparou uma exposição colectiva de artistas africanos, na Amadora; e, a Câmara Municipal de Oeiras celebrou “a semana das Culturas” com um Festival Africano.

<sup>165</sup> Na sequência de “episódios” muito mediatizados, como os que envolveram actos de violência em alguns espaços suburbanos (Bela Vista, Quinta da Fonte...).

centro. Para tal, e em linha com a orientação adoptada para explorar as relações transnacionais, focalizaremos a atenção nas respectivas produções culturais e no papel que assumem nesse complexo enredo social e político.

As últimas décadas mostram, por um lado, que a visibilidade da produção cultural associada à África *lusófona* e ao Brasil cresceu significativamente em Portugal – sendo frequente em eventos como a “Festa da Diversidade”, o “Maio, Mês de África em Lisboa” ou o “Festival pela interculturalidade”; e, por outro lado, que a maior visibilidade dos produtores culturais de origem imigrante é cada vez mais associada à emergência de uma imagem de um país acolhedor e multicultural (eg. Nico *et alii*, 2007).

De acordo com os estudos realizados no SociNova Migrações, terá sido na década de 1990 que, devido à acção de múltiplos factores (demográficos [diversificação dos fluxos migratórios], económicos [crescimento e diferenciação interna do sector do turismo, novas estratégias de *marketing* urbano e forte aposta no regime de *franchising*] e sócio-políticos [diferenciação interna das populações de origem imigrante, emergência de “consumidores pós-materiais” e “cosmopolitas”, intensificação do activismo anti-discriminação]), que a sociedade portuguesa parece ter sido despertada para a ‘diferença’ como uma oportunidade de “experiência” urbana e de negócio (Costa, 2008; Marques, Santos, Carvalho *et alii*, 2008). Os chamados ‘retornados’ e os produtores culturais de origem africana desempenharam, neste contexto, um papel fundamental; os activistas de génese diversa (associações, ONG, ...) também, mercê do papel charneira que desempenharam, construindo pontes para o exterior de grupos até há bem pouco tempo largamente confinados a espaços e tempos de exclusão (Marques e Costa 2007). Num quadro de forte empenho das autoridades públicas nacionais na construção da *comunidade lusófona*, estes produtores culturais foram, como mostraram Marques e Dias (2008), o esteio de um mercado que, mais do que apostar na diversidade, se ergue sobre as oportunidades da *lusofonia*, quer oferecendo ao público em geral inúmeros produtos associados ao imaginário africano, quer consumindo os mesmos. Numa reflexão sobre a produção cultural de África na cidade de Lisboa Marques (2009) acentua precisamente a forma como alguns agentes sociais, através da esfera da cultura e do lazer, têm conseguido aproveitar o reconhecimento institucional de diversas micro-comunidades, no quadro da política oficial de promoção da *comunidade lusófona*, para atingir dois objectivos: afirmarem, na esfera pública, uma narrativa identitária própria e

unificadora ('os africanos'), mas também participarem activamente na (re)elaboração dos entendimentos do passado ('o que significa África') e do que significa viver juntos no presente ('os lisboetas africanos').

Como deixámos antever no quarto capítulo, do esteio institucional e normativo que se ergeu em torno da operacionalização da *comunidade lusófona*, terão emergido as “estruturas de oportunidade” para os falantes da língua portuguesa, mormente para o que designámos de micro-comunidades ligadas ao imaginário da lusofonia, quer ao nível local e nacional, quer à escala transnacional. Essa moldura institucional e as práticas culturais a ela associada terão decorrido, sob a nossa perspectiva, em reacção a três questões muito concretas: 1) as difíceis condições sócio-económicas dos migrantes no antigo centro; 2) as atitudes racistas da parte da maioria; e 3) o confronto com a adesão de Portugal ao espaço Schengen. Centrando-nos especificamente nas práticas culturais associadas aos migrantes de origem africana, propomo-nos explorar de que forma estas têm concorrido ou não para a construção da *lusofonia* no espaço do antigo centro.

Iniciaremos este capítulo traçando uma breve contextualização histórica dos fluxos migratórios para o antigo centro, tentando perceber como se constituem as migrações oriundas dos países de língua portuguesa; e, de seguida, pegaremos então em cada uma das três questões acima referidas para pensar como a acção dos imigrantes intervém na formação dos entendimentos da *comunidade lusófona*.

### **5.1. Migrações *lusófonas* no antigo centro. Breve contextualização histórica dos fluxos migratórios em Portugal**

Vitorino Magalhães Godinho (2004, *inter alia*) defende que a projecção externa (concretizada pela Expansão e pela emigração), é um vector estruturante da construção da ideia de nação portuguesa, desde muito cedo no contexto europeu. Em bom rigor, o facto de Portugal ser, desde o século XV um país de emigrantes, acabou por condicionar toda a sua História.

Nos séculos XV e XVI a emigração portuguesa dirigiu-se sobretudo para as costas do norte de África, ilhas atlânticas e depois da descoberta do caminho marítimo para a Índia (1498) espalha-se pelo Oriente, mantendo-se muito activa até finais do século XVIII.

Em meados do século XVI aumenta a emigração para o Brasil, país que acaba por se tornar, no século XVII, no principal destino dos portugueses (devido sobretudo à exploração mineira), e se manterá sem grandes oscilações até meados dos anos 50 do século XX.

Em finais do século XIX, os portugueses começam a procurar activamente novos destinos alternativos ao Brasil, quer na Europa, quer no outro lado do Atlântico. Assim, ao longo do século XX, espalham-se pela Europa (França, Holanda, Luxemburgo e Alemanha), pelos EUA, Argentina, Venezuela, Canadá ou Austrália. O incremento da colonização de África (nos anos de 1930), porém, faz disparar o número de emigrantes que se instalam em Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, e noutras regiões da África Austral, bem como na África do Sul, Zimbábue ou no Congo, e no Estado da Índia (Goa, Dão e Diu), Macau e Timor.

No entender de Eduardo Lourenço, a emigração portuguesa explica-se, desde muito cedo, por analogia com outros contextos imperiais, ou seja, tal como «o inglês vai para os Estados Unidos, o português [vai] para o Brasil [...] e o espanhol para o México. [...] Emigramos para as nossas colónias – Angola, Moçambique –, como outrora, desde o seu acesso à independência, para a nossa antiga colónia, o Brasil. Portugal encoraja de preferência esta emigração. O emigrante prolonga, sob uma outra forma, a presença colonizadora. Encontra nesses locais [...] uma imensa casa onde se fala com doçura a sua própria língua.» (Lourenço, 1999: 49-50).

Após longa tradição de êxodo, Portugal, numa abertura ao exterior despoletada, sobretudo, pelo crescimento económico que marca o início da década de 1960, começa a abrir as suas ‘portas’ à entrada de migrantes.

Conquanto até meados da década de 1970 a população estrangeira, com estatuto legal de residente, fixada em Portugal fosse numericamente pouco expressiva, a situação viria a alterar-se em virtude de algumas mudanças internas: o aumento expressivo da emigração de portugueses para países europeus, o recrutamento militar para as guerras coloniais e um rarear de mão-de-obra no sector da construção civil. Nessa altura, o Estado português acolhe migrantes das colónias africanas<sup>166</sup>, «quase exclusivamente recrutados em Cabo Verde.» (Pires, 2003: 123).

---

<sup>166</sup> Recorde-se que, nessa data, todos os indivíduos que provinham dos países africanos de língua portuguesa, eram cidadãos portugueses.

A recepção viria a aumentar significativamente após o 25 de Abril de 1974 e as independências africanas – cenário que terá provocado um brusco aumento dos fluxos migratórios vindos das ex-colónias, e, a chegada de cerca de meio milhão de portugueses até então radicados nas mesmas. Estes viriam a ser apelidados de ‘retornados’ (Pires, 1987, *inter alia*).<sup>167</sup>

Nova alteração significativa se verifica com o começo dos investimentos públicos com vista à integração do país na Comunidade Europeia e a fortíssima alavancagem que daí resultou em termos de necessidades de mão-de-obra abundante. Se, conforme indicam as estimativas nacionais, o país acolhia, em 1970, 24.703 indivíduos de nacionalidade estrangeira, esse número passaria para mais do dobro em 1981, registando-se a presença legal de 54.414 indivíduos (essencialmente de nacionalidade africana<sup>168</sup> e europeia).

Em 1991, a população estrangeira com autorização de residência em Portugal seria de 113.978 (mantendo, basicamente, a mesma estrutura de proveniências), o que representa uma variação total superior a 200% em relação ao Censo de 1981. Em 2001, há 223.997 residentes legais de nacionalidade estrangeira, basicamente com as mesmas origens e a mesma distribuição percentual. Segundo os dados mais recentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, em 2008, a população estrangeira com estatuto legal de residente passaria para 436.020, verificando-se uma perda de peso relativo dos cidadãos de nacionalidade africana e um aumento muito significativo dos nacionais do Brasil.

De acordo com M. Margarida Marques *et alii* (2008), foi com o advento da década de noventa que o país reconheceu publicamente o estatuto de “país de imigração”, começando, então, a desenhar um enquadramento institucional e jurídico para lidar com o fenómeno emergente. Para além da criação de um Alto Comissário para as questões migratórias, destacam-se as medidas concretas visando a integração – e que revelam a intenção política de privilegiar os cidadãos de países *lusófonos*.

---

<sup>167</sup> «Even if many *Retornados* are culturally and biographically Africans, the majority (63%) were born in Portugal; in the case of young people this was only 40%. There were more male than female *Retornados* and people of working-age prevailed. The *Retornados* tended to settle in metropolitan areas as Lisbon (32%), Porto and Setúbal, probably due to opportunities in employment and housing. The arrival of a large number of people in fertile ages came to modify the scenario of an aged Portugal, and (temporarily) minimised some asymmetries in the demographic structure. [...] The schooling and occupational skills of the returnee population were above the national average: only 17% had not concluded the primary education in 1981, against 51% of the total Portuguese population.» (tradução inglesa – Maciel, 2007a: 899).

<sup>168</sup> Desses, que em termos absolutos representam 24.895 indivíduos, 84% eram caboverdeanos, 6% angolanos e 3% guineenses.

Referimo-nos aos dois primeiros períodos de regularizações extraordinárias de imigrantes indocumentados (em 1992/93 e em 1996) que viriam a impulsionar, consideravelmente, o número de residentes estrangeiros legais no país. Nesse período, concederam-se condições «mais alargadas aos cidadãos originários de países de língua portuguesa» (Leitão, 2008: 25). O mesmo aconteceu relativamente à atribuição de capacidade eleitoral e ao acesso à nacionalidade: em ambos os casos, aos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa foi atribuído um estatuto ‘especial’ – cujos privilégios se viriam, no entanto, a esbater na última década.

Subjazem a estes fluxos migratórios diversas motivações (migrações laborais, investimento escolar, retorno, refúgio, reagrupamento familiar, cuidados médicos) e diferentes padrões de instalação (variando de acordo com estatuto sócio-económico dos migrantes, mas diferindo pouco nas localizações escolhidas, ou seja, há uma clara sobre-representação de imigrantes em espaços específicos dos grandes centros urbanos, em especial Lisboa). No que toca à caracterização dos grupos ocupacionais dos imigrantes, impera a diversidade: as primeiras vagas foram sempre compostas por indivíduos com maiores qualificações; são também estes que menos aparecem nas estatísticas em virtude de terem ou rapidamente adquirirem o estatuto de cidadãos nacionais. Entre os estrangeiros com estatuto de residente legal, poderemos distinguir *grosso modo* três grupos: um primeiro constituído por segmentos mais qualificados e empresários; um segundo que abarca uma amálgama de trabalhadores qualificados e semi-qualificados e pequenos proprietários comerciais; e um terceiro, fortemente representado no trabalho manual (obras públicas, construção civil, indústria, serviços pessoais e domésticos). Os migrantes africanos ficariam, no imaginário colectivo, associados essencialmente a este último grupo; os indo-moçambicanos, ao segundo; e os restantes estrangeiros ao primeiro. Em termos de representação por sexos, há uma ligeira predominância do sexo masculino (em especial no caso dos brasileiros, porque no caso dos africanos a reunificação familiar tem vindo a desfazer esse efeito); e, em termos de idade, prevalece uma população mais jovem do que a média da população portuguesa, e com índices de maior vitalidade demográfica (Valente Rosa *et alii*, 2004).

É neste contexto que as populações do espaço *lusófono* se constituem, por um lado, como parcelas significativas da imigração em Portugal, como de resto se passa nas antigas metrópoles imperiais europeias, cujo traço característico assenta na forte heterogeneidade interna, especialmente das populações provenientes das antigas

colónias; e, por outro, como grupo-alvo que merece tratamento ‘especial’ por parte do Estado português, que assim pretende significar o seu empenho político na construção de ‘laços especiais’ com os países de língua oficial portuguesa.

Como refere Stephen Castles, a aceleração dos fluxos migratórios e a fixação das populações, ao longo do tempo, traduzem-se em transformações sociais, tanto a nível local, como na esfera global; tanto para os imigrantes, como para as sociedades de acolhimento. Transformações essas que se repercutem nas «diversas estruturas económicas e políticas, [n]as experiências históricas específicas, [n]os valores filosóficos e religiosos, [n]os padrões culturais e [n]as relações sociais.» (Castles, 2002: 134).

Conforme nos refere o Ex-ACIME, o caso dos ‘retornados’, por exemplo, terá constituído um importante factor de mudança cultural no país:

«A sociedade portuguesa é uma sociedade culturalmente muito diferente do que era há trinta anos. Naturalmente, que há muitos fenómenos a ter em conta, que tiveram influência nisso... mas a vinda dos retornados, por um lado, e a vinda dos portugueses que tinham estado emigrados na Europa e que vieram na sequência do choque petrolífero, modificaram culturalmente e de uma forma profunda a sociedade portuguesa, como é natural. A sociedade era muito mais cinzenta, muito menos alegre, não é que a alegria seja ainda hoje uma característica muito forte da sociedade portuguesa, [mas era] muito menos alegre, muito mais, burocrática e conformada, e penso que, há mutações profundas a nível da cultura colectiva, porque há aqui elementos que se transmitem a um conjunto da sociedade.» (AIE10, 2006).

Passaremos em revista algumas questões associadas ao fenómeno das migrações no antigo centro, que nos permitirão reflectir sobre algumas transformações decorrentes da chegada e permanência de populações migrantes, mormente das ex-periferias, na sociedade portuguesa; bem como identificar associações ao mundo da *lusofonia*.

## **5.2. As migrações *lusófonas* no antigo centro: ‘eu’, o ‘outro’ e ‘nós’**

Com a recente condição de país de destino, a sociedade portuguesa tem vindo, não só a assistir à heterogeneização da sua população, como tem sido ‘forçada’ a reflectir sobre um conjunto de questões ligadas à imigração. Fernando Luís Machado e Ana Raquel Matias referem mesmo que, «[p]oucos temas sociais suscitarão presentemente um tão intenso ritmo de pesquisa e publicação [como o das migrações], o que dá bem conta do interesse que em Portugal se coloca no conhecimento daquela que

é uma das grandes transformações dos últimos trinta anos, a passagem a país de imigração, sem ter deixado de ser país de emigração.» (Machado e Matias, 2006: 5).

### **5.2.1. A difícil inserção no antigo centro**

De acordo com M. Margarida Marques, Rui Santos e José Leitão (2008), uma das primeiras questões que terá sido suscitada em torno da presença dos imigrantes (sobretudo os de origem africana) no antigo centro, prendeu-se com as difíceis condições de inserção na sociedade de acolhimento visíveis, por exemplo, na formação de «espaços significativos de habitação degradada (barracas), [que] contribuíram para uma transformação significativa na estrutura social da capital, onde pobreza e origem africana surgiram de mão dada, como traços solidários de exclusão.» (Marques, 2008: 17). Em resposta, ter-se-á criado ou impulsionado, numa lógica *bottom-up*, uma miríade de associações locais de origem imigrante, que pretendiam apoiar as populações multicarenciadas, fazer pressão junto das autoridades e criar mecanismos de “reserva da cultura de origem”. Nesta mesma linha, João Sardinha, no seu estudo do associativismo imigrante em Portugal, refere que, até ao final da década de 80, se teria consolidado uma série de associações que realizavam projectos e concentravam as suas intervenções perto das camadas mais jovens; seriam elas: o *Moinho da Juventude*, a *Associação Unidos de Cabo Verde*, a *Mãos Unidas da Casa da Alegria* e a *Associação dos Amigos da Encosta Nascente*. «Constituídas como associações de bairro e localizadas em bairros considerados problemáticos [...], estas organizações tinham como intuito o desenvolvimento de actividades no âmbito da educação e formação profissional, cultura, desporto e apoio social criando ATLS para além de creches, entre outras actividades lúdicas.» (Sardinha, 2008). De acordo com Carlos Vianna, esta situação não se aplicaria, na década de 1990, ao caso dos brasileiros fixados no antigo centro. Num texto datado de Janeiro de 2003, o então presidente da Casa do Brasil, afirmaria que seria «[a]inda muito incipiente o espírito associativo e o desenvolvimento de uma certa consciência comunitária [entre os imigrantes brasileiros]. H[avia] apenas uma associação de imigrantes, legalmente constituída enquanto tal, a Casa do Brasil de Lisboa, fundada em Janeiro de 1992.» (Vianna, 2003: 7-8).

Durante a década de noventa de 1900, com a assunção de políticas voluntaristas da parte do Estado português, com o quadro europeu a condicionar a adopção de medidas pelos Estados membros, e em resposta às demandas vindas das populações



migrantes, as autoridades governamentais viriam a adoptar um conjunto muito diversificado de políticas locais de integração que visavam, sobretudo, «a criação de mecanismos de auscultação directa das necessidades e dos interesses das comunidades migrantes; a implementação de formas institucionalizadas de combate à discriminação e ao racismo e, por último, a criação de formas simbólicas de integração e de harmonia social.» (Horta, 2008: 2).

O processo de reconhecimento das associações de imigrantes no contexto português e a obtenção de direitos para os mesmos terá sido longo. No entanto, como mostram Marques, Santos e Leitão (2008), foi criada a partir de meados dos anos 1990 uma série de medidas que se viriam a traduzir em “estruturas de oportunidades” e em recursos, com vista a permitir a participação dos imigrantes na sociedade portuguesa.

As diferentes medidas tomadas a nível nacional, assim como a criação de estruturas oficiais a funcionarem a nível local, marcariam, indelevelmente, o esforço institucional em integrar as populações migrantes; da sua apropriação deveria resultar a participação dos mesmos na esfera pública. Segundo Ana Paula Horta (2008), as políticas seguidas pelos decisores públicos nacionais ter-se-ão limitado a transpor as recomendações europeias plasmadas na Declaração de Frankfurt (decorrente da “Conferência das Autoridades Locais e Regionais da Europa” realizada em 1991). Não havendo, contudo, uma regulamentação específica vinda de ‘cima’, coube às entidades locais a opção de criarem estruturas específicas para os imigrantes, ou não (sem distinção entre cidadãos nacionais e não nacionais). Rejeitando a criação de estruturas etnicamente determinadas, Oeiras é, segundo Marques e Santos (2004), um caso paradigmático desta segunda situação.

De uma situação que terá sido precedida pela afirmação de um ‘eu’ imigrante, no confronto com um ‘outro’, sociedade de acolhimento, ter-se-á chegado, apesar das fragilidades inerentes ao crescimento das organizações, de avanços e recuos, e de não se saber se o processo seria para durar, a um cenário de possível convivência entre um ‘nós’. Sobre este assunto, Rosana Albuquerque *et alii*, referem que se terá chegado «ao fim da década de 90 com a entrada definitiva das associações no cenário político e social, enquanto co-adjuvantes ou parceiros do poder político para implementar os seus próprios programas.» (Albuquerque *et alii*, 2000: 53).

Em traços gerais, poderíamos dizer que aquilo que os estudos aqui citados nos permitem pensar é que, neste contexto de emergência institucional, se terão dado os

primeiros passos para que diversas micro-comunidades (neste caso, as associações de imigrantes) pudessem ser ao mesmo tempo potenciadoras e beneficiárias de uma série de “estruturas de participação e de oportunidades”, que viriam progressivamente a emergir como mediadoras e facilitadoras do diálogo entre o Estado e os indivíduos de origem migrante, abrindo espaço para a afirmação de uma *comunidade lusófona* no seio do antigo centro.

Um estudo de caso permite mostrar a forma como as associações de imigrantes ganharam força mobilizadora, nestas últimas décadas, sobretudo no domínio cultural: a iniciativa ‘Maio, mês de África’.

### **5.2.2. “Maio, Mês de África em Lisboa”: um estudo de caso sobre a ‘activação’ de estruturas e recursos**

Conquanto não existam muitos estudos sobre a presença africana em território português até às independências das colónias em África, Francisco Carvalho (2007), numa análise sobre o lugar dos negros na cidade de Lisboa, refere-se a uma presença com mais de cinco séculos, marcada, por exemplo, pela passagem e a permanência de escravos e de estudantes de origem africana, mas que foi paulatina e laboriosamente apagada da memória da cidade. Os processos de descolonização e as consequentes cadeias migratórias viriam, na sua opinião, a alterar de forma significativa esse cenário. Nas três décadas subsequentes, o país assistiu à entrada sucessiva de indivíduos vindos dos PALOP, confrontando-se com duas realidades simultâneas: o ‘repatriamento’ dos portugueses outrora habitantes das ex-colónias (apelidados de “retornados”), maioritariamente de ascendência europeia, e a chegada de imigrantes de nacionalidade e ancestralidade africana. Durante esse período, não só devido ao fenómeno de reunificação familiar, mas também à emergência de segundas e terceiras gerações, a presença africana no país foi-se tornando demograficamente mais visível e foi despertando interesse em diversas áreas das Ciências Sociais.

Marco Martiniello (2005), analisando a produção cultural e as formas de participação política das minorias étnicas na Europa, observou que, tanto na esfera académica como ao nível de acção política, grande parte das comunidades imigrantes pós-coloniais estabelecidas no continente europeu tem sido negligenciada ou ‘esquecida’. Na opinião do especialista, à mercê de uma tendência vincada em se olhar

estas populações como meros ‘agentes’ económicos, tem-se subestimado a sua actuação ao nível cultural e artístico. Admitimos que os imigrantes africanos em Portugal não são excepção a esta regra; percepcionados quase que exclusivamente como trabalhadores (nomeadamente os de primeira geração), pouca ou nenhuma importância tem sido atribuída à sua presença noutros sectores.

Numa perspectiva neo-marxista, Bruno Dias e Tiago Farinha referem-se aos “enteados da nação”<sup>169</sup>, sublinhando que as actuais representações e imagens sobre os imigrantes, em Portugal, resumem-se, em bom rigor, ao eufemismo “imigrante” igual a “trabalhador” – a quem «é negado qualquer papel político na nossa sociedade.» (Dias e Farinha, 2007: 4). Na visão dos autores, «o imigrante ocupa hoje o lugar estrutural no imaginário social e político que foi ocupado, ao longo dos séculos XIX e XX, pela classe operária dos países ocidentais.» (*ibidem*: 1).

A realidade, como de costume, ultrapassa e desafia todas as simplificações. As investigações realizadas sobre as associações a que acima ludimos (Marques *et alii*, 2008) e os estudos sobre as gerações dos descendentes de imigrantes (Domingues, 2005; Domingues e Carvalho, 2006; *inter alia*) mostram como as expressões culturais de origem africana revelam uma realidade multifacetada, dinâmicas de rápida diferenciação interna e, sobretudo, o despontar de expressões variadas da agência das populações de origem migrante em Portugal. Razão pela qual estas formas de expressão começaram, nesta última década, a despertar algum interesse (entre os cientistas sociais, mas também entre os políticos), fazendo a sociedade ‘acordar’ para outras (porventura desconhecidas) facetas da imigração.

Para lá da sua intervenção ao nível associativo, com a criação de organizações de cariz social, recreativo e cultural, através das quais assumem posição e participação na sociedade civil, os imigrantes de origem ou ascendência africana produziram em Portugal, nas últimas décadas, um considerável conjunto de materiais sobre os seus países: livros, revistas, jornais, cd, programas de rádio e de televisão, assim como sítios na *internet*; trouxeram também as modas globais do *rap*, do *hip-hop*, e de outras manifestações culturais para a antiga metrópole colonial. Iniciativas que reflectem uma

---

<sup>169</sup> Os autores referem-se aos imigrantes, que entram no país como trabalhadores, e que permanecem *ad aeternum* como indivíduos em condição temporária, independentemente do tempo que aí ficarem. Estando, «condenados a ser cidadãos de segunda e a acatar as regras de um contrato cujos termos estão proibidos de negociar.» (Dias e Farinha, 2007: 4).

multiplicidade de vozes, que expressam não só à diversidade de origens, mas também a evolução legal, institucional, socioeconómica e cultural do contexto de acolhimento.

Ao longo das últimas décadas a presença africana em Portugal, que faz parte de um complexo e amplo quadro de fluxos culturais que marca a actual sociedade portuguesa, tem vindo a consolidar-se e, de quando em vez, África “cai em estado de graça”. Nessas ocasiões, observa-se um accionar de diálogos *bottom-up* e *top-down* que emergem de um variado e abrangente conjunto de eventos culturais ligados a temáticas africanas (Maciel, 2008a).

A realização de diversas iniciativas como o “I Festival de Gastronomia Angolana” em Sintra, o “Festival Africano” no âmbito da Semana das Culturas em Oeiras, a “I Feira de África” no Montijo, o ciclo de concertos “Ritmos quentes de África no Maxime” no cabaret homónimo de Lisboa, os Congressos Internacionais da África Lusófona promovidos pela Universidade Lusófona de Lisboa, e outras actividades congéneres, espelham a efervescência de celebrações de África um pouco por toda a Área Metropolitana de Lisboa. Em contacto com o ‘terreno’ verificámos que tem sido cada vez mais usual grupos culturais, associações, centros de investigação universitária, ordens profissionais, igrejas e outras colectividades, participarem em eventos comuns com representantes de organizações congéneres às suas, de outros espaços e países de língua portuguesa, recorrendo a apoios de instituições como a CPLP, a RDP África ou a Fundação Portugal-África. Admitimos que estas redes que se têm vindo a criar no *espaço lusófono* são capazes de articular interesses, proporcionar um maior conhecimento mútuo entre falantes da língua portuguesa, contribuir para a dinamização de entendimentos comuns, podendo ou não vir a cristalizar-se em micro-comunidades lusófonas e, de forma agregada, da *comunidade lusófona*.

As comunidades de imigrantes africanos, mercê da acção de alguns os ‘retornados’ que persistem em construir e manter viva uma imagem da África que ‘trazem na alma’, têm vindo ao longo das últimas décadas a ganhar visibilidade na esfera pública, através de um significativo conjunto de bens culturais que, não só incidem nos seus países de origem, como reflectem a necessidade de não se perder uma certa peculiaridade atribuída às suas culturas de raiz; seja ao nível da música, da dança, da literatura, da expressão dramática, da pintura, da escultura, da gastronomia, da moda ou da produção televisiva e radiofónica, ou ainda da reflexão crítica. Até meados da década de 90, a produção e a divulgação cultural estiveram confinados às esferas de

acção e de influência das populações com origens em África. No entanto, em 1996, com a institucionalização da CPLP e o aparecimento da RDP África, as populações de origem africana em geral, e as suas elites culturais em particular, ganharam ‘novo’ alento, conquistando, em 2004, um espaço privilegiado na cidade de Lisboa: a possibilidade de dedicar um mês inteiro à celebração de África e das suas culturas (Maciel, 2005a).

Pela mão de David Borges<sup>170</sup>, com o apoio de uma pequena equipa de pessoas que nada tinham a ver com o Continente Africano, nascia, em 1996, aquele que haveria de ser um projecto pioneiro e único no seu género em Portugal: a RDP África. A RDP África «é uma estação que pertence ao grupo Radiodifusão Portuguesa e que emite, em FM, para Lisboa, Coimbra, Faro e quatro dos cinco países africanos de Língua Portuguesa – Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. A programação é emitida de Lisboa, via satélite, para estações terrenas de FM nos já referidos PALOP, podendo ser captada por satélite em Angola e noutros pontos de África»<sup>171</sup>. Relativamente às emissões em território nacional, a rádio tem trabalhado também para os imigrantes africanos residentes em Portugal. Estes, através da sua quotidiana participação via telefone e da sua fiel escuta, contribuem vivamente – como refere David Borges – para manter acesa a chama de «uma rádio feita para eles»<sup>172</sup>. É ainda o mesmo interlocutor que assegura que existe uma grande interactividade entre os ouvintes e a rádio, expressa numa visível empatia entre a imigração africana em Portugal e a RDP África. Sublinhando este mesmo argumento, também Nuno Sardinha, actual coordenador de programas, enfatiza que a rádio «vive dos seus ouvintes e das suas histórias» (Sardinha in *Diário de Notícias*, 01.Abril.2008).

Quando a rádio iniciou o seu trabalho, já algumas associações de imigrantes africanos, nomeadamente de caboverdeanos (a comunidade maior e mais antiga em Portugal), realizavam esporadicamente actividades culturais, recreativas e lúdicas; a publicidade às mesmas passou a ser transmitida pelo recém-criado veículo de

---

<sup>170</sup> David Borges nasceu em Ondjiva, província do Cunene (Angola), em 1949, onde se iniciou na rádio como locutor, redactor e relator desportivo. Em Portugal, a partir de 1975, trabalhou em várias estações de rádio, entre as quais a TSF (de que foi um dos fundadores, com outros ‘retornados’ ligados aos media, e, depois, director) e a RDP (onde criou e dirigiu nos primeiros nove anos a RDP África).

<sup>171</sup> “O perfil do canal” in <http://programas.rtp.pt/canais-radio/rdpafrica/perfil.php?canal=4> [02.10.2009].

<sup>172</sup> Em entrevista com M. Margarida Marques, Francisco Costa e Cármen Maciel no dia 21 de Setembro de 2004. David Borges era o então Director da RDP África. Esta entrevista será doravante referenciada por “J1, 2004”, conforme a classificação das Entrevistas, pp.386-378.

informação. Entretanto, a existência da rádio e a prestação desse novo serviço aceleraram a dinâmica das diversas associações por terras lusas. De acordo com David Borges, a ideia de que haveria uma rádio que divulgava as actividades das mais diversas entidades teve um efeito multiplicador no lançamento de iniciativas que, passaram muitas delas, a realizar-se no próprio auditório da RDP, nas Amoreiras, em Lisboa. Cedendo o espaço para o lançamento de livros e para a realização de concertos, a RDP África proporcionava assim a alguns escritores e músicos africanos a oportunidade de divulgarem as suas criações culturais:

«Um projecto que era para ser esporádico, accidental, uma vez por outra, passou a ser uma coisa sagrada, [passou a realizar-se] todas as semanas, isto é, há oito anos que realizamos acções culturais no auditório todas as quartas-feiras.» (J1, 2004).

Como que por efeito de ‘bola de neve’, um significativo número de associações de imigrantes, núcleos de estudantes e outras entidades começaram, repentinamente, a solicitar a presença de responsáveis da RDP África em colóquios, seminários, mesas redondas, encontros de escritores, exposições e tantas outras actividades, criando um desequilíbrio na organização inicial da rádio: o da promoção e cobertura de tão grande número de iniciativas. Conforme afirma o director da rádio:

«Eles têm o direito de ligar para a RDP África para comunicar que vão fazer um encontro e logo adquirem imediatamente o direito de nós promovermos essa acção – de fazermos um *spot*, pô-lo no ar... – o que não é difícil..., vamos fazendo. Mas depois exigem mais, exigem que a gente lá vá cobrir o acontecimento; e como já são milhares de acções que eles fazem, nós não temos capacidade humana para responder....». (*idem*).

Face a esta situação e com a aproximação do dia 25 de Maio que, no calendário das efemérides, anuncia o “Dia de África” ou o “Dia da Libertação Africana”, em 1997 a direcção da rádio ponderou se não seria melhor concentrar as diversas iniciativas num só dia e, a propósito do dia 25 de Maio, lançou a ideia do primeiro “Dia das Culturas Africanas”. A descoberta de uma fotografia com 50 anos de existência, publicada na revista *Pública*, que dava conta de uma iniciativa de uma rádio de *jazz* de New Orleans que convocou todos os músicos para uma fotografia do *jazz*, ofereceu o mote para a concretização de tal ambição: porque não apresentar um desafio semelhante aos músicos africanos em Portugal?

«Sem nenhuma preparação prévia, pusemos no ar um *spot* a anunciar: “no dia 25 de Maio às 10h da manhã desafiamos os músicos africanos a comparecerem na

Torre de Belém para uma grande festa africana no primeiro Dia das Culturas Africanas”. Pedimos o espaço à Câmara Municipal de Lisboa, não tínhamos nenhuma capacidade organizativa, nenhuma estrutura de base, nem pensámos no que viria a acontecer, mas a verdade é que estiveram na Torre de Belém 30 mil pessoas naquele dia. Foi para nós uma absoluta surpresa.» (*idem*).

O sucesso da iniciativa colocou a RDP África perante um novo desafio: fazer a mesma festa no ano seguinte. Apresentaram a ideia à Câmara Municipal de Lisboa, porém, esta negou-lhes um espaço; ainda assim, a festa veio a realizar-se, em 1998, no passeio marítimo de Algés, com o apoio da Câmara Municipal de Oeiras. Foi novamente um evento bem sucedido, mas, como assegura David Borges, «naquele dia [chegou-se] perto da loucura porque aquilo foi feito por apenas 6 pessoas e estavam lá cerca de 50 mil espectadores no pico da festa (o concerto nocturno)».

Em virtude da evidente falta de meios com que se debateram as duas primeiras experiências, os organizadores da RDP África pensaram em não voltar a realizar a Festa do Dia das Culturas Africanas. No entanto, a pressão do exterior foi tal que no ano seguinte – em 1999 – a comemoração voltou a ter lugar. Desta feita, tirando partido das instalações que haviam proporcionado a realização da Expo’98. Para o efeito foi montado um pavilhão de África, de tal forma rico que, de acordo com David Borges, houve quem se questionasse se aquele espaço não excederia o que estivera em exibição durante a afamada exposição mundial que tivera lugar em Lisboa no ano transacto. Em frente ao Centro Comercial Vasco da Gama organizou-se ainda uma mostra de música africana com a actuação do grupo das “batucadeiras de Cabo Verde”. E, para além da comemoração das culturas africanas, decorria ainda a Maratona Contra o Racismo que, por razões simbólicas, teve a meta em frente ao pavilhão organizado pela RDP África.

Apesar do empenho desta instituição e de outros colaboradores pontuais, e da grande afluência de público (essencialmente composto por africanos residentes em Portugal) aos eventos de 1997 a 1999, os responsáveis da rádio, alegando não obterem ecos da restante sociedade, nomeadamente dos media e de personalidades da esfera pública, decidiram pôr termo à iniciativa após a terceira edição:

«Em 1999 tivemos que parar por falta de dinheiro e de outros apoios, porque ninguém nos ligava nenhuma. Tínhamos feito três dias da cultura africana, três coisas gigantescas sem uma única notícia nos jornais, portanto o esforço começava a ser demasiado... O trabalho era um pouco improficuo..., a festa era bonita mas o esforço era demasiado grande. E então resolvemos acabar com essa iniciativa, com grande pena nossa... com grande pressão da malta depois...» (*idem*).

Embora o desalento tivesse levado alguns a pensar que a iniciativa tinha ‘morrido’ por ali, na verdade o impulso que levou ao primeiro ensaio de um festival africano em Lisboa voltou a acordar, ainda com mais força. Quando, em 2003, os responsáveis por diversas entidades começaram a contactar a RDP África para anunciarem as suas actividades, David Borges e a sua equipa consideraram aproveitar todas as iniciativas para realizar não um dia de culturas, mas um mês de África em Lisboa. Foi assim que nasceu a ideia pioneira de dedicar todo o mês de Maio de 2004 ao Continente Africano e aos imigrantes africanos residentes em Portugal.

Em meados de Outubro de 2003, a direcção da RDP África começou por reunir com os potenciais interessados em participar nas comemorações; em conjunto, estabeleceram um calendário<sup>173</sup> e apresentaram ao público um recheado leque de cerca de 75 iniciativas multidisciplinares: música, dança, literatura, cinema, teatro, gastronomia, desporto, colóquios, palestras, exposições e formações, que contaram com o apoio de 52 instituições (associações de imigrantes, de estudantes e de moradores; embaixadas africanas em Portugal; Câmara Municipal de Lisboa; institutos, universidades e outras organizações), 55 personalidades da esfera pública (presidentes, ministros, embaixadores, jornalistas, investigadores e outros), 72 artistas (escritores, cantores, dançarinos, actores, entre outros) e de um conjunto incalculável de voluntários amadores e anónimos. A divulgação das diversas iniciativas seria assegurada através de uma agenda disponibilizada em toda a grande Lisboa num circuito de Mupis. Tal como anunciavam no site da RDP África:

«A RDP e a RTP asseguram a divulgação dos eventos incluídos no programa. Apoios na divulgação: *Semanário África*, *África Hoje*, site e revista *Africanidade*, Programa de TV *Entre nós* e *Semanário Voz d’África*»<sup>174</sup>.

Para além destes canais, encontrámos ainda toda a informação relativa aos sucessivos eventos na página oficial do Alto Comissariado para a Imigração e as Minorias Étnicas (ACIME).

Embora as actividades comemorativas tivessem começado no primeiro dia de Maio com uma homenagem ao trabalhador caboverdeano em Portugal (em Oeiras); um espectáculo de música e danças tradicionais, e uma mostra gastronómica na Praça da Figueira; e a inauguração de uma exposição de fotografia dedicada ao continente

---

<sup>173</sup> Disponível em [www.rdp.pt](http://www.rdp.pt), [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt), [www.africanidade.com](http://www.africanidade.com) e outros sites ligados aos países africanos. [01.05.2004].

<sup>174</sup> [www.rdp.pt/africa/maio-mês-africa.htm](http://www.rdp.pt/africa/maio-mês-africa.htm). [01.05.2004].



africano (no Instituto Português da Juventude no Parque das Nações), a cerimónia oficial de lançamento teve lugar apenas no dia 4, no Centro Cultural de Belém, com a realização do Seminário “África Século XXI”, no qual esteve presente Joaquim Chissano, o então presidente da União Africana e de Moçambique, e o seu homólogo português, Jorge Sampaio, para além de outras personalidades marcantes das esferas política, cultural e académica.

Nesse encontro, para lá de um combate ao “afro-pessimismo” nos PALOP, os líderes governamentais preocuparam-se em sublinhar as actuais relações entre o antigo centro e as ex-colónias, destituídas de sentidos neo-coloniais:

«O conceito de “império” foi substituído pela ideia de uma verdadeira partilha de soberania e Portugal aprendeu a lição de que apenas povos livres poderão deixar de oprimir outros povos.» (Durão Barroso in *África Hoje*, n.189. Maio 2004: 15).

A partir desse dia e até ao fim do mês, realizaram-se muitas actividades, entre as quais destacamos as 17 iniciativas no formato de congressos, colóquios, seminários e debates que visaram sobretudo trazer a debate público temas como a propagação do vírus HIV-Sida, migrações, integração, diáspora, segundas-gerações, papel da mulher africana, formação e retorno de quadros, inserção no mercado de trabalho, educação, literatura africana em Portugal, democracia, conjuntura europeia, parcerias globais, Nova Parceria para o Desenvolvimento da África – NEPAD, União Africana e CPLP. Também se realizaram eventos de natureza mais expressiva: 13 iniciativas ligadas ao campo literário (lançamento e apresentação de obras, exposições de banda desenhada e saraus de poesia); 8 homenagens (a personalidades da diáspora, aos trabalhadores caboverdeanos, aos dias de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, de África e do Livro africano); 2 inaugurações de novos espaços (uma livraria associada ao continente africano e uma associação de quadros caboverdeanos na diáspora); 7 peças de teatro (amadoras e profissionais, estas últimas baseadas nas obras de Mia Couto e Ruy de Carvalho); 23 espectáculos de música e de dança (com protagonistas consagrados e outros); 7 feiras de gastronomias típicas; exposições de fotografia, mostras de cinema, torneios desportivos e lúdicos, passagens de modelos e workshops.

Os programas decorreram entre o centro da cidade (em espaços como o Centro Cultural de Belém, o Palácio das Galveias, a Universidade Lusófona, o ISCSP, o Auditório da RDP, a Feira do Livro, a FLAD, o Hotel D. Pedro, a Culturgest ou o

Convento do Beato) e algumas zonas periféricas (tais como a Casa da Cultura em Sacavém, associações locais na Quinta do Mocho, na Amadora ou em Oeiras, instituições prisionais em Tires e Linhó ou os Bombeiros Voluntários do Cacém).

O facto de as actividades se realizarem ora no centro, ora nas periferias da área metropolitana, teve a ver não só com um esforço para que toda a cidade estivesse em contacto com este evento e se alcançasse o maior número possível de potenciais visitantes, mas esteve sobretudo dependente dos organizadores e do tipo de iniciativa a realizar. Por exemplo, quase todas as actividades do foro intelectual (como seminários, colóquios e debates) foram organizadas e promovidas por associações de estudantes africanos ou por estudantes de pós-graduações ligadas ao continente africano, o que fez com que essas iniciativas decorressem em pólos universitários no centro lisboeta. Por outro lado, muitas das feiras de gastronomia, as homenagens e os espectáculos (sobretudo os de dança), foram idealizados e realizados por associações locais de residentes de ascendência africana, implicando a sua concretização nos subúrbios da cidade.

Excluindo as acções promovidas pelas Embaixadas e outros órgãos ligados aos governos de Portugal e dos PALOP, a que assistiram inúmeros convidados de várias nacionalidades e de diferentes quadrantes dos países *lusófonos*, a grande maioria dos visitantes a estas iniciativas foi, de acordo com as entrevistas que realizámos, composta por estudantes (maioritariamente africanos, mas também portugueses, brasileiros e timorenses), residentes das zonas com grande concentração de ‘retornados’ e imigrantes africanos, jornalistas (quase que exclusivamente da RDP África e de canais informativos ligados ao continente africano), investigadores das ciências sociais e um pequeno público composto pelas mais diversas pessoas. Não obstante a diversidade de proveniências, origem de classe, idade, religião ou profissão, a maioria dos visitantes foi composta por africanos, descendentes de africanos ou pessoas que nasceram em África; a minoria consistiu em indivíduos que têm interesse pelo continente africano ou com gostos cosmopolitas, de indivíduos que pela sua ocupação profissional trabalham ou estudam assuntos ligados a África e por alguns curiosos.

Já nas iniciativas das elites, o panorama parece ter sido diferente. O principal dinamizador das actividades do “Maio, Mês de África” na Universidade Lusófona de Lisboa afirma, com alguma surpresa:

«Para nosso espanto estiveram também presentes pessoas [de] fora dos PALOP. Estiveram pessoas de Marrocos, da África do Sul, da Nigéria e esteve também connosco, nas comemorações, uma rapariga chinesa. Isto contribuiu para que a actividade fosse mais interessante. [...] Quanto aos estudantes, para além dos daqui [de Lisboa], de diferentes universidades e institutos, vieram também alguns estudantes de Coimbra, de Évora e do Algarve. [...] Havia ainda pessoas que vieram do Bairro 6 de Maio [da Amadora]. [...] E algumas outras pessoas, vindas tipo por curiosidade [...]». (RASC2, 2005).

De um outro ponto de vista, alguns entrevistados referem que a questão dos visitantes terá de ser analisada de acordo com cada tipo de iniciativa:

«Se nós entrássemos numa discoteca, por exemplo no Sarabanda ou no Mussulo, de noite, se calhar a lotação era ela por ela: brancos e negros; portugueses e africanos. Mas nas actividades de rua, as coisas dispersaram um bocadinho. [...] Os portugueses [não procuram tanto este tipo de festividades] porque são mais reservados, mais tristes, fecham-se um pouco [...]». (RASC10, 2005).

«Estiveram aqui nas nossas comemorações muitos portugueses trazidos por africanos [...] a participação de portugueses não foi de cem por cento, mas foi à volta de... à volta de noventa e tal por cento, principalmente na hora de celebração da missa, no almoço e na parte recreativa. Se é para constituir uma amostra para tentar justificar alguma coisa, então a presença dos portugueses é significativa, porque eles de facto estiveram cá.» (RASC2, 2005).

Desde essa grande iniciativa, em 2004, até à actualidade, o “Maio, Mês de África em Lisboa” nunca mais teve a mesma dimensão. O declínio deu-se em termos do número de iniciativas e de espectadores e do tipo de energia organizacional requerida para estruturar um evento de tais proporções. Questionados, alguns líderes associativos e organizadores do evento argumentam que tal aconteceu desde que a RDP África, ao mudar de direcção, deixou de assumir o comando do evento, não mais contactando as associações para a convergência de iniciativas. De acordo com os mesmos, não voltou a haver até ao momento mais ninguém, nem nenhuma entidade, que pudesse assumir a responsabilidade de algo tão ‘gigantesco’; no entanto, aguardam que o evento se possa voltar a realizar no mesmo formato. Enquanto isso não acontece, continua a comemorar-se África em Lisboa, especialmente durante o mês de Maio – altura em que diversas Universidades (como a Lusófona, a Católica, a Nova ou a Clássica, por exemplo) e outras escolas da área metropolitana asseguram “a semana africana”; em que a CPLP promove diversas iniciativas, as Embaixadas de África em Lisboa comemoram o dia dos respectivos países, em que as Associações organizam e divulgam através de mensagens electrónicas, páginas de *internet* e blogues as suas actividades.

Um dos entrevistados comentou que em 2005 se terá apostado numa forma diferente de ‘lembrar’ e celebrar África em Lisboa:

«Fez-se outras coisas, não se apostou muito nessas actividades grandes, mas em conferências, seminários... e isso também é bom. São meios de sensibilizar as pessoas, de se adquirir outros conhecimentos. Porque não se vive só de festas!» (RASC5, 2005).

A celebração de África em Lisboa tem invocado uma presença que, de acordo com a opinião expressa nos meios de comunicação em análise neste trabalho, contribui para a rejeição de uma espécie de afro-pessimismo:

«Para além das nossas desgraças, dos nossos problemas, há vida, há criação [capaz de] fazer com que o nosso continente se incorpore também no surto de desenvolvimento que existe actualmente à escala planetária.» (Assunção dos Anjos, citado em *África Hoje*, n. 189 de Maio 2004, p.15).

Segundo o director da revista *África Hoje*, Albérico Cardoso, findo o mês de Maio, há que realçar a extrema importância das comemorações uma vez que estas mostraram a vontade de um grande número de indivíduos e entidades em mudar a percepção em relação ao continente africano:

«O mês de Maio de 2004 ficará para sempre marcado como o mês da mudança, o mês em que África ganhou um novo dinamismo e uma nova imagem na Europa e, em particular em Portugal.» (Albérico Cardoso no editorial da *África Hoje*, n.189 de Maio de 2004, p.3).

Para os líderes associativos e para os criadores culturais, o evento representou igualmente um momento importante para:

1. a afirmação da presença africana em Lisboa:

«2004 foi um ano que marcou em termos de divulgação das actividades da semana africana. Marcou porque durante todo o tempo que eu já cá estou, e já lá vão quase seis anos, 2004 foi o ano que mais impacto causou. [O evento] foi publicado, publicitado, noticiado, de forma que eu passei até a desconfiar um bocado do que estaria por detrás dessa actividade, porque ela nunca tinha sido publicitada antes. Nunca tinha sido divulgada nos comboios e noutros meios de transporte da cidade [...]. Em 2004 houve uma cobertura mais abrangente da semana africana. Houve inclusive o apoio das câmaras municipais como a de Lisboa [...].» (RASC3, 2005).

2. a difusão da ideia de Portugal como país multicultural:

«[Há valores acrescentados] para Portugal, pelo valor da multiculturalidade. Porque Portugal é hoje um país misto, multicultural, cada vez há mais esforço de

integração, as pessoas estão a chegar mais... e, é bom quando há uma ponte, comunicação, uma toca de ideias da diversidade, isso facilita muito a convivência entre pessoas.» (PC2, 2004).

### 3. a percepção de como se pode construir a *comunidade lusófona*:

«O disco foi gravado em português e em crioulo. Em português porque era uma maneira de participar na comunidade lusófona. [...] O mundo lusófono sou eu que o crio, sou eu que o faço evoluir, sou eu que o faço mexer-se; [...] editar esse trabalho, com forte incidência nas minhas duas línguas: a portuguesa e o crioulo, mostra que são duas partes integrantes, indissociáveis do espaço lusófono. [...] Os artistas, escritores, cantores, são agentes culturais que têm criado, recriado, renovado a dita comunidade.» (PC1, 2006).

O evento “Maio, Mês de África em Lisboa”, que resultou da convergência de múltiplas iniciativas de micro-comunidades várias que vinham realizando um crescente número de iniciativas no antigo centro até à emergência da RDP África, e que, a partir daí, associaram os seus interesses e motivações à recém-criada estrutura e a actores específicos, particularmente bem posicionados não só na rádio, mas também em Embaixadas, Autarquias e inúmeras organizações da sociedade civil<sup>175</sup>, só pode ser entendido através de uma interpretação que acompanha a evolução da produção cultural na cidade de Lisboa na sua ligação com a diversidade cultural, e atendendo ao quadro mais amplo das relações externas no que se convencionou designar como o ‘projecto lusófono’. Esta perspectiva é fundamental para se compreender que, apesar de ser um processo lento, que vai abrangendo a sociedade lisboeta aos poucos e por segmentos, a realização deste tipo de eventos, a celebração das independências africanas nas associações e embaixadas na capital, a organização de conferências, debates, exposições e/ou concursos temáticos, bem como a participação de indivíduos de origem ou ascendência africana em eventos mais vastos como a *Festa da Diversidade*, sem esquecer os eventos baseados em redes transnacionais (como o encontro das ordens de advogados dos países lusófonos, entre tantas outras iniciativas), têm sido instrumentos que, ao nível interno, por um lado, contribuem para a criação de uma comunidade com referência a África, que não se define exclusivamente a partir de critérios raciais, mas inclui segmentos relevantes dos ‘retornados’; e, por outro, garantem uma visibilidade da presença africana na cidade ainda predominantemente alfacinha que, embora ainda não fazendo parte do seu quotidiano banal, tem vindo a afirmar-se para além da tónica da

---

<sup>175</sup> Vd. Anexo II, III e IV: Listagem dos Responsáveis pelas iniciativas, dos artistas e de outras personalidades intervenientes no “Maio, Mês de África em Lisboa”, pp.382-384.

exclusão. Ao nível externo, contribuem para consolidar a imagem de Lisboa como espaço de produção e de irradiação da lusofonia.

Esta crescente presença na esfera pública de ‘África em Lisboa’ tem despoletado a atenção de académicos, investigadores, decisores políticos, responsáveis pelo sector da imigração, jornalistas e outros *stakeholders*, empenhados, não só em perceber as dinâmicas de transformação protagonizadas pela imigração na sociedade portuguesa, mas ainda, prontos a contribuir para uma maior eficácia na gestão de políticas de incorporação.

Ainda que a produção cultural e a sua celebração não produzam de imediato os efeitos esperados pelos produtores culturais, os líderes associativos e outros membros das comunidades africanas fixados em Portugal, o fluxo de gentes, as suas práticas e os símbolos decorrentes das suas iniciativas culturais parece concorrer para uma progressiva transformação na “infra-estrutura urbana” lisboeta, que já não é só alfacinha, mas também, e em já não despreciada medida, africana e *lusófona*.

### **5.2.3. O racismo em ‘confronto’ com as expressões de ‘miscigenação’**

A tese de doutoramento de Rosa Cabecinhas (2002) defende que uma das primeiras reflexões que terá tido lugar entre as elites políticas portuguesas, no que toca à presença e à situação dos imigrantes, ter-se-á centrado em torno da problemática do racismo e da etnicidade. Foram os casos de, por exemplo, Bacelar de Vasconcelos (1998), à época Governador Civil de Braga, e de José Leitão (1998), então Alto Comissário para a Imigração. Esta situação reflectiu-se, simultaneamente, numa produção académica preocupada em compreender o fenómeno (e.g. Contador, 1998; Khan, 1998; Vala, 1999) e na emergência de organizações (como o SOS Racismo, associação sem fins lucrativos fundada em 1990) que viriam a tornar-se protagonistas de relevo na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como acima frisámos, diversos estudos apontam o racismo como uma das questões mais delicadas e controversas da actualidade nacional; sendo certo que, a esse fenómeno de discriminação, surge associado, em cadeia e por agregação, um outro conjunto de problemas, como sejam: as afirmações identitárias adversariais (ao nível das ‘segundas gerações’ de origem migrante [Carvalho, 2005, *inter alia*]), as percepções

mediáticas enviesadas (Cunha, 2005, *inter alia*), ou a sobre-representação de pessoas de ascendência migrante na população desviante (Seabra, 2005).

Em qualquer dos casos são notórias as tensões criadas no antigo centro em reacção à presença de imigrantes vindos das ex-periferias e aos seus descendentes. Na sua tese de doutoramento, Francisco Costa elencou algumas situações emblemáticas: «o caso do “arrastão” na praia de Carcavelos (a 10 de Junho de 2004) [...], o [episódio] das “mães de Bragança”, que se insurgiram contra a presença da “imigração feminina”, [...] a [manifestação da] extrema direita portuguesa [...] no Martim Moniz contra a presença de imigrantes no país, [...] o episódio do cartaz que o Partido Nacional Renovador (PNR) colocou na Praça do Marquês de Pombal, apelando ao fim da entrada de imigrantes em Portugal.» (Costa, 2008: 4).

Na opinião do autor, apesar de as situações serem pontuais, tal não significa que as atitudes de base e os estereótipos não sejam comuns entre a população portuguesa. Apoando-se nos resultados do “Inquérito Social Europeu” realizado entre 2002/03 (que colocava Portugal como o quarto país europeu, entre os 25, que mais resistiria à imigração), Costa argumenta que o “fechamento” da sociedade portuguesa é um facto que não deve passar ao lado dos estudiosos da realidade nacional, não obstante a retórica oficial.

Na mesma linha de pensamento Jorge Vala argumenta que apesar de as “crenças igualitárias” (que defendem que os imigrantes devem ter os mesmos direitos que os nacionais), há comportamentos discriminatórios em Portugal que têm sido ‘abafados’ pelo “véu ideológico do lusotropicalismo” – que, alimenta «a ideia de que esses comportamentos e as atitudes que os sustentam não têm expressão entre nós [portugueses].» (Vala, 2004: 49). Tal como defende a historiadora Cláudia Castelo:

«Uma vez mais, [o lusotropicalismo] é usado como dispositivo retórico, numa perspectiva acrítica e imobilista. Ontem, para legitimar o colonialismo português; hoje, para alimentar o mito da tolerância racial dos portugueses e até de um nacionalismo português integrador e universalista, em contraponto aos “maus” nacionalismos, fechados, etnocêntricos e xenófobos. O que, na prática, pode servir para caucionar a debilidade de políticas públicas contra o racismo e a discriminação e promotoras da integração dos imigrantes e das minorias étnicas, na escola, no emprego e no espaço público.» (Castelo, 2007:3).

Num estudo datado de 2003, sobre “atitudes e valores perante a imigração”, já Mário Lages e Verónica Policarpo, haviam detectado sinais de “fechamento”, visíveis,

por exemplo, na obtenção de mais de 70% de respostas negativas quanto à entrada de mais imigrantes no país, «independentemente da sua origem: africana (74,4%), brasileira (71%) ou do Leste (73,4%).» (Lages e Policarpo, 2003: 15).

No que toca à percepção de diferenças culturais, os «imigrantes africanos destacam-se claramente como o grupo que os inquiridos percebem como mais diferente dos portugueses, quer no que respeita os usos e costumes (61,5%), a maneira como educam os filhos (51,2%), as crenças e práticas religiosas (49,5%), os valores e comportamentos sexuais (32,3%).» (*ibidem*: 22-23). Em contraste, os brasileiros surgem (nesse mesmo estudo de 2003) como o grupo percebido mais semelhante aos portugueses, «relativamente a todas as categorias referidas: a língua que falam (69%), os usos e costumes (42,4%), a maneira como educam os filhos (38,8%), as crenças religiosas (36,9%), os valores e comportamentos sexuais (32,3%).» (*ibidem*).

Os autores entendem que o maior afastamento em relação aos africanos (provenientes maioritariamente dos PALOP), comparativamente aos brasileiros, apesar de com ambos os portugueses partilharem a língua e um passado comum, exprime, em bom rigor, uma atitude racista, ainda que, do ponto de vista formal, o racismo seja condenado. Lages e Policarpo alegam que «a ênfase na afirmação dos contrastes socioculturais dos imigrantes e das minorias étnicas pode corresponder a uma forma subtil de afirmar a ‘superioridade’ dos valores culturais do grupo de pertença, legitimando novas formas de marginalização e exclusão, fundadas em hierarquias de natureza sociocultural.» (*ibidem*: 50).

Em suma, o que os estudos disponíveis parecem sublinhar é que, apesar do discurso público que enaltece a abertura da sociedade portuguesa e a sua transformação em sociedade multicultural e inclusiva, enformada por um ‘eu’ e um ‘outro’ que se aceitam relativamente bem no ‘caldo’ da *lusofonia* (note-se que 60,3% dos inquiridos portugueses confirmou que a presença dos imigrantes enriquece a vida cultural do país), os grupos de origem imigrante, sobretudo os oriundos da África *lusófona*, têm sido considerados como ‘outros’ e, mais do que isso, como já o demonstrámos noutro sítio, estigmatizados (Maciel, 2005b).

Esta parece ser a razão pela qual a escritora portuguesa Margarida Paredes assuma que apesar de um “novo olhar” sobre o passado colonial que tende a “reconciliar” os antigos colonizadores com os ex-periféricos, o facto de os portugueses



serem racistas tem impedido que o comum dos cidadãos se envolva, de facto, na construção de uma *comunidade* de pares<sup>176</sup>.

Como vimos anteriormente Timothy Sieber (2002), investigador norte-americano, afina pelo mesmo diapasão. O autor sugere que a *lusofonia* (no caso, observada a partir da participação musical em eventos culturais como a Expo'98) é um atributo a que os portugueses se escusam, reservando-o para as ex-colónias e os seus naturais:

«[W]e have seen that, in Lisbon in 1998, 'Portuguese' and 'lusophone' musics, despite their internal diversity and the ostensible celebration of their fusion, were categorized in fact as a separate, almost binary pair. Essentialist, even racialized conceptions of these two types of music were also evident, in that lusophone musics were always defined as being Other, exotic, not from Portugal and not linked with immigrant communities that had brought the colonial periphery into the ostensible Center.» (Sieber, 2002: 183).

Segundo o autor, esta associação da *lusofonia* aos não portugueses não seria mais do que a tentativa de 'não contaminação' da cultura nacional, ou seja, a revelação de velhas assimetrias herdadas do tempo colonial. O que, na opinião do investigador, não deixa de ser paradoxal:

«In 1998, amidst all the seeming representation of multicultural, international, including lusophone, cultural expression in the Lisbon festivities, Portuguese culture itself was implicitly presented as homogeneous, traditional, fairly static, fundamentally European, and white – in sum, sharply distinct from wider foreign expressions, including the lusophone forms the Portuguese themselves supposedly spawned.» (*ibidem*: 167).

Do outro lado do espectro, surgem opiniões que tendem a enfatizar o oposto. Em 2006, sob a produção da delegação portuguesa da *Red Bull Music Academy*<sup>177</sup>, veio a público um documentário intitulado “Lusofonia, a (R)Evolução” – cujo principal objectivo seria passar a mensagem de que, do cruzamento entre sons específicos do Brasil, dos PALOP e de Portugal, é possível identificar «produtos musicais específicos da lusofonia, revelando uma identidade singular dos seus executantes no cenário mundial. “Lusofonia, A (R)Evolução” é um documentário onde se exprimem os ecos de

---

<sup>176</sup> Esta informação diz respeito aos dados recolhidos ao já citado Colóquio “Para além da Mágica: novos diálogos pós-coloniais”, realizado a 22 de Janeiro de 2008 na Casa Fernando Pessoa.

<sup>177</sup> Numa parceria institucional com a RTP1, com protocolos de cedência ao Instituto Camões e à CPLP, e numa lógica de difusão assegurada pela Rede FNAC (Lisboa, Coimbra e Porto).

sons que se aventuram numa raiz cultural única para se afirmarem.»<sup>178</sup> Com participação de músicos como Caetano Veloso, Carlos do Carmo, Cesária Évora, Lura, Sara Tavares, Tito Paris, Gilles Peterson, Buraka Som Sistema ou Sam The Kid, o documentário visou destacar ‘identidades’, ritmos, melodias e danças que, supostamente ligam os milhões de falantes da língua portuguesa. Os autores, apologistas da “miscigenação” entre populações que se vêm intersectando desde o século XV, exploram a forma como a suposta “cultura lusófona” tem inspirado músicos de áreas tão diversas como o Hip Hop, o Fado, o Jazz, o Reggae, o Semba, a Tropicália, o Kuduro ou a Morna.

David Ferreira, Editor da *Emi Music Portugal*, defende que, apesar de existir uma “crosta da sociedade” portuguesa que permanece impermeável à emergência de uma “cultura lusófona”, resultante, sobretudo, do contacto e da mistura entre portugueses e imigrantes vindos dos países de língua comum, existe, de facto, um movimento que, sendo capaz de ultrapassar as questões raciais, tende a unir os *lusófonos*:

“Esta revolução já existe. Já existe nas escolas, já existe quando vemos pares de namorados com miúdos pretos com miúdas brancas; miúdos brancos e miúdas pretas... Já existe esta revolução. Já existe quando vemos como os músicos se misturam entre si, já existe esta troca... seja a Kizomba, seja o Kuduro, seja o que for.” (David Ferreira in “Lusofonia, a (R)Evolução”, 2006).

Na mesma linha de pensamento, o *rapper* e sociólogo Nuno Santos (mais conhecido por Chullage), propugna que, através da música e dos fenómenos de cruzamento no espaço *lusófono*, é possível, na actualidade, falar de um “bolo comum”:

“As músicas dos vários países está a unir-nos. Estamos a debruçar-nos sobre o que é que vem de Angola, São Tomé, da Guiné... e está tudo a começar aqui a formar um bolo comum.” (Chullage in “Lusofonia, a (R)Evolução”, 2006).

As práticas de fusão parecem cruzar-se com o fenómeno a que M. Margarida Marques e Francisco Costa (2007) designaram de “etnicização positiva”. Numa reflexão sobre as raízes lusotropicalistas da ideologia da “interculturalidade” que hoje domina o discurso oficial português, Marques, Dias e Mapril (2005) chamam a atenção para a forma como segmentos das populações migrantes aproveitam as celebrações da “diversidade” e da “hibridação” para “renegociar identidades” no quadro de uma

---

<sup>178</sup> Excerto da descrição do documentário, disponível em [http://tv.rtp.pt/EPG/tv/epg-anela.php?p\\_id=22088&e\\_id=&c\\_id=1](http://tv.rtp.pt/EPG/tv/epg-anela.php?p_id=22088&e_id=&c_id=1). [10.02.2010].

pertença mais alargada – chame-se-lhe “lusofonia”. Na opinião dos autores é possível que, entre os imigrantes, e aproveitando as estruturas de oportunidades, se consubstanciem processos cognitivos de abertura (para com os outros, sejam estes outras etnias de ascendência africana ou brasileira, ou a sociedade de acolhimento), gerando a renegociação de pertenças e de estereótipos (formação de ‘nós africanos’ ou ‘nós *lusófonos*’), e promovendo a adopção de valores de abertura (eventualmente cosmopolitas), como os evidenciados no documentário (Marques *et alii*, 2005; Marques *et alii*, 2008; Marques, 2009).

Mas para que a produção cultural das populações imigrantes se possa afirmar e para que seja, efectivamente, reconhecida e integrada na esfera pública, tem que ultrapassar os “limites estreitos da co-etnicidade”; será pois na medida em que se abrem e lubrificam pontos de intersecção com outras “comunidades” e a sociedade receptora, que os criadores culturais de origem imigrante podem, não apenas ver a sua produção cultural valorizada publicamente, como estar em condições mais propícias para a realizarem sem estarem confinados à afirmação de traços étnicos. Neste caso, a especificação da diferença pode contribuir para a aceitação da normalidade daquilo que é diverso.

Numa reflexão sobre as reminiscências lusotropicalistas da *lusofonia*, Miguel Vale de Almeida adverte que, apesar das expressões visíveis ou encobertas de racismo, «é preciso reconhecer que, para o bem e para o mal, a experiência colonial criou um mundo de referências comuns a muitas pessoas.» (Almeida, 2008). Este quadro de “referências comuns” poderá explicar o porquê de os criadores culturais acima referidos tentarem identificar pontos de convergência imbricados no complexo mundo da *lusofonia*.

Como vimos anteriormente Carlos Lopes (2006), estudioso da História e das questões do desenvolvimento, que tem acompanhado a evolução da *comunidade lusófona*, alega que é precisamente neste tipo de iniciativas, através das quais um grupo de cidadãos de países *lusófonos* encontra pontos de referência comuns, que a *comunidade* se sente. Defensor de um investimento na área cultural e nas indústrias creativas, Lopes propugna que um conjunto de actividades concretas pode fomentar a base do relacionamento entre os falantes da língua portuguesa e mudar, definitivamente, o rumo da *comunidade*.

Carlos do Carmo, reconhecido fadista português que aparece no documentário acima referido numa troca de ideias com um *rapper*, enfatiza a importância (afectiva) que esse relacionamento pode assumir:

“Tu não fazes ideia como fiquei emocionado quando tu ‘sampleste’ uma música minha. Eu fiquei emocionadíssimo! Para já, pensava que tu nem soubesses que eu existia; pensava que estavas noutra universidade: o fado e tal... uma coisa careta... um gajo velho... isto não me interessa nada. Mas, não! E, de repente, mais do que perceber que me conhecias, que gostavas; e isso, pôs-me em sentido”. (Carlos do Carmo in “Lusofonia, a (R)Evolução”, 2006).

As ‘novas’ configurações propostas em “Lusofonia, a (R)Evolução” parecem cruzar-se com lógica dos efeitos performativos a que aludimos na introdução desta dissertação<sup>179</sup>. Apostando os editores, músicos, coreógrafos, encenadores e outros agentes na qualidade unificadora da língua, acabam por enformar uma *comunidade* que produz, na prática, resultados visíveis.

Admitimos, pois, que a construção da *comunidade lusófona* no contexto actual da globalização é, parafraseando Stephen Castles, olhar para um fenómeno que «sob a forma de fluxos de capital, de bens e de serviços, não pode ocorrer sem que existam fluxos paralelos de ideias, de produtos culturais e de pessoas» (Castles, 2005: 46) – que, permitem uma operacionalização rápida e eficaz de projectos e ideias que encontram respaldo a nível político, económico ou de cooperação.

De facto, parecem coexistir, no antigo centro, concepções aparentemente opostas e concorrentes, que, ora enfatizam a existência de traços racistas que obstruem o reconhecimento de uma sociedade cada vez mais “miscigenada”, “intercultural” e/ou *lusófona*; ora sublinham o potencial das ‘novas’ gerações na criação de uma “revolução” capaz de produzir, desde já, uma consciência assente “numa raiz cultural única” – que, por sua vez, não deverá anular os diferentes ‘caules’ que daí advenham. Entenda-se: a raiz cultural é a língua portuguesa; os diversos caules, neste contexto musical, seriam o fado, o Hip Hop, o Semba, o Samba, o Kuduro ou a Morna, por exemplo.

Na opinião de Stuart Hall, que entende as práticas culturais dos sujeitos pós-coloniais nas antigas metrópoles como “novas formas da prática cultural”, e os autores como “agentes revolucionários” que contribuem para uma concepção de cultura que

---

<sup>179</sup> Vd. p.34.

foge às tendências uniformizadoras e homogêneas ocidentais (Hall, 1990: 223), o «resultado do *mix* cultural, ou o sincretismo, atravessando velhas fronteiras, pode não ser a obliteração do velho pelo novo, mas a criação de algumas alternativas híbridas, sintetizando elementos de ambas, mas não redutíveis a nenhuma delas — como ocorre crescentemente nas sociedades multiculturais, culturalmente diversificadas, criadas pelas grandes migrações decorrentes de guerras, miséria e das dificuldades económicas do final do séc. XX.» (Hall, 1997: 19).

#### **5.2.4. Entre a Europa e as ‘afinidades’ com o espaço *lusófono*. A circulação de pessoas e de bens culturais**

Consideramos que, com a adesão de Portugal ao espaço Schengen<sup>180</sup>, se terá levantado uma outra questão: a relação do antigo centro com as populações imigrantes do espaço *lusófono* num quadro institucional avesso à mobilidade de “países terceiros”. Nessa altura, os aparentemente contraditórios investimentos de Portugal passam a estar em revista: por lado, teríamos o país europeu que aderiu a um acordo que visaria regular e restringir a imigração; e por outro, o país trans-atlântico que tentaria a todo o custo manter uma ligação de igualdade com as ex-periferias<sup>181</sup>. Sendo previsível que, no cumprimento dos dois papéis, Portugal se tenderia a afirmar como intermediário entre os restantes países *lusófonos* e a Europa (vd. Carvalho, 1974 *inter alia*).

Vitorino Magalhães Godinho (2004, *inter alia*) defende que a projecção externa (concretizada pela Expansão e pela emigração), é vector estruturante da construção da ideia de nação portuguesa, desde muito cedo no contexto europeu – finais do século XV. Nesse processo, nem sempre terá sido fácil destrinçar a figura do colonizador, da do emigrante (Serrão, 1973: 86), nem tão pouco perceber a importância dos fluxos da imigração – que, terá permanecido ‘camuflada’, ou ainda, diluída em movimentos inter-regionais entre indivíduos das colónias africanas e do Brasil. No entanto, como advertem Marques *et alii* (2005), embora os sujeitos coloniais tenham feito parte do quadro de representação da nação, que se projecta para o exterior das fronteiras territoriais, como sublinhado por Magalhães Godinho, passam a ser um problema a

---

<sup>180</sup> A adesão de Portugal ao Espaço Schengen teve lugar em Bona, na Alemanha, no dia 25 de Junho de 1991, com a assinatura do Protocolo de Adesão do Governo da República Portuguesa ao Acordo Schengen – uma convenção entre países europeus sobre uma política de livre circulação de pessoas no espaço geográfico da Europa.

<sup>181</sup> Recorde-se que, como vimos no terceiro capítulo, neste período já se ensaia a institucionalização de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

partir do momento em que, formalmente, são considerados como cidadãos autónomos e, portanto, pares. O “retorno das caravelas”, a que os autores aludem (como movimento que descreve as trocas de bens, capitais e populações que passam a circular após as descolonizações em África), surge como catalizador de problemas sociais unicamente a partir do momento em que se consubstancia no fenómeno da imigração das ex-periferias para o antigo centro.

Também para Hans-Jög Trenz, «th[e] traditional inclusive rhetoric became problematic for the first time after the end of the Portuguese empire, when the new established nation state had to confront rising immigration from the old colonies.» (Trenz, 1999: 332). Na opinião do autor, o rápido processo de descolonização, revelador da forma precipitada como o governo português terá respondido às tensões coloniais, contribuiu para o estabelecimento de atitudes de alguma reserva para com as populações das ex-colónias. Por outro lado, a nova moldura política democrática que viria a reconfigurar o país num Estado-nação europeu, parecia ‘clamar’ por uma ruptura com os laços coloniais do passado. «It was mainly for this reason that the newly established Portuguese nation state had to exclude the luso-Africans and Brazilians and to reject further immigrants from these countries. Thus the reorientation towards Europe and democracy on the one hand correlated with the delimitation and exclusion of the former colonies, on the other.» (*ibidem*: 333).

De acordo com a análise de Trenz e de outros autores, vários factores concorreram para acentuar as tensões entre a pertença europeia e a manutenção de laços com as ex-periferias, no entanto, o autor aponta a adesão ao espaço Schengen como o momento em que, em bom rigor, as migrações no espaço *lusófono* se constituem como um verdadeiro problema. Na sua opinião, as migrações ilegais ganham maior relevo nesta altura e cristalizam-se imagens públicas que tendem a rotular os imigrantes, nomeadamente os vindos dos PALOP, como indivíduos ‘perigosos’ que destabilizam a segurança dos nacionais; ou como indivíduos que vêm ocupar-lhes os postos de trabalho.

Bela-Feldman Bianco (2002), antropóloga brasileira, analisando os fluxos transatlânticos de populações, signos e capitais (do Brasil e da África *lusófona* para o Portugal pós-colonial) e dando particular ênfase aos conflitos diplomáticos que eclodiram em 1993, quando brasileiros de baixo nível económico começaram a ser barrados pelos Serviço de Fronteiras e Estrangeiros à entrada de Portugal, enfatiza

controle restritivo do governo português face aos imigrantes não comunitários. Na opinião da investigadora, revela-se, nessa altura, uma clara contradição entre o país, em sua opinião submisso à política da CEE – que favorece o “direito às raízes” e dificulta a entrada de cidadãos não comunitários na “Europa fortaleza”; com a imagem do país receptor de imigrantes originários das suas ex-colónias, ligados retoricamente por “raízes históricas comuns”.

Este é, de resto, o argumento de Alfredo Margarido, intelectual português que defende que a epopeia colonial deixou a Europa perante vários resíduos humanos que tendem a criar situações anómalas como a multiplicação de «medidas administrativas, destinadas a impedir a proliferação a norte da gente do ‘sul’» (Margarido, 2000:30), agudizando atitudes de ‘racismo europeu’. Segundo o autor, na adesão de Portugal à União Europeia não foram tidas as devidas precauções para salvaguardar os supostos laços privilegiados com os antigos colonizados, motivo pelo qual argumenta que, «sempre que as diversas instâncias burocráticas propõem mais uma medida destinada a assegurar a exclusão dos Outros, Portugal assina. O que não impede a burocracia portuguesa de afirmar a necessidade de criar um grande espaço político, capaz de unir os interesses e os projectos dos ‘lusófonos’!» (*ibidem*).

Sobre este assunto, Miguel Vale de Almeida alega que o Estado português se terá ‘reconfigurado’ em grande escala:

«Contrariamente ao que seria de esperar, o Estado português não se reconfigurou como um pequeno território europeu, como a Áustria ou a Dinamarca, a título de exemplo. Em vez disso, construiu para si e para a sua população uma imagem de ponte ou plataforma de ligação entre a Europa, o Brasil e a África. Oferecia a ambos os lados um capital cultural e histórico específico derivado da experiência colonial, descontextualizado no tempo e no espaço (isto é, sem diferenciar a colonização inicial do Brasil da brutal Guerra Colonial em África) e uma língua comum. A língua tornou-se o símbolo principal, o recurso e o fetiche desta reconstrução de identidade, tendo o Estado português investido na criação de uma união de Estados, a CPLP, e lançado o termo Lusofonia para definir uma comunidade transnacional de falantes do Português.» (Almeida, 2008: 10).

Do outro lado do espectro, Francisco Lucas Pires, numa reflexão sobre o espaço Schengen e a “comunidade de países lusófonos”, considera que as «sugestões-insinuações [que] têm alimentado a visão de uma “fortaleza Europa” que começaria a pairar, qual muro inter-continental e inter-atlântico, isolando Portugal, por tabela, dos restantes países de língua portuguesa [...] aparece[m] quase como uma espécie de segundo Adamastador, colocado agora no caminho do retorno.» (Pires, 1997: 9).

Na opinião do autor, a problemática criada em torno deste assunto, representa, na realidade, um “fantasma”, perante o qual os receios necessitam de ser desmitificados. O que acontece, de acordo com Pires, é que a sociedade de informação, ao «estruturar novas solidariedades e espaços públicos de ambição planetária, vai abrindo fissuras ou, pelo menos, desafiando o cimento de velhas ligações históricas e culturais, dentro e fora da Europa. [Mas,] como resposta a este desafio, o papel da União Europeia e o das comunidades transcontinentais de povos das mesmas línguas pode não ser convergente, mas há-de ser paralelo e, se possível, mesmo, sinergicamente cooperativo.» (*ibidem*: 15). Argumentando que as críticas se situam numa posição demasiado extremada, Pires propugna que, apesar de alguma dramatização mediática e de um ou outro excesso de zelo burocrático, a relação do antigo centro com os restantes países de língua portuguesa não se terá enfraquecido, nem o cordão umbilical terá sido cortado.

Na mesma linha de pensamento, José Leitão (2002) defende que existe, entre as diferentes constituições e legislações dos países de língua portuguesa, um elenco de direitos e privilégios mútuos que, mais do que separá-los, os une. São exemplo, a “Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses” (comumente designada por “estatuto de igualdade”); o “Estatuto de cidadão lusófono” em vigor em Cabo Verde<sup>182</sup>; o “Direito ao trabalho”; o “princípio da reciprocidade”; ou os acordos bilaterais de Portugal com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (que consagram um amplo conjunto de direitos sociais, económicos, fiscais e culturais). Ainda que lhe reconheça algumas fragilidades e assuma que nem todos os Estados *lusófonos* consagram os mesmos princípios, Leitão alega que a evolução lógica da *comunidade lusófona*, assente num “standard mínimo de direitos da lusofonia”, tenderá a fazer convergir, cada vez mais, os laços que unem os respectivos países. Na sua opinião, «há para além da língua comum, um conjunto de valores culturais comuns que po[dem] fundamentar ideias jurídicas análogas, paralelas e harmoniosas, conjuga[das] num sistema dado à aplicação comum.» (*idem*: 130).

Existindo no antigo centro milhares de cidadãos imigrantes de todos os Estados-membros (que aspiram por uma integração com cidadania plena), o ex-Comissário para

---

<sup>182</sup> Pelo interesse e actualidade, este tema da criação de um “estatuto de cidadão lusófono” é um assunto que justificaria a realização de uma outra dissertação que se debruçasse sobre aspectos relativos à cidadania, circulação e participação dos migrantes no espaço lusófono. De acordo com José Leitão, uma vez que «a CPLP está a deixar de ser apenas uma organização de Estados, mas a ser cada vez mais também uma organização em que os Povos e os cidadãos se reconhecem, [e]stá na hora dos Cidadãos da CPLP verem aprovado o seu Estado.» (Leitão, 2009: 91).



as Migrações e Minorias Étnicas, sublinha o papel da CPLP – que, prevê na sua Declaração Constitutiva: «promover sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigrantes nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração.»<sup>183</sup>

M. Margarida Marques, Nuno Dias e José Mapril (2005) notaram que, efectivamente, a tentativa de construção de uma *comunidade lusófona* emerge, neste contexto, como uma tentativa para, de alguma forma, restaurar os laços transnacionais, agora despojados da dimensão assimétrica do colonialismo, e construir uma noção inclusiva de pertença assente na língua portuguesa. No entanto, como Marques viria a constatar, «difícilmente se poderá, por enquanto, falar de um sistema migratório lusófono – enquanto circuito lubrificado de circulação de pessoas. A pertença de Portugal à EU, desde logo, impõe constrangimentos à circulação de pessoas de ‘países terceiros’, mormente aos arranjos migratórios flexíveis, traduzidos, por exemplo, na possibilidade de migrações pendulares ou circulares regulares. Outro factor a considerar é a forte carga afectiva que ainda faz com que a desconfiança permeie as relações entre as antigas colónias e a antiga metrópole; associada a esta e não menos importante, a prevalência em segmentos significativos das populações de uma atitude de rejeição do que é percepcionado como a hegemonia do centro (europeu ou ‘ocidental’).» (Marques, 2008: 8-9).

Estas dificuldades apontadas por Marques, sentem-se, também ao nível da produção cultural, «porque a circulação de bens culturais não é [ainda] uma realidade entre os nossos países.» (Mata, 2009: 5). Na realidade, quando falamos de migrações, estamos, igualmente a falar, como relembra a frase em epígrafe neste capítulo, na circulação de bens, serviços, ideias e produtos culturais. E esta foi uma área onde, em contacto com o ‘terreno’, sentimos algumas fragilidades.

Em conversa com um adido cultural no Centro Cultural do Instituto Camões de Santiago, Cabo Verde, o entrevistado sublinhava a necessidade de se institucionalizar “um grande espaço de circulação, da língua como património dos oito, e da cultura como bem circulatório que deve perpassar por todos” (RIE2, 2007). A propósito, contava um episódio concreto:

---

<sup>183</sup> in [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

“Trouxemos a exposição Réplicas para Cabo Verde, chegámos às alfândegas do país e a exposição ficou retida. Os casos repetem-se...

Andamos há anos a discutir aquilo que eu penso que pode ser um ‘selo CPLP’ – um selo cultural única e exclusivamente válido no espaço da comunidade dos países de língua portuguesa, um selo que identifique e certifique as obras culturais e propicie a sua circulação sem qualquer taxa aduaneira ou restrição alfandegária. Isto parece-me um princípio óbvio.» (*idem*).

Na opinião deste alto dirigente, a criação de um ‘selo’ ou de qualquer outro elemento que identifique e facilite a livre circulação na pretensa comunidade é uma necessidade urgente que poderá fazer com que os indivíduos e as instituições não se sintam limitados ante as lógicas globalizantes de interacção entre pares:

“Não tenhamos qualquer dúvida de que o conhecimento hoje se faz em primeiro lugar pela cultura. E enquanto não percebermos isto e formos avançando nas áreas económicas e nas cartas de condução... enquanto não percebermos que é na cultura que propiciamos o conhecimento do outro, e portanto, a nossa inter-aproximação, e que vamos quebrando barreiras e obstáculos. Enquanto não percebermos isto vamos continuar a ter sérios problemas.” (*idem*).

Tal como Leitão (2002) apontava para o caso da circulação de pessoas no espaço *lusófono*, parecia igualmente claro, a este dirigente, que apenas com uma acção concertada vinda de ‘cima’, no próprio contexto da CPLP, seria possível a resolução deste tipo de problemáticas, que, à força de se repetirem, podem tornar-se *handicaps* no relacionamento comunitário (impedindo o inter-conhecimento, as trocas, enfim, limitando as práticas da *lusofonia* e o esperado evoluir de laços e relações entre países que partilham uma língua e uma história).

Como exemplo de boas práticas, o entrevistado sugeriu-nos que explorássemos os resultados que têm sido alcançados com o Projecto “África Doc” – que, desenvolvendo um programa de formação na área do cinema documental, destinado a cineastas e produtores independentes dos países africanos de língua portuguesa e francesa, terá conseguido extravasar as próprias lógicas da CPLP para se afirmar como “estrutura de participação e de oportunidades” e disponibilizar “recursos” a um conjunto de indivíduos interessados na temática. Sustentado por parcerias que envolvem ligações entre a Europa, os PALOP e os países francófonos da África Ocidental<sup>184</sup>, o programa tem como objectivo apoiar o desenvolvimento de um tecido de

---

<sup>184</sup> As parcerias são desenvolvidas e asseguradas por Luís Correia (LX Filmes/Portugal), Jean-Marie Barbe (Ardèche Images/França), Maty Gueye (Dakar Images/Senegal) e Noémie Mendelle (Scottish Documentary Institute/Escócia).

autores/realizadores/produtores, capazes de se relacionarem com o conjunto das televisões africanas, das televisões internacionais e das instituições dispostas a investir no documentário de criação africana.

À data das nossas pesquisas, em 2007, o programa havia produzido e colocado em circulação 24 documentários realizados por criadores de onze países diferentes, contribuindo, assim, para a emergência de novos cineastas nos países africanos e para a sua integração no mercado de produção internacional; bem como, para a co-produção, divulgação e circulação de obras de autores africanos, particularmente entre os países de língua portuguesa. Inscrito nas práticas da *lusofonia*, o documentário “Batuque, a alma de um Povo” do realizador caboverdeano João Silvão Tavares (resultante do “África Doc”) estaria, nesse mesmo ano, a ser exibido no Cinema São Jorge, em Lisboa, no âmbito das “Festas de Lisboa” e do ciclo documental “Sons e visões de África”.

Na opinião de Patricio Guzmán, realizador chileno, “um país sem documentários é como uma família sem álbum de fotografias”<sup>185</sup>. Servindo-nos da analogia, entendemos que os documentários terão a mesma força tratando-se de uma comunidade de países. Assumindo a função de, como a literatura ou outras expressões culturais, facultar aos membros que a compõem um maior conhecimento das realidades dos demais. Havendo, para além do mais, a possibilidade de criar uma máquina comercial em torno destes produtos culturais, cremos que este tipo de práticas – que fazem circular a língua portuguesa e uma miríade de aspectos sociais, culturais, políticos, religiosos e económicos dos espaços e países de língua comum – mormente verificando-se a livre circulação de bens, pessoas, serviços, ideias e produtos culturais, que também se vai construindo a *comunidade lusófona*. Na opinião dos investigadores brasileiros, Neusa Bastos, Fábio Filho e Regina Brito, «a idéia de lusofonia só faz sentido como um entrecruzamento sempre em trânsito e se a concebermos acima das nacionalidades, muito além de qualquer percepção mítica de uma nação, ou de responsabilidade de preservação por parte de outra.» (Bastos et alii, 2008: 2630). Pelo que as “fecundações cruzadas” (Marques, 2004) que as migrações no antigo centro ajudam a proporcionar podem ter importância estratégica.

\*\*\*

---

<sup>185</sup> Citação retirada de <http://tvcinema.blogspot.com/2005/03/o-que-o-fricadoc.html>. [25.03.2010].

Vimos até aqui a *comunidade lusófona* como “comunidade imaginada”, sendo que as práticas da lusofonia e em particular a produção cultural que as sustentam são condimentos indispensáveis para a sua passagem de projecto político, para a apropriação no quotidiano. Entendemos que, não obstante os constrangimentos (como as atitudes de segregação, exclusão ou racismo em contexto migratório), tem vindo a ser possível, no quadro da “ideologia da diversidade” (ou da ‘interculturalidade’) e do ‘projecto lusófono’, desenvolver um conjunto de iniciativas que, numa simbiose entre as estruturas *top-down* e as práticas *bottom-up*, começam a esboçar traços efectivos de comunitarismo no ‘espaço lusófono’.

# Parte II

## Capítulo 6 – Os “mundos da lusofonia”

«I have used the term [art worlds] in a technical way, to denote the network of people whose cooperative activity, organised via their joint knowledge of conventional means of doing things, produces the kind of art works that art world is noted for.»

Becker (1982: X)

Chegados a este ponto, pretendemos conjugar o que ficou dito acerca da *lusofonia* e da construção da *comunidade lusófona* a partir das instituições, com os dados recolhidos sobre a perspectiva dos indivíduos, orientados para a interrogação sobre o que é, nos dias que correm, e no quotidiano dos indivíduos, ser *lusófono* e fazer parte de um suposto colectivo transnacional que se define pela partilha de uma língua comum.

Coloca-se, portanto, neste capítulo, a questão da *lusofonia* e da *comunidade lusófona*, do ponto de vista dos actores e agentes envolvidos nessa mesma *comunidade*.

Para título desta parte da dissertação, recorreremos, com alguma liberdade, a uma analogia com a expressão de Howard Becker (1982) relativa aos “mundos da arte”. Pretendemos com a mesma significar duas coisas: por um lado, mostrar a diversidade de interesses e de agentes envolvidos na construção da *lusofonia* (que, para além das instituições públicas, inclui actores com posicionamentos muito diversos na estrutura social das sociedades nacionais, mas também dos campos transnacionais) e, por outro, o caleidoscópio de referências que são mobilizadas, que se situam muito para além de uma simples dicotomia a favor ou contra.

Como frisámos no início, os resultados da investigação preliminar revelaram que haveria não só uma perspectiva institucional, ou usos estratégicos que seriam dados aos conceitos de *lusofonia* e de *comunidade lusófona* numa lógica *top-down*; mas que, não menos importante, existiria um pragmatismo da parte dos agentes culturais e dos mediadores das suas obras (escritores, músicos ou jovens de origem imigrante), numa lógica de acção *bottom-up*. Admitimos que, mercê da acção destes diversos agentes, a *comunidade lusófona*, como construção social, possa ganhar consistência e exequibilidade. São estas práticas e as racionalizações em que assentam que pretendemos aqui surpreender. Berger e Luckman (1990 [1966]) referem que o resultado da interacção social (apreendida como objectiva) é a institucionalização das

práticas que se perpetuam pela transmissão inter-geracional. Esta noção de Berger e Luckman cruza-se com a hipótese que levantámos no início propondo que a *lusofonia* e a sua tradução em termos comunitários se processa numa lógica complexa de institucionalização e de consolidação que se produz de cima para baixo mas também de baixo para cima. A *lusofonia*, em nosso entender, é expressão da construção que se produz nos sistemas sociais e com eles, permanentemente, se corporiza, modifica, consolida. Neste sentido, os seus significados não são fixos, mas abertos a questionamentos e à possibilidade (contínua) de (re)criação.

Parece-nos lógico que seja possível dar conta dos processos através dos quais essa construção se dá, captando a(s) sua(s) dinâmica(s) institucional(is) e evolução processual. No entanto, consideramos de igual importância que não se perca de vista uma outra questão, a da acção dos agentes sociais. Sejam eles entidades individuais ou ‘supra-individuais’, actuam de modo a ‘desenhar’, ‘moldar’, ‘erguer’ e ‘consolidar’ práticas que podem ser motores da *comunidade lusófona*. Como diria o sociólogo Jean-Claude Kaufman (1996: 23), os indivíduos são mais do que simples agentes, constringidos ou suportados por estruturas; são, igualmente, produtores activos do social e, conseqüentemente, depositários de um saber importante que é preciso compreender e ter em conta na análise de uma dada realidade.

Que lugar ocupam os indivíduos “em carne e osso” nesses processos de produção do social? Quem são os agentes que constroem e reconstróem a *lusofonia*? Em que medida as suas práticas concorrem para a construção da *comunidade lusófona*? Como pode uma análise essencialmente baseada no antigo centro permitir chegar até aos actores para proceder à recolha empírica?

Vimos também que as instituições assumem um papel de relevo na configuração das práticas da *lusofonia* e, conseqüentemente, na (re)construção da *comunidade lusófona*, através, sobretudo, da criação de estruturas de participação e de oportunidades e na facilitação de recursos. Como são aceites e encaradas essas instituições, sobretudo pelos agentes exteriores às instituições? Como é que os agentes concebem a *comunidade* e como mobilizam essas mesmas estruturas e recursos?

Frisámos atrás que as práticas da *lusofonia* resultam tanto das actividades das grandes instituições, públicas e privadas, como das iniciativas geradas a um nível mais individual. Assim sendo, poderemos distinguir dois níveis de actuação: um *top-down*, através de instituições como o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), o

Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) ou a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP); e um outro, *bottom-up*, resultado das actividades da sociedade civil e dos agentes individuais, tanto num plano colectivo como num plano individual.

No capítulo quatro tivemos a oportunidade de reflectir sobre alguns projectos do IPLB e do IILP e chegámos à conclusão que, apesar de quem olha de fora, poder argumentar que são iniciativas atomísticas, que acontecem num contexto muito específico e para certas populações-alvo, elas dão azo às tais micro-comunidades, a que nos referimos anteriormente, através das quais se desenvolvem práticas da *lusofonia* que, argumentamos, compõem a *comunidade lusófona*.

O investimento na Língua, no Livro, na Literatura e/ou nas Bibliotecas protagonizado por estas estruturas *top-down*, mostram que, à parte de interesses políticos e/ou económicos, ou de motivações ideológicas, os falantes da língua comum interagem, trocam experiências, criam mecanismos de integração e atestam que, enquanto as afinidades durarem, a língua e as literaturas em língua portuguesa continuarão a ser alvo das prioridades culturais e de desenvolvimento. A *lusofonia* pode, assim, ser espelhada e explicada a partir de realidades concretas.

Mas, no contexto das mudanças sociais da modernidade em que o ‘eu’ se torna um projecto reflexivo (Giddens, 1997), serão, a *lusofonia* e a construção da *comunidade lusófona* a partir do antigo centro percepcionadas (mais) como uma ‘vantagem’ e uma ‘nova identidade’ que valoriza o indivíduo e a sociedade portuguesa; ou, serão (mais) uma ‘auto-reconstrução’ que valoriza sobretudo a continuidade da retórica lusotropicalista apesar das transformações sociais?

Gostaríamos de trabalhar estas questões tendo em conta a combinação das duas opções metodológicas empreendidas: a análise intensiva (entrevistas semi-estruturadas<sup>186</sup>) e a análise extensiva (sondagem de opinião por inquérito), colocando em evidência vantagens e limitações das opções tomadas.

---

<sup>186</sup> A entrevista semi-directiva é aqui encarada na perspectiva de Ghiglione e Matalon: «o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista.» (Ghiglione e Matalon, 1993: 70).



### 6.1. Agentes culturais da *lusofonia* ligados à esfera literária

«O homem [comum] habita um mundo que é “real” para ele, embora em graus diferentes, e “conhece”, com graus variáveis de certeza, que este mundo possui tais ou quais características. O filósofo naturalmente levantará questões relativas ao *status* último tanto desta “realidade” quanto deste “conhecimento”. *O que é real? Como se conhece?*»

Berger e Luckmann (1990: 11)

Admitimos que os produtores culturais, enquanto agentes de intercâmbio cultural e canais de divulgação e de conhecimento, de criação e do pensamento, se apresentam, juntamente com os “mundos” que mobilizam (por exemplo, as editoras, o mercado livreiro, as comunidades de leitura), como actores que, gozando de relativa ‘margem de manobra’ e certa visibilidade mediática, têm contribuído para a afirmação e propagação de uma pretensa *comunidade* entre o antigo centro, as ex-periferias e outros espaços onde se fala a língua portuguesa.

Nesse sentido, alegamos que os produtores culturais podem e têm actuado no sentido de um estreitamento de laços culturais entre os falantes da língua comum, existindo vários exemplos interessantes do que se tem realizado, por exemplo, no domínio da edição de obras de autores que escrevem em português, na organização de antologias que convocam escritores de vários espaços, na concretização de encontros e seminários ou de outras actividades congêneres. Num estudo anterior sobre a língua portuguesa e as diversidades literárias (Maciel, 2004), já havíamos notado o papel que os escritores, bem como os demais criadores culturais, têm na criação e na afirmação, não de um *Mundo Português* como outrora se pretendia, mas de um *Mundo em Português* (com todas as variantes que lhe são inerentes pelas diferenças que subsistem nesse mesmo espaço) a que anela a *lusofonia*.

Admitimos, como Mia Couto, que se «[p]assaram anos [desde que o termo *lusofonia* entrou na gíria e começou a ser debatido] e não podemos [por isso] prolongar eternamente os debates sobre a nossa própria existência [*lusófona*]. Não temos senão duas alternativas: ou ficamos no muro da retórica ou descemos para o chão da realidade» (Couto, 2007b) para observá-la e compreendê-la. Neste momento, interessamos sobretudo perceber as dinâmicas tecidas ao nível desse “chão da realidade”; sendo importante, no entanto, que tenhamos em mente que nos estamos a referir à *lusofonia*

como força motriz de uma “comunidade de prática” que transcende a “comunidade concebida” ou “imaginada” a que aludimos em capítulos anteriores.

Em termos de operacionalização concreta, impõe-se uma nota para esclarecer as opções por que nos guiámos. Convém desde logo esclarecer que decidimos ‘afunilar’ a observação, tendo escolhido pensar essa “comunidade de prática” tendo como pano de fundo a acção dos escritores africanos de língua portuguesa que viveram essa mesma língua como ‘língua de colonização’, ‘língua de libertação’ e a vivem, igualmente, como ‘língua de produção’ literária – actividade através da qual reatam os laços com o antigo centro, numa perspectiva comunitária que se pretende não hegemónica.

Se no início da dissertação tentámos captar a génese da ideia de *lusofonia* através da incursão em dicionários de língua portuguesa editados em Portugal e no Brasil, no presente capítulo virar-nos-emos para o cenário dos PALOP e, mais concretamente, para os criadores culturais que aqui se inspiram mas se afirmam na esfera transnacional da *lusofonia*. Iremos portanto referir-nos (sobretudo) a escritores que têm uma ligação, mais ou menos regular com o antigo centro (seja porque nele vivem ou passam temporadas para trabalhar, publicar ou buscar inspiração); e, ocasionalmente, recorreremos à opinião de escritores que vivem, trabalham e publicam nos seus países de origem; bem como à opinião dos restantes produtores culturais entrevistados ou de outros que, pelas suas profissões, ocupações ou interesses pessoais, lidam diariamente com o universo em estudo.

Consideramos que, mais do que o Brasil (onde a língua portuguesa é língua materna), o caso dos PALOP (que optaram, depois das independências pela língua do antigo colonizador) se constitui um foco de análise particularmente interessante. Como nos afirmou a coordenadora de um projecto de cooperação do IPLB, o Brasil dispõe de infra-estruturas, parques gráficos, livrarias e editoras que lhe permitem ser um país que, ao nível da produção literária, está mais do que afirmado e autonomizado. Na sua opinião, «o movimento editorial brasileiro é muito superior ao português.» (RIE5, 2003). No extremo oposto, encontram-se, ainda que em diferentes patamares, os países africanos de língua oficial portuguesa que, em larga medida, dependem ainda das estruturas de oportunidade criadas no antigo centro. O facto de termos decidido afunilar esta reflexão sobre os “mundos da *lusofonia*” ao universo da actividade literária da África lusófona, passa essencialmente pela necessidade de esmiuçar a ideia de que não fora o mercado português, as suas editoras e os seus profissionais de comunicação

social, muitos desses autores não teriam, nos seus países, procura que justificasse a sua publicação.

Retomando ainda as palavras de Mia Couto, alegamos que têm vindo a ser realizadas iniciativas de âmbito construtivo no que toca às práticas da *lusofonia* que têm hoje uma substância que vai muito para além da retórica política. Como diz o escritor, «[e]m muitos terrenos, nós [os lusófonos] já não somos mais os amigos sentados no muro da metafísica. Em muitas áreas, já fizemos descer a enxada sobre a terra.» (Couto, 2007b). Como exemplo, elege os significativos passos dados na área da comunicação social (televisão e rádio). Através de uma observação atenta ao ‘respirar’ cultural no espaço *lusófono*, sustentamos que uma outra área, não menos importante, é a que tem vindo a ser desbravada pelos escritores: a esfera da produção literária, arrastando consigo os mundos que mobiliza a nível nacional e transnacional - o das editoras, das comunidades de leitura, dos encontros entre especialistas e outros.

Numa tentativa de analisar o papel dos escritores (africanos) na construção e solidificação de laços a que anela a *lusofonia*, torna-se útil considerar um conjunto de questões associadas:

- Serão efectivamente os escritores e a respectiva produção literária, agentes e instrumentos privilegiados na promoção, divulgação e defesa da língua portuguesa, e, portanto da *lusofonia*?
- Que ecos nos chegam dos diferentes contextos de produção da África *lusófona*?
- Existirá(ão) tentativa(s) de dominação cultural ou alguma espécie de imposição de modelos?
- Será a produção literária, de facto, uma prática que se poderá associar ao processo da *lusofonia* ou tratar-se-á apenas de uma questão de mercado?

Sem pretender avançar com respostas definitivas, dispomo-nos, no entanto, a problematizar estas questões na tentativa de enunciar o que tem sido feito e quais os resultados práticos, já observáveis. Os escritores africanos de língua portuguesa têm sido largamente estudados e muitas entrevistas têm sido levadas a cabo com o intuito de analisar questões semelhantes e/ou paralelas às que aqui tratamos. Assim sendo, decidimos completar as informações obtidas com as 7 entrevistas que levámos a cabo<sup>187</sup>, com 13 entrevistas disponíveis em revistas especializadas ou em páginas de

---

<sup>187</sup> Vd. Anexo VI, com a listagem das entrevistas realizadas, pp.387-388.

*internet*. Na medida em que, na altura das entrevistas não foi solicitada autorização para divulgar as identidades, por questões de ética, os nomes dos 7 entrevistados permanecerão ocultos; no entanto, no que toca às restantes entrevistas – que estão disponíveis para o público em geral, não existe qualquer problema em citá-los pelo nome. Usaremos 3 entrevistas realizadas a Pepetela, 2 realizadas a José Eduardo Agualusa, 2 a Mia Couto, 2 a Inocência Mata, 1 a Paula Chiziane, 1 a Ruy de Carvalho, 1 a Ondjaki e outra a José Luís Tavares<sup>188</sup>. Não pretendemos, com este pequeno conjunto de entrevistas, extrapolar para o universo em observação. Consideramos os dados obtidos como concernentes a um estudo de caso, em que procuraremos encontrar o que de universal possa existir no particular.

Para a análise das entrevistas recorreremos à análise de conteúdo numa perspectiva compreensiva, utilizando a metodologia do que se convencionou chamar de “análise dos casos negativos” – uma forma de inferência analítica que visa a indução de uma teoria, em vez do teste de hipóteses formuladas *a priori* (Kidder e Judd, 1986). Como adverte Maroy, «a preocupação dos sociólogos não deve resumir-se a verificarem as teorias pré-existentes, desenvolvidas de maneira lógico-dedutiva, mas devem desenvolver outras, partindo dos campos de investigação. [Agindo assim], a teoria é concebida não tanto como um corpo definitivo de proposições, mas mais como um ‘processo’, um conjunto de conceitos que continuarão a ser desenvolvidos.» (Maroy, 1997: 121).

Da revisão bibliográfica e do terreno, surgiu a necessidade de analisarmos o papel dos escritores tendo em mente o confronto entre dois posicionamentos intimamente ligados ao uso da língua comum: de onde partem os esforços para evidenciar e valorizar as mais-valias resultantes do convívio e do cruzamento, numa apologia da mestiçagem; e quem está na origem das denúncias de desvirtuamento à ‘pátria’ – assim revelando a continuidade das percepções de assimetrias antigas?

Da exploração que fizemos, embora não exaustiva, às posições publicamente assumidas por escritores que gozam de algum mediatismo internacional, bem como da revisão literária sobre *lusofonia*, a celebração da hibridação no espaço da língua portuguesa parece, hoje, colher cada vez mais adeptos.

Mediante essa valorização tendencialmente positiva, decidimos elaborar uma premissa geral, que fosse, caso a caso, trabalhada segundo a metodologia acima referida

---

<sup>188</sup> Estas entrevistas e a sua localização estão devidamente referenciadas na bibliografia final, na parte das Fontes – Vd. pp.322-323.

(análise dos casos negativos), através da qual, admitimos, seria possível procurar desvios que revelariam perspectivas opostas a essa apologia da mestiçagem. Estabelecemos então como premissa inicial a seguinte proposição:

- Os escritores de língua portuguesa são agentes sociais activos na promoção e difusão da *lusofonia* ao nível *bottom-up*, fazendo desta uma experiência vivida no quotidiano, que ultrapassa uma mera persistência neo ou pós-colonial ou os interesses imediatos que decorrem de oportunidades de mercado.

Os desvios a esta premissa teriam, consequentemente, de ser considerados como expressões de resistência ou persistência de carácter neo ou pós-colonial, ou ainda dos interesses económicos que persistem. A construção de uma *comunidade lusófona* seria pois instrumento estratégico de dominação a partir do antigo centro – à luz de uma interpretação de inspiração neo-marxista (vd. Margarido, 2000, *inter alia*) – ou tão-só a perpetuação de uma forma singular de relacionamento com o outro, num contexto de semi-periferia (vd. Santos, 1994; Rocha Trindade, 1998). Ou então, mais prosaicamente, como sobrevivência de uma matriz político-ideológica neocolonista inconsequente, porque manifestamente desfasada da capacidade de impor hierarquias passadas no actual contexto da globalização (vd. Thomaz, 1998, *inter alia*).

Ao ‘mergulhar’ nos dados, procurámos manter a objectividade, fazendo uma interpretação imparcial e cuidadosa das representações sobre as noções em análise, sem deixar de ser ‘sensíveis’, apreendendo os significados implícitos nas mesmas. Strauss e Corbin (1998) alegam que tanto uma como a outra dimensão são fundamentais; a primeira porque permite ‘dar voz’ aos entrevistados, registando tudo o que emitem, e a segunda porque faculta um certo grau de criatividade para dar sentido aos acontecimentos e descobrir ‘novas’ concepções a partir dos dados.

As entrevistas foram analisadas uma a uma de acordo com as entradas temáticas do guião: percurso pessoal, relação com o antigo centro, a língua portuguesa, a *lusofonia*, a *comunidade lusófona*, a relação com o país de origem e o papel dos escritores nas esferas anteriores.

O anexo VII sintetiza as opiniões dos sete escritores que compõem o universo de agora em diante em análise. Essas opiniões serão, sempre que se justifique,

confrontadas com as opiniões dos restantes produtores culturais entrevistados e com as 13 entrevistas que recolhemos<sup>189</sup>.

Uma vez que a maioria dos entrevistados se centrou no uso da língua portuguesa como eixo estruturante da entrevista, começaremos, precisamente, por analisar a dimensão linguística, passando de seguida à análise dos restantes tópicos (a relação com o antigo centro, a relação com o país de origem, a *lusofonia*, a construção da *comunidade lusófona* e o papel dos escritores nas esferas anteriores). Uma vez que os tópicos se intersectam, os resultados contemplarão alguns paralelismos que considerarmos pertinentes.

### **6.1.1. Língua portuguesa: engajamento e ‘espaço de oportunidades’**

Como vimos anteriormente, a língua nunca foi – e continua a não ser – um instrumento neutro que se esgota no seu uso comunicante empírico (Lourenço, 1999). Ela está intimamente ligada a expressões ideológicas, relações de poder e a opções culturais. Notámos também a diversidade de entendimentos que, sobre esta matéria, se verificam na academia: alguns autores denunciam a suposta opressão imperialista de controlo e dominação linguística que o antigo centro tenderá a perpetuar (Margarido, 2000); outros sustentam a singularidade da experiência *lusófona*, que advém, para uns, do posicionamento “semi-periférico” de Portugal (Santos, 1994), e, para outros, do “encontro entre culturas” e as “pontes naturais” que ligariam Portugal aos restantes países *lusófonos* (Rocha-Trindade, 1998); outros ainda referem-se aos “tigres de papel” da acção da *comunidade político-linguística* (Thomaz, 1998).

Embora se pudessem sentir, aqui e acolá, algumas entoações diferentes quanto a este aspecto, os escritores entrevistados assumiram, *grosso modo*, um compromisso e engajamento no que toca à língua que comumente utilizam para a produção das suas obras e nos ‘mundos’ onde se movem:

«[A] minha geração tem uma responsabilidade com a língua portuguesa, independentemente de situações desagradáveis [o escritor referia-se a um repentino e inesperado corte de uma bolsa literária que havia ganho para escrever uma obra], eu tenho um outro engajamento com a língua portuguesa, mas o meu filho [que vive em Moçambique e é de uma geração que não teve

---

<sup>189</sup> Considerámos que não seria correcto inserir essas 13 entrevistas no resumo do quadro do Anexo VII, pp.389-391, na medida em que nenhuma delas seguiu, tópico por tópico, as mesmas questões que abordámos.

contacto directo com os portugueses] não pensa da mesma maneira, o meu filho já pensa na língua inglesa.» (PC13 – Escritor Moçambicano).

«Se não fosse a língua portuguesa, ficaríamos [os moçambicanos] reduzidos a quase nada. Eu próprio seria apenas e só um escritor zambeziano, ou porventura não existiria simplesmente como tal. A língua portuguesa alargou-nos os horizontes e por isso considero-a claramente “um espaço de oportunidades”. [...] O nosso guia e maior “elo” é a língua portuguesa. Sabe? A língua portuguesa é a nossa “arma” e a nossa defesa! Terão de nos permitir o uso efectivo da língua com todo o potencial que ela transporta. Compreende? A língua portuguesa é a nossa maior mais-valia, em todas as áreas de trabalho.» (PC9 – Escritor Moçambicano).

No caso específico dos escritores dos PALOP, esse engajamento poder-se-á cruzar com a noção de “espaço de oportunidades” – como a abertura de portas tanto no espaço *lusófono*, como fora deste; sendo a língua portuguesa o móbil que engrena todo o processo:

«O que seria do Mia, do Craveirinha, do Pepetela, do Germano, do Luandino ou do Arménio Vieira sem a língua portuguesa? Já imaginou? Nós enquanto escritores de língua portuguesa somos mais facilmente lidos e compreendidos nos países de língua oficial portuguesa – Timor e Brasil. E por outro lado, mais facilmente traduzidos para outras línguas.» (PC9 – Escritor Moçambicano).

Um outro escritor, também ele moçambicano, referia, por outro lado que:

«Durante muito tempo a literatura moçambicana foi um prolongamento da literatura portuguesa. Usamos a mesma língua! Mas é preciso notar que, apesar dos escritores se cingirem aos cânones ocidentais, não quer dizer que Moçambique precise da voz dos ‘outros’ para se explicar.» (PC10 – Escritor Moçambicano).

De facto, Moçambique (como os demais PALOP) não precisa da língua portuguesa para se explicar, mas, como questiona o escritor (PC9), existiria uma literatura moçambicana, angolana ou caboverdeana, reconhecida fora dos seus espaços nacionais, se os seus escritores não usassem o português? Conheceríamos Mia Couto, José Eduardo Agualusa, Pepetela ou Germano de Almeida? Haveria nos seus próprios países procura, infra-estruturas e outros meios e recursos para que tivessem traçado o percurso já trilhado?

Em bom rigor, o uso que estes escritores fazem da língua portuguesa, decorre não só de esta ser a língua em que boa parte deles foram socializados (basta pegar nas suas biografias para assim concluirmos), mas também do reconhecimento de que é uma

língua que, fora das respectivas fronteiras, goza de alguma afirmação, e por isso, permite o perpetuar da produção literária. Como de resto, afirma Pepetela:

«A minha linguagem é muito próxima do português padrão, mas de vez em quando há umas fugas. A elite angolana tem dois registos de linguagem. Se estamos em Portugal, falamos de uma maneira, se estamos lá, entre amigos, falamos de outra. Não gosto de usar demasiado certas formas de calão, expressões [angolanas] que não me dão garantia de sobrevivência dos livros.» (Pepetela, 2005b).

De acordo com o escritor, há que usar expressões que derivam dos dois registos de linguagem que domina, mas, por motivos de “sobrevivência (no sentido de assegurar a perenidade) dos livros”, acautela que é necessário ter em linha de conta que as palavras que usa têm de ser entendíveis por todos os falantes da língua portuguesa, ao longo dos tempos.

Ora, esta questão introduzida por Pepetela revela uma espécie de engajamento estratégico no uso da língua portuguesa, que podemos associar ao que o empresário ligado à comercialização e divulgação da literatura africana (PC6) designou de “escritor projecto”. Exemplificando a sua sugestão com o caso de José Eduardo Agualusa – que considera ser um dos expoentes máximos da construção de um escritor africano que se assume portador de um projecto *lusófono* (na medida em que a sua obra vai desde Goa ao Brasil, passando por Angola e Portugal) –, sugere que há escritores que, ao abrigo do estatuto/prestígio já alcançado, conseguem ‘programar’ a sua escrita de modo a torná-la atractiva em diferentes espaços e para diferentes leitores. Existirá alguma lógica de mercado subjacente a este uso estratégico da língua comum?

Admitimos que seria ingénuo supor que não; até porque para escritores como Pepetela, José Eduardo Agualusa ou Mia Couto, por exemplo, a escrita é, também, uma actividade da qual resultam benefícios económicos; ou, ainda, porque para as editoras poderá ser uma mais-valia a criação de uma ‘nova’ linha editorial que procura abarcar diversos escritores da língua portuguesa; ou porque a inclusão de uma secção intitulada “escritores lusófonos” pode constituir-se como um ‘novo’ chamariz nas livrarias.

A tese de doutoramento de Francisco Costa defende que o “mercado etnocultural” que se tende a afirmar no ‘espaço lusófono’ constitui uma oportunidade para vários agentes ligados ao mundo da produção cultural, sejam eles individuais ou institucionais. Na opinião do investigador, predomina, no antigo centro, «a ideia de que [este] se trata de algo positivo desde que signifique a criação de relações inter-étnicas



abertas e tolerantes e não marcadas por processos de segregação e encerramento em referências específicas.» (Costa, 2008: 253).

Como frisámos noutro estudo (Maciel, 2004), a emergência de um ‘mercado literário lusófono’, tem-se vindo a construir assente na retórica da língua comum. Este tipo de construção, assente em recursos espaciais transnacionais e em factores de identidade de raiz histórica e cultural, poderá ser sustentado por processos ideológicos como a celebração da *lusofonia* como uma ‘vantagem’ e uma ‘nova identidade’ que valoriza a pluralidade do ‘espaço lusófono’ como geradora de sinergias proporcionadas pela globalização:

«Eu creio que os países de língua portuguesa ficarão a ganhar, no quadro da globalização, se conseguirem integrar a diversidade cultural e fazer dela uma força. E, isto é tão verdade para as relações de inter-conhecimento social, cultural e político, como para as vantagens económicas. Para mim, é extremamente vantajoso ter um livro de histórias, metade em português, metade em crioulo. Acho que é uma maneira de se ajudar a enriquecer e a valorizar as línguas do espaço lusófono; daí o português e o crioulo nesse meu trabalho.» (PC1 – Cantor e Educador intercultural caboverdeano, 2006).

Apesar da dimensão económica que possa sobressair do estudo da constituição de redes no espaço literário da *lusofonia*, não é menos verdade que a escrita é um forma de sobrevivência para um número diminuto de escritores; e que ela pode assumir outras funções, que não a económica. Ressaltou das entrevistas um tópico relacionado com aquilo a que entrevistado RIE1 (adido cultural e crítico de literatura) chama de “função de socialização”, associado ao que o escritor moçambicano (PC13) apelida de “militância linguística”.

### **6.1.2. A relação com as sociedades de origem/de referência**

Na opinião de um entrevistado (PC13), os escritores da língua portuguesa (que têm, regra geral, uma dupla vivência com as matrizes linguístico-culturais africanas e a matriz portuguesa) têm uma responsabilidade, primeiro que tudo, com os povos dos seus países na promoção e divulgação da língua portuguesa. Tendo sido socializado em português, alega que criou com a língua laços que nem mesmo as más memórias do colonialismo do antigo centro podem apagar:

«os grandes professores que eu tive no liceu eram todos praticamente de origem portuguesa, [...], tivemos o colonialismo português, tivemos tudo o que é

desagradável e bom que o colonialismo português nos deu, nós absorvemos, o que era bom e o que não era, mas Portugal foi sempre uma referência, e continua a ser uma certa referência, mas os nossos filhos, já não têm a mesma referência...» (PC13 – Escritor Moçambicano).

Ainda de acordo com o mesmo escritor, associado a essa responsabilidade, sentida individualmente (“militância linguística”), os escritores deveriam contar com apoio do antigo centro, não porque exista uma obrigatoriedade, mas porque, afinal de contas, foi quem lhes legou a língua portuguesa. Este argumento parece, no entanto, encaixar-se nos ‘casos negativos’ que procurávamos encontrar e que parece apontar, de certa forma, para uma continuidade neocolonial quanto ao papel de Portugal no contexto da *comunidade lusófona*:

«Portugal é um país pequeno com uma grande responsabilidade, e essa grande responsabilidade eu penso que devia ser traduzida em função da responsabilidade das instituições criadas para o desenvolvimento da língua portuguesa, trabalhar a língua portuguesa [...] Portugal tem uma tamanha responsabilidade». (PC13 – Escritor Moçambicano).

Justificando este seu argumento, o escritor lembra em especial a grande maioria dos indivíduos do seu país que não têm acesso à leitura, por serem analfabetos<sup>190</sup>, ou pelo facto de não terem possibilidades financeiras para adquirir livros (a título de exemplo, refere que o seu livro publicado em Portugal pela Quetzal custa tanto como o valor atribuído ao salário mínimo nacional moçambicano). Por estas razões, considera que os escritores têm um papel fundamental:

«... nós devemos ajudar a criar um discurso construtivo, se eu sei um pouco mais, se tenho uma formação um pouco mais elevada em relação àquela gente, devo tentar criar um equilíbrio [...] e contribuir para que conheçam a língua portuguesa por outros meios [citou a título de exemplo, o jornalismo e as artes plásticas]». (*idem*).

No mesmo sentido, alguns autores angolanos, reiteram o papel dos escritores nos seus países de origem:

«Têm a desempenhar por um lado o papel que lhes é ‘exigido’, de empenho, dedicação, vigilância e intervenção; e por outro lado, o que lhes for permitido (não fisicamente mas) do ponto de vista da eficácia das suas tentativas de intervenção. Os criadores culturais, como diz, deverão, talvez, unir esforços para elevar a qualidade da cultura a praticar neste país [Angola], assim como no

---

<sup>190</sup> De acordo com os dados recentemente divulgados pelo INE de Moçambique, a percentagem de analfabetos, ronda actualmente, os 48%. Vd. [www.mundoportugues.org/content/1/6803/mocambique-maputo-portugues-lingua-materna-mil-pessoas/](http://www.mundoportugues.org/content/1/6803/mocambique-maputo-portugues-lingua-materna-mil-pessoas/). [07.04.2010].

mundo. A cultura é um dos factores mais importantes da reconstrução cívica de uma nação e, do ponto de vista institucional, é bastante desprezada. Daí a importância das acções/iniciativas e da qualidade dessas iniciativas por parte de quem tem algum poder de influência.» (PC7 – Escritor angolano).

«Os escritores, e todos os intelectuais em geral, não têm a solução para os problemas dos seus países. Se assim fosse, estariam no Governo para resolvê-los; no entanto, têm a obrigação moral de chamar a atenção para os problemas que identificam, de os tornar conhecidos e evidenciá-los. Nesse sentido, exercem uma certa visão crítica.» (Pepetela, 2000: 2 [tradução livre]).

Na opinião de João Melo (2003), jornalista e escritor angolano, não há nenhum país que possa ser construído e governado sem o contributo dos intelectuais. No caso particular de Angola, alega que, em especial os escritores e os jornalistas, desempenharam um papel histórico na formação do nacionalismo e na luta contra o colonialismo português, e, mais tarde, após as independências, começaram a afirmar-se como ‘arautos’ do mal-estar do país. As obras de Pepetela, Manuel Rui ou Henrique Abranches são, do seu ponto de vista, um bom exemplo.

De acordo com a investigadora portuguesa Madalena Mendes (2010), o papel que os escritores têm na (re)construção do seus países e na afirmação da *comunidade lusófona*, passa pelo carácter de “intervenção política” que a literatura assume. Na sua opinião, a acção e a obra dos escritores proporciona uma “consciencialização” da realidade e, simultaneamente uma forma de “participação no mundo”.

Confrontado com esta questão, o escritor moçambicano (PC9) alega que a literatura mais do que um processo de intervenção política é um processo de intervenção social que ajuda a construir uma sociedade mais atenta e reflexiva:

«Será [um processo de intervenção política] na medida em que transmito uma mensagem que, ao ser decodificada, despoleta reacções e desinquieta. Contudo, depende da intenção dos seus autores. Mas, considero-a antes um processo de intervenção social, que traz ou não implicações no campo político. Ajudamos a construir uma sociedade civil atenta, reflexiva, crítica e não amorfa.» (PC9 – escritor moçambicano).

Essa é, igualmente, a opinião de Paula Chiziane, escritora moçambicana que, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver numa ONG, se tem preocupado com a defesa de causas sociais, nomeadamente no que toca à reivindicação de direitos para as mulheres. Ciente de que a sua obra é lida pelos dirigentes políticos, alega que a usa para

denunciar, ainda que de forma subtil, injustiças ou formas menos correctas de governação:

«Os governantes da Frelimo ontem foram do movimento de libertação. Alguns, não todos, mas alguns, estão a pisar o risco, os mesmos que condenaram o tempo que passou. Então... n’*O Sétimo Juramento*, de vez em quando eu toco nestes aspectos, como quem diz, ontem disseste que não podia ser assim e agora estás a fazer o mesmo. Nunca ninguém se queixou, mas eu sei que me observam. O que é que ela vai escrever agora? Eu sei que eles me observam, porque... pronto, de vez em quando sinto que alguns deles, ou alguns de nós estamos a trair a nossa causa.» (Chiziane, 2006: 8).

Como se compagina esta expressão da nacionalidade e afirmação da singularidade que distingue cada país *lusófono* dos demais, com a construção da *comunidade lusófona*?

Vimos já que, o facto de os escritores produzirem as suas obras literárias em português não é sinónimo de que se desligam das suas ‘raízes’ nacionais ou dos seus países. Pelo contrário, usam essa língua como instrumento para escreverem as suas Histórias, para equacionarem os seus problemas e, para se posicionarem num mundo mais vasto que rompe com as fronteiras físicas dos seus contextos singulares – e esse é o ‘espaço lusófono’. Ora, segundo alguns pensadores, esse espaço «só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo da pluralidade e da diferença» (Lourenço, 1999: 112), ou seja, se for um espaço de respeito pelas expressões nacionais.

Inocência Mata, discorrendo sobre a produção literária no ‘espaço lusófono’, refere que a produção cultural é aquilo «que nos aproxima e não os negócios e os acordos comerciais.» (Mata, 2009). Seguindo essa mesma linha, sugerimos que a produção literária (juntamente com os mundos que envolve e mobiliza) pode constituir-se como esteio para o desenvolvimento da *comunidade lusófona*, tornando-a «inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense.» (Lourenço, *ibidem*).

Analisando a questão a partir do antigo centro, parece-nos que a mesma desemboca na ideia de que a sociedade portuguesa estará cada vez mais plural e aberta à diferença (Barreto, 2007), e, nessa medida, mais propensa às iniciativas que tentam resgatar as “fecundações cruzadas” que se operam em contexto pós-colonial, propondo novos entendimentos e análises do passado e do presente, tentando mostrar que a diversidade pode ser factor de enriquecimento (Marques, 2004a).

### 6.1.3. A diversidade (linguística) nas literaturas africanas em língua portuguesa

De facto, basta pegar em meia dúzia de autores do espaço lusófono, como Luandino Vieira (angolano), Guimarães Rosa (brasileiro), José Luís Tavares (caboverdeano), Odete da Costa Semedo (guineense), Mia Couto (moçambicano) ou Miguel de Sousa Tavares (português), para rapidamente nos apercebermos da multiplicidade e convívio de diversas matrizes linguístico-culturais na chamada ‘literatura lusófona’. Embora a língua que usam como matéria-prima seja essencialmente a mesma, ela pode assumir a expressão portuguesa, brasileira, ou de qualquer um dos PALOP (Maciel, 2004). Convívio que, segundo Eduardo Lourenço, só é possível graças à acção da *lusofonia*, pela e na exposição da língua portuguesa a processos de «derramamento, expansão e criouliização» (Lourenço, 1999: 123).

Na voz de alguns escritores esses processos podem explicar-se do seguinte modo:

«A independência aconteceu também, digamos, ao nível da língua, nós passámos a recriar o português de uma forma bastante bela, com termos revolucionários e com as experiências linguísticas de todas as regiões de Moçambique, há um contributo bastante grande para o enriquecimento da língua portuguesa. [...] O português falado nas zonas rurais, nas cidades, o português falado em Moçambique pela gente comum, é um português belo, tem mistura com línguas nacionais. [...] O português está a enriquecer de uma maneira extraordinária.» (PC13 – Escritor Moçambicano).

«É a própria língua e a sua estrutura multi-cultural que permite um trabalho de intervenção plástica. O português está a ser culturalmente maleável porque todas as culturas que o absorveram mexeram nele. É uma espécie de instinto criativo que nos move, e é bonito.» (PC7 – Escritor angolano).

Comentando esta plasticidade da língua, o escritor caboverdeano José Luís Hopffer Almada referia que o poeta José Luís Tavares, seu conterrâneo vivendo há quinze anos em Portugal, teria absorvido parte da “cultura ocidental” imprimindo um “novo vigor” à poesia caboverdeana, tornando-a, por isso, mais universalista<sup>191</sup>.

Interrogado sobre esse processo de simbiose literária que desemboca em criações universalistas, o escritor angolano Pepetela alega que embora seja uma situação incontornável, uma vez que as fontes de inspiração de muitos dos autores africanos são

---

<sup>191</sup> Citações retiradas de [www.asemana.cv/index.php?m=114&Id=1650&me=0](http://www.asemana.cv/index.php?m=114&Id=1650&me=0) [08.04.2004].

escritores portugueses, brasileiros, americanos ou de outras nacionalidades, é possível subvertê-la e fugir, por isso, a ‘cânones imperialistas’:

«Em termos literários Angola realmente é muito influenciada pela literatura que se faz na Europa e nos Estado Unidos. Mas nós podemos subverter isso, fazer um livro policial que é subversivo na medida que não é policial. O humor é o que conta no fundo, essa passagem, a coisa ao contrário, é uma subversão do género. É um pouco uma atitude anti-colonial, anti-imperial. Essa é a ideia.» (Pepetela, 2005a).

Regressando ainda à questão do convívio linguístico-cultural na literatura – que, aparentemente, escapa às lógicas de “dominação imperial” –, embora pareça haver entre os escritores africanos do espaço *lusófono* (maioritariamente entre os que vivem fora dos seus países) um consenso quanto a esta matéria, há no entanto ‘casos negativos’ de escritores que se recusam a admitir ou colocar em prática uma convivência em termos de mistura. É disso exemplo a opinião do escritor caboverdeano (PC12), que nasceu, vive e trabalha no seu país. Quando interrogado quanto à possibilidade de cruzar o português com o crioulo na sua escrita, respondeu:

«Não, não. Tento não misturar mesmo. E quando eu escrevo em crioulo, só escrevo em crioulo. Sai-me em crioulo e nem quero fazer a tradução – que outros façam. Quando escrevo em português, não quero saber do crioulo; sai-me em português e assim fica. Evidentemente pode haver alguma contaminação porque são as duas línguas com as quais eu convivo, mas não há mistura.» (PC12 - Escritor caboverdeano).

#### **6.1.4. A relação com o antigo centro**

Embora utilizem o português e disponham das oportunidades que o antigo centro lhes proporciona, alguns escritores ressaltam que esse percurso não passa por uma busca de legitimação:

«Acredite que são raros os [escritores] que vão buscar ‘legitimação’ a partir de Portugal. Os livros [que escrevem] são suficientemente legítimos, penso eu, mesmo que só tenham sido publicados no Cunene ou na Huíla. Agora que alguns busquem consagração, isso poderá ser uma hipótese.» (PC7 – Escritor angolano).

Consideramos que este aspecto da consagração passa não só pela oportunidade de publicação no antigo centro, no Brasil ou em qualquer outro país estrangeiro, mas também pela institucionalização e atribuição de Prémios Literários – um meio efectivo de promoção e difusão da língua portuguesa. Questionado sobre este assunto, o poeta

José Luís Tavares, comentava que quando lhe foi atribuído o prémio Mário António, da Fundação Calouste Gulbenkian, sentiu não só o apoio institucional que lhe viria a abrir portas (de que a primeira publicação em Portugal, pela Campo de Letras, é um exemplo), mas também uma sensação de “consagração bastante acentuada” (Tavares, s/dt).

Discorrendo sobre estas questões de legitimidade e consagração, Inocência Mata alega que «salvo raras excepções, sabemos todos que a literatura angolana, ou moçambicana, se projecta ainda em grande parte através da crítica que é feita de fora, sobretudo de Portugal e do Brasil, e que, como a crítica em qualquer parte, tem um efeito cumulativo na configuração do sistema e na institucionalização literária. É que a crítica é uma instância fundamental da instituição literária e, portanto, de legitimação da literatura, como o são o público, os jornais, as editoras, os prémios e a universidade com os seus elencos curriculares.» (Mata, 2003). Na opinião de Mata, o facto de os escritores olharem para “fora” em busca de legitimação (ou consagração), acaba por ser em si “um projecto legítimo” (se se pensar em cada escritor individualmente), uma vez que as estruturas da instituição literária são ainda rudimentares nos seus países – que não conseguem funcionar como centros irradiadores de saber e conhecimento.

Já para o escritor angolano (PC7), que considera o termo *lusofonia* como algo associado a “artimanhas políticas e diplomáticas”, a ideia de conceber o antigo centro como novo pólo ou como essa espécie de ‘rampa de lançamento’ para os escritores de língua portuguesa deve ser desconstruída:

«Portugal é um dos países que se interessou pelos meus livros, assim como a França e a Suíça já o fizeram. Oxalá um dia o Senegal e o Mali, a China e a Suécia, e já agora o Brasil e a América também se interessem. Significaria que a cultura angolana e a cultura que eu como angolano tenho de universal, poderiam viajar um pouco mais.» (PC7 – Escritor angolano).

Paula Chiziane, escritora moçambicana, reforça esta ideia ao sublinhar que as primeiras portas que se abriram foram em Moçambique e, depois, na Alemanha. Só mais tarde, por intermédio de um editor da Caminho e por intervenção de uma crítica literária, o seu percurso se veio a cruzar com Portugal:

«Primeiro [a publicação] aconteceu em Moçambique. A minha tradução para o estrangeiro começou com a língua alemã. O livro foi exposto na feira internacional de Frankfurt. E foi lá onde conheci o Doutor Zeferino [da Editorial Caminho] e ele começou a interessar-se pelo meu trabalho. Acho que eu já tinha dois livros escritos, e ele não sabia muito bem quem eu era, o que fazia, e é

quando entra a Doutora Inocência Mata, que sugere qual dos livros poderia ser o primeiro [a ser editado], e as coisas começam assim. Mas... comecei primeiro pela Alemanha.» (Chiziane, 2006).

Não obstante os casos em que os escritores se distanciam do antigo centro como ‘rampa de lançamento’, Inocência Mata adverte que uma análise sobre curvas médias na área da recepção (leitores, críticos, estudiosos) revela que «quanto mais distante é o contexto de recepção em relação ao lugar de gestação textual, maior é, por vezes, o sucesso do escritor, por via de mediações do “centro” que, em rigor, continua a funcionar como “centro metropolitano” e a quem convém a rarefacção do real histórico.» (Mata, 2003). De acordo com a autora, parece evidenciar-se nesta prática um exemplo dos ‘casos negativos’ que procuramos explorar, na medida em que as mediações do antigo centro podem efectivamente traduzir-se em expressões de dominação.

Numa visão crítica sobre a mediação do antigo centro, um empresário ligado à comercialização e divulgação de obras de escritores africanos em Portugal (PC6) rejeita qualquer lógica neocolonialista, sustentando porém a existência de um outro fenómeno associado: a classificação das literaturas africanas e a modulação que estas imprimem à língua portuguesa como produtos exóticos e/ou folclorizados:

«Dei uma entrevista para a SIC e outra para a RTP1 [sobre a abertura de uma livraria especializada em literatura africana], mas foi daquelas coisas que entraram apenas nos programas virados para as minorias étnicas – o que eu acho que é um pouco aflitivo, porque, no fundo, é como se esta área fosse uma coisa específica, de sector, como se tivesse quase... como hei-de dizer... um valor folclórico.» (PC6 – empresário).

#### **6.1.5. A literatura em língua portuguesa, a *lusofonia* e a construção da comunidade lusófona**

Na opinião deste empresário, a literatura africana em Portugal está confinada a um nicho de mercado muito específico, constituído pelos próprios escritores, pelos seus amigos e por estudantes e/ou académicos. Foi, no entanto, curioso notar que, referindo-se à questão das leituras que os escritores africanos procuram, o empresário tenha alegado que os mesmos lêem muitos outros autores *lusófonos*, contrariando algumas opiniões que afirmam que os escritores do espaço *lusófono* não se conhecem entre si (vd. Piñon, 1997).



De facto, quando solicitámos aos nossos entrevistados que falassem sobre o tipo de leituras que faziam e quais seriam os autores onde buscavam inspiração, muitos deles apontaram escritores de outros países de língua portuguesa que não os seus:

«Sem dúvida que alguns dos autores que mais me marcaram foram Eugene Ionesco, Luandino Vieira, Guimarães Rosa, Manuel Rui Monteiro, Nikos Kazantzakis, Gabriel García Márquez, Clarice Lispector, Graciliano Ramos e Manuel de Barros.» (PC7 – escritor angolano).

«Marcaram-me Eduardo White, Luandino Vieira, José Craveirinha, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto... entre outros que agora, assim de repente, não me vêm à memória.» (PC10 – escritor moçambicano).

«Gosto de Fernando Pessoa, identifico-me com Eugénio de Andrade, com Ramos Rosa... também gosto muito de Alberto Évora, Cesarine [Cesariny??]... há vários nomes. Gosto muito de Vergílio Ferreira, Agustina Bessa-Luís. E depois há alguns espanhóis e franceses.» (PC12 – escritor caboverdeano).

Numa perspectiva optimista do cruzamento entre escritores, que são simultaneamente leitores de outros escritores com quem partilham a língua, Carlos Alberto Xavier, assessor do Ministério da Cultura no Brasil, alega que tem sido através do intercâmbio entre escritores – que, com a sua escrita, promovem e difundem a língua portuguesa (a despeito de todas as dificuldades que esta enfrenta no mundo globalizado) –, que tem sido possível «entender as diferenças entre Umbundo, Takombo ou Lunda – importantes em Angola. É falando o português de Eça de Queirós e de Machado de Assis que podemos entender os povos que habitam na Guiné-Bissau ou ainda, é lendo autores como o Mia Couto que se pode ter uma ideia original do mundo, como ele magistralmente faz, ou ter um melhor entendimento da História de Moçambique; é ainda, usando a língua dos poetas que podemos ler os versos de santomenses. Em português podemos ler a *Declaração de Independência de Timor-Leste*; em português podemos ler também os versos do caboverdeano Jorge Barbosa ou ainda de Manuel Bandeira.» (Xavier, 2005).

Daí o escritor angolano (PC11) afirmar que os seus trabalhos, assim como os dos restantes escritores da língua portuguesa se devam centrar, cada vez mais numa perspectiva intercultural que traga à luz do dia experiências cruzadas:

«A minha escrita aponta, cada vez mais, no sentido de potenciar aquilo que vivi em Angola, com aquilo que vivo aqui (Portugal). Há que buscar tantas referências e matrizes culturais quanto possível. Para isso, conto ainda com o convívio com amigos que também vieram de África. Se, como escritores, podemos fazer alguma coisa para que a tal *comunidade lusófona* de que me fala

algum dia se efective, temos de investir numa perspectiva inter e intracultural, que tanto dê voz a uns, como a outros... que tanto fale de Angola, como de Portugal, ou do Brasil.» (PC11 – escritor angolano de nacionalidade portuguesa).

\*\*\*

Em suma, as obras e os escritores, embora não sejam uniformes (em termos de origem nacional, estilo, regularidade de publicação, reconhecimento público, transversalidade ao espaço *lusófono*) possuem, em certa medida, um engajamento com a língua portuguesa, contribuindo, ainda que não deliberadamente, para a promoção da *lusofonia* – que, como vimos pode ser entendida como a difusão da língua portuguesa pelo mundo, estruturada por séculos de convívio com um conjunto de matrizes linguístico-culturais diversas e pelas permanentes transformações daí decorrentes.

Hipótese final: a crescente acção dos escritores da língua portuguesa, como agentes sociais na promoção e difusão da *lusofonia* ao nível *bottom-up*, é mais do que o reflexo de uma matriz político-ideológica neocolonialista de génese portuguesa; é também um efeito de uma espécie de “militância individual” e o resultado de percursos de vida intrinsecamente ligados à língua portuguesa. Não obstante os ensejos, marcadamente políticos, em prol da construção de uma *comunidade lusófona*, e os constrangimentos institucionais, culturais e económicos daí decorrentes, esses agentes contribuem, de modo muitas vezes informal, para definir contornos inteligíveis da prática *lusófona* e oferecer eixos explicativos do que é, em termos exequíveis, a *lusofonia* e a respectiva *comunidade*.

## 6.2. Sondagem de Opinião

«As sondagens de opinião são um caso particular [dos métodos de inquérito], a começar pelo seu objectivo: descrever o estado da opinião num dado momento (sendo a opinião aqui definida pelas respostas a algumas questões muito simples).»

Ghiglione e Matalon (1993: 17)

Tendo como principal objectivo apurar diferentes entendimentos do que significa ser *lusófono(a)* nos países e espaços que adoptaram a língua portuguesa como língua oficial (de ora em diante: países e espaços de língua portuguesa); a sua familiaridade com o conceito e o seu sentimento de pertença à chamada *comunidade lusófona*, realizámos entre Maio e Julho de 2009, via *Internet*, uma sondagem de opinião.

Atendendo à génese anteriormente colocada em evidência da noção, admitíamos à partida que a grande maioria dos respondentes, apesar de participar na sondagem, não saberia o significado do conceito de *lusófono* (embora a palavra pudesse não lhe ser desconhecida) e que também não se sentiria parte da *comunidade lusófona*. Admitíamos ainda que, em reacção à utilização das expressões *lusófono* e *comunidade lusófona*, receberíamos respostas que tenderiam a reflectir posicionamentos diferenciados de acordo com os contextos em que cada inquirido nasceu, vive e circula.

Para sermos mais precisos, partimos do pressuposto de que iríamos receber, por um lado, respostas que espelhassem desconhecimento sobre a substância da noção de *lusófono*, mas que dessem conta de uma relativa familiaridade com a mesma (muito em virtude, por exemplo, das últimas e polémicas notícias sobre o acordo ortográfico); e, por outro lado, que esse desconhecimento seria mais acentuado em alguns países africanos (como São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau ou Moçambique, países onde, relativamente aos restantes e de acordo com as estimativas existe uma menor percentagem de falantes da língua portuguesa<sup>192</sup> e nos quais persiste uma considerável ligação com os países francófonos e anglófonos<sup>193</sup>), menos acentuado em Angola e

---

<sup>192</sup> Vd. “A língua portuguesa”, capítulo 4, pp.168-182.

<sup>193</sup> Moçambique aderiu, em 1995 (um ano antes de se integrar na CPLP), à *Commonwealth* – organização cuja maioria dos membros é antiga colónia do Reino Unido. A Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são membros da Organização Internacional da Francofonia (OIF), bem como Cabo Verde. Mas, neste último caso, há a salientar o peso relativo dos falantes de língua portuguesa, a juntar ao facto de ser nesse país, na Ilha de Santiago, que se encontra a Sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) – o

Cabo Verde (países que, comparativamente aos anteriores, têm uma maior percentagem de utilizadores da língua comum, uma maior presença institucional de organismos de língua portuguesa<sup>194</sup> e um maior contacto com Brasil e Portugal), e menos acentuado ainda no Brasil e em Portugal (países cuja maioria da população utiliza e domina o português e tem acesso facilitado a ‘expressões culturais’ dos restantes países do espaço lusófono).

Por outro lado, dada a recorrente repetição no quotidiano português sobre a considerável distância entre a ideologia de uma associação entre pares, irmanados pela língua, e a prática de desconhecimento e desinteresse entre as nações que integram o espaço *lusófono*, para além de uma ideia difusa de que a CPLP – com sede em Lisboa – lidera uma *comunidade* onde nada ou pouco se faz, partimos do princípio de que chegaria, um pouco de toda a parte, um grande número de respostas revelando a presumível distância dos indivíduos face à *comunidade lusófona* e/ou a rejeição de pertença à mesma.

Tendo como universo de análise indivíduos de ambos os sexos, de todas as idades e profissões, nascidos, nacionalizados e/ou residentes num país de língua portuguesa; e indivíduos de ambos os sexos, de todas as idades e profissões, que se dediquem a assuntos relacionados com a língua portuguesa, às culturas dos países de língua portuguesa e outros assuntos afins (mesmo que não nascidos, nacionalizados e/ou residentes num país de Língua Portuguesa), considerou-se que a sondagem de opinião seria um método adequado para atingir o objectivo acima proposto. Sabendo de antemão que seria impossível alcançar toda a população compreendida no espaço *lusófono*, e que seria inviável proceder à inquirição em diferentes espaços geográficos, a escolha de a realizar através da *Internet* – dadas as possibilidades/facilidades que os meios electrónicos proporcionam – afigurou-se como uma opção válida<sup>195</sup>.

Apesar de a unidade de observação ser o indivíduo respondente, não foram, no entanto, os indivíduos pessoalmente que nos mobilizaram para esta iniciativa, mas sim a possibilidade de extrapolar das suas respostas conclusões mais vastas, a fim de testar as hipóteses de partida.

---

que poderá contribuir para que um maior número de indivíduos tome contacto com a ideia de *comunidade lusófona* e com as práticas subjacentes ao funcionamento do referido Instituto.

<sup>194</sup> Referimo-nos, em especial, a presença de organizações supra-nacionais, como é o caso do IILP em Cabo Verde; ou à existência de centros culturais, universidades, escolas e bibliotecas.

<sup>195</sup> Mais adiante, no ponto 6.2.1., discutiremos as vantagens e as desvantagens desta opção.

Para testá-las, foram elaboradas três perguntas, para as quais se pretendia uma resposta sem qualquer tipo de consulta:

- 1ª) O que significa para si ser *lusófono*?
- 2ª) O conceito é-lhe familiar?
- 3ª) Sente-se parte da *Comunidade Lusófona*?

Sendo certa a pertinência da categorização dos inquiridos segundo a nacionalidade, uma vez que se pretendia testar se de facto as respostas obtidas iriam, ou não, variar de acordo com esse critério, não se pretendeu, contudo, centrar a análise nesse atributo classificatório, tendo ainda sido solicitado aos inquiridos que indicassem o sexo, a idade e a respectiva profissão.

«Porque todo o método é, antes de mais, uma estratégia de abordagem de problemas concretos e as operações de categorização traduzem consequentemente, os objectivos visados pelo investigador (Marques, 1994: 498), a classificação dos inquiridos segundo os quatro critérios apontados (sexo, idade, nacionalidade e profissão) pretendeu, concretamente, identificar se existiria, ou não, uma relação directa de cada uma dessas variáveis com as questões em análise.

O meio seleccionado para a divulgação da sondagem passou por suscitar uma “bola de neve” através do *e-mail* e de outros suportes informáticos como *sites* e *blogues*. Elaborou-se uma pequena introdução que explicava as razões da sondagem e a identificação da responsável técnica pela mesma, criou-se uma primeira base de dados com os contactos de familiares, amigos e conhecidos (de ambos os sexos, de todas as idades, nacionalidades e profissões), e enviou-se-lhes um apelo à participação pedindo-lhes também que repassassem a mensagem (de forma a incluírem jovens, adultos e idosos, indivíduos com e sem formação superior, com ocupação, desempregados, domésticos e nacionais de qualquer país do chamado espaço lusófono)<sup>196</sup>.

A alguns contactos considerados privilegiados (tanto pela nacionalidade como pela ocupação profissional) foi feito um pedido particular de colaboração apelando a que pudessem estimular a participação dos seus conterrâneos e colegas, de modo a garantir o máximo possível de heterogeneidade nas respostas obtidas.

---

<sup>196</sup> Ver no Anexo VIII o texto modelo do e-mail enviado, p.392.

Em simultâneo, fez-se uma profunda pesquisa na *internet* consultando-se páginas de institutos, universidades, organizações, câmaras municipais, congressos, meios de comunicação social e outras redes dos países e espaços de língua portuguesa; consultaram-se ainda as pastas de todos os encontros científicos, sociais, culturais e recreativos em que tivemos a oportunidade de participar, entre 2003 e 2009, na busca de contactos de potenciais indivíduos a sondar e criou-se uma segunda base de dados de apoio à sondagem com diversas listas de endereços electrónicos.

Tentou-se que as listas elaboradas fossem o mais abrangentes possível (tanto ao nível das áreas de inserção profissional, como de representação dos países e espaços de língua portuguesa) e o pedido de colaboração seguiu mais uma vez (desta feita apenas para desconhecidos), solicitando-se igualmente que pudessem reencaminhar a mensagem. Para além dos reencaminhamentos pessoais, a sondagem foi ainda publicada (por iniciativa dos seus dirigentes, administradores ou membros) nos *sites*, *blogues* e/ou *intranet* dos seguintes organismos: África Debate; Associação Mil; Associação Portugal Moçambique; Centro de Estudos Africanos (ISCTE); Centro de Estudos Africanos (UP); CHAM (FCSH-UNL); CODESRIA; Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Estado de São Paulo; DES-H (IICT); Faces de Eva (FCSH-UNL); Gabinete do Cidadão do Grupo Parlamentar do PSD; H-Net Discussion Network; IPAD; Peopleware; Quintus; SaotomeYahooGroups e Revista Nova Águia.

O processo de recolha de dados decorreu entre o dia 12 de Maio e o dia 18 de Julho de 2009. Numa primeira fase, a sondagem foi realizada apenas com a “bola de neve” que se gerou pelo processo acima descrito; e, na segunda, contou-se com o apoio da CPLP, que disponibilizou uma plataforma de inquérito na sua página institucional e que disseminou a sondagem através de alguns dos contactos da organização<sup>197</sup>.

Devido às mensagens electrónicas que não chegaram ao destino (por alguns endereços estarem desactualizados ou já não existirem, ou simplesmente por ter sido negada a recepção das mesmas) e aos sucessivos reencaminhamentos gerados pela “bola de neve”, não foi possível a contabilização dos *e-mails*, com o apelo à participação, que foram efectivamente enviados e recebidos, estimando-se apenas que tenha ascendido a um universo de 4.000 a 4.500 pessoas contactadas; a estes acrescem os que, não tendo recebido uma mensagem electrónica, visualizaram a sondagem num dos canais acima

---

<sup>197</sup> Vd. Anexo IX: “Grafismo da plataforma que a CPLP disponibilizou”, p.393.

mencionados. Na primeira fase obteve-se 631 respostas e na segunda 279, alcançando um total de 911 respostas.

### **6.2.1. Discussão das vantagens e desvantagens da metodologia escolhida**

Uma vez que se pretendia realizar recolha, tratamento e análise de dados no mais curto espaço de tempo possível, a opção pela sondagem através da metodologia “bola de neve” divulgada por meios electrónicos, revelou-se uma das grandes mais-valias do empreendimento.

Quando se equacionaram as vantagens e limitações do método escolhido, considerou-se o facto de estarmos a limitar a participação aos indivíduos que têm *e-mail* ou que costumam aceder à *internet*, pesquisando em páginas relacionadas com as temáticas em estudo. Tal como aconteceria se tivéssemos decidido ir para a porta de qualquer instituição ou para a esquina de determinada rua, também estaríamos a criar uma maior probabilidade de resposta junto das pessoas que passam mais tempo nessa rua ou que circulam num determinado local. Ainda assim, e sobretudo porque almejávamos captar a opinião de indivíduos nos vários pontos do globo onde se usa a língua portuguesa, julgou-se que face aos constrangimentos de tempo e disponibilidade e aos custos implicados, a sondagem por “bola de neve” e por meios electrónicos seria, de facto, a escolha menos má.

Por outro lado, há ainda a realçar que a sondagem nos permitiu obter uma grande variedade de dados. Uma vez que deixámos as perguntas abertas, foi possível, para além de conhecermos a posição dos indivíduos sobre as questões colocadas, conhecer ainda as suas opiniões, expectativas, críticas, previsões e/ou recomendações sobre os assuntos em auscultação. Ganhou-se muito, ainda, com a aquisição de novos contactos, a recepção de referências bibliográficas, artigos, livros, fotografias, comentários, testemunhos pessoais, indicação de iniciativas do e no espaço lusófono, referência de *sites* e *blogues* até então desconhecidos<sup>198</sup>. Obteve-se ainda, como esperávamos, um variadíssimo leque de significados para cada um dos conceitos e expressões usadas abrindo os horizontes da pesquisa.

---

<sup>198</sup> Conseguimos apenas no primeiro mês de sondagem em que as pessoas, após receberem a mensagem de apelo à participação e decidirem responder, enviavam as suas respostas e demais informações directamente para a caixa electrónica da investigadora que lançou a sondagem. No segundo mês isso já não foi possível, uma vez que as pessoas respondiam através da plataforma da CPLP, com campos específicos e delimitados para cada resposta.

Ainda antes de se concluir a sondagem (a 23 de Junho de 2009 – 42 dias depois do lançamento da mesma) abriu-se, através da comunicação social<sup>199</sup>, uma frecha para o debate dos resultados que irão surgir, não só da sondagem realizada, como também das conclusões da dissertação agora em curso. Assim sendo, os resultados divulgados poderão activar ou mesmo gerar uma discussão pública sobre questões relevantes para os indivíduos e organizações do chamado espaço *lusofóno*, interessados na temática, contribuindo para a formação de uma agenda de discussão geral. Podem ainda permitir que os indivíduos e organizações possam confrontar as suas posições com outros (que pensam como eles ou não), fortalecendo ou desvanecendo posicionamentos, opiniões, ideias e/ou projectos.

Ainda no rol dos aspectos positivos, há a salientar que, embora os dados recolhidos sejam a expressão apenas daqueles que se dispuseram a responder e que de certa forma foram seleccionados (inicialmente pela investigadora e posteriormente pelos que reencaminharam a mensagem), houve um número global de respostas satisfatório.

No que toca aos aspectos menos positivos, começaríamos por indicar que, apesar do esforço para obter respostas dos vários espaços e países de língua portuguesa, tentando que todos fizessem parte da amostra, os resultados finais revelam a tendência (que procurámos combater), isto é, a desproporcionada participação de indivíduos de nacionalidade portuguesa (58%) face aos demais indivíduos dos países e espaços de língua portuguesa (tabela 10).

Tabela 10 – Comparação da participação, por nacionalidade, com base nos dados recebidos por e-mail e os recebidos através da plataforma da CPLP.

Nacionalidades	E-mail		CPLP		Total	
	Totais	%	Totais	%	Totais	%
Angolana	56	9%	7	3%	63	7%
Brasileira	68	11%	117	42%	185	20%
Caboverdeana	32	5%	7	3%	39	4%
Guineense	3	0%	10	4%	13	1%
Moçambicana	25	4%	6	2%	31	3%
Portuguesa	408	65%	120	43%	528	58%
Santomense	7	1%	3	1%	10	1%
Timorense	0	0%	0	0%	0	0%
Outras	12	2%	10	4%	22	2%
N/R	20	3%	0	0%	20	2%
	<b>631</b>	<b>100%</b>	<b>280</b>	<b>100%</b>	<b>911</b>	<b>100%</b>

<sup>199</sup> Vd. Anexo X, notícia avançada pela Lusa, p.394.



Algumas considerações ajudar-nos-ão a compreender um pouco sobre as possíveis razões destes resultados:

1. As redes de contactos a partir das quais se fizeram os apelos à participação (maioritariamente portuguesas), poderão ter influenciado, de facto, o maior número de pessoas contactadas entre o grupo dos portugueses;
2. O facto de se ter tido o apoio de nacionais brasileiros, angolanos, caboverdeanos e moçambicanos na divulgação da sondagem proporcionou que estes grupos tivessem maior representatividade que os demais, embora muito aquém da dos portugueses;
3. Tendo-se consciência do esforço empreendido para que um elevado número de nacionais não portugueses recebessem o pedido de participação, é de salientar o acesso desigual que os diferentes indivíduos do universo em análise, têm aos meios de comunicação via *internet*. Recebemos ecos da Guiné-Bissau, de São Tomé, de Moçambique, de Angola e de Timor relativos à dificuldade que a maioria da população tem em aceder à *internet*, e quanto ao facto de muitos indivíduos (mesmo que em ocupações profissionais de destaque nos seus países) ainda não possuírem um endereço electrónico;
4. Chegaram-nos ainda ecos de Timor (vindos de um grupo de voluntários portugueses instalados em Dili há três anos) relatando que boa parte da população timorense com quem estão em contacto não fala ou fala muito mal português, e que os mesmos não se interessam por assuntos ligados à língua portuguesa e à ideia de *comunidade lusófona*. Dos naturais que receberam o *e-mail* com o pedido de colaboração na sondagem, nenhum respondeu;
5. De modo a fazer face ao claro enviesamento que a amostra estava a tomar (quando analisada do ponto de vista das nacionalidades representadas), e tentando rectificá-lo, criou-se a expectativa de que com a colaboração da CPLP, um maior número de indivíduos dos PALOP, timorenses e brasileiros viessem a participar na iniciativa; no entanto, reflectiu-se uma vez mais, uma grande disparidade de resultados como observamos na tabela 10.

Os dados obtidos, nessa segunda fase, suscitaram algumas questões sobre o possível relacionamento que os indivíduos das diversas nacionalidades têm com a CPLP. Será que o facto de os portugueses (43%) e brasileiros (42%) terem sido os que

mais corresponderam ao apelo lançado por essa organização intergovernamental reflecte uma maior proximidade em relação à instituição e maior aceitação da mesma? Ou será apenas que, mais uma vez, os nacionais dos PALOP e de Timor não responderam por difícil acesso à *internet*? Estariam na base da fraca participação desses nacionais outras razões só perceptíveis partir de uma observação mais em pormenor?

Para além do enviesamento apurado por nacionalidades; os resultados poderão ainda reflectir algum grau de enviesamento devido ao facto de estarmos perante uma amostra de 911 indivíduos face a um universo de supostos falantes de língua portuguesa que ronda os 250 milhões de pessoas<sup>200</sup>.

A motivação para realizar esta sondagem poderá reflectir mais o interesse dos investigadores do que uma real preocupação dos cidadãos de cada um dos países ou espaços de língua portuguesa, com as temáticas em análise. Note-se, porém, que um elevado número de indivíduos tenha aproveitado a participação na sondagem para transmitir a sua posição, críticas e/ou recomendações sobre a *lusofonia*, os *lusófonos*, a língua portuguesa, o acordo ortográfico, o IILP, a CPLP, a cooperação e outros assuntos. No entanto, a verdade é que apenas 4 (três brasileiros e um português), dos 911 indivíduos, confessaram que, até à data de recepção das três perguntas, nunca tinham pensado nas questões colocadas e 9 (sete brasileiros e dois portugueses) nunca tinham ouvido falar em *lusófono* ou *comunidade lusófona*.

Foi nossa intenção não facilitar aos inquiridos um entendimento prévio sobre qualquer uma das noções ou expressões utilizadas na sondagem. Deixando as três questões abertas e espaço para que se exprimissem para além do sim e do não, foi notória a imensa produção de sentidos atribuída a esses mesmos conceitos e expressões. Aquilo que acima foi considerado como uma riqueza poderá igualmente constituir-se como um obstáculo no momento de interpretação dos resultados, visto que dispomos de uma vastíssima colecção de opiniões e discursos individuais a partir dos quais é possível confrontar posições de grupos de indivíduos (por exemplo, homens *versus* mulheres; brasileiros *versus* angolanos; ou jovens *versus* idosos).

---

<sup>200</sup> Como vimos anteriormente, segundo os dados apresentados no livro *Pensar, comunicar, actuar em Língua Portuguesa – 10 anos da CPLP*, os potenciais falantes de língua portuguesa dos oito países do espaço comunitário rondavam, em 2006, os 239.349 milhões de pessoas. Contando com o natural aumento populacional e acrescentando os falantes da língua que se encontram fora desse mesmo espaço, aponta-se actualmente para um universo de 250 milhões (vd. [http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content\\_id=1059189](http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Portugal/Interior.aspx?content_id=1059189)).

Um outro factor que poderá pesar nos aspectos mais negativos da aplicação desta sondagem é o facto de as pessoas terem tido a oportunidade de consultarem alguma fonte (dicionário, documento, artigo, amigo ou colega) sobre as questões colocadas e não terem enviado informações compatíveis com o seu grau de conhecimento sobre as mesmas, apesar de se ter solicitado que respondessem de forma espontânea. Mas este foi um factor que, logo à partida, sabíamos que não conseguiríamos controlar usando este tipo de metodologia através de meios electrónicos – que permitem à pessoa responder apenas quando quiser ou quando se sentir preparada para tal. Como referem Ghiglione e Matalon, «é necessário ter em conta o facto de não termos qualquer razão para admitir que a pessoa se submeterá passivamente às recomendações do inquiridor e dirá directamente a “verdade”, nem mesmo, mais modestamente, a sua “verdade”. Conscientemente ou não, ela diz-nos apenas o que *pode* e *quer* dizer-nos, facto que é determinado pela *representação* que faz da situação e pelos seus próprios *objectivos*, que não coincidem necessariamente com os do investigador.» (Ghiglione e Matalon, 1993:2).

Por último, e porque os resultados obtidos contrariaram as hipóteses de partida (como adiante se verá, a grande maioria dos indivíduos dos espaços e países de língua portuguesa diz saber o que é ser *lusófono*, diz estar familiarizada com o conceito e sente-se parte da *comunidade lusófona*), eles podem constituir-se como um obstáculo à inovação e à mudança. Tememos, por exemplo, que, através da ‘celebração’ das posições maioritárias, que passam a ideia de consenso e de que tudo está no bom caminho, se acabem por silenciar opiniões minoritárias.

Mesmo tendo conhecimento de que a opinião maioritária que poderia resultar desta iniciativa não seria apenas uma justaposição de respostas individuais, mas que representaria possíveis compreensões de um fenómeno dinâmico e complexo, «onde intervêm processos de influência e de poder, onde nem todos os indivíduos têm o mesmo poder, onde os líderes e os meios de comunicação de massas têm um papel essencial, estando a posição expressa por estes últimos determinada, por sua vez, entre outros factores, pelo seu posicionamento no sistema social» (Ghiglione e Matalon, 1993:6), considerou-se, ainda assim, que esta sondagem poderia trazer um contributo importante para captar o entendimento, a familiaridade e a sensibilidade que um conjunto amplo de indivíduos dos espaços e dos países de língua portuguesa tem sobre as noções e expressões utilizadas. Sem inquirir directamente os indivíduos, não

poderíamos saber quais são as suas representações, os seus quadros de referência, os seus valores e normas – que são evidentemente produtos sociais, mas que é necessário, num determinado momento, considerar e interpretar.

Tendo sido a sondagem realizada no ano em que se comemorou o décimo terceiro aniversário da CPLP; em que Lisboa foi a capital dos “2º Jogos da Lusofonia”, e num contexto em que tantos outros acontecimentos ligados aos países e espaços de língua portuguesa se foram realizando para ‘celebrar’ a língua, as culturas e/ou a ‘irmandade’, que ‘fotografia’ da opinião pública nos é revelada sobre o ser *lusófono* e o pertencer à *comunidade lusófona*?

### 6.2.2. Caracterização dos inquiridos

Tal como acima foi referido, aos indivíduos que responderam à sondagem de opinião, foi pedido que se identificassem segundo o sexo, a idade, a nacionalidade e a profissão. Os resultados seguintes permitem-nos conhecer a caracterização dos inquiridos.

#### Sexo:

Tabela II – Participação por sexo		
Género	Totais	%
Masculino	497	55%
Feminino	414	45%
<b>Total</b>	<b>911</b>	<b>100%</b>

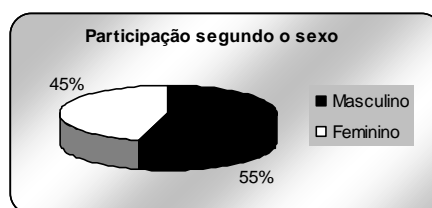


Gráfico 1

Embora se registre uma ligeira diferença entre o número de homens e o número de mulheres que participaram (os primeiros representam mais 10% do que as segundas); verifica-se uma boa representatividade dos dois grupos (tabela 11 e gráfico 1), sendo possível estabelecer relações comparativas entre as respostas de uns e outros.

Cruzando os dados relativos ao sexo dos inquiridos com os restantes dados de caracterização, verificamos que, no que toca à idade (tabela 12), os homens menores de 18 anos e os maiores de 65 têm maior peso no grupo dos homens do que entre as mulheres (nos restantes grupos etários observamos uma distribuição equilibrada).

Tabela 12 – Caracterização dos inquiridos segundo o sexo e a idade (por grupos etários)					
	H		M		Total
< 18	3	100%	0	0%	3
18-25	22	41%	32	59%	54
26-40	179	50%	177	50%	356
41-65	252	58%	184	42%	436
> 65	24	83%	5	17%	29
N/R	17	52%	16	48%	33
<b>Total</b>	<b>497</b>		<b>414</b>		<b>911</b>

Em relação à participação segundo o sexo e a nacionalidade (tabela 13), notamos que entre o grupo dos guineenses (92%), dos angolanos (73%) e dos santomenses (70%), houve uma clara sobre-representação dos inquiridos do sexo masculino, ainda com alguma expressão no grupo dos moçambicanos (65%). No caso dos caboverdeanos,

dos brasileiros, dos portugueses e dos indivíduos de outras nacionalidades, registaram-se valores de participação quase equivalentes entre os dois sexos.

<b>Tabela 13</b> – Caracterização dos inquiridos segundo o sexo e a nacionalidade					
	H		M		Total
Angolana	46	73%	17	27%	<b>63</b>
Brasileira	101	55%	84	45%	<b>185</b>
Caboverdeana	21	54%	18	46%	<b>39</b>
Guineense	12	92%	1	8%	<b>13</b>
Moçambicana	20	65%	11	35%	<b>31</b>
Portuguesa	268	51%	260	49%	<b>528</b>
Santomense	7	70%	3	30%	<b>10</b>
Outras	13	59%	9	41%	<b>22</b>
N/R	9	45%	11	55%	<b>20</b>
<b>Total</b>	<b>497</b>		<b>414</b>		<b>911</b>

Analisando os grupos profissionais segundo o sexo dos inquiridos (tabela 14) verificamos que os homens, para além de representarem em exclusivo o grupo dos agricultores, dos operários, dos operadores e similares, tiveram ainda uma representação muito expressiva no grupo do pessoal dos serviços e vendedores (78%), no dos quadros superiores (69%) e no dos reformados (63%); as mulheres representam a totalidade do grupo dos domésticos e dos trabalhadores não qualificados e têm ainda uma expressão muito significativa no grupo do pessoal administrativo e similares (78%). No geral, observa-se uma clara sobre-representação das ocupações mais qualificadas (68%).

Tabela 14 – Caracterização dos inquiridos segundo o sexo e a profissão (por grupos profissionais e ocupacionais)						
Grupos Profissionais	H		M		Totais	
1. Quadros Sup. da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Sup. de Empresa	35	69%	16	31%	51	6%
2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	332	54%	286	46%	618	68%
3. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	42	59%	29	41%	71	8%
4. Pessoal Administrativo e Similares	6	22%	21	78%	27	3%
5. Pessoal dos Serviços e Vendedores	21	78%	6	22%	27	3%
6. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	2	100%	0	0%	2	0%
7. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2	100%	0	0%	2	0%
8. Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	1	100%	0	0%	1	0%
9. Trabalhadores Não Qualificados	0	0%	2	100%	2	0%
10. Estudantes	38	58%	28	42%	66	7%
11. Domésticos	0	0%	6	100%	6	1%
12. Desempregados	1	33%	2	67%	3	0%
13. Reformados	10	63%	6	38%	16	2%
N/R	7	37%	12	63%	19	2%
Total	497		414		911	100%

### Grupo etário:

Tabela 15 – Participação por grupo etário		
Grupo etário	Totais	%
< 18	3	0%
18-25	54	6%
26-40	356	41%
41-65	436	50%
> 65	29	3%
<b>Total parcial</b>	<b>878</b>	<b>100%</b>
N/R	33	4%
<b>Total</b>	<b>911</b>	

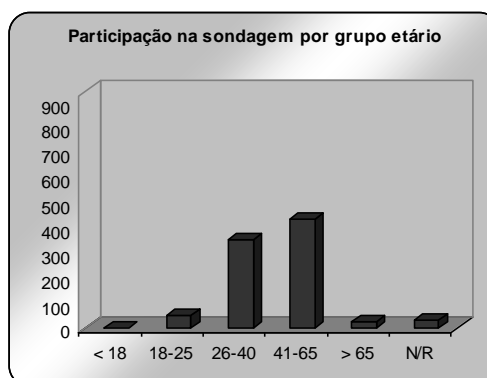


Gráfico 2

A relação entre idade e grau de participação na sondagem é curvilínea (tabela 15 e gráfico 2), ou seja, menor entre os mais jovens<sup>201</sup> (6%) e entre os mais velhos (3%); ganhando apenas destaque a participação dos adultos (50%) e jovens adultos (41%) em idade activa.

Num estudo que traça a condição evolutiva da juventude, José Machado Pais (1996), referia-se aos finais dos anos 80 como uma época em que os jovens dos 15 aos 29 anos pouco ou nada participavam em iniciativas lançadas pela sociedade civil, revelando que apenas 3% dos jovens portugueses daria valor à participação social e política (Pais, 1996: 208). Mais recentemente, uma sondagem encomendada em Janeiro de 2005 pelo Instituto Português da Juventude<sup>202</sup>, visando analisar a participação cívica dos jovens entre os 15 e os 30 anos, trouxe à tona dados semelhantes: 98,9% ligavam muito pouco a esse tipo de participação.

Os dados, embora se reportem ao caso português, talvez nos possam ajudar a compreender o porquê de os jovens (até aos 25 anos) terem tido uma baixa participação nesta iniciativa (que tentou, não sem esforço, alcançá-los). Se cruzarmos o número total de respostas obtidas nestas faixas etárias com as nacionalidades mais representadas na amostra, observamos 8% de participação de jovens entre os brasileiros, e 5% de participação de jovens tanto entre os portugueses como entre os angolanos.

No grupo dos mais velhos, observamos que, apenas entre os portugueses (5% do total) e entre os brasileiros (2%), houve participação na sondagem.

<sup>201</sup> Menores de 18 e dos 18 aos 25 anos de idade.

<sup>202</sup> Disponível em <http://rumoaoparlamento.aiedilhost.com/2008/11/participacao-civica-dos-jovens/>.

Analisando os grupos etários de acordo com as ocupações e os grupos profissionais, verificamos que entre os menores de dezoito se encontram apenas estudantes (do ensino secundário); no grupo seguinte, dos 18 aos 26 anos de idade, os estudantes surgem novamente em destaque (desta feita de nível universitário), com 50% dos inquiridos, e aparecem também 31% de especialistas das profissões intelectuais e científicas. Visto que este último grupo representa a maioria na amostra, em todos os grupos etários que se seguem predominam esses especialistas.

### Nacionalidade:

<b>Tabela 16 – Participação por nacionalidade</b>		
<b>Nacionalidades</b>	<b>Totais</b>	<b>%</b>
Angolana	63	7%
Brasileira	185	21%
Caboverdeana	39	4%
Guineense	13	1%
Moçambicana	31	3%
Portuguesa	528	59%
Santomense	10	1%
Timorense	0	0%
Outras	22	2%
<b>Total parcial</b>	<b>891</b>	<b>100%</b>
N/R	20	2%
<b>Total</b>	<b>911</b>	

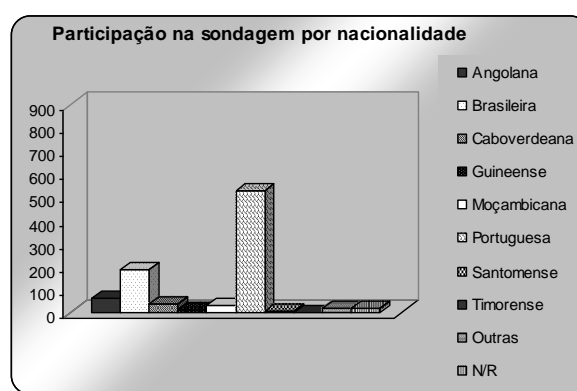


Gráfico 3

Como acima foi mencionado, o grupo nacional mais representado na amostra foi o dos portugueses, entre os quais se registou 59% da participação total parcial (e 58% do total absoluto); seguindo-se os brasileiros, com 21% (tabela 16). Uma vez que a participação dos nacionais dos PALOP foi baixa, considerámos que, para efeitos comparativos, o melhor seria agrupar o valor de todos os grupos e criar o sub-grupo dos “africanos de língua oficial portuguesa”, obtendo-se assim 16% de participação para o conjunto.

Para além das nacionalidades representadas na tabela 16, a sondagem contou ainda com a participação de 22 indivíduos de outras nacionalidades: 5 espanhóis (dos quais 3 se identificaram como galegos); 3 italianos; 2 alemães; 2 ingleses; 2 polacos; 1 argentino, 1 belga, 1 dinamarquês, 1 filandês, 1 francês, 1 marfinense, 1 peruano e 1 uruguaio.

Uma vez que os 23 casos de dupla-nacionalidade representam uma minoria na amostra (2,52%), para este estudo foram apenas consideradas as primeiras opções



indicadas pelos entrevistados (por exemplo, uma pessoa com nacionalidade portuguesa/francesa, foi aqui considerada como portuguesa; uma angolana/portuguesa, como angolana e assim sucessivamente).

### Profissão:

Analisando as cerca de 110 profissões e ocupações apuradas inicialmente, apercebemo-nos de que os professores, representando 22% do total da amostra, os estudantes (8%), os engenheiros (6%) e os investigadores (5%), foram os que mais participaram na sondagem de opinião.

Em virtude do abrangente leque de profissões obtidas, considerámos que seria pertinente agrupá-las por “grupos profissionais”. Para o efeito, recorremos à classificação do Código Nacional das Profissões do IEF<sup>203</sup> vigente e acrescentámos os grupos ocupacionais (do ponto 10 ao 13), obtendo os resultados apresentados na tabela 17.

<b>Tabela 17 – Participação por grupo profissional (segundo as profissões codificadas pelo Código Nacional das Profissões do IEF) e ocupacional</b>		
<b>Grupos Profissionais</b>	<b>Totais</b>	<b>%</b>
1. Quadros Sup. da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Sup. de Empresa	51	6%
2. Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	618	68%
3. Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	71	8%
4. Pessoal Administrativo e Similares	27	3%
5. Pessoal dos Serviços e Vendedores	27	3%
6. Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	2	0%
7. Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	2	0%
8. Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	1	0%
9. Trabalhadores Não Qualificados	2	0%
10. Estudantes	66	7%
11. Domésticos	6	1%
12. Desempregados	3	0%
13. Reformados	16	2%
<b>Total parcial</b>	<b>892</b>	<b>100%</b>
N/R	19	2%
<b>Total</b>	<b>911</b>	

<sup>203</sup> Disponível em <http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Paginas/CNP.aspx>. [02.08.2009].

Olhando para os grupos profissionais e ocupacionais, regista-se uma elevada concentração de respostas no grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (68%), sendo que, como podemos observar na tabela 18, a maior parte destes se compõe por “outros especialistas das profissões intelectuais e científicas” (55%), e de docentes do ensino secundário, superior e de profissões similares (30%).

<b>Tabela 18 – Participação dos Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas</b>		
<b>Especialistas</b>	<b>Totais</b>	<b>%</b>
2.1. Especialistas das Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia	71	11%
2.2. Especialistas das Ciências da Vida e Profissionais de Saúde	22	4%
2.3. Docentes do Ensino Secundário, Superior e Profissões Similares	187	30%
2.4. Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	338	55%
<b>Total</b>	<b>618</b>	<b>100%</b>

Entre esses 338 especialistas de profissões intelectuais e científicas, destacam-se (tabela 19) os investigadores (13%), os advogados/juristas/oficiais de justiça (10%), os cientistas sociais/sociólogos/antropólogos (10%), os técnicos superiores de índole vária (10%), os jornalistas (9%) e os funcionários públicos (9%).

<b>Tabela 19 – Participação dos “Outros Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas”</b>		
<b>Profissões</b>	<b>Totais</b>	<b>%</b>
Advogados /Juristas / Oficiais de Justiça	35	10%
Assistentes Sociais	7	2%
Bibliotecários / Documentistas	4	1%
Cientistas Sociais / Sociólogos / Antropólogos	35	10%
Cientistas Políticos / Politólogos	4	1%
Consultores	15	4%
Contabilistas	3	1%
Deputados	3	1%
Designers / Publicitários	18	5%
Diplomatas	5	1%
Economistas	18	5%
Editores	2	1%
Escritores / Redactores / Dramaturgos	10	3%
Funcionários Públicos	31	9%
Geógrafos	7	2%
Historiadores	4	1%
Investigadores	45	13%
Jornalistas	32	9%
Linguístas	4	1%
Ministros do Culto: Padres / Pastores / Teólogos	15	4%
Psicólogos	6	2%
Técnicos Superiores	35	10%
<b>Total</b>	<b>338</b>	<b>100%</b>

Nota: nos casos em que os inquiridos apontaram ter mais do que uma profissão; foi apenas considerada a primeira resposta indicada.

Em suma, participaram na sondagem praticamente tantas mulheres como homens; predominantemente com idades compreendidas entre os 26 e os 65 anos de idade (adultos em idade activa); a grande maioria dos inquiridos possui nacionalidade portuguesa (seguem-se os de nacionalidade brasileira). No que toca à caracterização segundo a profissão, a grande maioria pertence ao grupo dos especialistas das profissões intelectuais e científicas.

### **6.2.3. Processo de categorização para trabalhar as respostas abertas**

Como referimos anteriormente, consideramos que o facto de termos deixado as três perguntas em aberto foi uma opção muito importante para percebermos os diversos sentidos que cada indivíduo faz dos termos e expressões em estudo. Robert Kahn e Charles Cannell (1957) referem que as questões abertas são apropriadas quando o objectivo da investigação não é apenas descobrir atitudes ou atributos do inquirido, mas também aprender alguma coisa a respeito da estrutura de base sobre a qual este formou a sua opinião, o quadro de referência a partir do qual ele responde às questões.

Assim sendo, admitimos que, se à partida tivéssemos limitado as opções, estaríamos igualmente a condicionar as respostas em função do nosso olhar. Poderíamos ter optado por uma pergunta semi-aberta, mas entemos que ainda assim poderíamos correr o risco de, induzindo o pensamento dos respondentes face ao conjunto de opções dadas, estes não se lembrassem de outros significados possíveis, limitando-se a assinalar a escolha entre o que tinham diante de si. Notámos, anteriormente, que as questões ligadas à *lusofonia* e à *comunidade lusófona* dão origem a posicionamento tão extremos como os que vão de uma declarada ‘paixão’ até à expressão de desprezo e aversão pelo assunto<sup>204</sup> – e tínhamos bastante interesse em captar esses mesmos posicionamentos, assim como os mais ‘moderados’ ou os que estão no ‘limbo’.

Cientes de que poderíamos obter um leque de respostas tão variado quanto o número total de respondentes, assumimos, ainda assim, a responsabilidade e o grau de exigência que a tarefa impunha.

Começámos por registar todas as respostas, à medida que as íamos recebendo por *e-mail*, numa base de dados do Excel, sem qualquer preocupação de categorizá-las,

---

<sup>204</sup> Vd. Capítulo 1, pp.53-56 e 89-105.

limitando-nos, no caso das respostas que continham mais de um sentido, a registar apenas o primeiro.

Depois de terminada a sondagem, realizou-se uma leitura global das respostas dadas a cada questão e começou-se a proceder ao agrupamento categorial - tendo em conta, simultaneamente, uma classificação por diferenciação e por reagrupamento estabelecido por analogia (Bardin, 1977).

Por exemplo, para a primeira pergunta “O que significa para si ser *lusófono(a)*?”, foi possível contabilizar, já após algum trabalho de agregação, setenta e três sentidos para o significado de *lusófono(a)*, registando-se em boa parte das respostas uma notória necessidade de se invocar pelo menos uma das seguintes noções para a definição: indivíduo, cidadão, país, território, sociedade, comunidade, espaço, sentimento, sentido, maneira de estar, pertença, possibilidade, oportunidade, afirmação e/ou reconhecimento.

A partir desses 15 referentes partimos para o processo de construção de categorias de análise, tentado agrupar as diversas respostas perdendo o mínimo possível de informação, chegando ao seguinte resultado:

	<b>Variável 1. Ser lusófono</b>
1.1	Uma pessoa que fala português (que a tem como língua oficial, materna, de trabalho...)
1.2	Uma pessoa/um cidadão que nasceu num PLOP (ou é descendente) e que fala a LP
1.3	Ter nascido em Portugal, ser português ou descendente de portugueses
1.4	Ter a identidade/alma portuguesa, identificar-se ou ser herdeiro da mesma
1.5	Um país (ou conjunto de países) onde se fala português ou a pertença ao(s) mesmo(s)
1.6	Pertencer a uma comunidade de Língua (conjunto de falantes da LP)
1.7	Pertencer a uma comunidade de Língua e de Cultura (numa dimensão histórica/com muitos séculos)
1.8	Pertencer à CPLP/ a uma comunidade internacional e ou extra-europeia
1.9	A partilha e preservação da língua, valores, história, cultura, interesses e outros aspectos identitários
1.10	Um sentimento de pertença / de afinidade / de orgulho / de solidariedade (ter laços com os PLOP)
1.11	Uma maneira de estar / filosofia de vida - sentido para a vida / vivência sócio-cultural de respeito
1.12	Uma possibilidade de afirmação geo-estratégica
1.13	Envolver-se activamente num projecto ou numa causa comum
1.14	Ser assim reconhecido fora dos espaços de LP e/ou algo relacionado com os emigrantes lusófonos
1.15	Conceito ambíguo / redutor / vazio de significado prático / arcaico / revela injustiça e submissão
1.16	Nada (não significa nada/não sou lusófono/não me identifico/não faz parte do quotidiano das pessoas)
1.17	Não sei / Não conheço a palavra / É indiscritível
1.18	Outros significados não agrupáveis e com pouca representatividade
1.19	Não Responde

Algumas das categorias são bastante próximas, como acontece, por exemplo com a 1.6 e a 1.7. A não agregação explica-se pelo facto de tentarmos distinguir, no caso, aqueles que olham para a *comunidade* como um agregado exclusivamente

linguístico (ou seja, em que o único elemento comum é a língua), dos que, para além disso, ainda lhe atribuem um sentido cultural e uma dimensão histórica. Vejam-se os exemplos abaixo:

1.6.	“Pertencer à comunidade que fala a mesma língua”
	“Pertencer a uma comunidade que tem como denominador comum a mesma língua”
	“Pertencer a uma comunidade de língua portuguesa”
1.7.	“Partilhar uma comunidade de língua, cultura e interesses”
	“Fazer parte de uma comunidade onde se fala a língua portuguesa e se partilha algumas características culturais”
	“Ter uma identidade comum, histórica, cultural e linguística”

No caso da segunda questão “O conceito *lusófono* é-lhe familiar?”, a tarefa foi bem mais acessível, na medida em que a maioria dos respondentes utilizou o “sim” e o “não” como opção de resposta. Nos casos em que isso não aconteceu, tentou deduzir-se da resposta enviada se o inquirido se sentia, ou não, familiarizado com o conceito. Seguem alguns exemplos desse exercício de dedução:

Sim	“Vagamente”
	“Só por falar o português, porque não me identifico com a <i>comunidade lusófona</i> ”
	“Não me era familiar até chegar a Portugal”
Não	“A palavra já é bem conhecida, mas o resto...”
	“Tive de recorrer ao dicionário para saber seu significado”
	“Aprendi agora”

Assim sendo, optámos por apresentar os resultados de acordo com a seguinte disposição:

	<b>Variável 2. Familiaridade</b>
2.1	Sim
2.2	Não
2.3	Não responde (N/R)

O processo de categorização para a terceira, e última, pergunta “Sente-se parte da *Comunidade Lusófona*?”, foi semelhante ao anterior, uma vez que a maioria dos respondentes também utilizou o “sim” e o “não” como opção de resposta; embora neste caso, tenhamos obtido também algumas respostas “não sei”.

Apresentamos, igualmente, alguns dos casos onde foi preciso um exercício de interpretação:

<b>Sim</b>	“Apenas culturalmente”
	“Profundamente e comprometidamente”
	“Récem-chegado”
<b>Não</b>	“Creio faltar, ainda, maior integração entre as nações lusófonas”
	“Acredito que essa comunidade ainda é muito fraca”
	“Sinceramente vivo como se tal não existisse”
<b>Não sei</b>	“Nunca tinha pensado nisso”
	“Talvez”
	“Será que ela existe?”

Uma vez que somámos apenas 5 casos de “não sei”, optámos por agregá-los aos 8 casos de “não resposta (o que em 911 respostas equivale a 1%; ou seja, não tem expressão estatística). A informação final foi registada de acordo com a seguinte disposição:

	<b>Variável 3. Pertença</b>
3.1	Sim
3.2	Não
3.3	Não responde (N/R)

Depois de terminado o processo de categorização e construção das variáveis, os dados registados no Excel foram inseridos e trabalhados no programa estatístico SPSS. Os resultados finais serão apresentados e discutidos nos pontos seguintes.

#### 6.2.4. Discussão dos resultados obtidos

##### Pergunta 1. O que significa para si ser *lusófono(a)*?

Em virtude da grande indefinição que continua a envolver a noção de *lusófono*<sup>205</sup>, quando se lançou a sondagem, partiu-se da hipótese de que a grande maioria dos inquiridos iria responder a esta pergunta que não sabia o que significava ser *lusófono*; e que, se adiantassem alguma opinião, diriam sobretudo que se tratava de alguém ou de algum espaço onde se fala a língua portuguesa.

Como vimos no ponto anterior, o que se verificou foi exactamente o oposto, a grande maioria dos inquiridos (93%) ensaiou uma produção de sentido e um significado, mais ou menos pessoal, para a noção, sendo que, apenas 13 pessoas, das 911 (ou seja, 1% das respostas – ver tabela 20) referiram que não sabiam o que queria dizer *lusófono* ou que não conheciam a palavra. Outras 27 pessoas (3%) responderam que, devido às indefinições ou à carga pejorativa da palavra, a noção não lhes diz nada; e ainda 13 inquiridos (1%) referiram que o conceito era ambíguo e/ou redutor e por isso de difícil definição.

<b>Tabela 20</b> – Resumo das opiniões sobre o que é ser lusófono segundo o sexo dos inquiridos				
	<b>M</b>	<b>H</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Uma pessoa que fala português (que a tem como língua oficial, materna, de trabalho...)	131	151	282	31%
Uma pessoa/Um cidadão que nasceu num PLOP (ou é descendente) e que fala a LP	26	31	57	6%
Ter nascido em Portugal, ser português ou descendente de portugueses	16	14	30	3%
Ter a identidade/alma portuguesa, identificar-se ou ser herdeiro da mesma	18	18	36	4%
Um país (ou conjunto de países) onde se fala português ou a pertença ao(s) mesmo(s)	46	35	81	9%
Pertencer a uma comunidade de Língua (conj. de falantes da LP)	49	51	100	11%
Pertencer a uma comunidade de Língua e de Cultura (numa dimensão histórica/com muitos séculos)	52	85	137	15%
Pertencer à CPLP/ a uma comunidade internacional e ou extra-europeia	3	2	5	1%
A partilha e preservação da língua, valores, história, cultura, interesses e outros aspectos identitários	30	39	69	8%
Um sentimento de pertença / de afinidade / de orgulho / de solidariedade (ter laços com os PLOP)	6	14	20	2%
Uma maneira de estar / filosofia de vida - sentido para a vida / vivência sócio-cultural de respeito	5	6	11	1%
Uma possibilidade de afirmação geo-estratégica	3	4	7	1%
Envolver-se activamente num projecto ou numa causa comum	2	9	11	1%
Ser assim reconhecido fora dos espaços de LP e/ou algo relacionado com os emigrantes lusófonos	1	1	2	0%
Conceito ambíguo / redutor / vazio de significado prático / arcaico / revela injustiça e submissão	5	8	13	1%
Nada (não significa nada/não sou lusófono/não me identifico/não faz parte do quotidiano das pessoas)	7	20	27	3%
Não sei / Não conheço a palavra / É indiscritível	8	5	13	1%
Outros significados não agrupáveis e com pouca representatividade singular	5	3	8	1%
Não Responde	1	1	2	0%
<b>Total</b>	<b>414</b>	<b>497</b>	<b>911</b>	<b>100%</b>
[p=0,255]				

<sup>205</sup> Vd. capítulo 2, “A comunidade lusófona”, pp.106-136.

A opção de resposta que reuniu maior adesão revelou que 31% dos inquiridos identificam como *lusófono* um indivíduo que fala português, tendo a língua portuguesa como sua língua materna, oficial ou de trabalho. Seguiu-se a opinião de que ser *lusófono* passa pela expressão de um sentimento de pertença, quer se trate de fazer parte de uma comunidade de língua e de cultura que tem vindo a ser alimentada ao longo dos séculos e que reflecte uma multiculturalidade imensa (15%), ou apenas de uma comunidade de língua (11%) – aqui designada como simples agregado de falantes do português.

Como podemos observar na tabela 20, foi ainda notória a inclinação para se definir como *lusófono* um país, ou conjunto de países, onde se fala a língua portuguesa – estando subjacente a pertença a esse(s) mesmo(s) país(es); bem como a descrição de *lusófono* como um indivíduo, um país ou uma comunidade que zela pela partilha e a preservação da língua portuguesa, dos valores, da história, dos interesses e de outros aspectos identitários que dizem respeito aos que a falam.

Vimos anteriormente que parece existir, não só nas esferas política, cultural e/ou académica, mas também ao nível do senso comum, uma ligação automática e quase indiscriminada entre *lusofonia* e CPLP (Guardiola, 2006: 135), no entanto, um dado que acabou por se revelar curioso é que apenas 5 dos 911 indivíduos (1%) que responderam à sondagem associaram o termo *lusófono* à pertença a essa instituição intergovernamental, contribuindo dessa forma para o fortalecimento da hipótese apresentada nesta dissertação que defende que a *comunidade lusófona* e a CPLP não são uma e a mesma realidade.

A tabela 20 permite-nos ainda analisar o que significa ser *lusófono* segundo o sexo dos inquiridos. Se realizarmos uma leitura em linha, verificamos que se destacam alguns dados com interesse particular: 1) os principais responsáveis pela escolha da segunda opção mais indicada, “pertencer a uma comunidade de língua e de cultura”, são os homens, representando 62% das 137 respostas obtidas (as mulheres representam 38%); 2) no que toca a descrever *lusófono* como a expressão de um sentimento de pertença, de afinidade, orgulho e/ou de solidariedade, são também os homens (70%) que se destacam, representando mais de metade do total de respostas; 3) o mesmo acontece na opção que indica que ser *lusófono* é envolver-se activamente num projecto ou numa causa comum, em que os homens representam 81% das respostas; 4) por último, os homens destacam-se ainda por serem aqueles que mais afirmam que a noção de



*lusófono* não tem qualquer significado para eles, representado 74% das respostas. No entanto, se fizermos uma leitura em coluna, e tivermos em linha de conta o *p value* obtido com o teste do  $\chi^2$  ( $p=0,255$ ), constatamos que, no conjunto, há uma proximidade muito grande de opiniões entre mulheres e homens, reproduzindo-se as conclusões acima mencionadas.

No que toca à análise da relação entre o significado de *lusófono* e a idade dos inquiridos podemos concluir que os mais jovens (menores de 18 anos e dos 18 aos 25 anos) apresentam maioritariamente opiniões associadas à partilha da língua e ao ser falante da mesma. Apenas 6% deste grupo etário afirma desconhecer o que significa ser *lusófono* (tabela 21).

<b>Tabela 21</b> – Resumo das opiniões sobre o que é ser lusófono segundo os grupos etários dos inquiridos													
	< 18		18-25		26-40		41-65		> 65		N/R		Total
Uma pessoa que fala português...	3	100%	18	33%	101	28%	141	32%	12	41%	7	21%	282
Uma pessoa/cidadão que nasceu num PLOP...	0	0%	5	9%	23	6%	26	6%	1	3%	2	6%	57
Ter nascido em Portugal, Ser português...	0	0%	0	0%	15	4%	13	3%	1	3%	1	3%	30
Ter/identificar-se ou ser herdeiro da identidade portug...	0	0%	5	9%	13	4%	15	3%	1	3%	2	6%	36
Um país (ou conjunto de países) onde se fala português...	0	0%	3	6%	41	12%	35	8%	0	0%	2	6%	81
Pertencer a uma comunidade de Língua...	0	0%	5	9%	41	12%	48	11%	2	7%	4	12%	100
Pertencer a uma comunidade de Língua e de Cultura...	0	0%	7	13%	52	15%	67	15%	7	24%	4	12%	137
Pertencer à CPLP/ a uma comunidade internacional...	0	0%	0	0%	2	1%	3	1%	0	0%	0	0%	5
A partilha e preservação da língua e de outros aspectos...	0	0%	5	9%	29	8%	33	8%	1	3%	1	3%	69
Um sentimento de pertença / de afinidade / de orgulho...	0	0%	0	0%	8	2%	8	2%	2	7%	2	6%	20
Uma maneira de estar / filosofia de vida...	0	0%	2	4%	3	1%	6	1%	0	0%	0	0%	11
Uma possibilidade de afirmação geo-estratégica	0	0%	0	0%	5	1%	2	0%	0	0%	0	0%	7
Envolver-se activamente num projecto ou causa comum	0	0%	0	0%	1	0%	9	2%	0	0%	1	3%	11
Ser assim reconhecido fora dos espaços de LP...	0	0%	0	0%	1	0%	1	0%	0	0%	0	0%	2
Conceito ambíguo / redutor / vazio de significado...	0	0%	0	0%	6	2%	6	1%	1	3%	0	0%	13
Nada	0	0%	1	2%	9	3%	13	3%	1	3%	3	9%	27
Não sei / Não conheço a palavra / É indiscritível	0	0%	3	6%	4	1%	4	1%	0	0%	2	6%	13
Outros significados não agrupáveis	0	0%	0	0%	2	1%	6	1%	0	0%	0	0%	8
Não Responde	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	6%	2
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>100%</b>	<b>54</b>	<b>100%</b>	<b>356</b>	<b>100%</b>	<b>436</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>911</b>
Nota: devido ao elevado número de casos em que não há respostas (assinalados pelo 0) não é possível realizar o $\chi^2$ .													

Nas idades seguintes há uma maior dispersão de opiniões, no entanto, a leitura final conduz-nos às mesmas conclusões: a maioria dos inquiridos associa o significado de *lusófono* à partilha linguística.

Observando, agora, as opiniões segundo as nacionalidades dos inquiridos (tabela 22), apercebemo-nos de que a questão da partilha de língua (identificar como *lusófono* aquele que fala a língua portuguesa) ganha maior relevância junto dos indivíduos de

“outras nacionalidades” (entre os quais 55% têm essa opinião), seguindo-se os moçambicanos (39%), os brasileiros (35%), os portugueses (31%) e os angolanos (24%).

Para os caboverdeanos inquiridos, maior do que a associação de *lusófono* aos falantes do português, é a identificação da expressão como dizendo respeito a um país onde se fala a língua portuguesa (21%), ou ainda à pertença comunitária – quer se trate de pertencer apenas a uma comunidade linguística (18%), ou ainda a uma comunidade mais abrangente, de língua e de cultura, que tem séculos de história (15%). Será que esta ênfase dada à noção de *lusófono* ligada a um território físico (país) ou simbólico (comunidade linguística/cultural) tem alguma associação com o facto de terem sido os caboverdeanos os primeiros a colocarem em vigor o estatuto de cidadão *lusófono*?

Note-se, ainda, que para os angolanos e portugueses essa dimensão comunitária tem igualmente uma expressividade significativa.

A opinião dos santomenses reparte-se um pouco por todas as opções registadas, não se destacando nenhuma em especial.

Tabela 22 – Resumo das opiniões sobre o que é ser <i>lusófono</i> segundo as nacionalidades dos inquiridos																	
	Ang.		Bras.		Cabov.		Guin.		Moç.		Port.		Sant.		Outras		Total
Uma pessoa que fala português...	15	24%	65	35%	3	8%	0	0%	12	39%	166	31%	2	20%	12	55%	278
Uma pessoa que nasceu num PLOP...	13	21%	11	6%	3	8%	5	38%	1	3%	24	5%	0	0%	0	0%	56
Ter nascido em Portugal, Ser português...	3	5%	4	2%	0	0%	0	0%	1	3%	22	4%	0	0%	0	0%	29
Ter/identificar-se com identidade portug...	1	2%	9	5%	2	5%	0	0%	1	3%	21	4%	1	10%	0	0%	35
Um país onde se fala português...	5	8%	11	6%	8	21%	0	0%	5	16%	48	9%	2	20%	2	9%	81
Pertencer a uma comunidade de Língua...	10	16%	14	8%	7	18%	0	0%	1	3%	64	12%	2	20%	2	9%	99
Pertencer a uma comunidade de L. e de C....	8	13%	23	13%	6	15%	2	15%	3	10%	90	17%	0	0%	1	5%	133
Pertencer à CPLP...	0	0%	1	1%	1	3%	0	0%	0	0%	3	1%	0	0%	0	0%	5
A partilha e preservação da língua...	0	0%	12	7%	3	8%	5	38%	3	10%	42	8%	2	20%	1	5%	68
Sentimento de pertença / de afinidade...	0	0%	6	3%	0	0%	0	0%	0	0%	12	2%	1	10%	0	0%	19
Uma maneira de estar / filosofia de vida...	1	2%	2	1%	0	0%	0	0%	0	0%	7	1%	0	0%	1	5%	11
Possibilidade de afirmação geo-estratégica	0	0%	1	1%	0	0%	0	0%	0	0%	5	1%	0	0%	1	5%	7
Envolver-se activamente num projecto...	1	2%	4	2%	0	0%	1	8%	1	3%	4	1%	0	0%	0	0%	11
Ser assim reconhecido fora...	0	0%	0	0%	1	3%	0	0%	0	0%	1	0%	0	0%	0	0%	2
Conceito ambíguo / redutor / vazio...	3	5%	5	3%	1	3%	0	0%	0	0%	4	1%	0	0%	0	0%	13
Nada	3	5%	5	3%	4	10%	0	0%	3	10%	9	2%	0	0%	0	0%	24
Não sei / Não conheço a palavra...	0	0%	9	5%	0	0%	0	0%	0	0%	3	1%	0	0%	0	0%	12
Outros significados não agrupáveis	0	0%	3	2%	0	0%	0	0%	0	0%	3	1%	0	0%	2	9%	8
Não Responde	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0
Total	63	100%	185	100%	39	100%	13	100%	31	100%	528	100%	10	100%	22	100%	891
Nota: o quadro não contempla os 20 inquiridos que não identificaram a sua nacionalidade, nem os timorenses porque destes não se obteve nenhuma resposta. Devido ao elevado número de casos em que não há respostas (assinalados pelo 0) não é possível realizar o $\chi^2$ .																	

No que toca à análise das significações apontadas como mais negativas, embora sejam em número reduzido, podemos tecer as seguintes observações: 1) é entre os angolanos que se verifica a maior percentagem (5%) dos que afirmam que *lusófono* é um conceito ambíguo, redutor e vazio de significado prático; 2) os brasileiros são os que mais indicam não conhecer a palavra (5%) e, por isso, os que mais desconhecem o que significa; 3) os caboverdeanos e os moçambicanos são os que mais apontam que a expressão não lhes diz nada (10%) – neste último caso, registe-se que a maior parte dos inquiridos moçambicanos que escolheu essa opção justificou-a com a crescente aproximação à SADC e o progressivo afastamento face à *comunidade lusófona*.

Por último, resta-nos ainda estabelecer uma relação entre os significados de *lusófono* com os grupos profissionais/ocupacionais dos inquiridos (definidos na p.279). Observemos a tabela 23 e efectuemos uma leitura em coluna.

<b>Tabela 23</b> - Resumo das opiniões (em percentagem) sobre o que é ser <i>lusófono</i> segundo os grupos profissionais dos inquiridos														
	<b>Grupos profissionais/ocupacionais</b>													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	N/R
Uma pessoa que fala português...	31%	32%	28%	37%	26%	50%	0%	0%	0%	36%	17%	0%	31%	16%
Uma pessoa que nasceu num PLOP...	2%	6%	11%	11%	7%	0%	50%	0%	50%	9%	0%	0%	0%	5%
Ter nascido em Portugal, Ser português...	8%	3%	3%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	13%	0%
Ter/identificar-se com identidade portug...	6%	4%	4%	0%	4%	0%	0%	0%	0%	2%	17%	0%	6%	5%
Um país onde se fala português...	14%	8%	10%	7%	7%	50%	0%	0%	0%	11%	50%	33%	6%	11%
Pertencer a uma comunidade de Língua...	10%	10%	14%	15%	22%	0%	0%	0%	0%	8%	17%	33%	13%	16%
Pertencer a uma comunidade de L. e de C....	14%	16%	11%	11%	26%	0%	0%	100%	0%	11%	0%	0%	13%	16%
Pertencer à CPLP...	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
A partilha e preservação da língua...	8%	8%	8%	4%	7%	0%	0%	0%	0%	8%	0%	0%	0%	0%
Sentimento de pertença / de afinidade...	2%	2%	1%	0%	0%	0%	50%	0%	0%	0%	0%	0%	6%	11%
Uma maneira de estar / filosofia de vida...	0%	1%	3%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	3%	0%	0%	6%	0%
Possibilidade de afirmação geo-estratégica	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Envolver-se activamente num projecto...	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	6%	0%
Ser assim reconhecido fora...	0%	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%
Conceito ambíguo / redutor / vazio...	2%	2%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%
Nada	0%	3%	1%	7%	0%	0%	0%	0%	0%	6%	0%	0%	0%	5%
Não sei / Não conheço a palavra...	4%	1%	3%	0%	0%	0%	0%	0%	50%	2%	0%	33%	0%	5%
Outros significados não agrupáveis	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	2%	0%	0%	0%	5%
Não Responde	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Nota:</b> devido ao elevado número de casos em que não há respostas (assinalados pelo 0) não é possível realizar o $\chi^2$ .														

Se excluirmos os grupos 6 (agricultores e pescadores), 7 (operários), 8 (operadores de máquinas), 9 (trabalhadores não qualificados), 11 (domésticos) e 12

(desempregados) – onde o número total de respostas não ascendeu as seis, obtemos resultados muito semelhantes aos anteriores, na medida em que em todos os grupos profissionais sobressai a opinião de que *lusófono* é um indivíduo que fala a língua portuguesa, ou um termo que expressa algo relacionado com afinidades linguísticas.

Em suma, o que os dados indicam, é que, apesar de algumas oscilações, sobretudo ao nível da nacionalidade, a maioria dos respondentes associa, o ser *lusófono* a um indivíduo que fala a língua portuguesa, ou a alguém que pertence a uma comunidade cultural vasta, ou apenas a uma comunidade linguística.

## Pergunta 2. O conceito *lusófono* é-lhe familiar?

Tabela 24 – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i>		
	Totais	%
Sim	836	91%
Não	69	8%
N/R	6	1%
	911	100%

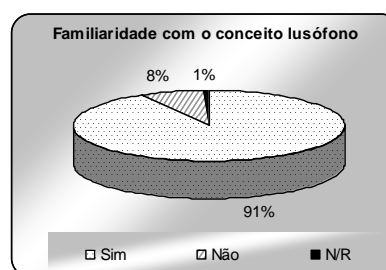


Gráfico 4

Uma vez que 91% dos inquiridos responderam que estavam familiarizados com o conceito *lusófono*, uma vez mais, os resultados obtidos contrariaram a hipótese de partida (tabela 24 e gráfico 4). Das 836 respostas afirmativas, apenas 12 pessoas (1%) referiram que o seu nível de familiaridade era vago, permitindo-nos admitir que, de facto, a noção é entendível para a maioria dos que responderam à sondagem.

Face ao elevado número de respostas afirmando uma familiaridade com o termo, surgem-nos algumas interrogações:

- 1) Será que essa familiaridade, apesar das indefinições académicas e políticas sobre o que significa ser *lusófono*, se deve ao facto de mais de metade dos inquiridos (68%) se encontrar entre os “Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas” e dominar, portanto, a linguagem dos ‘conceitos’ e do ‘raciocínio abstracto’? Se tivéssemos obtido mais respostas de indivíduos que exercem profissões para as quais não é exigido esse domínio, os resultados seriam os mesmos? Terá essa familiaridade com a linguagem e o raciocínio abstracto correspondência noutros domínios mais práticos?

- 2) Será que a ideia de que frequentemente ouvimos falar na academia, nos media e nos discursos vindos da sociedade civil, por exemplo, de falta de esclarecimento conceptual sobre o que significa *lusófono*, não tem correspondência ao nível do senso comum e, por isso, boa parte das pessoas – mais que não seja por dedução lógica (baseada na etimologia do termo) – sabe do que falamos quando usamos o conceito?
- 3) Ou será ainda que o termo pode ser usado por uma questão de hábito – e reproduzido pela quantidade de vezes que é ouvido, mesmo sem se conhecer na realidade o seu significado? A título ilustrativo pense-se nas expressões da ecologia ou da finança (buraco de ozono, aquecimento global, inflação...). De tanto se usar, especialmente nos media, é comum ouvi-las entre indivíduos de todas as idades, de ambos os sexos, das mais variadas proveniências sociais, com diferente qualificações académicas e de todas as nacionalidades. Talvez poucos tenham conhecimentos sustentados, mas em termos gerais todos parecem, aparentemente, saber do que se trata.

Donal Davidson (2001) chamou de “caridade interpretativa” ao facto de a maioria dos utilizadores (activos ou passivos) de um termo, ainda que não o aceite e/ou não concorde com as acepções do mesmo, ainda que não o domine teoricamente, estar predisposta a ser condescendente com a sua utilização (ou até mesmo tentar ‘incorporá-lo’, adaptando-o), por acreditar, à partida, que a realidade que invoca pode fazer sentido para uma maioria. Será esta a situação perante o termo ‘lusofôno’?

Como referimos anteriormente, uma vez que as questões seguiram ‘abertas’, os respondentes poderiam optar por expressar-se para além do “sim” e do “não”. Recorrendo a essa mais-valia do trabalho, procurámos mais alguns detalhes que nos pudessem ajudar a compreender o elevado grau de familiaridade obtido no cômputo geral. Apurámos o seguinte:

<b>Tabela 25</b> – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo as respostas positivas			
<b>O conceito <i>lusófono</i> é-lhe familiar?</b>	Sim	645	77%
	Muito/Bastante	57	7%
	Claro/Sem dúvida/Naturalmente	37	4%
	Sim, mas...	97	12%
		<b>836</b>	<b>100%</b>

Embora a maioria (77%) se tenha limitado a responder “sim”; houve ainda três posicionamentos distintos: aqueles que alegam que o conceito lhes é muito familiar (7%); os que “indubitalmente” afirmam que sim (4%); e, os que, apesar de assumirem uma familiaridade com a noção, têm algumas reticências em assumi-lo plenamente. Entre os motivos mais apontados para esta última situação, apurámos que giram em torno de quinze situações específicas:

<b>Tabela 26</b> – Reservas quanto à familiaridade com o conceito <i>lusófona</i> (ordem decrescente)			
Sim, mas...		<b>Total</b>	<b>%</b>
	“vagamente” / “relativamente” / “não o conheço profundamente”	22	23%
	“não concordo com a aceção da palavra”	11	11%
	“apenas do ponto de vista académico”	9	9%
	“tenho a certeza que para a maioria dos cidadãos não é”	8	8%
	“apenas em termos linguísticos”	7	7%
	“só pelo que ouço/leio em artigos de opinião pública”	7	7%
	“é pouco divulgado”	7	7%
	“por questões de trabalho”	5	5%
	“só em termos abstractos” / “não tem sentido prático”	5	5%
	“apenas do ponto de vista político”	4	4%
	“por causa da existência da CPLP”	4	4%
	“só por estar em Portugal”	3	3%
	“não tenho nenhuma afeição por ele”	2	2%
	“é muito ambíguo”	2	2%
	“nunca tinha pensado nisso”	1	1%
		<b>97</b>	<b>100%</b>
Nota: No caso de um inquirido emitir mais do que uma opinião, foi considerada apenas a primeira.			

Verificamos que, entre os 97 que alegam ter algumas reservas quanto à familiaridade com o conceito, 23% afirmam que essa familiaridade é relativa porque o seu conhecimento é vago; 11% dizem-se familiarizados, apesar de não concordarem com aceção da palavra; 9% têm uma familiaridade parcial que se restringe ao ponto de vista académico, e, 8% alegam que, apesar de se sentirem familiarizados, consideram que a maioria dos cidadãos dos países de língua portuguesa não o se sente.

Embora a opinião destes 97 respondentes represente uma minoria entre os 836 que se sentem familiarizados com o conceito, a opinião que emitem parece ir ao arrepio da hipótese de “caridade interpretativa” a que alude Donal Davidson; ou seja, sentem-se familiarizados, usam-no (na academia ou por motivos profissionais, por exemplo), mas não o conhecem bem, ou conhecem-no parcialmente (só do ponto de vista académico, político ou linguístico), e alguns não concordam com a sua aceção.

Tal como notámos no quarto capítulo dedicado à produção cultural, também aqui, a dimensão ‘interpretativa’ parece assumir papel de destaque na produção de um sentido, mais ou menos comum, para a noção *lusófono*. Verificamos que entre os 97 respondentes, alguns aludem à esfera académica, dos media, da política ou da linguística, como fontes de produção de sentidos, que os ajudam a compreender a noção. Daí Stanley Fish (1980) defender que as interpretações são culturalmente construída no seio de um *colectivo*.

Analisando agora a familiaridade com o conceito segundo o sexo dos inquiridos (tabela 27), observamos que não existem diferenças significativas entre homens e mulheres.

**Tabela 27** – Familiaridade com o conceito *lusófono* segundo o sexo dos inquiridos

	Sim		Não		N/R		Total
Homens	459	55%	36	52%	2	33%	497
Mulheres	377	45%	33	48%	4	67%	414
<b>Total</b>	<b>836</b>	<b>100%</b>	<b>69</b>	<b>100%</b>	<b>6</b>	<b>100%</b>	<b>911</b>

[p=0,661] Nota: o valor de *p* não contempla as N/R

No que toca à relação entre a familiaridade com o conceito e as idades dos inquiridos, observamos (tabela 28) que há uma tendência em todos os grupos etários para a resposta afirmativa; no entanto, e de acordo com o valor de *p*, podemos concluir que existem diferenças entre os grupos etários, sendo os mais familiarizados com o significado de *lusófono*, os mais velhos (note-se que todos responderam afirmativamente), e os menos familiarizados, os mais novos (menores de 25 anos).

**Tabela 28** – Familiaridade com o conceito *lusófono* segundo a idade dos inquiridos (por grupos etários)

	Sim		Não		N/R		Total
< 18	2	67%	1	33%	0	0%	3
18-25	45	83%	9	17%	0	0%	54
26-40	327	92%	29	8%	0	0%	356
41-65	405	93%	29	7%	2	0%	436
> 65	29	100%	0	0%	0	0%	29
N/R	28	85%	1	3%	4	12%	33
<b>Total</b>	<b>836</b>		<b>69</b>		<b>6</b>		<b>911</b>

[p=0,019] Nota: o valor de *p* não contempla as N/R

Já no que toca à nacionalidade (tabela 29), podemos observar que existe um grau de diferença entre nacionalidades no que toca, sobretudo, à não familiaridade com o

conceito de *lusófono*: é entre o grupo dos brasileiros que se verifica a maior falta de familiaridade com o termo (18%), seguindo-se o grupo dos guineenses (15%).

Os caboverdeanos são os que menos se sentem distantes do conceito (3%); assim como os portugueses (4%).

<b>Tabela 29 – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo a nacionalidade dos inquiridos</b>							
	Sim		Não		N/R		Total
Angolana	57	90%	5	8%	1	2%	63
Brasileira	151	82%	33	18%	1	1%	185
Caboverdeana	38	97%	1	3%	0	0%	39
Guineense	11	85%	2	15%	0	0%	13
Mozambicana	28	90%	3	10%	0	0%	31
Portuguesa	506	96%	21	4%	1	0%	528
Santomense	9	90%	1	10%	0	0%	10
Outras	20	91%	2	9%	0	0%	22
N/R	16	80%	1	5%	3	15%	20
<b>Total</b>	<b>836</b>		<b>69</b>		<b>6</b>		<b>911</b>
[p=0,001] Nota: o valor de <i>p</i> não contempla as N/R							

Avançando agora para a relação entre a familiaridade com o conceito e as profissões dos inquiridos (tabela 30), verificamos que não existem diferenças significativas entre os grupos profissionais. Repare-se, por exemplo, que os “Especialistas de Profissões Intelectuais e Científicas”, estão tão familiarizados com o conceito (94%), como os profissionais dos “Serviços e Vendedores” (93); ou, que os “Quadros superiores” apresentam exactamente os mesmos valores do que os profissionais “Não qualificados”.

<b>Tabela 30 – Familiaridade com o conceito <i>lusófono</i> segundo a profissão dos inquiridos (por grupos profissionais)</b>							
	Sim		Não		N/R		Total
Quadros Superiores	44	86%	7	14%	0	0%	51
Especialistas	579	94%	35	5%	4	1%	614
Técnicos Intermédios	64	90%	7	10%	0	0%	71
Administrativos	24	89%	3	11%	0	0%	27
Serviços e Vendedores	25	93%	2	7%	0	0%	27
Estudantes	55	83%	11	17%	0	0%	66
“Não qualificados” <sup>206</sup>	6	86%	1	14%	0	0%	7
Outros	23	92%	2	8%	0	0%	25
N/R	16	84%	1	5%	2	11%	19
<b>Total</b>	<b>836</b>		<b>69</b>		<b>6</b>		<b>911</b>
[p=0,058] Nota: o valor de <i>p</i> não contempla as N/R							

<sup>206</sup> Para se conseguir realizar o  $\chi^2$ , tivemos de fazer algumas agregações de grupos, tendo optado por constituir um primeiro grupo de “trabalhadores não qualificados”: agricultores e pescadores, operários, operadores de máquinas e outros trabalhadores não qualificados; e um segundo grupo, designado “Outros” sobre os quais desconhecemos a formação/profissão: domésticos, desempregados e reformados.



### Pergunta 3. Sente-se parte da *Comunidade Lusófona*?

**Tabela 31** – Sentimento de pertença à *Comunidade Lusófona*

	Totais	%
Sim	719	79%
Não	179	20%
N/R	13	1%
	<b>911</b>	<b>100%</b>

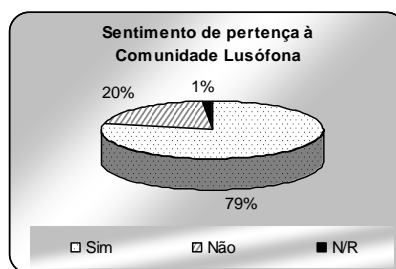


Gráfico 5

À semelhança do sucedido nas perguntas anteriores, também os resultados obtidos nesta questão (“sente-se parte da *comunidade lusófona*?”) contrariaram a pressuposição de que nos chegaria um elevado número de respostas negativas (tabela 31 e gráfico 5). Foi com surpresa que verificámos que 79% dos inquiridos se sentem parte da referida *comunidade*, contra 20% que não se sentem parte da mesma e 1% que não responde.

Esmiuçando os resultados por sexo (tabela 32), verificamos que entre os 719 que se sentem parte da *comunidade lusófona*, 53% são homens e 47% são mulheres – não se registando uma relação directa da variável em estudo com o sexo dos inquiridos. No entanto, se nos concentrarmos nos 179 que não se consideram parte integrante da referida *comunidade*, verificamos que há uma maior negação por parte dos homens (60%) do que por parte das mulheres (40%).

**Tabela 32** – Sentimento de pertença à *comunidade lusófona* segundo o sexo dos inquiridos

	Sim		Não		N/R		Total
Homens	383	53%	107	60%	7	54%	497
Mulheres	336	47%	72	40%	6	46%	414
<b>Total</b>	<b>719</b>	<b>100%</b>	<b>179</b>	<b>100%</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>	<b>911</b>
[p=0,118]							

No que toca ao cruzamento do sentimento de pertença com a idade (tabela 33), registamos em todos os grupos etários uma clara concentração no conjunto dos que se sentem parte da *comunidade lusófona*, sendo que nos extremos essa concentração foi maior. A percentagem dos que se excluem da referida *comunidade* é muito semelhante nos três grupos etários intermédios – os mais numerosos.

<b>Tabela 33</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo a idade dos inquiridos (por grupos etários)							
	Sim	%	Não	%	NR	%	Total
< 18	3	100%	0	0%	0	0%	3
18-25	44	81%	9	17%	1	2%	54
26-40	280	79%	73	21%	3	1%	356
41-65	342	78%	89	20%	5	1%	436
> 65	27	93%	1	3%	1	3%	29
N/R	23	70%	7	21%	3	9%	33
<b>Totais</b>	<b>719</b>		<b>179</b>		<b>13</b>		<b>911</b>
[p=0.223]							

No tocante ao sentimento de pertença à *comunidade lusófona* de acordo com as nacionalidades em estudo (tabela 34), verifica-se que foi elevado em praticamente todas elas; destacando-se, com 85%, os portugueses, com 74% os brasileiros e caboverdeanos, e, com 70% os angolanos. A percentagem obtida entre os portugueses contraria a tese do antropólogo americano, Timothy Sieber (2002), que sugere que os portugueses se auto-excluem da categoria ‘lusófonos’, reservando-a para as ex-colónias e os seus naturais.

<b>Tabela 34</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo a nacionalidade dos inquiridos							
	Sim		Não		N/R		Total
Angolana	44	70%	18	29%	1	2%	63
Brasileira	137	74%	44	24%	4	2%	185
Caboverdeana	29	74%	10	26%	0	0%	39
Guineense	8	62%	5	38%	0	0%	13
Moçambicana	21	68%	10	32%	0	0%	31
Portuguesa	447	85%	76	14%	5	1%	528
Santomense	5	50%	5	50%	0	0%	10
Outras	15	68%	7	32%	0	0%	22
N/R	13	65%	4	20%	3	15%	20
<b>Total</b>	<b>719</b>		<b>179</b>		<b>13</b>		<b>911</b>
[p=0.001]							

É curioso notar que a percentagem foi ainda significativa (68%) mesmo entre os indivíduos de outras nacionalidades – o que indica que é possível existir mesmo entre os que não nasceram num país ou espaço de língua portuguesa, um sentimento de pertença a uma *comunidade* que, aparentemente, não lhes é estranha.

Vimos anteriormente que Zygmunt Bauman, analisando a formação comunitária, sublinhara que o eixo estruturante da mesma passa por «um sentimento recíproco e

vinculante [e por uma] vontade real e própria daqueles que se unem; e é graças a esse entendimento, e somente a esse entendimento, que na comunidade as pessoas permanecem essencialmente unidas a despeito de todos os factores que as separam.» (Bauman, 2003: 15-16). Nesta ordem de razão, é possível que estes 68% de respondentes, que não nasceram em, nem têm a nacionalidade de um país lusófono, se sintam parte da *comunidade lusófona*, por assim o desejarem, e por encontrarem na partilha da língua ou num laço afectivo o elo comunitário. Analisando as respostas uma a uma, verificou-se que esses inquiridos se sentem parte da *comunidade lusófona* por estarem a aprender a língua portuguesa, por trabalharem ou estudarem num país ou espaço de língua portuguesa ou, ainda, porque se casaram com um nacional do espaço *lusófono*.

A pertença a uma *comunidade* permanece, nestes termos, como algo imaginado e socialmente construído, como deixámos sugerido no segundo capítulo quando alegámos que uma *comunidade* se vai constituindo na reunião de potenciais membros, na convergência de interesses comuns, em torno de um ou mais traços identitários partilhados, sobre uma aprendizagem cooperativa e processos abertos de colaboração; mesmo que tudo isto se passe num plano simbólico ou imaginado – como refere Benedict Anderson (1994).

Os santomenses foram os que mais se mostraram divididos, sendo que 50% dos mesmos responderam afirmativamente e outros 50% negativamente. Entre os que declararam que não se sentiam parte da *comunidade*, e excluindo o caso dos santomenses, destacam-se os guineenses (38%). Uma possível leitura destes resultados pode tecer-se a partir da situação conjuntural vivida na Guiné-Bissau durante o período de vigência desta sondagem – que poderá ter influenciado a forma como os indivíduos responderam. Recorde-se que o país vivia, à data (Maio-Julho de 2009), momentos de grande instabilidade interna motivada por mais uma tentativa de golpe de Estado, com o falecimento de decisores políticos, e distúrbios urbanos. Face a esse cenário, alguns altos dirigentes e intelectuais guineenses interpelavam a CPLP para que pudesse tomar um papel activo na busca de paz, criticando-a de inoperância<sup>207</sup>.

---

<sup>207</sup> Vd. <http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Tentativa-de-golpe-de-Estado-abortada-na-Guine-Bissau.rtp&headline=20&visual=9&tm=7&article=224804>.

Analisando agora a relação entre o sentimento de pertença à *comunidade lusófona* e os grupos profissionais/ocupacionais (tabela 35), verificou-se que este é especialmente elevado (88%) entre o grupo dos “outros” (Reformados, Domésticos e Desempregados), entre o pessoal dos serviços e vendedores (85%), entre os quadros superiores (84%), e entre os administrativos (81%).

<b>Tabela 35</b> – Sentimento de pertença à <i>Comunidade Lusófona</i> segundo a profissão dos inquiridos (por grupos profissionais)							
	Sim		Não		N/R		Total
Quadros Superiores	43	84%	7	14%	1	2%	<b>51</b>
Especialistas	483	78%	126	20%	9	1%	<b>618</b>
Técnicos Intermédios	54	76%	17	24%	0	0%	<b>71</b>
Administrativos	22	81%	5	19%	0	0%	<b>27</b>
Serviços e Vendedores	23	85%	4	15%	0	0%	<b>27</b>
Estudantes	52	79%	14	21%	0	0%	<b>66</b>
“Não qualificados” <sup>208</sup>	6	75%	0	0%	2	25%	<b>8</b>
Outros	21	88%	3	13%	0	0%	<b>24</b>
N/R	15	79%	3	16%	1	5%	<b>19</b>
<b>Total</b>	<b>719</b>		<b>179</b>		<b>13</b>		<b>911</b>
[p=0,755] Nota: o valor de <i>p</i> não contempla as 13 N/R							

Da minoria que respondeu não se sentir parte da *comunidade*, a percentagem mais elevada encontra-se no grupo dos técnicos intermédios (24%), no dos estudantes (21%) e no dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (20%). Sublinhe-se, no entanto, que o conjunto dos dados parece indicar que não existem diferenças significativas entre grupos profissionais/ocupacionais quanto ao sentimento de pertença a uma comunidade transnacional com base na partilha da língua.

À semelhança da análise efectuada para a pergunta anterior, também aqui sentimos necessidade de recorrer às repostas mais extensas para tentar descobrir algo mais sobre o elevado número de respondentes que se sente parte da *comunidade lusófona* (tabela 36). Apurámos o seguinte:

Uma boa parte dos que afirmaram que se sentiam parte da *comunidade lusófona* limitaram-se a dizer “sim” (59%); no entanto, houve ainda uma outra parte (41% – o que é significativo), que optou por explicar em que medida se sentia parte dessa mesma comunidade.

<sup>208</sup> Para se conseguir realizar o  $\chi^2$ , tivemos de fazer algumas agregações de grupos, tendo optado por constituir um primeiro grupo de “trabalhadores não qualificados”: agricultores e pescadores, operários, operadores de máquinas e outros trabalhadores não qualificados; e um segundo grupo, designado “Outros” sobre os quais desconhecemos a formação/profissão: domésticos, desempregados e reformados.

<b>Tabela 36</b> – Sentimento de pertença à <i>comunidade lusófona</i> segundo as respostas positivas			
<b>O conceito <i>lusófona</i> é-lhe familiar?</b>	Sim	423	59%
	Muito/Bastante	11	2%
	Claro/Sem dúvida/Naturalmente	96	13%
	Orgulhosamente/ Felizmente	20	3%
	Sim, mas...	169	24%
		<b>719</b>	<b>100%</b>

Como podemos observar na tabela 36, 13% dos 719 que responderam afirmativamente, alegaram não ter quaisquer dúvidas sobre a sua pertença à *comunidade* (sendo óbvio que essa pertença é natural e/ou inquestionável); 3% expressaram um sentimento de orgulho e/ou felicidade por assim ser; 2% referiram que o sentimento de pertença é muito acentuado; e, 24% afirmaram que, apesar de pertencer à comunidade, têm algumas reservas quanto a esse facto. Entre os motivos mais indicados, destacamos (tabela 37):

<b>Tabela 37</b> – Reservas quanto ao sentimento de comunidade <i>lusófona</i> (ordem decrescente)			
<b>Sim, mas...</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>
	"de forma pouco profunda" / "não há um envolvimento prático"	31	18%
	"apenas em termos linguísticos e/ou cultural"	30	18%
	"não tenho opção, faz parte da nossa história"	20	12%
	"a lusofonia não tem (ainda) influência na vida dos cidadãos comuns"	12	7%
	"especialmente fora dos países de língua portuguesa"	11	7%
	"devia haver mais interacção/conhecimento/cooperação entre países"	10	6%
	"apesar das dificuldades de acordo linguístico"	9	5%
	"existe discriminação dentro da comunidade, de país para país"	8	5%
	"apenas a nível afectivo" / "utopicamente"	8	5%
	"sinto-me parte de uma comunidade, dentro de uma comunidade mais vasta"	5	3%
	"a CPLP deveria estar mais representada" / "agir mais"	4	2%
	"na mesma medida que me sinto parte da Europa"	4	2%
	"na mesma medida que me sinto português"	4	2%
	"apenas profissionalmente"	4	2%
	"apesar de saber que não é uma comunidade para a população em geral"	3	2%
	"apenas em países lusófonos"	2	1%
	"temos de defender mais a língua portuguesa"	2	1%
	"a comunidade não tem expressão política"	1	1%
	"embora esta esteja a ser diluída pela comunidade anglo-americana"	1	1%
		<b>169</b>	<b>100%</b>
Nota: No caso de um inquirido emitir mais do que uma opinião, foi considerada apenas a primeira.			

Em bom rigor, estas 169 opiniões não mudam o cenário positivo traçado quanto à pertença à *comunidade lusófona*, no entanto, abrem pistas para entendermos que o mesmo não é, no cômputo geral, homogéneo. Há opiniões emitidas que nos permitem pensar, a um nível pragmático, questões como o facto de os respondentes não se sentirem envolvidos profundamente e de forma prática na comunidade (18%); de se sentirem ligados à comunidade apenas pela língua ou por alguns traços culturais (18%); de constatarem que a integram sem opção, por uma inevitabilidade histórica (12); ou, por exemplo, de observarem que a lusofonia não tem ainda influência no quotidiano da maioria dos cidadãos dos países de língua portuguesa (7%).

#### **6.2.5. Considerações finais sobre os resultados obtidos**

A sondagem de opinião levada a cabo através do método de “bola de neve” por vias electrónicas, tendo alcançado 911 indivíduos do espaço *lusófono*, permitiu-nos conhecer um leque alargado de opiniões e formas de entendimento sobre o que significa, nos espaços e países de língua portuguesa, ser *lusófono*, sobre a familiaridade ou não com o conceito e ainda sobre as considerações tecidas acerca da própria *comunidade lusófona*.

É certo que as 911 respostas obtidas, em virtude do método de sondagem adoptado, não são representativas de um universo de potenciais falantes de língua portuguesa. Ainda assim, e porque seria impossível escrutinar todo o universo no âmbito desta dissertação de doutoramento, consideramos os resultados obtidos através desta sondagem como um instrumento de análise com mais-valias interessantes, que aqui se constitui como uma espécie de janela para explorar aspectos particulares das temáticas em estudo.

Um dos principais objectivos da sondagem passava por apurar o que, nos países e espaços de língua portuguesa, se entenderia por *lusófono(a)*. Embora se tenha considerado inicialmente que o número de respostas a essa pergunta seria reduzido e que revelaria um grande desconhecimento face à palavra, os dados obtidos revelaram que a grande maioria dos inquiridos (93%) ensaiou um significado para a expressão; apenas 3% dos inquiridos referiram que a mesma não lhes dizia nada; 1% sentiu dificuldade em sintetizar o seu significado, argumentando que se trata de uma noção ambígua e/ou redutora e por isso de difícil definição; e também 1% afirmou desconhecer a palavra em causa.

Na opinião de 31% dos inquiridos, *lusófono* reporta-se a um indivíduo que fala português; para outros 26%, ser *lusófono* passa pela expressão de um sentimento de pertença a uma comunidade linguística, cultural e/ou histórica que une pessoas de diferentes continentes. Não se notando diferença entre as opiniões de homens e mulheres, verifica-se, no entanto que, entre os primeiros, se encontram preferencialmente os respondentes mais novos, os de “outras nacionalidades” (que não as lusófonas) e os profissionais com menores qualificações; entre os segundos, destacam-se os mais velhos; os caboverdeanos, portugueses e angolanos; e os profissionais de serviços e vendas e os reformados. Estando os mais velhos e os respondentes aposentados no grupo que dá maior ênfase ao sentimento de pertença, pode isto querer significar que a dimensão afectiva, que gera elos comunitários, vai perdendo valor, conforme nos aproximamos de idades mais jovens?

No que toca à familiaridade dos inquiridos com o termo, notou-se uma elevada percentagem dos que se sentem familiarizados com o mesmo (91%); sendo muito baixa e praticamente insignificante a percentagem dos que não estão familiarizados (8%) ou dos que não respondem à pergunta (1%). Mais uma vez, não se observaram diferenças entre a opinião de homens e mulheres. Mas verifica-se que é entre os mais velhos; os caboverdeanos e os portugueses; e entre os aposentados, os quadros superiores e os profissionais de serviços e vendas, onde se observa uma maior familiaridade com a noção *lusófono*.

Em relação ao sentimento de pertença à chamada *comunidade lusófona*, 79% dos inquiridos responderam afirmativamente, 20% negativamente e 1% optou por não responder. Não se observam diferenças significativas de opinião entre os dois sexos, nos diferentes grupos etários e entre os grupos profissionais, mas, no caso das nacionalidades, destacam-se os portugueses, os brasileiros e os caboverdeanos como aqueles que têm um maior sentimento de pertença à *comunidade lusófona*.

Em suma, os resultados obtidos junto destes 911 inquiridos revelam que a grande maioria se sente inteirada do significado de *lusófono*, está familiarizada com o conceito e se sente parte da *comunidade lusófona*. Com particular interesse, destaca-se a maior afinidade sentida pelos mais velhos com uma comunidade transnacional predicada nos elos comunitários linguísticos, culturais e históricos; a maior familiaridade com a noção *lusófono* e um maior sentimento de pertença à *comunidade* por parte dos caboverdeanos e dos portugueses; o maior desconhecimento face à noção por parte dos brasileiros; a divisão dos santomenses (metade/metade) quanto à pertença;

o maior afastamento dos guineenses e moçambicanos face à inclusão na comunidade; e a significativa percentagem de respondentes de outras nacionalidades (não lusófonas) que se sentem parte da *comunidade*.

Resta saber se este cenário é extensível aos que ficaram de fora da sondagem. Tendo presente a metodologia de inquirição seguida, será que existe efectivamente um claro conhecimento no que toca a estas matérias, e uma tão elevada adesão à *comunidade lusófona*?

A hipótese que aqui avançamos é a de que as conclusões por ora obtidas não se reproduzem nos estratos menos qualificados e mais alheados dos meios de comunicação global. Parece-nos que, apesar dos avanços reconhecidos (trabalho e materiais produzidos por vários organismos intergovernamentais, por associações, institutos, académicos, cientistas sociais e outras entidades e indivíduos do espaço *lusófono*), haverá uma boa parcela de pessoas que não tem qualquer contacto (ou possibilidade física de ligação) com as formas de expressão da *lusofonia*, e que desconhece, portanto, os significados de *lusófono* e *comunidade lusófona*, bem como todas as possíveis realidades que lhes estejam anexas ou adjacentes.

O ex-secretário executivo da CPLP, Luís Fonseca, constata em 2006 – por altura da comemoração do décimo aniversário da instituição que então dirigia – que tem havido um interesse cada vez mais consistente dos cidadãos do espaço *lusófono* em contribuir para o desenvolvimento da *comunidade*. «Disso é expressão o elevado número de organizações que já foram criadas e continuam a surgir, com o objectivo de conjugar esforços para promover interesses comuns dos cidadãos e procurar sinergias através de iniciativas conjuntas nos domínios mais diversos, estendendo-se da saúde à educação, da cultura à acção humanitária, do desenvolvimento comunitário ao meio-ambiente» (Fonseca, 2007: s/p). No entanto, é importante reconhecer que, apesar dos sucessos, a *comunidade* ainda parece ser uma realidade restrita aos cidadãos das elites dos espaços e países de língua portuguesa – seja por não se ter conseguido, através da metodologia seguida, alcançar uma amostra representativa, seja por estádios de desenvolvimento muito desiguais dos espaços e países do espaço comunitário.



### 6.3. Conclusões

A esfera de produção literária, a que aludimos na primeira parte do capítulo, enforma um “mundo social” mais vasto. Como vimos, a literatura não se esgota em si mesma, completa-se através da publicação, das apresentações públicas, dos prémios, das bibliotecas, dos leitores e dos críticos – processos e agentes que lhe conferem boa parte do valor social que possa adquirir, incluindo o económico (Zolberg, 1990).

Na acepção de Howard Becker (1982), um mundo social é constituído por um conjunto de agentes, actividades ou interesses comuns, ligados entre si por uma rede de comunicação. É, geralmente, amorfo e possui uma forma social difusa, sem limites espaciais ou uma população de participantes bem definidos.

Do ponto de vista do autor, a arte (de que a literatura faz parte) é uma construção social que pode ser mais bem compreendida quando observada a partir das redes de troca, partilha e cooperação que se estabelecem entre os diversos agentes imbricados na sua produção, difusão e divulgação. Ou seja, Becker propõe que a análise sociológica do mundo das artes, mais do que centrar-se na análise da arte como fenómeno social, a partir do artista ou da obra de arte, deve interessar-se em estudar as redes de interacção que se criam para que um “mundo artístico” (neste caso o literário) seja reconhecido como tal. Desta forma, toda a produção artística, à semelhança do que acontece noutras actividades humanas, envolve a participação conjunta de um determinado, e por vezes elevado, número de agentes – que tanto podem cooperar de forma efémera, como rotineira; mas que, de qualquer das formas, dão origem a micro-comunidades a que o autor chama de “mundos artísticos”.

Em bom rigor, a análise beckeriana pode conduzir a uma leitura marxista, referente à natureza mercantil das obras de arte no capitalismo. No entanto, aquilo que o autor sublinha é que, embora a arte não esteja inerte a considerações de mercado, nem a lógicas de poder político estatais ou a interesses académicos e/ou institucionais, ela não pode, nem deve, ser reduzida, simplisticamente, a transações financeiras de meia-dúzia de estetas ou a armas políticas de elites governamentais; porque, assim acontecendo, perde-se-ia toda a riqueza que a análise sociológica da arte produz.

Vimos que, de facto, a esfera da literatura *lusófona* não escapa ao domínio mercantil, nem às lógicas de poder político (seja como forma de reivindicação, seja como expressão apologética); no entanto, a acção dos escritores em cooperação com os

diversos agentes que cativam e mobilizam (seja na realização de um encontro entre escritores, na elaboração de uma antologia de poemas, na criação de comunidades virtuais – *blogs*, páginas de *internet*, grupos de fãs e/ou leitores) deixa antever que há dinâmicas sociais a fervilhar no espaço literário *lusófono* – como acontece, de resto na esfera da música, do cinema ou do teatro. A constituição deste “mundo social”, por muito amorfo e sem um conjunto de participantes delimitado que seja, produz, ao nível das práticas quotidianas, uma série de iniciativas que não convém descurar – apesar de toda a descrença que se possa ter quanto à efectividade de uma *comunidade lusófona* mais vasta e englobante.

*Comunidade* essa que, como vimos na segunda parte deste capítulo, através dos resultados da sondagem de opinião, não parece, afinal, assim tão distante (pelo menos de uma parte) dos falantes da língua portuguesa. A sondagem permite-nos concluir que, apesar das duras críticas que surgem tanto no campo científico como no político-social às bases ideológicas da construção de tal projecto, aos motivos que levaram à sua criação ou ao seu *modus operandi*, a *comunidade lusófona* parece invocar, mais do que um espaço que traz recorrentemente à memória relacionamentos de indiferença ou de conflito, dinâmicas “fundadas em especiais laços de solidariedade” (Leitão, 2009), o estabelecimento de alianças e o aproveitamento de sinergias que a globalização possibilita, sejam elas no campo cultural, político-institucional e/ou económico.

Chegados a este ponto, parece-nos importante frisar que os “mundos da *lusofonia*”, revelados pelos dados empíricos recolhidos (tanto através das entrevistas, da sondagem, dos estudos particulares sobre a acção do IPLB, do IILP, das associações de imigrantes *lusófonos* ou dos próprios falantes da língua portuguesa), indicam que, apesar das reservas quanto ao pendor político, ideológico e/ou institucional da *comunidade lusófona*, os efeitos performativos<sup>209</sup> que decorrem não apenas da retórica, mas do que designámos como as práticas da *lusofonia* (como práticas que fazem a transição do imaginado ao operativo), têm enraizamentos específicos que em termos científicos não podemos deixar de lado.

Seja a nível da vontade política (entre as instituições de decisão de topo dos países e espaços de língua portuguesa), seja a nível da prática cultural de base, a multiplicação de situações em que o termo *lusófono* surge para definir o desejo de convergência e de traçar metas de acção (nos mais variados campos) é uma realidade

---

<sup>209</sup> Vd. p.34.

que tem vindo, nestas últimas décadas, a ganhar relevância. O percurso tem sido por vezes sinuoso, mas o contexto actual mostra que há um número crescente de iniciativas, nem sempre convergentes, mas que concorrem para a mobilização em torno de uma ideia: a consolidação de uma *comunidade* que reúna os indivíduos, as instituições, os espaços e países de língua portuguesa – sem que estes percam as suas características (nacionais ou outras).

## Capítulo 7 – Considerações finais

A *comunidade lusófona* é um colectivo em formação. Oferece, por isso, aos cientistas sociais uma oportunidade, praticamente única, de observar, registar, analisar, compreender e explicar o aparecimento de propriedades, dinâmicas e construções que no dia-a-dia se vão tornando recorrentes (eventualmente rotinas) para os indivíduos, os micro-colectivos de que fazem parte, as redes sociais em que se inserem e para cada um dos espaços, países, organismos ou outras entidades que a integram. Contudo, todos esses aspectos de efervescência social também são, simultaneamente, um grande obstáculo: estudar uma realidade em contínuo progresso, alvo de acesso debate, crítica e controvérsia – marcados, com vimos, por uma forte conotação ideológica –, que a situam ao nível do resgate de um passado agora reinventado à luz do ‘encontro de culturas’, é um desafio tremendo.

Nesta dissertação sobre *a construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro*, procurámos ligar a análise da construção da dita *comunidade* ao processo de globalização. Tentámos, em especial, explorar o modo como o *mundo de língua portuguesa* enfrenta a passagem do paradigma eurocêntrico (e da perspectiva lusocêntrica associada), para o paradigma emergente da globalização, marcado pelo repensar da noção de fronteira e pelas negociações entre culturas.

Sustentamos que é nessa transição (de paradigmas e de configurações relacionais) que se inscreve o processo de construção da dita *comunidade*; e é nos afloramentos que subsistem do eurocentrismo que se acolhe a dificuldade de distanciamento da ideia de centralidade, superioridade ou comando associada a Portugal, outrora capital do império.

Como refere Domingos Pereira, Secretário Executivo da CPLP, apesar da «percepção das vantagens da existência de uma Comunidade de Países tendo como fundamento a partilha da língua e a existência de traços culturais e valores comuns, [...] a situação colonial [...] não facilitou a concretização dos ideais esboçados [pelos] pensadores visionários.» (Pereira, 2008a). Admitimos que também as manifestações de exclusão que persistem no antigo centro (mormente as dificuldades de integração sentidas por imigrantes *lusófonos* em Portugal) têm contribuído para alimentar as tensões e perpetuar antigos quadros mentais herdados da experiência colonial.

Para além das vicissitudes e dos desentendimentos resultantes destas situações, as insatisfações e as críticas à possibilidade de construção de uma *comunidade lusófona* assentam ainda noutras limitações, mal-entendidos e perversidades que passam por vezes a descoberto e que esta dissertação tentou identificar. Entre eles estão: a confusão de conceitos, a inconsistência de processos de concretização e, sobretudo, o desconhecimento de práticas do quotidiano que sustentam a *lusofonia* como força motriz de um colectivo.

### **7.1. A confusão de conceitos**

A confusão de conceitos, mesmo se não deliberada, gera necessária e incortornavelmente desentendimento e controvérsia. Situa-se a este nível o uso frequente dos termos *lusofonia* ou CPLP em acepção que deveria ser reservada à *comunidade lusófona*. Ora, como vimos no decorrer deste trabalho, a *lusofonia* é o meio de fazer circular e de consolidar o principal elo de ligação comunitário: a língua – que tem vindo a ser estruturada por séculos de convívio entre povos e países cujas histórias se intersectaram; enquanto a CPLP é uma entidade de direito público que se tem afirmado como instrumento político-institucional, entre outros organismos intergovernamentais da *comunidade lusófona*, que, visando promover o sentido de colectivo, disponibiliza para o efeito, o suporte administrativo, burocrático e político de que esta necessita para se afirmar enquanto tal.

Neste quadro de pensamento, argumentámos que a *comunidade lusófona* – enquanto *sociedade* – pré-existe e extravasa o arcaboço institucional que lhe dá um ‘rosto’ – a CPLP. Não só porque uma breve incursão pelos rumos da História, numa perfuração das dimensões ‘lusotópica’ e ‘lusógrafa’, assim nos permitiu pensar; mas também porque a existência de diversas micro-comunidades de língua portuguesa, que funcionam anterior e independentemente da institucionalização da CPLP, comprovam que a efectiva participação da sociedade civil tem permitido a progressiva consolidação dessa *comunidade* que a CPLP veio a institucionalizar.

A hipótese de pré-existência que aqui tentámos explorar, sendo frequentemente veiculada nos discursos dos agentes políticos, visa ‘criar a realidade que enuncia’ – acentuando a dimensão ‘performativa’ que se cria nas orientações *top-down* e se materializa, frequentemente, nas acções *bottom-up*. Neste sentido, a *comunidade* é como

que uma ‘vida’ imaginária partilhada, que se corporiza pelo e no caminho construído em comum, pelos indivíduos (enquanto instituições, Estados ou agentes da sociedade civil) que encontram razões válidas para a assumir como opção.

## **7.2. A inconsistência de processos de concretização**

O que consideramos como inconsistência de processos de concretização da *comunidade lusófona* assenta na inexistência ou inadaptabilidade de princípios básicos da acção político-institucional. As instâncias com intervenção de carácter transnacional (intergovernamentais – a CPLP, o IILP, a UCCLA – ou nacionais – o Instituto Camões), desde a sua oficialização envolvidas na construção dessa *comunidade*, têm formulado ‘receitas’ para acções muitas vezes isoladas, que visam responder a uma situação concreta, pontual; mas falta uma aplicação articulada e exequível ao nível das realidades que a *comunidade lusófona* abarca. Como vimos, uma ‘política de língua’ é indissociável de uma ‘política de circulação de bens culturais’; mas nenhuma se pode confinar à actuação dos organismos governamentais. O que a observação aqui realizada mostrou foi que apenas com o envolvimento de entidades e indivíduos da sociedade civil é possível transformar esses programas em intervenção estratégica de desenvolvimento da *comunidade lusófona*.

O sucesso de iniciativas diversas, como a *Rede Bibliográfica da Lusofonia*, o *Musidanças*, a *Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa*, os *Congressos Luso-Afro-Brasileiros*, a *Confederação Empresarial da CPLP* ou a tentativa de criação (em curso) do “Estatuto do Cidadão Lusófono”, fica a dever-se ao facto de, em determinados momentos, e face às solicitações que emanam do quotidiano, certos agentes (tanto numa perspectiva *bottom-up*, como numa lógica *top-down*) terem procurado formular e adoptar as melhores estratégias, programas, projectos ou políticas às circunstâncias que vivem e conhecem bem; e de as irem aplicando com sequência, continuidade e coerência.

Quer a nível da vontade política entre as instituições de decisão de topo dos países e espaços de língua portuguesa, quer a nível da prática cultural de base, a multiplicação de situações em que o termo *lusófono* surge para definir o desejo de convergência e de traçar metas de acção (nos mais variados campos) é uma realidade que tem vindo, nestas últimas décadas, a ganhar relevância. O percurso tem sido por

vezes sinuoso, mas o contexto actual mostra que há um número crescente de iniciativas, nem sempre convergentes, mas que concorrem para a mobilização em torno de uma ideia: a consolidação de uma comunidade que reúna os indivíduos, as instituições, os espaços e países de língua portuguesa – sem que estes tenham de renunciar às suas características próprias.

### **7.3. O desconhecimento de práticas do quotidiano que sustentam a *lusofonia* como força motriz de um colectivo**

Por detrás das indefinições conceptuais e da inexistência de metodologias abrangentes e eficazes, está, muitas vezes, o desconhecimento da realidade quotidiana.

Admitimos que a importância do presente estudo sobre a construção da *comunidade lusófona* afere-se sobretudo através do conhecimento que proporciona do modo concreto e vivido da mesma, que é transmitido pelas práticas quotidianas dos agentes envolvidos no processo e pelo conhecimento igualmente concreto e vivido do funcionamento das suas micro-comunidades.

Sendo surpreendente constatar a importância que é atribuída ao termo *lusófono*, não só em certos segmentos da sociedade portuguesa, mas também em outros espaços do *mundo de língua portuguesa*, argumentamos que a *comunidade lusófona* não é um mero sucedâneo moderno do lusotropicalismo, mas também uma realidade prática que vemos funcionar em expressões diversas, quer em iniciativas informais, quer em transacções comerciais ou em actividades sócio-culturais – para além das acções político-institucionais.

Entendemos pois que há, pelo menos, dois sentidos possíveis de *comunidade lusófona* que nos parecem consensuais. Um deles, marcadamente institucional, «que está ligado à política e à governação, invocado no sentido de dinamizar todo um conjunto de possíveis afinidades em proveito de um projecto comum e eventualmente diferenciado de um espaço construído pela globalização» (Venâncio, 2008); e um outro sentido, mais vivencial, aquele que faz com que os indivíduos se possam assumir como *lusófonos*, na medida em que se expressam através do elo comum, a língua portuguesa, e que sentem fazer parte de uma *comunidade* de pares com os quais se revêm ou se complementam em termos identitários.

Como refere Pierre Bourdieu: «não podemos apreender a lógica mais profunda do mundo social a não ser mergulhando na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, mas para a construir como “caso particular do possível”».» (Bourdieu, 1997: 4). Assim sendo, tentámos, através da análise de situações concretas de micro-comunidades *lusófonas* (as Comemorações dos 500 anos da Chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, a *Comunidade do Escotismo/Escutismo lusófono*, a *Rede Bibliográfica da Lusofonia*, o IILP), do estudo de caso 'Maio – Mês de África em Lisboa' e da análise da constituição de 'comunidades interpretativas' na esfera literária, mostrar que os 'efeitos performativos' que decorrem não apenas da retórica, mas do que designámos como as próprias práticas da *lusofonia*, têm enraizamentos específicos que esta investigação tentou apurar. Dito por outras palavras, sustentamos que há vários factores que concorrem para a construção da *comunidade lusófona*, que não se esgotam na actuação das instituições, nem são independentes das práticas dos agentes individuais, e que aquela se consubstancia em realidade tangível, numa lógica que não é de mera agregação de iniciativas individuais ou pontuais – mas que destas depende largamente.

Cremos que, a este nível, se terá situado o maior contributo desta dissertação. Tentámos, efectivamente, demonstrar que, para além da análise das estratégias dos Estados – que a maioria dos estudos privilegia –, importa expandir e concentrar a observação na importância que as práticas da *lusofonia* assumem no quotidiano. Estas, que permanecem vinculadas a micro-comunidades de língua portuguesa, parecem ser razão que justifique a existência de sentimentos colectivos de pertença e identificação, mesmo que não formal ou informalmente assumidos ou reivindicados como expressão de uma comunidade mais ampla da *lusofonia*.

Não dispomos, por enquanto, da base empírica que permita pensar como a articulação ou coalescência destas micro-comunidades de práticas específicas se traduzem em dinâmicas e estruturas que as ultrapassam – chame-se-lhe *comunidade lusófona* ou globalização. Mas a observação realizada permite, de facto, pensar que, assim como existem instituições “aninhadas” dentro de outras, com conexões múltiplas e imbricadas (Long, 1958), e sistemas políticos nacionais que se encaixam em sistemas políticos internacionais e são compostos por numerosos subsistemas, alguns dos quais se estendem para além das fronteiras nacionais, admitimos que as micro-comunidades de língua portuguesa, que se criam aos mais variados níveis, têm vindo a contribuir,



ainda que num plano simbólico, para a construção de uma ideia e de uma prática da *comunidade lusófona*.

Apesar das duras críticas que surgem tanto no campo científico como no político-social às bases ideológicas da construção de tal projecto, aos motivos que levaram à sua criação ou ao seu *modus operandi*, a *comunidade lusófona* parece invocar, mais do que um espaço que traz recorrentemente à memória relacionamentos de exploração, indiferença ou de conflito, dinâmicas fundadas em atributos particulares, e o aproveitamento de sinergias que a globalização possibilita, sejam elas no campo cultural, político-institucional e/ou económico.

Sugerimos mesmo que a *comunidade lusófona*, mais do que um projecto político ou um dado cultural, é um entendimento e, simultaneamente, uma realidade através da qual os agentes sociais (indivíduos, instituições, Estados) pensam, explicam e vivem as relações que estabelecem com outros vistos como pares – usando para isso narrativas e situações em permanente (re)elaboração, resultantes do carácter processual de constituição da colectividade.

A *comunidade lusófona* é entendida na prática dos protagonistas como uma forma de representação, física e simbólica, de um colectivo com traços singulares (no caso, o uso da língua portuguesa e as fecundações cruzadas que a história comum possibilitou), e de demarcação de fronteiras com outros colectivos significativos, de afiliação linguística, experiência histórica, ou outro atributo. Por outro lado, como produto da democracia, a *comunidade lusófona* é possibilitada pela simbiose entre a perspectiva que sublinha que esta resulta de *inputs* vindos da sociedade, e uma outra, que defende que as instituições de génese política, *top-down*, criam estruturas de participação e de oportunidades que permitem a formação de colectivos<sup>210</sup>. Neste contexto, a *comunidade* tanto se realiza pelas suas conquistas e feitos institucionais como pela acção das associações cívicas; tanto pela investigação científica ou pela reflexão filosófica, como pela criação artística e literária.

Sobre este último domínio, ligado à produção cultural, entendemos que o investimento na língua, no livro, na literatura e/ou nas bibliotecas protagonizado por um lado por estruturas *top-down*, e, por outro, por agentes da sociedade civil, mostra que, à

---

<sup>210</sup> Cf: Skocpol, 1995. Numa análise “polity-centered”, a autora busca analisar o papel do Estado e da sociedade nos estudos de caso, concebendo que o Estado é parte da sociedade e pode portanto, em certos casos, ser influenciado por ela em maior grau do que a influencia.

parte de interesses políticos e/ou económicos, ou de motivações ideológicas, os falantes da língua comum interagem, trocam experiências, criam mecanismos de integração. Vimos que as práticas da *lusofonia* e em particular a produção cultural que as sustentam são condimentos indispensáveis para que a *comunidade* passe de projecto político, para a apropriação no quotidiano. Assim sendo, entendemos que, não obstante os constrangimentos (como a perpetuação de estruturas mentais herdadas do período colonial e o que, na década de 1990, Eduardo Lourenço designava como o “labirinto da saudade”), tem vindo a ser possível, no quadro da “ideologia da diversidade” (ou da “interculturalidade”) e do “projecto lusófono”, desenvolver um conjunto de iniciativas que, numa simbiose entre as estruturas *top-down* e as práticas *bottom-up*, começam a esboçar traços efectivos de comunitarismo no espaço *lusófono*.

Para terminar, recorremos a um pequeno trecho, um tanto ou quanto poético – como de resto são as ideias de *lusofonia* e de *comunidade lusófona*:

«O vasto e profundo rio, que oferece caminho ao tráfego e viagens aos povos, é tido na conta de um benefício ao mundo inteiro; mas que dizer dos regatozinhos que auxiliam a formar aquele nobre rio? Se não fossem eles, o rio desapareceria. A sua própria existência depende deles. [...] O regatozinho que segue silenciosamente através de bosques e prados, levando saúde, fertilidade e beleza, é tão útil em sua marcha como o grande rio. Contribuindo para a vida do rio, auxilia-o a conseguir aquilo que só, jamais poderia ter conseguido.» (White, 1977: 116-117).

Admitindo que o ‘vasto e profundo rio’ é a *comunidade lusófona*, por tudo o que já é, e pelo que pretende ser, este fornece a diversos agentes e actores benefícios que são tidos como bens colectivos. Os ‘regatozinhos’ são as micro-comunidades e as práticas da *lusofonia*. Têm sido estes, através dos processos de “construção de mundos sociais” e de criação de “comunidades imaginadas”, que contribuem para a vitalidade do rio *lusófono* – cujo caudal é, invariavelmente “plural e diferente” (Lourenço, 1999).

Se com este trabalho pudémos contribuir para a compreensão de alguns dos processos e agentes imbricados na construção da *comunidade lusófona* a partir do antigo centro, e para equacionar algumas das principais fragilidades e potencialidades da mesma, terão sido bem empregues as exigentes tarefas de investigação empreendidas. Impõe-se, pois, uma reflexão final sobre pistas a explorar no futuro.

#### 7.4. Pistas de análises futuras

A verificação e a análise da importância das micro-comunidades *lusófonas* e das suas práticas mais ou menos recorrentes levaram-nos a tentar explorar a ideia de que a ‘comunidade lusófona’ se constrói também a partir de ‘baixo’ – dos agentes, das redes em que se envolvem, das estratégias que tecem em torno da língua comum e a partir dela. Pensamos ter conseguido fazê-lo, a partir do foco que adoptámos no caso particular da literatura em língua portuguesa. Mas estamos bem cientes que esta é apenas uma esfera particular, cujos resultados não são porventura extrapoláveis para outros universos. Falta explorar e entender como coalescem as práticas e as micro-comunidades numa dinâmica transnacional da *lusofonia*. Assim, parece-nos importante investir em dois tipos de estudos: um sobre a identificação e o papel dos agentes que, nas redes transnacionais, protagonizam e promovem projectos de hibridação cosmopolita; outro sobre as condições institucionais e normativas que, também fora do Estado-nação, podem concorrer para a promoção deste tipo de práticas e micro-comunidades e a sua consolidação. Temos em mente começar com dois estudos de caso: um sobre os ‘retornados’ e outro sobre a ‘cidadania lusófona’.

No decorrer do doutoramento, afluíramos, para a entrada temática de uma enciclopédia internacional (Maciel, 2007a) e no contexto de reflexões em curso no grupo do Socinova Migrações, a presença e o papel dos chamados ‘retornados’ na sociedade portuguesa. Tendo-se observado que muitos dos indivíduos que compõem este ‘conjunto’ têm tido uma actuação constante e cada vez mais visível, tanto nos meios de comunicação social, como na produção cultural (nomeadamente ao nível da literatura), parece-nos que analisar o papel dos ‘retornados’ ao nível da construção da *comunidade lusófona* seria uma via de investigação com bastante interesse para as Ciências Sociais.

Um outro tema que acabámos por não explorar neste trabalho, mas que é cada vez mais actual, é o da formação de uma “cidadania lusófona” ou “cidadania da CPLP”. Cientes de que alguns valiosos contributos têm sido produzidos ao nível do Direito, julgamos, no entanto, que seria um domínio interessante a explorar do ponto de vista sociológico. Rogers Brubaker (1992) alega que, sendo a cidadania uma forma de codificação moderna de pertença na configuração social específica de um Estado-nação, torna-se essencialmente um mecanismo de exclusividade e fechamento. As migrações transnacionais e a globalização têm vindo a confrontar esta noção. Seria interessante

equacionar, como é que a “cidadania lusófona”, que, supostamente, faz parte de um projecto emancipatório de inclusão universalista, se compatibiliza com as particularidades das nações envolvidas.

**FONTES E  
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## **Fontes:**

### **1. Dicionários e Enciclopédia de Língua Portuguesa**

**AAVV** (1956). *Lello Popular. Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. Porto: Lello & Irmão Editores.

**AAVV** (1971). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Vol.12. Lisboa: Verbo.

**AAVV** (1972). *Grande Enciclopédia Delta Larousse*. Vol.6. Rio de Janeiro: Editôra Delta.

**AAVV** (1985). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo I. Edição Portuguesa: Círculo de Leitores.

**AAVV** (1992). *Lexilello. Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol.III. Porto: Lello & Irmão Editores.

**AAVV** (1998). *MICHAELIS: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos.

**AAVV** (1999). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

**AAVV** (2001). *Dicionário Universal de Língua Portuguesa*. Lisboa: Texto Editora.

**AAVV** (2009). *Dicionário da Língua Portuguesa \* 2009 Acordo Ortográfico*. Porto: Porto Editora.

**AULETE**, F. J. Caldas (1925). *Diccionario Contemporâneo da Lingua Portuguesa*. Vol.2. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

----- (1958). *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa \* Edição Brasileira*. Vol.III. Rio de Janeiro: Editora Delta S.A.

**BASTOS**, J. T. da Silva (1928). *Diccionario Etymológico Prosódico e Orthográfico da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora.

**BIVAR**, Artur (1948). *Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa*. Vol.II. Porto: Editôrs Ouro, Lda.

**BORBA**, Francisco da Silva (2002). *Dicionário de usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática.

**BUENO**, Francisco da Silveira (1966). *Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa \* Edição Brasileira*. Vol.5. São Paulo: Edição Saraiva.

----- (1985). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa – Lisa*. São Paulo: Editora Lisa S.A. Livros Irradiantes.

- CARVALHO**, António José de, **DEUS**, João de (1909). *Diccionario Prosódico de Portugal Brazil*. Porto: Lopes & C<sup>a</sup> – Successor.
- CASTELEIRO**, Malaca (Coord.) (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Vol.2. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- CORREIA**, António Mendes (Dir.) (1970). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol.XV. Lisboa & Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda.
- CORTESÃO**, António Augusto (1900). *Diccionario completo (Histórico-Etymológico) da Língua Portuguesa*. Coimbra: França Amado.
- COSTA**, J. Almeida, **MELO**, A. Sampaio (1952). *Dicionário de Português*. Porto: Porto Editora, Lda.
- CUNHA**, Antônio Geraldo (1982). *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ESPINHA**, Maria Paula do Amaral (Coord.) (2007). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico*. Vol.I. Cacém: Texto Editores.
- FERNANDES**, Francisco (Org.) (1953). *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Globo.
- (1984). *Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa*. Vol.III. Lisboa: Verbo.
- FERREIRA**, Aurélio Buarque de Hollanda (1960). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S/A.
- (1925). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.
- (1979). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nacional.
- (1986). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FERREIRA**, Aurélio Buarque de Hollanda, **ANJOS**, Margarida dos, **FERREIRA**, Marina Baird (Coord.) (1999). *Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa*. Janeiro: Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO**, Cândido (1913). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol. 2. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- (1925). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol.II. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora Arthur Brandão & C<sup>a</sup>.

- (1939). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Venda Nova: Bertrand.
- GRAVE**, João, **NETO**, Coelho (1980). *Lello Universal. Novo Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol.II. Porto: Lello & Irmão Editores.
- GUEDES**, Fernando (2006). *Dicionário Verbo. Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo.
- HOUAISS**, Antônio, **VILLAR**, Mauro de Salles, **FRANCO**, Francisco Manoel (2003). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss.
- LELLO**, José, **LELLO**, Edgar (1986). *Lello Universal. Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Vol.II. Porto: Lello & Irmão Editores.
- LIGORNE**, B.A. (1917). *Novíssimo dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Avelar Machado.
- LIMA**, Hildebrando, **BARROSO**, Gustavo (Org.s) (1938). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S/A.
- (1951). *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S/A.
- MACHADO**, José Pedro (1956-59). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol.2. Lisboa: Editorial Confluência.
- (1977). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Vol.III. Lisboa: Livros Horizontes.
- (1981-1986). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo VI. Lisboa: Amigos do Livro.
- (1989). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol.VI. Algés: Euro-Formação.
- (1991). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol.III. Lisboa: Publicações Alfa.
- MORENO**, Augusto (1934). *Dicionário Elementar da Língua Portuguesa*. Porto: Educação Nacional.
- NASCENTES**, Antenor (1932). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves *et alli*.
- (1966). *Dicionário Etimológico Resumido*. Brasil: Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação e da Cultura.



**PESTANA**, José, **PEREIRA**, J. A. Dias (1913). *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Costa & Carvalho.

**PORTILO**, Lorenzo (Dir.) (1996). *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*. Vol.XI. Alfragide: Ediclube.

**PRADO e SILVA**, Adalberto, **FILHO**, M. Lourenço (Cord.) (1975). *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Mirador Internacional.

**SILVA**, António de Moraes (Dir.) (1949-1959). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol.5. Lisboa: Editorial Confluência.

## **2. Discursos e Comunicações Orais**

**AMOR**, Emília (2004). “Revalorizar o ensino da Língua”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.

**BORGES**, David (2004). “A Língua Portuguesa e o desafio das novas tecnologias”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.

**COUTO**, Abel Cabral (2009). Intervenção na Mesa “A construção de um conceito estratégico para África” no âmbito do *III Congresso Internacional da África Lusófona*. Lisboa: Universidade Lusófona de Lisboa. 27 de Maio de 2009.

**COUTO**, Mia (2007a). “Língua Portuguesa cartão de identidade dos moçambicanos”. alocução produzida na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, nos dia 19 de Junho de 2007. Disponível em <http://www.ciberduvidas.com/artic/es.php?rid=1279>. [24.09.2007].

----- (2007b). “Desmontando e reconstruindo a ideia de lusofonia”. Intervenção na Conferência Internacional sobre o Serviço Público de Rádio e Televisão no Contexto Internacional: A Experiência Portuguesa, no âmbito dos 50 anos da RTP, realizada no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, nos dia 29 de Junho de 2007. Disponível em [www.africamente.com/africamente/artigo.asp?cod\\_artigo=4595](http://www.africamente.com/africamente/artigo.asp?cod_artigo=4595). [13.08.2008].

**FONSECA**, Luís (2005). Discurso do Secretário Executivo na Conferência “Círculo de reflexão lusófona”. Assembleia da República, Lisboa. 23.11.2005. Disponível em <http://d896069.www51.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=260&PID=239&Action=0&currentPage=2>.

----- (2006). Discurso do Secretário Executivo na sessão plenária “A Comunidade lusófona: alianças multilaterais e pertenças múltiplas”. Lisboa.

01.01.2006. Disponível em <http://d896069.www51.dynamicweb.pt/Default.aspx?ID=260&PID=239&Action=0&currentPage=2>.

- GOMES**, Simone Caputo (2007). “O fenómeno da recriação da língua portuguesa na narrativa africana”. Palestra proferida no Instituto Internacional da Língua Portuguesa, em Santiago, a 07.Maio.2007. Texto disponível em [www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com\\_content&task=view&id=35&Itemid=67](http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_content&task=view&id=35&Itemid=67). [02.02.2008].
- GONÇALVES**, Delmar (2010). “Os escritores e artistas plásticos moçambicanos na diáspora – espelhos e reflexos”. Comunicação apresentada no Colóquio “Educação, diálogos transatlânticos e reivenções”. Alto do Moinho. 22.02.2010.
- GUSTAVO**, Aldo (2002). “Lusofonia.com.unidade: o discurso virtual da Lusofonia”. Comunicação proferida no âmbito do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro.
- KHAN**, Sheilla (2009). “O que é a pós-colonialidade portuguesa? Ou o regresso do império na emergente literatura dos ‘retornados’”. Palestra no âmbito do Seminário de Estudos Africanos do ISCTE. Lisboa: ISCTE.
- LEITÃO**, José (2009a). “Valores Jurídicos comuns e Cidadania da CPLP” Comunicação apresentada no Colóquio “Cidadania no espaço da CPLP: estado da questão”. Universidade Lusófona de Lisboa. 7 de Maio de 2009.
- MATA**, Inocência (2003). “O universal e o local nas literaturas africanas: uma dicotomia sem suporte”. Comunicação apresentada no Colóquio “A historiografia literária angolana e a renovação do discurso crítico” – Lisboa, Fórum Picoas, 10-11 de Novembro de 2003. Disponível em [www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=336](http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=336) [10.05.2004].
- MELO**, João (2003). “O papel dos intelectuais no pós-guerra”. Palestra proferida na União de Escritores Angolanos. 9.Abril.2003. Disponível em [www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=140](http://www.uea-angola.org/artigo.cfm?ID=140) [10.05.2004].
- MINGAS**, Amélia (2010). “A CPLP, a Língua Portuguesa, o novo Acordo Ortográfico e o papel do IILP”. Palestra proferida na II Assembleia Parlamentar da CPLP a 9 de Março de 2010. Disponível em [www.parlamento.pt/Documents/IIAPCPLP/arletemingas.pdf](http://www.parlamento.pt/Documents/IIAPCPLP/arletemingas.pdf). [19.03.2010].
- MOREIRA**, Adriano (2004). “Políticas da Língua Portuguesa”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.
- MOURA**, Vasco Graça (2004). “Políticas da Língua Portuguesa”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.
- ONDJAKI** (2004). “Outras margens da mesma Língua”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.

**OSTLER**, Nicholas (2007). “Remarks on the History of Portuguese”. Conferência inaugural da Reunião de trabalho sobre “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”, realizada na FLAD a 5.Novembro.2007. Texto disponível em [www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf](http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf), pp. 57-66.

**PEREIRA**, Domingos Simões (2008a). “A atualidade da Lusofonia”. Participação no Colóquio “1808-2008 E o futuro das relações económicas Portugal-Brasil”. Bahia. 16-17 de Outubro de 2008. Disponível em [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

----- (2008b). “Sessão de abertura” da Conferência Internacional *Os regimes cambiais face aos desafios da economia de Cabo Verde*. Praia. 31 de Outubro de 2008. Disponível em [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

----- (2009). “Os contributos africanos para a construção de um paradigma global”. Conferência inaugural do *III Congresso Internacional da África Lusófona*. Lisboa, Universidade Lusófona de Lisboa. 27 de Maio de 2009.

**SILVA**, Vítor Aguiar e (2004). “Contributos para uma política da Língua Portuguesa”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.

**VITORINO**, António (2004). “Políticas da Língua Portuguesa”. Comunicação no âmbito da *Conferência A Língua Portuguesa: presente e futuro*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 6-7 de Maio de 2004.

**XAVIER**, Carlos Alberto (2005). “O acordo ortográfico entre os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Participação na I Edição dos *Encontros Lusófonos*. Lisboa, Reitora da Universidade de Lisboa. 4 de Abril de 2005.

### **3. Documentários**

**BARRETO**, António (2007). “Nós e os outros: uma sociedade plural”. Quarto episódio da série *Portugal, um retrato social*. Exibido a 10.Maio.2007 na RTP1. Sinopse disponível em [http://programas.rtp.pt/wportal/press/fxs\\_fotos/portugal\\_retrato\\_social/Portugal\\_retrato\\_social.pdf](http://programas.rtp.pt/wportal/press/fxs_fotos/portugal_retrato_social/Portugal_retrato_social.pdf).

**RED BULL MUSIC ACADEMY** (2006). “Lusofonia, a (R)Evolução”. Exibido na RTP1 a 31.Março.2007. Sinopse e Excertos do documentário disponíveis em <http://www.myspace.com/lusofoniaarevolucao>.

**SAINT-MAURICE**, Anabela (2009). “Além de nós” Exibido na RTP1 a 21.Dezembro.2009. Disponível em [http://tv1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p\\_id=25830&e\\_id=&c\\_id=1&dif=tv](http://tv1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p_id=25830&e_id=&c_id=1&dif=tv).

### **4. Documentos oficiais**

- CPLP** (1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Disponível em [http://www.cplp.org/Declara%C3%A7%C3%A3o\\_Constitutiva.aspx?ID=48](http://www.cplp.org/Declara%C3%A7%C3%A3o_Constitutiva.aspx?ID=48). [10.12.2007].
- IILP** (2005). Estatutos. Disponível em [http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=20&Itemid=46](http://www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=46). [20.04.2007].
- FLAD** (2007). *Relatório da Reunião de Trabalho “Promoção da Língua Portuguesa no Mundo”*. Disponível em <http://www.flad.pt/documentos/1216226048S9qMG0he4Yh87DC6.pdf>. [13.11.2009].
- UNESCO** (2002 [1945]). *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273POR.pdf>. [14.03.2010].

## 5. Entrevistas

- AGUALUSA**, José Eduardo (s/dt). Em entrevista ao Círculo de Leitores acerca da sua obra “O ano em que o Zumbi tomou o Rio”. Disponível em [http://circuloleitores.pt/cl/artigofree.asp?cod\\_artigo=93338](http://circuloleitores.pt/cl/artigofree.asp?cod_artigo=93338). [17.04.2006].
- AGUALUSA**, José Eduardo (1996). Em entrevista para a revista *Lusofonia*. Ano I. N.1. Julho de 1996. p.7-8.
- AGUIAR**, Manuela (1998). Em entrevista para a revista *Lusofonia*. Ano II. N.6. Janeiro/Março de 1998. pp.9-10.
- ALVES**, Dário Moreira de Castro (1999). “Por uma causa”. Dário Alves em entrevista concedida a Rute de Azevedo para a revista *Lusofonia*. Ano III. N.10. Janeiro/Março de 1999. pp.10-12.
- AMADO**, Luís Filipe Marques (1999). “Cooperação portuguesa: política para o desenvolvimento”. Luís Amado em entrevista concedida a Viridiana Fernandes e Carla Caixinha para a revista *Lusofonia*. Ano IV. N.12. Setembro/Outubro de 1999. pp.22-25.
- CARVALHO**, Ruy Duarte de (2005). “Só os portugueses estão preocupados com a lusofonia”. Entrevista concedida a Sílvia Souto Cunha. *Visão*. N.630. 31.Março.2005.
- CHIZIANE**, Paula (2006). Em entrevista concedida a Ana Margarida Martins (Universidade de Manchester). Minneapolis, 6.10.2006. Disponível em <http://personalpages.manchester.ac.uk/postgrad/Ana.Martins-2/interview.htm>. [19.05.2009].
- COUTO**, Jorge (2001). “A língua que falamos”. Jorge Couto em entrevista concedida a Amílcar Bettega para a revista *Lusofonia*. Ano V. N.20. Junho de 2001. pp.10-12.

**COUTO**, Mia (1986). Em entrevista para Revista *Tempo*. Maputo. 12.Outubro.1986. pp.42-45.

----- (2002). Em entrevista concedida a Maria João Avilez no programa "Conversa Afiada" da Sic.

**CUNHA**, Paulo Ferreira (2006). Em entrevista concedida a Fátima Viera in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopi*. n.º 5. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1650.pdf>. [02.11.2009].

**GOODY**, Jack (2008). Em entrevista concedida a Caio Liudvik para o *Folha de São Paulo*, acerca da sua obra *O Roubo da História*, a 31.Agosto.2008. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs3108200812.htm>. [02.11.2009].

**MARTINS**, Pina (2002). “Os Descobrimentos portugueses e a Utopia moriana”. Martins em entrevista a Luís Farinha para a revista *História*. N.48. Setembro de 2002. pp.19-25.

**MATA**, Inocência (2008). Em entrevista concedida a Bruna Ferreira para o *Novo Jornal Viver a Literatura com os Olhos cheios de África*. 4 de Abril de 2008. Disponível em <http://www.ueangola.com/index.php/entrevistas/item/425-entrevista-ao-novo-jornal-viver-a-literatura-com-os-olhos-cheios-de-%C3%A1frica.html>. [05.01.2010].

----- (2009). Em entrevista concedida a Débora Leite David para a *Revista Crioula* de Maio de 2009. N. 5. Disponível em [www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/05/Entrevista%20-%20Inocencia%20Mata.pdf](http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/05/Entrevista%20-%20Inocencia%20Mata.pdf). [05.01.2010].

**NETO**, Pasquale Cipro (1999). “Nossa língua portuguesa”. Pasquale em entrevista concedida a Lúcia Calasso para a revista *Lusofonia*. Ano III. N.10. Janeiro/Março de 1999. pp.54-55.

**OLIVEIRA**, José Aparecido de (1996). Em entrevista para a revista *Lusofonia*. Ano I. N.1. Julho de 1996. pp.9-10.

**ONDJAKI** (2003). “Hei-de escrever enquanto fizer sentido”. Entrevista concedida a Isaquiel Cori para a União dos Escritores Angolanos. Setembro de 2003. Disponível em [http://www.uea-angola.org/destaque\\_entrevistas1.cfm?ID=282](http://www.uea-angola.org/destaque_entrevistas1.cfm?ID=282). [01.04.2004].

**PEPETELA** (2000). “La misión del escritor es hacer pensar”. Pepetela em entrevista concedida a Ismael Piñón e Gerardo González para a *Revista Ponto e Vírgula*. N.40. Porto Alegre. Disponível em [www.aelg.org/activ/filesdownload/Entrevista\\_sPepetela.pdf](http://www.aelg.org/activ/filesdownload/Entrevista_sPepetela.pdf). [17.04.2006].

----- (2005a). Em entrevista concedida a Doris Wieser para a *Espéculo. Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em <http://www.ucm.es/info/especulo/numero30/pepetela.html>. [17.04.2006].

----- (2005b). Em entrevista concedida a Isabel Lucas para a secção “Artes” do *Diário de Notícias*. Disponível em [http://dn.sapo.pt/2005/11/07/artes/apeteceume\\_champanhe\\_escrita\\_deste\\_1.html](http://dn.sapo.pt/2005/11/07/artes/apeteceume_champanhe_escrita_deste_1.html). [17.04.2006].

**PIÑON**, Nélida (1997). “A democracia da língua”. Nélida em entrevista concedida a Ozias Filho para a revista *Lusofonia*. Ano II. N.4. Junho de 1997. Cascais: Eurobrape Editores Internacionais. pp.58-59.

**SANTOS**, Boaventura de (s/dt). Em entrevista concedida a José Maria Cançado, Juarez Guimarães, Leonardo Avritzer e Patrus Ananias. Disponível em [www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_td.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_td.html). [10.11.2009].

**SARNEY**, José (1999). “O Dono do Mar”. Sarney em entrevista concedida a Rute de Azevedo para a revista *Lusofonia*. Ano III. N.10. Janeiro/Março de 1999. pp.48-52.

**SOARES**, Mário (1997). Em entrevista para a revista *Lusofonia*. Ano I. N.3. Março de 1997. pp.11-14.

**TAVARES**, José Luís (s/dt). Em entrevista concedida a Maria João Cantinho. Disponível em [www.storm-magazine.com/novodb/arqmais.php?id=290&sec=&secln](http://www.storm-magazine.com/novodb/arqmais.php?id=290&sec=&secln). [07.01.2004].

**TINHORÃO**, José Ramos (1997). “O negro em Portugal”. Tinhorão em entrevista para a revista *Lusofonia*. Ano I. N.4. Junho de 1997. pp.8-10.

**VENÂNCIO**, José Carlos (2008). Em entrevista para o *Jornal Ubi*. Disponível em [www.urbi.ubi.pt](http://www.urbi.ubi.pt) [06.05.2008].

## **6. Jornais:**

### **6.1. Diário de Notícias**

**ALBINO**, Carlos (1996). “Cumpre-se o sonho de 40 anos” in *Diário de Notícias*. 17 Julho de 1996. p.4.

**ALBINO**, Carlos (1998). “CPLP, Cimeira da Praia. Acordo Ortográfico está salvo” in *Diário de Notícias*. 17 Julho de 1998. p.4.

**ALBINO**, Carlos (1998). “CPLP à procura de nova vida ” in *Diário de Notícias*. 17 Julho de 1998. p.7.

**CASTRO**, Augusto (dir.) (1940). “Lição e Estímulo” in *Diário de Notícias*. 3 Janeiro de 1940. Ano 76. n.26.545. p.1.

**CASTRO**, Augusto (dir.) (1940). “Mundo Português” in *Diário de Notícias*. 14 Janeiro de 1940. Ano 76. n.26.556. p.1.

- INSO**, Jaime do (1951). “Portugal ultramarino. Uma realidade única entre Nações coloniais” in *Diário de Notícias*. 30 Janeiro de 1951. Ano 87. n.30.513. p.1.
- LOFF**, Manuel (2000). “Portugueses praticam racismo disfarçado” in *Diário de Notícias*. 9 de Abril de 2000. Ano 136. n.47.864. p.1, 3, 6 a 9.
- MAGNO**, Carlos (2000). “Faltou a festa... lá” in *Diário de Notícias*. 23 de Abril de 2000. Ano 136. n.47.878. p.1-3.
- Vários**, (1996). “Cumpre-se sonho de 40 anos” – Dossier Política in *Diário de Notícias*, 17 de Julho de 1996, pp.4 a 8.
- Vários**, (1996). “Sete unidos mundo fora” – Dossier Política in *Diário de Notícias*, 18 de Julho de 1996, pp.4 a 8.
- SILVA**, João Céu e (2000). “Protesto brasileiro espera Jorge Sampaio” in *Diário de Notícias*. 16 de Abril de 2000. Ano 136. n.47.871. p.1 e 30.

## **6.2. Público**

- SAMPAIO**, Jorge (2000). “Diário de viagem” in *Público*. 21 a 25 de Abril de 2000. Ano XI. Ns.3.687 a 3.691.
- VIANA**, Clara (2009). “Portugal é o mais ‘generoso’ em políticas de integração” in *Público. Edição online*. 05.10.2009. Disponível em [www.publico.pt/Sociedade/portugal-e-o-mais-generoso-em-politicas-de-integracao](http://www.publico.pt/Sociedade/portugal-e-o-mais-generoso-em-politicas-de-integracao) 1403698. [14.11.2009].

## **6.3. Le Monde Diplomatique**

- CASTELO**, Cláudia (2007). “O luso-tropicalismo: um mito persistente” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição portuguesa*. N.5. II Série. Março 2007. pp.2-3.
- DIAS**, Bruno Peixe, **FARINHA**, Tiago Ralha (2007) “Os «enteados da nação»” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição portuguesa*. N.5. II Série. Março 2007. pp.1 e 4.
- DOMINGOS**, Nuno (2009). “Memória nacional e cultura mediática” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição Portuguesa*. N.35. II Série. Setembro 2009. p.24.
- DOMINGOS**, Nuno, **JERÓNIMO**, Miguel Bandeira (2007). “O «grémio da civilização»: do indígena ao imigrante” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição portuguesa*. N.5. II Série. Março 2007. pp.1-2.

**JERÓNIMO**, Miguel Bandeira (2009). “As marcas de Portugal: ensaios sobre o esquecimento” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição Portuguesa*. N.35. II Série. Setembro 2009. p.24.

**MAIA**, Hugo, **VIEIRA**, Ana Bigotte (2007). “Como se constrói um imigrante” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição portuguesa*. N.5. II Série. Março 2007. p.3.

**MARGARIDO**, Alfredo (2007) “A Lusofonia, outra forma de colonialismo” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição portuguesa*. N.5. II Série. Março 2007. p.3.

**RAMADA CURTO**, Diogo (2009). “A memória dos descobrimentos, da expansão e do império colonial” in Sandra Monteiro (dir.) *Le Monde Diplomatique. Edição Portuguesa*. N.35. II Série. Setembro 2009. Pp.22-23.

#### **6.4. Outros**

**ALEGRE**, Manuel (1994). “O outro lado da alma” in *Jornal de Letras*. 22 de Junho de 1994.

**CAPELO**, Sara, **RODRIGUES**, Sofia (2008). “Reportagem: Lusofonia com sotaque da Europa” in *Público. Edição on-line*. 22.02.2008. Disponível em [http://www.pUBLICO.CLIX.pt/Sociedade/reportagem-lusofonia-com-sotaque-da-nova-europa\\_1320521](http://www.pUBLICO.CLIX.pt/Sociedade/reportagem-lusofonia-com-sotaque-da-nova-europa_1320521). [29.02.2008].

#### **7. Revistas:**

**CARLOS**, João, **GUERREIRO**, Isabel (2004). “Mês de África. Foi festa e reflexão contra o afro-pessimismo”. *África Hoje*. N.189. Maio de 2004. pp.14-16.

**DOMINGUES**, João (2001). “A resistência da Língua Portuguesa” in *Lusofonia*. Ano V. n.19. Março de 2001. Cascais: Eurobrape Editores Internacionais. pp.22-24.

**FERREIRA**, José Roberto (dir.) (2004). *África Lusófona*. n.21 de Maio/Junho de 2004.

**FILHO**, Synésio (2000). “Brasil-Portugal: um olhar atlântico” in *Lusofonia*. Ano IV. n.15. Março de 2000. Cascais: Eurobrape Editores Internacionais. p.66.

#### **8. Sítios da internet:**

[www.alib.ufba.br](http://www.alib.ufba.br) (Atlas Linguístico do Brasil)

[www.asemana.sapo.cv](http://www.asemana.sapo.cv) (*A Semana*. Primeiro diário caboverdeano em Linha)



[www.aureliopositivo.com.br](http://www.aureliopositivo.com.br) (Mundo Aurélio)

[www.ciberduvidas.com](http://www.ciberduvidas.com) (Ciberdúvidas da Língua Portuguesa)

[www.cplp.org](http://www.cplp.org) (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa)

[www.editorial-caminho.pt](http://www.editorial-caminho.pt) (Caminho)

[www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com) (*Ethnologue*. Languages of the World)

[www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/](http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/) (Hemeroteca Digital)

[www.historiado brasil.net/](http://www.historiado brasil.net/) (Textos/imagens da História do Brasil. Pesquisas históricas)

[www.ibilce.unesp.br](http://www.ibilce.unesp.br) (Cronologia de dicionários de Língua Portuguesa no Brasil)

[www.iefp.pt/formacao/CNP/Paginas/CNP.aspx](http://www.iefp.pt/formacao/CNP/Paginas/CNP.aspx) (Código Nacional das Profissões do IEPF)

[www.instituto-camoes.pt](http://www.instituto-camoes.pt) (Instituto Camões)

[www.pordata.pt](http://www.pordata.pt) (Base de dados Portugal Contemporâneo)

[www.portal.unesco.org/culture](http://www.portal.unesco.org/culture) (UNESCO)

[www.publico.pt](http://www.publico.pt) (Jornal *Público*)

[www.presseurop.eu/pt/](http://www.presseurop.eu/pt/) (Presseurop)

[www.scribd.com](http://www.scribd.com)

[www.storm-magazine.com](http://www.storm-magazine.com) (Storm-Magazine. O lugar da Cultura)

[www.tropical.co.mz](http://www.tropical.co.mz) (Tropical WEB. Provedor de Internet)

[www.uea-angola.org](http://www.uea-angola.org) (União dos Escritores Angolanos)

## **Bibliografia:**

**AAVV** (1987-1990). *Portugal – os próximos vinte anos*. Coleção Temas Actuais. 8 Vol. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

**AAVV** (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**AAVV** (2006). *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 anos da CPLP*. Lisboa: CPLP.

**AFONSO**, Aniceto, **GOMES**, Carlos Matos (2002). *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.

**AGUIAR**, Manuela (1998). “Comunidades Lusófonas. Migrações e Cidadania” in Maria Beatriz Rocha-Trindade (Coord.) *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Mem-Martins: Publicações Europa-América. pp.91-107.

**ALBUQUERQUE**, Luís de (1987). *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses do século XV e XVI*. 2 Vols. Lisboa; Caminho.

----- (1995) *Os Descobrimentos portugueses*. Lisboa: Alfa.

**ALBUQUERQUE**, Rosana, **FERREIRA**, Lígia, **VIEGAS**, Telma (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório : duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta.

**ALEXANDRE**, Valentim (1983). “Novas roupagens. Velhos mitos” in *Ler História*. N.2. Lisboa: A Regra do Jogo. pp.185-192.

----- (1986). “Um momento crucial do desenvolvimento português: efeitos económicos da perda do império brasileiro” in *Ler História*. N.7. Lisboa: A Regra do Jogo. pp.3-45.

----- (1993). “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo” in *Análise Social*. Vol.XXVIII. n.123/124. Pp.1117-1136.

----- (1995). “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)” in *Penélope: o imaginário do Império*. Lisboa: Cosmos e Cooperativa Penélope. pp.231-244.

----- (1999). «Prefácio» in CASTELO, Cláudia (1999). «*O Modo Português de estar no mundo*». *O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

----- (2000). *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.

**ALMEIDA**, Miguel Vale de (2000). *Um Mar da cor da Terra*. Oeiras: Celta.

----- (2002). “O Atlântico pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso «lusófono»” in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida & Bela Feldman-Bianco (Org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp.23-37.

----- (2003). «Prefácio» in *Versões – Mundos (d)Escritos em Português*. Lisboa: CIC Portugal/Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura.

----- (2004a). “Crioulização e Fantasmagoria”. Série Antropologia. 365. Brasília. Working paper disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie365empdf.pdf>. [06.03.2009].

----- (2004b). “Afinidades electivas e caridade interpretativa” – Versão portuguesa da publicação “Affinités electives et charité interprétative” in *Recherches en Antropologie au Portugal*. N.10. pp.207-211. Disponível em <http://site.miguelvaleddealmeida.net/wp-content/uploads/afinidades-electivas.pdf>. [31.01.2010].

----- (2008). “O complexo colonial português”. *Jornal Hoje Macau*. 31.Outubro.2008. p.10. Disponível em <http://site.miguelvaleddealmeida.net/wp-content/uploads/lusofonia.pdf>. [18.10.2010].

**ALMEIDA**, Onésimo Teotónio (2008). “Comunidades portuguesas nos Estados Unidos: identidade, assimilação, aculturação” in Artur Teodoro de Matos e Mário Lages (eds.). *Portugal Intercultural: razão e projecto*. Lisboa: ACIDI. pp.339-422.

**AMADO**, João da Silva (2000). “A técnica de análise de conteúdo” in *Revista Referência*. N.5. Novembro de 2000. Coimbra. pp.53-63.

**ANDERSON**, Benedict (1991). *Imagined communities: reflections on the origins and spread of nationalism*. Londres: Verso.

**ANGLARILL**, Nilda, **KERZ**, Mercedes (1982). “A política externa brasileira para América Latina e África” in *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos. N.6/7. pp.224-239.

**ANJOS**, José Carlos (2002). *Intelectuais, literature e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre/Praia: UFRGS-IFCH/INIPC.

**ARMANDO**, Maria Luiza (s/dt). “A língua portuguesa na volta do milênio: riscos e ameaças (Brasil: por uma “política” da língua)”. Disponível em [www.geocities.com/ail\\_br/alinguaportuguesanavolta.htm](http://www.geocities.com/ail_br/alinguaportuguesanavolta.htm). [06.08.2009].

**ASHTOR**, Eliyahu (1983). *Levant trade in the later middle ages*. Princeton: Princeton University Press.

**AUGEL**, Moema Parente (2007). *O desafio dos escombros. Nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond.

- AUGUSTO**, Hugo Tavares (2008). “A infra-estrutura dos músicos cabo-verdianos na cidade de Roterdão: entre a lusofonia e o contacto inter-étnico” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa* (CD-Rom). Socinova Migrações.
- AUSTIN**, John Langshaw (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- AZEVEDO**, João Lúcio de (1918). *História de António Vieira*. Lisboa: Livraria Clássica.
- BAGANHA**, Maria Iones, **GÓIS**, Pedro (1998/1999). ‘Migrações Internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos?’ in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. N.52/53. pp.229-280.
- BAGANHA**, Maria Iones, **MARQUES**, José Carlos (2001). *Imigração e política. O caso português*. Lisboa: FLAD.
- BAPTISTA**, Jean (2004). *Jesuítas e Guarani na pastoral do medo: as variáveis do discurso missionário sobre a natureza: 1610-1650*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *Mimeo*. Disponível em [www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=149157](http://www.cipedya.com/web/FileDownload.aspx?IDFile=149157). [10.11.2009].
- BAPTISTA**, Maria Manuel (2000). “Da cultura europeia à lusofonia: pensar o impensado com Eduardo Lourenço”. Comunicação apresentada no IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil e PALOP. FCE da Universidade de Santiago de Compostela. 13-15.09.2000. Disponível em <http://sweet.ua.pt/~mbaptista/da%20cultura%20europeia%20a%20lusofonia.pdf>. [03.04.2006].
- BARDIN**, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARRETO**, António (1992). *Os silêncios do regime. Ensaios*. Lisboa: Estampa.
- (1994). “Portugal, a Europa e a democracia” in *Análise Social*. Vol. XXIX. N.129. pp.1051-1069.
- (1995). “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995” in *Análise Social*. Vol. XXX. N.134. pp.841-855.
- BARROS**, Diana Pessoa de (1988). *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual.
- (2000). “O discurso do dicionário” in *ALFA – Revista de lingüística*. Vol.40. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. pp.75-96.
- (2008). “Gramática e lusofonia: a construção de identidades” in Neusa Bastos (Org.). *Língua portuguesa – lusofonia: memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC. pp.15-26.

- BARROSO**, José Durão (1995). “Cooperação portuguesa: pressupostos objectivos e resultados de uma política” in *Portugal: dez anos de política de cooperação*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. pp.VII-XIII.
- (2006). “Prefácio” in *Os novos descobrimentos. Do Império à CPLP: ensaios sobre história, política, economia e culturas lusófonas*. Coimbra: Almedina. pp. VII e VIII.
- BASTOS**, Cristiana, **ALMEIDA**, Miguel Vale de, **FELDMAN-BIANCO**, Bela (2002) (Coord.). *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiro*. Lisboa: ICS.
- BASTOS**, Neusa (2008) (Org.). *Língua portuguesa – lusofonia: memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC.
- BASTOS**, Neusa, **FILHO**, Fábio, **BRITO**, Regina (2008). “Comunicação e cidadania lusófona: Definições e reflexões conceituais, políticas lusófonas de comunicação e propostas de vinculação Portugal/Brasil” in Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.). *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação \* 6 - 8 Setembro 2007*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 2629-2646.
- BAUMAN**, Zygmunt (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- (2003). *Comunidade. A busca por segurança no mundo actual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BECKER**, Howard (1982). *Art worlds*. Berkeley: University of California Press.
- BERGER**, Peter, **LUCKMANN**, Thomas (1990 [1966]). *A construção social da realidade. Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BETHENCOURT**, Francisco (1987). “A sociogénese do sentimento nacional” in Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (Org.) *A memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora. pp.473-503.
- (1999). “A memória da expansão” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.) *História da Expansão Portuguesa. Último império e recentramento (1930-1998)*. Vol.5. Navarra: Cículos de Leitores. pp.442-480.
- BETHENCOURT**, Francisco, **CHAUDHURI**, Kirti (1998-99) (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*. (Vol. 1 a 5). Navarra: Cículos de Leitores.
- BIDERMAN**, Maria Teresa (2002). “A formação e consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil” in José Horta Nunes e Margarida Petter (Orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas. pp.65-82.

- BILLIG**, Michael (1995). *Banal nationalism*. Londres: Sage Publications.
- BLANCHOT**, Maurice (1986). *La communauté inavouable*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU**, Pierre (1997). *Razões práticas. Sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta.
- (2002). *Esboço de uma teoria da prática. Precedido de três estudos de etnologia Kabila*. Oeiras: Celta.
- BOXER**, Charles (1969). *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70.
- BORGES**, David (2008). “Portugal, país sem memória e sem sentido cultural” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa* (CD-Rom). Socinova Migrações.
- BRÁS**, Alice, **MAIA**, Armandina (1999) (Coord.). *Vozes poéticas da Lusofonia*. Mem-Martins: Edição Câmara Municipal de Sintra.
- BRAUDEL**, Fernand (1985). *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Teorema.
- BRIGAGÃO**, Clovis (1996). “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: caminhos de integração fraterna” in *Revista Política Internacional*. Lisboa: CIDEA. Vol.1. N.13. pp.13-24.
- BRIOS A MOTA**, Helena (2004). “Cidadania e Educação: sonho e realidades. Agostinho da Silva, um percursor exemplar, em Portugal e no Brasil, de uma efectiva educação para a cidadania” in AA.VV. *Agostinho da Silva, um pensamento a descobrir*. Torres Vedras: Cooperativa de Comunicação e Cultura/ Associação Agostinho da Silva. pp. 7-28.
- BRITO**, Regina (2003). “Quatro contextos, uma língua: reflexões em torno da lusofonia” in *1º Colóquio Anual da Lusofonia da SLP*. Vol.1. Porto: Sociedade de Língua Portuguesa. pp.1-7.
- BRITO**, Regina, **MARTINS**, Moisés de Lemos (2004). “Considerações em torno da relação entre língua e pertença identitária em contexto lusófono” in *Anuário Internacional de Comunicação lusófona*. N.2. São Paulo: Federação Lusófona de Ciências da Comunicação. pp. 69-77.
- BRUBAKER**, Rogers (1992). *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- BRUBAKER**, Rogers, **COOPER**, Frederick (2000). “Beyond Identity” in *Theory and Society*, Vol. 29. pp. 1-47.
- CABECINHAS**, Rosa (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal. Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias*. Dissertação de Doutoramento. Mimeo. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- CABRAL**, Manuel Villaverde (1997). “A insanável contradição do lus-tropicalismo” in *Crónicas Realistas: Sociedade e Política em Portugal nos anos 90*. Oeiras: Celta. pp.104-106.
- CABRAL**, Mário (2008). “Democracia e Desenvolvimento na África Lusófona” in *Africanologia. Revista Lusófona de Estudos Africanos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. pp.239-245. Disponível em [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/116/1/mario\\_cabral.pdf](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/116/1/mario_cabral.pdf). [10.03.2009]
- CADIM**, Fernão (1980). *Tratado da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional.
- CALAFATE**, Pedro (1988). “A mundividência de António Vieira” in Pedro Calafate (Dir.) *História do pensamento filosófico português*. Lisboa: Caminho. pp.703-731.
- (2000). “Freyre e o legado português” in *O Mundo Português*. N. 10. Julho 2000. Disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=962>. [02.11.2009]
- CAMILO**, João (2005). “Lusofonia: utopia ou realismo político?”. Disponível em <http://blueeverest.blogspot.com/2005/03/lusofonia-utopia-ou-realismo-politico.html> [05.07.2008].
- CAMÕES**, Luís de (1975). *Os Lusíadas*. Porto: Porto Editora.
- CANDEIAS**, António (2001). “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português” in S. Stoer, L. Cortesão e J. A. Correia (Orgs.). *A transnacionalização da Educação – da crise da Educação à educação da crise*. Porto: Edições Afrontamento. pp.23-89.
- (Dir.) (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os Censos e as Estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARDOSO**, Eduardo (1994). “Em prol de uma política linguística em Cabo Verde” in *Colóquio. Educação e Sociedade. Revista quadrimestral*. N. 6. Julho de 2004. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp.189-200.
- CARDOSO**, Fernando Jorge (2003). “CPLP: Entre expectativas e realidades” in *O Mundo em Português*. N.45-47. Junho-Agosto 2003. Lisboa: IEEI. pp.14-16.
- CARMO**, Teresa Maia e (2004). “A língua portuguesa na internet” in *Janus, anuário de relações exteriores*. Lisboa: Público. Disponível em [www.janusonline.pt/2004/2004\\_2\\_17.html](http://www.janusonline.pt/2004/2004_2_17.html). [09.02.2010].
- CARPENTIER**, Jean, **LEBRUN**, François (1993). *História da Europa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CARVALHO**, André (2001). “A Comunidade de Países de Língua Portuguesa – oportunidades de cooperação, integração e projecção internacional” in *Revista*

*Cena Internacional*. Vol.3. N.1. pp.63-78. Disponível em <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/cena/2001/3280.pdf>. [02.07.2008]

**CARVALHO**, Francisco (2005). “Filhos de imigrantes caboverdeanos em Portugal: a questão identitária”. Working paper. Lisboa: Socinova.

----- (2006). “O lugar dos negros na imagem de Lisboa”. *Sociologia. Problemas e Práticas*. N.52.pp.87-108.

**CARVALHO**, Joaquim Barradas (1974). *Rumo de Portugal. A Europa e o Atlântico? Uma perspectiva histórica*. Coleccção Horizonte, n.26. Lisboa: Livros Horizonte.

**CASTELO**, Cláudia (1999). «*O Modo Português de estar no mundo*». *O Luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Ed. Afrontamento.

----- (2004). Recensão crítica ao livro *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros* in *Análise Social*, n.171, vol. XXXIX. Lisboa: ICS. pp.439-445.

**CASTILHO**, Ataliba (2005). “Onde e como nasceu a língua portuguesa?”. Disponível em [http://www.poesis.org.br/files/mlp/texto\\_9.pdf](http://www.poesis.org.br/files/mlp/texto_9.pdf) [20.12.2009].

**CASTLES**, Stephen (2002). “Estudar as Transformações sociais”. *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.40. pp.123-148.

----- (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.

**CHABAL**, Patrick (Org.) (1996). *The post-colonial literature of lusophone Africa*. Illinois: Northwestern University Press.

**CHARTIER**, Roger (1988). *A História Cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel.

----- (1993). *Pratiques de la lecture*. Paris: Editions Payot & Rivages.

**CHÂTELET**, François. (1985). *História das ideias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

**CHAUDHURI**, Kirti (1998). “O estabelecimento no Oriente” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.163-191.

**CHAUÍ**, Marilena (1993). “500 anos. Cultura e política no Brasil” in Boaventura de Sousa Santos (Dir.). *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.38. Dezembro de 1993. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. pp.49-56.

**CHOMSKY**, Noam (1980 [1957]). *Estruturas sintáticas*. Lisboa: Edições 70.



- CIPOLLA**, Carlo M. (1974). *História económica de Europa pré-industrial*. Lisboa: Edições 70.
- COELHO**, Christiane (2008). “Contra-correntes migratórias: o regresso dos brasileiros”. Actas do Colóquio “Caminhos do Futuro”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos2/Christiane%20Coelho.pdf>. [21.01.2010].
- COHEN**, David, **LA VEGA**, Rosa de, **WATSON**, Gabrielle (2001) [Eds]. *Advocacy for social justice. A global action and a reflection guide*. Bloomfield, CT: Kumarian Press.
- COLLINOT**, André, **MAZIERE**, Francine (1997). *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- CONNOR**, Walter (1996). “Beyond reason: the nature of the ethnonational bond” in J. Hutchinson e Adam Smith (Orgs). *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press. pp.69-75.
- COSTA**, Francisco Lima (2008). *Globalização, diversidade e cidades criativas. O contributo da imigração para as cidades. O caso de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento. Mimeo. Lisboa: FCSH-UNL.
- COSTA**, Suzano, **VARELA**, Odair (2009). “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Comunidade ‘Lusófona’ ou Fictícia?” in *Tempo Exterior: Revista de Análise e Estudos Internacionais*. N.19. Julho/Dezembro 2009.
- COUTINHO**, Ângela (2008). “Construtores políticos da ‘Lusofonia’: o primeiro governo da República de Cabo Verde” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa (CD-ROM)*. SociNova/Migrações.
- COUTO**, Mia (1991). *Cronicando*. Lisboa: Caminho.
- CRAVEIRINHA**, José (1974). *Karingana ua Karingana*. Lisboa: Edições 70.
- CRISTÓVÃO**, Conceição (2001). “Poder, literatura e Cultura”. Disponível em <http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/77-poder-literatura-e-cultura.html>. [05.05.2005].
- CRISTÓVÃO**, Fernando (Dir. e Coord.) (2005). *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores.
- CRUZ**, Manuel Braga da (1999). *Transições históricas e reformas políticas em Portugal*. Lisboa: Bizâncio.
- CRUZ**, Marques da (1935). *Alma lusa*. Lis e Lena. São Paulo: Edições Companhia de Melhoramentos de São Paulo.

**CUMMINGS**, Milton (2003). *Cultural diplomacy and the United States Government: a survey*. Washington, D.C.: Center for Arts and Culture.

**CUNHA**, Celso (1984). *Uma política do Idioma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

----- (1985). *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

**CUNHA**, Eneida Leal (2003). “Familiaridade lusófona” in *Revista Bahia Análise & Dados*. Vol.13. n.1. Junho de 2003. Bahia: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. pp. 121-126. Disponível em

**CUNHA**, Isabel (2005). “Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono” in *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona: Comunicação, Identidades, Migrações e Culturas na Lusofonia*. São Paulo: INTERCOM. Ano 3. N.1. 2005. pp. 9-34.

**CUNHA**, Paulo Ferreira (2006). Em entrevista a Fátima Vieira in *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*. N.5. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1650.pdf>. [31.01.2010].

**DACOSTA**, Fernando (1997). “O petróleo do século XXI” in *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível em <http://ciberduvidas.sapo.pt/antologia.php?rid=618>. [01.04.2004].

**DAVIDSON**, Donald (2001). *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press.

**DELANTY**, Gerard (1995). *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*. London: Palgrave Macmillan.

----- (2002). “Communitarism and citizenship” in Engin Isin e Bryan Turner (ed.) *Handbook of citizenship studies*. London: SAGE Publications.

----- (2003). “The making of a post-western Europe: a civilizational analysis” in *Thesis Eleven*. N. 72, Fevereiro 2003. Pp.8-25.

----- (2006). “La idea de una Europa cosmopolita: de la importancia cultural de la europeización” in *Recerca, Revista de pensament i anàlisi*. N.6. pp.85-108. Disponível em [www.raco.cat/index.php/RecercaPensamentAnalisi/article/view/File/106984/153121](http://www.raco.cat/index.php/RecercaPensamentAnalisi/article/view/File/106984/153121). [01.11.2009]

**DELANTY**, Gerard, **RUMFORD**, Chris (2005). *Rethinking Europe: Social theory and the implications of Europeanization*. London: Routledge.

**DIAS**, Jorge (1971). *Estudos de carácter nacional português*. Lisboa : Centro de Estudos de Antropologia Cultural.

----- (1985). *O essencial sobre os elementos fundamentais da cultura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- DIECKHOFF**, Alain (2001). *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DOMINGUES**, Francisco (1998). “A prática de navegar” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.62-87.
- DOMINGUES**, João (1997). “Identidade, Influência e Cooperação: o empreendimento Político da CPLP”. Mimeo. Paris: Université de Paris 1 (Sorbonne). Versão abreviada disponível em <http://www.terravista.pt/PortoSanto/1646/> [25.17.2002].
- (2001). “A resistência da língua portuguesa” in *O Mundo em Português*. N.13. Outubro. Disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=938>. [04.11.2009].
- (2006). “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa enquanto vertente securitária de cooperação” in Oscar Argibay, João Pim e Bárbara Kristensen (Coord.) *Paz e segurança para o século XXI*. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz. pp.41-54. Disponível em <http://www.igesip.org/pazseguranza.pdf>. [04.11.2009].
- DOMINGUES**, Nuno (2005). *Jovens negros em Lisboa: biografia(s) de uma festa de hip hop*. Dissertação de Licenciatura, Mimeo. Lisboa: FCSH-UNL.
- DOMINGUES**, Nuno, **CARVALHO**, Francisco (2006). “Post-colonial second generation: the Portuguese case”. SociNova Working Papers. FCSH-UNL.
- DOUGHERTY**, James, **PFALTZGRAFF**, Robert (2003). *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva.
- DURKHEIM**, Émile (1989). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Editorial Presença. (1ª Edição: 1985).
- ELIA**, Sílvio (1989). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática.
- ELIAS**, Nbert (1975). *La dynamique de l’occident*. Paris: Presses Pocket.
- EPIFÂNIO**, Renato (2006). *Visões de Agostinho da Silva*. Lisboa: Zéfiro.
- ESPERANÇA**, João (2001). “O crioulo português de Bidau e a evolução do tétum praça” in *Estudos de Linguística Timorense*. Aveiro: SUL (Associação de Cooperação para o Desenvolvimento). pp. 19-47.
- ESPERANÇA**, João, **OLIVEIRA**, Triana de, **ARAÚJO**, Irta, **BOSSA**, Icha, **SILVA**, Clara (2005). *O que é a Lusofonia / Saida maka luzofonia*. Dili: Instituto de Camões – Centro de Língua Portuguesa de Díli.
- FARINHA**, António Dias (1998). “Norte de África” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.119-136.

- FANON**, Frantz (1963). "On national culture" in *The wretched of the Earth*. Londres: Penguin Books. pp.166-199. Disponível em <http://www.cscsarchive.org/dataarchive/otherfiles/1050201/file>. [29.10.2009].
- FERNANDES**, João (1999). "Dimensão Territorial da Identidade Portuguesa no Final do Século XX: a integração na Europa e no Mundo" in *A Identidade Portuguesa*; Cadernos de Língua e Cultura Portuguesas. Série História e Geografia, nº1. Faculdade de Letras. Coimbra. Disponível em <https://woc.uc.pt/fluc/getFile.do?tipo=2&id=2385>. [02.10.2009].
- (2008). "Os laços culturais e a globalização – a comunidade lusófona e a CPLP enquanto actores nas actuais dinâmicas de desenvolvimento" in Márcio Moraes Valença (Coord.) *Globalização e marginalidade*. Natal: EDUFRN. Disponível em <https://woc.uc.pt/fluc/getFile.do?tipo=2&id=2386>. [02.10.2009].
- FERNANDES**, Mário (2004). "A vitalidade da lusofonia" in *Revista Portuguesa de Ciências Desportivas*. 6(1). Setembro 2004. pp.119-123.
- FERREIRA**, Claudino (1998). "A Exposição Mundial de Lisboa de 1998: contextos de produção de um mega-evento cultural" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.51. Junho de 1998. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. pp.43-68.
- FERREIRA**, José Medeiros, **BARREIRA**, Cecília (1994). "A evolução cultural e das mentalidades" in José Mattoso (Dir.). *História de Portugal. Portugal em transe (1974-1985)*. 8ºVol. Lisboa: Círculo de Leitores. pp.166-173.
- FERREIRA**, Manuel (1977). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. 2 Vols. Venda Nova: Instituto de Cultura Portuguesa.
- (1988). *Antologia Panorâmica da Poesia Africana de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Plátano Editora.
- FERREIRA**, Maria José (1996). *A Lusofonia e a política da língua e da cultura. A cooperação com os países africanos lusófonos. Tese de Mestrado em Relações Interculturais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FERREIRA**, Nuno Estêvão (2009). *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ICS. Disponível em [http://digitool01.sibul.ul.pt:1801/view/action/nmets.do?DOCCHICE=18506.xml&dvs=1263130785304~249&locale=pt&search\\_terms=Instituto%20de%20Ciências%20Sociais&adjacency=%20&DELIVERY\\_RULE\\_ID=5&usePid1=true&usePid2=true](http://digitool01.sibul.ul.pt:1801/view/action/nmets.do?DOCCHICE=18506.xml&dvs=1263130785304~249&locale=pt&search_terms=Instituto%20de%20Ciências%20Sociais&adjacency=%20&DELIVERY_RULE_ID=5&usePid1=true&usePid2=true). [09.01.2010].
- FIGUEIREDO**, Roseana (2002). "A literatura – um espelho da sociedade" in *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa, balanços e desafios*. Vol.2. pp.299-302.
- FISH**, Stanley (1980). *Is there a text in this class? : the authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard University Press.

- FONSECA**, Luís (2007). “A aposta da CPLP” in *Pensar, comunicar, actuar em Língua Portuguesa – 10 anos da CPLP*. Lisboa: CPLP. s/pp.
- FORTUNA**, Carlos (1987). “O tempo e o modo de dominação colonial” in *O Estado Novo – das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*. Vol.II. Lisboa: Fragmentos. pp.81-87.
- FOWLER**, Roger, **HODGE**, Robert, **KRESS**, Gunter, **TREW**, Tony (1979). *Language and Control*. Londres: Routledge & Kegan Paul Lda.
- FRANÇA**, José-Augusto (1991). *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand Editora.
- FREIRE**, Gilberto (1933). “*Casa grande & Senzala*”: *formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- FREIXO**, Adriano de (2004). “Entre o Atlântico e a Europa: O Fim do Império e a Redefinição do Papel de Portugal no Sistema-Mundo” in *Actas do 2º Colóquio do PPRLB*. Disponível em <http://www.realgabinete.com.br/coloquio/autor.asp?indice=5>. [13.08.2008].
- FURTADO**, Cláudio (2002). “Movimentos sociais e a sociedade civil na CPLP. Interesses e propostas de atuação” in Carlos Henrique Cardim e João Batista Cruz (Orgs). *CPLP: oportunidades e perspectivas*. Brasília: IPRI. pp.107-126.
- (2003). “A busca de um imaginário (im)possível” in *O Mundo em Português*. N.45-47. Junho-Agosto 2003. Disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=525>. [02.02.2010]
- GARDIN**, Bernard, **BAGGIONI**, Daniel, **GUESPIN**, Louis (1980). *Pratiques linguistiques, pratiques sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- GEERTZ**, Clifford (1973). *The interpretation of cultures: selected essays*. Nova Iorque: Basic Books.
- GELLNER**, Ernest (1964). *Thought and change*. Londres: Weidenfeld & Nicolson.
- GERVEN**, Walter van (2005). *The European Union: a polity of states and peoples*. California: Stanford University Press.
- GHIGLIONE**, Rodolphe, **MATALON**, Benjamin (1993). *O Inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS**, Anthony (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editora.
- GIL**, José (2009). *Em busca da identidade : o desnorte*. Lisboa: Relógio D’Água.

- GILL**, Rosalind (2002). “Análise de discurso” in Martin W. Bauer e George Gaskell (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes. Pp.244-70.
- GILROY**, Paul (1999). *The black Atlantic: modernity and double consciousness*. Londres: Verso.
- GIRAUD**, Pierre-Noël (1996). *L'inégalité du monde*. Paris: Gallimard.
- GODINHO**, Vitorino Magalhães (1981-83). *Os Descobrimentos e a economia mundial*. 4 vols. Lisboa: Presença.
- (1990). *Mito e mercadoria, utopia e prática de navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel.
- (2004). *Portugal: a emergência de uma Nação (das raízes a 1480)*. Lisboa: Edições Colibri.
- GOETHE**, Johann Wolfgang von (1980 [1809]). *As afinidades electivas*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- GOMES**, Aldónio (1994). “À procura de uma política de língua para África” in *Colóquio. Educação e Sociedade. Revista quadrimestral*. N. 6. Julho de 2004. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. pp.159-188.
- GOMES**, Aldónio, **CAVACAS**, Fernanda (1997). *Dicionário de Autores de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- GOMES**, Márcio (2006). “A cultura e os ideais da CPLP” in AAVV. *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 anos da CPLP*. Lisboa: CPLP.
- GONÇALVES**, Adelto (2009). “Para escapar dos escombros e reconstruir a lusofonia” in [http://triplov.com/letras/adelto\\_goncalves/2009/lusofonia.htm](http://triplov.com/letras/adelto_goncalves/2009/lusofonia.htm). [14.05.2009].
- GONÇALVES**, Flávio (2008). “A Lusofonia como Comunidade de destino” in Sem Correntes. Publicação digital luso-brasileira. Número 3. Disponível em [www.fileden.com/files/2008/5/13/1909617/sem%20correntes%20n%C3%BAmero%203.pdf](http://www.fileden.com/files/2008/5/13/1909617/sem%20correntes%20n%C3%BAmero%203.pdf) [10.09.2009].
- GOODY**, Jack (2000). *O Oriente no Ocidente*. Lisboa: Difel.
- (2008). *O roubo da história. Como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Editora Contexto.
- GOUVEIA**, Carlos (2002). “Análise crítica do discurso: enquadramento histórico” in Maria Helena Mateus e Clara Nunes Correia (eds). *Saberes no tempo: homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Colibri. pp.335-351.

- GRAÇA**, Pedro (2008). “O Problema do Consenso Histórico na Área Lusófona” in *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, n.2 (Prim. 2008). Lisboa: ISCSP. pp. 123-139.
- GROSS**, John, **MCMURRAY**, David (2004). “Musical discourse on homeland and heritage in the Puerto Rican and Algerian diasporas” in Alec Hargreaves (Dir.). *Minorités postcoloniales anglophones et francophones. Études culturelles comparées*. Paris: L’Haarmattan. pp.91-114.
- GUARDIOLA**, Nicole (2006a). “Os percursos da CPLP” in AAVV. *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 anos da CPLP*. Lisboa: CPLP. pp.31-34.
- (2006b). “A CPLP e a Lusofonia” in AAVV. *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 anos da CPLP*. Lisboa: CPLP. pp.135-137.
- GUESPIN**, Louis (1971). “Problématique des travaux sur le discours politique” in *Langages*. Vol.6. N.23. Paris: Didier-Larousse. pp.3-24.
- GUIMARÃES**, Ângela (1983). “A ideologia colonialista em Portugal no último quartel do século XIX” in *Ler História*. N.1. Lisboa: A Regra do Jogo. pp.69-79.
- HALL**, Stuart (1990). “Cultural Identity and Diaspora” in Jonathan Rutherford (ed.) *Identity: Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart. pp.222-237.
- (1997). “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. *Educação & Realidade*. V. 22. N.2. pp. 15-46. Disponível em [http://74.125.155.132/scholar?q=cache:TxFu4JJYriAJ:scholar.google.com/+cultural+identity+and+diaspora+stuart+hall&hl=pt-PT&as\\_sdt=2000&as\\_vis=1](http://74.125.155.132/scholar?q=cache:TxFu4JJYriAJ:scholar.google.com/+cultural+identity+and+diaspora+stuart+hall&hl=pt-PT&as_sdt=2000&as_vis=1). [01.10.2005].
- HAMILTON**, Russell (1975). *Voices from an Empire*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- (1981). *Literatura africana. Literatura necessária I – Angola*. Lisboa: Edições 70.
- HARDT**, Michael, **NEGRI**, Antonio (2005). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- HARVEY**, David (1993). *A condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- HAZARD**, Paul (1946). *La pensée européenne au XVIII<sup>e</sup> siècle. De Montesquieu à Lessing*. Paris: Boivin et Cie.
- (1948). *Crise da Consciência Europeia. 1680-1715*. Lisboa: Cosmos.

- HENRIQUES**, Mendo (2000). “Os três segredos da lusofonia” in Portugal em Linha – a Comunidade Lusófona online. Disponível em <http://www.portugal-linha.pt/20080317711/Os-tres-segredos-da-lusofonia/menu-id-73.html>. [30.04.2009].
- HOBBSAWM**, Eric (1990). *Nations and Nationalism since 1780. Programme, myth, reality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOGGART**, Richard (1975). *As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Vol.2. Lisboa: Editorial Presença.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de (1972) (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. Vol.1 – *A época colonial. Do descobrimento à expansão territorial*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- HORTA**, Ana Paula Beja (2008). “Que integração política? Políticas locais e associativismo imigrante – o caso português” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa (CD-ROM)*. SociNova/Migrações.
- HOUAISS**, Antônio, **VILLAR**, Mauro de Salles (2002). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- HUNTINGTON**, Samuel (1999). *O choque de civilizações e a mudança na ordem mundial*. Lisboa: Gradiva.
- JERÓNIMO**, Miguel Bandeira (2006). “Os missionários do alfabeto nas colónias portuguesas (1880-1930) ” in Diogo Ramanda Curto (Dir.) *Estudos de Sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: FCG & FCT. pp.29-67.
- JONES**, Eric (1987). *O milagre europeu (1400-1800). Contextos, economias e geopolíticas na História da Europa e da Ásia*. Lisboa: Gradiva.
- KAHN**, Robert, **CANNELL**, Charles, (1957). *The dynamics of interviewing; theory, technique, and cases*. Nova Iorque: Wiley.
- KAUFMANN**, Jean-Claude (1996). *L’entretien compréhensif*. Paris: Nathan.
- KIDDER**, Louise, **JUDD**, Charles (1986). *Research methods in social relations*. Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston.
- KRESS**, Gunter, **HODGE**, Robert (1979). *Language as ideology*. Londres: Routledge & Kegan Paul Lda.
- KRISTEVA**, Julia (1979). *Intertextualidades*. Coimbra: Almedina.
- LACLAU**, Ernest (1990). *New reflections of the revolution of our time*. Londres: Verso.
- LAGES**, Mário, **POLICARPO**, Verónica (2003). *Atitudes e valores perante a imigração*. Lisboa: OI/ACIME.



- LALANDA**, Piedade (1998). “Sobre metodologia qualitativa na pesquisa sociológica” in *Análise Social*. Vol.XXXIII (148). pp.871-883.
- LANDES**, David (2002). *A riqueza e a pobreza das nações*. Lisboa: Gradiva.
- LANEYRIE-DAGEN**, Nadeije (dir.) (2000). *Memória do mundo. Das origens ao ano 2000*. Mem-Martins: Círculo de Leitores.
- LAYNE**, Christopher, **THAYER**, Bradley (2007). *American empire: a debate*. Nova Iorque: Routledge.
- LEAL**, Ernesto Castro (2009). “Aspectos da recepção do Padre António Vieira em Histórias de Portugal dos séculos XIX e XX” in *Revista interdisciplinar de estudos ibéricos e ibero-americanos*. Ano III. N.10. Juíz de Fora. Abril a Julho de 2009. pp.5-21. Disponível em <http://www.estudosibericos.com/arquivos/iberica10/castrovieira.pdf>. [10.11.2009].
- LEÃO**, Duarte Nunes de (1983). *Ortografia e origens da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LEITÃO**, José (2002). “Standard mínimo de direitos na Lusofonia” – Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. n.68. Coimbra: Coimbra Editora.
- (2008). “O processo de institucionalização das Associações de origem imigrante” in Margarida Marques *et alii*. *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade*. Lisboa: Fim de século. pp.23-45.
- (2009b). “Estudo sobre Cidadania e Circulação no espaço da CPLP”. Disponível em [www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cidCirc/Binder1.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/cidCirc/Binder1.pdf). [22.07.2009].
- LEITE**, Serafim (1962). *Novas páginas da História do Brasil*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- LEÓNARD**, Yves (1999a) “O império colonial Salazarista” in Francisco Bethencourt & Kirrti Chaudhuri (Dir.) *História da Expansão Portuguesa*. Vol.V – *Último império e recentramento (1930-1998)*. Navarra: Círculo de Leitores. pp.10-30.
- (1999b). “As Ligações a África e ao Brasil” in Francisco Bethencourt & Kirrti Chaudhuri (Dir.) *História da Expansão Portuguesa*. Vol.V – *Último império e recentramento (1930-1998)*. Navarra: Círculo de Leitores. pp.421-441.
- LEOUSSI**, Athena (Ed.) (2001). *Encyclopaedia of nationalism*. New Jersey: Transaction Publishers.
- LEROI-GOURHAN**, André (1981). *O gesto e a palavra*. Lisboa: Edições 70.
- LEWIS**, M. Paul (ed.) (2009). *Ethnologue: Languages of the World*. 6ª Edição. Dallas, Texas: SIL International. Versão em linha: [www.ethnologue.com/](http://www.ethnologue.com/).

- LONG**, Norton (1958). "The local community as an ecology of games". *American Journal of Sociology*. V.64. N.3. Dezembro. pp.251-261.
- LOPES**, António Simões (2002). "Prefácio à edição portuguesa" in Joseph Stiglitz. *Globalização. A grande desilusão*. Lisboa: Terramar. pp.5-20.
- LOPES**, Carlos (2006). "CPLP: paradoxo certo ou futuro incerto?" in AAVV. *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa. 10 anos da CPLP*. Lisboa: CPLP. pp.139-141.
- LOPES**, Ernâni (2008). "Lusofonia: uma ideia para o futuro" in *Tempo Livre*. Dez.2008. pp.48-49.
- LOPES**, Luís Ferreira (2006). "A construção de uma Comunidade" in Luís Ferreira Lopes e Octácios dos Santos. *Os novos descobrimentos. Do Império à CPLP: ensaios sobre história, política, economia e culturas lusófonas*. Coimbra: Almedina. pp.7-43.
- LOPES**, Luís Ferreira, **SANTOS**, Octávio dos (2006). *Os novos descobrimentos. Do Império à CPLP: ensaios sobre história, política, economia e culturas lusófonas*. Coimbra: Almedina.
- LOURENÇO**, Eduardo (1978). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Dom Quixote.
- (1988). *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (1999). *A Nau de Ícaro, seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MAALOUF**, Amin (2002). *As identidades assassinas*. Lisboa: Difel.
- MAIA**, Ana Clarissa (2009). *Uma recorrente comunidade lusófona: percepções jornalísticas brasileiras e portuguesas acerca do processo de gestão e formalização da CPLP (1989-1997)*. Mimeo. Brasília: Universidade de Brasília-Instituto de Relações Internacionais.
- MACHADO**, Fernando Luís (2001). "Contextos e percepções de racismo no quotidiano" in *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.36. pp.53-80.
- MACHADO**, Fernando Luís, **MATIAS**, Ana Raquel (2006). *Bibliografia sobre Imigração e Minorias Étnicas em Portugal 2000-2006*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MACIEL**, Cármen (2002). "O peso da Língua, do Livro e das instituições enquanto afluentes do grande rio: a Lusofonia". SociNova Working Papers. FCSH-UNL. Comunicação apresentada no Seminário "Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX" (Lisboa, Janeiro 2002).

----- (2003). *O Lusotropicalismo e a Lusofonia: duas versões poéticas da Identidade Nacional Portuguesa?*. Mimeo. Lisboa: FCSH-UNL.

----- (2004a). “*Língua Portuguesa: diversidades literárias – o caso das literaturas africanas*”. SociNova Working Papers. FCSH-UNL. Disponível em [www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=302](http://www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=302).

----- (2005a). “*Maio 2004, Mês de África em Lisboa*”. SociNova Working Papers. FCSH-UNL. Disponível em [www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=646](http://www.socinovamigration.org/conteudos.asp?IDCONT=646).

----- (2005b). “African immigrants as cultural mediators in Lisbon: the European Center of African Cultures for a month”. SociNova Working Papers. FCSH-UNL. Comunicação apresentada no Congresso Internacional Metropolis “Our diverse cities” (Toronto. Outubro 2005). Disponível em <http://www.toronto.ca/metropolis/metropolistoronto2005/pdf/Presentation2.pdf>.

----- (2007a). “*›Retornados‹ aus den ehemaligen Kolonien in Portugal seit den 1970er Jahren*” in K. Bade, P. Emmer, L. Lucassen und J. Oltmer (org.) *Migration, Integration und Minoritäten seit dem 17. Jahrhundert: eine europäische Enzyklopädie*. Munich und Paderborn: Ferdinand-Schöningh-Verlag und the Wilhelm-Fink-Verlag. pp.898-900.

----- (2007b). “*Angolanische und mozambikanische Arbeitswanderer in Portugal seit den 1970er Jahren*” in K. Bade, P. Emmer, L. Lucassen und J. Oltmer (org.), *Migration, Integration und Minoritäten seit dem 17. Jahrhundert: eine europäische Enzyklopädie*, Munich und Paderborn: Ferdinand-Schöningh-Verlag und the Wilhelm-Fink-Verlag, 2007, pp.377-380.

----- (2008a). “*Produção e Mediação Cultural – um estudo de caso sobre o papel das associações ligadas aos PALOP em Lisboa*” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa* (CD-Rom). Socinova Migrações.

----- (2008b). “*Percursos de pintores subsarianos do espaço lusófono e o mercado de produção cultural na Europa*” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa* (CD-Rom). Socinova Migrações.

**MADEIRA**, Ana Isabel (2003) *Sons e silêncios da Lusofonia: uma reflexão sobre os espaços-tempos da língua portuguesa*. Cadernos Prestige. N.18. Lisboa: Educa.

----- (2004). “*A bandeira da língua como um arquétipo de pátria: ficções da lusofonia em contexto pós-colonial*”. Comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra. 18.Set.2004. Disponível em [www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/AnaMadeira.pdf](http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/AnaMadeira.pdf). [18.05.2008].

----- (2006). “*Estudos Comparados em História da Educação Colonial. Algumas considerações sobre a comparação no espaço da língua portuguesa*” in *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*. N.1. Set./Dez. 2006. pp.37-56.

- MAGALHÃES**, Joaquim Romero de (1998a). “O reconhecimento do Brasil” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.192-216.
- (1998b). “Os limites da expansão asiática” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – Do índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol.2. Navarra: Círculo de Leitores. pp.8-27.
- (1998c). “A construção do espaço brasileiro” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – Do índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol.2. Navarra: Círculo de Leitores. pp.27-64.
- MAGALHÃES**, José Calvet de (1997). *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal.
- (2001). “Relações luso-brasileiras: O sucesso da aposta comercial” in *O Mundo em Português*. N.18. Março 2001.
- MALTEZ**, José Adelino (1991). “Sobre a Estratégia cultural portuguesa”. Separata do *Boletim da AICP*. N.18 Lisboa: Academia Internacional da Cultura Portuguesa.
- MANN**, Michael (1993). *The Sources of Social Power*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARCH**, James, **OLSEN**, Johan (2008 [1984]). “Neo-institucionalismo: fatores organizacionais na vida política” in *Revista de Sociologia Política*. Curitiba. V.16. n.31. Novembro de 2008. pp.121-142.
- MARCHUETA**, Maria Regina (2003). *A CPLP e seu enquadramento*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal.
- MARGARIDO**, Alfredo (1980). *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MAROY**, Christian (1997). “A análise qualitativa de entrevistas” in *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva. pp.117-155.
- MARQUES**, António Henrique de Oliveira (1986). *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- MARQUES**, M. Margarida (1994). *Mobilidade profissional e redes sociais em meio urbano*. Dissertação de Doutoramento. Mimeo: FCSH-UNL.
- (2004a). “Comentário à intervenção de Jorge Vala” in *Actas do I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, cidadania, integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. pp.62-64.

----- (2004b). “Singularidade nacional e construção da cidadania. Algumas reflexões sobre a difícil incorporação dos imigrantes na sociedade portuguesa”. Comunicação apresentada na Universidade do Minho a 24 de Novembro de 2004. Disponível em [http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload\\_ficheiros/Singularidade%20nacional%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidadania.pdf](http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload_ficheiros/Singularidade%20nacional%20e%20constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidadania.pdf). [12.06.2007].

----- (2008). “Legados post-coloniais. Migrantes subsarianos em Portugal” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do II Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa (CD-ROM)*. SociNova/Migrações.

----- (2009). “Imigração e diversidade. A produção cultural de África na Europa” in Paula Godinho e Susana Pereira Bastos (org.) *Livro de homenagem a Jorge Crespo*. Lisboa: Sem Luz. pp.617-628.

----- (no prelo). “Post-colonial Portugal: between Scylla and Charybdis” in Ulbe Bosma, Jan Lucassen & Geert Oostindie (org.) *Postcolonial migrations and identity politics*. Londres: Berghan.

**MARQUES, M. Margarida, COSTA, Francisco** (2007). “Building a market of ethnic references. Activism and diversity in multicultural settings in Lisbon” in Jan Rath (Org.). *Tourism, ethnic diversity and the city*. Nova Iorque e Londres: Routledge. pp.181-198.

**MARQUES, M. Margarida, DIAS, Nuno** (2008). “Immigrant entrepreneurs in Lisbon: from diversity to Lusophony”. *International Journal of Business and Globalization*. V. 2. N. 4. pp. 403-418.

**MARQUES, M. Margarida, DIAS, Nuno, MAPRIL, José** (2005). “Le retour des caravelles et la lusophonie. D’exclusion des immigrés à l’inclusion des lusophone?” in RITAINE, Évelyne (dir.). *L’Europe du Sud face à l’immigration*. Paris: PUF, pp.149-183.

**MARQUES, M. Margarida, MARTINS, Joana Lopes** (2005), *Jovens, Migrantes e a Sociedade da Informação e do Conhecimento. A escola perante a diversidade. Um estudo de caso*. Lisboa: ACIME.

**MARQUES, M. Margarida, MARTINS, Joana Lopes** (2006). “Schooling and migration in Portugal. Language diversity, Lusophonia and capacity building by the Portuguese state”. Comunicação apresentada na *Conference on Migration and the Lusophone World*. 17-18 Novembro. Georgetown University (Washington, USA).

**MARQUES, M. Margarida, OLIVEIRA, Catarina, DIAS, Nuno** (2001). “Immigrant entrepreneurs: three stories on embedded autonomy”. Working paper. Lisboa: Socinova.

**MARQUES, M. Margarida, SANTOS, Rui** (2004). “Top-down and bottom-up reconsidered: the dynamics of immigrant participation in local civil society” in R. Penninx, K. Kraal, M. Martiniello e S. Vertovec (eds.). *Citizenship in European Cities*.

*Immigrants, local politics and integration policies: diversity and convergence in European Cities*. Aldershot: Ashgate. pp.107-126.

**MARQUES, M. Margarida, SANTOS, Rui, LEITÃO, José** (2008). *Migrações e participação social. As associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade*. Lisboa: Fim de século.

**MARQUES, M. Margarida, SANTOS, Sofia, CARVALHO, Francisco, DOMINGUES, Nuno, COSTA, Francisco** (2008). Relatório Projecto “Turismo étnico. Uma oportunidade e um new deal para as cidades?”. Vols 3 e 4. Lisboa: Socinova.

**MARQUES, M. Margarida, VALENTE ROSA, M. João** (2003). “L’intégration des immigrés au Portugal: singularité ou retard?” in *Sociologia: Problemas e Práticas*. N.41, pp.9-36.

**MARQUES, M. Margarida, VALENTE ROSA, M. João, MARTINS, Joana Lopes** (2007). “School and diversity in a context of a weak state” in *Journal of Ethnic and Migration Studies*. Vol. 33. N.7. pp.1145-1168.

**MARTELO, David** (1998). *As mágoas do Império*. Mem-Martins: Europa-América.

**MARTINELLI, Alberto** (2003). “Markets, Governments, Communities and Global Governance” in *International Sociology*, vol. 18(2). pp. 291-323.

**MARTINIELLO, Marco** (2005). ‘Ethnic Minority Cultural Productions as Forms of Political Expression’ in S. Vertovec & S. Wessendorf (Coord.) *Migration and Cultural, Religious and Linguistic diversity in Europe: an overview of issues and trends*. State of the art report Cluster B6. Mimeo. pp.68-69.

**MARTINS, Hermínio** (1998). *Classe, status e poder – e outros ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: ICS.

**MARTINS, Joana Lopes** (no prelo) “Post-colonial women’s citizenship. Between identity and social class” in M. Abraham, E. Ngan-ling Chow, L. Maratou-Alipranti, E. Tastsoglou (orgs.) *Contours of Citizenship: Women, Diversity and Practices of Citizenship*. Aldershot: Ashgate Publishing.

**MARTINS, Moisés de Lemos** (2004). “Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários”. Conferência Inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, subordinado ao tema “Lusofonia”. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 28 de Abril a 1 de Maio de 2004. Disponível em [http://bath.eprints.org/847/1/mmartins\\_LusotropiLusofonia\\_2004.pdf](http://bath.eprints.org/847/1/mmartins_LusotropiLusofonia_2004.pdf). [02.08.2007].

**MARX, Karl, ENGELS, Friedrich** (1975). *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Edições Avante.

**MATA, Inocência** (1992). *Pelos trilhos da Literatura Africana em Língua Portuguesa*. Braga: Cadernos do Povo.

- (2003). “O universal e o local nas literaturas africanas: uma dicotomia sem suporte”. Disponível em [http://ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/165-o-universal-e-o-local-nas-literaturas-africanas-uma-dicotomia-sem-suporte-\\*.html](http://ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/165-o-universal-e-o-local-nas-literaturas-africanas-uma-dicotomia-sem-suporte-*.html). [02.12.2004].
- (2004). *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*. Lisboa: Edições Colibri.
- (2008). “A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?” in *O Marrare, Revista da Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da UERJ*. Nº 8. Rio de Janeiro: Instituto de Letras. pp.20-34. Disponível em [www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm](http://www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm) [06.04.2009].
- MATA, Vera, GOMES, Artur** (2001). “Gilberto Freyre, Casa Grande & Senzala e o mito de origem do povo brasileiro” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N.59. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- MATHIEU, Anne** (2009). “Frantz Fanon, uma voz dos oprimidos” in *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição on-line de Março de 2009. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2009-04,a2832> [24.10.2009].
- MATOS, Artur Teodoro de** (1988). *As escalas do Atlântico no século XVI*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica e Tropical (Série “Separatas do C.E.H.C.A. N.197).
- MATTOSO, José** (1994) (Dir). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores. 8 Volumes.
- (1998). “Antecedentes medievais da expansão portuguesa” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa*, vol.1. Navarra: Círculo de Leitores, pp.12-25.
- MAZIÈRE, Francine** (2007). *A análise do discurso: história e prática*. São Paulo: Parábola.
- MCLUHAN, Marshall, FIORE, Quentin** (1967). *The medium is the message: an inventory of effects*. New York: Bantam Books.
- MEDEIROS, Adelardo** (2006). “História da língua no Brasil”. Disponível em [http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt\\_3.3.a.php](http://www.linguaportuguesa.ufrn.br/pt_3.3.a.php) [25.01.2010].
- MEDEIROS, Paula** (2006). “Lusofonia: discursos e representações” in *O cabo dos trabalhos: Revista electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*. n.1. 2006. Disponível em [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611\\_lusofonia\\_discursos\\_representacoes.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/documentos/200611_lusofonia_discursos_representacoes.pdf). [05.06.2007].
- MELO, Alexandre** (2002). *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera.
- MERTON, Robert K.** (1949). *Social Theory and Social Structure*. New York: The Free Press.

- MILL**, John Stuart (1967 [1861]). *O Governo Representativo*. Lisboa: Arcádia.
- MORAIS**, Lívio (2008). “A diáspora sub-sahariana e a produção cultural” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa* (CD-Rom). Socinova Migrações.
- MOREIRA**, Adriano (1956). *Política Ultramarina*. Col. ECPS. N.1. Lisboa: JIU.
- (1979). *Ciência Política*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- (1981). “O Poder cultural” in *Nação e Defesa*. N.18. Abril-Junho. pp.41-51.
- (2000). *Luso-tropicalismo: uma teoria social em questão*. Colecção Outras Obras. Lisboa: Vega.
- (2002). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- (2004). *A Europa em Formação (a crise do atlântico)*. 4ª Edição. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOTA**, Carlos (1991). “Democracia e desigualdades sociais: em busca de uma memória comum” in Boaventura de Sousa Santos (Dir.). *Revista Crítica de Ciências Sociais. 1º Congresso Luso-Afrto-Brasileiro de Ciências Sociais. Saber e imaginar o social*. Vol.1. N.32. Junho de 1991. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. pp.35-56.
- MOURÃO**, Fernando Albuquerque (1994). “A CPLP num mundo globalizado” in *Jornal de Letras*. N.628. 9 a 22 de novembro. Lisboa. pp.XI-XII.
- (2000). “A Comunidade de Países de Língua Portuguesa: a base lingüística e a base material” in Fernando dos Santos Neves (Org.) *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologas, Realidades e Potencialidades*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. pp. 95-107.
- MOSCOVICI**, Serge (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- MPOYI-BUATU**, Thomas (1993). “L’histoire littéraire selon Mário Andrade” in *Notre Libraire*. n.115. Paris: CLEF.
- MUSHAKOJI**, Kinhide (2000). “Em busca de uma nova aliança anti-hegemónica” in Agnes Heller et all. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto. pp.193-217.
- NANCY**, Jean-Luc (1986). *La communauté desoeuvrée*. Paris: Christian Bougois.
- (2001). *La communauté affrontée*. Paris: Galilée.



- NEMÉSIO**, Vitorino (1938). “Conferências na Europa, por Gilberto Freyre” in *Revista de Portugal*. Fascículo I, Vol.II. Lisboa: Imprensa Portuguesa.
- NEVES**, António (1999). “Comunidade africana no Brasil” in *Camões. Revista de Letras e de Culturas lusófonas. Pontes lusófonas II*. n.6 de Julho/Setembro de 1999, Lisboa: Instituto Camões. pp.124-127.
- NEVES**, Fernando Santos (2000) (Org.). *A globalização societal contemporânea e o espaço lusófono: mitideologias, realidades e potencialidades*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- NICO**, Magda, **GOMES**, Natália, **ROSADO**, Rita, **DUARTE**, Sara (2007). *Licença para criar. Imigrantes nas artes em Portugal*. Coleccção Observatório da Imigração, n.23. Lisboa: ACIME.
- NOGUEIRA**, Franco (1967). *The third world*. London: Johnson.
- NUNES**, Adérito Sedas (1977). *Questões preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- NUNES**, António José Avelãs (2003). *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Lisboa: Caminho.
- NUNES**, José Horta (2004). “Levantamento bibliográfico de dicionários brasileiros de Língua Portuguesa : uma interpretação discursiva” in *Estudos Linguísticos*. Vol.XXXIII. São Paulo: Campinas. pp.805-810.
- (2008). “Dicionário, sociedade e língua nacional: o surgimento dos dicionários monolíngües no Brasil” in Ivana Lima e Laura do Carmo (Org.) *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, pp.353-374.
- NUNES**, José Horta, **PETTER**, Margarida (2002) (Orgs). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas.
- NUNES**, José Horta, **SELIGMAN**, Kátia (2003). “Discurso lexicográfico: as reedições do dicionário da língua portuguesa” in *Alfa: Revista de Linguística*. Disponível em [http://goliath.ecnext.com/coms2/gi\\_0199-5558943/Discurso-lexicografico-as-reedicoes-do.html](http://goliath.ecnext.com/coms2/gi_0199-5558943/Discurso-lexicografico-as-reedicoes-do.html) [10.01.2010].
- NYE JR.**, Joseph (2002). *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: UNESP.
- OLIVEIRA**, Denize de (2008). “Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização” in *Revista de Enfermagem da UERJ*. Outubro/Dezembro de 2008. N.16(4). Rio de Janeiro. pp.569-576. Disponível em <http://www.facenf.uerj.br/v16n4/v16n4a19.pdf> [10.12.2009].
- OLIVEIRA**, Ricardo de (2002). “Política, diplomacia e o império colonial português ba primeira metade do século XVIII » in *História: Questões & Debates*. N.36.

Curitiba: Editora UFPR. pp. 251-278. Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/2695/2232>. [10.11.2009].

**ONDJAKI** (2001). *Bom dia Camaradas*. Lisboa: Caminho.

----- (2004). *Quantas Madrugadas tem a Noite*. Lisboa: Caminho.

**OPPENHEIMER**, Jochen (1997). “Réalités et mythes de la coopération portugaise” in D. Couto, A. Enders e Y. Léonard (ed.) *Lusotopie 1997 ("Lusotropicalisme: Ideologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones")*. Paris: Edições Kartala. pp.469-478.

**ORLANDI**, Eni (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes.

----- (2002). *Língua e conhecimento lingüístico*. Campinas : Pontes.

**PAIS**, José Machado (1996). “Levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a juventude portuguesa – tradições e mudanças (1985-1995)” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.21, pp.197-221.

**PALMEIRA**, José (2006). “Xeoestratexia lusófona na era global” in *Tempo Exterior*. N.12. Janeiro/Junho 2006. pp.11-20.

**PANITCH**, Leo, **GINDIN**, Sam (2004). *Global Capitalism and American Empire*. Londres: Merlin Press.

**PÊCHEUX**, Michel (1969). *Analyse Automatique du Discours*. Paris: Dunod.

----- (1997). “Análise Automática do Discurso” in Françoise Gadet e Tony Hak (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp. pp 61-151.

**PEDREIRA**, Jorge (1998a). “O fim do Império Luso-Brasileiro” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – Do Brasil para África (1808-1930)*. Vol.4. Navarra: Círculo de Leitores. pp.215-227.

----- (1998b). “Sobre os escombros de um Império: entre o Brasil e África” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – Do Brasil para África (1808-1930)*. Vol.4. Navarra: Círculo de Leitores. pp.228-243.

**PINA CABRAL**, João de (2002a). “Agora podes saber o que é ser pobre: identificações e diferenciações no mundo da lusotopia”. Working paper 5-02. Abril 2002. ICS.

----- (2002b). “A identidade social: uma aproximação à relevância da categoria”. Working paper 3-02. Maio 2002. ICS.

- (2005). “Crises de fraternidade: literatura e etnicidade no Moçambique pós-colonial” in *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre. Ano 11. N.24. Jul./Dez. 2005. pp.229-253.
- PINTO, Ana, COUTO, Célia, NEVES, Pedro** (1993). *Temas de História 10*. Porto: Porto Editora.
- PINTO, António Costa** (1999a). “A guerra colonial e o fim do império português” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa*, vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, pp.65-98.
- (1999b). “Da África à Europa” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa*, vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, pp.414-420.
- PINTO, José Filipe** (2004). *Do império colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Coleção Biblioteca Diplomática do MNE, Série D. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- PINTO, José Madureira** (1977). “Ideologias: inventário crítico dum conceito (II)” in *Análise Social*. Vol.XIII (49). pp.97-144.
- PIRES, Francisco Lucas** (1997). *Schengen e a comunidade de países lusófonos*, Coimbra: Coimbra Editora.
- PIRES, Maria Lucília** (2005). “Língua”. Entrada temática do *Dicionário Temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores. pp.605-607.
- PIRES, Rui Pena** (1987) (Coord.). *Os Retornados. Um Estudo Sociográfico*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- (1999a). “O regresso das colónias” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa*, vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, pp.182-196.
- (1999b). “A imigração” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa*, vol.5. Navarra: Círculo de Leitores, pp.197-211.
- (2002). “Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001” in *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.39. pp.151- 186.
- (2003). *Migrações e integração*. Lisboa: Celta.

- PIZARRO**, Mário (2003). “Mais mito que realidade” in *O Mundo em Português*. N.45-47. Junho-Agosto 2003. Disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=523>. [02.02.2010]
- PORTES**, Alejandro (1999). *Migrações Internacionais. Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta.
- PORTUGAL**, Francisco Salinas (1999). *Entre o Próspero e Caliban: literaturas africanas de língua portuguesa*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- POSSIDÓNIO**, Dora (2004). ‘The descendants of Angolans and Luso-Angolans in the Lisbon Metropolitan Area: aspects of their integration’, *Finisterra*. Vol.XXXIX. N.77: pp.39-58.
- PRASS**, Gisele (2005). “A língua portuguesa e seu alto grau de diversidade e de variabilidade”. Disponível em [www.guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2005/artigos/letras/65.pdf](http://www.guaiba.ulbra.tche.br/pesquisas/2005/artigos/letras/65.pdf). [10.08.2009].
- PUTNAM**, Robert (1996). *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.
- QUENTAL**, Antero de (1926). “Causas da decadência dos povos peninsulares” (2ª Conferência) in *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. pp.27-63.
- QUINTAS**, Fátima (2007). “A senzala fez o idioma. *Língua Portuguesa*” in *Segmento*, n.25. Nov.2007. São Paulo. Disponível em [www.scribd.com/doc/520249/A-senzala-fez-o-idioma-Gilberto-Freyre](http://www.scribd.com/doc/520249/A-senzala-fez-o-idioma-Gilberto-Freyre) [08.01.2010].
- QUIVY**, Raymond, **CAMPENHOUDT**, Luc Van (1998). *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RAMADA CURTO**, Diogo (1998a). “A língua e o Império” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.414-433.
- (1998b). “A literatura e o Império: entre o espírito cavaleiroso, as trocas da corte e o humanismo cívico” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.433-454.
- (1998c). “As práticas de escrita” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – O Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Vol.3. Navarra: Círculo de Leitores. pp.421-462.
- RAMOS**, Emanuel (1975). *Os Lusíadas de Luís de Camões*. Porto: Porto Editora.
- RAMOS**, Rui (1994) “A Europa transformada” in José Mattoso (Dir.) *História de Portugal*. Vol. VI – *A segunda fundação (1890-1910)*. Círculo de Leitores. pp.13-37.

- REIS**, Jayme Batalha (1890). “Características de Portugal na Europa” in Eça Queirós (dir.) *Revista de Portugal*. Vol.III. Porto: Editores Lugan & Genelioux. pp.346-376 .
- RÉMOND**, René (1994). *Introdução à História do nosso tempo. Do Antigo Regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva.
- REZK**, Antônio (1998). “O mundo Eurocêntrico” in *Novos Rumos*. n.27. São Paulo: Edições Novos Rumos. Disponível em [www.mhd.org/artigos/rezk\\_eurocentrismo.html](http://www.mhd.org/artigos/rezk_eurocentrismo.html) [27.05.2009].
- RIBEIRO**, Margarida Calafate, **FERREIRA**, Ana Paula (2003) (Orgs). *Fantasma e Fantasias do Império Português Contemporâneo*. Porto: Campo de Letras.
- RILEY**, Carlos (1998). “Ilhas atlânticas e costa africana” in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – A Expansão do Império (14515-1570)*. Vol.1. Navarra: Círculo de Leitores. pp.137-162.
- RISSE**, Thomas (2003a). “The Euro between national and European identity” in *Journal of European Public Policy*. Vol.XX. n.4. pp.487-503.
- (2003b). “An emerging European identity? What we know, and how to make sense of it”. Lecture delivered at the University of Helsinki. April 25. Disponível em <http://www.fu-berlin.de/atasp>. [27.10.2009].
- ROCHA-TRINDADE**, Maria Beatriz (1998). “Lusofonia, interculturalidade e cidadania” in M. B. Rocha-Trindade (Coord.). *Interculturalismo e cidadania em espaços lusófonos*. Mem Martins: Publicações Europa-América. pp.11-13.
- RODRIGUES**, Jorge, **DEVEZAS**, Tessaleno (2007). *Portugal: Pioneiro da Globalização*. Lisboa: Centro Atlântico.
- ROSÁRIO**, Lourenço do (1996). *Singularidades. Estudos Africanos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- (2007). “Lusofonia: cultura ou ideologia?” Disponível em <http://recautodasletras.uol.com.br/artigos/524802>. [08.05.2008].
- ROSAS**, Fernando (1994a). “O Estado Novo nos anos 30” in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Vol.7 – *O Estado Novo (1926-1974)*. Círculo de Leitores. pp.243-299.
- (1994b). “Portugal depois da Guerra: Estado velho, mundo novo (1950-1974)” in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. Vol.7 – *O Estado Novo (1926-1974)*. Círculo de Leitores. pp.503-544.
- ROUSSEAU**, Jean-Jacques (1760). “Extrait du project de paix perpétuelle” in *Oeuvres Complètes*. Vol. 3. Paris: Bibliothèque de la Pléiade.

- RUMFORD**, Chris (2003). "European Civil Society or Transnational Social Space?" in *European Journal of Social Theory*. N.6 (1). pp. 25-43.
- RUSSEL-WOOD**, Anthony John (1998a). *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América*. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel.
- (1998b). "Comunidades étnicas" in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Vol.2. Navarra: Círculo de Leitores. pp.151-168.
- (1998c). "Comunidades étnicas" in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (Dir.). *História da expansão portuguesa – O Brasil na balança do Império (1697-1808)*. Vol.3. Navarra: Círculo de Leitores. pp.210-222.
- SÁ-MACHADO**, Manuel de (1973). *Para uma comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- SANTOS**, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- (1996). "A queda do *Angelus Novus*: para além da equação moderna entre raízes e opções" in *Revista Crítica de Ciências Sociais* I. N. 45. Maio 1996, pp.5-34.
- (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.
- (2001). *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS**, Juliana Soares (2001). "CPLP: gênese e instituições" in José Sombra Saraiva (org.) *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI. Disponível em [www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/CPLP-geneseinstituicoes.doc](http://www2.mre.gov.br/deaf/CPLP/CPLP-geneseinstituicoes.doc). [04.11.2009].
- SANTOS**, Júlio Rocha (2001). *A projecção da música e dos músicos de origem caboverdeana no mundo: as redes transnacionais protagonizadas pelos caboverdeanos*. Tese de Licenciatura. Mimeo. Lisboa: FCSH/UNL.
- SANTOS**, Luís António (2003). "Portugal and the CPLP: heightened expectations, unfounded disillusion" in Stewart Lloyd-Jones e António Costa Pinto (Eds.). *The last empire: 30 years of Portuguese decolonization*. Bristol: Intellect Ltd. Disponível em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3079/1/lantos\\_CPLP\\_2003.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3079/1/lantos_CPLP_2003.pdf). [02.08.2007].
- SANTOS**, Sofia (2007). "Imagens da Cidade Planeada. A Diversidade Cultural no pensamento estratégico de Lisboa". Working Paper. SociNova, Universidade Nova de Lisboa.

- SANTOS**, Tiago, **OLIVEIRA**, Catarina, **ROSÁRIO**, Edite, **KUMAR**, Rahul, **BRIGADEIRO**, Elisabete (2005). *Research survey on migrants' experiences of racism and discrimination in Portugal (EUMC)*. Oeiras: Numena.
- SANTOS**, Victor Marques dos (2004). "Lusofonia e projecção estratégica. Portugal e a CPLP" in *Nação e Defesa*. N.109 – 2º Série. Outono de 2004. pp.123-151. Disponível em [www.idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD\\_101\\_120/NeD\\_109/ND\\_109-Vitor%20Marques%20dos%20Santos.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD_101_120/NeD_109/ND_109-Vitor%20Marques%20dos%20Santos.pdf). [13.11.2009]
- (2005). "Portugal, a CPLP e a lusofonia – reflexões sobre a dimensão cultural da política externa" in Jorge Roza de Oliveira (dir.). *Publicação semestral do Ministério dos Negócios Estrangeiros*. n.8. Julho 2005. pp.71-94.
- SARAIVA**, José Sombra (1996). *O lugar da África. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- (2001). *CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: IBRI.
- SARDINHA**, João (2008). "Solidariedade, alternativas e 'empowerment': a mobilização associativa de e para gerações descendentes de imigrantes africanos na grande Lisboa" in Cármen Maciel (ed.) *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa (CD-ROM)*. SociNova/Migrações.
- SCHLESINGER**, Philip (1997). "Wishful thinking: cultural politics, media, and collective identities in Europe" in Annabelle Srebeny-Mohammadi, Dwayne Winseck, Jim Mckenna e Oliver Body-Barret (eds.) *Media in global context: a reader*. London: Arnold. pp. 67-77.
- SCHMITTER**, Philippe (1992). "A Comunidade Europeia: uma forma nova de dominação política" in *Análise Social*. Vol. XXVII. N.118-119. pp. 739-772.
- SEABRA**, Hugo (2005). *Delinquência a preto e branco. Estudo de jovens em reinserção*. Lisboa: ACIME/Observatório da Imigração.
- SEIXAS**, Eunice (2007). "Discursos pós-coloniais sobre a lusofonia: comparando Agualusa e Saramago" in *Cronos*. Vol.8. n.1. pp.131-155. Disponível em [www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.1/d6.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.1/d6.pdf). [16-11-2009].
- SEMEDO**, Odete (2003). "Língua esvoaçante" in *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*. Disponível em [www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=723](http://www.ciberduvidas.com/antologia.php?rid=723). [25.05.2005].
- SIEBER**, Timothy (2002). "Composing lusophonia: multiculturalism and national identity in Lisbon's 1998 musical scene" in Andrea Klimt e Stephen Lubkemann (Ed.) *Diaspora – A Journal of Transnational Studies. Special issue on Portugueseness, migrancy and diasporicity*. Vol.11. n.2. Outono 2002. Toronto: University of Toronto Press. pp.163-188.

- SIMMEL**, George (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SILVA**, Agostinho da (2000). “Considerando o Quinto Império” in *Ensaio sobre literatura e cultura portuguesa e brasileira*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp.249-260.
- SILVA**, António Duarte (1995). “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)” in *Análise Social*. Vol.XXX (130). pp.5-50.
- SILVA**, Lúcia (2005). “Qual o papel da Internet na promoção da (in)existência de laços entre os investigadores da comunidade lusófona?” in *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Ano 3. N.1. 2005. pp.189-2007.
- SILVA**, Lúcia, **ABREU**, Jorge (2003). “Cidades digitais – o novo ‘urbanismo’ potencial catalisador da lusofonia” in *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Ano 1. N.1. Abril de 2003. pp.57-71.
- SILVA**, Maiko César (2008). “Casa grande primeiro & Senzala depois: inovação e reação na obra-mestra de Gilberto Freyre”. Disponível em [http://www.artigos.com/artigos/humanas/historia/casa-grande-primeiroesenzala-depois:-inovacao-e-reacao-na-obra\\_mestra-de-gilberto-freyre-4814/artigo/](http://www.artigos.com/artigos/humanas/historia/casa-grande-primeiroesenzala-depois:-inovacao-e-reacao-na-obra_mestra-de-gilberto-freyre-4814/artigo/). [08.01.2010]
- SILVA**, Maurício (2008). “A tradição da transgressão: língua portuguesa e identidade cultural em Luandino Vieira” in *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*. N.34. pp.225-236. Disponível em [www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo14.pdf](http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo14.pdf). [14.03.2010].
- SILVA**, Pedro Agostinho da (2007). “Agostinho da Silva – sua englobante face política: pressupostos, concepção e ação de uma política externa do Brasil em relação a África” in Renato Epifânio (org.) *Agostinho da Silva. Pensador do mundo a haver. Actas do Congresso Internacional do Centenário de Agostinho da Silva (15-17 Novembro 2006)*. Corroios: Zéfiro. pp.15-23.
- SMART**, Barry (1994). “Sociology, globalization and postmodernity: comments on the sociology for one world” in *International Sociology*. Vol.9. N.2. pp.149-159.
- SMITH**, Adam (2006). *A Riqueza das Nações*. Lisboa: Edições Calouste Gulbenkian.
- SMITH**, Anthony (1997). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SOARES**, Mário (1974). “A eclosão da Guerra Colonial” in *Portugal Amordaçado*. Lisboa: Arcádia.
- (1987). *Intervenções*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2000). *Português e Europeu*. Lisboa: Temas e Debates.
- SOBRAL**, José Manuel (1995). “Memória e identidades sociais – dados de um estudo de caso no espaço rural” in *Análise Social*. Vol.XXX (131-132). pp.289-313.



- (2004). “O Norte, o Sul, a raça, a nação” – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)” in *Análise Social*. n.171. pp.255-284.
- (2005). “Jack Goody: nota bibliográfica” in *Análise Social*. n.173. pp.763-765.
- SOUSA**, Helena (2000). “Os Media ao Serviço do Imaginário: Uma Reflexão sobre a RTPInternacional e a Lusofonia” in *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste*, Série de Comunicação, Vol. 14 (1-2).
- SOUSA**, Helena, **MARINHO**, Sandra (2004). “Lusocom: a Study of Communications Policies and Discourses in the Lusophone Space”. Working paper. CECS: UMinho. Disponível em [www.cecs.uminho.pt](http://www.cecs.uminho.pt). [03.04.2006].
- SOUSA**, Luís (1999). *A Construção da Identidade na Literatura Moçambicana*. Lisboa: Biblioteca Vítor de Sá – Universidade Lusófona. (tese de doutoramento policopiada).
- SOUSA**, Luís, **REIS**, Maria do Céu, **LARANJEIRA**, Pires (1995). *Discursos*. n.9. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- SOUZA**, Teotónio Reis de (1997). “Some contrasting visions of Luso-tropicalisms in India” in Diogo do Couto, Armelle Enders e Yves Léonard *Lusotopie 1997 (“Lusotropicalisme: ideologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones)*. Paris: Edições Kartala. pp.377-387.
- (1999). “Lusofonia e Lusotopia no Oriente: O caso do folclore goês” in *Revista de Humanidades e Tecnologias*, n.1. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. pp.109-116.
- (2007). “A história comum: valor a explorar no desenvolvimento cultural e existencial dos povos lusófonos – caso de Goa”. Palestra proferida na sessão de encerramento do *I Congresso Mundial de Lusofonia*, a 10.Fev.2007 na Sociedade de Geografia de Lisboa. Disponível em [http://www.supergoa.com/pt/read/news\\_cronica.asp?c\\_news=666](http://www.supergoa.com/pt/read/news_cronica.asp?c_news=666). [03.11.2009].
- STIGLITZ**, Joseph (2002). *Globalização. A grande desilusão*. Lisboa: Terramar.
- STIGLITZ**, Joseph, **GREENWAL**, Bruce (2004). *Rumo a um Novo Paradigma em Economia Monetária*. São Paulo: Francis.
- STRAUSS**, Anselm, **CORBIN**, Juliet (1998). *Basics of qualitative research*. Londres: Publicações Sage.
- SVARTMAN**, Eduardo Munhoz (2006). “As relações do Brasil com a África lusófona nos anos 1970” in *História. Debates e Tendências*. Vol. 6. N.1. pp. 5-21. Disponível em [www.upf.br/ppgh/download/Texto\\_eduardo.pdf](http://www.upf.br/ppgh/download/Texto_eduardo.pdf). [03.11.2009].
- TAVARES**, José Luís (2004). *Paraíso apagado por um trovão*. Praia: Spleen.

- TELES**, Ana Filipa (2009). *A dimensão cultural da Política Externa Portuguesa: da década de noventa à actualidade*. Mimeo. Lisboa: FCSH-UNL.
- TELO**, António (1999). “A questão alemã e a unidade europeia” in Sérgio Matos (coord.). *A construção da Europa: problemas e perspectivas*. Lisboa: Edições Colibri. pp.73-104.
- TENGARRINHA**, José (1999). “Portugal e a Europa: abstracções e realidades nacionais” in Sérgio Matos (coord.). *A construção da Europa: problemas e perspectivas*. Lisboa: Edições Colibri. pp.29-38.
- THOMAZ**, Omar Ribeiro (2001). “«O bom povo português»: usos e costumes d’aquém e d’além mar” in *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 7(1). Rio de Janeiro. pp.55-87.
- (2002). “Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa” in Cristiana Bastos, Miguel Vale de Almeida & Bela Feldman-Bianco (Org.). *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. pp. 39-64.
- TOFFLER**, Alvim (1984). *A terceira vaga*. Lisboa: Livros do Brasil.
- TÖNNIES**, Ferdinand (1947). *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Losada.
- TORRES**, Adelino, **FERREIRA**, Manuel Ennes (2001). “A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas” in Adriano Moreira (Coord.) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Coimbra: Almedina. pp.23-119.
- TRENZ**, Hans-Jög (1999). “National identity between Europe and overseas: public discourse on immigration in Portugal”. *Cultura. Revista de história e Teoria das Ideias*. V.XI. IIª.Série. pp.325-344.
- TREVOR-ROPER**, Huhg (1996) [1966]. *A formação da Europa cristã*. Lisboa: Verbo.
- UMBELINA**, Natália (2008). “Associações, Elites: diferentes formas de participação cívica” in Cármen Maciel (ed.) *Actas do I Encontro Internacional Migrantes Subsarianos na Europa (CD-ROM)*. SociNova/Migrações.
- VALA**, Jorge (Org.) (1999a). *Novos racismos: perspectivas comparadas*. Oeiras: Celta.
- (1999b). “Opinião pública, sondagens e legislação”. Disponível em [www.aacs.pt/bd/documentos/deb19990503/deb19990503d.htm](http://www.aacs.pt/bd/documentos/deb19990503/deb19990503d.htm). [14.07.09].
- (2004). “Processos identitários e gestão da diversidade” in *Actas do I Congresso Imigração em Portugal. Diversidade, cidadania, integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. pp.48-61.
- VELHO**, Gilberto (1981). *Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

- VENÂNCIO**, José Carlos (1996). *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*. Coleção Palavra Africana. Lisboa: Veja.
- VERDELHO**, Telmo (2002). “Dicionários portugueses, breve história” in José Horta Nunes e Margarida Petter (Orgs.) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas. pp.15-64.
- (2003). “O dicionário de Moraes da Silva e o início da lexicografia moderna” in *História da língua e história da gramática – actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho / ILCH. pp.473-490.
- (s/dt). “Dicionários portugueses. Breve história”. Disponível em [http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios\\_breve\\_historia.pdf](http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf) [13.07.2008]
- VERÓN**, Eliseo (1973). “Remarques sur l'idéologique comme production de sens” in *Sociologie et sociétés*. Vol.5, n.2. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal. pp.45-70. Disponível em <http://id.erudit.org/iderudit/001826ar> [31.01.2010].
- VIANNA**, Carlos (2003). “A comunidade brasileira em Portugal”. Disponível em <http://www.casadoBrasil.info/spip.php?article112>. [25.09.2007].
- VIEGAS**, Francisco José (1998). “Uma ponte sobre a língua atlântica. Reflexões sobre uma descoberta do Brasil” in *Camões. Revista de Letras e de Culturas Lusófonas*. n.2. Julho/Setembro 2002. Lisboa: Instituto Camões. pp.6-12.
- VIEIRA**, José Luandino (2003). *Nosso Musseque*. Lisboa: Caminho.
- (2004). *João Vêncio: os seus amores*. Lisboa: Caminho.
- VITORIO**, Benalva da Silva (2003). “Lusofonia: proposta para a reinvenção de uma comunidade” in *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. Ano 1. N.1. Abril de 2003. pp.11-23.
- WALKER**, Robert (1990). “The concept of Culture in the theory of International Relations” in *Culture and International Relations*. Nova Iorque: Praeger.
- WALLERSTEIN**, Immanuel (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2000). “Globalization or the age of transition? A long-term view of the trajectory of the world system” in *International Sociology*, vol. 15(2). pp. 251-267.
- WELKER**, Herbert Andreas (2006). “Breve histórico da metalexicografia no Brasil e dos dicionários gerais brasileiros”. Disponível em [http://www.let.unb.br/hawelker/metalex\\_Matraga.pdf](http://www.let.unb.br/hawelker/metalex_Matraga.pdf). [04.01.2010].
- WHITE**, Ellen (1977). *Educação*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira.

**WHITE**, Lynn (1972). "The expansion of technology 500-1500" in *The Fontana economic history of Europe*, vol.1. Londres: Editado por Carlo M. Cipolla.

**WILLIAM**, Outhwaite, **BOTTOMORE**, Tom (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

**WOLF**, Eric (1956). "Aspects of group relations in a complex society: Mexico" in *American Anthropologist*, n.58, pp. 1065-1078.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### Percurso do termo Lusofonia e de outros relacionados em dicionários/enciclopédias

Data	Título, Local e Editora	Autor(es)	Luso-	Lusofonia	Lusófono/a	Lusotropicalismo
1900 7ª edição	<b>Diccionario completo (Histórico-Etymológico) da Língua Portuguesa</b>  Coimbra: França Amado	António Augusto Cortesão	Não tem.  Nota: tem Lúsico. Luso ou lusitano (ex.: <i>Lúsica terra...</i> )	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1909 1ª edição	<b>Diccionario Prosódico de Portugal e Brazil</b>  Porto: Lopes & C.ª - Successor	António José de Carvalho & João de Deus	<b>Luso</b> ( <i>lú-zu</i> ), adj. Lusitano. p. 563.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1913 1ª edição	<b>O Novo Dicionário da Língua Portuguesa</b>  Porto: Costa & Carvalhho	José Pestana & J. A. Dias Pereira	<b>Luso</b> , adj. – da Lusitânia. p.700	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1913 1ª edição	<b>Novo Dicciónário da Língua Portuguesa</b>  Lisboa: Livraria Clássica Editora  2 volumes	Cândido Figueiredo	<b>Luso</b> , <i>m. e adj.</i> O mesmo que lusitano. (de <i>Lusa</i> , n. p. do supposto fundador da raça lusitânica). <b>Luso...</b> Elemento, que entra na composição de várias palavras, com a designação de <i>lusitano</i> ou de <i>relativo a Portugal</i> . <b>Luso-africano</b> , adj. Relativo a Portugal e a África; <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil; Vol.2, p.76.	Não tem.	Não tem.	Não tem.

1917 1ª edição	<b>Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Livraria Editora Avelar Machado	B. A. Ligorne	<b>Luso...</b> Elemento que entra na composição de várias palavras, com a significação de <i>lusitano</i> ou de <i>relativo a Portugal</i> como: Luso-africano; Luso-francês, etc. p. 625.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1925 4ª edição corrigida e ampliada	<b>Novo Dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Portugal-Brasil Sociedade Editora Arthur Brandão & C.ª  2 volumes	Cândido Figueiredo	<b>Luso</b> , m. e adj. O mesmo que lusitano. (De <i>luso</i> , n.p. do supposto fundador da raça lusitânica). <b>Luso...</b> Elemento que entra na composição de várias palavras, com a designação de <i>lusitano</i> ou de <i>relativo a Portugal</i> . <b>Luso-africano:</b> adj. Relativo a Portugal e a África; <b>Luso-brasileiro:</b> adj. Relativo a Portugal e ao Brasil. Vol.II, p.85.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1925 2ª edição  Nota: a 1ª edição é de 1911 e não tem nenhum dos vocábulos.	<b>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Parceria António Maria Pereira  2 volumes	F. J. Caldas Aulete	<b>Luso</b> ( <i>lu-zu</i> ), adj. e s.m. o mesmo que <i>lusitano</i> . <b>Luso...</b> Elemento que entra na composição de várias palavras, com a significação de <i>lusitano</i> ou de <i>relativo a Portugal</i> . Ex.: Luso-americano, etc. Vol. 2, p.199.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1928 2ª edição	<b>Dicionário Etimológico, Prosódico e Orthográfico da Língua</b>	J. T. da Silva Bastos	<b>Luso</b> s.m. e adj. relativo a Portugal ou á Lusitânia. (De <i>Luso</i> n.p.) <b>Luso...</b> [ <i>lu-zu</i> ], s.m. Elemento	Não tem.	Não tem.	Não tem.

	<b>Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Livraria Editora		que entra na composição de várias palavras, com a significação de <i>lusitano</i> ou de <i>relativo a Portugal</i> . p.863			
1932 1ª edição [Nota: há uma 2ª tiragem desta edição em 1955 e permanece igual]	<b>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</b>  <b>Rio de Janeiro:</b> Livraria Francisco Alves et alli	Antenor Nascentes	Não tem.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1934	<b>Dicionário Elementar da Língua Portuguesa</b>  <b>Porto:</b> Educação Nacional	Augusto Moreno	<b>Luso</b> , <i>adj. e s.m. Lusitano</i> , Português. p.552	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1938  [Nota: há uma 9ª edição em 1951 e permanece igual]	<b>Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</b>  <b>Rio de Janeiro:</b> Civilização Brasileira S/A - Editora	Organizado por um grupo de filólogos.  Hildebrando Lima e Gustavo Barroso (Org.)	<b>Luso</b> , <i>adj. e n.m.</i> O mesmo que lusitano. p.589	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1939 2ª edição	<b>Grande Dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Venda Nova:</b> Bertrand	Cândido Figueiredo	<b>Luso</b> (s.m. e adj.) 1) o mesmo que lusitano (de luso, nome próprio do suposto fundador da raça lusitânica); 2) elemento que entra na composição de várias palavras, com a significação de lusitano ou de relativo a Portugal.	Não tem.	Não tem.	Não tem.



			<b>Luso-africano:</b> adj. relativo a Portugal e a África; <b>Luso-brasileiro:</b> adj. relativo a Portugal e ao Brasil; <b>Lusocultura:</b> f. Cultura do que é luso. Vol.2, p.262.			
1948 1ª edição	<b>Dicionário Geral e Analógico da Língua Portuguesa</b>  <b>Porto:</b> Edições Ouro, Lda  2 volumes	Artur Bivar	<b>Luso...</b> Elemento que entra na composição de algumas palavras com a significação de <i>lusitano</i> . <b>Luso</b> , s.m. e adj. O mesmo que <i>lusitano</i> . <b>Luso-africano</b> , adj. Que se refere a Portugal e à África; <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Que se refere a Portugal e ao Brasil; <b>Luso-cultura</b> , s.f. Cultura do que é luso. Vol.II, p.312	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1949-1959  10ª edição Revista, corrigida e muito aumentada  [Nota: esta é a 1ª edição após 1900]	<b>Grande Dicionário da Língua Portuguesa</b>  [Segundo Acordo Ortográfico de 10 de Agosto de 1945]  <b>Lisboa:</b> Editorial Confluência  12 volumes	António de Moraes Silva (Dir.)  Autores: Augusto Moreno; José F. Cardoso Júnior; José Pedro Machado	<b>Luso</b> , adj. e s.m. O mesmo que <i>lusitano</i> . <b>Luso-</b> , elemento de composição com a significação de <i>lusitano</i> ou relativo a Portugal. <b>Luso-africano</b> , adj. Relativo a Portugal e a África; <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil; <b>Luso-cultura</b> , s.f. A cultura do que é luso; a cultura portuguesa. 1953, Vol.5, p.326-327.	Não tem.	Não tem.	Não tem.

1951 9ª edição	<b>Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</b>  Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira S/A	Hildebrando de Lima e Gustavo Barroso (Org.)	<b>Luso</b> , adj. e s.m. <i>Lusitânico</i> ou <i>lusitano</i> . p.753	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1952 3ª edição	<b>Dicionário de Português</b>  Porto: Porto Editora, Lda	J. Almeida Costa & A. Sampaio e Melo	<b>Luso</b> , adj. e s.m. Lusitano; português; lusiada. (Do lat. <i>Lusu</i> ); <b>Luso...</b> Elemento de composição de palavras que exprime a ideia de <i>lusitano</i> , <i>português</i> ou <i>relativo a Portugal</i> . (Do lat. <i>Lusu</i> ); <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil. p.922	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1953 2ª edição	<b>Dicionário Brasileiro Contemporâneo</b>  Rio de Janeiro: Globo	Francisco Fernandes (org.) F. Marques Guimarães (colab.)	<b>Luso</b> , adj. e s.m. Lusitano; português. p. 677.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1956-59 1ª edição	<b>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</b>  Lisboa: Editorial Confluência  2 volumes	José Pedro Machado	<b>Luso</b> , adj. e s. Do latim <i>lusu-</i> , que só se documenta como antr., nome do filho Liber, que deu nome à Lusitânia [...]; lusitano. 1959, Vol.II, p. 1369.	Não tem.	Não tem.	Não tem.

1956	<p><b>Lello Popular</b>  <b>Novo Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa</b></p> <p><b>Porto:</b> Lello &amp; Irmão – Editores</p>	AAVV	<p><b>Luso ou Lusitano</b>, adj. e s.m. Da Lusitânia; português. Luso entra na formação de adjectivos compostos com a significação de <i>lusitano</i> ou relativo a Portugal (ex.: franco-luso). p.758.</p>	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1958 4ª edição	<p><b>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa *</b>  <b>Edição Brasileira</b></p> <p><b>Rio de Janeiro:</b> Editôra Delta S.A.</p> <p>5 Volumes</p>	Caldas Aulete	<p><b>Luso</b>, adj. e s.m. O mesmo que <i>lusitano</i>  <b>Luso...</b><sup>1</sup> Elemento que entra na composição de várias palavras, com significado de <i>lusitano</i>; o mesmo que <i>lusitano</i>  <b>Luso...</b><sup>2</sup> Elemento que entra na composição de várias palavras, com significado de <i>português</i>; o mesmo que <i>lusitano</i>.  <b>Luso-Africanismo</b>, s.m. Africanismo português  <b>Luso-Africano</b>, adj. Que diz respeito a Portugal e a África, a portugueses e a africanos. Vol. III, p.3042.  <b>Luso-Brasileiro</b>, adj. Que diz respeito a Portugal e ao Brasil, a portugueses e a brasileiros: relações culturais <i>luso-brasileiras</i>.  <b>Luso-Brasilidade</b>, s.f. Conjunto de portugueses e brasileiros; a família luso-brasileira. Qualidade de luso-brasileiro. Vol. III, p.3043</p>	Não tem.	Não tem.	Não tem.

1960 10ª edição revista e aumentada. 1ª ed. 1943	<b>Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</b>  <b>Rio de Janeiro:</b> Editôra Civilização Brasileira, S.A.	Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira	<b>Luso</b> , adj. e s.m. <i>Lusitânico</i> ou <i>lusitano</i> . <b>Luso-Brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil. p.743.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1963-1976  [Nota: em 1992, o 12º vol. continua a ter entrada para Lusotropicalismo, mas não tem para Luso, Lusofonia e Lusófono. Nesta altura são já 23 volumes]	<b>Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura</b>  <b>Lisboa:</b> Verbo  18 volumes	AAVV [Grupo de Professores universitários e de outras instituições de cultura; Especialistas de diversos ramos do saber.]	Não tem.  Aparece apenas Luso no sentido Geográfico (referindo a províncias, cidades e dioceses). Tem também uma referência a publicações de imprensa começadas por Luso. <b>1971</b> , Vol.12, p.777.	Não tem.	Não tem.	<b>Luso-tropicalismo (Teoria do)</b> – SOCIOLOGIA. Teoria formulada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, segundo a qual a expansão portuguesa nas regiões tropicais se traduziu num processo social específico, misto de aventura e rotina, em que não faltou uma vocacional tendência para a miscigenação propiciadora da radicação lusitana naquelas paragens. Ao contrário de outros colonizadores, o português integrou-se facilmente nos trópicos, onde promoveu a criação de sociedades multirraciais tendo por substrato biológico principal gentes luso-afro-ásio-brasileiras. [...] <sup>211</sup>

<sup>211</sup> Continuação: «Ao contrário de outros colonizadores, o português integrou-se facilmente nos trópicos, onde promoveu a criação de sociedades multirraciais tendo por substrato biológico principal gentes luso-afro-ásio-brasileiras. Deste modo, portugueses, africanos, asiáticos e brasileiros, mediante o que aquele sociólogo chamou também «sistema luso-cristão de convivência», ter-se-iam encaminhado naturalmente para uma «espécie de federação espontânea», que, mais do que uma simples «construção verbal», como querem os seus detractores, seria «um complexo novo de civilização: o luso-tropical», verdadeira «simbiose sócio-cultural ou étnico-cultural». Outubro de **1971**. Vol. 12, p.778.

1963-1967 1ª edição	<b>Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa * Edição Brasileira</b>  São Paulo: Edição Saraiva  8 volumes	Francisco da Silveira Bueno	<b>Luso</b> – adj. O mesmo que lusitano, português, lusíada. Lat. <i>Lusus</i> de quem é lenda descenderem os portugueses. 1966, Vol. 5, p.2235.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1966 1ª edição	<b>Dicionário Etimológico Resumido</b>  Instituto Nac. do Livro – Ministério da Educação e da Cultura (do <b>Brasil</b> )	Antenor Nascentes	<b>Luso</b> . Neologismo dos humanistas do Renascimento, tirado do latim <i>Lusitani</i> "os lusitanos". p.455.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1970-197?  [Nota: é feita uma actualização entre 1981-1987 e permanece igual]	<b>Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira</b>  Lisboa & Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda  40 Volumes	António Mendes Correia et alli (Dir.)	<b>Luso</b> : adj. e s.m. O mesmo que lusitano. <b>Luso-</b> : elemento de composição de várias palavras em que entra com a significação de <i>lusitano</i> , relativo à Lusitânia, concernente a Portugal. XV vol., p.641. <b>Luso-africano</b> , adj. Relativo a Portugal e a África. <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil. <b>Luso-cultura</b> , s.f. A cultura do que é luso. XV vol., p.642.	Não tem.	Não tem.	Não tem.  Tem <b>Lusologia</b> , s.f. Ciência do que é luso. XV vol., p.642.  Estabelece paralelo com <b>Brasilogia</b> .

1972	<b>Grande Enciclopédia Delta Larousse</b>  <b>Rio de Janeiro:</b> Editôra Delta  13 volumes	AAVV Editoria de Antônio Houaiss da Academia Brasileira de Letras.	Não tem.	Não tem.	<b>Lusófono.</b> Adj. s. m. Diz-se de um indivíduo ou povo que, não tendo a língua portuguesa como seu vernáculo, a adotam ou a adotaram como língua de cultura, ou base de língua franca ou de crioulos portugueses. (A <b>lusofonia</b> ocorre em vários países de colonização portuguesa, na África, na Oceânia e na Ásia.) Em sentido genérico, usa-se também para designar os todos os que falam português, o que inclui, além daqueles povos, os portugueses, brasileiros e quantos usem a língua portuguesa, ainda que aloglotos. V. Anglófono e Francófono. <sup>212</sup>	Não tem.
1975 1ª edição	<b>Novo dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Rio de Janeiro:</b> Ed. Nova Fronteira	Aurélio Buarque de Holanda Ferreira	<b>Luso</b> (Termo criado pelos humanistas do Renascimento com base no latim <i>lusitanu</i> ) Adj. e s.m. Lusitano. <b>Luso-</b> <i>Elemento de composição</i> = 'português, lusitano': luso-brasileiro. p.856.	Não tem.	Não tem.	Não tem.

<sup>212</sup> Continuação: «Encicl. Excluídos os portugueses e brasileiros, que têm o português como instrumento normal de sua expressão falada e literária, há que considerar o fato de que na África se desenvolve uma literatura de expressão portuguesa. O surto literário contemporâneo surgiu em Cabo Verde, através da revista *Claridade* (1936). As fontes remotas dessa literatura estão definidas: vêm do movimento coimbrão da revista *Presença*, bem como da literatura contemporânea brasileira. Na Guiné Portuguesa, onde as manifestações culturais são mais raras, não houve movimento igual. Também é importante a ação desenvolvida, depois de 1960, pela Publicações Imbondeiro (Sá da Bandeira, Angola) e pelas coleções de poetas e prosadores de Moçambique (cidade da Beira), a par de outras tentativas editoriais, que demonstram nascentes literaturas angolana e moçambicana. Do ponto de vista oral, é difícil estimar com precisão quantas pessoas falam o português; as estimativas grosseiras limitam-se a somar os habitantes de Portugal e as suas províncias ultramarinas com os do Brasil, o que dá de 115 milhões de indivíduos. Mais estreitas são as estimativas que somam as populações brasileira e portuguesa (cerca de 100 milhões de indivíduos), acrescidas de 3 a 10% dos outros territórios, o que totalizaria entre 100,5 milhões e 101,5 milhões de habitantes». Vol.9, p.4130.

1975  Nota: a 4ª edição é de 1980 e mantém-se tudo igual.	<b>Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</b>  São Paulo: Mirador Internacional  2 volumes	Adalberto Prado e Silva, M. Lourenço Filho & al. (coord.)	<b>Luso</b> , <i>adj. e s.m.</i> (de <i>Lusa</i> , n.p.) O mesmo que <i>lusitano</i> . <b>Luso</b> - Elemento de composição. Entra na formação de várias palavras, com a significação de <i>lusitano</i> ou <i>referente a Portugal</i> . <b>lusó-africano</b> , etc. <b>Luso-africano</b> , <i>adj.</i> Que pertence ou se refere a Portugal e a África; <b>Luso-brasileiro</b> , <i>adj.</i> Que pertence ou se refere a Portugal e ao Brasil; <b>Luso-cultura</b> , <i>s.f.</i> Cultura do que é português. Vol. II, p. 1068	Não tem.	<b>Lusófono</b> , <i>adj. e s.m.</i> (luso+fono) 1) Diz-se do, ou o indivíduo que fala português; 2) Diz-se do, ou o indivíduo ou povo que, não tendo o português como seu vernáculo, fala-o por cultura ou por adoção como língua franca, tal como acontece em regiões africanas e asiáticas que sofreram influência dos antigos colonos portugueses. Vol. II, p. 1068	Não tem.
1977 3ª edição [Nota: está tudo igual à 1ª edição datada de 1956-59]	<b>Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa</b>  Lisboa: Livros Horizontes  5 volumes	José Pedro Machado	<b>Luso</b> ( <i>adj. e subs.</i> ) do latim <i>lusu</i> , que só se documenta como antropónimo, nome do filho de Liber, que deu o seu nome à Lusitânia. Vol. III, p.451.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1979	<b>Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</b>  Rio de Janeiro: Editora Nacional	Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira	<b>Luso</b> ( <i>adj. e s.m.</i> ) Lusitânico ou lusitano. <b>Luso-brasileiro</b> : relativo a Portugal e ao Brasil. p.749.	Não tem.	Não tem.	Não tem.

1980	<b>Lello Universal. Novo Dicionário Encyclopédico Luso- Brasileiro</b>  Porto: Lello & Irmão Editores  2 volumes	João Grave (Academia das Ciências de Lisboa) & Coelho Neto (Academia Brasileira de Letras)	<b>Luso...</b> , elemento que entra na composição de varios vocábulos, com a mesma designação de <i>lusitano</i> ou relativo a Portugal. <b>Luso-africano</b> , adj. Relativo a Portugal e à África; <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil. Vol. II, p.120	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1981-1986	<b>Grande Dicionário da Língua Portuguesa</b>  Lisboa: Amigos do Livro  13 volumes	José Pedro Machado (coord.)	<b>Luso-</b> : elemento de composição de várias palavras em que entra com a significação de "relativo à Lusitânia, concernente a Portugal". Tomo VI, p.541.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1982 1ª edição  [em 2001 na 13ª impressão da 2ª edição mantém- se tudo igual]	<b>Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa</b>  Rio de Janeiro: Nova Fronteira	Antônio Geraldo da Cunha	<b>Luso</b> adj. e s.m. 'natural ou habitante de Portugal (ou Lusitânia)' 1572. Do antropônimo lat. <i>Lusus</i> -i, filho de Líber, que deu nome à Lusitânia. Lusitânico. Lusitano. p. 483.	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1984	<b>Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa</b>  Lisboa: Verbo  4 volumes	Francisco Fernandes (Org.)	<b>Luso</b> , adj. e s.m. Lusitano; português. <b>Luso-brasileiro</b> , adj. Relativo a Portugal e ao Brasil Vol. III, p.1127.	Não tem.	Não tem.	Não tem.



1985	<b>Moderno Dicionário da Língua Portuguesa</b>  Ed. Portuguesa: Círculo de Leitores  2 volumes	AAVV	<b>Luso</b> (adj. e s.m., do latim <i>lusu</i> ) Lusitano; português; lusiada. <b>Luso-brasileiro</b> (adj.m.) Relativo a Portugal e ao Brasil. Tomo I, p.1408.	Não tem.	Não tem.	<b>Luso-tropicalismo:</b> Conceito ou cultura de influência mútua dos países de expressão portuguesa situados na zona tropical afro-americana. Tomo I, p.1408.
1985 1ª edição	<b>Grande Dicionário da Língua Portuguesa - Lisa</b>  <b>São Paulo:</b> Editora Lisa S.A. Livros Irradiantes	Francisco da Silveira Bueno	<b>Luso</b> , adj. Lusitânico ou lusitano [natural ou habitante da Lusitânia], p.354	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1986  2ª edição revista e ampliada (1ª Edição: 1975, ver acima)	<b>Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa</b>  <b>Rio de Janeiro:</b> Nova Fronteira	Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira & al.	<b>Luso-</b> Elemento de composição = 'português, lusitano': luso-brasileiro; Luso-africano; Luso-brasileiro. p.1053.	<b>Lusofonia:</b> [De <i>lusófona</i> + -ia] s.f. Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca por quem não a tem como vernáculo; tal como ocorre, p.ex., em vários países de colonização portuguesa. p.1053.	<b>Lusófono:</b> [De <i>luso</i> + -fona] Adj. e s.m. Diz-se de, ou indivíduo ou povo que fala o português. Lusoparlante [De <i>luso</i> + -parlante, 'que fala'] Adj. Diz-se de pessoa cujo idioma é o português. p.1053.	Não tem.
1986	<b>Lello Universal. Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro</b>  <b>Porto:</b> Lello & Irmão Editores 2 volumes	José Lello e Edgar Lello	<b>Luso</b> (adj. e s.m.) de <i>Lusa</i> , nome do suposto fundador da raça lusitânica. Português; Lusiada; O mesmo que lusitano. <b>Luso-africano:</b> adj., Relativo a Portugal e à África; Com o	Não tem.	Não tem.	Não tem.  [Nota: tem Luso-Brasileirismo como «Doutrina que tem por fim a união espiritual dos povos luso-brasileiros. O mesmo que lusitanidade. Vol. II, p.III.

			mesmo significado: <b>Luso-angolano; Luso-brasileiro; Luso-caboverdeano; Luso-São-Tomense; Luso-Timorense.</b> Vol. II, p.III.			
1989 [idêntico ao de 1981-86, mas com novos significados]	<b>Grande Dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Algés:</b> Euro-Formação  13 volumes	José Pedro Machado (coord.)	<b>Luso-</b> : elemento de composição de várias palavras em que entra com a significação de «relativo à Lusitânia, concernente a Portugal». Vol.VI, p.541 Luso-africano; Luso-brasileiro; Luso-cultura;	Não tem.	Não tem.	Não tem.
1991	<b>Grande Dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Publicações Alfa  6 volumes	José Pedro Machado (coord.)	<b>Luso-</b> : elemento de composição de várias palavras em que entra com a significação de «relativo à Lusitânia, concernente a Portugal». Vol.III, p.625 Luso-africano; Luso-brasileiro; Luso-cultura;	Não tem.	Não tem.	Luso-tropicalismo: Civilização estabelecida em países tropicais pelos Portugueses; teve como expoente artístico o Aleijadinho, António Francisco Lisboa, escultor e arquitecto, mulato, falecido, em 1814, com 76 anos. Vol.III, p.625
1992	<b>Lexilello</b> <b>Novo dicionário de Língua Portuguesa</b>  <b>Porto:</b> Lello & Irmão Editores  5 volumes	AAVV	<b>Luso-</b> : elemento de composição com a significação de lusitano ou relativo a Portugal: luso-africano, luso-americano, luso-angolano, luso-asiático, luso-brasileirismo, luso-brasileiro, luso-cabo-verdiano, (...), luso-guineense, (...), luso-macaense, luso-moçambicano, luso-são-tomense, luso-timorense, etc. Vol.III, p.518.	Não tem.	Não tem.	Não tem.

1996	<b>Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube</b>  <b>Alfragide:</b> Ediclube  XVIII volumes	Lorenzo Portillo (dir. geral)	<b>Luso-</b> (do latim <i>Lusu</i> ) Elemento de composição de palavras que expressa a ideia de «lusitano», «português», ou «relativo a Portugal». <b>Luso</b> (adj. e s.m.) Lusitano, português, lusiada. Vol.XI, p.3807. <b>Luso-brasileiro.</b>	Não tem.	Não tem.	<b>Luso-tropicalismo:</b> política colonizadora portuguesa visando uma integração horizontal. Na opinião do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, Portugal não manifestou o mito da superioridade racial, preferindo uma integração e assimilação com as comunidades indígenas que anulou as barreiras da cor. Sendo exclusivamente português, G.F. entende que este fenómeno se deve individualizar no âmbito das Ciências Sociais, atribuindo-lhe o nome de luso-tropicalismo. Esta tese foi rebatida pelo angolano Mário Pinto de Andrade. Vol.XI, p.3807.
1998 1ª edição	<b>MICHAELIS: moderno dicionário da língua portuguesa</b>  <b>São Paulo:</b> Companhia Melhoramentos Walter Weiszflog (Ed.)	AAVV	<b>Luso-</b> <i>elem comp</i> (de luso) Entra na formação de várias palavras, com a significação de lusitano ou de referente a Portugal: <i>luso-africano</i> etc. p.1283.	<b>Lusófonía.</b> ( <i>lusófona+ia</i> ) Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou franca por quem não a tem como vernáculo. Por exemplo, o que ocorre em vários países de colonização portuguesa. p.1284	<b>Lusófono</b> <i>Adj + sm (lusa+fona)</i> 1 Diz-se do, ou o indivíduo que fala português. 2 Diz-se do, ou o indivíduo ou povo que, não tendo o português como seu vernáculo, fala-o por cultura ou por adoção como língua franca, tal como acontece em regiões africanas e asiáticas que sofreram influência dos antigos colonos portugueses. Variante: <i>lusófona</i> . p.1284	Não tem.
1999 3ª Edição revista e ampliada	<b>Aurélio Século XXI. O Dicionário da Língua Portuguesa</b>	Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira  Margarida dos Anjos e	<b>Luso.</b> [Termo criado pelos humanistas do Renascimento, com base no lat. <i>Lusus</i> e <i>Lusitanus</i> ] Adj. e S.m. <i>lusitano</i> . <b>Luso-</b> . [Do antropônimo lat.	<b>Lusofonia.</b> [De <i>lusófona + ia</i> ] S.f. 1) Adoção da língua portuguesa como língua de cultura ou língua franca por quem não a tem como vernáculo; tal ocorre, p. ex., em	<b>Lusófono.</b> Adj. e S.m. Diz-se de, ou país, ou povo, ou indivíduo, etc. que fala português, ou tem o português como língua. p.1241	Não tem.

	<b>Rio de Janeiro:</b> Nova Fronteira	Marina Baird Ferreira (Coord. e Ed.)	<i>Lusus</i> –i, filho de Liber, que deu nome à Lusitânia). Elemento de composição = ‘português’, ‘lusitano’: luso-brasileiro. <b>Luso-africano.</b> [De <i>luso+africano</i> ]. Adj. De, ou pertencente ou relativo a Portugal e a África, ou de origem portuguesa e africana. <b>Luso-brasileiro.</b> [De <i>luso+brasileiro</i> ]. Adj. 1) De, ou pertencente ou relativo a Portugal e ao Brasil, ou de origem portuguesa e brasileira. 2) S.m. Indivíduo de origem portuguesa e brasileira. p. 1241.	vários países de colonização portuguesa. 2) Comunidade formada por povos que habitualmente falam português. p. 1241.		
1999 [8ª Edição. Revista e actualizada]	<b>Dicionário da Língua Portuguesa</b>  <b>Porto:</b> Porto Editora	AAVV	<b>Luso:</b> Adj. e s.m. Lusitano; português; lusiada (do latim <i>Lusu-</i> ) <b>Luso-:</b> elemento de formação de palavras que exprime a ideia de <i>lusitano, português, relativo a Portugal</i> (do latim <i>Lusu-</i> ). <b>Luso-africano:</b> <i>adj.</i> Que diz respeito a Portugal e à África; <b>Luso-brasileiro:</b> <i>adj.</i> Relativo a Portugal e ao Brasil. p.1025.	<b>Lusofonia</b> <i>s.f</i> 1) Conjunto das identidades culturais existentes entre os sete países de língua oficial portuguesa; 2) conjunto dos falantes de português (de <i>luso+-fonia</i> ). p.1025	<b>Lusófono</b> <i>Adj.</i> 1) diz-se do país ou do povo cuja língua oficial é o português; (de <i>luso+-fano</i> ). p.1025  Na edição de 2006, acrescenta-se: «que fala português. <i>S.m.</i> Aquele que fala português». (de <i>luso+-fano</i> ). p.1047	Não tem.
2001 [Nota: Edição Especial com novos vocábulos]	<b>Dicionário Universal de Língua Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Texto Editora	AAVV	<b>Luso</b> , adj. e s.m. Lusitano, português, lusiada. <b>Luso-africano</b> , adj. referente a Portugal e a África; <b>Luso-brasileiro</b> , adj. referente a Portugal e ao Brasil; p. 948.	<b>Lusofonia</b> <i>s.f</i> (neol.) adopção da língua portuguesa como língua oficial, por quem não a tem como língua vernácula; o falar português. p. 949	<b>Lusófono</b> adj. (neol.) designativo de país ou povo que tem como língua oficial o português. p. 949	Não tem.

<p>2001</p> <p>Nota: a Academia tentou lançar um Dic. Em 1793 e em 1976, mas ambos não passaram da letra A.</p>	<p><b>Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa</b></p> <p><b>Lisboa:</b> Academia das Ciências de Lisboa &amp; Editorial Verbo</p> <p>2 volumes</p>	<p>Malaca Casteleiro (Coord.)</p>	<p><b>Luso</b> [luzu]. 1) O mesmo que lusitano. 2) O mesmo que lusitanista.</p> <p><b>Lus(o)-</b> Elemento de formação. (Do lat. <i>Lusus</i>, mit. 'Luso', filho de Liber que, segundo a lenda, deu nome à Lusitânia). Exprime a noção de <i>lusitano</i>, <i>português</i>. <i>Luso-descendente</i>, <i>luso-brasileiro</i>.</p> <p><b>Luso-africano</b>, adj. 1) Que é simultaneamente de Portugal e de África ou dos seus habitantes; que lhes diz respeito. 2) Que reúne características de Portugal e de África; s. Natural ou habitante, simultaneamente de Portugal e de África</p> <p><b>Luso-brasileiro</b>, adj. 1) Que é simultaneamente de Portugal e do Brasil ou dos seus habitantes; que lhes diz respeito. 2) Que reúne características de Portugal e do Brasil; s. Natural ou habitante, simultaneamente de Portugal e do Brasil. Vol.2, p.2310.</p>	<p><b>Lusofonia</b>. s.f. (de lusófono + sufixo -ia)</p> <p>1) qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesa;</p> <p>2) comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial;</p> <p>3) difusão da língua portuguesa no mundo.</p> <p>Vol.2, p.2310.</p>	<p><b>Lusófono</b>. Adj. (luso+sufixo -fono)</p> <p>1) que fala português;</p> <p>2) diz-se do país ou povo cuja língua materna ou oficial é o português.</p> <p>Substantivo</p> <p>1) pessoa que fala português;</p> <p>2) país ou povo cuja língua materna ou oficial é o português. Vol.2, p.2310.</p>	<p><b>Luso-tropicalismo</b> s.m. (de luso+tropicalismo) Teoria sustentada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1990-1987), segundo a qual o relacionamento dos portugueses com os povos e culturas dos trópicos assenta em processos de miscigenação e que alguns autores consideram como percursora do que é hoje a lusofonia.</p> <p>Referência: J/23/5/2000</p> <p>Vol.2, pp.2310-2311.</p>
<p>2001 &amp; 2003</p> <p>[Nota: em</p>	<p><b>Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa</b></p> <p><b>Rio de Janeiro:</b> Instituto Antônio Houaiss</p>	<p>Antônio Houaiss, Mauro de Salles Villar &amp; Francisco Manoel Franco</p>	<p><b>Luso-</b> <i>el.comp.</i> antepositivo, do topónimo Lusitânia, em compostos do tipo Afro-, cuja lógica lhe é totalmente aplicável; há ainda a alternativa ou forma <i>lusitano</i>-<b>Luso-africano</b> adj. 1)</p>	<p><b>Lusofonia</b>, s.f. 1) Conj. daqueles que falam o portug. como ling. materna ou não;</p> <p>1.1) Conj. de países que têm o portug. como ling. oficial ou dominante [a lusofonia abrange,</p>	<p><b>Lusófono</b>. Adj. s.m. (desde1950) l. que ou aquele que fala português; adj. 2. Cuj a língua oficial ou dominante é o português (diz-se de comunidade); Etim <i>luso-</i> + -</p>	<p><b>Não tem Lusotropicalismo</b></p> <p><b>Lusotropologia</b> s.f. (c.1970) Conj. de conhecimentos, teóricos e práticos, relativos à natureza tropical e às suas relações com os</p>

2005 saiu uma edição mais extensa com 18 volumes, as entradas são as mesmas e os significados também. Consultar Tomo XII, p.5133-4]	8 <b>Lisboa:</b> Temas e Debates;  3 volumes		relativo a Portugal e a África; 2) relativo ou pertencente a portugueses e africanos ou composto de elementos pertencentes às culturas desses povos; 3) relativo a ou pertencente à África de língua portuguesa; 4) diz-se de uma pessoa de origem ou ascendência luso-africana; 5) que ou o que tem sangue português e africano. <b>Luso-brasileiro:</b> adj. 1) relativo a Portugal e ao Brasil; luso-brasilico; 2) relativo ou pertencente a portugueses e africanos ou composto de elementos pertencentes às culturas desses povos; 3) diz-se de uma pessoa de origem ou ascendência luso-brasileira; 4) que ou o que tem sangue português e brasileiro. 2003, Tomo II, p.2323	além de Portugal, os países de colonização portug., a saber: Brasil, Moçambique, Angola; Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da pop. de Goa, Damão e Macau, na Ásia, e ainda a variedade de Timor, na Oceânia]. Etim <i>luso- + -fonia</i> 2003, Tomo II, p.2323.	<i>fano</i> Sinónimos/variantes: lusofalante, lusófone, lusoparlante; como adj.: lusofónico. 2003, Tomo II, p.2323	homens de descendência étnica e cultural portuguesa. Etim. Luso+tropicologia, vocábulo forjado por Gilberto Freyre (1900-1987, sociólogo brasileiro). 2003, Tomo II, p.2323
2002	<b>Dicionário de usos do Português do Brasil</b>  <b>São Paulo:</b> Editora Ática	Francisco da Silva Borba	<b>Luso</b> Adj. 1) português; 2) de ou relativo a Portugal; 3) próprio dos portugueses; 5) pessoa natural de Portugal. <b>Luso-brasileiro</b> Adj. 1) de ou relativo a Portugal e ao Brasil ou a seus povos; 2) entre os povos português e brasileiro; 3) pessoa natural de Portugal radicada no Brasil ou com cidadania brasileira. p.975.	<b>Lusofonia</b> n.f. adoção do português como língua de cultura. p.975.	<b>Lusófono</b> Adj. Que se utiliza do português como língua de cultura: a partir do momento em que existe essa comunidade lusófona; Brasil, Portugal e países africanos lusófonos. p.975.	Não tem.

2006	<b>Dicionário Verbo. Língua Portuguesa</b>  <b>Lisboa:</b> Verbo	Fernando Guedes (dir.)	Luso- Elemento de formação de palavras, de origem latina, que significa "lusitano" ( <i>lusíada</i> ) ou "português" ( <i>lusófano, luso-brasileiro</i> ). p.706	n.f. Comunidade construída pelos portugueses e por todos aqueles que têm o português como língua materna ou como língua oficial. Difusão e promoção da ~. p.707	Adj. l. Aquele que fala português. Comunidade ~. Minoria ~. 2. Diz-se do país, ou da população, que tem o português como língua materna ou como língua oficial. p.707	Não tem.
2007  (no mercado desde 14 de Março de 2008)	<b>Novo Grande Dicionário da Língua Portuguesa Conforme Acordo Ortográfico</b>  2 vol.  <b>Cacém:</b> Texto Editores	Maria Paula do Amaral Espinha (coord.)	<b>Luso-</b> (latim <i>lusu-</i> ), prefixo que exprime a ideia de lusitano, português, relativo a Portugal. Exemplo: Lusofonia, Lusófono. Vol. I, p.1209	s.f. l. (neol.) adoção da língua portuguesa como língua oficial, por quem não a tem como língua vernácula. 2. o falar português. Vol. I, p.1209	Adj. l. (neol.) designativo de país ou povo que tem como língua oficial o português. 2. adj. e s.m. Que ou aquele que fala português. Vol. I, p.1209	Não tem.
2009	<b>Dicionário da Língua Portuguesa * 2009 Acordo Ortográfico</b>  <b>Porto:</b> Porto Editora	AAVV. Abílio Perfeito et alii (colab.)	<b>Luso:</b> Adj. e s.m. Lusitano; português; lusíada (do latim <i>Lusu-</i> ) <b>Luso-:</b> elemento de formação de palavras que exprime a ideia de <i>lusitano, português, relativo a Portugal</i> (do latim <i>Lusu-</i> ). Luso-africano, <i>adj.</i> que diz respeito a Portugal e à África; Luso-brasileiro, <i>adj.</i> . que diz respeito a Portugal e ao Brasil. p.994.	<b>Lusofonia</b> <i>n.f.</i> 1) conjunto dos falantes de português; 2) Conjunto das identidades culturais existentes entre os sete países de língua oficial portuguesa: (De <i>luso-+-fonia</i> ). p.994.	<b>usófono</b> <i>adj.</i> 1) diz-se do país ou do povo cuja língua oficial é o português; 2) que fala português. n.m. Aquele que fala português. (de <i>luso-+-fono</i> ). p.994	Não tem.

**ANEXO II – Lista dos Responsáveis pelas iniciativas do “Maio, Mês de África em Lisboa”, em 2004**

<b>Universidades e Escolas</b>	<b>Embaixadas e Ministérios</b>	<b>Institutos e Fundações</b>	<b>Associações</b>	<b>Associações (cont.)</b>	<b>Empresas</b>	<b>Discotecas</b>	<b>Editoras, Livrarias e afins</b>	<b>Outros</b>
Lusófona de Lisboa	De São Tomé e Príncipe em Lisboa	Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	LiÁfrica	FASCP	RDP África	Discoteca B'Leza	Ed. Caminho	Videoteca de Lisboa
Católica de Lisboa	De Angola em Lisboa	FLAD	Congresso de Quadros Caboverdeanos	ASSOMADA	TACV	Planeta Dança	Ed. Dom Quixote	Culturgest
Núcleo de Estudantes Africanos da Lusófona	De Cabo Verde em Lisboa	ICDI	Guineáspora	Espaço Moçambique	TECNECIL	Discoteca Convento	Mabooki	Academia das Ciências em Lisboa
Núcleo de Estudantes Africanos do ISCSP	De Guiné Bissau em Lisboa	Instituto Camões	FACIDE	Associação Cénica Ritual do Soul	Caixa Económica de Cabo Verde	Discoteca Luanda		Organização da Feira do Livro
Escola São Gonçalo do Lumiar	De Moçambique em Lisboa		ASSIA	Associação Pedreira dos Húngaros	FNAC			Forum Social Angolano
	De África do Sul em Lisboa		União dos Estudantes de STP em Lisboa	AJIM	Semanário África			Câmara Municipal de Lisboa
	Ministério da Educação		Associação Intercultural de Jovens Unidos	Associação Espaço Jovem				Câmara Municipal de Loures
			Associação Amigos do Príncipe	APEL				



### ANEXO III – Lista de artistas intervenientes no “Maio, Mês de África em Lisboa”, em 2004

Escritores	Cantores	Cantores (cont.)	Grupos de dança	Grupos musicais	Grupos de teatro	Outros
Alveno Figueiredo e Silva	Zé Manel	Yano	Bambaram	Ferro Gaita	Gota no Oceano	Ângelo Torres (Actor)
	Bonga					
Marcelo Mosse e Paul Fauvet	Gilyto	Ussumane Injai	Pérolas Negras	Timbila Muzimba	Raiz de Cabo Verde de Vialonga	Amorim (DJ)
	Rosa Mestre					
José Eduardo Aqualusa	Melo D	Galissa	Bliguidipi	Mercado Negro		Naide Gomes (Atleta)
	Irmãos verdade					
António Lobo Antunes	Boy Ge Mendes	Guto	Dupla Consciência	Tuna Académica da Univ. Católica		Luís Costa (Encenador)
	Genito Rasta					
Ondjaki	Nancy Vieira	José Afonso	Djumbai Djaz	Nasty People		Elisa Couto Rodrigues (Produtora de cinema)
	Sara Tavares					
Tony Tcheka	Lura	Derito	Mãos Livres	Kuimba N'Gola		Jorge António (realizador)
	Bana					
Luís Carlos Patraquim	Orlando	Manecas Costa	Mambof	Batucadeiras de Cabo Verde		Ana Clara Gomes (Dançarina e Profª)
	Djudju					
Ana Eduardo Santos	Adérito	Tonecas	Batuque Unidos			
	Vadu					
Arlinda Mártires	Zenaida Chantre	Mino	Dança Gaio			
	Mário Rui					
Pepetela	Daniel Rendall	Jimmy Djipson	Netos de Gumbé			
	Marino Silva	Antão Martins	Dupla de Farompal			
	Mio Matsuda	Rui Sangará	Sankofa			
	Maio Coopé	Seco Camará	Grupo juvenil Xacas			
	Patrícia Faria	Azy Monteiro				
	Eneida Marta	Carlos Có				
	Américo Homes	Karin				
	Celina Pereira					

**ANEXO IV – Lista de personalidades intervenientes no “Maio, Mês de África em Lisboa”, em 2004**

<b>Presidentes, Ministros, Embaixadores e outros afins</b>	<b>Directores e Presidentes de associações</b>	<b>Professores</b>	<b>Investigadores</b>	<b>Jornalistas</b>	<b>Críticos Literários</b>	<b>Outros</b>
Jorge Sampaio (PR Portugal)	David Borges (RDP África)	Elisa Rodrigues (Univ. Lusófona)	Sónia Frias (Mestre – ISCSP)	Guilherme Galiano (RDP África)	Nelson Pestana (ISCTE)	José Luís Hophser (Jurista)
Joaquim Chissano (PR Moçambique)	Aly Silva (Jornal Lusófono)	Celeste Quintino (ISCSP/Antropóloga)	Elisabete Cruz (Mestre/Lusófona)	Isabel Costa (RTP África)	Pedro Rosa Mendes	Amado Jacinto (Clínico Geral)
Durão Barroso (1º Min. Portugal)	Jorge de Macedo (IIC Tropical)	Jorge de Macedo (UNL/Economia)	Philip Havik	Tony Tcheca	Ascêncio de Freitas	Frederico Sanches (Internista)
José Mª Neves (1º Min. Cabo V)	Mário Cabral (Guineáspora)	Luísa duarte (Univ. Católica)	João Domingues (Mestre – ISCSP)	Fátima Almeida	Eugénio Lisboa	Frederico Almeida (Oncologista)
Francisco Knopfi (Embaixador Port)	Alcides Tavares (A. Espaço Jovem)	Carlos Azevedo (Vice-Reitor da Univ. Católica)	Heitor Romana (Mestre – ISCSP)	Cláudia Nogueira		António Melo-Silvestre (CNLCS)
Omar Alokly (Embaix da Líbia)	Tijani-Serpos (vice-dir. UNESCO)		Álvaro Nóbrega (Mestre – ISCSP)	Ramiro Barreiro (Conselho imprensa)		Fernanda Coelho (Enfermeira)
Teresa Gouveia (Diplomata)			Nelson Pestana (ISCTE)	Nuno Rugeiro		Rui Machado (Editor I Camões)
Gregório Leão José (Embaix Moç)			Rosângela Miranda (Antropóloga)			Leopoldo Amado (Secret. Executivo)
Manuela Franco (Secret. Estado)						António Vaz Pinto (Alto Com. Imigrç)
Assunção dos Anjos (Embaix de Angola)						Braga Macedo
Antonieta dos Anjos (Embaixatriz)						Chichorro
Mota Amaral (Presid. Assemb. Rep.)						Maria Barroso
						Lopo do Nascimento

## **ANEXO V**

### **Guião temático utilizado na entrevista aos produtores culturais**

- Nota introdutória:

Este guião de entrevista é um modelo de base para adaptação a cada caso concreto de produtores culturais.

A entrevista segue a técnica de história de vida de forma a facilitar a recolha de informação sobre os percursos individuais dos entrevistados, garantindo, assim, a recolha de informação sociológica, designadamente no que concerne ao ano de nascimento, à profissão, ao grau de escolaridade, à nacionalidade, à naturalidade, aos percursos pessoais e profissionais, bem como outros elementos de enquadramento que se revelem pertinentes.

As questões que se seguem são exemplos de perguntas ou linhas de exploração que a entrevista contempla, devem ser vistas como orientações auxiliares ou especificações do tipo de informação que se pretende obter.

O entrevistador conduz a entrevista deixando ao entrevistado a liberdade de expor as suas ideias e desenvolver as suas linhas de raciocínio. Não são feitos juízos de valor e qualquer selecção relativa ao discurso do entrevistado só é realizada posteriormente, aquando do tratamento qualitativo.

- Temas:

#### **1. Percurso pessoal**

- dados de caracterização (ano de nascimento, local, nacionalidade, ocupação profissional...)
- como se dedicou à produção cultural (seja literatura, música, pintura...)
- contexto familiar (saber se existem familiares na área de actividade; saber se existe ascendência portuguesa ou cruzamentos)
- referências (autores, artistas, músicos) que tenham marcado o percurso (explorar se os produtores culturais se conhecem no espaço lusófono)
- projectos futuros
- sempre que se adequa abordar o tema da imigração (chegada a Portugal, condições de acolhimento...)

#### **2. Relação com o antigo centro**

- porque é que desenvolve a actividade em Portugal
- vantagens/ desvantagens
- estruturas de participação e de oportunidades, recursos (bolsas, prémios, financiamento de projectos, participação em eventos, integração em associações e/ou fundações)
- o antigo centro como ‘rampa de lançamento’ (desbravar a questão do “paternalismo”)
- recepção da produção cultural não portuguesa

#### **3. A língua portuguesa**

- usos da língua
- criouliização / “português angolanizado”, “amoçambicanizado”...
- a língua como espaço de oportunidades
- relação da língua com a participação numa comunidade vasta

#### **4. A lusofonia**

- o que entende por lusofonia
- concorda com o termo
- a sua actividade insere-se nas dinâmicas da lusofonia
- papel dos produtores culturais na evolução da lusofonia

#### **5. A comunidade lusófona**

- existe / não existe
- sentimento de pertença
- dimensões práticas
- papel dos produtores culturais na construção da comunidade lusófona

#### **6. Relação com o país de origem**

- papel dos produtores culturais na (re)construção dos seus países
- peso da língua portuguesa no país de origem
- retorno
- saudade

#### **7. No caso dos escritores**

- desbravar a opinião sobre a designação “autores de expressão portuguesa”
- papel da literatura / intervenção política / intervenção social
- internacionalização fora do espaço lusófono
- peso dos prémios literários
- onde publicam e porquê
- intercâmbio entre escritores

## ANEXO VI – Listagem das Entrevistas realizadas

	N.	‘Agente’ entrevistado	Instituição	Local & Ano	Código
Agentes ligados a instituições dos Estados do espaço lusófono	1	Adido Cultural (angolano)	Embaixada	Lisboa * 2004	AIE1
	2	Adido Cultural (português)	Instituto Camões	Praia * 2007	AIE2
	3	Assessor Cooperação (português)	Embaixada	Praia * 2007	AIE3
	4	Assessor Político-Diplomático (brasil.)	CPLP	Lisboa * 2005	AIE4
	5	Coordenador Projecto (português)	IPLB	Lisboa * 2003	AIE5
	6	Coordenador Programa (português)	IPLB	Lisboa * 2003	AIE6
	7	Coordenador Programa (português)	ME	Lisboa * 2004	AIE7
	8	Director Biblioteca (cabo-verdeano)	BN-CV	Praia * 2007	AIE8
	9	Director Executivo (angolano)	IILP	Praia * 2007	AIE9
	10	Ex-ACIME	-----	Lisboa * 2006	AIE10
	11	Vereador da Cultura (cabo-verdeano)	Câmara Mun. de Praia	Praia * 2007	AIE11
Representantes de associações da sociedade civil (RASC)	12	Dirigente Associativo (cabo-verdeano)	NEA-UC	Lisboa * 2005	RASC1
	13	Dirigente Associativo (cabo-verdeano)	NEA-ULHT	Lisboa * 2005	RASC2
	14	Dirigente Associativo (cabo-verdeano)	NEA-ULHT	Lisboa * 2005	RASC3
	15	Dirigente Associativo (cabo-verdeano)	AEJ	Lisboa * 2005	RASC4
	16	Dirigente Associativo (cabo-verdeano)	Ass. Cabo-verdeana	Lisboa * 2005	RASC5
	17	Dirigente Associativo (português)	Grupo Identidades	Lisboa * 2003	RASC6
	18	Dirigente Associativo (santomense)	AJIM	Lisboa * 2005	RASC7
	19	Funcionário Associação (português)	S.O.S. Racismo	Lisboa * 2004	RASC8
	20	Funcionário Associação (angolana)	Moinho da Juventude	Lisboa * 2005	RASC9
	21	Funcionário Observatório (português)	DAC	Lisboa * 2004	RASC10
	22	Presidente Associação (brasileiro)	Casa do Brasil	Lisboa * 2006	RASC11
	23	Presidente Associação (cabo-verdeano)	FASCP	Lisboa * 2005	RASC12
Produtores culturais	24	Cantor/Educador intercultural (cabov.)	-----	Corroios * 2006	PC1
	25	Cantor (moçambicano)	-----	Lisboa * 2004	PC2
	26	Coreógrafo (angolano)	Batoto Yetu	Lisboa * 2005	PC3
	27	Director Teatro (cabo-verdeano)	Fladu Fla	Praia * 2007	PC4
	28	Empresário (Gráfica) (angolano)	-----	Luanda (e-mail) * 2009	PC5
	29	Empresário (Livraria) (italiana)	Mabooki	Lisboa * 2004	PC6
	30	Escritor (angolano)	-----	Luanda (e-mail) * 2005	PC7
	31	Escritor (guineense)	-----	Guiné (e-mail) * 2009	PC8
	32	Escritor (moçambicano)	-----	Cascais (e-mail) * 2010	PC9
	33	Escritor (moçambicano)	-----	Lisboa (e-mail) * 2010	PC10
	34	Escritor (português/angolano)	-----	Lisboa * 2009	PC11
	35	Escritor e Pintor (cabo-verdeano)	-----	Praia * 2007	PC12
	36	Escritor e Pintor (moçambicano)	-----	Lisboa * 2004	PC13
	37	Músico (cabo-verdeano)	-----	Praia * 2007	PC14
	38	Pintor (cabo-verdeano)	-----	Praia * 2007	PC15
	39	Pintor (cabo-verdeano)	-----	Praia * 2007	PC16
	40	Pintor (moçambicano)	-----	Lisboa * 2006	PC17
	41	Pintor (moçambicano)	-----	Lisboa * 2004	PC18
	42	Promotor de eventos culturais (português)	Batoto Yetu	Lisboa * 2005	PC19

Jornalistas	43	Jornalista/Director Estação Rádio (pt)	RDP África	Lisboa * 2004	J1
	44	Jornalista (português)	RDP África	Lisboa * 2004	J2
	45	Jornalista (português)	DN	Lisboa * 2004	J3
	46	Ex-locutora Rádio Luanda (pt)	-----	Seixal * 2003	J4
Agentes sem vínculo institucional	47	Cidadão brasileiro a residir no Brasil	-----	Bahia ( <i>e-mail</i> ) * 2003	ASVII
	48	Cidadão caboverdano a residir em Cabo V.	-----	Praia * 2007	ASVI2
	49	Cidadão caboverdano a residir em Cabo V.	-----	Praia * 2007	ASVI3
	50	Estudantes caboverdeanos em Cabo Verde	-----	Praia * 2007	ASVI4
	51	Imigrante brasileiro em Portugal	-----	Portimão ( <i>e-mail</i> ) * 2009	ASVI5
	52	Imigrante guineense em Portugal	-----	Seixal * 2009	ASVI6

## ANEXO VII

### Síntese das opiniões dos escritores entrevistados

	Dados entrevistado	Relação com o antigo centro	Língua portuguesa	Lusofonia	Comunidade lusófona	Papel dos escritores
<b>PC7</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor nascido em Luanda no final da década de 1970.</li> <li>- Reside entre Luanda e Lisboa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- país onde realizou o ensino superior e onde tem publicado inúmeras obras na Caminho.</li> <li>- como país europeu, não tem maior importância que outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tem uma estrutura multicultural que permite aos escritores um trabalho de intervenção plástica.</li> <li>- culturalmente maleável porque todos as culturas que o absorveram mexeram nela.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- prefere não falar da questão, mas avança que é um termo muito ligado a "artimanhas políticas e diplomáticas".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- não acredita que exista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- empenho, dedicação, vigilância e intervenção.</li> </ul>
<b>PC8</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor guineense a viver na Guiné-Bissau.</li> <li>- Nascido na década de 1970 na Guiné-Bissau.</li> <li>- Viveu no Brasil, onde realizou parte do ensino superior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o único elo que o poderá ligar ao antigo centro, é efectivamente a língua portuguesa.</li> <li>- todas as angústias do passado colonial devem ser reconvertidas naquilo que são as actuais relações entre Portugal e os PALOP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- faz com que um indivíduo guineense se sinta em casa tanto no seu país como noutro país de língua comum.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- vê-se através das produções literárias, da música, do cinema, do teatro – pilares da produção cultural em língua portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- está em construção e expressa o desejo de se viver em conjunto.</li> <li>- necessita de proporcionar mais incentivos à produção literária.</li> <li>- é accionada cada vez que um africano, por exemplo, obtém uma bolsa de estudos no Brasil ou em Portugal, ou através de programas de intercâmbio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- dar voz ao verbo. Envolver-se em acções práticas.</li> <li>- mesmo que temporariamente vivam e usufram de oportunidades fora dos PALOP devem regressar aos seus países a fim de investir nos mesmos.</li> <li>- "reinventar" o passado como possibilidade de concretização no presente.</li> </ul>
<b>PC9</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor, professor e bibliotecário em Portugal.</li> <li>- Nascido em Moçambique no início da década de 1970.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- país onde foi acolhido e integrado, onde tem desenvolvido as suas actividades sem grandes sobressaltos. Tem alguns livros publicados na Minerva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- se não fosse a língua portuguesa, ficaríamos reduzidos a quase nada.</li> <li>- um escritor zambeziano não existiria simplesmente como tal.</li> <li>- A língua portuguesa alarga horizontes e é, por isso, claramente "um espaço de oportunidades".</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- é algo abrangente e alargado.</li> <li>- Há um elo indestrutível com Portugal alicerçado pela língua portuguesa, que moldou as nossas formas de escrita e fala.</li> <li>- não vejo qualquer problema no seu uso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a comunidade lusófona já existe.</li> <li>- há que trabalhá-la no sentido de potenciá-la e torná-la efectiva.</li> <li>- é favorável à solidificação desta comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- têm um papel fundamental, de liderança.</li> <li>- devem desempoeirar os caminhos, por vezes sinuosos, que alguns intelectos sem visão de futuro vão construindo.</li> </ul>

<b>PC10</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor moçambicano.</li> <li>- Nascido em Moçambique na década de 40.</li> <li>- Vive em Portugal desde a década de 1970.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- país de acolhimento onde tem sido possível levar uma vida pacata e realizada.</li> <li>- Não é autor de nenhum livro, mas tem participado em diversas antologias e escrito artigos sobre vários assuntos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- é a raiz das palavras com que ambos [moçambicanos e portugueses] comunicamos.</li> <li>- é a base de desenvolvimento da literatura moçambicana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- base de relacionamento entre escritores, críticos, estudiosos e a sociedade em geral.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- é um imaginário um pouco lírico, mas que acaba por fazer as pessoas mobilizarem-se, escreverem, publicarem, participarem em encontros interculturais – valorizarem, enfim, o que de melhor há em todos os países de língua portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- lutarem pela liberdade e igualdade.</li> <li>- solidificarem os sistemas literários dos seus países de origem, tornando-os fortes, autónomos, mas também dialogantes com os pares.</li> <li>- divulgar mais a poesia e as culturas africanas.</li> </ul>
<b>PC11</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor nascido, na década de 1950, em Angola embora tenha nacionalidade portuguesa.</li> <li>- Passou boa parte da sua juventude em Luanda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- país onde actualmente vive, trabalha e publica.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- língua materna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- conceito que tenta reproduzir e dar continuidade a uma visão do mundo ligada ao passado colonial.</li> <li>- é um conceito difundido institucionalmente pelas estruturas do poder dos diferentes países.</li> <li>- não tem aplicação prática no quotidiano dos falantes da língua portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- não se revê nessa comunidade, pois ela é acima de tudo, política e institucional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- lutar por ideais e por um relacionamento de reciprocidade entre os países de língua portuguesa.</li> <li>- apostar fortemente na produção de trabalhos interculturais.</li> </ul>
<b>PC12</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor e pintor caboverdeano</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- país com o qual mantém um contacto muito esporádico.</li> <li>- tem um livro publicado em Portugal, numa editora tipo cooperativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- língua segunda, depois do crioulo caboverdeano.</li> <li>- língua de produção literária segundo o cânone português de Portugal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- uma noção difusa que tem de se objectivar em termos práticos, com benefício para os falantes e usuários da língua portuguesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- é possível construí-la.</li> <li>- é preciso fazer ajustes: tem de se investir na cultura.</li> <li>- estamos até agora ao nível do discurso político. Se se puser esse discurso em prática, a comunidade será viável.</li> <li>- há grandes passos dados na música, mas faltam outros domínios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- papel de vanguarda na produção de sentidos, na chamada de atenção de aspectos menos positivos.</li> <li>- investir em intercâmbios.</li> </ul>
<b>PC13</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escritor e pintor. Reside em Moçambique, está temporariamente em Portugal.</li> <li>- Nascido em Moçambique no</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Portugal tem criado oportunidades ao escritores dos PALOP através da concessão de bolsas de criação literária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- sinto uma responsabilidade e um engajamento perante a língua portuguesa.</li> <li>- deve ser continuamente trabalhada e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- é uma questão que continua a ser discutida.</li> <li>- não estou muito preocupado com ela, porque o que interessa é o que nos identifica, a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- temos feito muito pouco para construí-la.</li> <li>- Portugal tem um papel preponderante e uma grande responsabilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- responsabilidade com o seu povo – ajudar a criar um discurso construtivo.</li> <li>- “militância linguística”.</li> <li>- penso na nossa</li> </ul>



	na década de 1960.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A publicação em Portugal abre portas para uma maior visibilidade.</li> <li>- tem um livro publicado em Portugal pela Quetzal.</li> </ul>	<p>devemos trazer para a língua portuguesa todas as palavras que usamos no nosso quotidiano e no nossos imaginários.</p> <p>- Está a enriquecer de maneira extraordinária.</p>	língua.		responsabilidade e na nossa visibilidade no mundo, em função do peso que nós temos hoje no mundo, como língua.
--	--------------------	---	--	---------	--	--

## ANEXO VIII

### Texto modelo de apelo à participação na sondagem de opinião (enviado pela investigadora)

Caríssim@s,

Sou investigadora do CESNOVA da FCSH-UNL (em Lisboa-Portugal) e encontro-me neste momento a escrever a minha tese de doutoramento sobre a **Construção da Comunidade Lusófona**.

Para a conclusão de um capítulo, necessito de fazer uma pequena sondagem de opinião que abarque diferentes pessoas da sociedade civil em todos os espaços de Língua Portuguesa, para tal, tenho usado o e-mail como meio de divulgação e apelo à participação.

São apenas 3 perguntas (de resposta rápida, pois o que se pretende é que respondam de forma espontânea e sem qualquer consulta) e alguns dados de caracterização:

1. O que significa para si ser lusófono?
2. O conceito é-lhe familiar?
3. Sente-se parte da chamada "comunidade lusófona"?

#### **Dados de caracterização:**

idade:

sexo:

nacionalidade:

profissão:

Gostaria de vos solicitar que, se assim o entenderem, possam reencaminhar este meu pedido a alguns dos vossos contactos para que se gere o maior número possível de respostas.

Grata pela colaboração,

Cármén Maciel

Doutoranda em Sociologia na FCSH-UNL

[carmenmaciel@fcsch.unl.pt](mailto:carmenmaciel@fcsch.unl.pt)


<http://carmenmacielcv.blogspot.com/>

**P.s. Estou a usar o método de bola de neve na obtenção de contactos; tenho tido o cuidado de verificar se esta mensagem não segue uma segunda vez para a mesma pessoa; mas em centenas de e-mails por vezes escapa um repetido. Se por acaso já recebeu e/ou respondeu a esta sondagem, por favor não considere este e-mail. Obrigada!**

Retirei o seu e-mail de: [www.xxx.xxx](http://www.xxx.xxx)

## ANEXO IX

**Grafismo da plataforma que a CPLP disponibilizou para apelo à participação na sondagem de opinião**



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CPLP

>> Página Inicial

Inquérito sobre "Lusofonia"

Idade

Género

Nacionalidade

Profissão

O que significa para si ser lusófono?

O conceito é-lhe familiar?

Sente-se parte da chamada "comunidade lusófona"?

Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=1878>.

## ANEXO X

### Notícia avançada pela Agência de Notícias Lusa

Lisboa, 23 Jun (Lusa) - A ideia de Lusofonia começa numa "comunidade informal" reunida em torno da cultura e ganha corpo nas instituições que promovem a língua portuguesa, defende uma investigadora da Universidade Nova de Lisboa.

Carmen Maciel, que está a construir uma tese de doutoramento sobre a construção da comunidade lusófona, disse hoje à Agência Lusa estar a investigar "como é construída a comunidade lusófona, até que ponto a produção cultural é a sua porta de entrada". No curso da investigação, Carmen Maciel concluiu já que "existe uma comunidade informal, uma comunidade lusófona construída pela sociedade civil que toma corpo nas instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou o Instituto Camões".

Apesar de estas instituições serem uma espécie de rosto visível da ideia de lusofonia, Carmen Maciel frisa que "há algo prévio, mais vasto, que faz as pessoas moverem-se numa causa comum, que é a da Língua, que as faz congregarem-se para este interesse comum" em iniciativas como os encontros de escritores portugueses no estrangeiro.

Para concluir a tese, Carmen Maciel conta com a colaboração da CPLP na divulgação de um questionário sobre o que se entende por comunidade lusófona e a familiaridade das pessoas com essa ideia, bem como o seu sentido de pertença.

A primeira versão da tese de doutoramento deverá estar pronta em Novembro deste ano. APN.

Lusa/fim

---

A notícia foi igualmente publicada em várias páginas de *web*, entre as quais mencionamos:

#### **Páginas *web* do Brasil:**

<http://www.agencialusa.com.br/gpdf.php?iden=25074>  
<http://www.brasilportugal.org.br/ce/content.php?sec=1912&ctg=noticias>  
[http://www.camaraportuguesa.com.br/default.asp?pag=noticias&id\\_noticia=25074](http://www.camaraportuguesa.com.br/default.asp?pag=noticias&id_noticia=25074)  
<http://www.newstin.com.br/tag/br/129133184>  
<http://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2009/06/23/ult3680u1496.jhtm>

#### **Páginas *web* de Portugal:**

<http://aeiou.expresso.pt/lusofonia-entrada-na-comunidade-faz-se-pela-cultura-investigadora=f522411>  
<http://aeiou.visao.pt/lusofonia-entrada-na-comunidade-faz-se-pela-cultura-investigadora=f514039>  
[http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id\\_news=395381](http://diariodigital.sapo.pt/news.asp?id_news=395381)  
[http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content\\_id=1270849](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=1270849)  
<http://www.newstin.com.pt/tag/pt/129107071>  
<http://pontodigital.blogs.sapo.pt/1922688.html>  
<http://tv.rtp.pt/noticias/?t=Entrada-na-comunidade-faz-se-pela-cultura---investigadora...>

#### **Páginas *web* de Timor:**

[http://timorlorosaenacao.blogspot.com/2009\\_06\\_01\\_archive.html](http://timorlorosaenacao.blogspot.com/2009_06_01_archive.html)